



**SEGURANÇA PÚBLICA
NAS FRONTEIRAS**

Arco Sul



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO SUL

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA INTERINO

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Levi Mello do Amaral Junior

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Celso Peroli

**DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Rogério Bernardes Carneiro

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

Anael Aymoré Jacob

COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Camilo Baptista

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SEGURANÇA
PÚBLICA, PROGRAMA E PROJETOS ESPECIAIS**

Alex Jorge das Neves



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO SUL

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

2016@ Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para a venda ou qualquer fim comercial. As pesquisas apresentadas refletem as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Cidadania.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes

Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Sul

Ministério da Justiça e Cidadania – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Michel Misse

Equipe responsável da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Direção Geral:

Rogério Bernardes Carneiro, Isabel Seixas de Figueiredo, Anael Aymoré Jacob e Cristina Gross Villanova

Coordenação:

Gustavo Camilo Baptista, Cristina Neme, Cíntia Liara Engel, Alex Jorge das Neves e Cristiane Torizu

Equipe de Apoio:

Ana Carolina Cambeses Pareschi, Cléverson Luis Muller, Daniel Garcia, Daniel Pedroso de Lima, Edivaldo Fortunato Pereira, Gileno Euzébio da Silva, Gustavo de Souza Rocha, Hernany Bueno de Araújo, José Camilo da Silva, Julia Loures Nunes, Laíza Mara Neves Spagna, Patrícia Moellmann, Rodolfo Farah Vicente Filho.

Diagramação:

AGCOM

Equipe Técnica

COORDENAÇÃO NACIONAL – EQUIPE NECVU

Coordenador Geral:

Michel Misse – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
/ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Coordenador Operacional:

Luís Felipe Zilli – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Assistentes de Coordenação Geral:

Heloísa de Oliveira Duarte – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
(NECVU/UFRJ)

Alexandre Vieira Werneck – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Supervisores Regionais:

Brígida Renoldi – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Universidade Nacional de Misiones, Argentina) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Daniel Veloso Hirata – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Fernando Rabossi – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Joana Domingues Vargas – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Pesquisadores NECVU:

Klarissa Almeida Silva
Carolina Christoph Grillo
Jeferson de Lara Scabio

Bolsistas NECVU:

Alexandre Pereira
Bruna Silva
Camille Porto
Carolina Luz
Gabriela Paes
Gustavo Muniz
Marcelle Decothé
Natália Alves
Paula Napolião
Paulo Couto Filho
Renan Rodrigues
Thábata Alves

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Rio Grande do Sul (RS):

Profª. Drª. Adriana Dorfman – Departamento de Geografia da Universidade Federal do **Rio Grande do Sul**
(UFRGS) – Coordenadora

Erika Collischonn – Pesquisadora
Daniela Seixas Grimberg – Pesquisadora
Kim Ueda Soares – Pesquisador
Arthur Borba Colen França – Pesquisador
Gil Passos de Mattos – Pesquisador
Felipe Akauan da Silva – Pesquisador

Paraná (PR) e Santa Catarina (SC):

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo – Departamento de Sociologia da Universidade do Oeste do **Paraná**
(UNIOESTE) – Coordenador

Jaqueline Aparecida Alves dos Santos – Pesquisadora
Sandra Cristiana Kleinschmitt – Pesquisadora
Cristina Maria Quintão Carneiro – Pesquisadora
Sandra Regina Belotto – Pesquisadora
Patrícia Daiana Loebens – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Campo Grande (MS-Campo Grande):

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior – Departamento de História da Universidade Federal do **Mato Grosso do Sul**
(UFMS) – Coordenador

Marco Aurélio Machado de Oliveira – Pesquisador
Antônio Firmino Oliveira Neto – Pesquisador
Giovani França Oliveira – Pesquisador
Maíra Balieiro – Pesquisadora
Patrick Alif Fertrin Batista – Pesquisador
Rebecca Joplinn Rocha Pinheiro – Pesquisadora
Thays Haiumy dos Santos Falcão – Pesquisadora
Tito Carlos Machado de Oliveira – Pesquisador
Hélio Maciel dos Santos – Pesquisador
Luiza Figueiredo – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Dourados (MS-Dourados):

Profª. Drª. Lisandra Pereira Lamoso – Departamento de Geografia da Universidade Federal da **Grande Dourados**
(UFGD) – Coordenadora

Jones Dari Goettert – Pesquisador
André Luiz Faisting – Pesquisador
Ucleber Gomes Costa – Pesquisador
Fábio de Lima – Pesquisador
Larissa Sangalli – Pesquisadora

Mato Grosso (MT):

Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do **Mato Grosso**
(UFMT) – Coordenador

Lilian Bazzi – Pesquisadora
Luzia Severo Lins Filho – Pesquisadora
Priscila de Oliveira Xavier Scudder – Pesquisadora

Lucas Xavier Rodrigues – Pesquisador
João Batista Alves dos Santos – Pesquisador
Cristiane Alves da Cunha – Pesquisadora

Rondônia (RO):

Profª Drª Raquel Wiggers – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
Coordenadora

Araci Maria Labiak – Pesquisadora
Águido Akell Santos de Carvalho – Pesquisador
Natã Souza Lima – Pesquisador
Isabelle Brambilla Honorato – Pesquisadora

Acre (AC):

Profª Drª Marisol de Paula Reis – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Acre (UFAC) –
Coordenadora

João Silva Lima – Pesquisador
Eurenice Oliveira de Lima – Pesquisadora
Leticia Helena Mamed – Pesquisadora
Maria de Jesus dos Santos Silva – Pesquisadora

Amazonas (AM) e Roraima (RR):

Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodrigues – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) – Coordenador

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Pesquisador
Daniel Tavares dos Santos – Pesquisador
Américo Alves de Lyra Junior – Pesquisador
Kalinda Félix de Souza – Pesquisadora
Juliana Rocha dos Santos Porto – Pesquisador
Dheikline Santos Praia – Pesquisadora
Rafael Carletti Marcolino da Silva – Pesquisador
Marcos Flávio Portela Veras – Pesquisador
Lilian Débora Furtado Lima – Pesquisadora
Vagne Costa de Albuquerque – Pesquisador
Paulo Afonso Sampaio de Lima – Pesquisador

Amapá (AP):

Profª Drª Jânia Perla Diógenes Aquino – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) –
Coordenadora

Ed Carlos de Sousa Guimarães – Pesquisador
Miquéias Serrão Marques – Pesquisador
José Luis dos Santos Leal – Pesquisador
Bruno Lucas Camilo dos Santos – Pesquisador

Pará (PA):

Prof. Dr. Wilson José Barp – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Coordenador

Luis Fernando Cardoso e Cardoso – Pesquisador
Fernanda Valli Nummer – Pesquisadora
Ida Lenir Maria Pena Gonçalves – Pesquisadora
Evillys Martins de Figueiredo – Pesquisadora
Renata Alencar Beckmann de Lima – Pesquisadora

SUMÁRIO

PARANÁ

PARANÁ29

Introdução	29
Caracterização da dinâmica geral da fronteira	30
Contrabando e descaminho	31
Caracterização da criminalidade	32
Situação das instituições de segurança pública	35
Bibliografia	37

Foz do Iguaçu39

Histórico.....	40
Diagnóstico da Segurança Pública em Foz do Iguaçu	41
Instituições de Segurança Pública.....	42
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	50
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	51
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	52
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	54
Fotos das Instituições e do Município de Foz do Iguaçu	64

Guaíra65

Histórico.....	66
Diagnóstico da Segurança em Guaíra	67
Instituições de Segurança Pública.....	67
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	74
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	75
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	75
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	78
Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Guaíra	88

Barracão.....89

Histórico.....	90
----------------	----

Diagnóstico da Segurança Pública em Barracão	91
Instituições de Segurança Pública.....	91
Instituições de Representação da Sociedade Civil	93
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	94
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	97
Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Barracão	100
Itaipulândia.....	101
Histórico.....	102
Diagnóstico da Segurança Pública em Itaipulândia.....	102
Instituições de Segurança Pública.....	103
Instituição de Representação da Sociedade Civil.....	106
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	106
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	109
Marechal Cândido Rondon	113
Histórico.....	114
Diagnóstico da Segurança Pública em Marechal Cândido Rondon	114
Instituições de Segurança Pública.....	115
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	119
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	120
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	121
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município.....	123
Pato Bragado	127
Histórico.....	128
Diagnóstico da Segurança Pública em Pato Bragado.....	128
Instituições de Segurança Pública.....	128
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	130
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	131
Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil	132
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	133
Santo Antônio do Sudoeste	134
Histórico.....	135

Diagnóstico da Segurança Pública em Santo Antônio do Sudoeste	135
Instituições de Segurança Pública.....	136
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	139
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	141
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	141
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	143

São Miguel do Iguaçu 146

Histórico.....	147
Diagnóstico da Segurança Pública em São Miguel do Iguaçu	147
Instituições de Segurança Pública.....	148
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	155
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	156
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	159

Ampére 163

Histórico.....	164
Diagnóstico da Segurança Pública em Ampére	164
Instituições de Segurança Pública.....	165
Instituição de Representação da Sociedade Civil.....	169
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	169

Assis Chateaubriand..... 170

Histórico.....	171
Diagnóstico da Segurança Pública em Assis de Chateaubriand	172
Instituições de Segurança Pública.....	172
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	175
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	176

Capanema 177

Histórico.....	178
Diagnóstico da Segurança Pública em Capanema	178
Instituições de Segurança Pública.....	179
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	183
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	184

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 184

Capitão Leônidas Marques 186

Histórico..... 187
Diagnóstico da Segurança Pública em Capitão Leônidas Marques..... 187
Instituições de Segurança Pública..... 187
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil 190
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil 191

Cascavel 192

Histórico..... 193
Diagnóstico da Segurança Pública em Cascavel..... 193
Instituições de Segurança Pública..... 194
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil 201
Instituições de Fiscalização: Receita Federal 203
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 203

Céu Azul..... 205

Histórico..... 206
Diagnóstico da Segurança Pública em Céu Azul 206
Instituições de Segurança Pública..... 206
Instituição de Representação da Sociedade Civil..... 209
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil..... 209

Entre Rios do Oeste 211

Histórico..... 212
Diagnóstico da segurança pública no município de Entre Rios do Oeste..... 212
Instituições de Segurança Pública..... 212
Instituição de Representação da Sociedade Civil..... 214
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil..... 215

Francisco Beltrão 216

Histórico..... 217
Diagnóstico da Segurança Pública em Francisco Beltrão 217

Instituições de Segurança Pública.....	218
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	221
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.....	223
Icaraíma	224
Histórico.....	225
Diagnóstico da Segurança Pública em Icaraíma	226
Instituições de Segurança Pública.....	226
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	228
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.....	230
Lindoeste	232
Histórico.....	233
Diagnóstico da Segurança Pública em Lindoeste	233
Instituições de Segurança Pública.....	233
Polícia Civil.....	235
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública	237
Maripá	238
Histórico.....	239
Diagnóstico da Segurança Pública em Maripá.....	240
Instituições de Segurança Pública.....	240
Matelândia	243
Diagnóstico da Segurança Pública em Matelândia.....	244
Instituições de Segurança Pública.....	244
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	247
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	248
Medianeira	249
Histórico.....	250
Diagnóstico da Segurança Pública em Medianeira.....	250
Instituições de Segurança Pública.....	250
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	256
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	256
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de	

Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização256

Mercedes257

Histórico.....258

Diagnóstico da Segurança Pública em Mercedes.....259

Instituições de Segurança Pública.....259

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil261

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça Criminal261

Missal.....262

Histórico.....263

Diagnóstico da Segurança Pública em Missal.....264

Instituições de Segurança Pública.....264

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil267

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização267

Nova Santa Rosa269

Histórico.....270

Diagnóstico da Segurança Pública em Nova Santa Rosa.....270

Instituições de Segurança Pública.....270

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública272

Palotina273

Histórico.....274

Diagnóstico da Segurança Pública em Palotina.....275

Instituições de Segurança Pública.....275

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil277

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil278

Quatro Pontes280

Histórico.....281

Diagnóstico da Segurança Pública em Quatro Pontes.....281

Instituições de Segurança Pública.....281

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil284

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....284

Santa Helena	286
Histórico.....	286
Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Helena.....	287
Instituições de Segurança Pública.....	288
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	292
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	293
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	294
Santa Terezinha do Itaipu.....	295
Histórico.....	296
Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Terezinha do Itaipu	297
Instituições de Segurança Pública.....	297
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	300
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	300
Terra Roxa	302
Histórico.....	302
Diagnóstico da Segurança Pública em Terra Roxa.....	303
Instituições de Segurança Pública.....	303
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública	306
Toledo	307
Histórico.....	308
Diagnóstico da Segurança Pública em Toledo.....	309
Instituições de Segurança Pública.....	309
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	314
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Fiscalização	315
Umuarama.....	316
Histórico.....	317
Diagnóstico da Segurança Pública em Umuarama	318
Instituições de Segurança Pública.....	319
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	323
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	325
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	325

Vera Cruz do Oeste	327
Histórico.....	327
Diagnóstico da Segurança Pública em Vera Cruz do Oeste.....	328
Instituições de Segurança Pública.....	328
Instituição de Representação da Sociedade Civil.....	331
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública	331

RIO GRANDE DO SUL

RIO GRANDE DO SUL	337
Introdução	337
Características gerais da região de fronteira.....	338
Mercados ilegais e criminalidade local.....	340
Situação das instituições de segurança pública.....	341
Recomendações.....	343
Aceguá	344
Histórico.....	345
Diagnóstico da Segurança Pública em Aceguá	346
Instituições de Segurança Pública.....	347
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	350
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	351
Fotos do Município de Aceguá	355
Bagé	356
Histórico.....	357
Diagnóstico da Segurança Pública em Bagé.....	357
Instituições de Segurança Pública.....	358
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	365
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	366
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	368
Fotos do Município de Bagé.....	370

Barra do Quaraí	371
Histórico.....	372
Diagnóstico da Segurança Pública em Barra do Quaraí	372
Instituições de Segurança Pública.....	373
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	376
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	377
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	379
Fotos do Município de Barra do Quaraí.....	383
Caiçara	384
Histórico.....	385
Diagnóstico da Segurança Pública em Caiçara	385
Instituições de Segurança Pública.....	386
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	388
Chuí	389
Histórico.....	390
Diagnóstico da Segurança Pública em Chuí.....	391
Instituições de Segurança Pública.....	392
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	396
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	397
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	399
Fotos do Município do Chuí	402
Crissiumal.....	403
Histórico.....	404
Diagnóstico da Segurança Pública em Crissiumal.....	405
Instituições e Segurança Pública.....	405
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	409
Dom Pedrito.....	411
Histórico.....	412
Diagnóstico da Segurança Pública em Dom Pedrito	413
Instituições de Segurança Pública.....	414

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 419

Doutor Maurício Cardoso 420

Histórico..... 421

Diagnóstico da Segurança Pública em Doutor Maurício Cardoso 421

Instituições de Segurança Pública..... 422

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 425

Iraí 426

Histórico..... 427

Diagnóstico da Segurança Pública em Iraí..... 427

Instituições de Segurança Pública..... 428

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 432

Itaqui..... 434

Histórico..... 435

Diagnóstico da Segurança Pública em Itaqui 436

Instituições de Segurança Pública..... 436

Instituições de Fiscalização: Receita Federal 442

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 442

Jaguarão 443

Histórico..... 444

Diagnóstico da Segurança Pública em Jaguarão 445

Instituições de Segurança Pública..... 446

Instituições de Fiscalização: Receita Federal 450

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 451

Novo Machado 452

Histórico..... 453

Diagnóstico da Segurança Pública em Novo Machado 453

Instituições de Segurança Pública..... 454

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização 456

Porto Xavier	457
Histórico.....	458
Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Xavier.....	458
Instituições de Segurança Pública.....	459
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	463
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	463
Quaraí	464
Histórico.....	465
Diagnóstico da Segurança Pública em Quaraí	466
Instituições de Segurança Pública.....	466
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	470
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	470
Rio Grande	472
Histórico.....	473
Diagnóstico da Segurança Pública em Rio Grande	473
Instituições de Segurança Pública.....	474
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	482
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	482
Santa Rosa.....	483
Histórico.....	484
Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Rosa	485
Instituições de Segurança Pública.....	486
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	491
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	491
Sant'Ana do Livramento	492
Diagnóstico da Segurança Pública em Sant'Ana do Livramento	493
Instituições de Segurança Pública.....	494
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	500
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de	

Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	501
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	504
Fotos do Município Sant'Ana do Livramento	506
São Borja	506
Histórico.....	507
Diagnóstico da Segurança Pública em São Borja	508
Instituições de Segurança Pública.....	509
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	517
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	518
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	519
Fotos do Município de São Borja	525
São Luiz Gonzaga	526
Histórico.....	527
Diagnóstico da Segurança Pública em São Luiz Gonzaga	528
Instituições de Segurança Pública.....	529
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	535
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	535
Três Passos.....	536
Histórico.....	537
Diagnóstico da Segurança Pública em Três Passos.....	538
Instituições de Segurança Pública.....	538
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	544
Uruguaiana.....	545
Histórico.....	546
Diagnóstico da Segurança Pública em Uruguaiana	547
Instituições de Segurança Pública.....	548
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	555
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	555
Fotos do Município de Uruguaiana.....	563

Vicente Dutra	563
Diagnóstico da Segurança Pública em Vicente Dutra.....	564
Instituições de Segurança Pública.....	565
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	569
Referências Bibliográficas	571
Fontes consultadas	573

SANTA CATARINA

SANTA CATARINA

Introdução	577
Características gerais da região de fronteira.....	578
Mercados ilegais e criminalidade local.....	580
Situação das de segurança pública instituições.....	581
Recomendações.....	583

Bandeirante

Histórico.....	586
Diagnóstico da segurança pública no município de Bandeirante	586
Instituições de Segurança Pública.....	586
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	590

Chapecó.....

Histórico.....	592
Diagnóstico da Segurança Pública em Chapecó	592
Instituições de Segurança Pública.....	594
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	602
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	602
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	605
Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Chapecó	608

Concórdia	609
Histórico.....	610
Diagnóstico da Segurança Pública em Concórdia	610
Instituições de Segurança Pública.....	611
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	617
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	617
Dionísio Cerqueira	618
Histórico.....	619
Diagnóstico da Segurança Pública em Dionísio Cerqueira	620
Instituições de Segurança Pública.....	620
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	626
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	628
Fotos das Instituições e do Município de Dionísio Cerqueira.....	635
Guaraciaba	636
Histórico.....	636
Diagnóstico da Segurança Pública em Guaraciaba	637
Instituições de Segurança Pública.....	638
Instituições de Representação da Sociedade Civil	641
Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	642
Itapiranga	643
Histórico.....	644
Diagnóstico da Segurança Pública em Itapiranga	645
Instituições de Segurança Pública.....	646
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	651
Maravilha	652
Histórico.....	653
Diagnóstico da Segurança Pública em Maravilha	654
Instituições de Segurança Pública.....	654
Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	659

Paraíso	661
Diagnóstico da Segurança Pública em Paraíso	662
Instituições de Segurança Pública.....	663
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	666
Fotos das Instituições e do Município de Paraíso	669
Princesa	670
Histórico.....	670
Diagnóstico da Segurança Pública em Princesa.....	671
Instituições de Segurança Pública.....	672
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	675
Santa Helena	676
Histórico.....	677
Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Helena.....	677
Instituições de Segurança Pública.....	678
Instituições de Representação da Sociedade Civil	680
Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	681
São José do Cedro	682
Histórico.....	683
Diagnóstico da Segurança Pública em São José do Cedro	683
Instituições de Segurança Pública.....	684
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	689
São Lourenço do Oeste	690
Histórico.....	691
Diagnóstico da Segurança Pública em São Lourenço do Oeste	692
Instituições de Segurança Pública.....	692
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	698
São Miguel do Oeste.....	700
Histórico.....	701
Diagnóstico da Segurança Pública em São Miguel do Oeste.....	701

Instituições de Segurança Pública.....	702
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	707
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	708
Fotos das Instituições e do Município de São Miguel do Oeste	713

Tunápolis..... 714

Histórico.....	715
Diagnóstico da Segurança Pública em Tunápolis.....	715
Instituições de Segurança Pública.....	716
Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil.....	719

Xanxerê 720

Histórico.....	721
Diagnóstico da Segurança Pública em Xanxerê	722
Instituições de Segurança Pública.....	722
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	727
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Fiscalização	727
Referências Bibliográficas	731
Anexo	733
Fontes consultadas:	738

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa: Segurança Pública nas Fronteiras desenvolvida pelo grupo de pesquisa NECVU da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira, realizado pelo grupo de pesquisa Retis, da mesma universidade, fazem parte do empenho empreendido pelo Governo Federal na perspectiva da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), inserida no Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto 7.496, de 8 de junho de 2011. Os estudos foram idealizados e financiados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania (SENASP/MJ) e tiveram o objetivo de apresentar uma fotografia da fronteira brasileira.

Ao idealizar a política de fronteira, notou-se a lacuna de informações qualificadas acerca dos reais problemas da fronteira, as dinâmicas de criminalidade locais e as especificidades sociais, econômicas e culturais das diversas regiões, estados e municípios.

Desse modo, um dos eixos orientadores da ENAFRON foi investir em diagnósticos e pesquisas que sustentassem a reflexão e atuação política nesses territórios. Foi firmado, assim, um termo de cooperação técnica entre a SENASP e a UFRJ, paralelamente com dois grupos de pesquisa, o NECVU, responsável pela realização de uma pesquisa sobre a segurança pública nas fronteiras e o Retis, responsável pela análise de dados secundários, com a proposição de índices e análises comparadas sobre as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e estruturais de todos os municípios da fronteira.

Ao todo, a pesquisa contou com a participação de mais de 50 pesquisadores, 11 universidades federais e com a participação de incontáveis gestores do governo federal, estadual e municipal, especialmente aqueles responsáveis pela implementação da política de fronteira. Foram dois intensos anos de pesquisa de campo e mais um ano para compor todas as sistematizações, análises e revisões do relatório. Dessa forma, essa é uma das maiores iniciativas de coleta de informações financiadas pelo Ministério da Justiça, sendo, ainda, um marco na produção de dados e reflexões sobre as fronteiras brasileiras.

É, assim, com grande satisfação que a SENASP lança esses resultados. Esperamos com eles qualificar as políticas desenvolvidas e dialogar com gestores em vários níveis de governo. Além disso, almejamos ampliar o debate e produção de pesquisas sobre a temática, aproximando os municípios de fronteira do interesse e elaboração acadêmica e expandir uma rede de pesquisadores e formadores de opinião sobre o tema, nas diversas universidades localizadas nas regiões de fronteira, para que essa produção do conhecimento sobre as nossas fronteiras continue e seja cíclico.

O presente Relatório do Arco Sul apresenta o detalhamento da pesquisa realizada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, trazendo considerações sobre as especificidades locais de cada município envolvido no diagnóstico, trazendo uma grande quantidade e qualidade de dados sobre a criminalidade e as dinâmicas de sociabilidade dos municípios, além de nos levar, enquanto leitores, para os diversos mundos contidos na extensa fronteira brasileira do Arco Sul do país.

Boa leitura!

Celso Perioli
Secretário Nacional de Segurança Pública



PARANÁ

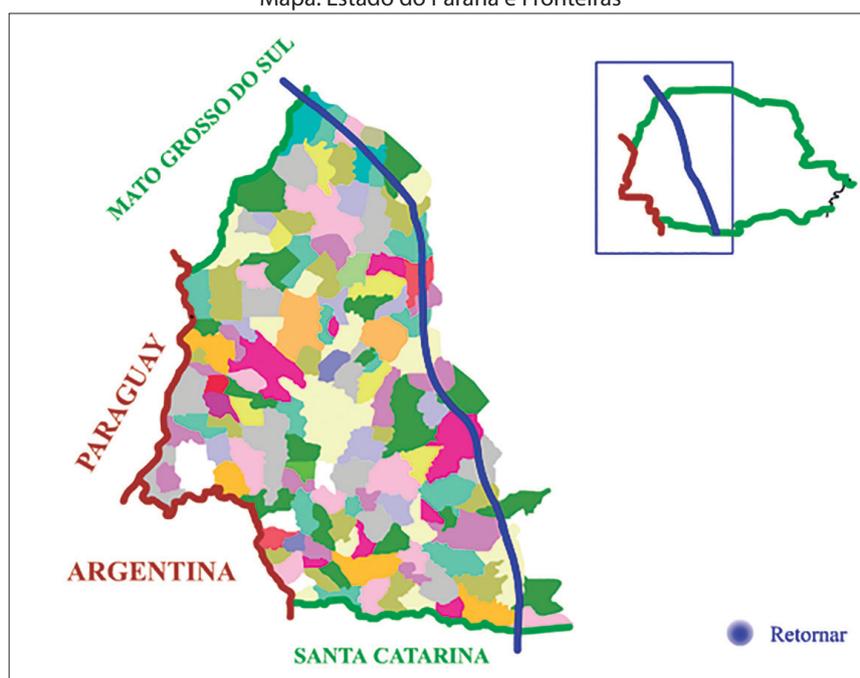
PARANÁ

Introdução

O Estado do Paraná encontra-se na região Sul do País e limita-se com os estados de São Paulo, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, além de fazer fronteira com a Argentina e o Paraguai. O Paraná tem 199.880 km² de extensão e uma população de 10.444.526 habitantes, distribuídos em 399 municípios (IPARDES, 2011). Entre estes, 139 estão localizados na faixa de fronteira, constituindo o 34,84% do território. Deste total, 19 municípios se encontram em linha de fronteira. No entanto, para a realização da pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras”, foram eleitos também municípios que se encontram na região de fronteira, porém não se limitam necessariamente com um país vizinho.

Foram aplicados questionários nas instituições de segurança pública, de justiça, de fiscalização e de representação da sociedade civil em 32 municípios. Em 8 destes 32 municípios paranaenses, além das informações mais gerais levantadas para o diagnóstico, houve também o levantamento de um conjunto de informações qualitativas por meio das técnicas de entrevistas e grupos focais. Aqueles em que foi realizada pesquisa de campo qualitativa são: Santo Antônio do Sudoeste, Itaipulândia, Pato Bragado, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Guaíra e Barracão (sendo as últimas três consideradas cidades-gêmeas).

Mapa: Estado do Paraná e Fronteiras



Fonte: IBGE

Caracterização da dinâmica geral da fronteira

Os municípios da faixa de fronteira do Estado de Paraná apresentam características específicas em relação às dinâmicas econômica e social, se comparadas com às de municípios que não se encontram em fronteira. Entretanto, existem diferenças significativas entre as regiões de fronteira com o Paraguai (oeste paranaense) e com a Argentina (sudoeste paranaense), havendo questões comuns aos municípios de cada uma dessas regiões. Assim, o sudoeste do Paraná se assemelha, em termos de ecologia humana, às características da fronteira do Estado de Santa Catarina, que também linda com Argentina, e o restante da fronteira apresenta características similares com o sul do Mato Grosso do Sul, que também faz com o Paraguai.

A fronteira com o Paraguai é, em diversos sentidos, interpretada como um problema, tanto pelos moradores quanto pelos representantes das instituições pesquisadas, ao passo que a fronteira com a Argentina é concebida como positiva. Alta incidência de crimes, enfraquecimento do comércio local e sobrecarga dos serviços públicos são os principais efeitos negativos atribuídos à fronteira com o Paraguai, por onde ingressariam ilegalmente drogas, armas e produtos contrabandeados no Brasil, principalmente eletroeletrônicos e cigarros. Já com relação à Argentina, embora também tenham sido feitas menções ao contrabando, descaminho e tráfico de drogas, não foram enfatizados danos que a situação de fronteira proporcionaria à segurança pública e às dinâmicas socioeconômicas locais. Vale ressaltar que, no caso da fronteira com Argentina, trata-se de cidades pequenas, até mesmo Puerto Iguazú, que faz fronteira com Foz do Iguaçu e que, segundo o censo de 2010, abrigava quase 43.000 habitantes (INDEC), população quase seis vezes menor que Foz do Iguaçu.

De modo geral, a relação entre brasileiros, paraguaios e argentinos é vista como cordial e colaborativa. Não são raros os casamentos entre pessoas de distintas nacionalidades. Embora a legislação não admita a dupla nacionalidade, muitos habitantes da região possuem dupla identidade por terem nascido em país diferente daquele de origem de seus pais e logo fazer os registros no país de residência, o que acarreta para os portadores uma série de benefícios com respeito aos direitos civis e sociais, mas é uma situação irregular passível de ser penalizada. A situação de fronteira e, particularmente, a continuidade do tecido urbano em cidades-gêmeas propicia a circulação cotidiana de pessoas entre os países, pois é comum residir em um país e trabalhar em outro. Mas esta configuração implica alguns impactos sobre a oferta local de serviços públicos.

A população paraguaia tende a considerar os serviços de saúde e de educação oferecidos no Brasil e na Argentina como de qualidade superior aos que lhes são ofertados, buscando estratégias para utilizar os hospitais e postos de saúde e matricular seus filhos nas escolas dos países vizinhos (como ocorre claramente para o caso de Guaira). A legislação brasileira prevê

que o atendimento a estrangeiros em hospitais públicos se restrinja aos casos de emergência, mas isso já representa um considerável aumento na demanda de atendimento, que não é suprido pelos repasses de verba, cujo cálculo se baseia exclusivamente na população do lado brasileiro. Assevera-se que muitos brasileiros residem e trabalham no Paraguai, mas utilizam os serviços oferecidos no Brasil, sem contribuir com impostos.

Outro aspecto relevante que permanece quase invisível é a situação em que se encontram vivendo os indígenas da etnia guarani da região. A escassa disponibilidade de terras impede que as comunidades, caracterizadas por uma mobilidade itinerante por meio dos países que constituem a Tríplice Fronteira, possam subsistir por intermédio dos recursos que tradicionalmente dispunham. Isso gera uma situação de precariedade notória, com áreas urbanas em que a presença dos indígenas nas ruas se faz notória, crianças e mulheres vendendo artesanato, e também situações, principalmente do lado paraguaio, de prisões por envolvimento com atividades delitivas de contrabando e transporte de drogas ilegais.

Contrabando e descaminho

O fluxo de pessoas e mercadorias pela fronteira está marcado pela condição de confluência de dois ou mais (como é o caso das cidades que fazem fronteira com mais de um país) regimes legais que diferem com relação à regulamentação estatal dos mercados internos, exportação e a importação. O contraste mais evidente se dá com o Paraguai, cuja política fiscal é bem mais branda que no Brasil e na Argentina, propiciando a venda de produtos diversos a preços bem mais baixos. Nos municípios da região de fronteira com o Paraguai, são frequentes as queixas com relação à baixa competitividade dos produtos brasileiros, o que atrapalharia o desenvolvimento do comércio local, pois os próprios moradores da região tendem a atravessar a fronteira – sobretudo, para as zonas francas de Ciudad del Este e Salto del Guairá – para comprar artigos de informática, eletroeletrônicos, roupas, autopeças, etc. Não são taxadas as compras dentro da cota de U\$ 300,00, mas esta é sistematicamente excedida por “compristas” e “sacoleiros” que vão ao Paraguai fazer compras para consumo pessoal ou revenda, seja esta em pequena, seja em grande escala. A precária e intermitente fiscalização da Receita Federal na fronteira, somada à ampla faixa de fronteira fluvial na qual operam diversos portos que se deslocam e não são controlados, propicia a prática do descaminho.

Além da baixa taxa, a legislação paraguaia permite a venda livre de artigos controlados do lado brasileiro da fronteira, como armas, medicamentos e defensivos agrícolas. Cigarros e pneus vendidos no Paraguai apresentam também um preço muito vantajoso, porém a legislação brasileira não permite que estes artigos sejam importados, devido aos critérios de controle de qualidade estabelecidos. Temos, por conseguinte, o

desenvolvimento de um lucrativo mercado de produtos que ingressam por contrabando que, na região, centra-se principalmente na importação ilegal de cigarros. As práticas de contrabando e de descaminho são consideradas legítimas pelos moradores da região, embora constituam crime previsto na legislação brasileira. Não raro, grandes contrabandistas tornam-se figuras proeminentes das elites políticas e econômicas locais. Acredita-se que estes grupos não possuam relação com as atividades do tráfico de drogas, tratando-se de redes separadas e especializadas. Os chamados “cigarreiros”, que trabalham no transporte internacional de cigarros, são facilmente identificados por seus vizinhos devido às mudanças no padrão de consumo, mas estes, por sua vez, toleram suas práticas, sob a argumentação de que são limitadas as oportunidades de trabalho formal na região.

Também há contrabando e descaminho na região da fronteira com a Argentina, ocorrendo em ambos os sentidos do fluxo tranfronteiriço. No entanto, estas atividades não afetam tanto as dinâmicas locais do município e tampouco constituem o foco da atividade policial na região. Na opinião dos entrevistados, o maior problema relacionado ao contrabando é o estigma que carregam os municípios tão somente por estarem em região de fronteira. A situação de fronteira dos municípios vizinhos à Argentina tende a não afetar a criminalidade local, e acredita-se que os mercados ilegais apenas utilizem esses municípios como parte da rota, sem estabelecer-se neles.

Os controles formais do lado argentino contribuem para o trabalho de investigação policial, que requer amplo conhecimento de movimentação, fluxo e deslocamento de pessoas para poder dar andamento ao trabalho preventivo e repressivo. A Argentina acaba se tornando uma fronteira vulnerável por meio dos portos que a ligam com o Paraguai, e por onde a circulação de pessoas indocumentadas provenientes do Brasil ocorre. Nos postos migratórios brasileiros, não existe um controle rigoroso de movimentação, mas sim do lado argentino no qual até mesmo a Aduana procede a um exaustivo controle de mercadorias que ingressam com cada pessoa. Isso não quer dizer que tudo seja fiscalizado. Houve alguns comentários, principalmente de taxistas, a respeito da saída de menores de idade não controlada na mesma passagem migratória.

Caracterização da criminalidade

No que se refere às dinâmicas criminais locais, a faixa de fronteira do Estado do Paraná apresenta certa heterogeneidade, que está em grande medida relacionada ao país com o qual limitam as diferentes regiões. Os municípios da faixa de fronteira com o Paraguai tendem a apresentar maior incidência de crimes e sensação de insegurança do que aqueles da faixa de fronteira com a Argentina. Também o tipo de fronteira com o país vizinho – seca ou fluvial – e a existência ou ausência de vias de ligação, como rodovias e pontes, influencia a situação da criminalidade nos municípios.

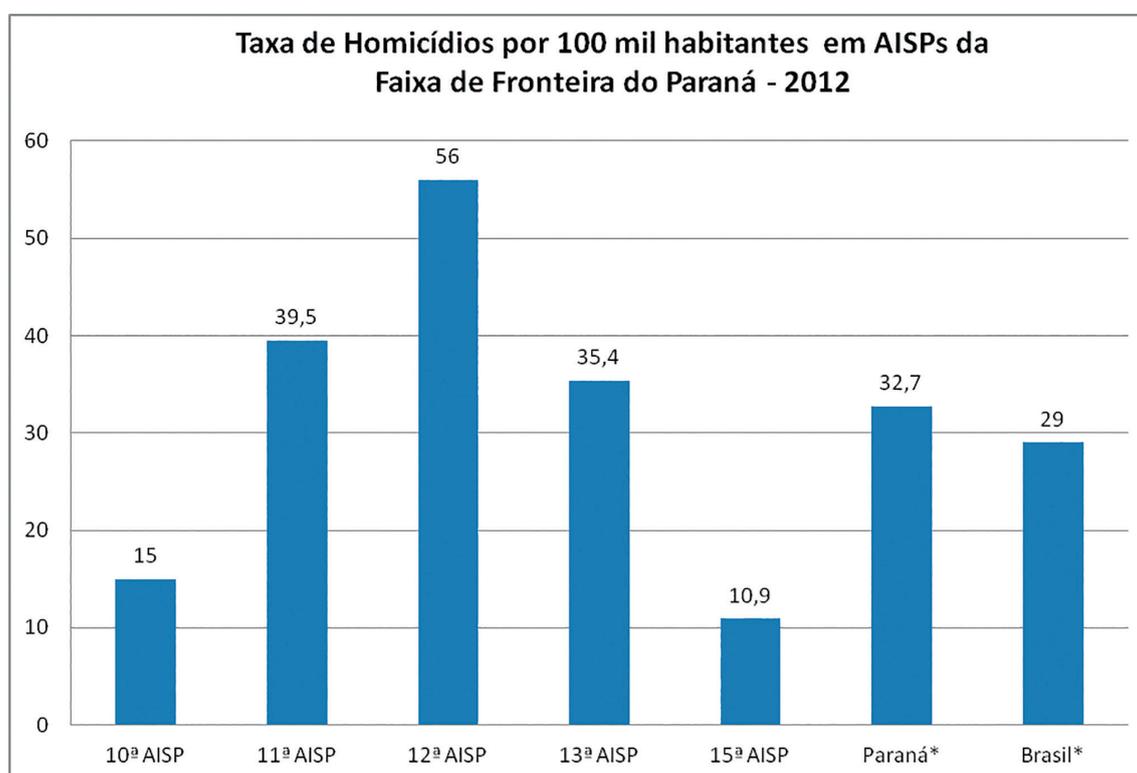
A tabela e o gráfico abaixo permitem comparar a incidência de crimes e flagrantes de posse de drogas ou armas e a taxa de homicídios nas cinco Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) situadas na faixa de fronteira:

Crimes Registrados por AISP em Faixa de Fronteira do Paraná–2012

Crime\AISP (sede)	10ª - Francisco Beltrão (340.093 habitantes)	11ª - Cascavel (508.282 habitantes)	12ª - Foz do Iguaçu (369.705 habitantes)	13ª - Toledo (389.488 habitantes)	15ª - Umuarama (312.220 habitantes)
Homicídio (vítimas)	51	201	207	138	34
Ameaça	4.272	5.575	5.044	3.718	3.259
Roubo	300	1.942	2.203	774	464
Roubo de Veículo	33	278	450	172	98
Furto	3.966	6.719	3.730	4.936	3.186
Furto de Veículo	410	710	508	555	264
Tráfico de Drogas	77	433	323	217	287
Consumo de Drogas	146	670	175	188	306
Armas Apreendidas*	254	708	384	286	261

Fonte: SESP/PR (Polícia Civil, Polícia Militar, BOU)

*Unidades

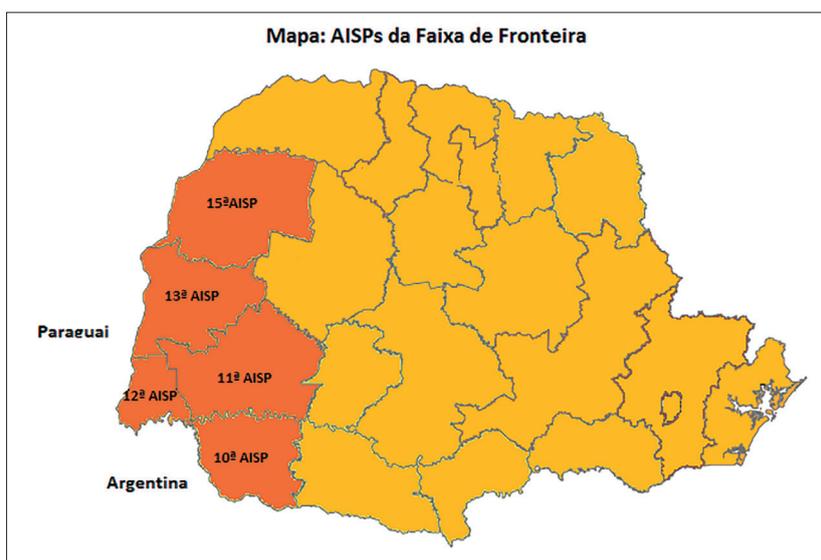


Fonte: SESP/PR e IBGE

*Fonte das taxas de referência: Ministério da Saúde/DATASUS

As regiões com a maior taxa de homicídios – superando as taxas do Estado do Paraná e do País – são aquelas situadas próximo à fronteira com o Paraguai. Sobretudo a 12ª AISP, sediada em Foz do Iguaçu, que também tem fronteira com a Argentina, mas também, em menor medida, a 11ª e 13ª AISP, sediadas em Cascavel e Toledo, respectivamente. Estas mesmas AISPs foram as que apresentaram maior incidência de roubos. Já a região da 15ª AISP, mais distante da fronteira, porém colada no Mato Grosso do Sul, só equipara-se às três supracitadas com relação às ocorrências de tráfico e consumo de drogas e apreensão

de armas. Isso provavelmente deve-se à inserção da região nas rotas do tráfico de drogas e armas que abastecem os mercados do sudeste. De resto, a 15ª AISP, sediada em Umuarama, apresenta uma taxa de homicídios ainda menor que e uma incidência criminal mais próxima à da 10ª AISP, sediada em Francisco Beltrão, que, por sua vez, refere-se à região de fronteira exclusivamente com a Argentina, conforme pode ser observado no mapa abaixo:



Em todos os municípios vizinhos ao Paraguai foi ressaltada nas entrevistas a presença de grupos de traficantes de drogas, embora haja controvérsias sobre o estabelecimento na região das grandes facções criminosas do País, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). O Paraguai é um grande produtor de maconha e, além disso, constitui uma rota alternativa para a cocaína, crack e pasta base produzidas na Bolívia ingressarem no Brasil para abastecer o mercado interno. Portanto, os municípios do oeste paranaense, da faixa de fronteira que vai de Foz do Iguaçu a Guaíra, acabam servindo como entrepostos das rotas de tráfico dirigidas principalmente às grandes cidades das regiões Sul e Sudeste.

Tanto a população local quanto os representantes das instituições entrevistados atribuem aos grupos de traficantes boa parte dos homicídios praticados na região. No entanto, há um consenso sobre os assassinatos ocorrerem no círculo restrito das pessoas envolvidas com os mercados ilegais, sem afetar tanto as rotinas dos demais moradores. Ainda assim, os entrevistados afirmaram evitar passar por certos locais em determinados horários (ex. pescar no lago de Itaipu à noite), pois temem presenciar cenas de tráfico ou contrabando e serem mortos ou ameaçados. Também se acredita que o roubo de veículos na região tenha relação com o tráfico, pois as motos e carros seriam "trocados" por drogas no Paraguai ou serviriam para o transporte de mercadorias ilícitas.

As duas principais vias de acesso ao Paraguai e também as principais portas de entrada de drogas, armas e contrabando pela fronteira do Estado do Paraná são a Ponte Internacional da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, e a Ponte Ayrton

Senna, que liga Guaíra ao município de Mundo Novo (MS), que faz fronteira terrestre com a cidade paraguaia de Salto del Guairá. Entre esses dois acessos viários, os limites internacionais entre o Brasil e o Paraguai encontram-se sobre o Lago de Itaipu, via fluvial, por onde também atravessam mercadorias ilegalmente, utilizando-se dos diversos portos clandestinos espalhados pela margem do lago. Acredita-se que o aumento da fiscalização nos acessos por ponte tenha contribuído para deslocar as rotas de tráfico e contrabando para os municípios lindeiros do Lago de Itaipu. No entanto os entrevistados destes municípios remetiam-se também à ponte mais próxima quando se referiam ao fluxo de pessoas e mercadorias pela fronteira, até mesmo quando se tratava dos mercados ilegais.

Uma preocupação muito presente nos municípios da faixa de fronteira com o Paraguai foi o crescente envolvimento dos jovens com os mercados ilegais. Embora a economia dos municípios se beneficie dos royalties pagos pela usina de Itaipu, os moradores consideram limitada a oferta de empregos na região. Outro problema apontado foi a falta de opções de lazer que, na opinião dos entrevistados, contribuiria para o aumento do consumo de drogas entre os jovens da região.

Situação das instituições de segurança pública

De modo geral, as instituições de segurança pública do Estado do Paraná encontram-se em condições melhores do que as dos estados do arco central e arco norte do País. Sobretudo no que se refere à estrutura e recursos materiais disponíveis, visto que não costuma faltar viatura, combustível, armamento e sistemas de informação e comunicação nas sedes locais dos órgãos de segurança. As experiências do GGIFron e GGIM, incentivadas pela ENAFRON, têm demonstrado êxito em integrar diferentes órgãos em ações conjuntas, mas persiste ainda o problema da falta de compartilhamento de informações. No que se refere à produção de dados, na maioria das unidades pesquisadas há produção de estatísticas e inclusão de dados no Infoseg. O maior problema apontado por todas as instituições pesquisadas refere-se à falta de efetivo e, em menor medida, a falta de treinamento específico para atuar em região de fronteira.

Com relação às instituições estaduais de segurança, o caso da Polícia Militar pareceu ser o menos crítico. Salvo os casos extremos como o município de Medianeira, onde havia apenas 1 policial militar na ocasião da pesquisa, e o de Marechal Cândido Rondon, onde excepcionalmente encontra-se a sede do Batalhão de Polícia Militar de Fronteira, a razão entre efetivo policial e população nos municípios da faixa de fronteira variou de 574 a 2.509. Os municípios mais populosos apresentaram uma razão adequada ou mesmo superior ao necessário, contudo, os municípios menos populosos tenderam a apresentar a pior razão.¹ Quanto à Polícia Civil, há delegacias na maioria dos municípios pesquisados, o que

¹ O cálculo para fixação de efetivo (Freitas, 2011):
Até 10.000 habitantes: mínimo 8 policiais;
De 10.001 a 40.000 mínimo 8 e a cada 3.000 acrescenta 1 PM (por exemplo 13.000 habitantes seria 11

é surpreendente em se tratando de municípios tão pequenos. No entanto, as delegacias dispõem de um efetivo muito reduzido, devendo muitas vezes operar com dias e horários de atendimento restritos. Além disso, a falta de delegados e policiais dificulta o andamento das investigações e a segurança em situações de custódia de presos. A carência de peritos também é significativa e prejudica sobremaneira a atividade policial. As regiões com maior taxa de homicídios se beneficiariam com a lotação de peritos nas delegacias locais.

Tendo em vista a falta de efetivo das instituições federais de segurança e fiscalização, os órgãos responsáveis pelos controles de fronteira – notadamente a Polícia Federal e a Receita Federal – praticamente não atuam nos postos de fiscalização da fronteira com a Argentina, pois os controles sobre a entrada e saída de pessoas e mercadorias neste país são suficientemente rigorosos. Os esforços e investimentos dessas instituições, no Estado do Paraná, estão concentrados na faixa de fronteira com o Paraguai, por onde ingressa ilegalmente um grande volume de mercadorias, incluindo drogas, armas e contrabando.

Embora a Receita Federal não seja um órgão de segurança, a sua atuação é de máxima relevância no contexto de combate aos ilícitos transfronteiriços. Entretanto, só existem unidades da Receita Federal nos municípios em que há vias de acesso rodoviário ao país vizinho e, mesmo assim, o efetivo é precário para dar conta do intenso volume de veículos e pessoas que atravessa diariamente a fronteira. As margens do Lago de Itaipu, por onde ingressa um grande volume de mercadorias ilegalmente, não costumam ser fiscalizadas pela Receita Federal, mas pelas polícias que, por sua vez, tendem a dar maior importância à repressão ao tráfico de drogas. A desmotivação dos policiais em efetuar apreensões de contrabando deve-se em parte ao transtorno que é ter que se deslocar por longas distâncias para conduzir o material apreendido para os depósitos da Receita Federal. A existência de mais depósitos e o funcionamento 24 horas destes pode ser um fator relevante para o aumento na apreensão de mercadorias.

A atuação da Polícia Federal no Paraná está em grande medida voltada para a repressão ao tráfico de drogas. Em 2012, a Polícia Federal instaurou 469 inquéritos e efetuou 293 flagrantes por tráfico de drogas no Paraná, sendo este o terceiro estado da federação com mais inquéritos e flagrantes de tráfico realizados pela PF no País, atrás apenas de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. O Paraná foi também o segundo estado com a maior quantidade de maconha apreendida (27.752,9 kg), superada pelo Mato Grosso do Sul, que tem uma faixa de fronteira mais extensa com o Paraguai. Com relação às apreensões de cocaína, crack ou pasta base, o Paraná teve a quinta maior quantidade apreendida (1.666,55 kg), atrás de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de São Paulo e do Amazonas, porém nenhum dos países com o qual o Paraná faz fronteira é produtor de cocaína.

policiais);

De 40.001 habitantes a 100.000 habitantes: 1: 1750 (1 policial para mil setecentos e cinquenta) habitantes);

De 100.001 a 180.000 habitantes = 1:1.500 (1 policial por mil e quinhentos habitantes);

De 180.001 a 260.000 habitantes = 1:1.000 (1 policial por 1.000 habitantes);

De 260.001 a 350.000 habitantes = 1:750 (1 policial por 750 habitantes);

Acima de 350.000 habitantes = 1:500 (1 policial por 500 habitantes).

O mesmo empenho no combate ao tráfico de drogas pode ser observado nas demais instituições policiais, como a Polícia Rodoviária Federal e as polícias Civil e Militar. Apesar de todo o empenho e das crescentes prisões e apreensões, o tráfico parece não se arrefecer. Em contrapartida, os presídios da faixa de fronteira vêm encontrando dificuldades para receber este número cada vez mais elevado de presos. Segundo os dados do DEPEN, a porção dos presos que respondem por tráfico de drogas no Paraná é de 22,4%, ficando abaixo da média do País, que está em 25,5%. Contudo, este dado espelha a realidade dos 399 municípios do Paraná e não apenas dos municípios de fronteira. A percepção dos diretores, funcionários e detentos entrevistados em presídios da região de fronteira é a de que cerca de 80% dos presos respondem por tráfico. É precária a situação da segurança nos presídios e a tendência é que este problema se agrave devido à maior efetividade dos controles policiais.

Nas páginas seguintes, um diagnóstico descritivo da situação da segurança pública para cada município da faixa de fronteira é desenvolvido.

Bibliografia

AGUIAR, José Carlos, 2010, "Stretching the border. Smuggling practices and the control of illegality in South America", CGST New Voices Series, N9.

CARDIN, Eric Gustavo. 2011, "A formação do ser social e a informalidade na Tríplice Fronteira" (Brasil, Paraguai e Argentina). In: *Congreso Internacional de Estudios del Trabajo*, 7., 2005, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, 2005, p. 01-21. Disponível em: <www.aset.org.ar>. Acesso em: 24 set. 2013.

CARDIN, Eric. 2013. "Sociedade e indivíduos: convivendo com a violência na fronteira", Em Eric Cardin (Org.) *As múltiplas faces das fronteiras*, Editora CRV, Curitiba.

CARDIN, Eric. 2011, *Laranjas e sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*, Cascavel, UNIOESTE.

DREYFUS, Pablo. 2007. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLIS, Luis Guillermo (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 105-134. Disponível em: <<http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/David/05.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2012. *Caderno estatístico município de Foz do Iguaçu*. Curitiba: IparDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850>>. Acesso em: 24 set. 2013.

ITAIPU BINACIONAL. *Complexo turístico de Itaipu tem aumento de 14% no movimento de visitantes*. 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.itaipuemfozdoiguacu.com/itaipu/complexo-turistico-de-itaipu-tem-aumento-de-14-no-movimento-de-visitantes/>>. Acesso em: 24 set. 2013.

MENDES DA SILVA, Evaldo. 2010. *Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos mbya e nhandéva (guarani) na Tríplice Fronteira*. Cascavel: Edunioeste.

OSORIO MACHADO, Lia. 2013, "Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança, em *Geopolítica das Drogas* (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/MRE

PONTES FILHO, Almir. 2011. "O direito indígena dos guaranis na área da Tríplice Fronteira (Brasil- Paraguai e Argentina)" em *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, Curitiba, 15: 228-257 vol.1

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. *Dados gerais*. 2013. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/dados_gerais.asp>. Acesso em: 24 set. 2013.

RABOSSI, Fernando. 2011. Como pensamos a Tríplice Fronteira? En Macagno, Lorenzo; Silvia Montenegro y Verónica Giménez Beliveau (comps.) *A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba, Editora UFPR, p. 39-61.

RABOSSI, Fernando. 2007. "Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação". In: *Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações*. SEYFERTH, Giralda; PÓVOA, Hélio; ZANINI, M.C.; SANTOS, M. (orgs.). Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria.

RABOSSI, Fernando, 2011, "Como pensamos a Tríplice Fronteira?" In Macagno, Lorenzo; Silvia Montenegro y Verónica Giménez Beliveau (comps.) *A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*, Curitiba, Editora UFPR, p. 39-61.

RENOLDI, Brígida, 2013, "Organización, crimen y acción: relatos policiales de la Triple Frontera", In César Barreira (org.) *Violência, Ilegalismos e lugares morais*, Pontes de Campinas, Campinas (no prelo)

RENOLDI, Brígida, 2013, "Fronteras que caminan: relaciones y movimiento en la frontera tripartita de Argentina, Paraguay y Brasil", en *Revista Transporte y Territorio*, Universidad de Buenos Aires, Dossier "Fronteras y movilidades", coordinado por Alejandro Benedetti, p. 123-140

ROSEIRA, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: *Encuentro de Geografos da América Latina, 2009, Montevideu*. 12 Encuentro de Geografos da América Latina, 2009.

Foz do Iguaçu

A cidade de Foz do Iguaçu foi criada pela Lei Estadual nº 1.658 em 3 de março de 1917. Está localizada ao noroeste do estado, a 636 km da Cidade de Curitiba, capital do Estado de Paraná. Foz do Iguaçu está separada do território paraguaio pelo Rio Paraná e conectada à vizinha Ciudad del Este pela Ponte Internacional da Amizade, edificada em 1965. Já a fronteira com a Argentina é cortada pelo Rio Iguaçu, havendo ligação entre Foz do Iguaçu e o município argentino de Puerto Iguazú pela Ponte Tancredo Neves.² A convergência das três cidades é conhecida como a Tríplice Fronteira. O acesso a Foz do Iguaçu é pela BR-277, construída em 1969, que liga Curitiba ao litoral paranaense.

Mapa – Município de Foz do Iguaçu e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=parana|foz-do-iguacu>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 1.658, de 03-03-1917.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 617,700 km ²
Fronteiras e Limites: a Argentina, o Paraguai e municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Ciudad del Este, Presidente Franco e Hernandarias.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 256.088 habitantes
Densidade demográfica: 414,58 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 6 702 200.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 26.398,58
IDH-M (2010): 0.724
Gentílico: iguaçuense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

² De acordo com o Censo de 2002, Ciudad del Este e seus arredores (o que inclui os distritos de Presidente Franco, Hernandarias e Minga Guazú) tinha uma população de 386.284 (DGEEC, 2004). Puerto Iguazú tinha, em 2010, uma população de 81.215 (INDEC, 2010).

Histórico

Pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná no espaço brasileiro do reservatório de Itaipu, antes de sua formação, situaram em 6.000 a.C. os vestígios da mais remota presença humana na região; vários grupos humanos sucederam-se ao longo dos séculos.

Em 1542, o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca chegou ao Rio Iguaçu e “descobriu” as quedas. Em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois colonos, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia militar na fronteira-marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu. Em 22 de novembro de 1889, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados. Em 1910, a Colônia Militar passou à condição de “Vila Iguassu”, distrito do município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila.

Em 14 de março de 1914, pela Lei 1.383, foi criado o município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. Em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu. O distrito criado com a denominação de Iguassu, pela Lei Estadual n.º 971, de 9/4/1910, era subordinado ao município de Guarapuava. Elevado à condição de cidade, com a denominação de Foz do Iguaçu, pela Lei Estadual n.º 1.658, de 3/3/1917. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Foz de Iguaçu e Alvorada de Iguaçu. Assim, permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (Fonte: Foz do Iguaçu (PR). Prefeitura. 2013. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br>. Acesso em: jul. 2013).

Esta fronteira contava com população nativa composta principalmente pela etnia Guarani, que foi sendo deslocada na medida em que a fronteira se desenvolveu como área comercial e habitacional. Não existem dados precisos sobre a população indígena residente na Tríplice Fronteira, mas no Brasil foram registrados sete postos indígenas apenas na fronteira oeste e sudoeste do Estado do Paraná. Os Guarani e os Kaingang somavam 4.801 pessoas até o ano 1999, segundo os dados disponibilizados pela Assessoria Especial para Assuntos Indígenas do Governo do Paraná (Mendes Da Silva, 2010).

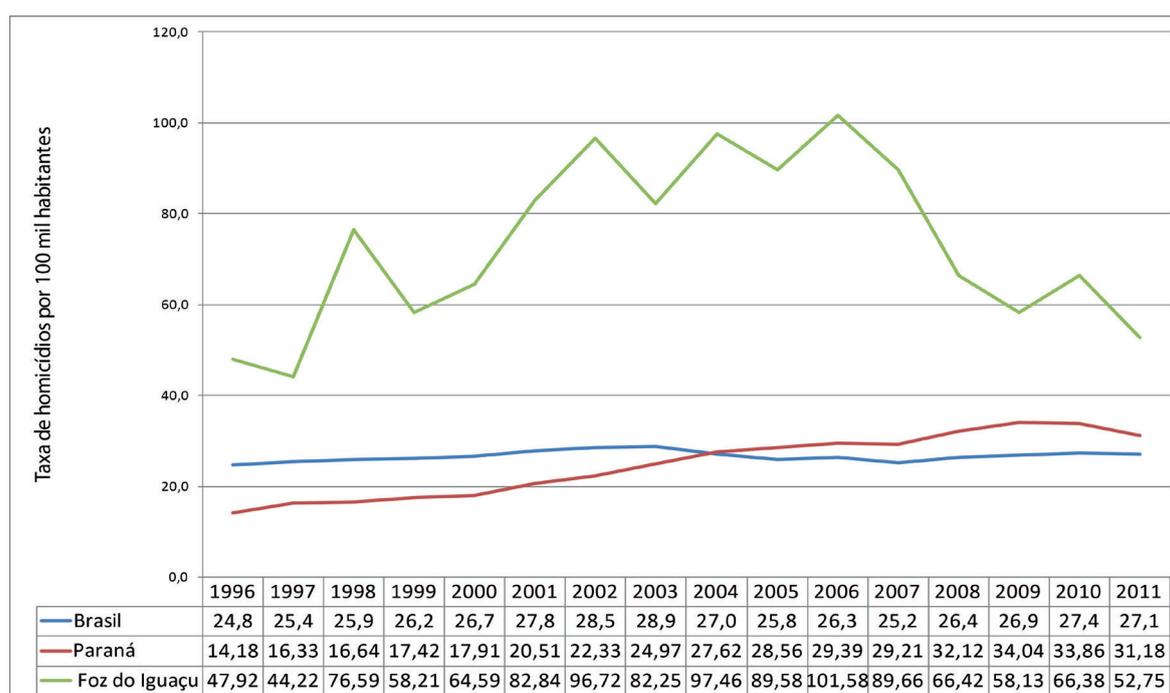
Atualmente, o espaço de encontro das fronteiras entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai é o mais densamente ocupado nas fronteiras brasileiras. Desde a construção da rodovia BR-277, houve um aceleramento do desenvolvimento de Foz do Iguaçu, que tinha, na época, aproximadamente 35.000 habitantes e agora conta com uma população

de 250.918 habitantes em 2010. A hidroelétrica de Itaipú, cuja última unidade geradora de energia se ativou 2007, foi também um grande impulso para o crescimento da cidade desde o começo das obras nos anos setenta.

Diagnóstico da Segurança Pública em Foz do Iguaçu

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 255.718 habitantes
Homicídios (2012): 164
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 616 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.304 habitantes

Gráfico–Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Paraná e Município de Foz do Iguaçu, 1996 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

Embora o município de Foz do Iguaçu seja um dos municípios de fronteira com maior densidade institucional, nota-se que a taxa de homicídios mantém-se muito mais elevada do que a média do Estado do Paraná e do País, ao longo de todo o período considerado. O ano em que a taxa foi a mais alta foi 2006, quando superou 100 homicídios por 100 mil habitantes. Após atingir este ápice, a tendência passou a ser de queda, mas permanece alta a incidência de homicídios no município

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal								
População (estimativa em 2012) = 255.718 habitantes								
Homicídios (2012) = 164								
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	5 delegacias		1 batalhão e 1 quartel		1 delegacia e 1 posto		1 delegacia e 4 postos de fiscalização	
Efetivo	Delegados	5	Oficiais	15	Delegados	**	Delegados	2
	Agentes	105	Praças	400	Agentes	**	Agentes	107
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições		Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições		Novas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	25		**		**		23	
Impressora	7		**		**		7	
Telefone fixo	20		**		**		1	
Fax	5		**		**		-	
Scanner	4		**		**		7	
Internet	Com acesso		**		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		**		**		5	
Estação de rádio digital	-		**		**		-	
Equipamento de visão noturna	-		**		**		-	
Aparelho de TV	4		**		**		2	
Gravadores	4		**		**		-	
Máquina Fotográfica	12		**		**		120	
Filmadora	9		**		**		4	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	22	-	60	8	100	**	13	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	4	-	20	**	-	-
Moto	-	-	35	5	20	**	7	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-	-	**	-	-
Avião	-	-	-	-	-	**	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	**	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	**	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	**	-	-
Outros	-	-	-	-	-	**	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade		Frequentemente atende as necessidades			
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	4		-		2		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		Sim		**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	25		Sim		**		-	
Rádio portátil (HT)	20		150		**		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**		-	
Notebooks	15		Sim		**		Sim	
Arquivos em ficha de papel	25		-		**		Vários	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	75	400	Sim	107	
Colete antibalísticos	70	400	Sim	107	
Escudos	4	Sim	Sim	10	
Capacetes	3	Sim	Sim	5	
Placa balística	-	400	Sim	-	
Outros	-	-	-	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*	400	**	*	
Carabina	5	20	**	1	
Espingarda	5	1	**	4	
Metralhadora	5	-	**	-	
Submetralhadora	4	8	**	3	
Fuzil	5	8	**	1	
Revólver	-	-	**	-	
Pistola	75	450	**	107	
Arma de condutividade elétrica	*	-	**	8	
Bomba de efeito moral	*	20	**	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**	*	
Outro	-	-	**	Munição anti-motim	Sim
				Espargidores de pimenta	Sim
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes	Suficientes	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	
Tem carceragem?	Sim	Não	Sim	*	
Capacidade	15	*	12	*	
Média de presos/mês	20	*	50	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	
	200	*	**	*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 grupamento e 1 subgrupamento		
Efetivo	Oficiais	15	
	Praças	152	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	15	1
	Viatura de combate a incêndio	3	2
	Viatura de salvamento, busca e resgate	3	1
	Viatura com escada ou plataforma	1	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	5	1
	Motocicleta	2	-
	Embarcações sem motor	4	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	3	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		

Segurança Pública nas Fronteiras

Atividades mais frequentes	Incêndios	2º
	Incêndios florestais	4º
	Explosões	6º
	Acidentes de trânsito	1º
	Acidentes ambientais	5º
	Salvamento, busca e resgate	3º
	Outros (atendimento clínico)	7º

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	270	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	38	2
	Viatura para mais de cinco pessoas	2	-
	Moto	50	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	283	
	Coletes antibalísticos	314	
	Escudos	-	
	Capacetes	71	
	Placas balísticas	628	
	Outros	-	
		Cotoveleiras para moto	23
	Joelheiras para moto	23	
Guarda atuando armada	Não		

Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	270	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	30	
	Bomba de efeito moral	-	
	Outros	Bastão retráteis	45
Espargidores de pimenta		30	
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim	
	Segurança em eventos e comemorações	-	
	Ronda escolar	Sim	
	Auxílio à Polícia Militar	-	
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	Sim	
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	Sim	
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-	
	Ações educativas junto à população	-	
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-	
	Atividades de defesa civil	Sim	
	Posto de guarda	-	
	Proteção ambiental	-	
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-	
	Atividades assistenciais diversas	-	
Outra	-		

Polícia Civil

Existem no município de Foz do Iguaçu 5 delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada tem conexão à internet com velocidade de 2 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Foz do Iguaçu utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2009, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular, mas, segundo o entrevistado, as estatísticas não se encontram no município. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Municipal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público, o Poder Judiciário, o IBAMA e com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Foz do Iguaçu, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Foz do Iguaçu apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela, Ágata e Fronteira Blindada. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Foz do Iguaçu, há um batalhão da Polícia Militar que dispõe de 15 oficiais e aproximadamente 400 praças. Nesta unidade, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego e ameaça.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Guarda Municipal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Exército, a Polícia Federal, a Receita Federal, a Operação Ágata e a Fronteira Blindada. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Centro Regional de Inteligência. Em Foz do Iguaçu, a Polícia Militar tem uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Há no município de Foz do Iguaçu 1 grupamento e 1 subgrupamento do Corpo de Bombeiros, somando 15 oficiais e 152 praças. Na unidade considerada, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foram consideradas suficientes. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate não o foi, sendo necessário o item desencarcerador hidráulico. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade é suficiente. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 10 megas. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado não soube responder se esta unidade faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios e atendimentos pré-hospitalares.

O Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis e confiáveis, com troca de informações e colaboração em realização de missões conjuntas. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas.

Polícia Federal

A delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu foi inaugurada há aproximadamente 20 anos. Nesta unidade, os sistemas de administração em uso são: sistema de estoque, de protocolo, financeiro, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Nesta delegacia, há conexão com a internet, o entrevistado não soube precisar a velocidade, mas afirmou se tratar-se de uma conexão em banda larga. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: registro de ocorrências, registro de inquéritos, georreferenciamento, dados em tabelas ou listas de papel e o uso de fichas de papel em fichários. O banco de dados desta unidade está integrado aos sistemas de informação, tais como a SERPRO, a COPEL, o MP, o INFOSEG e a SANEPAR.

Entre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram: combate ao contrabando e ao descaminho, combate ao tráfico de drogas e combate ao tráfico de armas. A Polícia Federal do município de Foz do Iguaçu participa do Gabinete de Gestão

Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Comando Tripartite. Na avaliação do respondente, tal participação modifica e melhora as suas condições de atuação. Esta unidade participou do ENAFRON ou do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Neste mesmo ano, as unidades da Polícia Federal de Foz do Iguaçu participaram da Operação Ágata e das Operações Sentinela –, nesta, foram designados cerca de 50 policiais federais ao longo do ano. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) não atua neste município. Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional, as Forças Armadas e a Polícia Militar. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com todas as unidades em questão. Há também cooperação com as polícias de outros países, sendo as relações com tais instituições conflitantes, porém colaborativas, baseadas em troca de informações.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Foz do Iguaçu, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (dos acidentes de trânsito), georreferenciamento, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. Há a divulgação pública e regular das estatísticas (que são produzidas desde 1990), bem como a integração do banco de dados aos sistemas SINGER e de acidentes e multas. O posto dispõe de internet com velocidade de 2 megas.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata, Sentinela, Nhapecani, Fronteira Blindada e Binacional. Cinquenta de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Foz do Iguaçu foram a Receita Federal, a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Estadual.

Em Foz do Iguaçu, há em média quatro barreiras fixas ou móveis da Polícia Rodoviária Federal.

Guarda Municipal

O município de Foz do Iguaçu tem Secretaria Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal, criada em 1994, com sede em instalações próprias municipais. É subordinada à Secretaria Municipal de Segurança ou Defesa Social. O diretor da Guarda Municipal é graduado em direito. O município tem Gabinete

de Gestão Integrada Municipal, Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e Plano Municipal de Prevenção à Violência. A Guarda Municipal obteve outros recursos, além daqueles do seu orçamento, da SENASP/MJ. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, os direitos humanos e o direito penal, também foram tratadas, com especial atenção, técnicas de abordagem e ordem unida. Uma peculiaridade da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu é o porte de armas de fogo por parte dos guardas.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos, falta de apoio dos outros órgãos municipais e indefinição quanto ao seu papel e atribuições. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As relações com os gestores dos países vizinhos são amigáveis e colaborativas com troca de informações. As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: roubo ou furto a pessoas, veículos e residências; perturbação de sossego (som alto em residência ou veículo); venda e uso de drogas; dano ao patrimônio público e particular; e crimes ambientais.

Em decorrência das denúncias de desvio de conduta dentro da Guarda Municipal, foram instalados GPS nas viaturas para poder acompanhar sua movimentação a partir de uma central. Telefones operacionais também passaram a ser gravados, e foi criada uma corregedoria de plantão, com o intuito de garantir a fiscalização do trabalho cotidiano dos guardas e prevenir o cometimento de delitos dentro da própria instituição.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Foz do Iguaçu foi criado no ano de 2011, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são: crime contra o patrimônio, contra a pessoa, contrabando e descaminho. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Foz do Iguaçu recebe demandas da comunidade por meio de outros representantes/lideranças das comunidades, por intermédio dos integrantes do Conselho, pela polícia e pela participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações e a falta de confiança no policial. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que após a criação do Conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	9	Promotores	15	Conselheiros	5
	Funcionários	190				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Foz do Iguaçu tem uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas. São 3 juizados especiais criminais, 4 varas criminais, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de quatro carros para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 20 MB/s. Estima-se que por volta de 590 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2006, e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantão do judiciário para apoiar as operações do Exército e da Força Nacional.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Foz do Iguaçu, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho; a falta de recursos

materiais; a falta de recursos humanos; a falta de apoio da população; e a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Pelo menos, desde o ano de 1997, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam ao menos de dois coletivos de gestão de segurança pública: o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o Conselho Municipal. Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira (no plano estritamente processual) e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Foz do Iguaçu são: a Polícia Federal, a Justiça Federal e a Receita Federal. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e de armas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: tráfico de drogas, contrabando e tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Foz do Iguaçu e dois Conselhos Tutelares. Para o Conselho Tutelar consultado neste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Efetivo	Auditores	76
	Técnicos	36
	Terceirizados	460
	Analistas-tributários	136
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Há, no município de Foz do Iguaçu, uma delegacia da Receita Federal e postos aduaneiros na Ponte da Amizade, na Ponte Tancredo Neves e no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. A delegacia da Receita Federal deste município dispõe de 90 carros oficiais e uma moto funcionando, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade da conexão (afirma se tratar de uma rede empresarial). A Receita Federal de Foz do Iguaçu participa de dois coletivos de segurança pública:

Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Já para a Polícia Militar, a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelo potencial turístico. Para alguns entrevistados, principalmente das instituições estaduais, é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira, já para os representantes de instituições federais é um prejuízo. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Foz do Iguaçu é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Foz do Iguaçu foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infantojuvenil e imigração ilegal. Foram destacados pela Polícia Federal a disputa por terras e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes assinalados como os mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Foz do Iguaçu

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são à residência, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto de veículos e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados extorsão simples, fraude contra o comércio, golpe do cartão clonado, cheque sem fundos e extorsões mediante roubo ou furto de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais;

foi citado também o conflito por propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e conflito pela propriedade de algum bem. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Foz do Iguaçu sejam: estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: crimes contra o patrimônio, homicídio, tráfico, porte ilegal de armas de fogo e roubo, resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Com relação às vantagens e desvantagens da proximidade com a fronteira, todos concordaram que a diversidade cultural é gratificante para os moradores da cidade. O fato de a cidade ser um destino turístico também favorece as trocas com pessoas dos mais diversos lugares do mundo. A proximidade do Paraguai e da Argentina dinamiza a vida cotidiana, seja para fazer compras nos países vizinhos, seja para aproveitar a noite optando por algo diferente.

No entanto, apesar de reconhecerem tais vantagens, assinalaram também a falta de emprego e suas consequências como problemas específicos de Foz do Iguaçu. Nesse sentido, alguns participantes do grupo focal consideram que o município perde possibilidades de crescimento no momento em que boa parte das pessoas trabalha no comércio no Paraguai. Alguns participantes afirmaram que aproximadamente 60% dos alunos de escolas de alunos pertencentes a famílias de baixa renda se dedicam a prestar serviços informais para comerciantes paraguaios ou brasileiros que trabalham no Paraguai, e que no aumento das necessidades de subsistência são os primeiros a abandonar a escola. Mas se, por um lado, jovens brasileiros se deslocam a Ciudad del Este para trabalhar, por outro, jovens paraguaios, principalmente adolescentes mulheres, se inserem no mercado da prostituição em Foz do Iguaçu, por ser a cidade em que se alojam os turistas vistos como potenciais clientes.

Outro aspecto problemático apontado foi a demanda por parte da população paraguaia dos serviços de saúde pública, o que sobrecarrega o sistema no lado brasileiro. Os recursos hospitalares são solicitados principalmente para o atendimento a mulheres grávidas e a efetivação de partos.

A avaliação geral sobre a criminalidade da cidade é que ela está atrelada aos mercados ilegais. Embora todos os participantes do grupo focal estejam de acordo sobre o comércio de cigarros e o tráfico de drogas serem as principais atividades que resultam

em acerto de contas por meios violentos, também concordam que este tipo de violência não atinge a população comum, que não está envolvida em atividades ilícitas. Mas apesar de reconhecerem esta particularidade, acreditam que falta de emprego e falta de opções para os jovens criam condições de ingresso cada vez maiores nas rotinas de uso de drogas e de álcool, trazendo como consequência também um aumento da criminalidade comum por meio de assaltos e roubos para poder custear o consumo dessas substâncias.

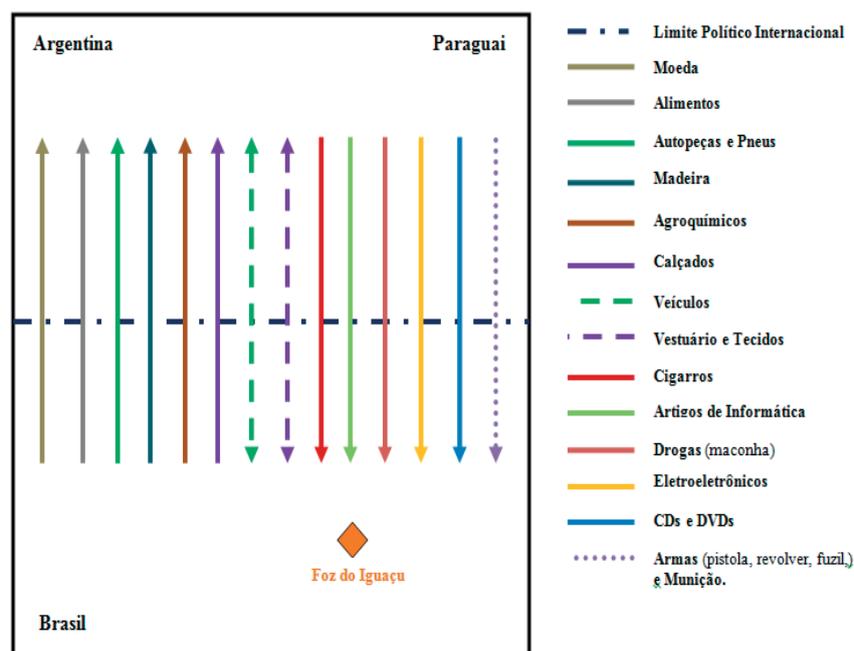
Também houve acordo quanto a muitas das atividades ilegais, no que se refere ao local onde ocorrem e a quem as desenvolve serem conhecidos pelos vizinhos. Adota-se, entretanto, a posição de não denunciar para garantir a segurança pessoal. Dessa maneira, existe um convívio cotidiano e pacífico entre quem se dedica aos ilícitos e quem não o faz, baseado no estabelecimento de regras de silêncio que terminam por permitir a reprodução das lógicas criminais. Falou-se das pessoas que pensam os esquemas delitivos e que controlam pontos de circulação de mercadorias, que são conhecidos como “os cabeça”. Estas pessoas podem se tornar importantes em épocas eleitorais por conhecerem muitas pessoas e pelo poder que adquiriram em manter a população próxima na cumplicidade e no silêncio.

De maneira geral, os representantes da sociedade civil concordam que não será possível implementar medidas restritas ao município em função de melhorar a situação da segurança pública, devendo se optar por medidas de integração internacional que favoreçam o desenvolvimento conjunto da região em termos de legalidade e bom convívio. Em nada contribuirá a exacerbação da fronteira por meio de bloqueios e ações puramente repressivas, se não se conseguem promover instâncias de desenvolvimento para a região.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de Foz do Iguaçu e os países vizinhos. O comércio local está principalmente voltado para mercadorias, como vestuário e tecido, calçados e alimentos. As atividades ilegais resultam basicamente de contrabando de cigarros, de drogas e de armas. As apreensões no último ano foram basicamente de cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática, CDs e DVDs, bebidas, maconha, crack, medicamentos e cocaína. A principal apreensão de drogas é de maconha. Os números de ocorrências envolvendo drogas são muito frequentes. A maioria dos entrevistados considera que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria (multiplicaram-se as rotas, transferindo-as para outros municípios e para o meio fluvial do lago de Itaipu).

Figura: Fluxograma de mercadorias e pessoas entre Foz do Iguaçu x Paraguai e Argentina



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Todos os entrevistados reconhecem que a sociabilidade local é dinâmica, que existem boas relações interpessoais, também rotinas de lazer e trocas comerciais, assim como relações de parentesco que ligam em alguns casos as três cidades: Foz de Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. Além disso, os entrevistados têm enfatizado o aspecto migratório como uma peculiaridade da fronteira, não apenas dos países vizinhos, mas do Oriente Médio e de diferentes estados do Brasil. Uma característica com a qual quase todos os entrevistados concordam é o crescimento da cidade como polo educativo, principalmente devido à criação da Universidade de Integração Latino-americana (2008).

As vantagens estão relacionadas ao potencial turístico proporcionado pelas Cataratas do Iguaçu e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, que são grandes atrativos locais. A movimentação também está associada ao que há de diferente em cada país. O artesanato e a culinária é o que mais circula do Brasil para o Paraguai, enquanto na Argentina ingressam comestíveis, tais como cebola, tomate, azeitona, quando os preços estão mais baixos. Pessoas do Paraguai vendem chás nas esquinas das ruas em Foz do Iguaçu, e também outros produtos manufaturados. Muitas vans passam com frutas de manhã para os países vizinhos, e os proprietários delas vendem de forma fracionada nas ruas dos outros países, pois é baixa a produção no Paraguai e na Argentina.

Em nível local, existem ônibus que atravessam as cidades de quinze em quinze minutos, isso permite uma circulação regular. Não há mais controle de fronteira, no lado brasileiro, para quem vem da Argentina para o Brasil – o posto da Receita Federal não costuma estar ativo –, mas é bastante rígida a fiscalização do lado argentino, tanto para

quem entra, quanto para quem sai. Também não há um controle rigoroso na Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai. A Receita Federal eventualmente aborda quem entra no Brasil, mas não costuma haver controle migratório.

A migração que recebe a cidade provém também de países como Bolívia, Cuba, Argentina, e países do Oriente Médio. Foz do Iguaçu é uma cidade cosmopolita, com grande diversidade cultural e religiosa, são muitas as línguas faladas, como libanês, inglês, alemão, guarani, espanhol e português, o que traz uma abertura ao conhecimento mundial e um grande fluxo de pessoas. Há uma vereadora libanesa cumprindo mandato atualmente na cidade o que, na opinião de alguns entrevistados, demonstra a abertura cultural e a integração local. Sobre as acusações de terrorismo direcionadas à comunidade árabe, de forma geral, os entrevistados afirmam que nada tem sido constatado. O que sim existe são relações de parentesco e de ajuda familiar pela qual algumas pessoas enviam dinheiro para os países de Oriente Médio, mas isso não está relacionado, até onde tem sido investigado, com nenhum tipo de organização terrorista. A maioria dos chineses, árabes, muçulmanos e japoneses vinculados ao comércio reside em Ciudad del Este, não havendo conflitos entre eles, tampouco constituindo um problema para Foz do Iguaçu.

Embora a mobilidade transfronteiriça e a diversidade cultural sejam valorizadas, também existem desvantagens. Os entrevistados concordaram que a cidade é atrativa para quem pretende melhorar suas condições de vida de forma “fácil”, o que faz com que pessoas cheguem à cidade com objetivos pontuais, abandonando-a logo que os alcancem. Como o mercado de trabalho local não consegue absorver a demanda, uma vez concluídas as atividades específicas, as pessoas que optam por morar em Foz do Iguaçu podem terminar se dedicando ao trabalho informal para subsistirem. Dessa maneira, a cidade acaba sendo vista como propícia a práticas ilícitas.

Percepção da dinâmica urbana

Ao mesmo tempo em que reconhecem as vantagens descritas, os entrevistados concordam que o estreitamento de laços sociais e comerciais, principalmente com o Paraguai, gera a possibilidade de articular também atividades ilegais que são características em certos circuitos. Todos concordam que a população não vê problemas em algumas práticas econômicas ilegais, sobretudo contrabando, pois um número não desprezível de moradores da cidade, sobretudo aqueles que não conseguiram se inserir no mercado formal, subsiste de atividades informais que envolvem mercadorias lícitas de circulação ilícita, assim como mercadorias ilícitas. Contrabando e descaminho são vistos como crimes de menor potencial ofensivo, embora possam resultar em homicídios, tal como afirma a maioria dos entrevistados.

Na opinião dos profissionais de segurança pública entrevistados, a criação de uma zona franca no lado paraguaio proporciona uma situação de fronteira muito particular para a região, uma vez que, além do intenso fluxo de pessoas e mercadorias, o território é de difícil controle, devido aos rios e ao lago criado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os policiais apontam a administração do Estado paraguaio como um problema para o Brasil. Eles identificam a falta de investimentos e de colaboração formal por parte das agências paraguaias, seja policiais, seja alfandegárias, e atribuem-nas ao desinteresse em ter o Brasil como parceiro, mas sim como consumidor.

A maioria dos entrevistados considera a cidade segura, pois as pessoas podem circular com tranquilidade por diferentes bairros, até mesmo aqueles considerados mais perigosos. A insegurança é percebida como restrita a quem está envolvido em circuitos de ilegalidade. Segundo um representante do Conselho Tutelar, a cidade em si mesma é segura, e 70% da violência está associada a atividades específicas. Nos últimos anos, tem aumentado o problema do uso de drogas, e isso faz com que os consumidores recorram ao assalto para poder comprar as substâncias das quais dependem. Os reforços na fiscalização federal e no controle das forças de segurança, em todos os níveis, ajudaram em muito a inibir a criminalidade.

É comum que os indígenas da região ingressem no Brasil e fiquem nas ruas à espera de fazer algum dinheiro, e não é raro ver as crianças vendendo artesanato e demais objetos nas calçadas. Na opinião do representante do Conselho Tutelar, essa situação não pode ser resolvida, pois diferentes medidas já foram tomadas sem resultados, pois as pessoas voltaram sempre para as mesmas atividades.

Um dos problemas evidentes na cidade é a mendicância. Outro problema que emergiu nos últimos anos é a dependência química dos adolescentes, confrontando-se com a realidade local de não existirem clínicas ou alas hospitalares para auxiliar as pessoas por meio de programas de desintoxicação. Existe uma demanda considerável das mães e familiares solicitando ajuda para esses problemas. A prostituição também é ressaltada como um problema de difícil identificação e prevenção. A evasão escolar não fica atrás na lista de dificuldades que afrontam o município. Nos bairros situados às margens do rio, como Jupira e Porto Belo, a população é pobre e tem dificuldade para se integrar ao mercado formal de trabalho, de modo que muitos jovens acabam deixando a escola para trabalhar em atividades informais e prover o sustento de suas famílias.

Os mercados ilegais

Segundo os operadores de segurança entrevistados, os principais crimes no município são: contrabando, descaminho e tráfico de drogas. Trata-se de atividades propiciadas pela

constituição geopolítica da cidade e pelo histórico de intercâmbio, fluxos e formas de controles locais. Estas atividades envolvem geralmente adolescentes e adultos jovens, que consideram o tráfico ou contrabando uma opção de trabalho diante da escassez de empregos no município. Ao mesmo tempo, concordam que as pessoas envolvidas no tráfico de drogas de larga escala costumam ser de fora do município, enquanto os jovens dos setores populares locais se dedicam mais à venda a varejo para usuários da cidade ou operam como mediadores entre os fornecedores do lado paraguaio e os interessados de diferentes lugares do Brasil, que procuram comprar drogas na fronteira.

Os casos de flagrante por tráfico de entorpecentes tendem a assumir perfis relativamente regulares: motoristas de caminhões ou carros que transportam drogas ilegais, principalmente maconha (e em alguns casos cocaína); e pequenos carregamentos levados por jovens como bagagem, em ônibus que fazem viagem de longa distância, para o interior do Estado do Paraná.

Na opinião dos entrevistados das forças de segurança, a fronteira facilita o comércio, com isso a circulação de dinheiro aumenta. Os rigorosos controles operados na Argentina fazem com que essa fronteira em particular não apresente problemas para o Brasil. Criminosos brasileiros não conseguem se refugiar na Argentina como o fazem no Paraguai. Todos concordam que o caso da fronteira com Paraguai é muito diferente devido à falta de controle migratório e a ausência de interesse governamental em controlar a circulação. Alguns até se arriscam a afirmar que 80% dos homicídios em Ciudad del Este são decorrentes de envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

Relatos reiterados dos entrevistados descrevem situações de violência que podem acarretar homicídios em situações de envolvimento de jovens nas redes de comercialização e transporte de drogas que, como eles afirmam, “dão golpe no empregador”. Isso quer dizer que jovens começam a trabalhar transportando mercadorias ilegais, podendo ser cigarros ou drogas, e em determinado momento dão por “tomada” a mercadoria pela polícia quando o que ocorre é que eles ficam com ela para revenda. Quando os contratantes descobrem que a mercadoria foi desviada da rota e que a pessoa mentiu, ocorre o “acerto de contas”. Não é tão raro que, no transporte de cigarros contrabandeados para o País, ocorram assaltos e a mercadoria seja perdida, sem que o dono do carregamento tenha a oportunidade de reclamar por isso. Estes roubos também acarretam acerto de contas.

A partir do conhecimento dos policiais, conclui-se que o problema da violência no município não afeta diretamente à população que não se encontra envolvida em atividades ilícitas. Embora ocorram roubos e furtos, a única especificidade da situação de fronteira a este respeito é que o alvo são majoritariamente turistas e “compristas”, também conhecidos como “muambeiros”, que normalmente não residem na cidade. Estes últimos

não reportam a polícia quando são vítimas de assalto ou furto, pois os bens subtraídos tendem a ser de origem ilícita. Segundo os entrevistados, a maioria dos furtos é realizada no bairro central da cidade entre as 10h e as 19h da noite. Já os roubos ocorrem entre as 19h e a 1h da madrugada.

Segundo o policial militar entrevistado, dez anos atrás havia na cidade organizações criminosas chinesas, mas hoje em dia não pode se dizer que operem em Foz do Iguaçu. As facções criminosas preponderantes no Rio de Janeiro e em São Paulo, na opinião do entrevistado, não são fortes na cidade. Isso pode estar relacionado à existência de um mercado local bem constituído em torno do controle do contrabando, caracterizado pelas relações familiares e as lealdades locais que, além de garantir o desenvolvimento ordenado das atividades, não permitem o estabelecimento de outras organizações no lugar. Na hipótese de alguns entrevistados, são os grandes contrabandistas de cigarro que não permitem o assentamento de lideranças dos “comandos” na região, evitando assim atrair mais controles do que já existem no município. Esta hipótese é compartilhada por alguns entrevistados que se encontram em prisão por tráfico de drogas na cidade.

Os entrevistados concordam que as formas em que o comércio ilegal se realizam variam de iniciativas individuais ou de redes pequenas de associação a formas mais complexas em que se articulam investidores de outros estados do País. Da caracterização que foi realizada deste tipo de mercado se deriva que são grupos variáveis sujeitos a mudanças na integração de seus membros. A grande maioria no mercado é composta por cidadãos brasileiros. Em alguns casos também foi afirmado que se sabe do envolvimento de políticos no mercado ilegal, principalmente de cigarros, mas que não existem investigações a respeito.

Os entrevistados identificaram distintos papéis desempenhados por pessoas no contrabando e tráfico de drogas: as “mulas”, que transportam carregamentos de mercadorias; o “aviãozinho”, que leva e traz pequenas quantidades de droga pela cidade; o “muambeiro”, que transporta produtos contrabandeados para revenda; o “patrão”, que é o quem investe na compra dos carregamentos; e o “intermediário”, que estabelece contatos para a compra de mercadorias no lado paraguaio da fronteira. Foi afirmado que organizações criminosas estruturadas operam em Foz do Iguaçu, mas não se sabe quem ocupa o topo da hierarquia, apesar da inteligência policial. De maneira geral, e pelo que a experiência dos entrevistados indica, raramente é preso o grande traficante, mas apenas as “mulas”, pois as prisões tendem a ocorrer em flagrante de transporte de drogas. Ouve-se falar também da existência de membros das grandes organizações instalados na fronteira, do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital, mas nada disso tem sido comprovado. No entanto, os entrevistados acreditam que boa parte das armas utilizadas por criminosos nas grandes cidades ingressa pela fronteira de Foz do Iguaçu de forma organizada.

Os entrevistados visualizam uma marcada divisão entre contrabando de cigarros e tráfico de entorpecentes. Afirmam que ambos os mercados não se misturam, tratando-se de circuitos e canais separados. Dessa divisão decorre também a apreciação popular que isenta os comerciantes de cigarros de serem vistos como criminosos. Segundo a opinião dos entrevistados, as pessoas envolvidas diretamente com o transporte de cigarro não vão se sujeitar a outro tipo de crimes, mas aqueles que operam como fornecedores sim, podem passar a vender ou a mobilizar outro tipo de mercadoria quando a Receita e as Polícias endurecem os controles impactando assim nos meios de subsistência. Ao longo das entrevistas, foi enfatizado que se trata de segmentos especializados, que podem, contudo, estar interligados. Com as operações, constata-se uma migração das rotas para os municípios vizinhos, como Cascavel, Toledo, Umuarama e Guaíra, que mostram um aumento dos índices da criminalidade ao passo que em Foz do Iguaçu decrescem.

A opinião dos entrevistados coincide na especificidade do que é “segurança” no lugar. De modo geral, consideram que a região é segura para o cidadão, pois tem muitas instituições monitorando, fazendo trabalho preventivo e fiscalizando, embora existam problemas que ainda precisam ser enfrentados. A criminalidade local não é diferente à que ocorre em outros municípios do País, a diferença está em que tudo aquilo que é ruim para o Estado e para o País pode “passar” pela fronteira, mas não todo o ruim “acontece” na fronteira. Dessa forma, fazem uma diferenciação entre o que é “seguro” para a população e o que é “segurança” para o Estado.

Impacto das operações conjuntas no município

Houve acordo sobre o ENAFRON ser um investimento necessário, mas que deveria existir a mais tempo, de modo que ainda não podem ser realmente avaliados os resultados. O que todos afirmam é que estão sendo feitas grandes apreensões de contrabando, descaminho, tráfico de armas e de drogas. Ao mesmo tempo, a maioria acredita que a intensificação dos controles de fronteira teria um impacto negativo sobre a população, pois muitas pessoas dependem de contrabando para sobreviver, já que o município não oferece muitas opções laborais. Tal afirmação, compartilhada pelos representantes das forças de segurança estadual e municipal, assim como pelos representantes do Conselho Tutelar, não coincidem com aquelas que sustentam os representantes das instituições federais, para quem o “fechamento” da fronteira é visto como uma via de concretizar o controle e reduzir as taxas de evasão fiscal, assim como de preservar a economia do Brasil em termos de desenvolvimento industrial e comercial, e dificultar o comércio ilegal de drogas e armas, impactando a configuração da violência urbana dos grandes centros do País.

O baixo desenvolvimento industrial de Foz do Iguaçu faz que a sobrevivência das pessoas esteja atrelada ao turismo e ao comércio. Dessa maneira, a hipótese de fechar a fronteira só permite imaginar um forte impacto negativo para a população. Quando

ocorrem operações de combate aos ilícitos na região, há um aumento na criminalidade local, pois ao “passar o pente fino” aumentam os assaltos e outros crimes, da mesma maneira que se deslocam os ilícitos para o Lago de Itaipu, entendido como o território mais utilizado atualmente para tráfico e contrabando.

O Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, criado no ano 2010, promove a integração de todos os órgãos que operam na segurança pública em todos os níveis, municipal, estadual e federal. No Estado do Paraná, ele opera em 109 municípios. Todos os entrevistados concordam com a iniciativa, ao mesmo tempo em que estão avaliando o funcionamento a partir de aspectos que podem ser melhorados.

O trabalho que as instituições realizam tem se articulado a partir da implementação dos GGIFron. Os entrevistados fazem uma avaliação muito positiva dessa experiência, conduzida a partir de investimentos em formação e articulação promovidos pelo PRONASCI, da SENASP. Acreditam que o GGIFron contribuiu notavelmente para o entendimento operacional das forças de segurança. De maneira geral, todos reconhecem que os investimentos em infraestrutura e equipamentos ajudaram em muito, por sua vez, entendem que o ENAFRON não tem se preocupado em reforçar os efetivos e treinar os profissionais das diferentes instituições de segurança para atender aos problemas específicos da fronteira.

Outro ponto destacado foi a instalação da sala de videomonitoramento da cidade, com sede na Guarda Municipal de Foz do Iguaçu, que permite monitorar a circulação no município. No entanto, o acompanhamento não tem permitido registrar mais do que acidentes de trânsito e flagrantes de uso de drogas. O efeito principal é ostensivo, pois as câmeras acabam inibindo a prática de crimes em alguns lugares onde eles costumavam ocorrer. Os guardas municipais comentaram que já houve diversas tentativas de quebrar câmeras localizadas em lugares estratégicos, mas que, aos poucos, a população estaria se acostumando com a presença delas. Também foi ressaltado que o aumento no policiamento ostensivo e na quantidade de viaturas em circulação tem ocasionado a interrupção de assaltos e demais delitos flagrados por agentes de segurança.

No que tange aos registros de ocorrência feitos pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, no Estado do Paraná, existe um sistema integrado que funciona há aproximadamente sete anos, mas que não está integrado ao Ministério Público. Tal registro permite uma visualização e acompanhamento desde o momento em que a situação é identificada pela polícia. Os dados são coletados pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE), e são repassados para os membros do Gabinete de Gestão Integrada. Ali são analisados para hierarquizar as prioridades em relação aos procedimentos preventivos. Este tipo de informação permite distribuir o trabalho, seja de inteligência, seja ostensivo, e calcular o efetivo necessário para o controle do trânsito. As informações são especificamente estaduais, não estando integradas e esta rede os dados de ocorrências da PF, da PRF e da RF.

Com respeito à operação Ágata, coordenada pelo Exército Brasileiro; à Fronteira Blindada, coordenada pela Receita Federal; à Operação Sentinela, coordenada pela Polícia Federal; à Operação Nhapecani, coordenada pela Polícia Militar; à Operação Saturação e a outras: todos os entrevistados aprovam os procedimentos adotados, mas nem todos concordam com a estratégia de anunciar previamente as operações. Principalmente os representantes da Polícia Federal têm questionado esse aspecto. Estas operações trabalham principalmente a partir de bloqueios ou *blitze* em locais ditos “de risco”, como estradas usadas como rotas para contrabando, descaminho e tráfico de drogas e armas, sobretudo, a BR-277 e a estrada de Guarapuava. Além disso, a inteligência policial informa o planejamento de operações de busca e apreensão em regiões e bairros considerados propícios para o estabelecimento de depósitos de mercadoria ilegal. São identificadas e interditadas residências que podem servir para o armazenamento ou distribuição de mercadorias. Também as investigações permitem reconhecer tipos de veículos utilizados e o *modus operandi* adotado pelos traficantes e contrabandistas, que se modificam e diversificam à medida que os controles aumentam.

A comunicação entre as instituições permite elaborar e executar as operações de maneira eficiente e, até o momento, as operações têm obtido êxito. Os investimentos realizados em nível estadual em equipamentos e reforço das operações, principalmente a partir das operações conjuntas, impactaram de forma positiva o município. No entanto, alguns percebem uma correlação entre a intensificação da repressão aos mercados ilegais e o aumento na criminalidade comum local.

Situação do sistema prisional

As políticas de segurança na região da fronteira de Foz do Iguaçu tiveram sucesso em aumentar o número de prisões e apreensões. No entanto a maior demanda por vagas em casas de custódia e presídios, bem como por espaço para a guarda dos bens apreendidos, não foi acompanhada por investimentos na ampliação do sistema prisional e depósitos. As três instituições prisionais de Foz do estão no limite de capacidade e não podem receber mais pessoas, de modo que as carceragens dos municípios vizinhos têm ficado cada vez mais superlotadas, sem ter para onde encaminhar seus detentos.

Os funcionários dos presídios queixam-se da insegurança ocasionada pelo baixo contingente de agentes penitenciários em relação à população carcerária. Em um dos presídios visitados, a construção do prédio também é inapropriada para a guarda de presos e são frequentes as fugas viabilizadas pela quebra das pέργulas, que servem como paredes das celas. Em outro, embora os recursos técnicos de segurança sejam mais elaborados, as árvores existentes próximo à lateral das grades do pátio facilitam que armas e drogas sejam lançadas para os presos.

Segundo diretores de presídios entrevistados, não se pode afirmar que o PCC se encontre organizando a população carcerária, embora já fossem identificadas pessoas com pretensões de liderança iniciando demandas por melhores condições de vida dentro do presídio. Os diretores estimam que 60% dos presos respondem por tráfico, que a maior parte da população esteja compreendida entre os 19 e os 27 anos de idade e que 80% são reincidentes. Os 40% restantes da população carcerária responderia principalmente por roubo, furto ou receptação e tráfico de medicamentos e pílulas abortivas. Do total de mulheres presas, 85% é por tráfico de drogas e, segundo os entrevistados, boa parte delas teria sido flagrada levando drogas para presos, normalmente seus próprios companheiros.

Finalmente, uma consequência positiva reconhecida pelos diretores dos presídios a respeito das apreensões da Receita Federal foi a possibilidade de equipar as unidades penitenciárias com veículos e computadores apreendidos pela alfândega e patrimoniados pelo poder público.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

As relações internacionais com os integrantes das forças de segurança dos outros países foram consideradas amigáveis e cooperativas. Os membros da Polícia Federal afirmam que a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai colabora em muito com o trabalho deles. Já os demais policiais entrevistados afirmam ter relações profissionais em bons termos com a Polícia Nacional do Paraguai, assim como com as polícias argentinas (Polícia de Misiones, Polícia Federal Argentina e Gendarmería Nacional). No caso específico do Corpo de Bombeiros, existe disposição para colaborar em casos de necessidade, mas ninguém costuma ultrapassar a fronteira. Só o fazem em raras situações de extrema emergência, desde que solicitados pelos respectivos comandos das instituições dos outros países, como já ocorreu em ocasiões de incêndio no Paraguai.

A troca de conhecimento e experiências entre as instituições brasileiras e as dos outros países é reconhecida por todos os entrevistados. As exigências formais e burocráticas para poder concretizar tais trocas pode por vezes impedir que a colaboração se concretize. A qualidade das relações pessoais entre os membros das diferentes instituições propicia uma colaboração real, no que se refere à ajuda mútua, que permite, mesmo que de maneira informal, cooperar quando as situações o requerem.

Fotos das Instituições e do Município de Foz do Iguaçu

Polícia Civil



Polícia Civil



Polícia Rodoviária Federal



Fórum



Corpo de Bombeiros



Polícia Federal



Justiça Federal



Guaira

O município de Guaira foi criado pela Lei estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951. Está localizado no oeste paranaense, a 643 km da capital do estado, Curitiba. Limita-se com os municípios paranaenses de Altônia, Terra Roxa; e com o município de Mundo Novo, do Estado do Mato Grosso do Sul, ao qual está ligado pela Ponte Ayrton Senna, que atravessa o Rio Paraná, e foi inaugurada em 1998. O município é constituído por dois distritos: Guairá e Doutor Oliveira Castro. Guaira linda com o Lago de Itaipu, em cuja margem oposta encontra-se a cidade paraguaia de Salto del Guairá.

Mapa – Município de Guaira e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410880&search=parana|guaira>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 790 de 14.11.1951.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 560,485 km ²
Fronteiras e limites: Municípios de Terra Roxa, Mercedes, Altônia e Mundo Novo (MS)
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 30.704 habitantes
Densidade demográfica: 54,78 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 355.747.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.326,06
IDH-M (2010): 0.724
Gentílico: guairense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A denominação de Guaíra responde à denominação em língua Tupi de “intransitável”, devido à existência de uma grande cachoeira, batizada, em 1872, como Sete Quedas, que tempo depois se tornaria um grande atrativo turístico até a criação do Lago de Itaipu binacional, que fez com que ela desaparecesse.

Em 1552, Domingos Martinez Iralla, governador de Asunción, decide fundar Ontiveros na grande cachoeira na margem atualmente brasileira do Rio Paraná, levando consigo 60 espanhóis sob a chefia de Vergara e mais 40.000 famílias indígenas. A três léguas dali o Governo Paraguaio fundou, em 1554, o “*pueblo*”, a Ciudad Real del Guaíra, na confluência do Rio Piquiri com o mesmo “direito” sobre a escravização de gentio. Em 1576, um novo estabelecimento espanhol foi fundado à margem do Rio Paraná, denominando-se Vila Rica do Espírito Santo. Guaíra, que merecera em 1617 a denominação de Província, era constituída de duas cidades – Ciudad Real del Guaíra e Vila Rica do Espírito Santo.

A cidade tem uma longa história de povoamento, principalmente indígena, que expostos à colonização desataram atos de resistência. Os jesuítas desempenharam um papel muito importante na relação que se dera entre indígenas e colonizadores, e a partir de 1608 os indígenas foram reduzidos em espaços de cristianização e disciplinamento. Ataques dos bandeirantes aos habitantes provocaram o abandono de Ciudad Real e Villa Rica em 1632, e destruíram quase a totalidade dos povoados jesuítas. Na fuga decorrente da invasão foram aprisionados 60 mil índios, aproximadamente 40 mil fugiram e entre 100 e 150 mil foram mortos e feridos ou simplesmente dizimados.

A partir de 1872 duas iniciativas na exploração da erva-mate caracterizaram a produção de Guaíra. Em 1917 se constituiu a Companhia Matte Laranjeira S/A como a primeira multinacional latina, que assumia então características de entidade estrangeira.

A Ponte de Guaíra, denominada Ayrton Senna, é a maior ponte fluvial do Brasil e atravessa o Rio Paraná, ligando o Município de Guaíra (PR) ao município de Mundo Novo (MS), perfazendo um total de 3.598,6 metros de extensão mais 400 metros de aterro, sendo um prolongamento da rodovia BR-163.

Atualmente a economia do município depende em grande medida dos Royalties pagos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, cuja primeira unidade geradora foi ativada em 1984, e se completou com a última das vinte em 2007. A cidade também é um centro turístico, atraindo principalmente pessoas interessadas em fazer compras no Paraguai. As atividades de subsistência são vinculadas ao comércio de mercadorias e serviços, embora ainda existam algumas fazendas de produção agrícola em pequena escala dentro do município.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança em Guaíra

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 31.013 habitantes
Homicídios (2012): 27
Instituições de segurança: a Polícia Civil; a Polícia Militar; a Guarda Municipal; a Justiça, o Ministério Público e o Conselho Tutelar; o Corpo de Bombeiros, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia militar = 1 policial para 721 habitantes
População/Efetivo da Polícia civil = 1 policial para 1.410 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal										
População (estimativa em 2012) = 31.013 habitantes										
Homicídios (2012) = 27										
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Militar de Fronteira		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	1 delegacia		1 Pelotão		3 delegacias 1 base operacional		1 Batalhão e 1 posto		1 delegado e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Delegados	**	Oficiais	1	Delegados	2
	Policiais	21	Praças	36	Agentes	**	Praças	5	Agentes	76
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Militar de Fronteira		Polícia Rodoviária Federal	
	Antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições		Estrutura antiga mas em boas condições		Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Militar de Fronteira		Polícia Rodoviária Federal	
	Antiga, mas adequada e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições		Estrutura antiga mas em boas condições		Novas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Militar de Fronteira		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	10		5		Sim		5		15	
Impressora	8		3		Sim		2		5	
Telefone fixo	11		3		Sim		2		11	
Fax	1		1		Sim		-		-	
Scanner	-		1		Sim		1		5	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1		sim		1		4	
Estação de rádio digital	-		-		sim		-		*	
Equipamento de visão noturna	-		-		-		-		-	
Aparelho de TV	1		-		Sim		-		1	
Gravadores	-		-		sim		-		-	
Máquina Fotográfica	-		2		sim		2		8	
Filmadora	*		-		sim		2		*	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Militar de Fronteira		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	7	3	4	-	Sim	**	1	-	11	8
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Moto	-	-	3	-	Sim	**	1	-	1	1
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-	Sim	**	1	-	-	**
Avião	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Helicóptero	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Cavalo	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Bicicleta	-	-	-	-	-	**	-	-	-	**
Outros	-	-	-	-	sim	**	-	-	-	**
			*	*	sim	**	-	-	-	**

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
Celulares corporativos	-	-	sim	2	2
Rádio em viaturas (digital)	5	-	sim	-	19
Rádio em viaturas (analógico)	*	4	sim	1	*
Rádio portátil (HT)	*	2	sim	-	*
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-	*
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-	-
Notebooks	-	-	sim	-	3
Arquivos em ficha de papel	-	-	-	5	Sim
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	8	12	**	6	53
Colete antibalísticos	18	38	**	6	58
Escudos	-	1	**	-	-
Capacetes	-	15	**	-	-
Placa balística	-	38	**	6	-
Outros	-	-	**	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	38	*	6	*
Carabina	1	3	**	-	1
Espingarda	1	2	**	-	3
Metralhadora	1	-	**	-	2
Submetralhadora	-	3	**	-	*
Fuzil	1	2	**	-	-
Revólver	-	-	**	-	-
Pistola	19	38	**	6	18
Arma de condutividade elétrica	*	-	**	-	*
Bomba de efeito moral	*	-	**	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	*	**	*	*
Outro	*	*	**	*	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes e quantidade insuficientes	Suficientes	Suficientes	Suficientes	Tipos suficientes e quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Sim	Não	*
Capacidade	64	*	**	*	*
Média de presos/mês	190	*	-	*	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Militar de Fronteira	Polícia Rodoviária Federal
	60	*	**	*	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Destacamento		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	1	
	Não-militares	10	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios		3°
	Incêndios florestais		1°
	Explosões		6°
	Acidentes de trânsito		4°
	Acidentes ambientais		5°
	Salvamento, busca e resgate		2°
	Outros (atendimento clínico)		-

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	50	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	1	1
	Viatura para mais de cinco pessoas	1	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	5	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	*	
Guarda atua armada	Não		

Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	40
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	*
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim
	Segurança em eventos e comemorações	-
	Ronda escolar	Sim
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	Sim
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	Sim
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	Sim
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	Sim
Outra	-	

Polícia Civil

Há no município de Guairá uma delegacia, que, na época da pesquisa, dispunha de 21 policiais, mas estava provisoriamente sem delegado. No que diz respeito à gestão de dados, esta unidade da Polícia Civil utiliza sistemas de administração³ para o controle de viaturas. Quanto ao sistema de informação; os dados são processados por um sistema de dados, com inclusão no Infoseg e produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas.

A Polícia Civil deste município participa de Conselho Municipal de Segurança Pública e o representante entrevistado concorda que esta participação traz modificações e melhora as condições de sua atuação. Também apoia grupos de patrulhamento e operações na fronteira, participando com o Batalhão de Policiamento de Fronteira, a Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal.

A Delegacia tem carceragem com capacidade para 64 pessoas, mas havia 190 detentos no momento da entrevista.

3 Por "sistemas de administração" entende-se a gestão de dados com uso de computadores.

Polícia Militar

No município de Guaíra, há um pelotão da Polícia Militar, subordinado ao 19º Batalhão, sediado no município de Toledo. Há 36 praças e 1 oficial lotados neste pelotão. Não há internet instalada na unidade da Polícia Militar do município de Guaíra, mas há previsão de instalação de internet no quartel. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram em situações de lesão corporal, roubo e porte armas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. A unidade apoiou as operações Fronteira Sul e Ágata, com a Força Nacional. Não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas o entrevistado acredita que esta participação melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Também não participou nas Operações Sentinela, tampouco do ENAFRON, em 2012, embora o tenha feito em alguma ocasião pontual, quando convidada. Em Guaíra, a Polícia Militar não tem contato com policiais de países vizinhos, mas em situações específicas já houve colaboração informal.

Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados e, desde 2012, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. Esses dados são incluídos no Infoseg desde 2006 e estão integrados com a base de dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas em papel, sendo utilizadas fichas de papel e fichários de ocorrências.

Corpo de Bombeiros

No município de Guaíra, há um destacamento do Corpo de Bombeiros composto por 1 oficial, 1 praça e 10 bombeiros não militares. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso nesta unidade não é considerada suficiente. As principais necessidades são: cilindro de respiração autônoma, capacetes e capas. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate é considerada suficiente. Não há nesta unidade equipamento para atendimento a produtos perigosos, sendo necessária a aquisição de equipamentos completos e diversos para ocorrências complexas.

Os equipamentos de comunicação em uso nessa unidade atendem bem às necessidades, e existe também serviço de internet com velocidade de 1MB/s. Esta unidade faz registros de ocorrência no Infoseg, e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos

de ocorrências mais frequentes são: incêndios em vegetação à beira de rodovia e em terreno baldio, captura de animais (cobras e cachorros) e incêndio de casas e de edificações.

O Corpo de Bombeiros deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública e para o entrevistado essa participação modificaria e melhoraria as condições de atuação do Corpo de Bombeiros no município. Esta unidade apoia as operações do Batalhão de Fronteira para desapropriação de terras. Não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas tem participado das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar. Foi apontado como desejável o incremento da parceria com IBAMA. As relações com os órgãos equivalentes do país vizinho são colaborativas em missões conjuntas e existe a troca de informações.

Polícia Federal

No município de Guaíra, há uma delegacia da Polícia Federal e uma base operacional do Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPON/PF). Está sendo inaugurado um prédio novo para a delegacia, que tem carceragem, mas ainda não abriga presos. Esta unidade conta com serviço de internet de 2 GB/s. Os sistemas de administração em uso nesta unidade são de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, armas e manutenção de equipamentos e sistema de protocolo. Já o sistema financeiro é gerido a partir de Foz do Iguaçu. Quanto aos sistemas de informação, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, e este banco de dados está integrado ao sistema interno da Polícia Federal. Também são mantidos arquivos de papel e há divulgação pública e regular das estatísticas desde 2005.

A Polícia Federal de Guaíra participa do Comando Tripartite de Segurança e do Conselho Municipal de Segurança, o que, na opinião do entrevistado, modifica e melhora as condições de trabalho. No ano de 2012, esta unidade participou da ENAFRON, bem como das operações Ágata, Sentinela e Cone Sul. Seus principais parceiros neste município são: o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas. O representante entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. A Polícia Federal está iniciando uma cooperação com instituições policiais do Paraguai, sendo as relações amigáveis e colaborativas, havendo troca de informações. No entanto, o entrevistado ressaltou que há falta de confiança. No ano de 2012, as principais atividades desempenhadas pela Polícia Federal de Guaíra foram, em ordem de importância: combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e descaminho; e ao tráfico de armas.

Devido à inauguração do novo prédio, a Polícia Federal de Guaíra está elaborando um novo plano de trabalho mais adequado às novas instalações. Segundo o entrevistado, é necessário modificar a estrutura operacional da delegacia para que o Lago de Itaipu seja melhor controlado. Já foi solicitada a criação dos cargos de chefe administrativo, chefe do Núcleo de Operações Policiais, além da criação do Núcleo de Inteligência e do Núcleo de Estrangeiros. O entrevistado enfatizou que a Polícia Federal encontra dificuldades relacionadas à falta de autonomia para gerir os recursos necessários para a mudança administrativa.

Polícia Rodoviária Federal

Na unidade da Polícia Rodoviária Federal de Guaíra, há uma delegacia e um posto de fiscalização. Os sistemas de administração existentes e em uso são os de recursos humanos, de controles de armas, de controle de viaturas, de estoque, de controle e manutenção de equipamentos e de protocolo. Os sistemas de informação existentes e em uso são banco de dados, produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas, divulgação pública e regular das estatísticas, dados em tabelas ou listas de papel, fichas de papel em fichários e georreferenciamento, não havendo integração do banco de dados a outros sistemas. A produção de estatísticas data de 2011. Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata e Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Guaíra foram a Receita Federal, a Polícia Federal, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil.

Guarda Municipal

O município de Guaíra tem uma Guarda Municipal desde 1993. Esta força de segurança é subordinada ao prefeito, e a formação do comandante da Guarda é militar das Forças Armadas. Existe também no município um Conselho Municipal de Segurança.

A Guarda Municipal de Guaíra não utiliza armas de fogo. As atividades mais frequentes deste órgão são: proteção de bens, defesa civil, ronda escolar e posto de guarda. Já as ocorrências mais frequentes que a Guarda de Guaíra atende são: invasões a terrenos públicos, vadiagem (pessoas desempregadas, embriagadas, sob efeito de drogas, indígenas embriagados) e questões de trânsito.

As instalações onde se encontra a GM são próprias e este órgão não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, falta de apoio dos outros órgãos de segurança pública e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Foi assinalada também a falta de armas de fogo e munição, apesar de a Guarda não fazer uso de armas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	3	Conselheiros	5
	Funcionários	40				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Guaíra é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, existindo Varas Criminais e Juizado Especial Criminal. Esta sede judiciária dispõe de 1 carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente atende às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 4MB/s. Estima-se que, por volta de 2.240 mandados de prisão, tenham sido expedidos no ano de 2012. No Fórum desta comarca, há sistemas de recursos humanos, de controle de armas, de protocolo, de distribuição de autos e financeiro. Há também sistema de informação computadorizado, divulgação pública e regular de estatísticas, além da organização de dados em arquivos de papel. O banco de dados está integrado ao Ministério Público.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivo de gestão de segurança pública no Conselho Municipal de Segurança, do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras. O entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias para atuação do juizado.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude. Não há Defensoria Pública e equipe profissional exclusiva especializada em infância e juventude. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Ministério Público

O Ministério Público de Guaíra não tem sede própria. Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivo de gestão de segurança pública no Conselho Municipal e em reuniões dos órgãos de fronteira municipais, e participam das operações da Polícia Federal. Os parceiros no município são: o Ministério Público Fiscal, o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Federal, sendo preciso incrementar a parceria com a Polícia Federal. As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Guaíra, segundo o entrevistado, são a falta de colaboração da população, assim como a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho.

Conselho Tutelar

Há no município do Guaíra um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Entre os direitos violados registrados, os três tipos que comparecem com maior frequência são: violência doméstica, abandono de escola e envolvimento com ato infracional. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldades na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, no relacionamento com o Poder Judiciário, e na falta de conhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe A	
Efetivo	Auditores	8
	Analistas	8
	Técnicos	5
	Terceirizados	7
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Guaíra dispõe de sete carros oficiais e um caminhão funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A principal necessidade da Receita Federal é de infraestrutura de fiscalização, funcionários do próprio órgão e de outros órgãos federais. Há internet, com velocidade de 2GB/s.

A Receita Federal de Guaíra não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. Apoiou a operação Ágata e demais operações de fronteira realizadas também pelo Exército e a Polícia Rodoviária Federal.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Houve consenso entre os operadores entrevistados quanto à afirmativa de que o município de Guaíra tem características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. Estas estariam associadas à circulação de pessoas e mercadorias, principalmente ilegais, e à configuração de relações de rentabilidade em torno de tais atividades, que podem gerar atritos.

O mesmo ocorrendo em relação à afirmativa de que a posse de arma é mais frequente em Guaira do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Guaira foram assinalados como sendo os principais: contrabando, roubo de veículos e furto de motocicletas, tráfico de drogas, homicídios e receptação, sendo esses três últimos os que resultam mais frequentemente em condenações.

Com base na observação da realidade local, referente ao ano de 2012, os representantes das instituições pesquisadas afirmaram ser muito frequente a incidência de venda de drogas no município. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram maconha, crack e cocaína. Segundo entrevistados de órgãos de segurança, as transformações recentes nas políticas de fronteira acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município, provocando o deslocamento para municípios próximos.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas. A tabela abaixo exhibe a percepção da incidência de determinados crimes, a partir das respostas dos operadores entrevistados.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Guaira

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito Frequentemente

Há uma percepção geral de que os tipos mais frequentes de furtos são os furtos a transeunte, à residência, a estabelecimentos comerciais e furtos de motocicletas. O mesmo ocorrendo em relação aos roubos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes contra o comércio e cheques sem fundos. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também

lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram brigas de bar, roubo, situações domésticas e conflitos em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, os mais frequentes em Guaíra são os atos libidinosos e estupros ou atentado violento ao pudor. Dirigir sem habilitação apareceu, também de maneira unânime, como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade são furto, roubo, tráfico de drogas e contrabando de cigarros.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Alguns participantes do Grupo Focal reconheceram que a cidade de Guaíra é conhecida pelo alto grau de violência, no entanto, esta violência estaria aparentemente restrita ao acerto de contas entre os envolvidos nas redes dos mercados ilegais, não afetando as rotinas dos moradores. De forma geral, a cidade foi caracterizada como tranquila, em que as pessoas podem deixar os carros abertos, sem correr o risco de que sejam roubados. Já aqueles que trabalham em unidades de saúde relatam a chegada diária de pessoas feridas por confrontos, o que indica haver violência cotidiana em alguns setores.

Os participantes do grupo concordaram que os moradores admitem com normalidade as práticas de contrabando, trabalho ilegal e pequenas infrações como menores conduzindo veículos. Na opinião de alguns representantes da sociedade civil, o enriquecimento por envolvimento em contrabando modifica de maneira contundente o padrão de vida de alguns moradores, o que é claramente perceptível por meio da ostentação de casas luxuosas e de bens de consumo de custo elevado. Embora ilícito, o contrabando é entendido como uma opção de trabalho, diante da escassez de empregos que atinge principalmente a população jovem. Menores de idade acabam se inserindo nas redes de mercado informal, pois a legislação dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, ao passo que precisam contribuir com a renda familiar. Um grave problema decorrente disso é que os jovens abandonam muitas vezes a escola, pois passam as noites “bandeirando” – isto é, em prontidão para alertar os “contrabandistas” sobre uma eventual aproximação da polícia –, de modo que acabam dormindo em sala de aula e perdendo o ciclo letivo.

Os moradores ressaltaram que o aumento dos controles policiais sobre o contrabando resulta em maior incidência de roubos na cidade e prejudica o comércio local, fortemente dependente do gasto de divisas geradas por este mercado. As medidas de reforço em segurança pública para fiscalização produzem um sério impacto, que não é revertido em investimentos na geração de empregos. Como consequência, ocorre um aumento de crimes comuns na cidade por parte daqueles que trabalham no transporte de

mercadorias ilegais e precisam ressarcir as mercadorias apreendidas pelas instituições de segurança. Os representantes da sociedade civil defendem que o aumento na fiscalização seja acompanhado de um melhor policiamento para a prevenção de furtos e de roubos.

Quanto à nacionalidade dos envolvidos com contrabando, afirmaram tratar-se normalmente de brasileiros, pois os paraguaios apenas ingressam nas redes como fornecedores e se desvinculam já quando a mercadoria ingressa no País. Foi assinalado que, nos últimos anos, houve uma imigração notável de árabes, libaneses e indianos, dedicados ao comércio no Paraguai, alguns deles oriundos de Foz do Iguaçu, mas que moram atualmente em Guaíra.

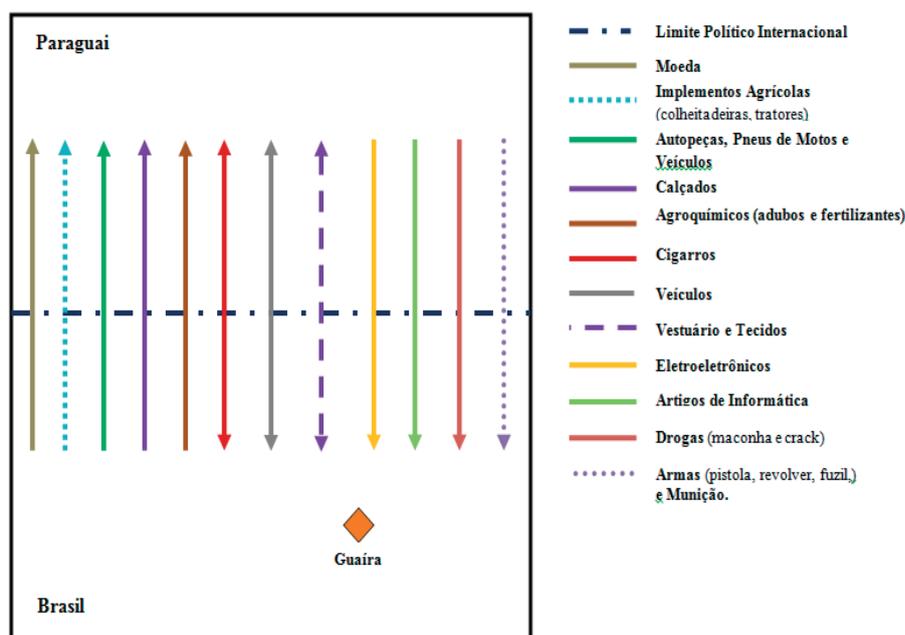
Um dos principais problemas apontados no grupo focal foi a sobrecarga dos sistemas de saúde e educação resultante da proximidade com o Paraguai. A população de Guaíra está em torno de 30 mil habitantes, contudo, os serviços de saúde têm registrado aproximadamente 60 mil usuários, a maioria paraguaia, o que compromete a qualidade do serviço oferecido aos moradores do município. Além disso, crianças “brasiguaias” – com pais brasileiros, porém nascidas no Paraguai – estudam em Guaíra, embora suas famílias residam do outro lado da fronteira e não contribuam com a economia do município.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Para alguns dos representantes locais das instituições de segurança pública, o fato de o município de Guaíra estar situado na fronteira não interfere no seu desenvolvimento econômico. Porém, em alguns casos foi ressaltado que a concorrência com o comércio do lado paraguaio, desfavorece o desenvolvimento do comércio local ao mesmo tempo em que afirmam que a economia local é beneficiada pelo lugar estratégico que ocupa a cidade paraguaia de Salto del Guairá na circulação de grãos de soja para o plantio no Mato Grosso do Sul.

Todos concordam que a circulação de mercadorias pela fronteira com o Paraguai é uma particularidade local, mas guarda semelhanças com outros municípios do Paraná. O fluxograma abaixo ilustra as principais mercadorias que circulam entre os dois países:

Figura: Fluxograma de mercadorias e pessoas entre Guaíra x Paraguai



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Dentro da legalidade, as mercadorias que passam do Brasil para o Paraguai são basicamente alimentos. Já do Paraguai para o Brasil, de forma legal ingressam carregamentos de carvão, madeira e grãos para o grande comércio, mas, no que se refere ao cotidiano, as pessoas compram pneus, roupas e eletrônicos.

Todos os entrevistados consideram que as vantagens da cidade estão relacionadas ao potencial de comércio que existe devido à proximidade com o Paraguai, onde os custos de eletrônicos e produtos à venda nos shoppings são menores que no Brasil. No entanto, de modo geral consideram que a cidade de Guaíra em si mesma tem poucas opções de lazer. Pessoas interessadas em realizar compras no Paraguai acabam instalando-se em Guaíra e impulsionando o setor de serviços local. Muitos fazem compras dentro do limite da cota, que é de 300 dólares por mês, ao passo que outros excedem a cota, seja nas compras para consumo pessoal, seja naquelas para revenda, seja para uso em comércios instalados na cidade. Atualmente, a alta no preço do dólar está prejudicando os comércios legais locais, pois a região vem atraindo menos compradores e as importações estão diminuindo.

Muitos moradores de Guaíra têm familiares do outro lado da fronteira ou trabalham no Paraguai, sobretudo na cidade de Salto del Guairá, com a qual existe uma relação fluente e contínua. Foi reconhecida uma disparidade na regulamentação da licença de trabalho para estrangeiros no Brasil e no Paraguai, pois os brasileiros precisam de permissão para trabalhar no país vizinho, o que não é exigido dos paraguaios no lado brasileiro.

Na opinião de alguns entrevistados, o custo de vida em Guaíra é mais elevado do que em outros municípios do Paraná, mesmo aqueles que estão na faixa de fronteira.

Isso foi exemplificado com referências ao preço dos medicamentos e mensalidades de escolas particulares. Em relação aos serviços de saúde, não há UTI na cidade, o que obriga as pessoas a se deslocarem em casos de emergência. Além disso, o sistema de saúde encontra-se sobrecarregado, devido ao uso pela população paraguaia.

Ilícitos Transfronteiriços

Como foi ressaltado por todos os entrevistados, os conflitos e a criminalidade no município estão condicionados pelas características locais em relação aos mercados ilícitos. A existência de uma ampla fronteira fluvial com o Paraguai por meio do Lago de Itaipu e a possibilidade de atravessar para o país vizinho pela Ponte Ayrton Senna transformam Guaíra em um importante ponto na rota de contrabando, descaminho e tráfico de drogas e armas. A grande extensão do lago e a grande circulação de veículos pela ponte dificultam a fiscalização da fronteira. Além da circulação de mercadorias, destacou-se que a região é utilizada também para a evasão de foragidos da justiça que procuram abrigo no Paraguai. Passam também pela ponte carros roubados no Brasil que são levados para o Paraguai e servem como pagamento na compra de drogas.

Alguns entrevistados afirmaram que no município existem fazendas ainda produtivas que são utilizadas para a passagem e depósito provisório de mercadorias ilícitas. Segundo a opinião do representante da Polícia Militar, a mercadoria que ingressa por contrabando passa em mochilas, a pé, em motos, em caminhões, em pequenos veículos, com pessoas acima de qualquer suspeita. Também foi informado pelo representante da Receita Federal que já houve apreensões de contrabando e drogas escondidas em caminhões que transportam mercadorias legais com notas fiscais devidamente regulares. Os entrevistados acreditam que os carregamentos de cigarro, por sua vez, costumam passar principalmente em embarcações pelo Lago de Itaipu.

Existe algum consenso em relação ao *modus operandi* adotado pelos transportadores de mercadorias ilegais. Para a travessia por rotas fluviais, costumam ser contratados "bandeirinhas", também chamados "olheiros", responsáveis por vigiar os acessos aos locais de chegada e armazenamento das mercadorias e avisar sobre a vinda da polícia ou existência de controles. Estes ocupam postos no caminho que passa pelos bairros Oliveira Castro e Vila São Francisco. Já no transporte rodoviário, são utilizados carros chamados "batedores", que seguem à frente dos veículos com mercadorias ilícitas, informando sobre eventuais barreiras policiais pelo caminho.

Outra forma de driblar os controles policiais consiste em pagar a agentes públicos para que facilitem a passagem das mercadorias ou liberem carregamento apreendidos. Isso seria mais comum em casos de contrabando do que no tráfico de drogas, pois além

de o primeiro ser interpretado como um crime de menor potencial ofensivo, as penas para o envolvimento com o tráfico de drogas são muito elevadas, dissuadindo muitas pessoas a se envolverem neste mercado. Na opinião de um entrevistado, é por isso que o carregamento de cigarros ocorre em veículos que só transportam este tipo de mercadoria, ao passo que os entorpecentes costumam estar dissimulados em meio a outros carregamentos legais ou escondidos dentro do chassi, tanque, portas e pneus dos veículos, demonstrando maior preocupação em esconder a mercadoria. Para o transporte de drogas, costumam ser utilizados veículos financiados em nome de “laranjas”, de modo que a apreensão do veículo não resulte em um prejuízo adicional à perda da mercadoria.

Os modus operandi diferem e mudam na medida em que vão sendo reconhecidos pelas polícias. O aumento dos controles na região de Guaíra também resultou numa migração das rotas para outros municípios do Paraná que margeiam o Lago de Itaipu, bem como para as divisas secas com o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Quando utilizam o Lago de Itaipu para passar carregamentos, o transporte ocorre durante a noite e são utilizados depósitos para abrigar as mercadorias até a manhã seguinte, quando os veículos carregados saem pelas estradas, normalmente em direção a Maringá, a Umuarama e a São Paulo. Os entrevistados caracterizaram os encarregados dessas etapas como pessoas de nível socioeconômico baixo. Na periferia da cidade existe, por exemplo, um bairro à beira do rio em que vivem aproximadamente 200 famílias, e acredita-se que boa parte dos moradores sobrevive do comércio e transporte de cigarros.

Os profissionais de segurança pública tendem a afirmar que os operadores do tráfico e contrabando atuantes na cidade de Guaíra trabalham para grupos maiores cujas chefias se encontram em outras cidades. Os grandes chefes possuiriam contatos nos circuitos locais e designariam “gerentes” para coordenar a compra e transporte de mercadorias ilícitas. Com relação ao tráfico de drogas, o representante da Polícia Militar afirma que as bases do “crime organizado” estão em São Paulo e no Rio de Janeiro. Facções, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, teriam tentáculos em Guaíra, mas acredita-se que elas se mantêm discretas e evitam a ostentação de armas de fogo, de maneira a não atrair a repressão policial. Tais redes do “crime organizado” possuiriam também comércios legais, que serviriam como fachada e facilitariam a lavagem de dinheiro.

Um dos entrevistados comentou que existe um grupo no Paraguai de ideologia de esquerda, conhecido como o Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), que traficaria drogas para financiar suas atividades, associando-se aos comandos brasileiros para o comércio. Já, na opinião de outros entrevistados, não há certeza sequer da existência do EPP como organização real no Paraguai.

Com relação à organização local do tráfico e/ou contrabando em Guaira, é chamado “patrão” ou “cabeça” a pessoa que solicita, coordena ou investe capital no transporte de mercadorias ilícitas. Já o termo “funcionário” designa aquele que realiza o serviço de transporte ou traslado das mercadorias. Todo “funcionário” pode ser também “patrão de alguém”. Trata-se, portanto, de categorias relacionais.

Foi relatado que a violência se desata muitas vezes quando um “funcionário” desvia um carregamento e argumenta para seu “patrão” que este foi apreendido pela polícia. No entanto, esse tipo de golpe pode ser descoberto e resultar em um acerto de contas violento, em conformidade com a chamada “lei do crime”. Homicídio, ameaças, invasão de domicílios e roubos estão entre as práticas violentas relacionadas aos conflitos desencadeados pelo mercado ilegal de drogas e/ou cigarros. Segundo o representante da Polícia Civil, as vítimas de homicídio costumam ter antecedentes criminais, o que reforça a percepção de que a violência costuma se restringir a pessoas envolvidas em atividades ilegais.

Ainda segundo este entrevistado, é comum a prática de roubos a depósitos ou carregamentos de cigarros ingressados no país por contrabando, sendo esta uma importante causa de mortes violentas no município. Esse tipo de roubo existiria desde 2007, mas teria se tornado mais frequente nos anos de 2011 e 2012. A atuação dos “piratas”, que roubam carregamentos de contrabando, consiste na principal razão pela qual se utilizam armas na segurança do transporte de cigarros.

Foi, contudo, ressaltado que as pessoas presas no município não costumam estar portando armas. Estas tendem a ser apreendidas nas estradas em operações da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária. Um dos entrevistados estimou que cerca de 30% delas sejam fabricadas na Argentina, ao passo que as demais costumam ser de produção norte-americana.

Contrabando e descaminho

O contrabando de cigarro foi apontado como a principal atividade econômica ilegal do município. Na cidade de Guaira, o contrabando ocorre desde tempos remotos, já tendo operado com madeira, algodão, café e demais produtos, que saíam ilegalmente para Salto del Guairá, de onde eram exportados sem taxaço de impostos. Alguns entrevistados disseram que o contrabando atual seja praticado por algumas das mesmas pessoas que, nos anos 1990, exportavam ilegalmente café para o Paraguai. Dentro dessa população, há pessoas de diversos lugares do Brasil. Foi ressaltado que, originalmente, os patrões não eram guairenses, mas com o tempo o papel deles foi substituído por pessoas da cidade.

Os operadores do contrabando de cigarro, conhecidos como “cigarreiros”, costumam ser respeitados no município, pois, conforme já foi assinalado, esta atividade não é vista na cidade como crime. De modo geral, os entrevistados afirmam ser fácil reconhecer

as pessoas que estão envolvidas em atividades ilícitas pela percepção de uma rápida acumulação e renovação de bens, como a compra de carros novos por pessoas que não são vistas trabalhando. Estes que enriquecem devido ao contrabando costumam destacar-se nos eventos sociais da cidade, integrando as elites locais.

Além dos grandes carregamentos de cigarro e produtos eletroeletrônicos e informática, parte significativa das mercadorias contrabandeadas ingressam no Brasil por meio de pequenos compristas, também chamados “muambeiros”. Segundo o representante da Polícia Civil, até os controles da receita começarem a operar de maneira mais rigorosa, pessoas recebiam entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 para permitir o uso de seu CPF no ingresso de mercadorias dentro da conta.

Além disso, na opinião do entrevistado da Receita Federal, existe muita desinformação na população que se desloca para fazer compras no Paraguai, havendo pessoas que trazem para o Brasil mercadorias ilegais por desconhecimento da legislação. Apresentam na Receita Federal, por exemplo, espingardas de ar comprimido ou tentam entrar com bebida alcoólica na cota de acompanhantes menores de idade, que não estão habilitadas para a compra de álcool.

As mercadorias apreendidas pela Receita Federal são destinadas a diferentes instituições em uma escala de prioridades. Veículos, eletrônicos, tecnologia medicinal, etc. são doados, os que ficam são destinados a leilão, o resto se destrói. Os produtos perecíveis, como milho ou madeira, são destinados a instituições sociais. Uma legislação de exceção permite aproveitar essas mercadorias em doações. Algumas dessas instituições têm vendido, por menos dinheiro, as mercadorias para as mesmas pessoas que anteriormente as compraram. Reingressando, assim, o produto ao comércio que pretendeu ser interrompido pelo controle fiscal.

A questão indígena

Todos os entrevistados mencionaram a existência de conflitos relacionados à questão indígena na região. Índios estariam promovendo ocupações em propriedades de fazendeiros locais e reclamando a posse das terras. Na opinião de um entrevistado, diferentemente de outros municípios como São Miguel do Iguaçu, onde existem povos indígenas instalados há muito tempo, os índios que chegaram a Guaíra não seriam originários da região, mas grande parte seria proveniente do Paraguai e estariam se inspirando no Movimento Sem-Terra para invadir propriedades. A disputa por terras entre fazendeiros e indígenas tem gerado muita tensão no município, e as instâncias governamentais não estão conseguindo apresentar soluções para o problema. Estes conflitos têm resultado em crimes de homicídio cometidos contra os indígenas.

Já, no lado paraguaio, acredita-se que terras indígenas sejam utilizadas para o plantio de maconha. Esta produção é sustentada com trabalho escravo e/ou em regimes de pobreza extrema.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

Entrevistado do Batalhão de Fronteira afirmou que, no município de Guaira, a relação com a Polícia Nacional do Paraguai é informal e pouco frequente. Em determinadas épocas são realizadas reuniões para estabelecer vínculos de colaboração, mas esta ainda não é uma realidade que tenha sido alcançada. A colaboração da Polícia Nacional do Paraguai ocorre apenas quando solicitada a permissão do ingresso de policiais brasileiros em território paraguaio para procurar pessoas ou quando a própria polícia do país vizinho se dispõe a efetuar a busca. Membros da Polícia Federal consideram que a SENAD no Paraguai faz um trabalho sério em relação ao “combate às drogas”, convergindo com os interesses brasileiros de luta contra o narcotráfico.

Impacto das operações conjuntas no município

Todos os entrevistados concordam que ocorre uma redução dos crimes de contrabando e tráfico durante as operações de fronteira que integram órgãos de segurança pública e defesa nacional. As operações realizadas em conjunto com o Exército, segundo entrevistado da Receita Federal, costumam contar com efetivos cerca de seis a sete vezes maior que o efetivo total das demais forças de segurança no município. Tamaña intensificação da fiscalização na fronteira promove interrupções circunstanciais no fluxo ilegal de mercadorias ilícitas.

No entanto, muitos entrevistados associaram o maior controle da fronteira ao aumento de roubos e furtos no município. Na avaliação geral dos entrevistados, as barreiras comprometem os modos de subsistência dos transportadores mercadorias ilícitas, conhecidos como “mulas”, bem como “olheiros” e “batedores”, que trabalham informando sobre a atuação da polícia, de modo a prevenir apreensões de mercadoria. A interrupção circunstancial de suas atividades é interpretada como a causa do envolvimento destas pessoas em roubos e furtos a residências, tanto urbanas como rurais, assim como os roubos de veículos. Com uma visão divergente na avaliação deste tópico, o entrevistado da Polícia Militar afirmou que a expectativa de que aumentasse o roubo de veículos com o controle do contrabando de cigarros e do tráfico não se evidenciou nas estatísticas, pois o controle contínuo e conjunto, por meio de barreiras regulares, diminuiu todos os crimes.

Um ponto muito criticado foi o fato de as grandes operações serem previamente anunciadas. Seu efeito seria apenas adiar a concretização do contrabando, pois os transportadores de mercadorias ilícitas apenas cessam temporariamente as suas atividades, aguardando que a normalidade seja restabelecida. Por causa do anúncio prévio, grandes apreensões deixam de ocorrer e apenas transportadores autônomos e desavisados são descobertos pelas operações. Entretanto, houve uma convergência de opiniões quanto às operações aumentarem a demanda carcerária, impactando notavelmente o sistema de prisional.

É bem avaliada a articulação entre os diferentes órgãos de segurança, pois se considera que elas permitem renovar as práticas das diferentes instituições e oferecer maior transparência para a atuação de cada uma. No entanto, a cooperação ocorrida durante as operações não costuma manter-se de maneira estável. Embora exista o projeto dos Gabinetes de Gestão Integrada em andamento, os profissionais dos diferentes órgãos têm encontrado dificuldades para se unir e tornar efetivo o projeto de articulação interinstitucional.

Situação prisional

A delegacia da Polícia Civil tem capacidade para 60 presos, mas, no momento da pesquisa, alojava quase 200, pois a intensificação dos controles na fronteira teriam aumentado a população carcerária, sobrecarregando o sistema prisional. A carceragem tem ala para mulheres e para adolescentes. Encontravam-se no momento da entrevista, 18 mulheres, das quais 3 já haviam sido condenadas, e 170 homens, dos quais 60 eram condenados. As condições prisionais são muito precárias e impróprias para abrigar presos por longos períodos. Os detidos fazem suas reclamações por meio de suas próprias lideranças, e a instituição faz o possível para oferecer atendimento médico e dentário ou demais serviços solicitados pelos presos. Na opinião do representante da Polícia Civil, é mais garantia de segurança ter o presídio superlotado do que “criminosos” na rua.

Segundo entrevistados da Polícia Civil, 99% dos internos respondem por tráfico de drogas ou contrabando de cigarros. As pessoas acusadas de tráfico de drogas costumam vir de diferentes cidades do Paraná ou de outros estados, como Santa Catarina, São Paulo e o Rio de Janeiro. Já aquelas enquadradas em contrabando costumam tratar-se de moradores do município de Guaíra. Na opinião de diferentes representantes das instituições de segurança pública, alianças formadas no interior das instituições prisionais contribuem para a articulação das redes de criminalidade. Afirmam que presos organizam a venda de drogas fora da cadeia e o fazem por meio do uso de celulares, frequentemente encontrados em revistas realizadas na carceragem. Ao mesmo tempo, o entrevistado da Polícia Civil que trabalha na carceragem negou a existência de representantes do PCC dentro da unidade.

Existe um convênio com a Polícia Federal, que não tem carceragem, para que os detidos sejam alojados na Polícia Civil. Segundo policiais desta unidade, as viaturas não são suficientes para poder movimentar os presos para as diferentes instâncias judiciárias e, quando é preciso trasladar detidos, devem recorrer ao apoio de outras instituições.

Efetivo das instituições e treinamento

Um ponto comum à fala de todos os entrevistados é a afirmação de que há falta de efetivo em todos os órgãos de segurança do município de Guaíra. Segundo representante da Guarda Municipal, a proporção de profissionais por número de habitantes não seria um critério suficiente para a distribuição de pessoal, pois deveriam ser consideradas as características específicas da criminalidade local. Os profissionais lotados em Guaíra também não recebem treinamento adequado para lidarem com as particularidades da atuação em região de fronteira.

Outro problema apontado nas entrevistas foi a dificuldade de atrair profissionais de segurança para atuarem em Guaíra em bases regulares. A maior parte dos que trabalham no município é natural desta região. Isso permite um conhecimento pessoal entre os colegas, assim como da dinâmica da cidade, facilitando o trabalho. No entanto, seria importante contar com um efetivo maior. É também alta a rotatividade dos profissionais das forças de segurança, principalmente nas chefias das instituições, o que dificulta o desenvolvimento de vínculos mais sólidos entre os profissionais e a comunidade local.

Na opinião de alguns entrevistados, a implantação de um Batalhão de Fronteira em Guaíra contribuiu para que o contrabando e o tráfico internacional de drogas diminuíssem, pois houve um aumento estável no efetivo encarregado do policiamento na região. O efetivo do Batalhão de Fronteira tem recebido cursos de formação específicos para trabalhar na fronteira que incluem: treinamentos de tiro diurnos e noturnos, com diferentes tipos de armamentos; uso de equipamentos de visão noturna; treinamento de abordagem a embarcações e salvamento aquático; instrução para o reconhecimento de substâncias entorpecentes; técnicas de interrogatório; identificação de veículos roubados; legislação sobre tráfico e descaminho; regras de procedimento policial; técnicas de preservação do local do crime e outras especificidades.

Corrupção

A corrupção foi apontada em algumas entrevistas como um grande problema a ser enfrentado no interior das instituições de segurança. Foi apontado que, além de maus agentes que cobram subornos para liberar mercadorias, existem lideranças locais de instituições envolvidas com grupos da criminalidade organizada. Ouve-se falar que contrabandistas chegam a efetuar pagamentos mensais para agentes de segurança encarregados de liberar a passagem de carregamentos e aliviar os controles em determinados trechos ao longo das rotas.

O trabalho de inteligência é considerado fundamental para combater a criminalidade, desde que as informações obtidas sejam compartilhadas pelas diferentes instituições de segurança e que as investigações estejam orientadas também para o combate dos desvios de conduta de agentes públicos. Caso a população depositasse mais credibilidade na integridade dos órgãos de segurança, acredita-se que seria maior a cooperação com informações sobre os mercados ilegais. Muitos moradores deixam de denunciar atividades ilícitas das quais tomam conhecimento, pois temem que existam profissionais de segurança envolvidos e não confiam que estes tomarão as medidas corretas. Com intuito de se aproximar à população, a Polícia Civil abriu uma página de facebook por onde divulga os nomes e fotografias das pessoas procuradas pela polícia e solicita a colaboração da população na resolução de crimes.

No município de Guaíra, houve um investimento importante na Coordenadoria de Controle Externo da Atividade Policial e dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO – que é liderado pelo Ministério Público, em parceria com outros órgãos. A Polícia Federal também tem investigado a participação de agentes públicos em atividades ilegais, o que vem colaborando para uma importante redução nas práticas de corrupção.

Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Guairá

Polícia Civil



Polícia Militar



Polícia Federal



Receita Rodoviária Federal



Local da Guarda Municipal



Fórum



Receita Federal



Ponte que liga Guairá - Mato Grosso - Paraguai



Comércio em Salto Del Guairá - Paraguai



Barracão

O Município de Barracão foi criado pela Lei estadual n.º 790, em 14 de novembro de 1951, e instalado como distrito sede em 14 de dezembro de 1952. Está localizado ao extremo sudoeste do estado, a 542 km por estrada da capital Curitiba, à qual está ligada por via rodoviária acessando pela PR-163 para conexão com outras rodovias. O município é formado pelos distritos de Barracão e Siqueira Belo e encontra-se em continuidade urbana com o município de Dionísio Cerqueira, do estado de Santa Catarina e, em limite internacional, com a cidade Bernardo de Irigoyen na Argentina.

Mapa–Município de Barracão e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410260&search=parana|barracao>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro 1951.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 171,462 km ²
Fronteiras, limites e divisas: a Argentina, o Estado de Santa Catarina e os municípios de Flor da Serra do Sul.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 9.735 habitantes
Densidade demográfica: 56,78 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 119.373,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.259,78
IDH-M (2010): 0,706
Gentílico: barraconense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do desenvolvimento humano/PNUD

Histórico

No início do século passado, na região onde atualmente encontra-se o município de Barracão e municípios próximos, eram intensas as trocas entre produtores de erva-mate brasileiros e argentinos que lhes forneciam provisões em épocas de colheita. A região tem uma história de trocas e intercâmbios que ainda se mantém. A guerra da tríplice aliança (1864-1870) produziu uma notável migração da população paraguaia em busca de sustento, levando indígenas a trabalhar para os ervateiros argentinos e brasileiros (FERRARI, 2010). A região permaneceu caracterizada pela dinâmica de intercâmbios entre a população fixa e a migrante.

No dia 4 de julho de 1903, o Chefe da Comissão de Demarcação dos Limites entre Brasil e Argentina, General Dionísio Cerqueira, fundou um povoado nas cabeceiras dos rios Capanema e Peperi Guaçu, na fronteira com a vizinha República do Prata. Misael Siqueira Bello é o nome conhecido do primeiro morador da localidade, que posteriormente recebeu a denominação de Barracão, devido ao nome de uma hospedaria utilizada por tropeiros que transitavam pela região. Colonos provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina chegaram à região em busca de terras e estabeleceram-se em Barracão, dedicando-se à extração de madeira e de erva-mate, e também à cultura de cereais, fumo e cana-de-açúcar, proporcionando um rápido crescimento do povoado.

Em 1914, foi criado um Distrito Judiciário com a denominação de Dionísio Cerqueira, com sede no lugar denominado Barracão, no Município de Clevelândia. Havia, na época, um problema de divisa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, que foi resolvido em 1916, com a celebração de um acordo entre os dois estados. Em função desse acordo de divisa, Barracão foi dividido em dois, ficando parte no Paraná e parte em Santa Catarina, separadas apenas por uma linha divisória seca. A parte que ficou no Paraná, permaneceu com o nome de Barracão e a que ficou em Santa Catarina recebeu a denominação de Dionísio Cerqueira, em homenagem ao seu fundador. A cidade fundada no lado Argentino, separada tempos atrás apenas pelo Rio Peperi Guaçu, recebeu a denominação de Bernardo de Irigoyen. Dessa forma, Barracão no Paraná e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, parecem formar uma só cidade. A divisa entre o Paraná e Santa Catarina na fronteira com a Argentina são calçadas (IBGE e Site da Prefeitura de Barracão).

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Barracão

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	9.796 habitantes
Homicídios (2012):	2
Instituições de segurança:	a Polícia Militar, o Ministério Público e o Conselho Tutelar
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 653 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 3.265 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.796 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	2	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas em boas condições		Antigas, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		2	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	1	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende à necessidade		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	

Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	2	2
Rádio portátil (HT)	1	1
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	2	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	4	15
Colete antibalísticos	3	15
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	15
Carabina	-	1
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	4	15
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	15	*

Polícia Civil

No município de Barracão, há uma delegacia de Polícia Civil, que conta com 1 delegado titular e 2 policiais. Esta unidade dispõe de acesso à internet, com velocidade de 1 mb/s. Com relação aos sistemas de informação em uso, são utilizados sistemas de registro de ocorrências e registro de inquéritos e o sistema informatizado desta unidade está integrado a outros sistemas. Não há produção de estatísticas nesta delegacia.

Os principais parceiros da Polícia Civil neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal, e acredita-se que a parceria com a Polícia Militar deveria ser incrementada. Esta delegacia participa do Grupo de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), mas o representante entrevistado não soube informar se a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Esta unidade não participou do ENAFRON, nem das Operações Sentinela ou tampouco participa de grupos de patrulhamento de fronteira. Suas relações com as instituições policiais do país vizinho são amigáveis e colaborativas, com troca de informações.

Polícia Militar

No município de Barracão há um pelotão da Polícia Militar, subordinado ao 21º Batalhão, sediado em Francisco Beltrão. Nesta unidade, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir os sistemas de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas, de controle de munição e o sistema de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado o georreferenciamento de crimes e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. Quanto à internet, a conexão da unidade é de 4.05MB/s. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de fichas de papel e fichários de ocorrências. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Judiciário, o Ministério Público, a Receita Federal e a Polícia Civil, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município apoia a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Receita Federal em grupos de patrulhamento ou operação de fronteira e participa de outro coletivo de gestão de segurança pública (não citado). Em Barracão, a Polícia Militar tem uma relação colaborativa com o órgão de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Porém, não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Barracão encontra dificuldade na falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Falta também ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; além de conhecimento das atribuições do Conselho Tutelar por parte da população. Entre os direitos violados

registrados, os três tipos mais comuns são: abuso sexual ou exploração sexual; abandono da escola; e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Para o entrevistado da Polícia Militar, o fato de o município de Barracão estar situado próximo à fronteira é positivo para seu desenvolvimento econômico, pois a proximidade entre os territórios facilita as importações e as exportações. Já o representante da Polícia Civil não soube opinar a esse respeito. Há divergências nas opiniões dos entrevistados das instituições pesquisadas com relação às seguintes afirmativas:

1. “o município de Barracão tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Por sua vez, ambos discordam em que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e o tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados, como sendo os principais, o tráfico de drogas e armas, contrabando, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar entrevistados, entende-se que, no município de Barracão, o crime mais frequente parece ser o furto, mesmo assim citado como ocasional. A tabela abaixo se refere às respostas dos entrevistados:

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Barracão

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente
Polícia Civil	Orequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Os tipos de furto citados pelos entrevistados como os mais frequentes foram furtos de veículo e de motocicleta, a residências e a estabelecimentos comerciais. Quanto aos roubos, foram citados o roubo a transeunte e à residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheque sem fundos e fraudes contra o comércio. Quanto às principais situações em que ocorre lesão corporal dolosa, foram citadas brigas de bar, situações domésticas e conflitos por propriedades. As causas assinaladas para os homicídios dolosos foram em brigas de bar, situação doméstica e latrocínios. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Barracão sejam atos libidinosos, estupro contra menores de idade e exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

O município foi caracterizado como um “corredor” para outros lugares do sul do País. Os entrevistados de forma geral concordam que o município opera como rota. Há consumo e tráfico de drogas no município, mas trata-se de um comércio em pequena escala, que atende apenas ao consumo local. Acredita-se que não existe crime organizado na cidade. O problema mais sério é o uso de drogas, principalmente crack, mas por causa do trabalho preventivo ele não alcança níveis incontroláveis. Segundo os entrevistados, o fato de a maconha ser permitida na Argentina para uso pessoal, facilita o deslocamento das pessoas de Barracão para comprar do outro lado da fronteira. O mesmo ocorre com o solvente conhecido como lança-perfume.

Na opinião dos agentes de segurança, o fato de Barracão ser uma fronteira seca facilita o trânsito internacional, e os jovens podem roubar carros ou motocicletas, passar para o lado argentino e trocar por pedras de crack. Motocicletas roubadas no Brasil também acabam sendo utilizadas sem placa na Argentina como meio de transporte.

Entrevistados da Polícia Civil reconhecem que na cidade há apreensão de cigarros contrabandeados do Paraguai que se encontram à passagem para outros lugares, mas, por meio da fronteira de Barracão com a Argentina, contrabando e descaminho são inexpressivos. Segundo o representante da Polícia Civil, do lado argentino, ingressam frutas, verduras, enlatados de forma legal e, ilegalmente, *red bull*, vinhos, pneus, alpiste, mas não é comum que estes ingressem em caminhões, e sim em pequenas quantidades que cabem nos carros. Tal visão do fenômeno difere da que apresentam os participantes do Grupo Focal, que se desenvolve abaixo. Foi informado que a Polícia Federal já apreendeu caminhões com carne e outros produtos que continham maconha, mas esse tipo de situação não é comum de ocorrer no município.

O homicídio não foi caracterizado como um crime frequente do município, embora o suicídio seja menos incomum. Houve um período, três ou quatro antes, em que alguns adolescentes de 13 e 14 anos se suicidaram enforcando-se e, na época, isso foi atribuído a práticas de “magia negra”.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais e sociedade civil

Os representantes da sociedade civil que participaram do grupo focal, de modo geral concordam que o município de Barracão é tranquilo e seguro para os moradores, embora a incidência de alguns crimes tenha crescido nos últimos tempos. O fato de estar na fronteira facilita a movimentação de pessoas que podem cometer um crime em um lugar e passar para o país vizinho, fugindo assim do controle da lei.

Uma importante preocupação dos moradores é com as práticas de prostituição consideradas muito frequentes no município. Devido à cidade estar num corredor rodoviário a caminho de outros centros, mulheres e adolescentes oferecem serviços sexuais para os caminhoneiros que aguardam para atravessar a fronteira internacional e a divisa estadual. Foi ressaltado que este fenômeno coincide com uma taxa considerável de abuso sexual e prostituição.

Outra especificidade da criminalidade da região refere-se ao roubo de gado, outrora muito comum no município. Segundo o representante do Conselho Tutelar, a incidência desse tipo de crime diminuiu bastante após a implementação de um programa intitulado Pró-Gado.

Os participantes do grupo focal mencionaram um crescimento no consumo de crack no município, o que teria ocasionado alguns conflitos familiares. Contudo, a percepção local da criminalidade é que os problemas relacionados a consumo e ao tráfico de drogas não são tão relevantes para a região. Entretanto, todos reiteraram a existência de pessoas que teriam se enriquecido devido ao contrabando de bebidas alcoólicas da Argentina para o Brasil. As passagens clandestinas de caminhões pela fronteira são conhecidas como “piques”. Isso, contudo, ocorre sem comprometer de modo algum a segurança dos habitantes de Barracão.

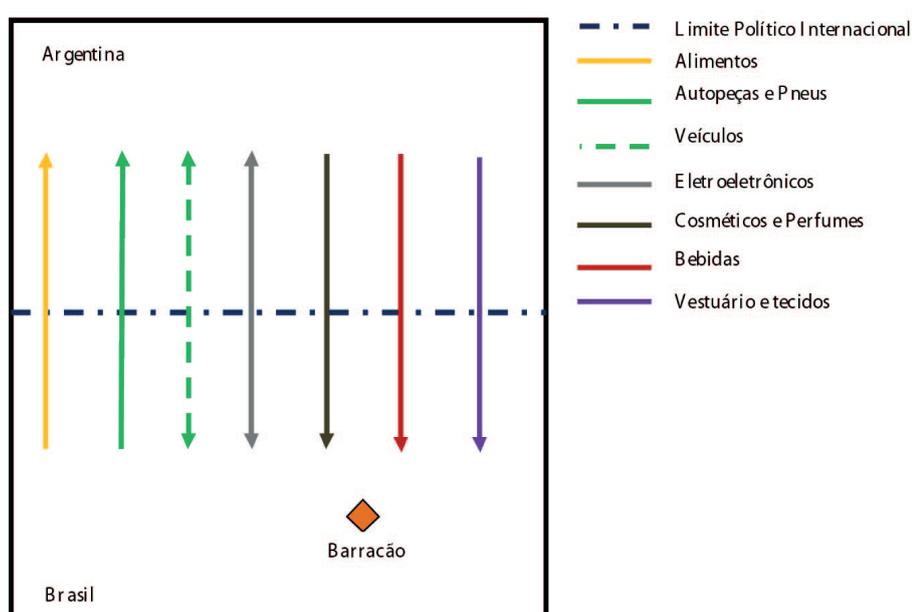
De maneira geral, estiveram de acordo que a imagem que se tem da fronteira e que é divulgada pela mídia retrata realidades que os moradores não veem. Trata-se principalmente do tráfico de armas e de drogas que não afetam a segurança da cidade no cotidiano, embora estejam provocando tanta insegurança nos lugares de destino dessas mercadorias. Assim, todos coincidem em que a fronteira leva a mácula daquilo que os moradores não produzem e também não padecem.

Segundo entrevistado do Conselho Tutelar, o governo tem dado uma atenção especial à segurança no município de Barracão por causa dos eventos esportivos que se aproximam, mas ele considera mais necessários os investimentos em hospitais e escolas para o município. Entretanto, reconheceu que quando a Força Nacional esteve apoiando a operação Sentinela, as apreensões de dinheiro e de cigarros contribuíram para a sensação de segurança dos moradores.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

O fato de haver uma fronteira seca entre os municípios de Barracão, Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo Irigoyen na Argentina faz as cidades se integrarem na vida cotidiana. É comum que os habitantes locais atravessem a fronteira para fazer compras do lado argentino. A situação de fronteira não impacta a criminalidade local e, apesar de ocorrerem práticas de descaminho e contrabando, o município foi descrito como tranquilo pelos policiais entrevistados. Estes afirmaram também que o município não está marcado pelo tráfico de drogas ou armas. O fluxograma abaixo aponta as principais mercadorias que circulam entre o Brasil e a Argentina nesta região de fronteira:

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Barracão x Argentina



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Com base na opinião do entrevistado da Polícia Militar, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são eletroeletrônicos, veículos e alimentos. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam vestuário e tecidos, bebidas, autopeças e pneus, alimentos, e cosméticos e perfumes. As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram cigarros, eletroeletrônicos, bebidas e alimentos. Tomando este mesmo ano por referência, o entrevistado afirmou terem sido raras as ocorrências envolvendo drogas. Entre as ocorrências envolvendo a venda de drogas, foram apontados, em escala do maior para o menor, maconha, crack, inalantes, cocaína, pasta base e sintéticos.

Vantagens e desvantagens da fronteira

Todos afirmaram que, dependendo da relação cambial entre as fronteiras brasileira e argentina, as pessoas atravessam a fronteira para fazer compras em um ou outro país. Atualmente, o Real está valorizado em relação ao Peso Argentino, de modo

que medicamentos e outros produtos de mercado custam a metade do preço no país vizinho, o que estimula os brasileiros a fazerem as compras em Bernardo de Irigoyen. A gasolina também é um recurso mais barato que se compra na Argentina, cuja compra regular produz engarrafamentos reiterados, podendo haver até 5 mil veículos passando para Bernardo de Irigoyen nos fins de semana, pois muitos se deslocam de municípios vizinhos. Apesar de interpretarem isso como uma vantagem, reconhecem também a desvantagem disso ter gerado um impacto importante nos comércios do município de Barracão, prejudicados com a competição do outro lado da fronteira. Os participantes do Grupo Focal reconheceram que se a fronteira se fechasse para a Argentina, o município de Barracão não sofreria impacto, mas os argentinos que vivem em Bernardo de Irigoyen tornar-se-iam ainda mais pobres do que já são devido à perda da clientela brasileira que movimentava o comércio local.

Brasileiros também se deslocam para frequentar bares e danceterias do lado argentino. A existência desses estabelecimentos foi considerada por todos como algo positivo para o município de Barracão, pois revitaliza a vida social local e proporciona opções de lazer.

São muitos os brasileiros que trabalham do lado argentino em comércios próprios, mas que moram no Brasil. Tal circulação não compromete legalmente às pessoas, pois até 50 km da fronteira não é necessária a documentação migratória para circular, o que é necessário para quem pretende ir mais longe.

Na opinião do representante da Polícia Civil, a educação na Argentina tem melhor estrutura, pois há mais investimentos nessa área por parte do governo argentino. O município de Barracão tem uma arrecadação muito pequena e depende de investimentos dos governos estadual e federal para promover mudanças em quaisquer áreas. Também foi comentada a existência de programas bilíngues para as crianças, o que favorece a integração desde cedo na população infantil. Foi relatado serem frequentes os casamentos binacionais na região.

Impacto das operações conjuntas no município

De maneira geral, todos os entrevistados concordaram que o trabalho resultante de operações conjuntas tem sido positivo, principalmente no sentido de proporcionar maior sensação de segurança para a população. No entanto, ressaltaram que as operações não incidiram nas taxas de crimes locais, e os roubos e furtos permanecem sem alteração. Um ponto criticado foi o aviso prévio das operações, pois em vez de prender criminosos, estes apenas deslocam-se temporariamente para atuar em outras áreas.

O representante da Polícia Civil afirmou que, apesar de ter sido anunciada uma chegada de verbas da ENAFRON, isso ainda não foi concretizado. Houve a Operação Sentinela que contou com a Polícia Civil, mas a avaliação dos entrevistados foi crítica com relação às demais forças fazerem barreiras e prenderem pessoas, mas deixarem os casos para a Polícia Civil. Enfatizaram descontentamento com o fato de que a atitude dos integrantes de tais operações é claramente hierarquizada e que, de forma geral, eles não estão interessados em estabelecer contato com as polícias estaduais. Embora não conheçam a região, os membros das forças federais não se interessam em promover o diálogo. Concordaram que o trabalho das operações acaba sendo de algum modo irruptivo e pouco integrado às dinâmicas e conhecimentos das polícias locais.

Houve consenso dos entrevistados em que, apesar das dificuldades ainda de articulação interinstitucional, as medidas orientadas à segurança na fronteira ajudaram a tornar visível o Estado.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

Os entrevistados das polícias afirmaram que existe colaboração com as instituições argentinas e há um esforço no sentido de trabalharem unidos. A cooperação existente está voltada principalmente para informações ou recuperação de veículos, mas ainda não é possível que a polícia argentina transfira uma pessoa para o Brasil quando há mandado de busca. O entrevistado da Polícia Civil ressaltou a dificuldade para intimar ou prender pessoas que cometem crimes no Brasil e passam para o lado argentino, pois a lei não permite a extradição nem que policiais brasileiros efetuem prisões em território argentino.

A existência de muitas instituições presentes na fronteira favorece o controle. Os entrevistados afirmaram que há do lado argentino uma rigorosa fiscalização da fronteira, mas não há tanto respeito aos direitos humanos quanto no Brasil, sendo a polícia mais rígida. Isso foi exemplificado com o caso de adolescentes que, quando acusados de atos infracionais no lado brasileiro estão amparados por uma legislação específica que é cumprida, mas quando presos na Argentina, mesmo sendo menores de idade, eles são severamente punidos, até mesmo de maneira ilegal.

Segundo os entrevistados, os argentinos também fazem descaminho e contrabando por meio de seus contatos com brasileiros e a facilidade de circulação de pessoas pela fronteira compromete a segurança pública local. No entanto, a intensa colaboração policial internacional e interestadual contribui para que esta região de fronteira seja segura.

Implicações da fronteira interestadual para a segurança pública

O representante da Polícia Civil relatou que não raro homicídios são cometidos em Dionísio Cerqueira, mas os corpos são deixados em Barracão, tornando os crimes muito difíceis de investigar, dada a necessidade de transpor divisas estaduais na condução das investigações. São complicadas as exigências formais nesses casos. Já nos casos de crimes federais, a delegacia mais próxima fica em Santa Catarina, mas as forças estaduais locais precisam deslocar-se para reportar os casos em Cascavel, que fica a muitos quilômetros de distância. Isso atrapalha a agilidade do trabalho policial.

O representante da Polícia Civil afirmou receber apoio do Ministério Público e do Judiciário estaduais, principalmente para o caso de investigações urgentes.

Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Barracão

Polícia Civil



Prefeitura



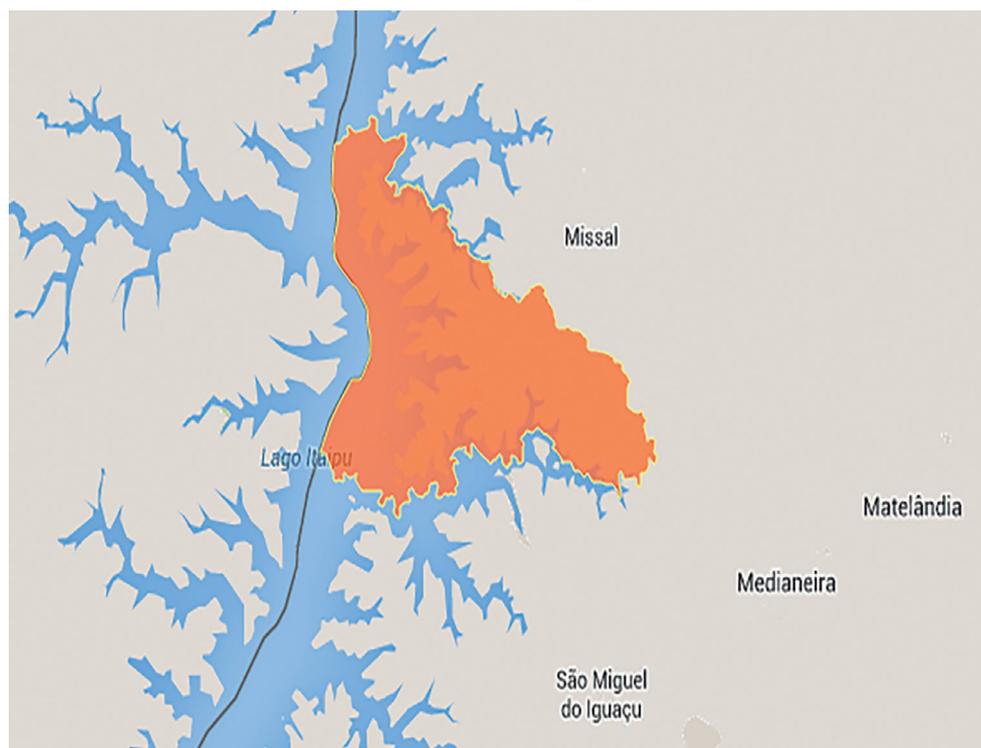
Rota de Caminhões dentro da cidade



Itaipulândia

O município de Itaipulândia foi criado pela Lei Estadual nº 9908, de 19 de março de 1992. Este se situa no oeste do Paraná, a 630 km da capital do estado, Curitiba. Limita-se ao norte com Santa Helena, a noroeste com Missal, ao sul com São Miguel do Iguaçu e a oeste com o Lago de Itaipu, por meio do qual faz fronteira com a República do Paraguai.

Mapa–Município de Itaipulândia e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411095&search=paranal|itaipulandia>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 9908, de 19 de março de 1992.
Localização:
Área (2010): 331,288 km ²
Fronteiras, divisas e limites: o Paraguai e os municípios de Santa Helena, Missal e São Miguel do Iguaçu.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 9.026 habitantes
Densidade demográfica: 27,25 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,63
PIB (2010): R\$ 131.200,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.534,14
IDH-M (2010): 0,738
Gentílico: itaipulandiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Itaipulândia foi um distrito de São Miguel do Iguçu chamado Aparecidinha d' Oeste, até o ano de 1992, quando por meio de plebiscito, obteve sua emancipação política e administrativa, aprovando a Lei Estadual nº 9.908 de 19 de março de 1992, que oficializou o seu desmembramento.

Devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, metade das terras cultiváveis de Itaipulândia foi inundada, em 1982. A extensão de terras alagadas correspondeu a um total de 179,73Km². Por esse motivo, Itaipulândia é o município que recebe mais royalties *per capita* pagos pela usina sobre a utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná na produção de energia elétrica. Este volume de recursos recebido pela prefeitura de Itaipulândia impactou consideravelmente a composição das receitas municipais, ampliando a capacidade financeira de atender às pressões para oferta de serviços públicos de caráter social e de infraestrutura urbana (IPARDES, 2008).

O município é predominantemente urbano, entretanto a agricultura é o setor que mais contribui para o produto interno bruto municipal, destacando-se, atualmente, as culturas de soja, milho e fumo. Outros setores que compõem a economia são os de serviço (comércio e turismo) e o de indústria. O município participa do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que é o órgão oficial de representação desses municípios, responsável pela promoção das ações e pela implementação do programa de incentivo ao turismo na região denominada Caminhos ao Lago de Itaipu (SEBRAE/SETU, 2008). Os principais atrativos turísticos do município são o Balneário Turístico de Linha Jacutinga, uma praia artificial nas margens do Lago Itaipu, com uma extensão de aproximadamente 700 metros, dotada de infraestrutura para lazer e turismo, como área de camping, quiosques com churrasqueiras, área esportiva e atracadouro para barcos.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Itaipulândia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 9.357 habitantes
Homicídios (2012): 3
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Municipal de Segurança Pública
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 720 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 4.679 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.357 habitantes				
Homicídios (2012) = 3				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	2	Praças	13
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas e sem condições de reforma		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas e sem condições de reforma		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		2	
Impressora	1		3	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		1	
Scanner	-		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	1
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende a necessidade		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	

Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	1	-
Arquivos em ficha de papel	-	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	1	15
Colete antibalísticos	1	13
Escudos	-	-
Capacetes	-	15
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	15
Carabina	-	2
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	1
Revólver	-	-
Pistola	1	13
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	Munição de festim
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	8	*

Polícia Civi

Há no município de Itaipulândia uma delegacia em funcionamento, subordinada à 6ª SDP, sediada em Foz do Iguazu, que por sua vez integra a Divisão Policial do Interior do Paraná. Esta unidade dispõe de conexão com a internet de 10MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil dispõe apenas de um sistema de administração de recursos humanos. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em arquivos de papel e há também sistema informatizado de registro de ocorrências e inquéritos, com inclusão de dados no Infoseg. Portanto o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, e com o banco de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2005. No ano de 2012, foram expedidos oito mandados de prisão e instaurados aproximadamente dez flagrantes.

Esta unidade não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas o entrevistado acredita que a participação nesses coletivos modifica e melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Além disso, o apoia. No ano de 2012, a Polícia Civil de Itaipulândia participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado das Operações Sentinela, tendo também apoiado grupos de patrulhamento em operação na fronteira nas operações Ágata e Fronteira Blindada. Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser intensificada a parceria com a Polícia Militar e com delegacias de outros municípios. Em Itaipulândia, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho.

Polícia Militar

No município de Itaipulândia, há apenas um posto fixo da Polícia Militar em atividade, operado pelo 1º Pelotão da 4ª Companhia, que integra o 14º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Foz do Iguaçu. A unidade deste município dispõe de acesso à internet com velocidade de 2MB/s. Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados banco de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. Faz-se também georreferenciamento de crimes e há divulgação pública e regular das estatísticas. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel, fichas de papel e fichários de ocorrências. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à Lei Maria da Penha.

Com relação à participação em coletivos de gestão, o entrevistado acredita que esta melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, no entanto, em Itaipulândia, este órgão participa apenas do Conselho Tutelar e do Centro de Referência Assistência Social. A Polícia Militar deste município apoia operações da Polícia Federal e do Exército e tem participado das Operações Sentinela. O entrevistado já não soube informar houve participação no Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser intensificada a parceria com a Polícia Federal e o Judiciário. Em Itaipulândia, a Polícia Militar não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho.

Conselho Municipal de Segurança Pública

Embora o município de Itaipulândia não possua uma secretaria municipal de segurança e tampouco uma guarda municipal, há um Conselho Municipal de Segurança, que desenvolve um Plano Municipal de Prevenção à Violência. Não existem, contudo, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) ou Municipal (GGIM). O Conselho de Segurança deste município mantém relações colaborativas de troca de informações com gestores municipais do país vizinho.

Instituição de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	inadequadas	

Conselho Tutelar

Existe no município de Itaipulândia um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Há também uma unidade do Conselho Tutelar com um total de cinco conselheiros e cuja estrutura física e instalações internas do prédio não se encontram adequadas para os atendimentos que prestam. O Conselho Tutelar deste município encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Falta também trabalho em rede. Entre os casos que chegam ao Conselho Tutelar, os três tipos mais comuns são: violência doméstica, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Os representantes locais de instituições entrevistados discordam do fato de o município de Itaipulândia estar situado próximo à fronteira ser considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. O entrevistado da Polícia Civil acredita que é positivo, pois possibilita que as pessoas do país comprem no município, acarretando uma integração comercial lícita. Já o representante da Polícia Militar discorda, pois, em sua

opinião, as mercadorias negociadas não ficam no município, logo não trazem benefício direto. Da mesma maneira, não há consenso em relação à afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. O representante da Polícia Civil se declara totalmente de acordo com esta afirmação, enquanto o representante da Polícia Militar discorda parcialmente. Havendo também discordância em que a posse de armas de fogo seja mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, estando o primeiro totalmente de acordo e o segundo parcialmente em desacordo. Ambos, entretanto, concordaram, em maior ou menor medida, respectivamente, que o município de Itaipulândia tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Itaipulândia foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e armas e contrabando, sendo mencionados também a ocorrência de imigração ilegal, crimes ambientais e disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que, no município de Itaipulândia, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, ainda assim ambos seriam apenas ocasionais. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Itaipulândia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio, tendo sido citado também o furto de porcos e o de motocicletas. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: falsos sorteios, concursos ou premiações; fraudes contra o comércio; cheques sem fundos e pequenos golpes populares. O tipo de extorsão citado foi extorsão simples. Vale ressaltar que o representante da Polícia Civil disse jamais haver ocorrências de extorsão no município. Há consenso quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica, brigas de bar e lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflitos de acerto de contas entre pessoas envolvidas em atividades ilícitas e por propriedade de algum bem, também foram citados pelo representante da Polícia Civil. Entre os crimes sexuais, a Polícia Civil considera que os mais frequentes em Itaipulândia sejam estupro ou atentado violento ao pudor de

mulheres adultas e estupro ou abuso sexual de crianças e adolescentes. Já a Polícia Militar destacou apenas a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre as outras ocorrências.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Entre os participantes do grupo focal realizado com representantes da sociedade civil, foi unânime a crença de que a proximidade com a fronteira afeta a criminalidade local. A proximidade também afeta o município em momentos de cercos policiais em pontos estratégicos, sobretudo em Foz do Iguaçu, o que faz com que as atividades de tráfico, contrabando e descaminho sejam transferidas temporariamente para a cidade. Nos últimos anos, percebeu-se uma correlação entre o aumento das atividades das instituições de segurança pública em Foz do Iguaçu e o aumento das atividades nos mercados ilegais em Itaipulândia. Mas apesar dessas atividades ocorrerem no município, os índices de criminalidade permanecem baixos e o município é considerado seguro por seus moradores.

A atuação de moradores em atividades ilícitas costuma estar relacionada ao transporte de pequenas quantidades de mercadorias; à carga e descarga de barcos e caminhões; e ao trabalho como vigias contra as forças de repressão. No entanto os participantes acreditam que, em menor escala, existe um envolvimento mais complexo de moradores locais. A profundidade de tal envolvimento não é, contudo, conhecida. Nunca se sabe se quem opera com contrabando de cigarro, opera apenas com isso. Foi ressaltado que as atividades de carga/descarga ou vigia são realizadas principalmente por menores de idade que, muitas vezes, deixam a sala de aula para realizarem tais atividades (estimou-se uma proporção de 50% dos jovens). Daí decorreria a falta de interesse no ensino, bem como o abandono escolar. Da mesma forma, os ganhos nesta atividade afetam o interesse dos envolvidos na busca por carreiras lícitas. O consumo e tráfico de drogas também foram relacionados com estas atividades. Sobre os recursos provenientes das atividades ilegais, os participantes acreditam que parte destes recursos fica no município, no entanto, a maior parte segue para fora do município.

É relatada uma clara distinção entre a atividade de contrabando (cigarros, eletroeletrônicos e outros produtos) e o tráfico de drogas e armas. Contrabandistas são vistos de forma semelhante a sonegadores, ou seja, não são vistos como criminosos nem totalmente excluídos da sociedade local. Já traficantes internacionais de drogas ou armas são vistos com mais ressalvas. Isso foi ressaltado apesar da situação de dúvida mencionada no ponto anterior sobre a suposta exclusividade de atuação (por parte de contrabandistas) em apenas um tipo de atividade ilícita.

Os mercados ilegais acabam afetando o cotidiano dos moradores no que se refere às atividades relacionadas com o lago: hábitos como pescarias noturnas ou mesmo passeios no entorno do lago são considerados perigosos. Moradores relataram temer serem confundidos com forças policiais, em suma: “estar no lugar errado, na hora errada”. Foi ressaltado também que agricultores proprietários de fazendas às margens do lago convivem diariamente com o movimento de contrabando e tráfico em suas terras, com carros e caminhões circulando, transportando mercadorias ou mesmo buscando esconderijo por ocasião de alguma ação da polícia. É comum agricultores encontrarem drogas ou outros produtos armazenados em suas terras sem o seu consentimento. Apesar de mencionarem a existência de ameaças diretas, é consenso que elas existem de forma velada, ou seja, não existe alternativa de se manifestar contra a atuação desses grupos. Ocorre, portanto, a coação da comunidade local por parte de envolvidos em atividades ilícitas.

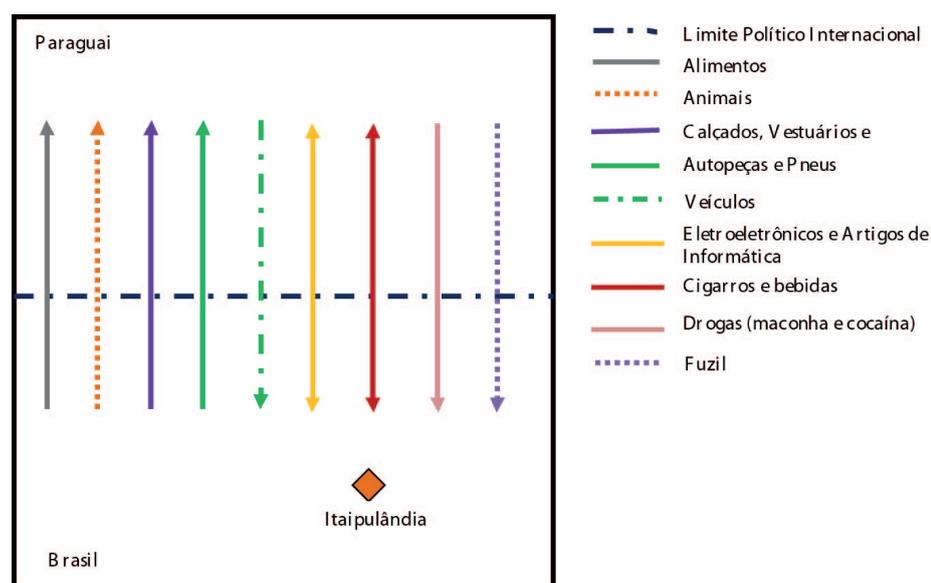
Foi ressaltado que, apesar de alguns investimentos nas forças policiais locais, são ainda limitadas as possibilidades de combate aos mercados ilegais. Consideram que as polícias Militar e Civil estão em situação de desvantagem numérica e de infraestrutura com relação aos contrabandistas e traficantes, o que dificulta a repressão às atividades ilícitas internacionais.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

O município de Itaipulândia não depende economicamente do fluxo comercial da fronteira porque é essencialmente agrícola. Ainda assim, admite-se que o município tenha características peculiares à situação de fronteira, havendo uma grande circulação de pessoas e mercadorias entre esta região e o país vizinho, o que proporciona certa integração cultural e ciclos econômicos próprios.

A principal característica dessa fronteira, apontada de forma recorrente, é a facilidade do acesso por terra e pelos rios, e a dificuldade de fiscalização da fronteira fluvial. Por isso, os municípios que fazem fronteira com o Paraguai apresentariam uma incidência maior de alguns crimes, como contrabando, descaminho e tráfico de drogas. No município de Itaipulândia a margem do lago é bem extensa, havendo aproximadamente quinze (15) acessos a ele. Atualmente, o lago teria se tornado uma importante rota de passagem de contrabando, descaminho. As mercadorias são transportadas, utilizando os rios em pequenas embarcações, passam do Paraguai para o Brasil e depois são transportadas nos veículos a seus destinos, em geral as grandes cidades do Paraná e centro-sul. A figura abaixo ilustra a movimentação de mercadorias entre Itaipulândia e o Paraguai.

Figura: Fluxo de mercadorias entre Itaipulândia e o Paraguai



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Na opinião do entrevistado da Polícia Civil, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são, nesta ordem, alimentos, animais, calçados e veículos. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam cigarros e artigos de informática. Também foram mencionados eletroeletrônicos, bebidas, maconha, veículos, cocaína e fuzil. As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram cigarros, artigos de informática e maconha, tendo sido também citados os eletroeletrônicos, vestuário e tecidos, cocaína e munição. Tomando este mesmo ano por referência, as ocorrências envolvendo drogas foram consideradas por ambos como ocasionais. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram maconha, cocaína e crack.

As transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, levando a transferirem-se para outros municípios e o deslocamento delas para o meio fluvial. No caso de Itaipulândia, assim como São Miguel do Iguazu e demais municípios limítrofes, acredita-se que a utilização da região nas rotas dos mercados ilegais decorra do aumento dos controles de fronteira realizados em Foz do Iguazu.

Ilícitos transfronteiriços

Segundo os entrevistados, os crimes de fronteira que ocorrem de forma mais frequente no município são contrabando e descaminho. O município foi descrito como um “entrepósito” ou “rota de passagem” por onde ocorre a passagem e operacionalização do transporte de mercadorias provenientes do Paraguai, principalmente cigarro e drogas ilícitas. Ao descrever as atividades ilegais, foi assinalado que elas ocorrem *na barranca* do lago, no período noturno e utilizam as estradas rurais para chegar ao seu destino. As ruas centrais da cidade não são utilizadas.

O representante da Polícia Militar ressaltou a tranquilidade do município, com baixa incidência de crimes, e que o movimento de contrabando e tráfico de drogas é pequeno, não afetando diretamente a cidade. Em sua opinião, os moradores de Itaipulândia não dependem do trabalho em atividades de tráfico e contrabando para sobreviver. Já o representante da Polícia Civil, enfatizou o envolvimento de moradores com essas atividades, especialmente nas áreas rurais. Também afirmou que em cidade de interior todos se conhecem, sabem o sobrenome, sabem também quem trabalha com contrabando e tráfico. As pessoas envolvidas com essas atividades foram descritas como pessoas que “têm comportamento diferente, ostentam luxo, fazem ‘farras’ com bebidas e se envolvem em brigas”. Acredita-se que a maior parte dos crimes com lesões ocorre com pessoas envolvidas nesse tipo de atividade.

Foi ressaltado que a criminalidade nessa região de fronteira não se encontra centralizada em uma única organização. Haveria vários grupos, entre os quais ocorreriam conflitos. Isso faria com que nenhum deles sobressaísse perante os demais, como é visto ocorrer com os comandos das capitais. Acredita-se que a criminalidade é organizada, porém não unificada, estando as redes diferenciadas também pelo tipo de mercadoria que movimentam.

Integração com o país vizinho

Moradores da cidade relataram que a relação com o Paraguai é unilateral, pois são brasileiros que vão até o país vizinho desempenhar atividades econômicas, basicamente agricultura, para a qual, na opinião de alguns, os paraguaios não teriam habilidade ou interesse. A palavra “colonização” foi citada. Por causa disso, existiria uma grande rivalidade entre brasileiros e paraguaios. Ressaltou-se a instabilidade legal para atividades no Paraguai, devido à ausência de leis e constantes conflitos entre brasileiros e paraguaios envolvidos em movimentos sociais pró-camponeses.

Foi também mencionado o problema da sobrecarga do sistema de saúde e escolar do município de Itaipulândia em virtude de atendimento que faz a brasileiros que vivem no Paraguai, chamados brasiguaios. Estes usariam os serviços prestados, sem, contudo, contribuir para a receita municipal. Culturalmente, os participantes não veem nenhuma integração ou mesmo interesse na mesma.

Foi, contudo, relatada certa integração entre pescadores do Brasil e do Paraguai, em virtude da realização de eventos de pesca esportiva em ambos os lados. Há uma Base Náutica no lago, conhecida como “prainha” e existe uma associação de pescadores, que reúne aproximadamente 40 pessoas que tiram seu sustento da pesca no Lago de Itaipu.

Impacto das operações conjuntas no município

Na opinião dos entrevistados, as grandes operações não resolvem o problema da fiscalização de fronteira, pois só funcionam em momentos e lugares específicos. Elas obtêm êxito em reduzir o movimento de contrabando e tráfico durante um curto período de tempo, nas rotas onde estão situadas as barreiras, mas como nas palavras de um entrevistado: “Quando apertam aqui, eles migram para onde tem menos risco [fiscalização]”.

Na opinião de um dos entrevistados, a população reage de forma negativa às grandes operações, em razão dos impactos econômicos decorrentes: o dinheiro de tráfico e de contrabando deixa de circular no município. Além disso, acredita-se que há um aumento na ocorrência de roubos e assaltos, praticados por aqueles que, por causa das operações, param circunstancialmente de trabalhar no transporte de mercadorias ilícitas.

Para o representante da Polícia Civil, além dos aspectos acima mencionados, as operações, sobrecarregam o trabalho da delegacia local, pois as pessoas presas na circunscrição do município tornam-se responsabilidade da Polícia Civil local, cuja estrutura de trabalho é precária e limitada no que se refere aos recursos físicos e humanos.

Situação das forças de segurança locais

É consensual entre os entrevistados dos órgãos de segurança pública que para resolver o problema das fronteiras deveria ser reforçado o efetivo das instituições existentes. Ressaltaram também a necessidade de um trabalho direcionado para as margens do Rio e de um efetivo permanente, atuando de forma ostensiva. O controle fluvial das saídas do Lago Itaipu é uma grande dificuldade para o controle e segurança da fronteira.

Entrevistados das Polícias Civil e Militar ressaltam que o combate aos crimes de fronteira é responsabilidade da Polícia Federal e da Receita Federal. Dessa forma, os produtos e os veículos que são apreendidos durante trabalho das Polícias Civil e Militar são encaminhados para a Receita Federal. A Polícia Militar realiza um trabalho conjunto com outros órgãos no patrulhamento da região do Lago, sendo estes: a Polícia Federal, a Receita Federal, o Batalhão de Fronteira e a Polícia Ambiental. Esse tipo patrulhamento é, contudo, esporádico. A prioridade da Polícia Militar seria o trabalho ostensivo no centro da cidade, orientado a resguardar os seus munícipes, cuidando os moradores e fazendo prevenção de roubos e de crimes comuns.

Marechal Cândido Rondon

O município de Marechal Cândido Rondon encontra-se no Oeste paranaense, a 576 km da capital do estado, Curitiba. Marechal Cândido Rondon faz fronteira fluvial com o Paraguai, por meio do Lago de Itaipu, onde há o serviço de balsas para realizar a travessia. No entanto, a maioria de seus habitantes costuma acessar o país vizinho pelo município de Guaíra. Os principais acessos a Marechal Cândido Rondon são a BR-163, que liga o município a Guaíra e ao Estado do Mato Grosso do Sul, e a PR-467, que o liga ao município de Toledo e à capital do Estado do Paraná, Curitiba.

Mapa-Município de Marechal Cândido Rondon e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marchal-candido-rondon>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº. 4.2455, de julho de 1960.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 748,002 km ²
Fronteiras, divisas e limites: o Paraguai e os municípios de Mercedes, Quatro Pontes, Toledo, Ouro Verde do Oeste, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 46.819 habitantes
Densidade demográfica: 62,59 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 1.045.073,00
PIB per capita (2010): R\$ 22.331,10
IDH-M (2010): 0,774
Gentílico: rondonense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Marechal Cândido Rondon foi criado a partir da Lei 4.245, sancionada pelo governador Moisés Lupion no dia 25 de julho de 1960, mas considera-se que a fundação do município data de 2 de dezembro de 1961, quando o prefeito e vereadores eleitos tomaram posse, oficializando o desmembramento do então distrito de General Rondon com relação ao município de Toledo. O povoado, outrora conhecido como Vila General Rondon, tornara-se um distrito no ano de 1953. O nome do município homenageia o militar e geógrafo Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), a quem o Congresso Nacional concedeu a patente de marechal no ano de 1955, ocasionando a mudança no nome da localidade após a sua emancipação com relação a Toledo.

A maioria dos habitantes de Marechal Cândido Rondon descende de migrantes germânicos, de modo que a arquitetura e tradições culturais locais conservaram traços típicos da região europeia de origem, o que constitui o principal atrativo turístico da cidade. As músicas, danças, gastronomia e bebidas típicas germânicas, assim como as casas de tipo eixamel denotam a influência cultural alemã, que é explorada pela economia local, sobretudo, durante o mês de outubro, quando ocorre anualmente o maior festival cultural do Paraná, conhecido como Oktoberfest.

A colonização inicial da região foi feita por produtores de erva-mate ingleses e espanhóis que, por sua vez, tiveram suas fazendas destruídas durante a permanência da Coluna Prestes. A colonização foi retomada a partir de 1950, quando a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, passou a explorar as riquezas vegetais presentes no território Oeste do Paraná, a lotear o território em pequenas propriedades rurais e comercializá-las para colonos oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Atualmente, a economia de Marechal Cândido Rondon continua sendo predominantemente agrícola, embora o turismo ocupe também um importante papel na economia do município. Devido ao impacto causado pelo represamento do Lago de Itaipu, o município recebe royalties pagos pela Usina Hidroelétrica da Itaipu.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Marechal Cândido Rondon

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 47.697 habitantes
Homicídios (2012): 11
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Justiça, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 222 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.806 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar						
População (estimativa em 2012) = 47.697 habitantes						
Homicídios (2012) = 11						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão 1 cia e 2 postos		1 batalhão 1 cia e 4 postos	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Oficiais	8
	Agentes	16	Praças	43	Praças	163
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
	Estrutura antiga, sem condições de reformas		Antigas mas precisando de reformas		Nova, em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
	Adequadas e se condições de reformas		Antigas mas precisando de reformas		Novas, em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
Computador	10		7		35	
Impressora	3		2		10	
Telefone fixo	4		9		35	
Fax	1		2		2	
Scanner	2		1		4	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		2		4	
Estação de rádio digital	-		-		8	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	-		2		5	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	2		2		1	
Filmadora	-		-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	6	-	6	-	18	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	1	-
Moto	-	-	3	-	8	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-	1	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
	Suficiente		Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Militar de Fronteira	
Celulares corporativos	-		-		15	
Rádio em viaturas (digital)	-		4		-	
Rádio em viaturas (analógico)	6		-		16	
Rádio portátil (HT)	-		2		-	
GPS em viaturas	*		-		18	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	-		1		-	
Arquivos em ficha de papel	sim		3		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Militar de Fronteira
Algemas	16	30	103
Colete antibalísticos	16	44	107
Escudos	-	2	27
Capacetes	-	30	65
Placa balística	-	-	10
Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Militar de Fronteira
Tonfa, cassetete ou similar	Não se aplica	44	94
Carabina	2	3	12
Espingarda	1	3	2
Metralhadora	1	1	-
Submetralhadora	-	-	-
Fuzil	-	1	-
Revólver	-	-	-
Pistola	16	44	194
Arma de condutividade elétrica	*	-	10
Bomba de efeito moral	*	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	50	*	-
Outro	Granadas de efeito moral	-	-
	Spray de pimenta	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Militar de Fronteira
	Tipos suficientes, quantidades insuficientes	Quantidade suficiente, tipos insuficientes	Quantidade suficiente, tipos insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Militar de Fronteira
Tem carceragem?	Sim	Não	Não
Capacidade	18	*	*
Média de presos/mês	130	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Militar de Fronteira
	150	*	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Subgrupamento		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	15	
	Não-militares	14	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	2	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		

Atividades mais frequentes	Incêndios	3°
	Incêndios florestais	2°
	Explosões	
	Acidentes de trânsito	1°
	Acidentes ambientais	5°
	Salvamento, busca e resgate	4°
	Outros (atendimento clínico)	

Polícia Civil

Há no município de Marechal Cândido Rondon uma delegacia em funcionamento, que dispõe de uma carceragem com capacidade para 18 pessoas. No entanto, o contingente prisional costuma variar em torno de 130 presos, mantidos em péssimas condições. A superlotação não aflige apenas os presos, mas também os próprios policiais, que trabalham sob condições precárias de segurança. No ano de 2012, foram expedidos cerca de 160 mandados de prisão e instaurados 150 flagrantes.

No que diz respeito à comunicação, a delegacia dispõe de conexão com a internet da COPEL. Para a gestão de dados, são utilizados sistemas de administração de recursos humanos, de controle de viaturas, munição, armas, sistema financeiro e de protocolo. Já quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, georreferenciamento, inclusão de dados no Infoseg e divulgação pública e regular das estatísticas criminais, produzidas desde 2011. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com o banco de dados de órgãos nacionais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Judiciário, mas tais parcerias deveriam ser incrementadas, segundo o delegado entrevistado. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado (CICON) e de Comandos binacionais de segurança, concordando que esta participação traz modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. Também participa da Operação de Mandado de Busca Barreiras. O entrevistado não soube informar se a instituição participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança (ENAFRON), em 2012, mas afirmou que tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Marechal Cândido Rondon, há uma companhia da Polícia Militar, subordinada ao 19º Batalhão, sediado em Toledo. Nesta companhia, estão lotados 1 oficial e 43 praças. Está em uso, nesta unidade, uma série de sistemas de administração. Computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas e controle de armas. Quanto aos sistemas de informação, além da manutenção de arquivos com fichas, ocorrências, planilhas e tabelas de papel, é utilizado também banco de dados, com a inclusão deles no Infoseg. Há divulgação pública e

regular das estatísticas, produzidas desde 1990, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Quanto à internet, a conexão da unidade é de 10 MB/segundos.

Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, o Corpo de Bombeiros e o Conselho Tutelar, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município participa das operações Sentinela, Nhapecam e Ágata. Foi relatado, entretanto, que a Polícia Militar de Marechal Cândido Rondon não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Polícia Militar de Fronteira

Em Marechal Cândido Rondon, há um Batalhão de Fronteira da Polícia Militar – BPFron –, com o efetivo de 8 oficiais e 163 praças. Esta unidade dispõe de acesso à internet com velocidade de 2 megabytes. Com relação aos sistemas de administração interna, contam com sistema de recursos humanos, controle de viaturas, armas, munição e equipamento, além de sistemas de protocolo e financeiro. Há banco de dados informatizado com inclusão no Infoseg, georreferenciamento e, desde 2007, são produzidas estatísticas criminais, sendo estas regularmente divulgadas. O sistema de banco de dados do BPFron deste município encontra-se integrado à intranet da Secretaria Estadual de Segurança Pública – SESP. Além disso, utilizam-se também controles de ocorrências em planilhas e tabelas de papel.

Os flagrantes realizados com maior frequência pelos policiais do BPFron são de tráfico e contrabando. Esta unidade participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e dos comandos binacionais de segurança. Também participou do ENAFRON. O BPFron de Marechal Cândido Rondon participa em grupos de patrulhamento e operações de fronteira, tendo integrado as Operações Sentinela, Ágata, Fronteira, Fronteira Sul e Fronteira Blindada. Seus maiores parceiros são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal e as Forças Armadas, e considera-se que a parceria com a Polícia Federal deveria ser incrementada.

Corpo de Bombeiros

Em Marechal Cândido Rondon, há 1 subgrupamento do Corpo de Bombeiros. Nesta unidade, a quantidade de equipamento de proteção individual não foi considerada suficiente, pois faltam roupas de combate a incêndio e capacetes. O mesmo ocorre com

relação à quantidade de equipamento de salvamento e resgate, sendo necessária a aquisição de desencarcerador para veículos pesados. Não há nesta unidade nenhum equipamento para atendimento a produtos perigosos. Considera-se, contudo, suficiente a quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal. Quanto aos equipamentos de comunicação, faltam rádios portáteis de tipo HT.

Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 5 MB/s. Embora se produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências, não há inclusão de dados no Infoseg. Os tipos de ocorrência mais comuns são acidentes de trânsito e incêndios, principalmente incêndios florestais.

O único coletivo de gestão do qual o Corpo de Bombeiros de Marechal Cândido Rondon participa é o conselho municipal. Esta unidade não oferece apoio aos grupos que fazem patrulhamento e operações na fronteira e também não participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e a prefeitura, não havendo necessidade de incremento nas parcerias.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial							
Efetivo	Juízes	4	Promotores	3	Defensores	**	Conselheiros	10
	Funcionários	**						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Marechal Cândido Rondon é sede de uma comarca de entrância intermediária, que inclui os municípios de Entre Rios do Oeste, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes. Esta comarca tem varas especializadas separadas, Criminal e Civil, além de um Juizado Especial Criminal e uma Vara da Infância e Juventude.

Há internet nesta sede judiciária com velocidade de 1 megabyte. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca. Embora haja sistema de informação computadorizado, o banco de dados não se encontra integrado a demais sistemas de informação, tampouco são produzidas estatísticas. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas apoiam as operações de fronteira do BPFron.

Ministério Público

Há uma unidade do Ministério Público em Marechal Cândido Rondon, porém houve recusa por parte do representante contatado em colaborar com a pesquisa.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Marechal Cândido Rondon encontra dificuldades para oferecer o tratamento adequado devido ao excesso de demanda, além de queixar-se da falta de clareza do papel do Conselho Tutelar com relação aos órgãos de segurança pública. O conselheiro entrevistado informou que falta também equipe técnica para o atendimento às crianças e adolescentes. Há, por exemplo, apenas um psicólogo trabalhando na unidade. Os casos com que o Conselho Tutelar deste município costuma lidar são, em ordem de maior para menor frequência: abandono da escola, maus-tratos ou abandono e envolvimento com ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Analistas	2
	Técnicos	1
	Terceirizados	2
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas precisando de reformas	

No município de Marechal Cândido Rondon, há uma Agência de Secretaria da Receita Federal de cuja jurisdição fiscal fazem parte também os municípios de Pato Bragado, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste e Mercedes. Esta unidade dispõe de um carro oficial funcionando e a costuma ter quantidade de combustível suficiente para atender às suas necessidades. As dificuldades apontadas como sendo as principais enfrentadas foram: falta de efetivo e infraestrutura e baixa participação de funcionários de outros órgãos federais.

A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão, mas o entrevistado concorda que tal participação contribua para a modificação e melhora das condições de atuação deste órgão. No ano de 2012, esta unidade participou da operação intitulada Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes de instituições de segurança pública entrevistados, o fato de o município de Marechal Cândido Rondon estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Foi ressaltado pelos profissionais entrevistados que a entrada de mercadoria ilegal, não tributada, prejudica o comércio da região. Um oficial da Polícia Militar afirmou que o município não depende economicamente da fronteira.

Todos se posicionaram em maior ou menor grau em desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Por sua vez, todos concordam que o município de Marechal Cândido Rondon tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, não havendo consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Marechal Cândido Rondon foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e contrabando.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar entrevistados, entende-se que, no município de Marechal Cândido Rondon, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Marechal Cândido Rondon

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	**	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
BPFron / PM	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito Frequentemente

Segundo a Polícia Civil, os tipos mais frequentes de furtos são: furto de veículos e à residência. Já os policiais militares citaram também furtos ao comércio, furtos a transeunte e furto de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a transeuntes e roubos de veículo. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados pequenos golpes

populares, cheque sem fundos e falso sorteio, concurso ou premiação. Entre os casos de extorsão, foi citada apenas a extorsão do tipo simples. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e em brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: acerto de contas entre criminosos, brigas de bar e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Marechal Cândido Rondon são: estupro ou abuso sexual de menores de idade e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Marechal Cândido Rondon são: furto e tráfico e uso de drogas.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

A população local demonstrou-se bastante apreensiva com relação à presença de redes do tráfico de drogas e contrabando na região, pois se acredita que grupos da criminalidade organizada aliciam moradores, principalmente menores de idade, para trabalhar como atravessadores – “mulas” – de mercadorias ilícitas. Como o mercado de trabalho formal é muito restrito para os adolescentes, uma das poucas possibilidades para estes adolescentes contribuírem com a renda familiar é trabalhar para traficantes e/ou contrabandistas. Embora a patrulha escolar esteja empenhada em fiscalizar as imediações das escolas, observa-se a presença de jovens vendendo drogas e buscando aliciar menores para trabalhar com atividades ilegais. A percepção local é de que a facilidade de acesso às drogas, proporcionada pela situação de fronteira, estimula o consumo dessas substâncias e desencadeia a prática de furtos à residência ou mesmo alguns roubos à mão armada, cometidos com a finalidade de comprar drogas, sobretudo o crack.

As redes de mercado ilegal também foram responsabilizadas pelos homicídios ocorridos no município, pois acreditam tratar-se de acerto de contas entre traficantes. Muitos criminosos vindos de outras regiões se estabelecem em Marechal Cândido por causa dos mercados ilegais que usam este município como rota. Representantes da sociedade civil afirmaram que a maioria das pessoas presas por envolvimento com contrabando e tráfico de drogas são de fora do município, mas também os moradores acabam se envolvendo com este tipo de atividade. Foram mencionados boatos sobre a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região, mas não se soube precisar como esta facção atua na região. Acredita-se que Marechal Cândido Rondon é antes um ponto de passagem do que propriamente uma sede de organizações criminosas.

Um dos representantes exaltou o papel da Patrulha Rural entre os anos de 1995 e 2002 como tendo oferecido maior segurança aos agricultores que vivem nas margens do lago, na medida em que impedia a prática de assaltos às propriedades rurais, além de auxiliar na repressão ao tráfico e contrabando. Esta patrulha teria sido extinta entre 2002 e 2010, mas

teria retornado sob um novo projeto de patrulhamento, que vem novamente oferecendo maior tranquilidade aos moradores de áreas rurais e ribeirinhas. Também a presença do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar contribui para aumentar o policiamento na região. Mas, embora tenha ocorrido um incremento no patrulhamento nos últimos anos, houve aumento da criminalidade no município de Marechal Cândido Rondon.

Foi mencionado que muitos proprietários rurais da beira do lago alugam suas propriedades para a prática de contrabando, principalmente de cigarro. Mesmo aqueles moradores de áreas ribeirinhas que não compartilham dos lucros desse mercado preferem não denunciar contrabandistas e traficantes e acabam omitindo-se por medo de sofrer represálias. Mas, embora todos os interlocutores da pesquisa tenham reiterado o seu repúdio ao descaminho de mercadorias, houve consenso sobre esta prática ser menos grave do que o tráfico de drogas. Considera-se que os próprios contrabandistas não se percebem como criminosos na mesma medida em que os traficantes. A prática do descaminho também não é percebida como associada à violência no mesmo grau em que o tráfico de drogas.

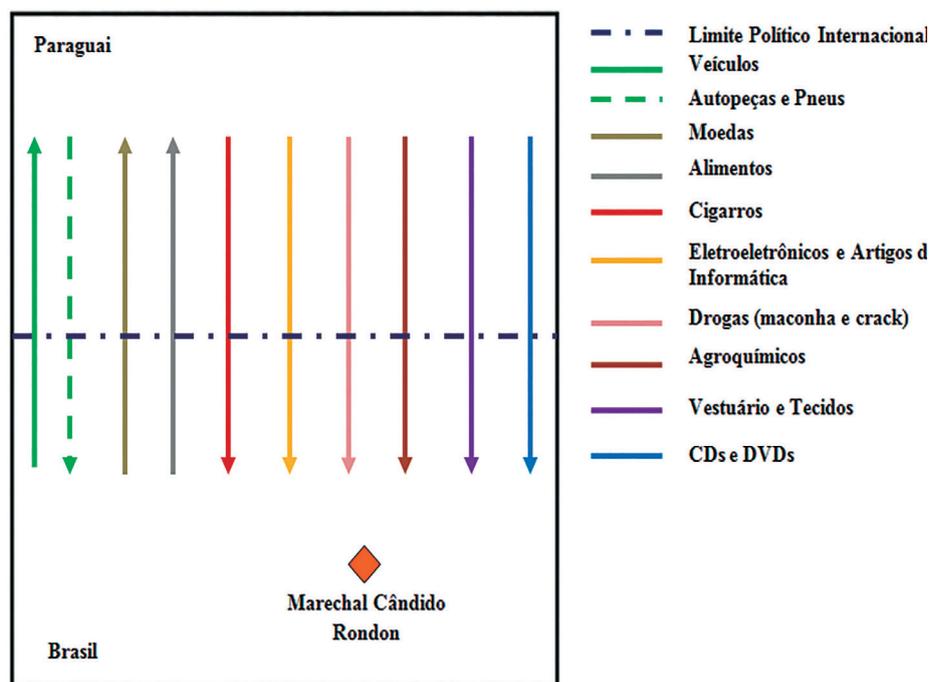
Foi, contudo, ressaltado o prejuízo que a proximidade com o Paraguai proporciona para o comércio local. A baixa carga tributária e ausência de fiscalização no país vizinho contrasta com o excesso de impostos no Brasil. Isso foi apontado como um estímulo à prática de contrabando, que pode ser combatido não apenas pelo aumento na fiscalização, mas também com a redução dos impostos. Alguns experimentos de redução de impostos para comerciantes locais foram tentados, mas ainda assim não bastou para proporcionar uma real competitividade para os produtos legalmente comercializados no Brasil com relação àqueles comparados do outro lado da fronteira.

Outra observação feita pelos representantes da sociedade civil foi que muitos brasileiros compram fazendas no Paraguai e aproveitam para comprar também veículos, que custam quase a metade do preço do outro lado da fronteira. Embora seja dura a fiscalização sobre os carros com placa paraguaia no lado brasileiro, a posse de residência fixa no país vizinho permite justificar a compra do veículo no exterior. Foi apontado também que carros roubados no Brasil conseguem facilmente ser regularizados no Paraguai e, por isso, é grande a suspeita sobre as placas paraguaias.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo foi formulada com base na opinião dos representantes das instituições entrevistados e ilustra o fluxo de mercadorias entre o Brasil e o Paraguai, por meio da fronteira de Marechal Cândido Rondon.

Figura: Fluxo de mercadorias na fronteira Marechal Cândido Rondon e Paraguai



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram cigarros, artigos de informática, CDs e DVDs, eletroeletrônicos, maconha e crack, no entanto, acredita-se também que também circulam ilegalmente do Paraguai para o Brasil autopeças, pneus, agroquímicos, artigos de informática, vestuário e cocaína.

Tráfico e contrabando

O município de Marechal Cândido Rondon integra rotas dos mercados ilegais de drogas, armas e contrabando, que chegam ao País por meio da fronteira com o Paraguai. O cigarro foi apontado como a principal mercadoria comercializada ilegalmente no município. Segundo os entrevistados, o contrabando de cigarro seria tão lucrativo quanto o tráfico de drogas, com a vantagem de o descaminho tratar-se de um crime afiançável e cujas penas são mais baixas, motivo pelo qual ficam presos apenas os atravessadores que não dispõem de meios econômicos para quitarem a fiança decretada pelo juiz. Ainda assim, contrabandistas dificilmente passam mais de um mês na cadeia, ao passo que cerca de 70% dos presos que se encontram na delegacia local respondem por tráfico de drogas, segundo a estimativa do representante da carceragem.

Profissionais da segurança pública e demais cidadãos creem que organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), atuam no município, tendo “células” na região, que servem para cooptar moradores para transportarem drogas e armas. Não têm, entretanto, mais informações a este

respeito e ressaltam que Marechal Cândido Rondon é antes um ponto de passagem dessas redes do que propriamente uma de suas sedes. A existência de uma importante rede hoteleira no município favoreceria a hospedagem de traficantes e contrabandistas, mesmo aqueles que utilizam a fronteira de Guaíra e não a margem local do Lago de Itaipu para trazer mercadorias ilegais para o País. Este lago costuma ser utilizado para a travessia transnacional de mercadorias ilegais por grupos que intimidariam comunidades ribeirinhas e fazendeiros com ameaças para que não delatassem as suas ações. No entanto, a fronteira de Guaíra foi apontada como uma importante rota acessada também pelas quadrilhas que atuam em Marechal Cândido Rondon.

Para o policial do BPFron entrevistado, os chefes das quadrilhas que atuam em Marechal Cândido Rondon e adjacências não se encontram na região, e a prova disso seria que eles conseguem identificar e prender os gerentes locais do tráfico, mas as quadrilhas continuam agindo. Este entrevistado acredita que há especialização dos grupos por tipo de mercadoria transportada. Há os que contrabandeiam mercadorias como os eletroeletrônicos e demais produtos, os “cigarreiros”, os traficantes de maconha e aqueles que transacionam cocaína e crack. Acredita-se que as quadrilhas de traficantes de drogas e contrabandistas que atuam em Marechal Cândido Rondon são compostas por brasileiros, pois os paraguaios já lucrariam com a venda do outro lado da fronteira e não precisariam se arriscar trazendo mercadorias para o Brasil.

O policial civil que trabalha na carceragem afirmou que apenas muito raramente algum dos presos é identificado como ligado a alguma facção e, quando é o caso, costuma tratar-se do PCC. Praticamente todos os presos são brasileiros e, de modo geral, são moradores da própria região ou oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. Quando há algum preso estrangeiro, normalmente é paraguaio. Em vista da superlotação e das más condições de segurança, são frequentes as fugas de detentos.

Crimes contra o patrimônio

Uma preocupação que se mostrou muito relevante foi com a insegurança patrimonial asseverada pela proximidade com o Paraguai. Durante muitos anos, agricultores de fazendas situadas na margem do lago sofreram com o furto e/ou roubo de tratores e colheitadeiras que eram colocadas em balsas e transportadas para a outra margem do lago. Algumas famílias eram inclusive ameaçadas e amarradas pelos assaltantes para que não prestassem queixa a tempo de reaver sua propriedade. A incidência desse tipo de crime teria reduzido consideravelmente devido ao projeto de Patrulha Rural Comunitária da Polícia Militar do Estado do Paraná, que já existe desde 1995, mas teria sido intensificado nos últimos anos, com a compra de mais veículos de tração nas quatro rodas para serem utilizados em rondas ostensivas nas regiões rurais do estado.

Outro crime contra o patrimônio que preocupa os moradores é o furto e roubo de veículos. Estes seriam roubados no município e vendidos no Paraguai ou utilizados para o transporte de drogas e contrabando, usando principalmente a fronteira de Guaíra como rota. No entanto, o secretário de segurança pública do município afirmou que esta prática é cada vez menos recorrente, devido à fiscalização por leitura automática de placas instalada pela Polícia Federal e a Receita Federal na Ponte Ayrton Senna que liga os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Moradores relataram ocorrências em que as vítimas teriam sido levadas para lugares ermos e forçadas a não deixar o local por um determinado período, sob ameaça de morte. Esta seria uma das estratégias para evitar que o crime fosse notificado a tempo de a fiscalização incidir sobre o veículo.

Segundo o policial militar do BPFron, além dos carros furtados ou roubados, seriam utilizados também para “puxar cigarro” e demais mercadorias os chamados “veículos acelerados”. Trata-se de carros comprados com um financiamento realizado com documentos falsos – em nome de um “laranja” – e cuja primeira parcela apenas seria paga. Como o carro pertenceria na verdade à instituição financeira credora, o prejuízo de uma eventual apreensão seria minimizado. Esta prática, contudo, seria agora menos recorrente devido às maiores dificuldades de obtenção de crédito e à intensa fiscalização das placas de veículos alienados na região de fronteira.

Prejuízos para o comércio local

Além do problema da criminalidade, a proximidade com o Paraguai dificultaria a competitividade das mercadorias brasileiras com relação ao baixo preço das mercadorias paraguaias de modo geral. Foi levantado o exemplo das lojas de pneus que vendem apenas produtos contrabandeados, caso contrário não conseguiriam manter-se no mercado, visto ser muito alta a carga tributária no Brasil. O contrabando de eletroeletrônicos não seria mais tão compensador quanto fora anos atrás, mas ainda assim as lojas da região são prejudicadas pelos baixos preços encontrados no Paraguai.

Falta de efetivo

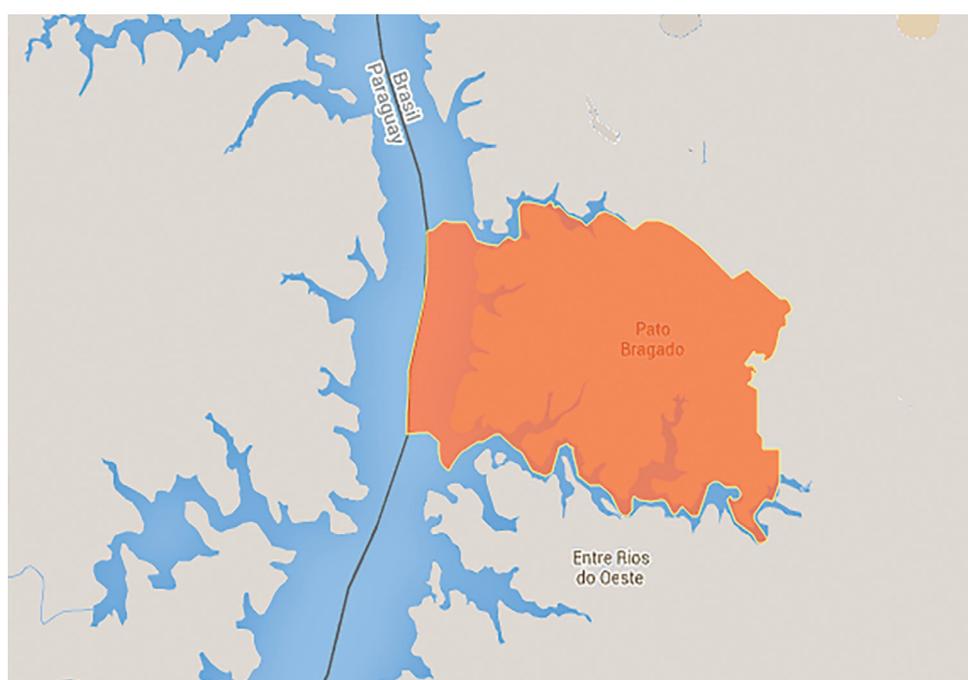
Tendo em vista as questões acima mencionadas, a falta de efetivo foi considerada o principal problema enfrentado pelas instituições de segurança pública. Os profissionais queixam-se que o intenso fluxo de pessoas pela região inviabiliza uma fiscalização efetiva, sendo necessário um contingente maior para que se aumente o número de apreensões de maneira a tornar o tráfico e o contrabando cada vez menos rentável, em virtude dos sucessivos prejuízos.

Um agravante apontado foi o envolvimento de um percentual significativo dos profissionais de segurança pública e instituições de fiscalização com práticas de extorsão e recebimento de propinas. Como se já não bastasse o efetivo reduzido, não se pode contar com todos os profissionais nas operações e investigações, o que dificulta ainda mais o trabalho.

Pato Bragado

O município de Pato Bragado encontra-se situado no extremo oeste do Estado do Paraná. Trata-se de um pequeno município predominantemente rural, que tem fronteira fluvial com o Paraguai por meio do Lago de Itaipu. O acesso principal a Pato Bragado se dá pela rodovia PR-495, que cruza o município de norte a sul, ligando-o a Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste.

Mapa–Município de Pato Bragado e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411845&search=parana|pato-bragado>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 9299, de 18 de junho 1990.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 135,286 km ²
Fronteiras, divisas e limites: o Paraguai e os municípios de Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 4.882 habitantes
Densidade demográfica: 35,64 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,43
PIB (2010): R\$ 64.176,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.306,32
IDH-M (2010): 0,747
Gentílico: pato bragadense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Pato Bragado era um distrito de Marechal Cândido Rondon desde 1962 e emancipou-se em 1990, a partir da Lei Estadual nº 9299. A ocupação da região onde hoje se encontra Pato Bragado iniciou-se na década de 1950, a partir da exploração dos recursos naturais pela Companhia Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ –, que atuou em todo extremo oeste do Estado do Paraná. Após o loteamento e venda de terras pela companhia, os proprietários locais passaram a dedicar-se à agricultura e à pecuária, tornando esta uma região predominantemente agrícola.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Pato Bragado

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 4.939 habitantes
Homicídios (2012): 1
Instituições de segurança: a Polícia Militar e o Conselho Tutelar
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 823 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 4.939 habitantes		
Homicídios (2012) = 1		
	Polícia Militar	
Unidades	1 destacamento	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	2	
Impressora	2	
Telefone fixo	1	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	

Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	1	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	6	
Colete antibalísticos	6	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	4	
Carabina	1	
Espingarda	-	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	1	
Fuzil	1	
Revólver	-	
Pistola	6	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não	
Capacidade	*	
Média de presos/mês	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Polícia Militar

No município de Pato Bragado, há um destacamento de Polícia Militar subordinado à 2ª Cia (Marechal Cândido Rondon) do 19º Batalhão, sediado em Toledo. Não há oficiais lotados em Pato Bragado. Nesta unidade, não há sistemas de administração em uso. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas, desde 2007, sobre ocorrências criminais e administrativas e divulgação pública e regular de estatística. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 2MB/s. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e utilização de fichas de papel e fichários de ocorrência. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal. O entrevistado não soube responder se a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, mas afirma que a Polícia tem participado nas Operações Sentinela. Em Pato Bragado, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	4
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	**	

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Pato Bragado encontra dificuldades com o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado. Faltam entidades para receber crianças e atender famílias e não há o devido reconhecimento do Conselho Tutelar pelo Poder Público. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: violência doméstica, abandono da escola e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Para o representante local da instituição entrevistada – Polícia Militar –, o fato de o município de Pato Bragado estar situado próximo à fronteira é positivo para seu desenvolvimento econômico por causa da troca de mercadorias e das compras do Paraguai, o que, segundo ele, dinamiza o comércio. O entrevistado concorda que, apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, assim como concorda que o município de Pato Bragado tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. No entanto, discorda quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios “apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas, contrabando e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Pato Bragado

Instituição	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Segundo o entrevistado da Polícia Militar, os tipos mais frequentes de furto são à residência, e furto de bicicleta. Quanto aos roubos, foi citado apenas o roubo a estabelecimentos comerciais, não havendo referência a nenhum outro tipo. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados apenas pequenos golpes populares. Além das ocorrências já citadas, o entrevistado destacou também a ocorrência do crime de dano ao patrimônio público. Na opinião do entrevistado, as principais situações em que ocorrem lesão corporal dolosa são brigas de bar e situações domésticas. Já a única causa assinalada para os homicídios dolosos foi o acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Pato Bragado sejam estupro ou abuso sexual de menores de idade, bem como os atos libidinosos. Entre outras ocorrências, dirigir sem habilitação aparece como a única e mais frequente entre as opções.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Houve consenso entre os representantes da sociedade civil sobre a proximidade com o Paraguai proporcionar uma dinâmica peculiar ao município de Pato Bragado. Embora a maioria tenha demonstrado sentir-se segura e satisfeita de morar na região, admite que é preciso se omitir diante dos mercados ilegais que usam a fronteira do município para trazer contrabando e drogas para o País. Um dos representantes relatou que evita caminhar pela região após determinado horário, pois teme que, caso a polícia efetue alguma prisão e/ou apreensão, pensem que foi ele quem denunciou a atividade ilícita flagrada. A sensação de insegurança não está relacionada à incidência de roubos, mas à necessidade de manter-se afastado e não “mexer” com determinados grupos.

A violência, sobretudo homicídios, é percebida como restrita às próprias pessoas que estão envolvidas em atividades ilegais. Entende-se também que, de certo modo, em vez de praticar roubos, as pessoas trabalham em contrabando. Os moradores experimentam, portanto, certa tranquilidade e, conforme relatado, muitos moradores nem sequer colocam cadeados em suas bicicletas. Houve um período em que algumas casas foram alvo de furtos durante a noite e o ladrão chegou a ser apelidado de “gasparzinho”, pois furtava sem que os moradores da casa acordassem. No entanto, a tranquilidade teria sido restabelecida e não estariam mais ocorrendo furtos em residências.

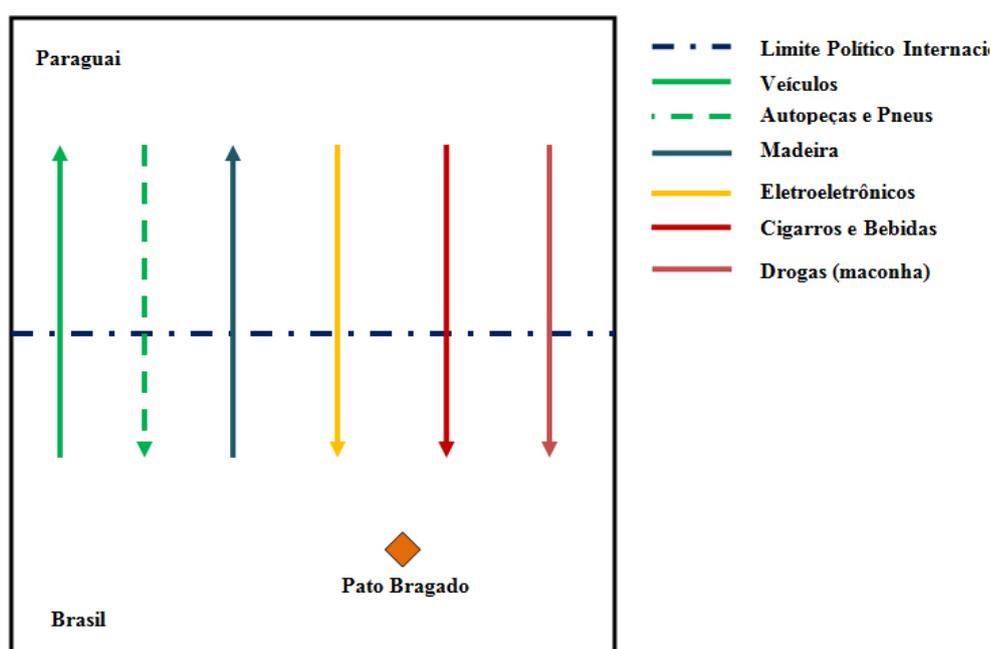
A maior preocupação dos moradores parece ser o envolvimento de jovens com os mercados ilegais. Muitos alunos de escola trabalham durante a noite “puxando cigarro” na beira do lago, e alguns acabam deixando de estudar para dedicar-se exclusivamente ao contrabando ou tráfico. Outro ponto que os deixa apreensivos é o consumo de drogas. Acreditam que a facilidade com que se tem acesso a drogas na região de fronteira estimula o consumo por parte dos jovens, que podem vir a começar a praticar furtos ou roubos para alimentar seu vício. A dependência empurraria também os jovens a dedicar-se cada vez mais ao trabalho ilegal.

Quanto à atuação das instituições de segurança pública, foi enfatizado que estas se encontram em desvantagem com relação aos contrabandistas e traficantes. Os efetivos seriam muito reduzidos, dificultando a atuação da polícia no combate aos ilícitos transfronteiriços. Os moradores de Pato Bragado notam que, quando há uma grande operação em Foz do Iguaçu, o fluxo de veículos pela rodovia local é praticamente interrompido, indicando um cessar no fluxo de mercadorias. No entanto, assim que é encerrada a operação, o fluxo dos mercados ilegais é normalizado. Há, portanto, uma enorme descrença com relação à eficácia dessas operações.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Embora os representantes da sociedade civil considerem que seria positivo o aumento do efetivo policial no município e a intensificação da fiscalização na fronteira, defendem, entretanto, que a circulação de pessoas e mercadorias entre o Brasil e o Paraguai é central para o desenvolvimento econômico de Pato Bragado. Trata-se de um município pequeno, de característica agrícola e cujo crescimento econômico encontra-se intimamente relacionado à proximidade com a fronteira. A figura abaixo ilustra as principais mercadorias que circulam entre Pato Bragado e o Paraguai, conforme relatado pelo policial militar entrevistado.

Figura: Fluxo de mercadorias entre Pato Bragado e o Paraguai



Fonte: Adaptado de *Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005)*.

Os moradores acreditam que as mercadorias que passam ilegalmente por Pato Bragado são principalmente produtos contrabandeados como o cigarro, no entanto, disseram desconhecer a natureza das cargas, de modo que não sabem ao certo, mas imaginam que há drogas e armas também nos carregamentos. Eles temem a presença de traficantes, pois os consideram violentos. Acreditam que estes lhes matariam se eles ousassem denunciar suas atividades.

Em se tratando de uma cidade pequena, os moradores afirmaram saber quem trabalha com contrabando, pois veem as pessoas encaminhando-se para a beira do lago no horário noturno. Entretanto, eles preferem omitir-se, pois temem sofrer represálias e não querem se envolver com este tipo de questão. Embora critiquem a naturalização do contrabando, admitem também que não o percebem como uma infração tão grave quanto o tráfico de armas e drogas, já que todos os que vivem na região frequentemente fazem compras no Paraguai, onde os preços são muito mais baixos do que no lado

brasileiro. Concordam que os impostos no Brasil são muito altos e que não há como competir com o preço das mercadorias no Paraguai. Sua sugestão seria reduzir a carga tributária, de modo a dissuadir a prática do contrabando.

Mas quando indagados sobre os mercados ilegais propulsionarem a economia do município, demonstraram concordar que o contrabando absorve uma mão de obra que não encontra outras oportunidades de trabalho no mercado formal. Não há empresas instaladas no município, pois não há mão de obra qualificada e, quanto ao comércio, não é lucrativo investir nesta região, pois as pessoas preferem fazer compras no Paraguai. Desse modo, o contrabando acaba sendo uma importante fonte de renda local e parte do seu lucro é gasto e investido no próprio município.

Santo Antônio do Sudoeste

O município de Santo Antônio do Sudoeste está localizado no sudoeste do Estado do Paraná, a 650 km de Curitiba. Santo Antônio do Sudoeste faz fronteira com o município argentino de San Antonio, situado na província de Misiones. O Rio Santo Antônio faz a divisa entre estes dois municípios, que se encontram interligados por uma ponte internacional, constituindo uma cidade-gêmea. O principal acesso a Santo Antônio do Sudoeste é feito pela rodovia PR-163, que atravessa o município nos sentidos norte e sul.

Mapa–Município de Santo Antônio do Sudoeste e Fronteiras



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1M5>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412440&search=paran%E1|santo-ant%F4nio-do-sudoeste> (acessado em 05 de novembro de 2013)

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual n.º 5322 de 1951 (com o nome de Santo Antônio).
Localização: Sudoeste do Estado de Paraná
Área (2010): 325,743 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a Argentina e os municípios de Bom Jesus do Sul, Salgado Filho, Manfrinópolis, Pranchita, Ampére e Pinhal do São Bento.
Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 18.893 habitantes
Densidade demográfica: 58,0 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 160.830,00
PIB per capita (2010): R\$ 8.507,27
IDH-M (2010): 0,671
Gentílico: santo-antoniense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município atualmente chamado Santo Antônio do Sudoeste desmembrou-se do município de Clevelândia a partir da lei estadual nº 5.322 de 1951, mas chamava-se inicialmente apenas Santo Antônio, mudando de nome 1966. Atualmente o município compreende três distritos: Santo Antônio do Sudoeste, Marcianópolis e São Pedro do Florido.

Os primeiros moradores que chegaram em 1902 eram oriundos do Paraguai. Esses moradores iniciaram a extração e exportação de erva-mate nativa para a Argentina. Nessa época, a região tinha pouca infraestrutura e era habitada por indígenas. A constituição do povoado ocorreu em 1912 com a chegada de um grupo de colonos liderados por Afonso Arrachea. Até 1920 a erva-mate foi a atividade econômica predominante no local. Quando o povoado se tornou Distrito do Município de Clevelândia, em 1936, foram abertas estradas, atraindo agricultores procedentes de outras regiões do Paraná e dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que se dedicaram à agricultura e à criação de suínos.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Santo Antônio do Sudoeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 19.048 habitantes
Homicídios (2012): 7
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Justiça, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 952 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 3.175 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 19.048 habitantes				
Homicídios (2012) = 7				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	19
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga,mas adequada e em boas condições		Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga,mas adequada e em boas condições		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		4	
Impressora	4		3	
Telefone fixo	2		3	
Fax	1		1	
Scanner	1		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	1		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		2	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	7	-
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	Guincho	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	5		7	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	1		3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	vários		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	6		20	

Colete antibalísticos	5	20
Escudos	-	4
Capacetes	-	20
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	20
Carabina	-	3
Espingarda	-	3
Metralhadora	1	-
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	1
Revólver	-	-
Pistola	5	20
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	6
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Insuficientes	Polícia Militar Tipos de munição suficientes mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	18	*
Média de presos/mês	22	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 23	Polícia Militar *

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	**		
Efetivo	Oficiais	-	
	Praças	1	
	Não-militares	6	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	6º	

Polícia Civil

Há 1 delegacia no município de Santo Antônio do Sudoeste, que conta com 1 delegado e 5 policiais. No que se refere à estrutura de comunicação, há conexão com a internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração e controle de recursos humanos, sistema de estoque, sistema de viaturas e sistema financeiro. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em sistema de registro de ocorrências, registro de inquéritos e georreferenciamento, havendo inclusão de dados no Infoseg. Porém, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com o banco de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde o ano 2000.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, o que melhora suas condições de atuação. Existe troca de informações e colaboração com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil do Santo Antônio do Sudoeste não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e tem participado das operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Santo Antônio do Sudoeste, há 1 Pelotão da Polícia Militar subordinado ao 21º Batalhão, sediado em Francisco Beltrão. Nesta unidade, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados desde 2008, sendo produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas e efetuando-se a inclusão de dados no Infoseg. Utilizam-se também sistema de controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e fichas e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, a conexão é de 1 MB/s velocidade. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, pequenos furtos e perturbação do sossego.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, Receita Federal, Forças Armadas e Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Em Santo Antônio do Sudoeste, a Polícia Militar tem uma relação colaborativa para a realização de missões conjuntas com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Ágata e Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros do Santo Antônio do Sudoeste, o efetivo conta apenas com 1 praça e 6 bombeiros não militares. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate não o foi, sendo necessário desencarcerador hidráulico, material de pesca e de salvamento aquático. A quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: roupas nível A, EPI, EPR, viatura especializada, equipamento especializado e material de contenção.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade é suficiente. Esta unidade tem computadores ligados à internet com velocidade de 10 MB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, salvamento, busca e resgate, e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Santo Antônio do Sudoeste não participa de nenhum coletivo de gestão em segurança pública, o que, segundo o entrevistado, modificaria e melhoraria as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa de grupos de patrulhamento ou operação de fronteira nem participa do ENAFRON. Troca informação e colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho, existindo relações amigáveis. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária							
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	7						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Adequadas		*		Adequadas	

Justiça

O município de Santo Antônio do Sudoeste tem uma comarca de entrância intermediária, com varas especializadas separadas. Há um juizado especial criminal, uma vara criminal e uma vara de infância e juventude. Esta sede judiciária não dispõe de carros.

Há internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade. Estima-se que por volta de 110 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Existem sistemas de administração em uso nesta comarca, havendo sistema de recursos humanos, de controle e manutenção de equipamentos, sistema de protocolo, de distribuição de autos e financeiro. Há, também, sistema de informação computadorizado e produção de estatística de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, mas o banco de dados não é integrado a outro sistema de informação do MP nem de delegacias. Existe também registro de fichas de papel em fichários. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Ministério Público

O Ministério Público que atua neste município não tem sede própria. A única dificuldade enfrentada no Ministério Público do Santo Antônio do Sudoeste é, segundo o entrevistado, a falta de recursos humanos. O Ministério Público não tem produzido estatísticas. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON, porém apoiam as operações Ágata. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Santo Antônio do sudoeste são a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal e o Judiciário Estadual. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Fiscal, a Polícia Federal, a Justiça Federal, a Receita Federal e a Força Nacional. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi combate ao tráfico de armas, ao tráfico de drogas e ao contrabando.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município do Santo Antônio do Sudoeste encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, à falta de entidades para receber crianças e atender famílias, à falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público, à falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública, e à falta de cursos de capacitação dos conselheiros antes da posse. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: abuso sexual ou exploração sexual, abandono da escola e envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe B	
Efetivo	Auditores	0
	Analistas	4
	Técnicos	7
	Terceirizados	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

A Receita Federal do Santo Antônio do Sudoeste dispõe de 4 carros oficiais funcionando e frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A principal necessidade da Receita Federal no município é de funcionários, de melhora na infraestrutura de fiscalização e a maior presença de funcionários de outros órgãos federais. Há internet, com velocidade de 1 MB/s.

A Receita Federal do Santo Antônio do Sudoeste não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou do patrulhamento de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município de Santo Antônio do Sudoeste estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Três dos representantes entrevistados concordam que a principal atividade econômica da cidade é o comércio com a Argentina. Entre os representantes a quem esta pergunta foi feita, apenas um entrevistado demonstrou opinião contrária, alegando que o comércio local é prejudicado pela condição de fronteira e que não há turismo no município.

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município do Santo Antônio estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Operadores das instituições entrevistados concordam que o comércio local está fundamentalmente voltado para o abastecimento dos pequenos comércios e o consumo particular. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;

2. “o município do Santo Antônio tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: contrabando, tráfico de armas e de drogas, e exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Santo Antônio do Sudoeste, os crimes mais frequentes são furtos, respectivamente, em residência, de motocicleta e de veículos. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos em residência, de motos, e a transeunte, sendo o ultimo o único tipo de roubo percebido pela Polícia Militar. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Santo Antônio do Sudoeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheques sem fundos e pequenos golpes populares, tendo sido citado também fraude financeiras ou comerciais. O representante da Justiça afirmou nunca ter notado casos de estelionato ou fraudes no município. O único tipo de extorsão citado foi extorsão simples.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade, citada pela Polícia Civil, e mercados ilegais ou crime organizado, citado pela Justiça. Já a principal causa assinalada para os homicídios dolosos foram brigas de bar, seguido pelos conflitos de acerto de contas entre criminosos, situação doméstica e conflitos entre vizinhos. A Justiça também ressaltou ocorrência de conflitos devido ao uso excessivo de álcool. Entre os crimes sexuais, o único citado no município é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

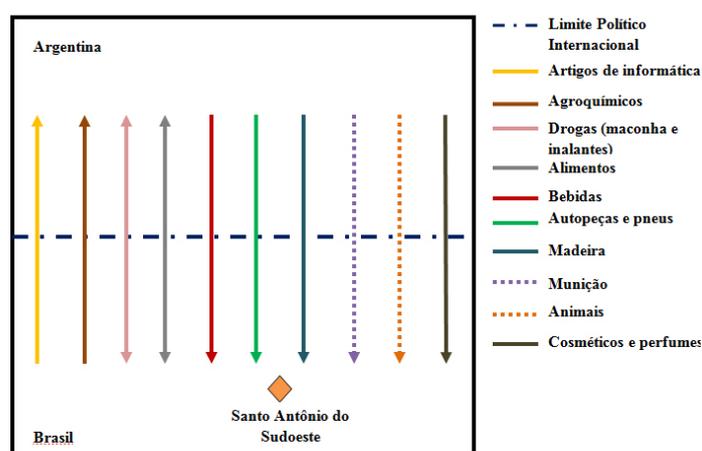
É unânime a percepção de que a situação de fronteira afeta a dinâmica do município de uma forma positiva. O que foi mais ressaltado com respeito à peculiaridade da fronteira é o alto intercâmbio comercial, cultural e social entre brasileiros e argentinos. É comum a existência de famílias duplamente constituídas, ou seja, brasileiros casados com argentinos e vice-versa. Isso faz com que aumente a carga nos serviços municipais, principalmente na educação e saúde. Dessas configurações familiares resultam crianças de dupla nacionalidade, o que é visto de forma positiva uma vez que faz com que a maioria dos alunos sejam bilíngues. A situação de fronteira é vista como um atrativo e uma vantagem do município.

A cidade não é percebida como violenta e a situação de fronteira não é considerada pelos participantes como um fator que contribua para o incremento da criminalidade local. Ocorrem atividades ilícitas, basicamente o contrabando, mas a frequência e o tipo de troca dependem sempre das taxas de câmbio e da variação dos preços das mercadorias em cada país. Houve consenso que as pessoas envolvidas neste tipo de comércio são vistas de forma semelhante a sonegadores, ou seja, não são considerados criminosos no sentido estrito nem são excluídos da sociedade local. De forma geral, os participantes do grupo focal concordam que tal situação não gera grande impacto na economia do município.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os alimentos, seguidos de: eletrônicos e informática; vestuário, tecidos e calçados; agroquímicos; drogas e animais. Já do país vizinho para o Brasil, a principal mercadoria seria bebida, seguida de maconha e crack. Também foram mencionados: inalantes; munição; autopeças e pneus; alimentos; cosméticos e perfume; animais e produtos agrícolas.

Figura: Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Santo Antônio do Sudoeste/San Antonio-Argentina



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram: cigarro, vindo Paraguai passando pela Argentina; bebidas; maconha; crack; alimentos; inalantes e lança-perfume; cosméticos e perfumes; munição e eletroeletrônicos. Além disso, também foram apreendidos produtos agrícolas, com destaque para fumo em folha, alpiste, soja, cebola e tomate. Tomando esse mesmo ano por referência, todos disseram terem sido frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram maconha, crack e inalantes. As transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo na multiplicação das rotas.

Todos os entrevistados concordam que a região de fronteira tem características que tornam o município diferente de outros que não estão na fronteira. As diferenças apontadas foram vinculadas à maior facilidade para contrabando, tráfico e descaminho. As relações comerciais com o país vizinho também configuram características próprias.

O município é fronteira com a cidade argentina San Antônio. As duas cidades estão separadas por uma ponte de aproximadamente seis metros, existe uma aduana do lado brasileiro e uma do lado argentino. Após as sete horas da noite não se pode mais passar de carro pelas aduanas, sendo permitida a passagem apenas a pé. Em San Antonio, todos falam o espanhol, é uma cidade pequena, com algumas lojas de confecção e pequenos mercados (um brasileiro é dono do maior mercado), no entanto, o valor de suas bebidas (vinho e cerveja), produtos enlatados (azeite, azeitona, mostarda, entre outros), produtos de limpeza, beleza e higiene pessoal, atrai brasileiros do município e da região para as compras. A relação comercial entre as duas cidades é regulada pela disparidade do câmbio, no momento o peso argentino está em baixa em relação ao real, então brasileiros atravessam a aduana para comprar. Até aproximadamente o ano de 2002 a situação era inversa, os argentinos vinham comprar em Santo Antônio do Sudoeste.

Em relação às atividades ilegais, um dos principais problemas é o descaminho de produtos agrícolas (cebola, tomate, feijão, alpiste, farinha) e energéticos. Há também o contrabando de lança-perfume. O tráfico de drogas (maconha, crack), armas e munição, também existe, porém não na mesma intensidade como ocorre na fronteira com o Paraguai. Alguns entrevistados afirmaram que o município já chegou a ser "batizado" como o "portal de entrada de drogas no país". Apesar da legislação e forte fiscalização argentina. A fronteira seca é extensa, de difícil fiscalização, saindo do perímetro urbano, mais ao interior do município, existem inúmeras passagens clandestinas, chamadas de "pique".

A maioria das pessoas envolvidas com as atividades ilegais é brasileira. Algumas são publicamente conhecidas e estão integradas à sociedade. Existem pessoas que vêm de outras regiões também. O contrabando que passa pelo município, abastece um mercado

interno pequeno, porém a maior parte destina-se a grandes centros como Curitiba, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, entre outras cidades. Pessoas do município e da região estão mais envolvidas com o descaminho de produtos agrícolas, as pessoas de fora fazem o contrabando de outras mercadorias. Alertam para a grande “liberdade” que existe nessa região da fronteira, se comparada ao aparato policial que existe na fronteira com o Paraguai. Na Argentina não há apenas lança-perfume, sendo fácil também a compra de maconha e crack. Também o contrabando de armas e munição já se estendeu para o local.

Não são muitos os benefícios da fronteira para o município. Existe certa integração, principalmente de brasileiros que frequentam os cassinos argentinos, mas as compras favorecem a cidade argentina. Houve concordância sobre a falta de investimentos em indústrias e universidades tornar a cidade sem perspectivas para os jovens.

Criminalidade e conflitos no município

O município tem um baixo índice de homicídio. Em sua maioria os homicídios estão relacionados ao contrabando e descaminho. Há alguns furtos de veículos (motos) e gado. Os brasileiros que cometem crimes (furtos) no município podem atravessar a fronteira e vice-versa. Entretanto, os entrevistados acreditam que a situação de fronteira influencia pouco na criminalidade local. O crime ainda não tem a estrutura como tem na fronteira com o Paraguai. Existem pessoas da cidade que trabalham como transportadores de mercadorias ilícitas, mas em uma proporção notavelmente menor à do Oeste do Paraná. As principais ocorrências atendidas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil estão relacionadas à violência doméstica, crimes de trânsito e lesões corporais.

De maneira geral consideram a cidade segura, já no interior do município há locais onde se evita passar. Um dos locais citado é o “pique” da pedreira abandonada e, segundo os entrevistados, é cobrado pedágio para passar por este local, sendo poucas as pessoas bem-vindas.

Avaliação das instituições de segurança

As competências e papel das instituições foram ressaltados, no sentido de que combate ao contrabando e ao descaminho é papel das instituições federais. As outras instituições auxiliam, denunciam, mas não têm a função de fiscalizar a fronteira. O aparato federal no local conta apenas com a Receita Federal. A Polícia Federal da cidade de Cascavel responde pelo município, porém tem que se deslocar por mais de 150Km. O problema, mais citado, das instituições de segurança no município é a falta de efetivo. Existe uma expectativa para o início de funcionamento de uma Companhia do Batalhão de Fronteira.

Todos afirmaram haver uma boa relação com as instituições de segurança da Argentina baseada em um intercâmbio basicamente informal entre os policiais. Muitos crimes são elucidados devido ao apoio entre as duas cidades. Já realizaram operações de segurança bilaterais. Porém, as forças policiais argentinas são percebidas como mais violentas que as polícias brasileiras.

A maioria dos entrevistados concorda que as operações de fronteira não deveriam ser anunciadas e, juntamente com a fiscalização, deveria haver uma equipe de investigação. Apesar da atuação das instituições de segurança, os crimes fronteiriços têm aumentado na região.

São Miguel do Iguaçu

São Miguel do Iguaçu é um município da região oeste do Paraná, situado a 599 km da capital estadual, Curitiba. São Miguel do Iguaçu faz fronteira com a Argentina e o Paraguai. Sua localização geográfica possibilita várias entradas e saídas, tanto por terra, quanto pela via fluvial – o Rio Iguaçu e o Lago de Itaipu.

Mapa–Município de São Miguel do Iguaçu e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160050&search=amapa|oiapoque> (acessado em 20 de setembro de 2013)

DADOS GERAIS
Criação do Município: 25 de janeiro de 1961, por meio da Lei Estadual nº 4338.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 851,301 km ²
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
Fronteiras, divisas e limites: Paraguai, Argentina e municípios de Itaipulândia, Medianeira, Missal, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu.
População (2010): 25.769 habitantes
Densidade demográfica: 30,27 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 520.112,00
PIB per capita (2010): R\$ 20.194,59
IDH-M (2010): 0,704
Gentílico: são-miguelense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de São Miguel do Iguaçu foi fundado em 25 de janeiro de 1961, por meio da Lei Estadual nº 4.338, que o desmembrou de Foz do Iguaçu e Medianeira. Antes de obter sua autonomia administrativa, esta região era um povoado denominado Gaúcha, que se tornara um distrito em 1952. O povoado de Gaúcha fora fundado em 1951, após a Colonizadora Gaúcha Ltda. ter iniciado, em 1948, a execução de projetos para a fundação de uma nova cidade no extremo oeste paranaense. Atualmente, além da sede, o município de São Miguel do Iguaçu inclui os distritos de Aurora do Iguaçu; São José do Iguaçu; São José do Itavo.

Este município foi um dos mais impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1970-1991) e pela formação do Lago de Itaipu (1982) ⁴. São Miguel do Iguaçu teve 23,71 % de suas terras alagadas para a construção da hidrelétrica, o que correspondeu a 90,91 Km², área em que viviam 8 639 habitantes (Souza, 2009).

Fonte: IBGE e prefeitura de São Miguel Iguaçu

Diagnóstico da Segurança Pública em São Miguel do Iguaçu

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 25.971 habitantes
Homicídios (2012): 13
Instituições de segurança: a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Força Nacional, a Guarda Municipal, o Conselho Municipal de Segurança Pública, a Justiça, o Ministério Público, o Conselho Tutelar.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1.129 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2164,25 habitantes

⁴ No momento da formação do lago, em 1982, oito municípios foram atingidos do lado brasileiro, e hoje, após alguns desmembramentos e emancipações distritais, a região é composta por quinze municípios (SOUZA, 2009).

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 25.971 habitantes				
Homicídios (2012) = 13				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	11	Praças	23
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Adequadas e em boas condições		Antigas, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Adequadas e em boas condições		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	10		3	
Impressora	10		-	
Telefone fixo	8		1	
Fax	3		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	3		1	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	4		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		3	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	3		-	
Arquivos em ficha de papel	-		4	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	5		3	
Colete antibalísticos	-		23	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		13	
Placa balística	-		1	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	

Tonfa, cassetete ou similar	*	23
Carabina	1	-
Espingarda	-	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	2	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	11	23
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	30	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	56	*

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	14	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	1	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	2	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	14	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	14	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	-	
	Bomba de efeito moral	-	
	Outros	Spray de pimenta	-

Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º
	Segurança em eventos e comemorações	2º
	Ronda escolar	3º
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	5º
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	4º
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Pelotão Independente		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	-	
	Bombeiros não-militares	12	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	3º	
	Incêndios florestais	2º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	4º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2009	
Efetivo	1 capitão	14 agentes
Veículos	Em funcionamento	Avariados
	-	4
Principais Atividades	Apoio a Polícia Federal	

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil do município de São Miguel do Iguazu é subordinada à 6ª SDP sediada em Foz do Iguazu, parte da Divisão de Policial do Interior do Paraná. Esta delegacia dispõe de conexão com a internet com velocidade de 10MB/s. No que

diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil dispõe apenas de sistemas de informação, utilizando sistemas de registro de ocorrência e de inquéritos, com inclusão dos dados no Infoseg. Portanto o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário nem com o banco de dados nacional. Há produção de estatísticas criminais desde 2005.

Com relação aos sistemas de informação, os representantes entrevistados apontaram as deficiências do banco de dados Infoseg como sendo um grave empecilho às investigações. Como alguns estados não compartilham informações com o Infoseg, eles não conseguem acessar os cadastros de pessoas oriundas desses estados, tendo dificuldade para identificar documentos falsos, carteiras nacionais de habilitação inválidas, antecedentes criminais e eventuais mandados de prisão em aberto. Como depender de telefonar para as instituições de outros estados para verificar as informações ou depender de demoradas comunicações externas incorre no problema de não poder manter um indivíduo sob custódia até que seus dados sejam averiguados.

Na delegacia de São Miguel do Iguazu não há propriamente uma carceragem, mas um local para abrigar presos provisoriamente com capacidade para oito pessoas. A carceragem encontra-se em péssimas condições e, em média, 30 presos costumam passar por ela mensalmente. No ano de 2012, foram expedidos 56 mandados de prisão e instaurados aproximadamente 80 flagrantes. Segundo os representantes da Polícia Civil, a custódia de presos acomete gravemente a eficiência do trabalho de investigação policial. Como se já não bastasse o efetivo reduzido desta instituição no Município de São Miguel do Iguazu, parte do efetivo é deslocada para se ocupar da custódia dos presos. Desse modo, é baixa a qualidade das investigações, que não instruem devidamente os processos penais, dificilmente resultando em condenações.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal, além de um aumento na parceria com as polícias Militar e Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Também apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando das operações Ágata e Fronteira Blindada. No ano de 2012 participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela, Ágata e Fronteira Blindada. Em São Miguel do Iguazu, a Polícia Civil raramente troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho.

Polícia Militar

A Polícia Militar de São Miguel do Iguaçu faz parte da 2ª Cia do 14º Batalhão da Polícia Militar sediado em Foz do Iguaçu. A sede própria da Polícia Militar data de 1995. Antes disso, eles ocupavam um anexo da delegacia da Polícia Civil e, em 1992, passaram para uma sede independente, porém ainda alugada.

Esta unidade da Polícia Militar tem conexão com a internet com velocidade de 1MB/s. Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados, produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais desde 1989 e divulgação pública e regular das estatísticas, sem inclusão no Infoseg. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Não há carceragem neste batalhão. Segundo o representante entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e roubo a residências e ao comércio.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são, em ordem de maior para o menor, a Polícia Civil, o Ministério Público e a Receita Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, além de uma intensificação da parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município participa da operação NHAPECANI, com o Batalhão de fronteira de Marechal Cândido Rondon e com o Batalhão de Choque de Foz do Iguaçu. No entanto, não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

No município de São Miguel do Iguaçu há um pelotão independente do Corpo de Bombeiros. Não foi considerada suficiente a quantidade de equipamentos de proteção individual, de salvamento e resgate, para atendimento a produtos perigosos e para combate a incêndio florestal em uso nessa unidade. Foi assinalada a falta de equipamento de proteção individual (EPI) – sobretudo, encapsulado – de material de combate a incêndio em geral e a incêndios específicos, além da necessidade de aquisição de desencarcerador.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade também não é suficiente, sendo as necessidades principais: rádios fixos, antenas e HTs. Esta

unidade tem computadores ligados à internet, cuja velocidade é de 10 Mbps. Embora sejam produzidas estatísticas sobre atendimentos e ocorrências, não há inclusão de dados no Infoseg. Os tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, incêndios florestais e demais incêndios, além de salvamentos e operações de resgate.

O único coletivo de gestão de segurança pública do qual o Corpo de Bombeiros de São Miguel do Iguaçu participa é o Conselho Nacional de Segurança (Conseg). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão não modifica ou melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas não tem participado de nenhum patrulhamento ou operação de fronteira, tampouco troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, sendo desejável o incremento de parcerias com a Polícia Militar e com o Judiciário.

Guarda Municipal

No município de São Miguel do Iguaçu não há Secretaria Municipal de Segurança Pública. O município não conta também com um Gabinete de Gestão Integrada Municipal, nem com um Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira. Também inexistem um Plano Municipal de Prevenção à Violência. Esse município também não colabora ou troca informação com gestores municipais do país vizinho.

O município tem Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal. Diretamente subordinada à Secretaria de Administração, a Guarda Municipal atua desde 2008. O atual comandante desta instituição possui formação na própria guarda municipal. As instalações onde se encontra a GM são próprias. A Guarda Municipal obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento de outros órgãos do Governo Federal. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é uma empresa de consultoria de Curitiba, sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente: gestão integrada em segurança pública, direitos humanos e direito penal. Durante este mesmo curso, as técnicas de formação mais enfatizadas foram: técnicas de abordagem, técnicas de defesa pessoal e imobilização e uso legal e progressivo da força física.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são a escassez de recursos materiais, escassez de recursos humanos e falta de apoio dos outros órgãos de segurança pública. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: proteção de bens, serviços, instalações e logradouros públicos do município,

segurança em eventos e comemorações, ronda escolar, segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades e patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública atua neste município desde 1984, sem paridade entre o número de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões são esporádicas, convocadas pelo presidente do Conselho e não contam com efetiva participação dos conselheiros representantes da sociedade civil, tampouco de todos os órgãos do Poder Público. As demandas da comunidade chegam ao Conselho por meio dos integrantes do Conselho.

Os três principais assuntos discutidos nas reuniões são: ocorrências de crimes no município, estratégias de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. As três preocupações levadas pela comunidade às reuniões do Conselho são: tráfico de drogas, contrabando e descaminho e envolvimento de jovens na criminalidade. A principal queixa da comunidade com relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Por sua vez, a principal queixa dos policiais em relação à comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações.

O representante se mostrou mais em desacordo com a afirmativa: “após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente”.

Força Nacional de Segurança Pública

No município de São Miguel do Iguçu, a Força Nacional vem atuando desde dezembro de 2009. O seu núcleo operacional está instalado na base da Polícia Federal, localizada no aeródromo. Essa base faz parte do Sistema de Veículos Aéreos do Departamento de Polícia Federal (SISVANT-DPF), especialmente em razão do projeto de utilização dos VANTs Veículos Aéreos Não Tripulados, no monitoramento de áreas de fronteira. Segundo o representante entrevistado, as atividades da Força Nacional na fronteira são unicamente o apoio ao efetivo da Polícia Federal na guarda das instalações do aeródromo e VANTs e na escolta e segurança dos técnicos israelenses que operam estes veículos aéreos. Os maiores parceiros da Força Nacional neste município são a Receita Federal e a Polícia Federal, não havendo, na opinião do entrevistado, a necessidade de estabelecer outra parceria.

A maioria dos agentes lotados na Força Nacional é oriunda da Polícia Militar, no entanto, foi ressaltado que, a despeito de sua origem institucional, eles não trabalham com o policiamento ostensivo. Não há médicos nem peritos legistas participando da operação deste órgão em São Miguel do Iguçu.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	**						1	
Efetivo	Juízes	**	Promotores	**	Defensores	**	Conselheiros	6
	Funcionários	9						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	**		Inadequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	**		Inadequadas		*		Inadequadas	

Justiça

Não foi possível aplicar o questionário com um representante da Justiça, no município de São Miguel do Iguaçu. Na ocasião, havia apenas um juiz substituto lotado nesta comarca e, mesmo após três tentativas, não foi possível encontrá-lo na sede judiciária.

Ministério Público

No município de São Miguel do Iguaçu, não há uma sede própria do Ministério Público, no entanto, considera-se que este órgão dispõe de instalações adequadas para o desempenho de suas atividades. Segundo o representante do Ministério Público entrevistado, as dificuldades enfrentadas neste município são: envolvimento de efetivos da segurança pública com atividades ilegais; falta de articulação com outros órgão de segurança pública e justiça criminal; comunicação deficiente com outros órgãos; falta de apoio da população. Desde o ano de 2011, o Ministério Público de São Miguel do Iguaçu vem produzindo estatísticas de denúncias.

Quanto à participação em coletivos de gestão de segurança pública, este órgão participa dos conselhos municipais de segurança e dos conselhos de “comunidade”. O MP apoia operações de fronteira e participou do ENAFRON, integrando o mutirão do júri e da execução penal. Os principais parceiros do Ministério Público em Santo Antônio do Sudoeste são: o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Justiça Estadual. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de São Miguel do Iguaçu encontra dificuldades na articulação com outros órgãos do poder ou de administração pública. Falta reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e clareza do seu papel em relação aos órgãos de segurança pública. Há dificuldade de comunicação, não ocorrendo troca de informações entre as instituições. Além disso, foi assinalado o despreparo dos

conselheiros tutelares e a carência de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são, em ordem de maior para menor frequência: abandono da escola; envolvimento com ato infracional; e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os representantes locais de instituições entrevistados concordam que fato de o município de São Miguel do Iguçu estar situado próximo à fronteira é positivo para seu desenvolvimento econômico. O representante da Polícia Civil destacou que essa condição possibilita que pessoas do país vizinho façam compras no município, acarretando uma integração comercial lícita. Já o representante da Polícia Militar destacou que o município é uma área estratégica para exportação. Entretanto, não há consenso em relação à afirmativa de que, “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. O representante da Polícia Civil se declara totalmente de acordo com esta, enquanto o representante da Polícia Militar discorda totalmente. Houve, contudo, consenso com relação às duas seguintes afirmativas:

1. “o município tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São Miguel do Iguçu foram assinalados, pelos representantes das polícias civil e militar, o tráfico de drogas e armas e o contrabando como sendo os principais. Foi também mencionada a ocorrência de imigração ilegal, crimes ambientais e disputa por terras. Para o representante do Ministério Público entrevistado, a exploração infantojuvenil também apareceu como um dos principais problemas.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das instituições pesquisadas entrevistados, entende-se que, no município de São Miguel do Iguçu, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, ainda assim ambos seriam apenas ocasionais. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de São Miguel do Iguazu

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto de veículos, tendo sido citado também o furto no comércio e o de motocicletas. Quanto aos roubos, os percebidos como de maior incidência são: roubos a estabelecimentos comerciais, à residência e de veículos.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram citados pequenos golpes populares, falso sorteio, concurso ou premiação. O único tipo de extorsão citado foi a extorsão simples.

Há consenso quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica, e lesão dolosa decorrente de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado, também tendo sido citado lesão dolosa em brigas de bar. A principal causa assinalada para os homicídios dolosos foi o acerto de contas entre criminosos. Situação doméstica, brigas de bar e conflitos relacionados a mercados ilegais também foram citados.

Entre os crimes sexuais, o entrevistado a Polícia Civil considera que os mais frequentes em São Miguel do Iguazu sejam estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e estupro ou abuso sexual de crianças e adolescentes. Já a Polícia Militar destacou apenas a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Entre os representantes da sociedade civil que participaram do grupo focal foi unânime a crença de que a proximidade da fronteira afeta a criminalidade local, pois consideram ser ampliada a facilidade ao acesso a drogas ilícitas, estimulando o tráfico e o consumo. Não apenas grandes carregamentos de drogas atravessariam a fronteira de São Miguel do Iguazu, como também pequenas quantidades destinadas ao consumo local, mais difíceis de serem interceptadas. Também acreditam que as atividades dos atacadistas de drogas se deslocariam temporariamente para o município nas ocasiões em que são intensificadas as ações de fiscalização e policiamento de fronteira em pontos estratégicos, sobretudo em Foz do Iguazu. Ocorreria o aumento da criminalidade violenta devido às disputas territoriais entre diferentes traficantes que podem ser do próprio município ou de outras regiões.

Outro ponto destacado foi o impacto que a proximidade com o Paraguai proporciona para o comércio. Algumas áreas do comércio local, principalmente de eletroeletrônicos, seriam prejudicadas pela falta de competitividade com os preços cobrados no país vizinho. Há consenso sobre praticamente toda a população do município ter o hábito de fazer compras no Paraguai. Não obstante, a situação de fronteira propulsiona a geração de renda por parte de outros atores locais, que dependem da economia informal do contrabando, como os camelôs. Estes atores também se envolveriam em atividades econômicas legais no município de São Miguel do Iguazu. Abordada a questão dos lucros com a ilegalidade, os participantes admitem que parte destes recursos é gasta e investida no próprio município, no entanto, a maior parte segue para fora.

Os participantes do grupo focal relataram distinguir claramente entre a percepção da atividade ilegal de contrabando e descaminho – cigarros, eletroeletrônicos e outros produtos – e o tráfico de drogas e armas. Contrabandistas não são considerados criminosos, mas interpretados tal qual sonegadores de impostos e, por isso, integram-se com maior facilidade às rotinas locais. Já não há a mesma tolerância com relação à prática do tráfico de drogas ou armas, que é interpretada como crime e entendida como causa da violência na região.

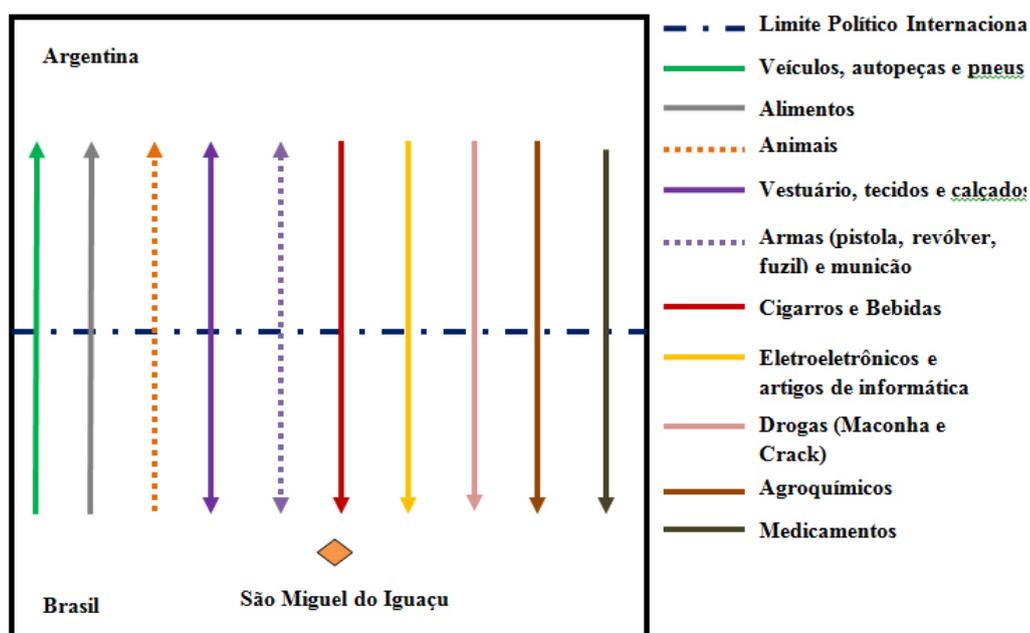
Acreditam que há participação de moradores do município em atividades ilícitas. Estes operariam de diferentes maneiras: desde a atuação como transportadores de pequenas quantidades, carregadores de caminhão e vigias contra as forças de repressão, até mesmo o envolvimento mais complexo em atividades de organização e logística. Com respeito às atividades de carga e descarga ou vigia, foi ressaltado que a atividade é executada principalmente por menores de idade, que deixariam muitas vezes a escola para se envolverem em atividades ilegais. Acreditam ainda que moradores da própria região ou vindos de outros estados teriam adquirido propriedades nas margens do lago para desempenharem atividades com o tráfico e o contrabando. É, portanto, unânime a percepção de que o intenso fluxo de mercadorias ilegais pelo lago torna perigosa a prática da pesca ou de passeios noturnos pela região ribeirinha.

Os moradores acreditam que os investimentos nas forças policiais locais estão estagnados e que estas se encontram em desvantagem com relação aos grupos da criminalidade organizada – sobretudo de traficantes e cigarreiros – que visam combater. No entanto, demonstraram-se confiantes com relação ao papel desempenhado por estas forças, afirmando estarem elas atuando com veemência contra a criminalidade. A vinda da Força Nacional para a cidade contribuiu para aumentar a sensação de segurança por parte dos moradores de São Miguel do Iguazu, embora estes não atuem no policiamento ostensivo, conforme explicado acima.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra a circulação de mercadorias entre o município de São Miguel do Iguazu e os países vizinhos e foi formulada a partir das respostas dos profissionais de segurança pública aos questionários aplicados.

Figura: Fluxo de mercadorias na fronteira de São Miguel do Iguazu com Paraguai e Argentina



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Segundo os entrevistados, as principais mercadorias apreendidas em 2012 foram cigarros, artigos de informática, maconha, cocaína, eletroeletrônicos e munição. No entanto, crack, pistolas, revólveres, fuzil, agroquímicos e autopeças também foram citados como mercadorias que entram ilegalmente no País. Considera-se que a entrada de drogas, armas e contrabando em São Miguel do Iguazu ocorre por causa da fronteira com o Paraguai. Já a fronteira com a Argentina não é considerada um problema, pois a única mercadoria ilícita que entra no Brasil por meio desta fronteira é o lança-perfume, solvente utilizado na Argentina como aromatizante sanitário e, no Brasil, como entorpecente.

Ilícitos transfronteiriços

Na opinião dos profissionais da segurança pública, a fronteira com o Paraguai oferece facilidades para a prática de crimes, pois não há restrições e fiscalização para a compra de armas e drogas nesse país. Lojas paraguaias vendem armas e munição, no balcão, sem controle algum sobre os compradores. Os representantes da Polícia Civil assinalaram que as armas que vem do Paraguai passam antes pelo Brasil em contêineres fechados que não podem ser fiscalizados, devido ao acordo diplomático estabelecido. Isso foi exemplificado com o caso das espingardas calibre 12 da marca norte-americana

Maverick apreendidas naquela delegacia. No entanto, as apreensões de arma não seriam tão frequentes quanto às de drogas. E mais frequente ainda do que o tráfico de drogas seria o contrabando.

As mercadorias compradas no Paraguai são isentas de impostos e podem ser revendidas no Brasil a um preço vantajoso. O intenso fluxo de pessoas pela fronteira tornaria impossível a realização de uma fiscalização verdadeiramente eficaz. Portanto, embora sejam apreendidas armas, drogas e contrabando, não há como revistar todas as pessoas que passam, de modo que atravessa muita mercadoria sem ser submetida aos controles aduaneiros. No caso do município de São Miguel do Iguaçu, o extenso acesso ao Paraguai pelo Lago de Itaipu e a fronteira com a Argentina pelo Rio Paraná dificultam ainda mais a fiscalização, pois não há como vistoriar toda a extensão de suas margens. Ainda assim, a Ponte da Amizade que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este foi apontada também como uma importante porta de entrada ilegal de mercadorias na região, até mesmo aquelas que passam por São Miguel do Iguaçu na rota para os grandes centros de distribuição.

São Miguel do Iguaçu é um “corredor de drogas” e um importante ponto de passagem para os chamados “muambeiros”. Acredita-se que estes mercados ilegais contribuem para o aumento da violência, pois grande parte da população local, especialmente os jovens, sobrevive do contrabando, principalmente de cigarro, de eletroeletrônicos e de informática. O cigarro seria contrabandeado, sobretudo, pelo lago, cuja extensão vai até Guaíra, ao passo que os produtos eletroeletrônicos e de informática viriam do Foz do Iguaçu pela ponte ou pelo Rio Paraná.

A falta de oportunidades no mercado formal foi apontada como a causa do aliciamento dos jovens para trabalhar no transporte de mercadorias ilícitas. Não há investimento na geração de empregos na região, de modo que a economia local atualmente depende do contrabando. Caminhoneiros e demais trabalhadores legais acabariam aceitando transportar cargas de contrabando em meio a outras cargas, no intuito de saldar suas dívidas (ex.: prestações do próprio caminhão) e obter uma renda complementar. Isso não seria necessário se fosse aproveitado o potencial estratégico da região para a exportação legal de produtos para a Argentina e para o Chile.

Um dos entrevistados fez a distinção entre o grande contrabandista de cargas e o “muambeiro”, que transportaria pequenas quantidades para prover o seu próprio sustento. Embora os transportadores de contrabando sejam muitas vezes moradores da região, acredita-se que os grupos que coordenam a logística deste mercado estejam situados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Curitiba e no Rio Grande do Sul, para onde vai a maior parte do lucro deste mercado ilegal. Estes grupos contratariam “subgerentes” no local para articular a compra e transporte das mercadorias. Também os produtores de cigarro que possuem fábricas no Paraguai coordenariam parte da distribuição no Brasil.

Uma dificuldade apontada para a fiscalização dos grandes carregamentos de mercadoria ilegal foi a incidência de resistência à prisão por parte de grupos de contrabandistas ou traficantes armados. Como um carregamento de cigarro, por exemplo, pode custar cerca de R\$ 200 mil, ou R\$ 300 mil, os transportadores trocam tiros com a polícia para não perder a mercadoria e/ou ir preso. Dado o baixo efetivo das instituições policiais e de fiscalização, encontram-se muitas vezes em desvantagem para se engajarem em confrontos armados. Também as práticas de suborno das autoridades em casos de apreensão foram apontadas como um problema.

O acerto de contas entre criminosos envolvidos nos mercados ilegais também foi apontado como uma consequência nociva da presença desses grupos em São Miguel do Iguçu. A passagem e estocagem de cargas de contrabando pelo município atrairia também assaltantes interessados em roubar cargas ilegais. Além disso, as comunidades lindeiras acabam tornando-se reféns da atuação de grupos de contrabandistas que os intimidam para não denunciá-los.

No entanto, um tipo de crime transfronteiriço, que outrora espalhara insegurança para a população que residia na margem do lago, tornou-se agora muito raro. Veículos e maquinário agrícola roubados no Brasil atravessavam o lago e eram revendidos no Paraguai. Esse crime já não é mais praticado como antes. O aumento de fiscalização na região desde 2002 e as Patrulhas Rurais foram responsabilizados pela queda na incidência deste tipo de ocorrência. O lago continua sendo utilizado para o transporte de drogas, armas e contrabando, mas não mais para o escoamento de mercadorias roubadas das propriedades rurais locais.

Prisões

A custódia de presos deveria ser responsabilidade da Secretaria de Justiça, mas tem ficado a cargo das delegacias Polícia Civil do Paraná. Os representantes da Polícia Civil de São Miguel do Iguçu assinalaram que a existência de uma carceragem delegacia compromete parte do efetivo de policiais, prejudicando os trabalhos de investigação.

Os crimes mais comuns cometidos pelos presos, que estão na carceragem da delegacia da Polícia Civil são: tráfico de drogas, porte de armas, homicídio e violência doméstica. Em geral, os que respondem por tráfico de drogas não são do município. São pessoas de outros municípios do norte e capital do Paraná, e de outros estados, especialmente de São Paulo e de Santa Catarina, que vieram ao Paraguai buscar droga e foram pegos nessa circunscrição territorial, especificamente na BR-277. Embora o Lago de Itaipu seja considerado uma importante porta de entrada de drogas e contrabando seriam raras as prisões nesta região.

Fiscalização e repressão à criminalidade

Houve consenso entre os profissionais de segurança pública quanto à queixa sobre a falta de efetivo, que atravessaria todas as instituições. Diante do intenso fluxo de pessoas e mercadorias pela fronteira, não há recursos humanos e materiais suficientes para desempenhar uma fiscalização rigorosa. Além do aumento no efetivo policial, acredita-se que deveria haver maior investimento na compra de equipamentos e viaturas. Acredita-se ainda ser necessária maior fiscalização sobre os policiais da fronteira, pois seriam frequentes os desvios de conduta.

Um dos entrevistados destacou a fiscalização de fronteira realizada pela Argentina como sendo exemplar, ao passo que, embora os profissionais das instituições brasileiras de controle se esforcem para reprimir a entrada de drogas, armas e contrabando no País, não dispõem de condições adequadas de trabalho. Todos compartilham da ideia de que a fronteira deveria ser “blindada” com operações regulares e diversificadas de “pente fino” para fiscalizar com rigor circulação de pessoas e mercadorias para dentro e fora do Brasil. Queixam-se de que é possível atravessar as estradas de diversos estados do País sem passar por barreiras policiais.

Um representante da Polícia Civil destacou o impacto circunstancial que a operação Ágata proporcionou no município. Durante a vigência da operação, não foram trazidos à delegacia casos de uso de drogas, pois, em sua opinião, o acesso estaria dificultado. A melhoria da fiscalização em apenas um único ponto isolado já teria criado obstáculos à entrada de mercadorias ilegais no País, logo ele acredita que a proliferação de iniciativas como esta poderia melhorar consideravelmente a situação da segurança nas fronteiras.

Trata-se de ampliar o número de barreiras fixas e móveis, pois a atuação instável e o aumento apenas circunstancial do efetivo produziram interrupções meramente pontuais nos fluxos de mercadorias. As transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado também mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, levando a transferirem-se para outros municípios e o deslocamento destas para o meio fluvial. Tendo em vista a amplitude da fronteira fluvial em São Miguel do Iguazu, foi aventada também a necessidade de participação da Marinha na fiscalização do lago e rios.

Um ponto levantado pelo entrevistado da Polícia Civil foi a necessidade de multiplicar a quantidade de câmeras de vigilância nas rodovias e de disponibilizar o acesso a estas imagens aos órgãos de segurança. No caso das informações geradas pelas câmeras da prefeitura em Foz do Iguazu, elas poderiam ter utilidade para as instituições policiais de São Miguel do Iguazu, mas as imagens são de uso exclusivo da Guarda Municipal daquele município. A Guarda Municipal de Foz não atuaria em conjunto com outros órgãos de segurança, exceto quando eles próprios solicitam alguma cooperação. O entrevistado defende o porte de armas para a Guarda Municipal de São Miguel do Iguazu e dos municípios lindeiros, que venham a criar sua própria guarda.

A avaliação mais positiva sobre a situação de segurança na fronteira do Paraná com o Paraguai foi aquela realizada pelo representante da Força Nacional. Ele enfatizou a grande presença de instituições do Estado no controle dessa fronteira: a Polícia Federal e a Receita Federal teriam bom preparo e estrutura de trabalho; as ações pontuais do Exército em operações especiais produziram efeitos positivos, além dos batalhões transferidos para área de fronteira; a fiscalização aérea por meio dos VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados) contribuiria para o aumento da segurança na região. O apoio oferecido pelo ENAFRON estaria reforçando o efetivo da Força Nacional na região.

Ampére

O município de Ampére foi criado pela Lei 4.348 de 11 de abril de 1961. Está localizado ao sudoeste do estado, a 547 km da Cidade de Curitiba, capital do Estado de Paraná. Ampére não tem fronteiras internacionais, porém limita-se com os municípios fronteiriços de Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita, que se limitam com a Argentina.



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160050&search=amapa|oiapoque> (acessado em 20 de setembro de 2013)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei 4.348 de 11 de abril de 1961
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 298,349 km ²
Fronteiras: a norte com Realeza e com Santa Izabel do Oeste, a leste com Francisco Beltrão, a sudeste com Manfrinópolis, a sul com Pinhal de São Bento, a sudoeste com Santo Antônio do Sudoeste e a oeste com Bela Vista da Caroba.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.

Acesso viário: sim
População (2010): 17.308 habitantes
Densidade demográfica: 58,01 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 227.052.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.118,30
IDH-M (2010): 0,709
Gentílico: Ampérense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os primeiros desbravadores da região onde hoje se encontra o Município de Ampére chegaram ao local em 1948. A colonização foi realizada, inicialmente, por migrantes paranaenses vindos de Pato Branco e Francisco Beltrão. Outros, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, chegaram mais tarde, pelo picadão aberto para ligar Pato Branco a Santo Antônio do Sudoeste. A mobilidade esteve relacionada também à formação da CANGO – Colônia Agrícola General Osório – parte da política de ocupação do extremo oeste do Brasil desenvolvida por Getúlio Vargas e conhecida como “Marcha para o Oeste” (site da prefeitura). Os descendentes de alemães e italianos que moravam nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram os agentes principais dessa ocupação. O município foi criado por meio da Lei Estadual nº 4.348, de 11 de abril de 1961, e instalado em 28 de novembro de 1961, foi desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste. Conforme alguns antigos moradores, o nome da cidade surgiu de um grupo de pescadores, de cidades vizinhas, os quais, encontrando-se na escuridão da noite, disseram: “Se construíssemos uma barragem neste rio, quantos ampéres de energia teríamos”, daí o nome de Ampére ao rio e à localidade.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Ampére

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 17.563 habitantes
Homicídios (2012): 6
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça e o Corpo de Bombeiros
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 2.509 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 4.391 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 17.563 habitantes				
Homicídios (2012) = 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas e sem condição de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas e sem condição de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		3	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	3		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		-	
Arquivos em ficha de papel	2		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		7	

Segurança Pública nas Fronteiras

Colete antibalísticos	1	7
Escudos	-	-
Capacetes	-	10
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	7
Carabina	-	-
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	1	7
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	Munição anti motim 20
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	6	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Cia		
Efetivo	Oficiais	-	
	Praças	1	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende as necessidades		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	6º	

Polícia Civil

Há no município de Ampére, uma delegacia em funcionamento. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet com velocidade de 10 mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de viaturas, sistema de recursos humanos, controle de armas, controle e manutenção de equipamentos, sistema de protocolo e financeiro. Os sistemas de controle de munição e armas ainda estão em desenvolvimento. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em sistema de registro de ocorrências, sistemas de registro de inquéritos e tabelas ou lista de papel e arquivos, e há inclusão no Infoseg. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e com o bancos de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 1990.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Judiciário e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas acredita que a participação nestes modifica e melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Em Ampére, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012 não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela. Esta instituição também não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

Há no município de Ampére um Destacamento de Polícia Militar subordinado ao 21º Batalhão, sediado em Francisco Beltrão. Nesta unidade, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados, produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento de crimes, divulgação pública e regular das estatísticas, controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e fichas de papel e fichários de ocorrência. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário, mas não há inclusão de dados no Infoseg. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 10mbps. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. O entrevistado não respondeu se a Polícia Militar deste município participa ou apoia algum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e não participa de nenhum coletivo de segurança pública, participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela. Em Ampére, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Também não tem contato ou apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Corpo de Bombeiros

Na companhia do Corpo de Bombeiros de Ampére, está lotado apenas um praça. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate não o foi, sendo necessário desencarcerador hidráulico e material de busca e salvamento aquático. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade foi tida como insuficiente, sendo necessária roupa de nível A, EPI, EPR, material de contenção e viatura especializada. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: viatura e equipamento especializado.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade é suficiente. Esta unidade tem computadores ligados à internet, cuja velocidade é de 10 Mbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, salvamento, busca e resgate e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Ampére não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modificaria e melhoraria as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, não tendo especificado qual, tem participado das Operações Sentinela, porém não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, sendo desejável o incremento de parcerias com o Ministério Público.

Instituição de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar **
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar **

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Ampére encontra dificuldades com o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; e com a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Ampére estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Tanto o representante da Polícia Civil quanto o da Polícia Militar estão em total desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Da mesma maneira, a maioria discordou em que maior e em menor grau com a seguinte afirmativa: “o município de Ampére tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira” não havendo, no entanto, consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no Ampére foram assinalados: o tráfico de drogas e armas e o contrabando.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Ampére

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheques sem fundos e fraudes financeiras ou comerciais. O único tipo de extorsão citado foi a extorsão simples. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, havendo também brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar e situações domésticas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Ampére são estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Assis Chateaubriand

A Lei nº 5.389, aprovada em 27 de agosto de 1966, criou o Município de Assis Chateaubriand, localizado no oeste do Estado de Paraná a 474 km de distância de Curitiba, a capital do Estado do Paraná. Assis Chateaubriand não tem fronteiras internacionais, porém encontra-se no trajeto de estradas que dão acesso a municípios fronteiriços do oeste paranaense.

Mapa—Município de Assis Chateaubriand e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410200&search=paranalassis-chateaubriand>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 5.389, aprovada em 27 de agosto de 1966.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 969,587 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Iporã, Cafezal do Sul e com Brasilândia do Sul, a nordeste com Alto Piquiri e com Formosa do Oeste, a leste com Jesuítas, a sudeste com Nova Aurora, a sul com Tupãssi e com Toledo e a oeste com Maripé e com Palotina.
Acesso aéreo: Não informado
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 33.025 habitantes
Densidade demográfica: 34,06 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 590.220.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.870,29
IDH-M (2010): 0,729
Gentílico: assis-chateaubriense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Este município atualmente nomeado em homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand era anteriormente o distrito de Tupãssi (Mãe de Deus, em tupi) e pertencia ao Município de Toledo. Situado no oeste paranaense, constituía apenas uma pequena localidade inexplorada, até que surgiu, fundada pelo fazendeiro Oscar Martinez, a empresa A Colonizadora Norte do Paraná. Tendo por finalidade cultivar 1.250 km² de terras férteis, as famosas “terras roxas” do Vale do Piquiri, os lavradores da Norte do Paraná encetaram, em 1958, o desbravamento da região, dando início a um dos mais impressionantes desenvolvimentos populacionais do País. Seu crescimento deve-se à colonização planejada e tem como fator preponderante a fixação, em oito mil minifúndios, dos lavradores do norte paranaense que, após anos de lutas, encontraram um lugar onde puderam se estabelecer como proprietários. Quando da mudança do topônimo antigo de Tupãssi para o atual, foi sugerido pelo jornalista homenageado, em vez do seu próprio nome, o de Raposo Tavares, bandeirante desbravador da região. A substituição, porém, não foi aceita.

O povoado Tupãssi pertencia inicialmente ao Município de Toledo, tornando-se distrito administrativo em 1961 e mudando de nome em 1962, antes de sua emancipação. Seu desmembramento deu-se com a aprovação da Lei nº 5.389, aprovada em 27 de agosto de 1966 e a instalação ocorreu a 14 de março de 1967. Assis Chateaubriand compõe-se de 3 Distritos: Distrito Sede, Bragantina e Encantado do Oeste. Conta ainda com os patrimônios de Engenheiro Azauri, Silveirópolis, Terra Nova do Piquiri e Nice.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Assis de Chateaubriand

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 32.981 habitantes
Homicídios (2012): 13
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1.736 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 4.123 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 32.981 habitantes				
Homicídios (2012) = 13				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	7	Praças	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	8		4	
Impressora	3		4	
Telefone fixo	4		2	
Fax	1		1	
Scanner	-		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	3	5	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	Polícia Militar
	Frequentemente atende a necessidade	Muito frequentemente atende a necessidade
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	2	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	4
Rádio portátil (HT)	-	4
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	10	18
Colete antibalísticos	7	18
Escudos	-	10
Capacetes	-	10
Placa balística	-	2
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	18
Carabina	1	-
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	7	18
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	23	*
Média de presos/mês	45	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	132	*

Polícia Civil

A delegacia de Assis Chateaubriand conta com o efetivo de 1 delegado e 7 agentes. Esta unidade tem conexão à internet com velocidade de 1MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de viaturas, de munição e de controle de armas. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou listas de papel, sistema de registro de ocorrências e inquéritos, divulgação pública e regular das estatísticas e inclusão pelo Infoseg. Portanto o sistema

de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com o banco de dados de órgãos nacionais. Não existe produção regular de estatísticas criminais.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.

A Polícia Civil deste município não participa de comandos binacionais de segurança, mas acreditam que esta participação modifica e melhora as condições de sua atuação. Em Assis Chateaubriand, a Polícia Civil não troca informações nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Assis Chateaubriand apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando de patrulhamentos da Operação Costa Oeste. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Assis Chateaubriand, há 1 companhia de Polícia Militar, subordinada ao 19º Batalhão, sediado em Toledo. Está em uso, nesta companhia, uma série de sistemas de administração e computadores que são utilizados para gerir o de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 2010, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 1MB/s. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O banco de dados, entretanto, não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto simples.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Federal e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Assis Chateaubriand, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	3	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	66				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Assis Chateaubriand tem uma comarca de entrância inicial com varas especializadas separadas, Criminal e Civil. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 1 MB. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca. Há, contudo, sistema de informação computadorizado, produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em papel em fichários, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém, o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam do Batalhão de Fronteiras.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Assis Chateaubriand são, segundo o representante entrevistado, a falta de segurança no trabalho, comunicação deficiente com outros órgãos, falta de apoio do poder público municipal e envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Desde sempre, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Municipal e participam/apoiam da Solicitação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Assis Chateaubriand são: a Polícia Rodoviária Federal, o IBAMA, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar e Civil. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi no combate ao tráfico de drogas, juntamente com o GAECO e a Polícia Federal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Assis Chateaubriand encontra dificuldade com o excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado, na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, na dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: violência doméstica, abandono da escola e maus-tratos e abandono.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Assis Chateaubriand estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico, o representante da Polícia Civil acredita que esse fato enfraquece o comércio e o da Polícia Militar afirma que a distância é considerável e o município não é dependente do país vizinho. Apenas o representante da Justiça acredita que, “apesar de ilegais”, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”; a maioria discorda em que “o município de Assis Chateaubriand tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira” e em que “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Assis Chateaubriand foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Assis Chateaubriand

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto de veículo e, em terceiro lugar, a comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos de veículo, a estabelecimento comercial e roubo em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados pequenos golpes populares, cheque sem fundos e venda e compra de tratores. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, acerto de contas entre criminosos em conflitos de vizinhos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Assis Chateaubriand sejam estupro ou abuso sexual de menores de idade, atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Capanema

O município de Capanema foi criado a partir do Decreto-Lei 790/1951. Está situado no sudoeste paranaense e tem fronteira com a Argentina. A Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio liga Capanema ao município argentino de Andresito, na província de Misiones. O acesso à ponte é feito pela rodovia PR-281, que tem entroncamento com a rodovia PR-582/163, dentro dos limites de Capanema. Além disso, Capanema encontra-se às margens do Rio Iguaçu.

Mapa–Município de Capanema e Fronteiras



DADOS GERAIS
Criação do Município: Decreto-lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 418,705 km ²
Fronteiras, divias e limites: a norte com Matelândia e com Céu Azul, a nordeste com Capitão Leônidas Marques, a leste com Realeza, a oeste com a Argentina e a noroeste com Serranópolis do Iguaçu.
Acesso aéreo: Não informado
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 18.526 habitantes
Densidade demográfica: 44,25 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 285.388.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.416,36
IDH-M (2010): 0,706
Gentílico: capanemense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde hoje se encontra o município de Capanema foi desbravada por Octávio Francisco de Mattos, que fora Prefeito Municipal de Clevelândia, e buscou terras para estabelecer novos povoados. O povoado de Capanema pertencia a Clevelândia e foi elevado à categoria de município decreto-lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, sem nunca ter chegando antes à categoria de distrito. A denominação do município homenageia o geólogo e geógrafo brasileiro, Guilherme Schuch, o Barão de Capanema, que foi o organizador e primeiro diretor dos telégrafos no Brasil. Desde a sua emancipação, o desenvolvimento do município foi bastante acentuado, ocorrendo a abertura de rodovias em todas as direções, a criação escolas e a construção de uma usina termoelétrica. O município é constituído de 4 distritos: Capanema, Cristo Rei, Pinheiro e São Luiz.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Capanema

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 9.796 habitantes
Homicídios (2012): 2
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1.092 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 3.095 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.796 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	2 delegacias		1 companhia e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	16
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		5	
Impressora	4		4	
Telefone fixo	4		6	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	3	-	3
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	4		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		3	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		2	
Arquivos em ficha de papel	2		6	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	

Segurança Pública nas Fronteiras

Algemas	3	16
Colete antibalísticos	5	16
Escudos	-	-
Capacetes	-	40
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	16
Carabina	1	1
Espingarda	-	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	3
Pistola	5	16
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	Munição não letal
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	16	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	70	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Seção		
Efetivo	Oficiais	-	
	Praças	8	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios		2º
	Incêndios florestais		3º
	Explosões		1º
	Acidentes de trânsito		-
	Acidentes ambientais		-
	Salvamento, busca e resgate		4º
	Outros (atendimento clínico)		-

Polícia Civil

Há no município do Capanema duas delegacias em funcionamento. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet com velocidade de 10MB. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, de controle de viaturas, armas, manutenção de equipamentos, sistema financeiro e de protocolo. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou listas de papel, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos e há inclusão no Infoseg. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com o banco de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 1990.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o IBAMA e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas acredita que a participação modifica e melhora as condições de atuação da Polícia. Não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou no ano de 2012 do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Em Capanema, a Polícia Civil não troca informações nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

Na companhia da Polícia Militar de Capanema, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, controle de viaturas e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, georreferenciamento de crimes, divulgação pública e regular das estatísticas, fichas de papel e fichários de ocorrências, e o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. No que diz respeito à internet, a conexão é de 10 MB. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Judiciário e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil.

Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Capanema, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso não foi considerada suficiente, sendo necessária proteção respiratória e proteção contra produtos perigosos. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não o foi, sendo necessários desencarceradores e equipamentos de resgate em geral. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente, pois precisam de equipamento de proteção individual e equipamento de contenção de derramamento. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: veículo apropriado e equipamento de combate, como bombas costais, mochilas e equipamentos de comunicação.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente, as necessidades principais são: Rádios portáteis HT e estações móveis. Esta unidade tem computadores ligados à internet, cuja velocidade é de 2Mbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, incêndios e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Capanema participa do AIFU—ação integrada de fiscalização urbana. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, apoia ações das forças armadas mediante solicitação, entretanto não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, não tem participado das Operações Sentinela e também não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal, sendo desejável o incremento de parcerias com o IBAMA (Instituto Chico Mendes) e o Ministério Público.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	24				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Inadequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Capanema tem uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, Criminal e Civil. Além de um Juizado Especial Criminal, uma vara criminal, uma vara de execução penal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Além de Capanema, fazem parte desta comarca os municípios de Planalto e Pérola do Oeste. Há internet, com velocidade de 10 MB. Estima-se que 61 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Entre os sistemas listados, esta comarca tem apenas sistema de administração de autos. Para sistematizar as informações, são utilizados sistema de informação computadorizado e fichas de papel em fichários, não havendo integração do banco de dados a demais sistemas de informação. Não há resposta sobre a produção de estatísticas.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em parceria com a Polícia Federal.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Capanema são, segundo o promotor entrevistado, a falta de recursos materiais e de recursos humanos, a comunicação com outros órgãos é deficiente, a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal, a falta de apoio da população e o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Não há resposta sobre a produção de estatísticas de denúncias produzidas pelo Ministério Público.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Capanema encontra dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo, carece de entidades para receber crianças e atender famílias, há falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos

de segurança pública, falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e, falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: abandono da escola, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria: Classes B e C	
Efetivo	Auditores	3
	Técnicos	-
	Terceirizados	6
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Capanema participa do Comitê de Fronteira, e o entrevistado acredita que tal participação contribui para melhorar a atuação deste órgão. Além disso, no ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação intitulada Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município do Capanema estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. O inspetor chefe da Receita Federal entrevistado destacou que o comércio de fronteira é muito fraco. Entre os representantes a quem esta pergunta foi feita, apenas o capitão da Polícia Militar entrevistado demonstrou opinião contrária, alegando a existência de um fluxo de “compristas” vindos da Argentina. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “todos discordam em que o município de Capanema tenha características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira,”

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Capanema foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e o contrabando. Também foram mencionados o tráfico de armas e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Capanema

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e de gado, seguido de furto de motocicletas. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, e em residência, respectivamente. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados cheques sem fundos, pequenos golpes populares, fraudes financeiras ou comerciais e fraudes no comércio. A Polícia Civil foi a única a mencionar a ocorrência de extorsão, do tipo simples, no município de Capanema. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situações domésticas e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar e em situações domésticas

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Capanema sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Capitão Leônidas Marques

O município de Capitão Leônidas Marques foi criado pela Lei Estadual nº 4.859, de 28 de abril de 1964. Está localizada a sudoeste do Estado do Paraná, a 515 km de Curitiba, capital do estado. Capitão Leônidas Marques não é um município de fronteira, entretanto, encontra-se às margens do Rio Iguaçu e, dentro de seus limites, encontra-se também um entroncamento entre rodovias que ligam municípios da região de fronteira com a Argentina a outras regiões do estado.

Mapa–Município de Capitão Leônidas Marques e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410460&search=parana|capitao-leonidas-marques>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 275,748 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Santa Lúcia, a sudeste com Nova Prata do Iguaçu, a sul com Realeza e com Capanema e a oeste com Céu Azul.
Acesso aéreo: Não informado
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 14.970 habitantes
Densidade demográfica: 54,29 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 492.554.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 32.977,63
IDH-M (2010): 0,716
Gentílico: Leônidas-marquesiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

No final da década de 1940, o governo do Getúlio Vargas incentivou a colonização da região onde hoje se encontra o município de Capitão Leônidas Marques, por meio das companhias imobiliárias, que intensificaram o fluxo migratório para a região, dando início a uma povoação. O município de Capitão Leônidas Marques teve sua origem em um projeto de colonização conhecido como “Gleba Andrada”. Antes disso, os habitantes da região sobreviviam da caça, pesca e extração de palmito na mata junto à foz do Rio Andrada. O povoado de Capitão Leônidas pertencia originalmente ao município de Cascavel e obteve o seu desmembramento por meio da Lei Estadual nº 4.859, de 28 de abril de 1964, sem ter antes passado pelo estágio de distrito. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de dezembro de 1964.

Fonte: IBGE E UNIOESTE.

Diagnóstico da Segurança Pública em Capitão Leônidas Marques

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	15.060 habitantes
Homicídios (2012):	4
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, o Ministério Público e o Conselho Tutelar
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.506 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.510 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 15.060 habitantes				
Homicídios (2012) = 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	5	Praças	10
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Sem acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade		Ocasionalmente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	2		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		30	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		10	
Colete antibalísticos	5		10	
Escudos	-		1	
Capacetes	-		10	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		12	
Carabina	1		1	
Espingarda	-		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		-	
Pistola	5		10	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Insuficientes		Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	12		*	
Média de presos/mês	24		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	10		*	

Polícia Civil

A delegacia de Capitão Leônidas Marques não dispunha de delegado na ocasião desta pesquisa. Esta unidade tem conexão à internet pela Intranet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de controle de armas, sistema de controle e manutenção de equipamentos e sistema financeiro. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou listas de papel. Também há sistema de registro de ocorrências, sistema de registro de inquéritos e georreferenciamento. Há inclusão dos dados no Infoseg. O entrevistado não soube responder se o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário nem com o banco de dados nacional. Não há produção de estatísticas criminais

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Federal e com a Receita Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, mas o entrevistado acredita que a participação melhoraria as condições de atuação da Polícia Civil. Também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. A Polícia Civil deste município não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Capitão Leônidas Marques, há um destacamento de Polícia Militar, subordinado ao 6º Batalhão, sediado em Cascavel. Neste destacamento, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de estoque, protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados: banco de dados; produção de informações estatísticas de ocorrência criminais e administrativas; georreferenciamento de crimes; divulgação pública e regular das estatísticas, controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Além disso, utilizam-se fichas de papel e fichários de ocorrência. Os dados estão inclusos no Infoseg. Quanto à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 10 MBs/s.

O entrevistado não assinalou nenhum parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas, mas destacou que deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público e a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança.

Em Capitão Leônidas Marques, a Polícia Militar não tem relação com órgão de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juizes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	11				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Inadequadas		**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Inadequadas		**	

Justiça

O município de Capitão Leônidas Marques é a sede da comarca, na qual os municípios de Boa Vista da Aparecida e Santa Lúcia também fazem parte. A comarca é de entrância inicial e tem vara única. Há internet, com velocidade de 10MB/s. Estima-se que por volta de 136 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de estoque; sistema de controle de armas; sistema de protocolo e sistema de distribuição de autos. Os sistemas de informação existentes são: banco de dados; produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos; divulgação pública e regular das estatísticas; dados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel em fichários, estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 1988. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda totalmente que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Este juiz também não participa ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Capitão Leônidas Marques são, segundo o promotor entrevistado, a falta de recursos materiais, a falta de recursos humanos e o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Capitão Leônidas Marques são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012, não houve destaque em nenhuma área de atuação do Ministério Público.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Capitão Leônidas Marques encontra dificuldade no excesso de demanda que dificulta o atendimento, na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, no despreparo dos conselheiros e na falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Falta também ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns: violência doméstica, abandono da escola, abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Capitão Leônidas Marques estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. A Juíza entrevistada destacou que essa proximidade facilita a troca entre municípios. Entre os representantes a quem esta pergunta foi feita, apenas o Investigador de Polícia Civil demonstrou opinião contrária, alegando que o município tem um bom parque industrial e um excelente comércio, o que contribui para a baixa taxa de desemprego. Da mesma maneira, a maioria não concordou com a seguinte afirmativa:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Capitão Leônidas Marques, foram assinalados como sendo os principais: o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Capitão Leônidas Marques

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Raramente		Jamais	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, também foram citados furto de gado e furto no comércio. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, e em residência, além de roubo de carga e roubo a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, pequenos golpes populares, fraudes financeiras ou comerciais e fraudes contra o comércio. Nenhum dos entrevistados citou algum tipo de extorsão. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar e acerto de contas entre criminosos, havendo também homicídios decorrentes de conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e em conflitos de vizinhos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Capitão Leônidas Marques sejam estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infantojuvenil e atos libidinosos.

Cascavel

O município de Cascavel foi criado pela lei estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951. Trata-se do município mais populoso da região Oeste do Paraná e o quinto mais populoso de todo o estado. Encontra-se a 491 km da capital, Curitiba. Cascavel não tem limites internacionais, no entanto, é um importante centro da região oeste, onde se encontram muitos municípios fronteiriços.



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410480&search=parana|cascavel>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 2.100,831 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Tupãssi, Cafelândia e com Corbélia, a nordeste com Braganey, a leste com Campo Bonito e com Catanduvas, a sudoeste com Lindoeste, a oeste com Santa Tereza do Oeste e a noroeste com Toledo.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: sim.
Acesso viário: sim.
População (2010): 286.205 habitantes
Densidade demográfica: 136,23 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 5.190.870.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.138,99
IDH-M (2010): 0,782
Gentílico: cascavelense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

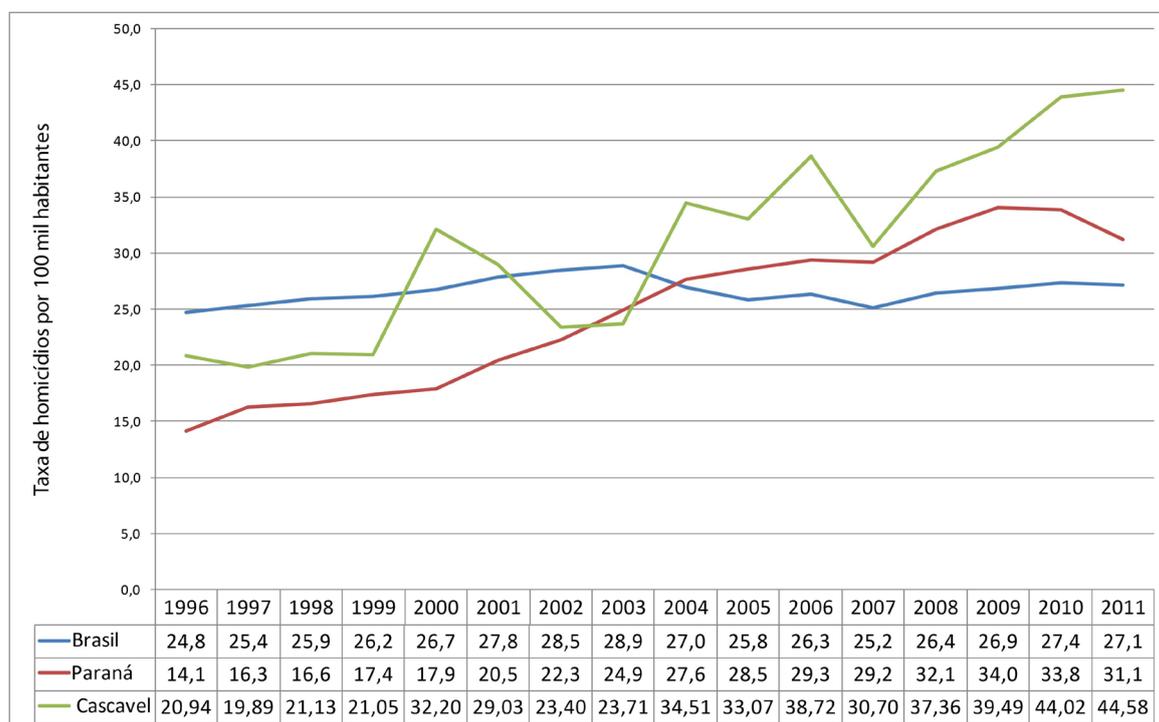
O topônimo Cascavel caracteriza uma espécie de serpente encontrada na região. O povoamento do município teve início em 1930, quando José Silvério de Oliveira, acompanhado de parentes, fixou residência na localidade. A facilidade de aquisição de terras levou o precursor a atrair mais habitantes para o sertão, desenvolvendo-se o povoado, às margens da estrada que liga Guarapuava à Foz do Iguaçu. Em 1934, foi criado o distrito policial de Cascavel. Posteriormente, instalou-se o distrito judiciário e o distrito administrativo, todos integrantes do município de Foz do Iguaçu. Em 1943, com a criação do Território Federal de Iguaçu, a região foi incorporada ao patrimônio da nova Unidade. Três anos depois, foi revogada a criação do Território, sendo o domínio restabelecido ao Estado do Paraná. Em 1951, Cascavel foi desmembrado de Foz do Iguaçu, transformando-se em município. Atualmente, o município é constituído de 5 distritos: Cascavel, Juvínópolis, Rio do Salto, São João d'Oeste e Sede Alvorada.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Cascavel

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 292.372 habitantes
Homicídios (2012): 164
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 975 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 4.793 habitantes

Gráfico-Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Paraná e Município de Cascavel, 1996 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

As taxas de homicídio do município de Cascavel vêm acompanhando a tendência de aumento observável no Estado do Paraná, contudo, exceto pelo ano de 2003, mantêm-se sempre acima da média do estado.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal								
População (estimativa em 2012) = 292.372 habitantes								
Homicídios (2012) = 164								
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	7 delegacias		1 batalhão, 2 companhias, 1 unidade e 1 posto		1 delegacia e 1 posto		1 delegacia e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	19	Delegados	**	Inspetores	4
	Delegados auxiliares	5						
	Agentes	55	Praças	281	Agentes	**	Agentes	108
	Peritos	10						
	Legistas	5						
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga e sem condições de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento								
Computador	29		48		30		26	
Impressora	14		16		30		8	
Telefone fixo	17		14		25		30	
Fax	2		3		10		8	
Scanner	-		5		5		8	
Internet	Com acesso		Sem acesso		Com acesso		Com acesso	

Estação de rádio analógica	1		1		**		2	
Estação de rádio digital	-		-		**		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		**		-	
Aparelho de TV	1		2		4		1	
Gravadores	-		-		**		8	
Máquina Fotográfica	-		16		**		15	
Filmadora	-		2		**		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	28	3	35	32	Sim	2	22	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-	Sim	**	1	-
Moto	-	-	12	3	Sim	**	8	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	Sim	**	-	-
Avião	-	-	-	-	-	**	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	**	-	-
Cavalo	-	-	11	-	-	**	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	**	-	-
Outros	-	-	-	-	-	**	-	-
					Caminhão Baú	Sim	Semi reboque para motos	1
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade		Frequentemente atende a necessidade		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	1		-		**		3	
Rádio em viaturas (digital)	1		-		**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	27		37		**		2	
Rádio portátil (HT)	-		35		**		12	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**		-	
Notebooks	4		8		30		12	
Arquivos em ficha de papel	Vários		3		**		6	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	10		356		**		115	
Colete antibalísticos	-		420		**		108	
Escudos	-		13		**		3	
Capacetes	-		357		**		13	
Placa balística	-		9		**		-	
Outros	-		-		**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		423		**		**	
Carabina	3		29		**		**	
Espingarda	8		22		**		**	
Metralhadora	-		4		**		**	
Submetralhadora	6		6		**		**	
Fuzil	6		3		**		**	
Revólver	-		53		**		**	
Pistola	-		347		**		**	
Arma de condutividade elétrica	*		7		**		**	
Bomba de efeito moral	*		66		**		**	

Segurança Pública nas Fronteiras

Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**	**
Outro	-	Granadas diversas 262	**	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	**	Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	**	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Não	**
Capacidade	120	*	*	**
Média de presos/mês	200	*	*	**
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	422	*	*	**

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento e 1 sub grupamento		
Efetivo	Oficiais	13	
	Praças	137	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	20	-
	Viatura de combate a incêndio	7	1
	Viatura de salvamento, busca e resgate	4	-
	Viatura com escada ou plataforma	1	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	5	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	2	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	4	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	5º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	6º	
	Salvamento, busca e resgate	4º	
	Outros (atendimento clínico)	7º	

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	271	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	12	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	1	-
	Moto	10	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente		

Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-	
	Coletes antibalísticos	50	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	271	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	**	
	Bomba de efeito moral	**	
	Outros	*	
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim	
	Segurança em eventos e comemorações	-	
	Ronda escolar	Sim	
	Auxílio à Polícia Militar	-	
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	Sim	
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-	
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-	
	Ações educativas junto à população	-	
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	Sim	
	Atividades de defesa civil	Sim	
	Posto de guarda	-	
	Proteção ambiental	-	
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-	
Atividades assistenciais diversas	-		
	Outra	-	

Polícia Civil

Existem no município de Cascavel 6 delegacias, sendo uma delas vinculada ao DENARC (autônoma). No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de protocolo, financeiro e de controle de armas. Quanto aos sistemas de informação, eles se utilizam de sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, divulgação pública e regular das estatísticas, inclusão no Infoseg, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. O entrevistado destacou também o sistema de controle e pátio para veículos apreendidos. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. O representante entrevistado não soube responder desde quando há produção de estatísticas criminais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Poder Judiciário.

A Polícia Civil de Cascavel participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o representante entrevistado, a participação em coletivos de gestão não modifica nem melhora as condições de atuação da Polícia Civil. Em Cascavel, a Polícia Civil não troca informação nem colabora com o país vizinho, bem como não participa nem apoia grupos de patrulhamento em operações de fronteira. O representante entrevistado não soube precisar se esta unidade participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012. A Polícia civil deste município não tem participado das Operações Sentinelas.

Polícia Militar

O Batalhão de Cascavel tem um dos principais efetivos do interior do Estado do Paraná e atende a 24 municípios do oeste paranaense. Nesta unidade, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e os dados criminais também são organizados em planilhas e tabelas de papel, bem como em fichas de papel e fichários de ocorrências. As estatísticas são divulgadas regularmente, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Há internet, mas o representante não precisou a velocidade de conexão. Os flagrantes a usuários de entorpecentes foram os realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas em Cascavel são: a Polícia Civil, as Forças Armadas, a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, apesar de colaborar com estes com o fornecimento de efetivo. A Polícia Militar de Cascavel participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Neste Município, a Polícia Militar não troca informações nem colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, assim como não tem participado das Operações Sentinelas.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Cascavel foi considerada suficiente a quantidade de equipamentos de proteção individual, de salvamento e resgate, para atendimento a produtos perigosos e para o combate a incêndio florestal.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade é suficiente. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 8 Mb (mais 2mb para Selepar e mais 4 Mb para o site do Corpo de Bombeiros. Este, abriga todo o sistema de ocorrência do Estado do Paraná). O Corpo de Bombeiros de Cascavel faz registro de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrências mais frequentes são acidentes de trânsito e incêndios (em residências, florestais e ao comércio).

O Corpo de Bombeiros de Cascavel participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o representante entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, bem como não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012. Também não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Cascavel não troca informação nem colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e a Prefeitura (atuam juntos por meio das Citrans). Para o representante entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar, especialmente na parte do trânsito, em atendimento de acidentes.

Guarda Municipal

O município de Cascavel tem Secretaria Municipal de Segurança Pública, que atua desde 1951, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal (o início das atividades da guarda patrimonial é de 2007, e, em 2005, foi criada a Guarda Municipal e depois revogada), com sede em instalações próprias municipais. É subordinada à Secretaria Municipal de Administração. O diretor da Guarda Municipal é graduado em direito.

A Guarda Municipal obteve outros recursos além daqueles do seu orçamento, da SENASP-MJ. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento sobre o papel e as atribuições da Guarda Municipal, o conhecimento jurídico e a gestão de conflitos e eventos cotidianos. Os cursos de formação dos guardas municipais de Cascavel são ministrados por empresas que prestam treinamento em defesa pessoal e legislação.

As principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos e a falta de armas de fogo e munição. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal tem conflito de atribuições com a Polícia Militar, tais conflitos costumam ser resolvidos.

As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são, em ordem de maior para menor frequência/importância: o furto; o dano ao patrimônio público; o roubo; a pichação; o vandalismo e o desacato.

As relações com os gestores dos países vizinhos são amigáveis e indiferentes.

Não existe paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil no Conselho Municipal de Segurança Pública. As reuniões do Conselho são mensalmente convocadas pelo presidente do Conselho, e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio (furto e roubo) e o envolvimento de jovens na criminalidade. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Cascavel recebe demandas da comunidade por meio de outros representantes/lideranças das comunidades. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são a demora em atender às ocorrências criminais e a ineficiência. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações e o descrédito no trabalho preventivo. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município e às estratégias de policiamento. O entrevistado se mostra mais em desacordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Polícia Federal

A delegacia da Polícia Federal em Cascavel foi inaugurada há aproximadamente sete anos (em junho de 2007, inaugurada no mesmo dia em que a penitenciária de Catanduvas-PR). Nesta unidade, os sistemas de administração em uso são: sistema de recursos humanos, de controle de armas, de protocolos e financeiro. Nesta delegacia, há conexão com a internet com velocidade de 15 Mb. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: registro de ocorrências, registro de inquéritos, georreferenciamento e dados em tabelas ou listas de papel. Sobre a produção de estatísticas criminais, o entrevistado não sabe precisar desde quando estas são produzidas. Estima-se que sejam produzidas desde 2008.

Entre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e descaminho e ao tráfico de armas. A Polícia Federal do município de Cascavel participa dos seguintes coletivos de gestão em segurança pública: CONSEG, COGESP, COMAD, e outros dos quais o representante entrevistado não se lembra. Na avaliação do respondente, tal participação, modifica e melhora as

suas condições de atuação. O representante da Polícia Federal não soube precisar se esta unidade participou do ENAFRON ou do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Mas, as unidades da Polícia Federal de Cascavel participaram da Operação Ágata e das Operações Sentinela.

Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com o Ministério Público Federal, a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Há cooperação com as polícias de outros países. Estas relações com tais instituições são amigáveis e confiáveis, sendo colaborativas baseadas em troca de informações.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Cascavel, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento e fichas de papel em fichários. Há produção de estatísticas (desde 1994), e há integração do banco de dados com o banco de horas, não com outros órgãos. O posto dispõe de internet com velocidade de 1 Mb.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Sentinela, Nhapecani e de repressão a assaltos em rodovias federais. Vinte e dois de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os três maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Cascavel foram: a Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Federal e com o IBAMA.

Em Cascavel há em média uma barreira fixa e uma barreira móvel da Polícia Rodoviária Federal. Ocasionalmente se utilizam cães farejadores.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final				2 unidades	
Efetivo	Juízes	**	Promotores	15	Conselheiros	10
	Funcionários	26				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas em boas condições		Adequadas		inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		inadequadas	

Justiça

O município de Cascavel tem uma comarca (das quais também fazem parte Santa Terezinha d'Oeste e Lindoeste) de entrância final com varas especializadas separadas. São 3 juizados especiais criminais, 4 varas criminais, 1 vara de execução penal, 1 juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de três carros para até cinco pessoas, e considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente atende às necessidades desta unidade.

Juizado da Infância e juventude

Há Juízo especial em infância e juventude nesta comarca, bem como promotoria especializada e equipe interprofissional exclusiva. Mas, não há defensoria pública especializada em infância e juventude.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Cascavel são, segundo o representante entrevistado: a falta de articulação com os outros órgãos de segurança pública e justiça criminal; o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais; e a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho. Desde o ano de 2012, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Cascavel são: o Judiciário Estadual, o IBAMA, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. O entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O representante entrevistado assinalou que não houve nenhuma atuação importante por parte do Ministério Público no ano de 2012.

Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e a imigração ilegal.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Cascavel. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de Segurança Pública; e a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	**	
Efetivo	Auditores	47
	Técnicos	3
	Terceirizados	60
	Analistas-tributários	49
Qualidade das instalações internas	Antigas, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições	

A Receita Federal de Cascavel dispõe de 15 carros oficiais e uma moto funcionando, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Segundo o representante entrevistado, fazem parte desta jurisdição fiscal outros 94 municípios, praticamente toda a região sudoeste e oeste do Paraná. Há internet com velocidade da conexão de 1Mb.

A Receita Federal de Cascavel participa de coletivos de segurança pública: do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), do Conselho Municipal e dos comandos binacionais ou trinacionais de segurança. O representante entrevistado discorda em que tal participação modifique ou melhore a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou ou apoiou operações na fronteira. Segundo o entrevistado, todas as ações feitas na região foram comandadas ou supervisionadas pela Receita Federal. São 450 operações realizadas pela Receita Federal neste município.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a maioria dos atores institucionais locais, o fato de o município de Cascavel estar situado próximo à fronteira é considerado negativo para seu desenvolvimento econômico – excetuando-se a Receita Federal. A Receita Federal e a Guarda Municipal concordam com a afirmativa de que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. A Polícia Militar e a Polícia Civil discordaram disso.

A maioria concorda que “o município de Cascavel tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”, no que o entrevistado da Guarda Municipal e o da Polícia Militar discordaram.

Houve consenso entre os entrevistados das instituições de que “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Cascavel foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Cascavel

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Houve consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e de veículos, sendo também ressaltados o furto no comércio e o de motocicleta. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a transeunte, de veículo e de motocicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, as fraude contra o comércio e o falso sorteio concurso ou premiação. As extorsões mais recorrentes, segundo os entrevistados, são a extorsão simples, extorsão mediante sequestro e a mediante furto ou roubo de veículo. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, acerto de contas entre criminosos e em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Cascavel sejam o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação e jogo do bicho apareceram como as ocorrências mais frequentes.

Céu Azul

O município de Céu Azul foi criado pela Lei Estadual nº 5.407, publicada em 8 de outubro de 1966. Localizado no oeste do Estado do Paraná, o município encontra-se a 542 km de Curitiba, capital paranaense. Não se trata de um município de fronteira, porém linda com o município fronteiriço de Capanema, margeia o Rio Iguaçu e é atravessado pela BR-277, que liga os municípios do oeste do Paraná (fronteira com o Paraguai) com demais estados brasileiros.

Mapa–Município de Céu Azul e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410530&search=parana|ceu-azul>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 5.407, publicada em 08 de outubro de 1966.
Localização:
Área (2010): 1.179,449 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Vera Cruz do Oeste e com São Pedro do Iguaçu, a nordeste com Santa Tereza do Oeste, a leste com Lindoeste, Santa Lúcia e com Capitão Leônidas Marques, a sul com Capanema, a oeste com Metalândia e com Ramilândia e a noroeste com Diamante do Oeste.
Acesso aéreo: Não informado
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 11.032 habitantes
Densidade demográfica: 9,35 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 280.972.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 25.468,84
IDH-M (2010): 0,732
Gentílico: céu-azulense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A colonização da região onde atualmente se encontra o município de Céu Azul iniciou-se em 1952, com a Colonizadora PINHO E TERRAS LTDA. Assumiram a gerência os senhores Alfredo Paschoal Ruaro, Emilio Henrique Gomez e Reinaldo Antônio Biazus. A convite de Alfredo Paschoal Ruaro, alguns chefes de famílias provenientes do Rio Grande do Sul vieram com o objetivo de executarem serviços preliminares, os quais, em 1953, trouxeram suas famílias. Ao longo da década de 1960, a região recebeu migrantes de origem alemã, vindos de Santa Catarina, além de famílias do Rio Grande do Sul e do norte do Estado do Paraná e do País.

O nome Céu Azul se origina da impressão dos primeiros moradores ao observar o céu a partir do morro onde atualmente encontra-se a Igreja Matriz. O município foi desmembrado de Matelândia por meio da Lei Estadual nº 5.407, publicada em 8 de outubro de 1966, porém só foi instalado em 22 de dezembro de 1968, por força da Lei Estadual nº 5.882 de 4 de dezembro de 1968.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Céu Azul

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	11.121 habitantes
Homicídios (2012):	4
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.589 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.780 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 11.121 habitantes				
Homicídios (2012) = 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	2	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, mas adequada e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, mas adequada e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		2	

Impressora	2		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	-		1	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	5		7	
Algemas	5		7	
Colete antibalísticos	-		-	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	*		7	
Tonfa, cassetete ou similar	-		1	
Carabina	-		1	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		-	
Pistola	2		7	

Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	10	*

Polícia Civil

A delegacia de Céu Azul tem conexão à internet com velocidade de 5 MBs/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza um sistema de controle de viaturas. Quanto ao sistema de informação, utilizam-se: sistema de registro de ocorrências; sistema de registro de inquéritos e georeferenciamento. Há inclusão dos dados no Infoseg. Portanto o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 1997.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o Poder judiciário e com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município participa do coletivo AISP de gestão de segurança pública e esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Em Céu Azul, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Céu Azul também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e não participa de patrulhamentos da Força Nacional e da Polícia Militar. No ano de 2012 não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Céu Azul há 1 Destacamento de Polícia Militar, subordinado ao 6º Batalhão, sediado em Cascavel. Neste destacamento, está em uso uma gestão de dados na qual a Polícia Civil utiliza um sistema de controle de viatura. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados o banco de dados e também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Não há inclusão no Infoseg. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 10 MBp/s. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os

flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de roubo de veículos.

O entrevistado não indicou nenhum parceiro de operações da Polícia Militar neste município, mas destacou que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Esta instituição não participa nem apoia grupos de patrulhamento ou operações de fronteira. Em Céu Azul, a Polícia Militar não tem relação com nenhum órgão de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituição de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Céu Azul encontra dificuldade, em ordem decrescente, na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e no despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são, em ordem de maior para menor frequência: abandono da escola; maus-tratos e abandono e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Para o representante da Polícia Civil, o fato de o município de Céu Azul estar situado próximo à fronteira não é positivo para o seu desenvolvimento econômico, pois, segundo ele, apenas o Paraguai se beneficia de Itaipu e das mercadorias. Por sua vez, o entrevistado da Polícia Militar considera positiva a proximidade com a fronteira, pois, segundo ele, as pessoas que fazem compras no Paraguai param no município de Céu Azul, o que contribui com o comércio da região. O entrevistado da Polícia Militar discorda em que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, enquanto o entrevistado da Polícia Civil concorda parcialmente. Por sua vez, a Polícia Militar concorda totalmente que o município de Céu Azul tenha

características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, ao contrário do Delegado da Polícia Civil, que discorda completamente da afirmativa. Não há consenso também quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios. Enquanto o entrevistado da Polícia Civil concorda com a afirmativa, o entrevistado da Polícia Militar discorda parcialmente.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Céu Azul foram assinalados: o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Céu Azul

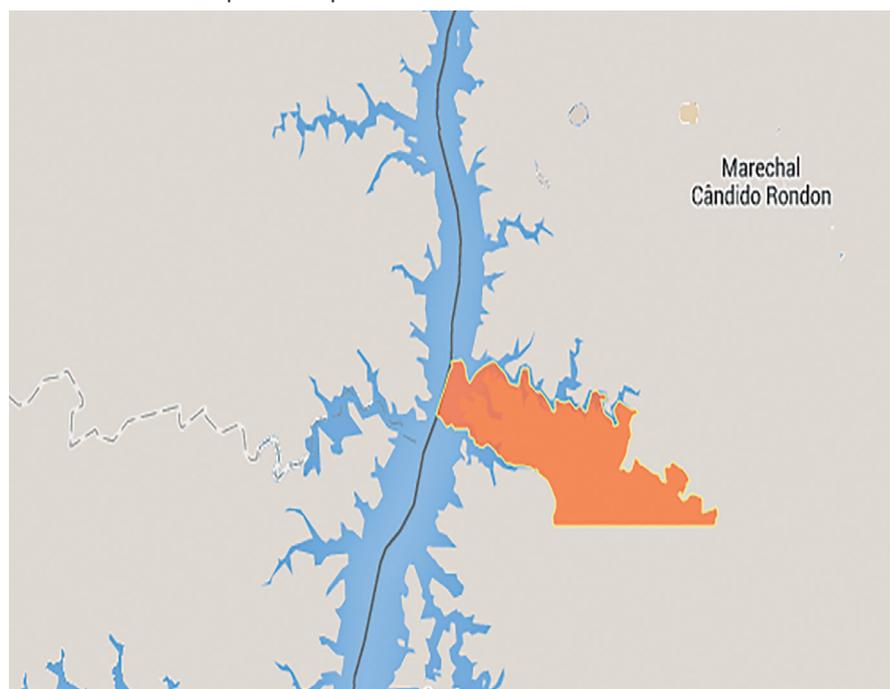
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Frequentemente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto no comércio, furtos de veículos e em residências. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos de veículo, de motocicleta e em residências, além de roubos de *muambeiros*. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, pequenos golpes populares e fraudes contra o comércio. Entre os tipos de extorsão, foi citada apenas a extorsão mediante sequestro pelo representante da Polícia Militar. Quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas, são citadas lesão dolosa em situações domésticas e em conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram em roubo e em conflitos relacionados a mercadorias ilegais ou crime organizado, segundo o entrevistado da Polícia Militar. Já para o entrevistado da Polícia Civil, as situações mais frequentes de homicídios são em conflitos e acerto de contas entre criminosos, em conflito legal com a polícia, em conflitos políticos e homicídios relacionados a mercadorias ingressadas de contrabando, e contrabando de drogas. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Céu Azul sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infantojuvenil e atos libidinosos.

Entre Rios do Oeste

Este município adquire a denominação de Entre Rios do Oeste pela lei estadual nº 9.301, criada em 18 de junho de 1990. Localizado a oeste do Estado do Paraná, faz fronteira com o Paraguai por meio do Rio Paraná, na conformação do Lago de Itaipu. Encontra-se a 609 quilômetros por estrada da capital do estado, Curitiba.

Mapa: Município de Entre Rios do Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410753&search=paranalentre-rios-do-oeste>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº 9301, de 18 de junho de 1990.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 122,071 km ²
Fronteiras, divisas e limites: o Paraguai e os municípios de Pato Bragado, Marechal Cândido Randon, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Santa Helena.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 3.926 habitantes
Densidade demográfica: 32,16 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 90.032.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 22.955,61
IDH-M (2010): 0,761
Gentílico: entreriense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Por volta de 1956, a empresa Colonizadora Industrial Madeireira Rio Paraná–MARIPÁ negociou uma área de terra cuja visitação só era possível porque havia uma embarcação (balsa) para cruzar os rios que a cercavam. Com a construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco Verdadeiro em 1959, iniciou-se a ocupação das terras. No começo da colonização, as famílias dedicavam-se especialmente à agricultura e à criação de suínos.

Em 1962, o povoado de Entre Rios foi elevado à categoria de distrito de Marechal Cândido Rondon. O município foi desmembrado de Marechal Cândido Rondon por meio da Lei Estadual nº 9.301 de 16 de junho de 1990, porém só foi instalado em 1º de março de 1993. Na ocasião de emancipação, Entre Rios teve o seu nome alterado para Entre Rios do Oeste (Fonte: IBGE).

O município atualmente se sustenta de atividades agrícolas e agropecuárias, caracterizado pela produção de soja, milho e mandioca, e a criação de suínos e aves. Recebe também Royalties por causa da Usina Hidroelétrica de Itaipu, em compensação pelos 20,79 Km² de área inundada e mais 14,82 Km² do território que foi ocupado para a formação da faixa de proteção do lago.

Fonte: Portal da prefeitura do município de Entre Rios do Oeste

Diagnóstico da segurança pública no município de Entre Rios do Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 4.017 habitantes
Homicídios (2012): 2
Instituições de segurança: a Polícia Militar e o Conselho Tutelar
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial por 574 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 4.017 habitantes		
Homicídios (2012) = 2		
	Polícia Militar	
Unidades	1 destacamento	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	7

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	3	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	-	
Scanner	-	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	2	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	7	
Colete antibalísticos	7	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	7	
Carabina	1	
Espingarda	1	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	1	
Fuzil	-	
Revólver	-	
Pistola	7	
Arma de condutividade elétrica	-	

Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar
	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar
	*

Polícia Militar

Na unidade do município, a internet instalada tem velocidade de 1 MB/s. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesão corporal e de apreensão de armas de fogo.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Civil e as Forças Armadas. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a última. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. A unidade apoia Operações do Batalhão de Fronteiras que opera na região. Não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública nem participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, entretanto, tem participado das Operações Sentinela. Em Entre Rios do Oeste, a Polícia Militar não tem contato com órgãos de segurança do país vizinho.

Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas, armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel.

Instituição de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
Unidades	Conselho Tutelar	
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

Há no município de Entre Rios do Oeste um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Entre os direitos violados registrados, os três tipos que aparecem com maior frequência são: maus-tratos e abandono, abandono na escola e exploração do trabalho infantil. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldades na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública; na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e na falta de articulação com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Segundo um entrevistado local da Polícia Militar, o fato de o município de Entre Rios do Oeste estar situado próximo à fronteira não interfere no seu desenvolvimento econômico. O entrevistado discordou em que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Concordou, entretanto, com a afirmativa de que Entre Rios do Oeste tenha características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. O mesmo ocorrendo em relação à afirmativa de que a posse de arma seja mais frequente ali do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Entre Rios do Oeste foram assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Com base na observação da realidade local, referente ao ano de 2012, o entrevistado da Polícia Militar afirmou ser frequente a incidência de venda de drogas no município. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem do maior para o menor, foram: maconha, crack, cocaína, pasta base, sintéticos e inalantes. O entrevistado da Polícia Militar afirmou existir uma barreira fixa ou móvel no município. Segundo ele, as transformações recentes nas políticas de fronteira não afetaram ou acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção do representante da Polícia Militar entrevistado, os crimes mais frequentes no município são referentes à venda de drogas.

Percepção da incidência de crimes no município de Entre Rios do Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Raramente	Frequentemente

O tipo de furto tido como o mais frequente foi o furto de animais. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados as fraudes contra o comércio e os cheques sem fundos. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Entre os crimes sexuais, os mais frequentes em Entre Rios do Oeste são o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências.

Francisco Beltrão

Em 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Francisco Beltrão pela Lei Estadual n.º 790. Localizado a sudoeste do Estado do Paraná, encontra-se a 469 km da capital do estado, Curitiba, pela BR-277 e pela BR-373. O município não tem fronteiras internacionais, porém há dentro de seus limites um importante entroncamento entre as rodovias PR-180, PR-483 e PR-566, sendo que as duas primeiras são vias de acesso à fronteira com a Argentina.

Mapa–Município de Francisco Beltrão e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410840&search=parana|francisco-beltrao>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951.
Localização: Região Sudoeste do Estado do Paraná (Arco Sul).
Área (2010): 735,111 km ²
Fronteiras, divisas e limites: os Municípios de Nova Esperança do Sudoeste, Enéas Marques, Verê, Itapejara D'Oeste, Bom Sucesso do Sul, Renascença, Marmeleiro, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Ampére e Santa Izabel do Oeste.
Acesso aéreo: Sim.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 78.943 habitantes
Densidade demográfica: 107,39 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 1.300.513.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 16.471,15
IDH-M (2010): 0,774
Gentílico: Beltronense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde atualmente encontra-se o município de Francisco Beltrão originou-se e foi colonizada a partir da criação da Colônia Agrícola General Osório, cuja sigla CANGO é bem conhecida até hoje. Tratou-se de uma iniciativa do governo Vargas com o propósito de povoar e colonizar o Oeste paranaense. A primeira denominação do povoado foi Marrecas, devido a sua localização às margens do rio de mesmo nome. A denominação do município é uma homenagem ao engenheiro paranaense, Francisco Trevisani Beltrão, que, na qualidade de Diretor do Departamento do Oeste, foi o iniciador do povoamento da localidade, em 1922. As primeiras casas construídas datam do ano de 1944 e são fruto do trabalho pioneiro de Ricardo Kintz, descendente de colonos alemães de Santa Catarina. Em 14 de novembro de 1951, foi criado o Município de Francisco Beltrão pela Lei Estadual n.º 790, desmembrado da primeira zona do distrito de Pato Branco do município de Clevelândia. Atualmente, o município é constituído de 5 distritos: Francisco Beltrão, Jacutinga, Nova Concórdia, São Pio X e Secção Jacaré. O município é sede de comarca e desde 1957 existe uma unidade do Exército, que ainda se mantém devido à localização a menos de 100 km da fronteira com a Argentina.

Fonte: Portal da Prefeitura

Diagnóstico da Segurança Pública em Francisco Beltrão

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 80.727 habitantes
Homicídios (2012): 11
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, a Receita Federal e o Corpo de Bombeiros.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 679 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.883 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 80.727 habitantes				
Homicídios (2012) = 11				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		2 batalhões, 5 quartéis e 3 postos	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	7
	Peritos	7		
	Agentes	26	Praças	112
	Legistas	5		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, sem condição de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Adequadas e em boas condições		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	13		30	
Impressora	13		10	
Telefone fixo	10		13	
Fax	2		3	
Scanner	2		6	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		3	
Gravadores	2		1	
Máquina Fotográfica	4		5	
Filmadora	2		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	10	-	13	7
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-
Moto	1	-	4	4
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	4		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		13	
Rádio portátil (HT)	2		6	
GPS em viaturas	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		1	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		3	
Arquivos em ficha de papel	10		6	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	
Algemas	20	500	
Colete antibalísticos	20	120	
Escudos	-	3	
Capacetes	-	120	
Placa balística	-	-	
Outros	-	Capacetes balísticos	4
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	120	
Carabina	2	2	
Espingarda	-	6	
Metralhadora	2	-	
Submetralhadora	2	2	
Fuzil	-	1	
Revólver	-	30	
Pistola	20	130	
Arma de condutividade elétrica	*	-	
Bomba de efeito moral	*	1	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	
Outro	-	Fuzis M968 de alavanca	10
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	
	Suficientes	Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim	Não	
Capacidade	30	*	
Média de presos/mês	60	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	
	250	*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Subgrupamento		
Efetivo	Oficiais	6	
	Praças	45	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	9	-
	Viatura de combate a incêndio	4	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	2	1
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	1
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	6	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente	Suficiente	
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	Atendimento pré-hospitalar	6º

Polícia Civil

Há no município de Francisco Beltrão uma delegacia. Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas. Segundo o policial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, de estoque, de protocolo, do sistema financeiro, e de controle de viaturas, munição, armas e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, sistema de georreferenciamento, produção de estatísticas, desde 2011, com divulgação pública, regular e inclusão no Infoseg, integrado a outro sistema de informação. Além dos sistemas informatizados, há armazenamento dos dados em tabelas e fichas de papel.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O entrevistado concorda que a participação traz modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. A instituição também participa das Operações Simultânea, Liberdade e Nhapecani, assim como participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

A unidade da Polícia Militar tem acesso à internet com velocidade de 10 MB/s. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de crimes contra o patrimônio.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Na opinião do oficial, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Entretanto, o entrevistado não acredita que a participação em um coletivo de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar.

A unidade participa dos Batalhões de Fronteira Nhapecani, Fronteira Sul e Metropolitana. Não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública nem teve participação nas Operações Sentinela, mas participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. Em Francisco Beltrão, a Polícia Militar tem contato com órgãos de segurança do país vizinho, mantendo uma relação colaborativa com troca de informações e realização de missões conjuntas.

Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, de protocolo, de recursos humanos, e de controle de viaturas, armas e munições. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados e, desde 2011, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, que são incluídas no Infoseg. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel assim como se utiliza fichas de papel e fichários de ocorrências. O banco de dados, entretanto, não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

Corpo de Bombeiros

Nesta unidade do Corpo de Bombeiros, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso é considerada suficiente, assim como a quantidade de equipamento de salvamento e resgate. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos, entretanto, é considerada insuficiente, as principais necessidades são: roupa nível A, EPI, EPR, material de contenção e veículo especializado. A quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal existente nesta unidade é suficiente, assim como a quantidade de equipamentos de comunicação em uso. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 10 MB/s. Também faz registros de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. O tipo de ocorrência mais frequente que ocupa esta unidade é atendimento pré-hospitalar.

O Corpo de Bombeiros participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), do Centro Regional de Inteligência, do Conselho de Segurança, e de coletivos da Defesa Civil, do Desenvolvimento Econômico, fiscal, etc. Para o entrevistado, essa participação melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros no município. Também participa da Operação Ágata, apoiando o Exército, entretanto, não participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e não tem participado das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas. Foi apontado como desejável o incremento da parceria com o Ministério Público.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	4	Promotores	4	Conselheiros	5
	Funcionários	140				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, sem condição de reformas		Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, sem condição de reformas		Inadequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Francisco Beltrão é uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas, uma Criminal, uma da Infância e Juventude, uma do Juizado Especial Criminal e uma de execução penal. Esta sede judiciária dispõe de um carro e uma mini van e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende às necessidades desta unidade. O prédio conta com internet de velocidade 4 MB/s.

Estima-se que por volta de 449 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. No Fórum desta comarca, há sistemas de administração para gerir o sistema financeiro, de recursos humanos, de protocolo, de distribuição de autos, de estoque, e de controle de viaturas, armas e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, há banco de dados integrado a outro sistema de informação. Os juízes desta comarca não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude, assim como há Defensoria Pública e equipe profissional exclusiva especializada em Infância e Juventude. Em 2012, cerca de 160 adolescentes passaram por este juizado, aproximadamente 2 deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 154 receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Municipal e da Câmara Técnica de Segurança Pública da associação comercial do município, entretanto, a instituição não participou das operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Francisco Beltrão são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Federal e a Receita Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços foram com o tráfico de drogas.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Francisco Beltrão são, segundo o entrevistado, o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais, a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública, a comunicação deficiente com outros órgãos, assim como a falta de recursos materiais e humanos. Desde o ano de 2000, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Conselho Tutelar

Há no município do Francisco Beltrão um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Entre os direitos violados registrados, os três tipos que comparecem com maior frequência são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e abandono na escola. O Conselho Tutelar do município de Francisco Beltrão encontra dificuldades no excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado; na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública; na falta de entidades para receber crianças e atender famílias; no relacionamento com o Poder Executivo; e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições em foco, discordando apenas a Justiça, o fato de o município de Francisco Beltrão estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para o seu desenvolvimento econômico. A maioria dos entrevistados também discordou da afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Também houve consenso entre os operadores, à exceção novamente da Justiça, quanto à afirmativa de que o município de Francisco Beltrão não tenha características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. O mesmo ocorrendo em relação à afirmativa de que a posse de arma neste município seja mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Francisco Beltrão foram assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas e armas, imigração ilegal, trabalho escravo e crimes ambientais.

Com base na observação da realidade local, referente ao ano de 2012, os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça afirmaram ser frequente a incidência de venda de drogas no município. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram maconha, crack, cocaína e inalantes. O entrevistado da Polícia Militar afirmou não existir barreiras fixas ou móveis no município, enquanto o representante da Polícia Civil existir uma. Segundo o primeiro, as transformações recentes nas políticas de fronteira afetaram ou acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município, principalmente na multiplicação de rotas e deslocamento para o meio aéreo, para o segundo, entretanto, tais transformações não acarretaram mudanças nas rotas.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são de venda de drogas.

Tabela-Percepção da incidência de crimes no município de Francisco Beltrão

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	-	Ocasionalmente	Raramente	-	Frequentemente

Há uma percepção geral de que os tipos mais frequentes de furtos são de motocicletas e em residência, sendo também mencionados os furtos de bicicleta, de veículo e no comércio. Quanto aos roubos, foram percebidos como os de maior incidência o roubo a transeunte e a estabelecimento comercial, sendo também citados os roubos a instituição financeira e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes contra o comércio e cheques sem fundos. Os crimes de extorsão citados foram mediante sequestro e simples. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também lesão dolosa decorrente de conflitos em mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, os mais frequentes em Francisco Beltrão são: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, atos libidinosos e estupros ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Francisco Beltrão foram furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Icaraíma

Município criado pela Lei Municipal nº 4.245, de 25 de julho de 1960. Icaraíma fica na região noroeste do Paraná, a 648,77 km de distância da capital, Curitiba. Não tem limites internacionais e não se encontra na faixa de fronteira. No entanto, Icaraíma linda com o Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do Rio Paraná e tem uma ponte que a liga ao estado vizinho, chamada Ponte Porto Camargo, que integra a BR-487.

Mapa – Município de Icaraíma e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410990&search=parana|icaraima>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Municipal nº 4245, de 25 de julho de 1960.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 675,240 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Querência do Norte, a leste com Ivaté, a sul com Umuarama, a sudoeste com Vila Alta e a oeste com o Paraguai.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: não informado.
População (2010): 8.839 habitantes
Densidade demográfica: 13,09 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 114.009.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.898,39
IDH-M (2010): 0,666
Gentílico: icaraimense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 1955 a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – Cobrinco, iniciou o loteamento, desmatamento e planejamento da cidade de Icaraíma, cujo significado em Tupi-Guaraní é Terra Abençoada e, na língua Caingangue, significa Lugar Sagrado. No mesmo ano, foi criado o Distrito de Porto Camargo, que hoje se destaca como ponto turístico do Município. A instalação do Município deu-se a 25 de Julho de 1960, pela Lei Municipal nº 4.245, quando Icaraíma desmembrou-se do Município de Cruzeiro do Oeste. A cidade tem atrativos turísticos, especialmente nas ocasiões em que se realiza um dos principais rodeios do Estado do Paraná e a tradicional festa da Pesca ao Pacu, na beira do Rio Paraná,

Fonte: Prefeitura Municipal de Icaraíma

Diagnóstico da Segurança Pública em Icaraíma

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 8.657 habitantes
Homicídios (2012): 1
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Justiça, o Ministério Público e o Conselho Tutelar
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1.731 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.164 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 8.657 habitantes				
Homicídios (2012) = 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	4	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga e sem condições de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga e sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Computador	6	-	-
Impressora	4	-	-	-
Telefone fixo	1	-	-	-
Fax	1	-	-	-
Scanner	2	-	-	-
Internet	Com acesso		-	-
Estação de rádio analógica	1	-	-	-
Estação de rádio digital	-	-	-	-
Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	-	-	-	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	-	-	-	-
Filmadora	-	-	-	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	4	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende a necessidade		Muito frequentemente atende a necessidade	

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	1
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	1	1
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	5	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	4	5
Colete antibalísticos	4	5
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	5
Carabina	1	1
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	5	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	Munição anti-motim 1
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Quantidade suficiente, mas tipos insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	20	*
Média de presos/mês	25	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

No município de Icaraíma, existe uma (1) delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet com velocidade de 2 mb. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e financeiro. Quanto aos sistemas de informação, eles se utilizam de sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento e ficha de papel em fichários. O sistema de informação não está integrado a outros sistemas de informação. Não há produção de estatísticas.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público.

A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, bem como não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. O representante entrevistado da Polícia Civil julga que a participação em coletivos de gestão melhoraria e modificaria as condições de atuação desta unidade.

A Polícia Civil de Icaraíma não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), em 2012, tampouco tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Icaraíma, há um pelotão da Polícia Militar. Não há no município sistemas de administração ou sistemas de informação, sendo todo o processo feito em Umuarama. No que diz respeito à internet, há sistema intranet com conexão de velocidade 1 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de briga doméstica, embriaguez e furto.

O principal parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, porém, na opinião do representante entrevistado, a parceria com essa instituição deveria ser incrementada. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e também não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Icaraíma, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, bem como não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	4
	Funcionários	25				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Icaraíma tem uma comarca de entrância inicial com vara única. O município de Ivaté também faz parte desta comarca. Icaraíma conta com um juizado especial criminal e uma vara criminal. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), e os dados são organizados em tabelas ou listas de papel. Há também produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, que são divulgados publicamente. O sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias, por exemplo. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivo de gestão de segurança pública: o Conselho da Comunidade. O representante entrevistado concorda que a participação em coletivos melhora as condições de atuação do juizado. Este(s) juíze(s) não participa(m) ou apoiam operações de fronteira.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Icaraíma são, segundo o representante entrevistado: a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e a comunicação deficiente com os outros órgãos. Não há produção de estatísticas de denúncias e os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Icaraíma são a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado acredita que deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério Público Federal e o IBAMA.

O(s) promotor(es) desta comarca não participa(m) ou apoia(m), de alguma maneira, as operações de fronteira. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012.

No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público de Icaraíma, relacionada a crimes fronteiriços, foi a pronta denúncia dos inquéritos concluídos. Os três principais problemas no município são: o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe um Conselho Tutelar no município, cujas instalações internas são adequadas para o atendimento que prestam. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública e a falta de entidades para receber crianças

e atender famílias. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Os representantes entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município de Icaraíma. Posicionam-se em desacordo com o fato de o município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os representantes da Polícia Militar e da Justiça, a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, até mesmo, para o segundo, os mercados informais atrapalham o desenvolvimento. O representante da Polícia Civil não teve opinião constituída sobre o tópico consultado.

O fluxo de mercadorias entre os veículos apresenta maior densidade do Brasil para o país vizinho. Enquanto do país vizinho para o Brasil as mercadorias que mais circulam são maconha, autopeças e pneus, havendo, segundo o entrevistado, ainda outros produtos, tais como cigarros, artigos de informática, vestuário, tecidos, CDs e DVDs, agroquímicos, bebidas, crack, cocaína, pasta base, sintéticos, inalantes, pistola, revólver, fuzil, metralhadora, munição, medicamento, cosméticos e perfumes. As mercadorias mais apreendidas no ano de 2012 foram maconha, crack, cocaína, pistolas e revólveres. Sendo a principal apreensão de drogas a de maconha, seguida do crack. Os números de ocorrências envolvendo drogas são frequentes. Os entrevistados não souberam, ou responderam que não, quanto às transformações recentes na política de fronteiras resultarem em mudanças na rota de entradas de mercadoria. Os entrevistados discordaram em que a posse de arma de fogo em Icaraíma seja mais frequente do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, em Icaraíma foram assinalados: contrabando (de cigarros, principalmente), tráfico de drogas, de armas, disputa por terras e crimes ambientais. Os três crimes que mais comparecem a julgamentos, segundo o representante da Justiça, são: violência doméstica, furtos e drogas. Entre esses, os que resultam em condenação são furtos e drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Icaraíma

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente

Os tipos mais frequentes de furto são em residência, ao comércio e de gado, já o tipo mais frequente de roubo é em estabelecimento comercial, seguido de roubos a transeunte, a instituição financeira e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, o cheque sem fundos e as fraudes contra o comércio. A extorsão simples é a que tem maior incidência segundo os entrevistados. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar; foram citadas também as lesões decorrentes de conflitos de propriedade, em eventos e em vias públicas. As causas mais frequentes para os homicídios dolosos são em situação doméstica, em conflitos por propriedade de algum bem, em brigas de bar, em acerto de contas entre criminosos e em conflitos pessoais. O crime sexual que os representantes entrevistados consideram mais frequente em Icaraíma é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como o mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que compõem com maior frequência ao Conselho Tutelar são: maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Lindoeste

O município de Lindoeste, antigo distrito de Cascavel, foi criado pela Lei Estadual nº 9006/89. Encontra-se no Oeste Paranaense, a 537,85km de Curitiba, capital do estado. Lindoeste não tem divisões internacionais. O acesso ao município se dá pela rodovia PR-163.

Mapa – Município de Lindoeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411345&search=parana|lindoeste>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 9006, de 12 de junho de 1989.
Localização:
Área (2010): 361,367 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Santa Tereza do Oeste, a nordeste com Cascavel, a sul com Santa Lúcia e a oeste com Céu Azul.
População (2010): 5.361 habitantes
Densidade demográfica: 14,84 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 72.567.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.531,00
IDH-M (2010): 0,666
Gentílico: lindo-estense
Homicídios (2011): 75,54/100.000 habitantes
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: não informado.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde atualmente se encontra o município de Lindoeste foi colonizada em função da exploração de madeira existente na sua região. Em 1964 estabeleceu-se uma vila na Colônia São Francisco, denominada Alvorada do Oeste, e também um povoado chamado Cielito Lindo. Os povoados surgiram para assentar os trabalhadores dessas madeiras que eram originários do Norte do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em 1983, Lindoeste tornou-se um Distrito Administrativo de Cascavel, e, em 1988, também um Distrito Judiciário. Seu desmembramento se deu a partir da Lei Estadual nº 9.006, de 12 de junho de 1989; e a instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1990.

Fonte: UNIOESTE

Diagnóstico da Segurança Pública em Lindoeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	5.231 habitantes
Homicídios (2012):	0
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia militar =	1 policial para 1.046 habitantes
População/Efetivo da Polícia civil =	1 policial para 5.231 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012) = 5.231 habitantes						
Homicídios (2012) = 0						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	1 delegacia		1 posto		1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-	Agentes	12
	Agentes	1	Praças	5		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	-		1		2	
Impressora	-		1		1	
Telefone fixo	1		1		2	
Fax	-		-		1	
Scanner	-		1		1	
Internet	Sem acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-		1	

Segurança Pública nas Fronteiras

Estação de rádio digital	-	-	-	-	-	-
Equipamento de visão noturna	-	-	-	-	-	-
Aparelho de TV	-	-	1	-	-	-
Gravadores	-	-	-	-	-	1
Palmtop	-	-	1	-	-	-
Máquina Fotográfica	-	-	1	-	-	1
Filmadora	-	-	-	-	-	1
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	1	-	2	-	2	-
Viatura até cinco pessoas	-	-	-	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Frequentemente atende a necessidade		Muito frequentemente atende a necessidade		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	-	-	1	-	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	1	-	-	2
Rádio em viaturas (analógico)	1	-	1	-	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-	1	-	-	2
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-	-	-
Notebooks	-	-	-	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-	1	-	-	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	1	-	5	-	-	12
Colete antibalísticos	1	-	5	-	-	12
Escudos	-	-	-	-	-	-
Capacetes	-	-	3	-	-	-
Placa balística	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	*		5		**	
Tonfa, cassetete ou similar	-	-	-	-	-	**
Carabina	-	-	-	-	-	**
Espingarda	-	-	-	-	-	**

Metralhadora	-	-	**
Submetralhadora	-	-	**
Fuzil	-	-	**
Revólver	-	-	**
Pistola	1	5	**
Arma de condutividade elétrica	*	-	**
Bomba de efeito moral	*	-	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**
Outro	-	*	**
			**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Não	Não	*
Capacidade	*	*	*
Média de presos/mês	*	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	12	*	*

Polícia Civil

Existe no município de Lindoeste uma delegacia. No que diz respeito à gestão de dados, todo o sistema de administração da Polícia Civil deste município é feito pela 15ª Delegacia Civil, na cidade de Cascavel. Quanto aos sistemas de informação, eles se utilizam de dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. Não há produção de estatísticas criminais.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, não deveria ser incrementada nenhuma outra parceria.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de segurança pública, mas o representante entrevistado acredita que tais participações melhorariam as condições de atuação da unidade em questão. Em Lindoeste, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Lindoeste não apoia nem participa de grupos de patrulhamento ou operações em fronteiras. No ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), bem como não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Em Lindoeste, há uma unidade/posto fixo da Polícia Militar em atividade. A Polícia Militar de Lindoeste não tem sede própria e atualmente está instalada em uma casa alugada. O único sistema de administração presente é o de controle de viaturas. Quanto

aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) e fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações de estatísticas criminais (desde 2008), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. O banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 2 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto, tráfico de drogas e porte ilegal de armas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Rodoviária Federal e a Ronda Ostensiva Tático Móvel (ROTAM) da Polícia Militar. Na opinião do representante entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Ele também acredita que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, apesar desta instituição não participar ou apoiar grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, bem como não participar de nenhum coletivo de gestão em segurança pública. Em Lindoeste, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, tampouco tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Rodoviária Federal

Na unidade da Polícia Rodoviária Federal de Lindoeste, não há sistemas de administração em uso. Já em relação aos sistemas de informação existentes e em uso temos: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento e fichas de papel em fichários. Há produção de estatísticas de ocorrência, que são produzidas desde 2011, bem como a integração do banco de dados ao sistema SINGER. O posto dispõe de internet com velocidade de 1 mega.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Sentinela, Nhapecani e de repressão a assaltos em rodovias. Vinte e dois de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os três maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Lindoeste foram a Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o Ministério Público Federal e o IBAMA.

Em Lindoeste há em média duas barreiras fixas ou móveis da Polícia Rodoviária Federal.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município de Lindoeste, assim como discordam em que o município apresente características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Mas, os representantes entrevistados concordam que o fato de estar próximo à fronteira é positivo para o desenvolvimento econômico. Os argumentos utilizados foram: a BR-163, que passa pela cidade, traz bastante fluxo de pessoas que vão tanto para o Paraguai quanto para o sul; o fluxo de pessoas traz benefícios para o comércio e para a cidade.

Sobre o fluxo de mercadorias as que mais circulam do Brasil para o país vizinho são: moeda (item selecionado pelos três respondentes), alimentos e animais. Já as mercadorias que circulam do país vizinho para o Brasil são cigarros, maconha e medicamentos, sendo citados também eletroeletrônicos, maconha, crack, cocaína, revólver e munição. Quanto às mercadorias mais apreendidas no ano de 2012, temos, segundo os entrevistados, cigarros, maconha e cocaína, sendo citados também veículos, eletroeletrônicos, autopeças, pneus, crack e medicamentos. A principal apreensão de drogas é a de maconha, seguida por cocaína. Os números de ocorrências envolvendo drogas são frequentes. Os representantes entrevistados da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal consideram que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria (se multiplicaram as rotas transferindo-as para outros municípios). Para o representante da Polícia Militar, não houve mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Os representantes da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal concordaram que a posse de arma de fogo em Lindoeste é mais frequente do que em outros municípios, assim, discordando da opinião do representante da Polícia Militar.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Lindoeste foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas. O representante da Polícia Rodoviária Federal apontou também os crimes ambientais e os assaltos a sacoleiros.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Lindoeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

O tipo mais frequente de furto é em residência, seguido de furtos em comércios e furto de gado. Já o tipo mais frequente de roubo é a estabelecimento comercial, seguido de roubo a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares e os cheques sem fundos. A extorsão simples é a que tem maior incidência segundo os entrevistados. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e em brigas de bar. Foi consenso sobre a causa mais frequente para os homicídios dolosos ser em brigas de bar, mas foram citados também os homicídios decorrentes de conflitos entre vizinhos. Entre os crimes sexuais, foi considerado que o mais frequente em Lindoeste é o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Maripá

O município de Maripá foi fundado a partir da Lei nº 9.226/90. Encontra-se no Oeste Paranaense a 579,98km da capital do estado, Curitiba. Maripá está localizado na faixa de fronteira, porém não se limita com países vizinhos. Os acessos a Maripá se dão pelas rodovias PR-182 e PR-491.

Mapa – Município de Maripá e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411535&search=parana|maripa>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 9.226/90 de 17 de abril de 1990.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 283,793 km ²
Fronteiras e limites: a norte com Palotina, a leste com Assis Chateaubriand, a sul com Toledo e a oeste com Nova Santa Rosa.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 5.684 habitantes
Densidade demográfica: 20,03 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 161.764.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 28.424,60
IDH-M (2010): 0,758
Gentílico: maripaense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Maripá leva o nome da Industrial Madeireira Colonizadora Rio-Paraná S/A, cuja sigla é MARIPÁ. Esta empresa foi responsável pela aquisição e loteamento das terras do Oeste Paranaense, a partir de 1946, tendo promovido o povoamento da região. Assim como acontecera com outros municípios da região, Maripá se encontrava dentro do plano de colonização da Madeireira.

Com a chegada dos colonizadores, os trabalhos de extração de madeira e erva-mate se intensificaram, ocasionando a necessidade de criar a Vila de Maripá. A fundação da Vila foi em 4 de junho de 1953. Em 17 de abril de 1990, pela Lei nº 9.226/90, a Vila Maripá foi elevada à categoria de Município, desmembrando-se de Palotina.

Os primeiros colonizadores, de origem alemã, vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os trabalhos eram intensos e a economia nos primórdios se baseava na extração e comércio de madeira. Com o desmatamento, começaram a surgir outras opções. Iniciou-se então o plantio de café, mas este cultivo não obteve muito sucesso. A partir de 1955, a suinocultura e a cultura do milho, além da extração de madeira, tornaram-se as principais atividades econômicas. Com o passar dos anos foram se intensificando outras culturas, e, em 1960, ocorreu o então conhecido ciclo da menta (hortelã) e da criação de gado de corte. No ano de 1964, o plantio de soja foi intensificado, a motomecanização fez com que essa atividade se tornasse a principal até os dias atuais.

Fonte: IBGE e portal da prefeitura de Maripá

Diagnóstico da Segurança Pública em Maripá

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	5.654 habitantes
Homicídios (2012):	0
Instituições de segurança:	a Polícia Militar
Razão:	
População/Efetivo da Polícia militar =	1 policial para 1.363 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 5.654 habitantes		
Taxa de Homicídios (2011) = 0		
	Polícia Militar	
Unidades	1 posto	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Estrutura nova, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Estrutura nova, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	2	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	-	
Scanner	-	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	1	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
	Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	2	
Rádio portátil (HT)	1	

Equipamentos de interceptação telefônica	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-
Notebooks	-
Arquivos em ficha de papel	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar
Algemas	5
Colete antibalísticos	5
Escudos	-
Capacetes	5
Placa balística	-
Outros	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	5
Carabina	-
Espingarda	-
Metralhadora	-
Submetralhadora	-
Fuzil	-
Revólver	-
Pistola	5
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar
	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar
	*

Polícia Militar

No município de Maripá, há um destacamento de Polícia Militar subordinado à 3ª Cia (Assis Chateaubriand) do 19º batalhão, sediado em Toledo. Estão em uso nesta unidade sistemas de administração, utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas e o de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados fichas de papel e fichários de ocorrências, bem como sistemas computadorizados (banco de dados). São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2008). As estatísticas são divulgadas regularmente, e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Há internet e a conexão da unidade tem velocidade de 1 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram referentes à Lei Maria da Penha e à lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. O representante entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Ele acredita também que a

participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar participa do Conselho Municipal. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Maripá, a Polícia Militar não troca informações nem colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, e o entrevistado não sabe se ela tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública

Particularidades da Situação de Fronteira

O representante da Polícia Militar do entrevistado não soube responder se o fato de o município de Maripá estar próximo à fronteira é ou não positivo para o seu desenvolvimento, já que, para ele, esta é uma questão política. O entrevistado discorda das seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município e Maripá tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Maripá, foram assinalados: tráfico de armas, de drogas e imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção do entrevistado da Polícia Militar, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Maripá

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente

Os tipos mais frequentes de roubo em Maripá, segundo o entrevistado, são os de veículo, e em residência, e, quanto aos furtos, os de maior incidência são também os de veículo e em residência, além dos furtos de motocicleta. Já os tipos de estelionato ou

fraude mais comuns são: os cheques sem fundos e as fraudes contra o comércio. Quanto às extorsões, a extorsão simples e a mediante golpe de sequestro são as mais comuns. Os três tipos de lesões corporais mais comuns neste município são: as lesões dolosas em brigas de bar, em situação doméstica e decorrente de conflitos no trânsito. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflito legal com a polícia e briga generalizada devido a desentendimentos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Maripá são os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Matelândia

Mapa – Município de Matelândia e Fronteiras



DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 4245 de 25 de julho 1960.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 639,746 km ²
Fronteiras, divisas e limites: os Municípios de Ramilândia, Céu Azul, Capanema, Serranópolis do Iguaçu e Medianeira.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 16.078 habitantes
Densidade demográfica: 25,13 hab.km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 267.768.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 16.655,34
IDH-M (2010):0,725
Gentílico:matelandiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH – M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Matelândia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	16.340 habitantes
Homicídios (2012):	9
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça (Ministério Público)
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.662 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 4.085 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 16.340 habitantes				
Homicídios (2012) = 9				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Cia (1 posto e 1 quartel)	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	3	Praças	11
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		3	
Impressora	4		3	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	1		3	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	2	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar
	Suficiente		Suficiente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar
Celulares corporativos	-		-
Rádio em viaturas (digital)	1		-
Rádio em viaturas (analógico)	-		3
Rádio portátil (HT)	-		-
GPS em viaturas	*		2
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-
Notebooks	-		1
Arquivos em ficha de papel	-		2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar
Algemas	5		11
Colete antibalísticos	5		11
Escudos	-		-
Capacetes	-		5
Placa balística	5		-
Outros	-		-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*		11
Carabina	1		1
Espingarda	1		1
Metralhadora	-		-
Submetralhadora	1		-
Fuzil	-		-
Revólver	-		-
Pistola	5		11
Arma de condutividade elétrica	*		-
Bomba de efeito moral	*		-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*
Outro	Granadas de efeito moral	-	*
	Spray de pimenta	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar
	Insuficientes		Suficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim		Não
Capacidade	32		*
Média de presos/mês	105		*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar
	80		*

Polícia Civil

Existe no município de Matelândia uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet com velocidade de 10 megas. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas e de controle de armas. Quanto aos sistemas de informação, eles se utilizam de sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, divulgação pública e regular das estatísticas, inclusão no Infoseg, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2010.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município, em ordem da maior para menor importância, são: a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

A Polícia Civil de Matelândia não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Neste município, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Matelândia não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira nem participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), em 2012. Mas, tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Matelândia, há sistemas de administração, tais como o sistema de recursos humanos, protocolo e de controle de viaturas, armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), a produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2005), a inclusão no Infoseg e fichas de papel em fichários de ocorrências. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 10 megas. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são, em ordem da maior para menor importância: a Polícia Civil, o Ministério Público, a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Esta instituição não participa ou apoia

grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Também não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Matelândia, a Polícia Militar não troca informação nem colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012. Mas, tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Ministério Público	
	Ministério Público
Unidades	
Efetivo	Promotores **
Qualidade das instalações internas	Ministério Público
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Ministério Público
	Adequadas

Justiça

No período da pesquisa, o município de Matelândia estava sem juiz. O juiz substituto não respondeu ao questionário.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Matelândia, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de recursos humanos e falta de apoio do poder público municipal. Desde agosto de 2012, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias (Proemp). Os promotores que atuam na área criminal participam de um coletivo de gestão de segurança pública: o Conselho Municipal de Segurança. Estes não participam das operações de fronteira nem participaram do ENAFRON, em 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Matelândia, em ordem da maior para a menor importância, são: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas.

Os três principais problemas no município, nesta ordem, são: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o contrabando.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados (representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar) concordam que estar próximo à fronteira seja positivo para o desenvolvimento econômico do município. Seja pelo fluxo de turistas, seja pelo fato de o contrabando e o descaminho movimentarem o município, mesmo sendo atividades ilegais e o município ser agrícola. Também concordam com as seguintes assertivas: que atividades ilícitas dinamizam a economia do município, que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira e que a posse de armas de fogo neste município seja mais frequente que em outros.

Para os entrevistados, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são: bebidas, vestuário e tecidos, animais, alimentos e veículos. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias que circulam são: cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática, CDs e DVDs, maconha, pistola e munição. As apreensões no último ano foram basicamente de cigarros (apontadas por ambos entrevistados como principal), eletroeletrônicos, artigos de informática, CDs e DVDs, maconha, crack e munição. A principal apreensão de drogas é de maconha. Os números de ocorrências envolvendo drogas são muito frequentes. Os entrevistados consideram que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria. Para o representante da Polícia Civil, as rotas se multiplicaram, transferindo-se para outros municípios e para o meio fluvial. Para o representante da Polícia Militar, as rotas diminuíram e ocorreu a migração para outros tipos de crimes.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Matelândia foram assinalados, em ordem de maior para menor importância: o contrabando, o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos, furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Matelândia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito Frequentemente

O tipo mais frequente de furto é a residência, seguido por furto a transeunte, no comércio, de veículos e de motocicletas. O tipo mais frequente de roubo é ao comércio, seguido por roubo a transeunte, a veículos, em residência e roubos a “compristas” do Paraguai (na rodovia 277). Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram consensos os pequenos golpes populares, mas foram mencionadas as fraudes financeiras ou comerciais e fraude mediante cheque sem fundos. Também foi consenso a extorsão simples como a mais frequente. A principal situação em que ocorre lesão corporal dolosa é em situação doméstica, seguida de lesão dolosa em brigas de bar, conflitos em mercados ilegais e conflito por propriedades. Já as duas principais causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acerto de contas entre criminosos e em conflitos relacionados a mercados ilegais. Também foi assinalado o caso de homicídio originado em confronto legal com a polícia. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Matelândia sejam o estupro ou o atentado ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Medianeira

O município foi criado pela Lei Estadual nº 4.245 de 25 de julho de 1960. Localizado no oeste do estado do Paraná, encontra-se a 476 km da cidade de Curitiba, capital do estado. Medianeira não possui fronteiras internacionais, contudo, limita-se com os municípios fronteiriços de São Miguel de Iguaçu e Itaipulândia, além de ser atravessado pela BR277, principal ligação do Oeste do Paraná à capital e a outros estados.

Mapa–Município de Medianeira e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411580&search=parana|medianeira>

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 4245 de 25 de julho de 1960.
Localização: Região Oeste do Estado do Paraná (Arco Sul).
Área (2010): 328,732 km ²
Fronteiras, divisas e limites: Municípios de Missal, Ramilândia, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 41.817 habitantes
Densidade demográfica: 127,21 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 731.404.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.485,16
IDH-M (2010): 0,763
Gentílico: Medianeirense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Medianeira é um município que teve seu nascimento planejado em 20 de outubro de 1949, na cidade gaúcha de Bento Gonçalves, quando os fundadores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. iniciaram os estudos para a implantação do projeto de fundação. Para dirigir a empresa, foram escolhidos para Diretores os senhores Pedro Soccol e Jose Callegari. Foi desmembrado de Foz do Iguaçu e elevado à autonomia de distrito pela Lei nº 99 de 31 de julho de 1952, e de município pela Lei Estadual nº 4.245 de 25 de julho de 1960. A denominação Medianeira é uma homenagem a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças.

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal

Diagnóstico da Segurança Pública em Medianeira

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 42.420 habitantes
Homicídios (2012): 11
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Justiça, o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = efetivo não informado
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 3.263 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 42.420 habitantes		
Homicídios (2012) = 11		
	Polícia Civil	Polícia Militar

Unidades	1 delegacia		1 Cia (2 quartéis e 1 posto)	
	Delegados	1	Oficiais	2
Efetivo	Agentes	12	Praças	**
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, adequadas/em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	17		7	
Impressora	12		3	
Telefone fixo	3		3	
Fax	5		1	
Scanner	-		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		2	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	7		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	10	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	5		12	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	2		2	
Arquivos em ficha de papel	2		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	12		**	
Colete antibalísticos	12		**	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		**	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		**	

Carabina	-	**
Espingarda	-	**
Metralhadora	-	**
Submetralhadora	2	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	12	**
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	30	*
Média de presos/mês	85	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	55	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Subgrupoamento		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	23	
	Não-militares	-	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	5	1
	Viatura de combate a incêndio	3	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2°	
	Incêndios florestais	3°	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	1°	
	Acidentes ambientais	4°	
	Salvamento, busca e resgate	5°	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Polícia Civil

Há no município de Medianeira uma delegacia existente. O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Mas também há parceria com o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o policial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, de estoque, de protocolo, do sistema financeiro, de controle de viaturas, munição, armas e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, sistema de georreferenciamento, divulgação pública e regular das estatísticas produzidas desde 2005, e inclusão no Infoseg, mas não se sabe se está integrado a outro sistema de informação. Além dos sistemas informatizados, há armazenamento dos dados em tabelas e fichas de papel.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e concorda que a participação traz modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. Também participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações na fronteira. Entretanto, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, e também não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Está sediada no município de Medianeira a 2ª companhia do 14º Batalhão da Polícia Militar do Paraná (Foz do Iguaçu). Esta companhia atende também os municípios de São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Itaipulândia e Missal. Há nesta unidade serviço de internet com boa velocidade. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram: porte de arma, violência doméstica, receptação e embriaguez ao volante.

A Polícia Militar não tem parceiros nas operações realizadas neste município. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário, a Receita Federal, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional, as Forças Armadas, a Polícia Federal e com o Corpo de Bombeiros. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A unidade apoia o grupo de patrulhamento Fronteira Blindada. Participa de coletivo de gestão de segurança pública, assim como tem participação nas Operações Sentinela, e participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. Em Medianeira, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, de protocolo, de recursos humanos, de estoque, e controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados banco de dados, sistema de georreferenciamento e, desde 2007, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais com divulgação pública e regular, além da inclusão no Infoseg. Além dos sistemas informatizados, também

há controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e fichários de ocorrências. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Medianeira, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso não foi considerada suficiente. As principais necessidades listadas foram: botas e conjunto de proteção. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate o foi. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente, necessitando de estancadores, diferentemente da quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal, que foi tida como suficiente.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente, e as necessidades principais são Hts. Esta unidade tem computadores ligados à internet, com velocidade de 10 MB/segundo. Entretanto, não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrências mais frequentes, em ordem do maior para o menor, são: acidentes de trânsito, incêndios e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de Medianeira participa do Conselho Municipal de Segurança (CONSEG). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, também não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, e nem tem participado das Operações Sentinela, assim como não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são: as Polícias Civil e Militar, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária							
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Defensores	-	Conselheiros	4
	Funcionários	41						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga mas em boas condições		Adequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga mas em boas condições		Adequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Medianeira tem uma comarca de entrância intermediária com Vara Mista, que cobre o Juizado Criminal e Cível, além da Família e Infância. Tem serviço de internet, com velocidade de 10 megas. Estima-se que por volta de 100 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca, entretanto, há uma década há sistema de informação computadorizado e produção de estatísticas que são divulgadas regular e publicamente, embora o banco de dados não esteja integrado aos demais sistemas de informação. Além dos sistemas computadorizados, os dados criminais são controlados por meio de fichas e fichários de papel. Os juízes atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação melhora as condições de atuação do juizado. Entretanto, estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude. Não há Defensoria Pública especializada em infância e juventude, entretanto, existe uma equipe interprofissional exclusiva para atender a essas demandas. Em 2012, cerca de 70 adolescentes passaram por esse juizado. Aproximadamente 25 deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 15 receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Ministério Público

A única dificuldade enfrentada no Ministério Público de Medianeira é, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos humanos. Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Municipal. O principal parceiro do Ministério Público em operações realizadas em Medianeira é o Judiciário Estadual. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Federal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Medianeira encontra dificuldade no excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado, e na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns, em ordem de maior para menor frequência, são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Analistas	2
	Técnicos	-
	Terceirizados	3
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Medianeira não dispõe de veículos oficiais. Há internet, com velocidade de 1 MB/segundo. A instituição não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou de grupos de patrulhamento ou operações de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos atores institucionais locais, com exceção do juiz entrevistado, o fato de o município de Medianeira estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Operadores das instituições entrevistados concordam que o intercâmbio movimenta o turismo e facilita o livre comércio. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. “atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas não dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Medianeira tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Medianeira foram assinalados: tráfico de drogas, armas e contrabando.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Medianeira

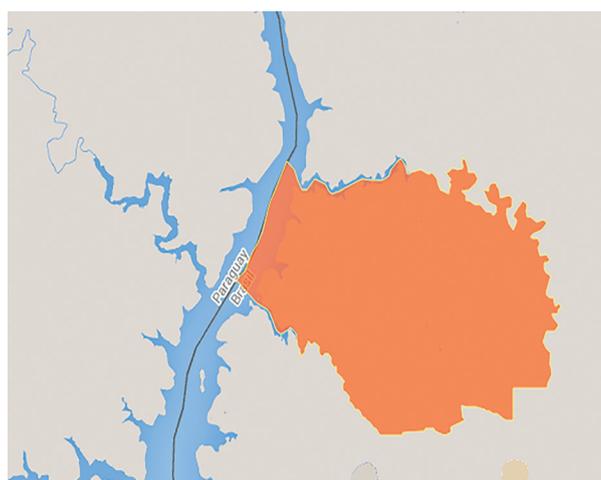
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio e de veículos. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais e de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes contra o comércio e em operações ilícitas, o cheque sem fundos, e a pirâmide-falsa bolsa de valores. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. A principal situação em que ocorrem lesões corporais dolosas é em situação doméstica, seguida de brigas de bar e decorrente de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já a principal causa assinalada para os homicídios dolosos foi o acerto de contas entre criminosos, sendo também mencionados a situação doméstica, o latrocínio, as brigas de bar e os conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Medianeira seja o estupro ou abuso sexual de menores de idade, seguido de estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Medianeira, do maior para o menor, são: roubo, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Mercedes

O município de Mercedes foi criado pela Lei Estadual n.º 9.370, de 13 de setembro de 1990. Encontra-se no Oeste Paranaense, a uma distância de 566 km da capital do estado, Curitiba. Mercedes tem fronteira fluvial com o Paraguai por meio do Rio Paraná, na parte norte do Lago de Itaipu.

Mapa–Município de Mercedes e Fronteiras



FONTE: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411585&search=parana|mercedes>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual n.º 9370, de 13 de setembro de 1990.
Localização: Costa Oeste do Estado do Paraná (Arco Sul).
Área (2010): 200,864 km ²
Fronteiras, Divisas e Limites: Paraguai e municípios de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 5.046 habitantes.
Densidade demográfica: 25,12 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 88.890.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.615,97
IDH-M (2010): 0,74
Gentílico: mercedences

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O povoamento da região de Mercedes iniciou-se a partir de 1952, com a ocupação da Empresa Colonizadora e a vinda de cambistas comerciantes para a região. No início da ocupação do lugarejo, a colonizadora deu apoio aos pioneiros instalando escola, hotel, casa de comércio, etc. Dois principais fluxos migratórios são destacados com relação à ocupação da região: uma primeira leva de migrantes de ascendência europeia, vindos do Rio Grande do Sul, e, em parcela mais considerável, de Santa Catarina, motivados pela propaganda de que o Oeste do Paraná teria terras férteis; e uma segunda corrente migratória proveniente das regiões Norte e Nordeste do Brasil e daqueles que deixaram as plantações de café do Norte do Estado. Em 1958, o povoado transformou-se um distrito do município de Toledo e Foz do Iguaçu, com a denominação de Mercedes. Pela Lei Estadual n.º 4.245, de 25 de julho de 1960, o distrito de Mercedes foi transferido para formar o

novo município de Marechal Cândido Rondon (ex-General Rondon) e, em 1967, passou a chamar-se Nova Mercedes. Por meio da Lei Estadual n.º 9.370, de 13 de setembro de 1990, o distrito foi levado à categoria de município, recebendo novamente a denominação de Mercedes (Fonte: IBGE e Prefeitura do Município de Mercedes).

Diagnóstico da Segurança Pública em Mercedes

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	5.113 habitantes
Homicídios (2012):	0
Instituições de segurança:	a Polícia Militar e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 852 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 5.113 habitantes		
Homicídios (2012) = 0		
	Polícia Militar	
Unidades	1 destacamento	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas/precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	1	
Impressora	1	
Telefone fixo	1	
Fax	-	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar
	Razoavelmente suficiente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar
Celulares corporativos	-
Rádio em viaturas (digital)	-
Rádio em viaturas (analógico)	1
Rádio portátil (HT)	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-
Notebooks	-
Arquivos em ficha de papel	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar
Algemas	6
Colete antibalísticos	6
Escudos	-
Capacetes	-
Placa balística	-
Outros	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	6
Carabina	-
Espingarda	-
Metralhadora	-
Submetralhadora	1
Fuzil	1
Revólver	-
Pistola	6
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar
	Tipos suficientes, quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar
	*

Polícia Militar

No Batalhão de Mercedes, não há sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg, além da utilização do georreferenciamento. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 150KB/s. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesão corporal, com enquadramento na Lei Maria da Penha.

Não há parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil e o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão

melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa nem apoia grupos de patrulhamento ou operações de fronteira, tampouco participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Mercedes, a Polícia Militar não tem relação com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 nem das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
Unidades	Conselho Tutelar
	1 unidade
Efetivo	Conselheiros
	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Mercedes encontra dificuldade no relacionamento com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder público. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abandono na escola e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Justiça Criminal

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a Polícia Militar local, o fato de o município de Mercedes estar situado próximo à fronteira não tem influenciado para o seu desenvolvimento econômico. Da mesma maneira, a instituição manifestou as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Mercedes tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Mercedes foram assinalados como os principais, respectivamente: o contrabando e o trabalho escravo.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Mercedes

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	-	Muito frequentemente

Foi considerado que o tipo mais frequente de furto é no comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares. Foi citada como ocorrência a extorsão simples. É notável também o crime de depredação no município de Mercedes. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de alunos. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi o conflito relacionado a mercados ilegais ou crime organizado. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Missal

O município de Missal está localizado no sudoeste do Estado de Paraná. Foi criado em 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566. São 615 km que o separam da Capital do Estado, Curitiba, via BR-277.

Mapa–Município de Missal e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411605&search=parana|missal>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 7.566 de 30 de dezembro de 1981.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 324,397 km ²
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
Fronteiras, divisas e limites: O Paraguai e os municípios de Santa Helena, Ramilândia, Medianeira e Itaipulândia
População (2010): 10.474 habitantes
Densidade demográfica: 32,29 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 156.113.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.904,81
IDH-M (2010): 0,711
Gentílico: missalense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A maioria dos colonizadores de Missal (1961 e 1962), pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica, expressas nas construções enxaimel, nos jardins floridos e na gastronomia, elementos que foram experimentando adaptações às especificidades locais no decorrer dos tempos.

A Sipal Colonizadora, fundada pelo Padre José Backes, foi a grande responsável pela venda dos lotes e formação da cidade. Uma das grandes fontes geradoras de recursos à época da colonização foi a extração de madeira.

O nome do município foi inspirado pelos colonizadores e pioneiros, baseado no livro em que o sacerdote se orienta para celebrar a missa, fanal do trabalho espiritual do sacerdote, assim como as terras são fanal do trabalho material do agricultor.

No período da emancipação foi considerado como Sentinela de Itaipu, pois se limita com o grande Lago Internacional de Itaipu.

A formação de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira em data oficial de 30 de dezembro de 1983, quando foram empossados o primeiro Prefeito e os membros da Câmara de Vereadores.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Missal

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	10.481 habitantes
Homicídios (2012):	6
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 953 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 10.481 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 10.481 habitantes				
Homicídios (2012) = 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Destacamento	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	-	Praças	11
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		2	
Impressora	1		2	
Telefone fixo	1		5	
Fax	1		1	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar
	Suficiente		Suficiente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar
Celulares corporativos	-		-
Rádio em viaturas (digital)	-		-
Rádio em viaturas (analógico)	1		2
Rádio portátil (HT)	-		-
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-
Notebooks	1		-
Arquivos em ficha de papel	2		4
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar
Algemas	-		-
Colete antibalísticos	-		11
Escudos	-		-
Capacetes	-		6
Placa balística	-		-
Outros	-		-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*		11
Carabina	-		-
Espingarda	-		1
Metralhadora	-		-
Submetralhadora	1		-
Fuzil	-		-
Revólver	-		-
Pistola	-		11
Arma de condutividade elétrica	*		-
Bomba de efeito moral	*		-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*
Outro	Granadas de efeito moral	-	*
	Spray de pimenta	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar
	Insuficientes		Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar
Tem carceragem?	Não		Não
Capacidade	-		*
Média de presos/mês	-		*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar
	-		*

Polícia Civil

Há no município de Missal uma delegacia em funcionamento. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet com a velocidade de 10MB/s. Nesta instituição, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas,

controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, são utilizados: Sistemas de registro de ocorrência e inquéritos; georreferenciamento; dados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel e fichários. Há divulgação pública e regular das estatísticas produzidas e inclusão destas no Infoseg. Apesar disso, o entrevistado não soube informar se o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário nem com o banco de dados de outros órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2005. O único parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Também apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, mas o entrevistado não se lembra de quais são eles. No ano de 2012 não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), assim como não tem participado nas Operações Sentinela. Em Missal, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

No Destacamento de Missal, não há um sistema de administração. Existe um sistema de informação computadorizado com banco de dados e com produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de 2 MB. Além dos sistemas informatizados, faz-se também uso de fichas de papel e fichários de ocorrência. O banco de dados, entretanto, não está integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de contrabando e descaminho, drogas, dois casos de porte de arma e violência doméstica.

A questão sobre os principais parceiros da Polícia Militar no município não foi respondida, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição apoia um grupo de patrulhamento, o Batalhão de Fronteira M.C.R., quando solicitada. E não participa de comandos binacionais de segurança.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Antigas	

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Missal não encontra dificuldades. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns, em ordem de maior para menor frequência, são: maus-tratos e abandono, abuso ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Missal estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico. Operadores das instituições entrevistados concordam que o intercâmbio cultural com o Paraguai é positivo para o desenvolvimento econômico do município. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas não dinamizam a economia do município”;
2. Diferentemente da Polícia Militar, a Polícia Civil acredita que o município de Missal tenha características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira;
3. Diferentemente da Polícia Civil, a Polícia Militar acredita que a posse de armas de fogo não é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Missal, foram assinalados: contrabando e tráfico de drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Missal

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Jamais

Para a Polícia Civil, os tipos de furtos mais frequentes são: furto em residência, furto no comércio e furto de veículo. Já para a Polícia Militar, os tipos mais frequentes são furto em residência e furto de gado e animais em geral. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos de veículo e de carga, segundo o representante da Polícia Militar e, segundo a Polícia Civil, o furto mais frequente é aos compristas nas rodovias que vêm do Paraguai. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas fraudes contra o comércio. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Missal sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Nova Santa Rosa

Município situado na região oeste do Estado do Paraná, a 582,85 km da capital, Curitiba. Nova Santa Rosa não tem limites internacionais, porém linda com os municípios fronteiriços de Mercedes e Marechal Cândido Rondon e é cortada por afluentes do Rio Paraná. O acesso ao município se dá pelas rodovias PR-163, PR-491 e PR-589.

Mapa–Município de Nova Santa Rosa e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411722&search=parana|nova-santa-rosa> (acessado em 30 de setembro de 2013).

DADOS GERAIS
Criação do Município: a colonização de Nova Santa Rosa iniciou em 13 de janeiro de 1953.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 204,665 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Terra Roxa e com Palotina, a leste com Maripá, a sul com Toledo, a sudoeste com Quatro Pontes e a oeste com Mercedes.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: não informado.
População (2010): 7.626 habitantes
Densidade demográfica: 37,26 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 131.543.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.251,52
IDH-M (2010): 0,731
Gentílico: nova-santa-rosense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município de Nova Santa Rosa foi assim nomeado em homenagem ao município de origem dos seus primeiros colonos, que chegaram à região em 1953, vindos de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. A maioria dos colonizadores era de origem germânica e migraram para o oeste paranaense para comprar as terras vendidas pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, Maripá. Esta empresa adquiriu da companhia imobiliária inglesa, denominada Companhia de Madeiras del Alto Paraná, a Fazenda Britânia, em 1946, e loteou parte das terras, vendendo-as aos colonos, que se estabeleceram em pequenas e médias propriedades agrícolas

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa/PR

Diagnóstico da Segurança Pública em Nova Santa Rosa

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	7.702 habitantes
Homicídios (2012):	2
Instituições de segurança:	a Polícia Militar
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.284 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 7.702 habitantes		
Homicídios (2012) = 2		
	Polícia Militar	
Unidades	1 posto fixo	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar	
	Antigas e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar	
	Antigas e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	1	
Impressora	2	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	-	
Filmadora	-	

Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	2	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar	
Algemas	6	
Colete antibalísticos	6	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	6	
Carabina	1	
Espingarda	-	
Metralhadora	-	
Submetralhadora	-	
Fuzil	-	
Revólver	-	
Pistola	6	
Arma de condutividade elétrica	-	
Bomba de efeito moral	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	
Outro	*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	
	Tipos suficientes/quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não	
Capacidade	*	
Média de presos/mês	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	
	*	

Polícia Militar

Há no município de Nova Santa Rosa uma unidade ou posto fixo da Polícia Militar. Nesta unidade, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de armas, de munição e de controle e

manutenção de equipamentos. Já referente aos sistemas de informação em uso na unidade, é utilizado banco de dados – que está integrado a outros sistemas de informação–e são produzidas informações estatísticas (desde 2005). Além do sistema computadorizado, planilhas e tabelas de papel são utilizadas para controle dos dados criminais, bem como as fichas de papel e fichários. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 10 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os enquadrados na Lei Maria da Penha e violência doméstica.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, parceria esta que deveria ser incrementada, segundo a opinião do entrevistado. Acredita-se também que a participação em coletivos de segurança melhora as condições da atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa de operações de fronteira, como a Nhapecani e Fronteira Blindada, e também participa do Conselho Comunitário. No entanto, esta Instituição não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), e o entrevistado não soube responder se tem participado nas Operações Sentinela. A Polícia Militar deste município não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo o representante da Polícia Militar entrevistado, o fato de o município de Nova Santa Rosa estar situado próximo à fronteira não é positivo para o seu desenvolvimento econômico já que a base do município é a agricultura. Concorda com a afirmativa de que este município tem características únicas de criminalidade por estar situado na faixa de fronteira, no entanto, discorda das seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Nova Santa Rosa foi destacado o contrabando.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção do entrevistado da Polícia Militar, os crimes mais frequentes foram roubo e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Nova Santa Rosa

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Raramente

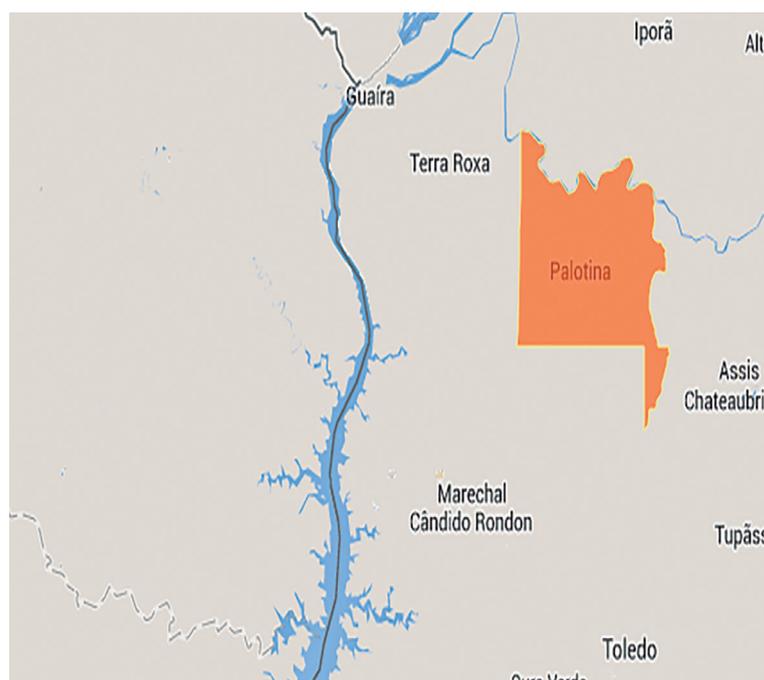
O tipo mais frequente de furto segundo o entrevistado são os de veículo, em residência e de bicicleta. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimento comercial, de veículo e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos e o falso sorteio, concurso ou premiação. Já as extorsões e o pagamento de propina a funcionários públicos jamais ocorrem. A venda de drogas ocorre raramente.

A principal situação em que ocorrem lesões corporais dolosas é em contextos domésticos. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foram os acerto de conta entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Nova Santa Rosa sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Palotina

O município de Palotina está localizado no sudoeste do Estado de Paraná. Foi criado em 25 de Julho de 1960 e se encontra a 593 km da capital do estado, Curitiba, pela rodovia 277.

Mapa–Município de Palotina e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411790&search=parana|palotina>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: em 25 de julho de 1960 ocorre a emancipação política administrativa de Palotina.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 651,238 km ²
Fronteiras, divisas e limites: os municípios de Francisco Alves, Iporã, Assis Chateaubriand, Maripá, Nova Santa Rosa e Terra Roxa.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 28.683 habitantes
Densidade demográfica: 44,04 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 950.605.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 33.131,35
IDH-M (2010): 0,768
Gentílico: palotinese

Fontes: Localização Territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH – M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 1940, por meio da Marcha para o Oeste, chegam os primeiros migrantes a Palotina, então Município de Guaíra, somando uma população de 10 habitantes.

A origem do nome Palotina é uma homenagem aos padres palotinos, que marcaram presença no município, desde a derrubada das primeiras árvores. Foram agentes vivos na implementação da religiosidade que caracteriza o seu povo. Por esse motivo, foi escolhido como padroeiro do município, São Vicente Pallotti.

Alguns dos primeiros habitantes de Palotina vieram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os pioneiros começam a desenvolver suas atividades na cidade, abrindo a primeira alfaiataria e cultivando seus dois lotes de terra, onde construíam a casa deles e cultivavam uma horta, que “produzia de tudo”. Posteriormente plantaram uma lavoura de trigo em terras cedidas por amigos e também ampliaram seus negócios, passando a comercializar tecidos e tintas.

Em 1950, acontecem novos deslocamentos da população do sul do país, resultando, dessa forma, a criação do Distrito de Palotina em 24 de junho de 1957, com uma população de 100 habitantes (Censo 1950). Em 1960, exatamente no dia 25 de julho, ocorreu a emancipação política administrativa de Palotina. Com a emancipação, criaram-se os Distritos Administrativos e Judiciários de Maripá, Pérola Independente, Alto Santa Fé e São Camilo.

Em 1970, o município perde a área de Alto Santa Fé para o município de Nova Santa Rosa e é criado o Distrito Administrativo da Vila Candeia. Em 1980, ocorre a elevação da Vila Santo Antônio como Distrito Administrativo. Na década de 1990, a elevação do Distrito de Maripá a município, englobando os Distritos de Pérola Independente e Candeia, acarretou uma perda de 30% do território do município de Palotina.

Diagnóstico da Segurança Pública em Palotina

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	29.123 habitantes
Homicídios (2012):	6
Instituições de segurança:	a Polícia Militar, a Justiça, o Ministério Público e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.942 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 29.123 habitantes		
Homicídios (2012) = 6		
	Polícia Militar	
Unidades	1 posto fixo	
Efetivo	Oficiais	1
	Praças	14
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar Antigas e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar Antigas e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	4	
Impressora	3	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	-	
Estação de rádio digital	1	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	1	
Filmadora	-	
Tipos de veículos	Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	-	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	3	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	-	

Equipamentos de interceptação telefônica	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-
Notebooks	-
Arquivos em ficha de papel	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar
Algemas	15
Colete antibalísticos	15
Escudos	-
Capacetes	15
Placa balística	-
Outros	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	15
Carabina	3
Espingarda	-
Metralhadora	-
Submetralhadora	-
Fuzil	-
Revólver	-
Pistola	15
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar *

Polícia Militar

Na unidade ou posto fixo do município de Palotina, sistemas de administração e de computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas, de munição, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizadas fichas de papel e fichários de ocorrências, bem como o controle dos dados criminais é feito por meio de planilhas e tabelas de papel. São produzidas estatísticas e é feita sua divulgação pública e regular, não sendo realizada inclusão no Infoseg. Não há banco de dados integrados a outros sistemas de informação. No que diz respeito à internet, há conexão cuja velocidade é de 10 mbts. É discada e, embora seja considerada razoável, ocasionalmente, há perda do sinal. O flagrante com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi o de roubo.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil. A Polícia Militar deste município participa do Conselho Municipal e acredita-se que esta participação melhora as condições de sua atuação. Não apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, não tem participado das operações Sentinela, bem como não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juizes	1	Promotores	2	Conselheiros	4
	Funcionários	4				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Palotina tem uma comarca de entrância intermediária de Vara Mista, cujas especialidades são Civil, Criminal, da família, infância e de execução penal. Há também um Juizado especial criminal.

Há internet com velocidade de 10 mbps. Estima-se que por volta de 137 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso nessa comarca são o de controle de armas e o de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado, bem como produção e divulgação regular de informações estatísticas desde 2007, no entanto, o banco de dados não está integrado a outros sistemas de informação. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas concorda que tal participação melhoraria as condições de atuação do juizado. Este juiz também não participa ou apoia operações de fronteira sob o argumento de que não pode participar de órgãos fora da jurisdição.

Ministério Público

Só foram respondidas as questões acerca da sede e das instalações do Ministério Público. Tal não tem sede própria.

Conselho Tutelar

Entre as principais dificuldades encontradas no Conselho Tutelar deste município, foram destacadas: excesso de demanda, o que dificulta o atendimento; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou administração pública; carece de entidades para receber crianças e atender famílias; e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e o envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Há discordância quanto ao fato de o município de Palotina estar situado próximo à fronteira ser positivo para seu o desenvolvimento econômico. O representante da Polícia Militar discorda e o representante da Justiça concorda com tal assertiva, sendo para este positivo por auxiliar o desenvolvimento do comércio local. Da mesma maneira, houve discordância quanto às seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município do Oiapoque tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

O entrevistado da Polícia Militar discorda de todas as afirmativas enquanto o da Justiça concorda com todas.

Para o Juiz entrevistado, os problemas específicos e principais que a situação de fronteira apresenta em Palotina são: o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas. O representante da Polícia Militar não apontou nenhum problema específico.

Com base na opinião do entrevistado da Polícia Militar, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os veículos, moeda, alimentos e autopeças e pneus. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação são: cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática, maconha e crack.

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram os cigarros, artigos de informática, CDs e DVDs, maconha e crack. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, maconha, cocaína, inalantes e sintéticos.

Neste município não há barreiras fixas ou móveis (blitz) da Polícia Militar. Segundo o entrevistado da Polícia Militar, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Palotina

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	-	-	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto, segundo o representante da Polícia Militar, são em residência, no comércio e de veículos; o representante da Justiça não soube responder. Quanto aos roubos, há consenso sobre aqueles percebidos como de maior incidência: os roubos de veículo e em residência. Sendo assinalado também o roubo a transeunte.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, o representante da Polícia Militar apontou os pequenos golpes populares e as fraudes contra o comércio como as mais frequentes. Os tipos de extorsão citados por este representante foram as extorsões simples e mediante furto ou roubo de veículo. O representante da Justiça não soube responder.

Quanto às situações em que ocorrem lesões corporais dolosas, há consenso sobre as decorrentes de conflitos domésticos serem as mais frequentes, tendo o representante da Polícia Militar citado as “vias de fato”. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram o acerto de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e o conflito legal com a polícia.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Palotina sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Palotina são, segundo a percepção do entrevistado da Justiça, furto, roubo e uso de entorpecentes.

Quatro Pontes

O município de Quatro Pontes foi criado em 1990, pela Lei Estadual nº9.368. Fica na região oeste do Paraná, a 578,01 km da capital do estado, Curitiba. Não tem divisões internacionais, porém encontra-se na faixa de fronteira com o Paraguai, limitando-se com os municípios fronteiriços de Mercedes e Marechal Cândido Rondon. O acesso a Quatro Pontes é feito pelas rodovias estaduais PR-239 e PR-467.

Mapa – Município de Quatro Pontes e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412085&search=parana|quatro-pontes>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 9368, de 13 de setembro de 1990.
Localização:
Área (2010): 114,393 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Nova Santa Rosa, na região que se estende de leste a sul com Toledo, a oeste com Marechal Cândido Rondon e a noroeste com Mercedes.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 3.803 habitantes
Densidade demográfica: 33,25 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 74.354.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.546,36
IDH-M (2010): 0,791
Gentílico: quatro pontense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O povoamento da região de Quatro Pontes surgiu na década de 1950, por meio da colonização organizada pela empresa industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A Maripá. Esta companhia tinha adquirido, em 1945, os direitos sobre as terras da companhia “Madeira del Alto Paraná”, com objetivo de: derrubar a mata, assentar colonos riograndenses e catarinenses, principalmente de origem alemã e italiana, comercializar a madeira extraída e a produção das colônias e estabelecer núcleos urbanos. A companhia Maripá realizou uma divisão de terra em propriedades com área média de 25 hectares, dimensões estas que ainda hoje caracterizam uma estrutura fundiária com pequenas e médias propriedades rurais na região de Quatro Pontes. A partir de 1951 vieram os primeiros colonos, e a localidade de Quatro Pontes passou a ser então uma vila onde se situavam o armazém de provisões gerais para atender às necessidades da população, a igreja, a escola e algumas casas, pois a maioria dos colonos estava estabelecida na área rural. A extração da madeira foi uma das primeiras atividades comerciais importantes na região.

O povoado de Quatro Pontes foi anexado ao município de Toledo em 1953, mas, em 1960, tornou-se um distrito do novo município Marechal Cândido Rondon. O desmembramento de Quatro Pontes deu-se em 1990, quando este foi elevado à categoria de município.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Quatro Pontes

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	3827 habitantes
Homicídios (2012):	0
Instituições de segurança:	a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Conselho Tutelar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 638 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal			
População (estimativa em 2012) = 3.827 habitantes			
Homicídios (2012) = 0			
	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal
Unidades	1 posto		1 posto
Efetivo	Oficiais	-	Agentes
	Praças	6	
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal
	Antigas e precisando de reformas		Antiga mas em boas condições
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal
	Antigas e precisando de reformas		Antiga mas em boas condições
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal

Segurança Pública nas Fronteiras

Computador	1		3	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Suficiente		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Celulares corporativos	1	-	-
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	8		7	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Algemas	6	16	
Colete antibalísticos	6		8	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	6		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Tonfa, cassetete ou similar	6	*	
Carabina	-		-	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		-	
Pistola	6		16	
Arma de condutividade elétrica	-		*	
Bomba de efeito moral	-		*	
Instrumento de menor potencial ofensivo	*		3	
Outro	*	Taser		-
		Espargidores de pimenta		-

Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Não	*
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	*	*

Polícia Militar

No município de Quatro Pontes, a Polícia Militar tem uma unidade/posto fixo. Estão em uso nesta unidade sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas, de armas, de munição e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados ficha de papel e fichários de ocorrências, bem como sistemas computadorizados (banco de dados). São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2006). As estatísticas são divulgadas pública e regularmente, mas o banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Há internet e a conexão da unidade tem velocidade de 5 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram referentes à Lei Maria da Penha e à lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Porém, o representante entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Ele acredita também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar participa de um coletivo, o qual não foi explicitado. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira: operação Sentinela e fiscalização em pontos de embarque. Em Quatro Pontes, a Polícia Militar não troca informações nem colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade (posto de fiscalização) da Polícia Rodoviária Federal de Quatro Pontes, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo e de controle de viaturas. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, bem como dados em tabelas ou listas de papel. Há divulgação pública e regular das estatísticas (que são produzidas desde 2010), mas este sistema de informação não está integrado a outros. O posto dispõe de internet com velocidade de 256 Kb.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata e Sentinela. 16 de seus policiais, o que equivale a todo o efetivo, foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Quatro Pontes foram: a Receita Federal, a Polícia Federal, a Força Nacional e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal.

Em Quatro Pontes, há em média uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
Unidades	Conselho Tutelar
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar inadequadas

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Quatro Pontes. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública, a falta de entidades para receber crianças e atender famílias e a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público.

O representante entrevistado se queixa das instalações internas. Julga serem inadequadas para o atendimento por ser uma sala que não é fechada para o conselheiro atender separadamente.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

O representante entrevistado da Polícia Militar discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município de Quatro Pontes, bem como não considera positivo para o desenvolvimento econômico do município a proximidade com a fronteira, justifica sua resposta argumentando que Quatro Pontes é 90% agrícola, logo, não depende do comércio fronteiriço. Este mesmo representante, que atua com o representante da Polícia

Rodoviária Federal, concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira. Há discordância quanto à posse de arma de fogo ser mais frequente em Quatro Pontes que em outros municípios, estando o representante da Polícia Militar mais em desacordo e o representante da Polícia Rodoviária Federal mais de acordo.

Sobre o fluxo de mercadorias, temos que as que mais circulam do Brasil para o país vizinho são os veículos (“roubados”, destaca o representante da Polícia Rodoviária Federal). E do país vizinho para o Brasil as mercadorias que mais circulam são cigarros, eletroeletrônicos, autopeças, pneus, medicamentos, CDs e DVDs, maconha e crack. Já as mercadorias mais apreendidas no ano de 2012 foram: cigarros (único consenso), eletroeletrônicos, autopeças, pneus, maconha e medicamentos. Sendo a principal apreensão de drogas a de maconha, seguida por crack. Os números de ocorrências envolvendo drogas são frequentes. Os entrevistados consideram que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria – se multiplicaram as rotas transferindo-as para outros municípios. O representante da Polícia Militar aponta também que houve redução no comércio ilegal em geral.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Quatro Pontes foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Quatro Pontes

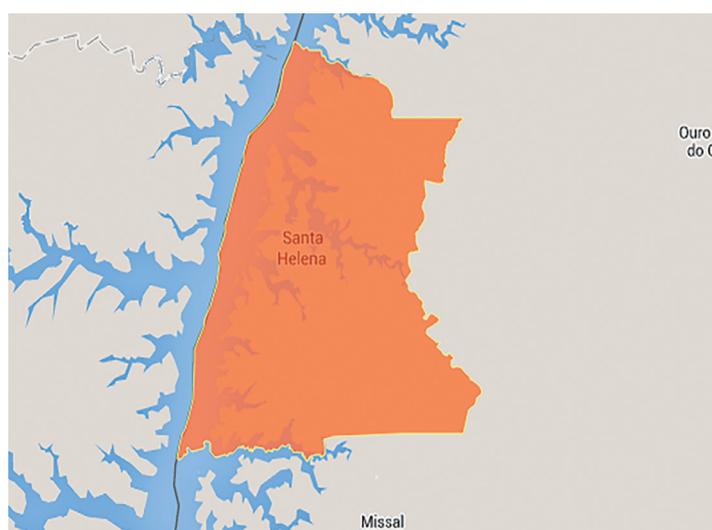
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Segundo o entrevistado, os tipos mais frequentes de furto são em residências e de bicicletas, já os tipos mais frequentes de roubo são a estabelecimentos comerciais e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes financeiras ou comerciais. A extorsão simples é a que tem maior incidência segundo os entrevistados. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e em brigas de bar. O entrevistado não assinalou a causa mais frequente para os homicídios dolosos, segundo ele, não houve casos do tipo no ano de 2012. Entre os crimes sexuais, o representante entrevistado considera que os mais frequentes em Quatro Pontes sejam os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Santa Helena

O município de Santa Helena foi criado pela Lei Estadual nº 5.497, de 3 de fevereiro de 1967. Trata-se de um município da região oeste do Estado do Paraná, que tem uma ampla fronteira com o Paraguai por meio do Lago de Itaipu. O acesso rodoviário à Santa Helena é feito pelas estradas PR-488 e PR-495. O município encontra-se a 607,71 km da capital do estado, Curitiba.

Mapa–Município de Santa Helena e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411845&search=parana|pato-bragado>, (acessado em 30/09/2013)

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 5.497, de 3 de fevereiro de 1967.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 758,227 km ²
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Entre Rios do Oeste, a leste com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, a sul com Missal e a oeste com o Paraguai.
População (2010): 23.413 habitantes
Densidade demográfica: 30,88 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,52
PIB (2010): R\$ 353.951.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.109,96
IDH-M (2010): 0,744
Gentílico: santa-helenense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

No território do atual município de Santa Helena, habitavam inúmeros grupos indígenas, entre os quais os Mimos, os Chiques, os Cheripas e os Chiringuanás, muitos

dos quais foram catequizados pelo padre Francisco Dias Tonho. A presença de colonos migrantes para Santa Helena, em número mais elevado, dá-se a partir de 1920, quando famílias de origem italiana, vindas do Rio Grande do Sul, instalaram-se próximas à margem do Rio Paraná, constituindo um incipiente aglomerado populacional, hoje conhecido como Santa Helena Velha. Naquele local, essas famílias estruturaram-se em pequenas propriedades produtivas, em caráter de subsistência e praticando o extrativismo. A ocupação da área do atual município de Santa Helena, desde meados do século passado, deve-se a extração da erva-mate e da madeira realizada de forma predatória pelas “Obrages” especialmente aquela encabeçada por Domingos Barth. Essa “Obrage” instalou-se em terras do oeste paranaense a partir de 1858.

A região oeste novamente chamaria a atenção das autoridades estaduais e federais quando se deu a passagem da Coluna Prestes nos anos de 1924 e 1925. Nessa ocasião, perseguidos pelas tropas legalistas, os revolucionários de Prestes, em retirada, queimaram uma ponte sobre o Rio São Francisco Falso, construída pela companhia Domingos Barth no início desse século, e que após este episódio ficou conhecida com “ponte queimada”.

A passagem da coluna Prestes provocou a desarticulação econômica da companhia Domingos Barth, coincidindo com a falência da companhia Meyer e Annes, que se havia instalado em Santa Helena naquele período. Transferida a massa falida Meyer e Annes para Allegretti e companhia, esta foi finalmente adquirida pela firma Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda. em 1952.

A imobiliária Agrícola Madalozzo não conseguiu convencer os proprietários das terras de Santa Helena Velha para vender-lhe uma área suficiente para implantação de seu projeto urbano e adquiriu, portanto, uma área 11 Km a norte que deu origem ao loteamento “Cidade de Santa Helena”. Em 1962, o povoado tornou-se um distrito de Medianeira e, em 1967, foi elevado à categoria de município com a denominação de Santa Helena. Atualmente, o município é constituído de dois distritos: Santa Helena e São Clemente

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Helena

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 23.855 habitantes
Homicídios (2012): 17
Instituições de segurança: a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Justiça, o Corpo de Bombeiros e a Receita Federal.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 1.325 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 23.855 habitantes				
Homicídios (2012) = 17				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 posto	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	12	Praças	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		1	
Impressora	5		1	
Telefone fixo	6		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		3	
Rádio portátil (HT)	-		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	

Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	10	10
Colete antibalísticos	12	18
Escudos	-	1
Capacetes	-	10
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	18
Carabina	1	1
Espingarda	0	1
Metralhadora	1	-
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	12	19
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	16	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	8	*

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	Pelotão independente		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	**	
	Não-militares	9	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	

Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2°	
	Incêndios florestais	1°	
	Explosões	**	
	Acidentes de trânsito	**	
	Acidentes ambientais	3°	
	Salvamento, busca e resgate	4°	
	Outros (atendimento clínico)	**	

Polícia Civil

Há no município de Santa Helena uma delegacia em funcionamento, em relação à estrutura de comunicação, a unidade tem internet com velocidade de 3,86 mbps via Copel. No que diz respeito aos sistemas de administração, a Polícia Civil não utiliza nenhum dos sistemas listados no questionário. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistema de registro de ocorrência, e sistema de registro de inquéritos, e há inclusão dos dados no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, e não há produção de estatísticas criminais.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, esta parceria deveria ser incrementada. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas acredita que a participação modifica e melhora as condições de atuação da Polícia. Não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou no ano de 2012 do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Em Santa Helena, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

Nesta instituição, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas, munição, e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, e há produção de estatísticas criminais desde 2009.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, no entanto, esta instituição não participa de nenhum deles. A Polícia Militar deste município participa ou apoia o Batalhão de Fronteira – MCR e do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas, participou do ENAFRON, mas não tem participado nas Operações Sentinela, nem participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública.

Corpo de Bombeiros

No Pelotão Independente de Santa Helena, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, falta EPI, material de combate a incêndio. Já a quantidade de equipamento de salvamento foi considerada suficiente. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente, não existindo materiais específicos de combate a incêndios e EPI (encapsulado). Já a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal foi considerada suficiente.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente, as necessidades principais são: Hts, antenas e rádios fixos. Esta unidade tem computadores ligados à internet com conexão de 10 Mbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios florestais, incêndios e acidentes ambientais.

O Corpo de Bombeiros de Santa Helena participa do Conselho de Segurança (CONSEG). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão não modifica e melhora as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, porém participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, embora não participe das Operações Sentinela nem troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Estadual, sendo desejável o incremento de parcerias com a Polícia Militar e o Judiciário.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juizes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	28				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	

Justiça

O município de Santa Helena tem uma comarca de entrância inicial com vara única, além de um Juizado Especial Criminal, uma vara criminal e uma vara de infância e juventude. Os veículos oficiais de que dispõe este Fórum fazem parte de serviço terceirizado. Há internet, com conexão via fibra ótica da Oi, mas o entrevistado não soube informar a velocidade dela. Estima-se que duzentos mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Entre os sistemas listados, esta comarca tem sistema de controle de armas, manutenção de equipamentos, sistema de protocolo e de distribuição de autos. Para sistematizar as informações, utiliza-se sistema de informação computadorizado e há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos. O entrevistado não soube responder se o banco de dados está integrado com outros órgãos de segurança pública.

O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém, entrevistado discorda em que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Este juiz também não participa ou apoia operações de fronteira

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Santa Helena são, segundo o promotor entrevistado, a falta de recursos humanos, a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal, a falta de cooperação jurídica internacional, a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho, e o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Há produção de estatísticas de denúncias, mas o entrevistado não soube precisar há quanto tempo elas existem. Os Promotores que atuam na área criminal participam do Conselho da Comunidade. Por sua vez, não apoiam as operações de fronteira e não participaram do ENAFRON.

Os maiores parceiros do Ministério Público nas operações realizadas neste município são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas parcerias com a Força Nacional e com a Polícia Federal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Santa Helena encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, no relacionamento com o Poder Executivo, falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e falta de ações articuladas com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica, abuso ou exploração sexual e envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe A, Alfândega, Centro de atendimento ao contribuinte	
Efetivo	Audidores	3
	Analistas	5
	Técnicos	-
	Terceirizados	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Santa Helena dispõe de três carros oficiais funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A principal necessidade da Receita Federal em Santa Helena é falta de funcionários, com isso a infraestrutura de contenção é deficiente e surgem problemas administrativos. Não foi informado se há conexão com a internet.

A Receita Federal de Santa Helena participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e participa de comandos binacionais ou trinacionais de segurança. O auditor fiscal entrevistado não acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações intituladas Fronteira Blindada e Operação Vulcano.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para os representantes locais das instituições entrevistados, a Polícia Civil e a Receita Federal, o fato de o município de Santa Helena estar situado próximo à fronteira não altera na questão do desenvolvimento econômico, pois não há núcleos urbanos nas proximidades da fronteira no país vizinho, já o representante da Justiça também discorda porque, segundo ele, a criminalidade na fronteira espanta o comércio. Tanto para a Polícia Civil e Militar quanto para a Receita Federal, não é verdade, que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, apenas para o representante da Justiça essa afirmativa se aplica. Assim como o representante da Justiça e da Polícia Civil, diferentemente da Polícia Militar, concordam que o município de Santa Helena tenha características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. Também há consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Santa Helena

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a Funcionários Públicos	Venda de Drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente	Ocasionalmente

Segundo os entrevistados, os tipos mais frequentes de furto são em residência, mas também foram citados os furtos de motocicleta, furto de veículo e pequenos furtos. Quanto aos roubos, dois dos três entrevistados citaram o roubo a estabelecimentos comerciais como o mais frequente, também foram mencionados roubos em residência, roubos a transeuntes (assalto) e roubos de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, a Polícia Militar e a Justiça citaram pequenos golpes populares, e a Polícia Civil citou cheques sem fundos. Quanto as principais situações em que ocorre lesão corporal dolosa foi consenso lesões dolosas em brigas de bar e lesões dolosas em situação doméstica, também sendo citadas lesões dolosas decorrentes de conflitos de propriedade (terra, vizinhança, etc.) e

brigas sem motivos. Houve consenso sobre a causa assinalada para os homicídios dolosos ser brigas de bar e acerto de contas entre criminosos, também foram citados conflitos por propriedade de algum bem e conflitos em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, houve consenso sobre os mais frequentes em Santa Helena serem estupro ou abuso sexual de menores de idade e de mulheres adultas. Entre outras ocorrências, dirigir sem habilitação aparece como a única e mais frequente entre as opções.

Santa Terezinha do Itaipu

O município de Santa Terezinha do Itaipu foi criado pela Lei Estadual n.º 7.572, de 3 de maio de 1982. Encontra-se na região oeste do Paraná e tem fronteira fluvial com o Paraguai, por meio do Lago de Itaipu. O acesso ao município se faz pela rodovia BR-277, que o liga a Curitiba, a 613,20 km.

Mapa–Município de Santa Terezinha do Itaipu e Fronteiras



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412405&search=parana|santa-terezinha-de-itaipu> (acessado em 30 de setembro de 2013).

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 7.572, de 3 de maio de 1982.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 259,393 km ²
Fronteiras, divisas e limites: na região que se estende de sul a norte com Foz do Iguaçu e a leste com São Miguel do Iguaçu.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 20.841 habitantes
Densidade demográfica: 80,35 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,44
PIB (2010): R\$ 197.771.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 9.492,69
IDH-M (2010): 0,738
Gentílico: itaipuense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico⁵

No início do século 20, foram feitas algumas concessões para a exploração da erva-mate e a atual área do município de Santa Terezinha do Itaipu fazia parte delas, as quais posteriormente voltaram a incorporar-se ao Patrimônio da União. A extração da erva-mate tornou-se comercialmente impraticável em função das normas adotadas e a maior fonte geradora de renda da região oeste do Paraná chegou ao seu final.

Na década de 1950, grupos econômicos adquiriram do governo do Paraná glebas de terra na região, com a finalidade de colonização. A Colonizadora Criciúma Ltda., que tinha terras próximas a Foz do Iguaçu, foi um dos grupos que teve maior contribuição para a colonização de Santa Terezinha de Itaipu. Os investidores conseguiam comprar terras a preço muito baixo na região, com o compromisso de transformar as partes de terra devolutas em núcleos habitacionais. Em 1952 foi montado o primeiro acampamento da colonizadora, uma casa de madeira coberta por sapé, para acomodar pioneiros e funcionários da empresa. Nesse mesmo ano também foi construído o Hotel São Pedro, visando aos compradores que viriam conhecer a região. No ano seguinte, a colonizadora instalou uma serraria e posteriormente uma olaria, iniciando assim o ciclo da madeira em escala industrial.

Iniciou-se então o êxodo de famílias de Santa Catarina em busca de terras para o cultivo de suas lavouras. Após a derrubada da mata e venda das madeiras, iniciaram-se na região plantações de café, que não obtiveram sucesso e foram substituídas por outras culturas, como milho, feijão, hortelã e, posteriormente, soja.

Com a abertura da Rodovia BR-35, hoje BR-277, que ligava Cascavel a Foz do Iguaçu, começavam a circular os primeiros veículos, até mesmo o automóvel da Colonizadora Criciúma, que trazia os compradores da companhia.

Santa Teresinha era um distrito de Foz do Iguaçu, desde 1959. Ao desmembrar-se em 1982, seu nome foi alterado para Santa Terezinha de Itaipu, pois já existiam na Bahia e no Ceará outros dois municípios com o nome de Santa Terezinha. Foi acrescida "Itaipu" devido à construção da barragem no Rio Paraná.

Fonte: Prefeitura. 2013. Disponível em: www.stitaipu.pr.gov.br. Acesso em: ago. 2013.

⁵ **Fonte:** Santa Terezinha de Itaipu (PR). Prefeitura. 2013. Disponível em: www.stitaipu.pr.gov.br. Acesso em: ago. 2013.

Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Terezinha do Itaipu

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 21.215 habitantes
Homicídios (2012): 8
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Justiça.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 758 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.122 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar					
População (estimativa em 2012) = 21.215 habitantes					
Homicídios (2012) = 8					
	Polícia Civil		Polícia Militar		
Unidades	1 delegacia		1 Cia (1 posto e 1 quartel)		
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	8	
	Agentes	9	Praças	20	
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		
	Antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições		
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		
	Antiga, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições		
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		
	Computador	5		3	
	Impressora	3		1	
	Telefone fixo	4		2	
	Fax	1		1	
	Scanner	1		-	
	Internet	Com acesso		Com acesso	
	Estação de rádio analógica	-		1	
	Estação de rádio digital	-		-	
	Equipamento de visão noturna	-		-	
	Aparelho de TV	2		1	
	Gravadores	-		-	
	Máquina Fotográfica	2		1	
	Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	
	Viatura até cinco pessoas	3	-	2	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	2	-	-	-
	Moto	-	-	1	-
	Embarcação sem motor	-	-	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	1
	Avião	-	-	-	-
	Helicóptero	-	-	-	-
	Cavalo	-	-	-	-
	Bicicleta	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar
	Insuficiente		Suficiente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar
Celulares corporativos	-		-
Rádio em viaturas (digital)	1		-
Rádio em viaturas (analógico)	-		3
Rádio portátil (HT)	-		1
GPS em viaturas	*		1
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-
Notebooks	-		1
Arquivos em ficha de papel	1		2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar
Algemas	4		20
Colete antibalísticos	9		20
Escudos	-		-
Capacetes	-		10
Placa balística	-		-
Outros	-		-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*		20
Carabina	-		4
Espingarda	-		1
Metralhadora	1		-
Submetralhadora	-		-
Fuzil	-		-
Revólver	3		-
Pistola	9		20
Arma de condutividade elétrica	*		-
Bomba de efeito moral	*		-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*
Outro	Granadas de efeito moral	-	*
	Spray de pimenta	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar
	Quantidade suficiente tipos insuficientes		Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim		Não
Capacidade	4		*
Média de presos/mês	3		*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar
	10		*

Polícia Civil

Existe no município de Santa Terezinha do Itaipu uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet, no entanto, o entrevistado não soube explicitar a velocidade. Concernente à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração, tais como o de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas e financeiro. Quanto ao sistema de informação, eles se utilizam de sistema de

registros de ocorrências e de inquéritos. Além do banco de dados – integrado a outros sistemas de informação – utiliza-se também fichas de papel em fichários e é realizada a inclusão dessas no Infoseg. Há produção de estatísticas criminais desde 1995.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), no entanto, segundo o entrevistado, esta participação não melhora as condições de sua atuação em Santa Terezinha do Itaipu, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil tem participado nas Operações Sentinela, mas, no ano de 2012, não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

O município de Santa Terezinha de Itaipu tem uma companhia de Polícia Militar, subordinada ao 14º Batalhão, cuja sede é em Foz do Iguaçu. A companhia dispõe de um posto fixo e um quartel. Neste município, a Polícia Militar usa sistemas de administração para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados) de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é 1 Gbps. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas e os enquadrados na Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como Operações na Rodovia e Operações no Lago de Itaipu. Não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública, e o entrevistado não soube informar se esta unidade participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). Em Santa Terezinha de Itaipu, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	inadequadas	

Conselho Tutelar

As principais dificuldades encontradas para a atuação do Conselho Tutelar do município de Santa Terezinha de Itaipu são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias e de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Além disso, sofre com a falta de clareza do seu papel em relação a alguns representantes das equipes pedagógicas dos colégios e uma parcela da população atendida. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Os atores institucionais locais (no caso o representante da Polícia Militar e o representante da Polícia Civil) discordam do fato de o município de Santa Terezinha de Itaipu estar situado próximo à fronteira ser positivo para seu o desenvolvimento econômico. Para o representante da Polícia Militar, isso não é positivo, pois, quando os agricultores não colhem bem, o comércio local é prejudicado. Já para o representante da Polícia Civil, isso é positivo, pois movimenta o comércio, o turismo e a rede hoteleira. Eles também discordam em que, apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. O representante da Polícia Civil está de acordo com isso, e o representante da Polícia Militar, não. Os operadores das instituições entrevistados concordaram com as seguintes afirmativas:

1. O município de Santa Terezinha de Itaipu tem características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira;
2. A posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município de Santa Terezinha de Itaipu, foram assinalados: tráfico de drogas, tráfico de armas e contrabando.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Santa Terezinha de Itaipu

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser de veículos, seguido de furto no comércio, furto de motocicleta, furto de bicicleta e em residência. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a transeunte, seguidos de roubo de veículo e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, pequenos golpes populares, falso sorteio/concurso/premiação, falso sequestro e fraudes financeiras ou comerciais. Extorsões, segundo os entrevistados, ocorrem mediante furto ou roubo de veículos. O representante da Polícia Militar salienta os danos às instalações da praia (ponto turístico). A principal situação em que ocorre lesão corporal dolosa é em situação doméstica, os entrevistados citam também lesão dolosa decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e em brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos, houve consenso sobre a ocorrência deles estar vinculada a acerto de contas entre criminosos, mas são citados também os conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no município de Santa Terezinha de Itaipu sejam o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Terra Roxa

O município de Terra Roxa se encontra localizado no sudoeste do Estado de Paraná. Foi criado pela Lei Estadual n.º 220, em 14 de dezembro de 1961. Encontra-se a 630km de distância da capital do estado, Curitiba, pela estrada 277.

Mapa–Município de Terra Roxa e Fronteiras



Fonte:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412740&search=parana|terra-roxa>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 220, de 14 de dezembro de 1961.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 800,807 km ²
Fronteiras, divisas e limites: os municípios de Altônia, Iporã, Francisco Alves, Palotina, Nova Santa Rosa, Mercedes e Guairá.
Acesso aéreo: Não informado.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim
População (2010): 16.759 habitantes
Densidade demográfica: 20,93 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 319.433.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.056,45
IDH-M (2010): 0,714
Gentílico: terra-roxense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O território municipal de Terra Roxa permaneceu por muitos anos ao letargo da história, datando seu efetivo povoamento de época recente, quando empreendedores começaram a devassar o sertão, abrindo caminhos e iniciando uma nova cultura, que deu

origem ao núcleo Terra Roxa, tendo por base a economia cafeeira. O povoamento da região foi iniciado em meados de 1955, pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural–CODAL, sob a coordenação de Lucílio de Held, que adquiriu do governo do Estado do Paraná extensa área de terras, que pertencia à antiga Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Pela Lei Municipal n.º 43, de 3 de outubro de 1956, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com a denominação de Terra Roxa d'Oeste. De acordo com a Lei Estadual n.º 220, de 14 de dezembro de 1961, foi criado o município, com território desmembrado de Guaíra e denominação simplificada para Terra Roxa. A instalação ocorreu a 27 de outubro de 1962, sendo primeiro prefeito eleito, o Sr. Leônidas dos Santos Dias.

Fonte: Prefeitura Municipal Terra Roxa, Paraná.

Diagnóstico da Segurança Pública em Terra Roxa

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	16.829 habitantes
Homicídios (2012):	7
Instituições de segurança:	a Polícia Civil e a Polícia Militar.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.530 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 3.365 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 16.829 habitantes				
Homicídios (2012) = 7				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento e 1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	5	Praças	11
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Adequadas e em boas condições		Antigas, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	

Segurança Pública nas Fronteiras

Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	1	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	-		-	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	2		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	2		11	
Algemas	-		11	
Colete antibalísticos	-		-	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	*		4	
Tonfa, cassetete ou similar	**		1	
Carabina	**		-	
Espingarda	**		-	
Metralhadora	**		-	
Submetralhadora	**		-	
Fuzil	**		-	
Revólver	**		-	
Pistola	**		11	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	**		*	
Outro	Granadas de efeito moral	-	*	
	Spray de pimenta	-		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Insuficientes		Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Sim		Não	
Capacidade	22		*	
Média de presos/mês	35		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	39		*	

Polícia Civil

A delegacia de Terra Roxa possui conexão à internet com velocidade de 1MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil local utiliza sistemas de administração de recursos humanos e financeiro, estando integrados com a Polícia Civil estadual. Quanto ao sistema de informação, há sistemas de registro de ocorrências e inquéritos, com inclusão no Infoseg, e de georreferenciamento. Além dos sistemas informatizados, os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, e a banco de dados de órgãos nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde o início das atividades desta delegacia, sendo os dados produzidos enviados mensalmente para Curitiba.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

A Polícia Civil deste município não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, e o representante entrevistado não soube opinar se a participação traria modificações e melhoras das condições de atuação da delegacia. Em Terra Roxa, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, mas, no ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), embora não tenha participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Terra Roxa, há um destacamento de Polícia Militar, subordinado à 3ª Companhia do 19º Batalhão, sediado em Toledo. Neste destacamento são utilizados sistemas de administração de recursos humanos e controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, com divulgação pública e regular. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O banco de dados não está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem uma velocidade de 1 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto, roubo e lesões corporais.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: a Polícia Civil e o Ministério Público, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e a Força Nacional. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia

Militar no município. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, assim como participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, embora não tenha participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública

Particularidades da Situação de Fronteira

Para os representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município de Terra Roxa estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico. O delegado da Polícia Civil destacou que a produtividade do município não é afetada pela condição fronteiriça. O oficial da Polícia Militar opinou, até mesmo, que o município se desenvolveria melhor se não pertencesse a faixa de fronteira; segundo ele, o medo de roubo de bens patrimoniais afasta as possibilidades de instalações de atividades econômicas.

Entretanto, não houve consenso sobre a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Ambos discordaram, em maior ou menor grau, quanto ao município de Terra Roxa possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. Discordaram também em que a posse de armas de fogo seja mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Terra Roxa foram assinalados: a disputa por terras (com indígenas), o contrabando, os crimes ambientais, o tráfico de drogas e a imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Terra Roxa

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e de veículo, seguidos de furto no comércio e de motocicletas. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos de veículos e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes contra o comércio e aplicação de cheque sem fundos. Os tipos de extorsão citados foram extorsão mediante furto ou roubo de veículo. Vale ressaltar que o oficial da Polícia Militar disse não haver ocorrências de extorsão em Terra Roxa. Há consenso sobre as duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar. Já a principal causa assinalada para os homicídios dolosos foi o acerto de contas entre criminosos, tendo sido citada também a situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Terra Roxa é o estupro ou abuso sexual de menores de idade, havendo também atos libidinosos com menores. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências.

Toledo

O município de Toledo foi criado a partir da Lei Estadual nº790/1951. Trata-se do segundo município mais populoso do Oeste Paranaense, atrás apenas de Cascavel. Toledo está há 536,6 km da capital do estado, Curitiba. Embora não possua fronteiras internacionais, linda com Marechal Cândido Rondon (que faz fronteira com Paraguai) e, dentro de seus limites há o entroncamento das rodovias PR-163, PR-585 e PR-317, todas importantes via de acesso a municípios fronteiriços.

Mapa – Município de Toledo e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412770&search=parana|toledo>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 1.196,999 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com Maripá e com Assis Chateaubriand, a leste com Tupãssi e com Cascavel, a sul com Santa Tereza do Oeste e com São Pedro do Iguaçu, a sudoeste com Ouro Verde do Oeste e com Marechal Cândido Rondon, a oeste com Quatro Pontes e a noroeste com Nova Santa Rosa.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: sim.
Acesso viário: sim.
População (2010): 119.313 habitantes
Densidade demográfica: 99,68 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 2.455.159.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 20.570,57
IDH-M (2010): 0,768
Gentílico: toledense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A colonização da região onde atualmente se encontra o município de Toledo é relativamente recente, assim como todo Oeste Paranaense. Sua efetiva ocupação deu-se nas décadas de 1940 e 1950, devido à atuação da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.–MARIPÁ, que adquiriu as terras da fazenda Britânia e subdividiu o latifúndio em pequenas propriedades de 10 alqueires paulistas, aproximadamente 25 hectares. Com a receita advinda da exploração de parte da madeira existente, foi possível investir na oferta de infraestrutura para a região, o que atraiu colonos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do próprio Estado do Paraná. Em 1947 iniciou-se a venda de terras da Fazenda Britânia e a procura foi de tal vulto, que, em abril de 1951, todas as terras medidas e demarcadas estavam vendidas ou compromissadas. A partir daí, houve efetivamente a colonização de Toledo, com a fundação de Vilas, como as de General Rondon, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Dez de Maio e Nova Santa Rosa. Além da leva inicial de colonos, a região recebeu posteriormente migrantes vindos de estados de todas as regiões do País. Em Toledo–Sede ficou uma mistura de descendentes de italianos e alemães, em outros núcleos a porcentagem de elementos de origem alemã foi bem superior.

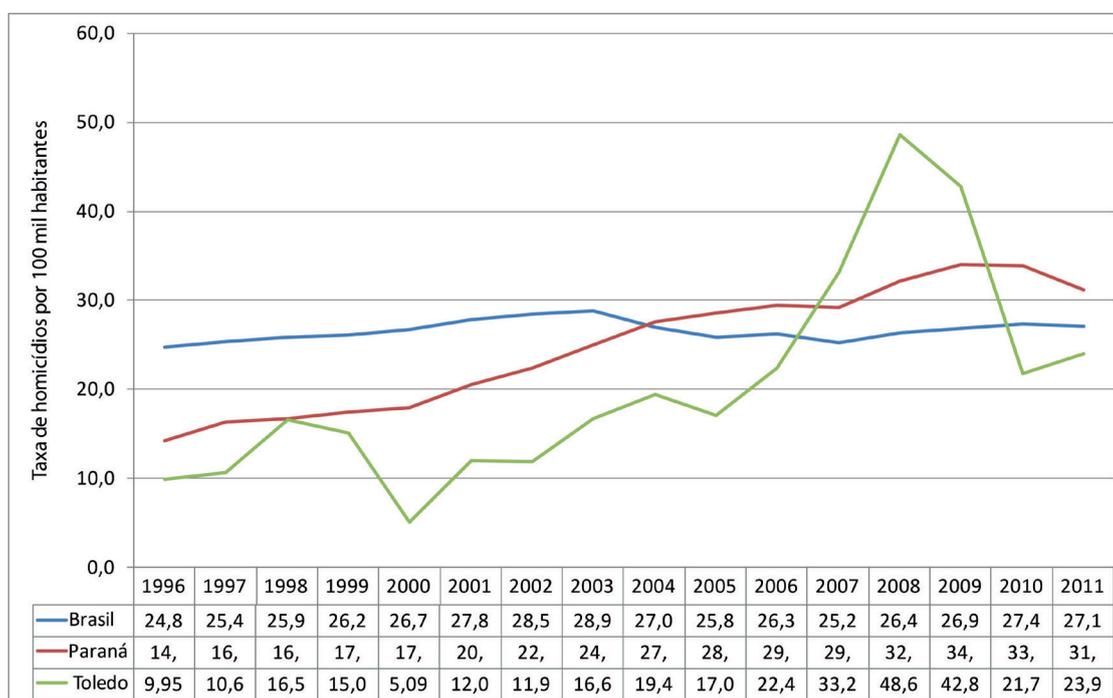
A então localidade de Toledo pertencia à Comarca de Foz do Iguaçu. Toledo nunca chegou a ser vila ou distrito. Passou logo a município no dia 14 de novembro de 1951, por meio da Lei nº 790. Em 14 de dezembro de 1952, Toledo foi oficialmente levado à condição de município. Hoje conta com 9 distritos: Concórdia do Oeste, Dez de Maio, Dois Irmãos, Novo Sarandi, São Luiz do Oeste, São Miguel, Vila Ipiranga, Vila Nova e Novo Sobradinho.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Toledo

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012): 122.502 habitantes	
Homicídios (2012): 25	
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e a Receita Federal.	
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 845 habitantes	
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2.663 habitantes	

Gráfico–Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Paraná e Município de Toledo, 1996 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

O gráfico permite observar que a taxa de homicídios em Toledo manteve uma tendência de crescimentos entre o ano de 2002, quando apresentou o valor mais baixo, até o ano de 2008, em que atingiu seu ápice, chegando a 48,6 homicídios por 100 mil habitantes. Desde então as taxas diminuíram, encontrando-se abaixo das médias estadual e nacional.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 122.502 habitantes				
Homicídios (2012) = 25				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	3 delegacias		1 batalhão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	9
	Agentes	43	Praças	136

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	-		27	
Impressora	15		11	
Telefone fixo	26		7	
Fax	2		5	
Scanner	-		3	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	*		-	
Aparelho de TV	2		4	
Gravadores	4		-	
Máquina Fotográfica	1		4	
Filmadora	*		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	1	12	10
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	1	-	5	-
Embarcação sem motor	-	-	5	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	5	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente		Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	11		23	
Rádio em viaturas (analógico)			23	
Rádio portátil (HT)	*		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	35		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	5		-	
Arquivos em ficha de papel	1		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	11		70	
Colete antibalísticos	-		78	
Escudos	-		15	
Capacetes	-		7	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		72	

Carabina	1	19
Espingarda	4	12
Metralhadora	-	8
Submetralhadora	1	-
Fuzil	2	6
Revólver	-	-
Pistola	-	77
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	1
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Quantidade suficiente/tipos insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	32	*
Média de presos/mês	160	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	60	*

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	150	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	18	1
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	15	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades ocasionalmente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	200	
	Coletes antibalísticos	118	
	Escudos	-	
	Capacetes	20	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	200	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	-	
	Bomba de efeito moral	-	
Outros	Spray de pimenta	-	

Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	sim
	Segurança em eventos e comemorações	-
	Ronda escolar	sim
	Auxílio à Polícia Militar	sim
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	sim
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	sim
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
	Outra	-

Polícia Civil

Existem no município de Toledo três delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza como sistema de administração os sistemas de recursos humanos, de controle de viaturas, de protocolo e financeiro.

A Polícia Civil deste município participa de Gabinete Integrado, mas não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O representante entrevistado está totalmente de acordo quanto a participação em coletivos melhorar as condições de atuação da Polícia Civil.

Polícia Militar

No Batalhão de Toledo, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), e o controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais mensalmente (desde 2007). As estatísticas são divulgadas regularmente e o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão tem velocidade de 14 Mb. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi o de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e a Guarda Municipal, porém, na opinião do representante entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como operações do exército e Fronteira Sul. Participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Toledo, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com os órgãos dos países vizinhos. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

O município de Toledo tem Secretaria Municipal de Segurança Pública ou órgão equivalente desde Janeiro de 2006. Este município tem Gabinete de Gestão integrada Municipal, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal, sendo esta criada em 1994. A Guarda Municipal em questão está subordinada à Secretaria Municipal de Segurança ou Defesa Social.

A Guarda Municipal obteve outros recursos além daqueles do seu orçamento, da SENASP/MJ e do Fundo Municipal de Segurança. Na Guarda Municipal de Toledo, não há curso de formação, mas durante o último ou mais recente curso de formação foi destacada a formação no trânsito, com ênfase nas leis de trânsito.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são: a indefinição quanto ao seu papel e atribuições, a falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função e a falta de armas de fogo e munição. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal tem conflito de atribuições com a Polícia Militar, estes costumam ser resolvidos em desfavor da Guarda.

As quatro ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município, em ordem de maior para menor importância, são: fiscalização de trânsito; atos de vandalismo; usuários de drogas; moradores de rua e andarilhos.

Este município não troca informações ou colabora com gestores municipais dos países vizinhos.

O Conselho Municipal de Segurança Pública foi criado no ano de 1983 (Conselho Comunitário de Segurança), existindo paridade de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho ocorrem mensalmente e são convocadas

pelo presidente do Conselho. As principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio (furto, roubo), o tráfico de drogas e o envolvimento de jovens na criminalidade. Os conselheiros representantes da sociedade civil participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Toledo recebe demandas da comunidade principalmente por meio dos integrantes do Conselho, mas também por meio de outros representantes/lideranças das comunidades, pela polícia e pela participação direta dos cidadãos. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são a abordagem truculenta, a discriminação na abordagem e a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial e o descrédito no trabalho preventivo. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, avaliação do trabalho da polícia e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra mais em desacordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Alfandega da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Audidores	-
	Analistas	5
	Técnicos	-
	Terceirizados	3
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

A Receita Federal de Toledo não dispõe veículos oficiais. A unidade presente no município é uma Agência da Secretaria da Receita Federal, sendo a Região Fiscal a 9ª DRF de Cascavel. Muitos outros municípios fazem parte desta jurisdição fiscal, tais como Assis Chateaubriand, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Nova Santa Rosa, etc. Há internet e a velocidade da conexão é de 1 Mb.

A Receita Federal de Toledo identifica como seus três maiores problemas, cuja solução representaria um grande ganho na eficiência da sua unidade, as seguintes questões: a falta de funcionários, a comunicação deficiente com os outros órgãos e a falta de disponibilização de serviços via web.

A Receita Federal de Toledo não participa de nenhum coletivo de segurança pública. O representante entrevistado acredita que a participação em coletivos modificaria e melhoraria a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados (representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Municipal) discorda em que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, com exceção do representante da Receita Federal. A maioria também discorda em que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira, com exceção, desta vez, do representante da Guarda Municipal.

Não houve consenso sobre o fato de estar próximo à fronteira ser um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Discordam em que os representantes da Polícia Civil e da Receita Federal, o segundo destes destaca que tal proximidade não é positiva em razão das atividades desenvolvidas no país vizinho não serem favoráveis a nossa economia; já os representantes da Polícia Militar e da Guarda Municipal, que concordam com a assertiva, argumentam que a localização é favorável para o desenvolvimento.

Sobre o fluxo de mercadorias, temos, segundo os representantes entrevistados, que as que mais circulam do Brasil para o país vizinho são veículos, autopeças, alimentos e calçados. E do país vizinho para o Brasil, as mercadorias que mais circulam são cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática, agroquímicos, maconha, crack, veículos, vestuários e tecidos. Já as mercadorias mais apreendidas no ano de 2012 são: cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática, autopeças, pneus, maconha, crack, vestuários e tecidos. Entre as ocorrências envolvendo a venda de drogas, a mais frequente é a que envolve maconha. Os números de ocorrências envolvendo drogas são frequentes. Apenas o representante da Receita Federal considera que as transformações de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria (se multiplicaram as rotas transferindo-as para outros municípios, bem como para o meio fluvial e aéreo).

Os representantes da Guarda Municipal e da Polícia Militar concordaram que a posse de arma de fogo em Toledo seja mais frequente do que em outros municípios. Diferentemente do representante da Polícia Civil.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Toledo, foram assinalados o contrabando e o tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Toledo

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Segundo os representantes entrevistados, os tipos mais frequentes de furtos são no comércio e em residência, sendo citados os furtos a transeuntes e de veículos. Os tipos mais frequentes de roubos são a transeuntes, em residência e em estabelecimentos comerciais. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes em operações ilícitas, as fraudes financeiras ou comerciais e os pequenos golpes populares. A extorsão mediante roubo ou furto de veículo foi vista como a mais comum no município. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e em acidentes de trânsito. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais. O crime sexual considerado como mais frequente em Toledo foi o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Umuarama

O município de Umuarama foi criado pela Lei número 4.245, de 25 de julho de 1960. Encontra-se situado na região norte do Estado do Paraná e fica a 575,23 km de distância da capital, Curitiba. Umuarama não tem fronteiras, porém se entroncam dentro de seus limites diversas rodovias, como a PR-487, a PR-489, a PR-323, a PR-468 e a PR-482. Há também um aeroporto no município.

Mapa – Município de Umuarama e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412810&search=parana|umuarama>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei número 4.245, de 25 de julho de 1960.
Localização:
Área (2010): 1.232,767 km ²
Fronteiras: a norte com Icaraíma, Ivaté e com Douradina, a leste com Maria Helena e com Cruzeiro do Oeste, a sul com Mariluz e com Perobal, a sudoeste com Cafezal do Sul e a oeste com Xambrê e com Vila Alta.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 100.676 habitantes
Densidade demográfica: 81,67 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 1.375.392.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.656,15
IDH-M (2010): 0,761
Gentílico: umuaramense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A ocupação da região onde hoje se encontra o município de Umuarama foi promovida pela empresa pertencente a ingleses, chamada Companhia Melhoramento Norte do Paraná, inicialmente chamada Companhia de Terras Norte do Paraná. Depois de ter sido realizado estudo das condições climáticas e fertilidade do solo entre outras vantagens, a Companhia adquiriu um total de 515 mil alqueires de ricas terras florestais na região Norte do Paraná em meio a conflitos por lutas de posse dessa região. A Companhia Melhoramento Norte do Paraná instalou escritório nessas terras e passou a dedicar-se à exploração e estudo do povoamento, bem como os meios de acesso à região, construindo as primeiras estradas e rodovias. No fim de 1930, surgiram os primeiros colonizadores. Os colonos que primeiramente se instalaram neste local eram paulistas, catarinenses,

gaúchos, nordestinos, mineiros, entre outros. A Companhia atingiu a região denominada Cruzeiro onde se processou a colonização de uma área de 30 mil alqueires de propriedade de terceiros, entregue à Companhia para a colonização. Foi da Gleba Cruzeiro que surgiu Umuarama, distrito do município de Cruzeiro do Oeste. Posteriormente o distrito vem se tornar município com o desmembramento em 25 de julho de 1960 pela Lei nº 4.245.

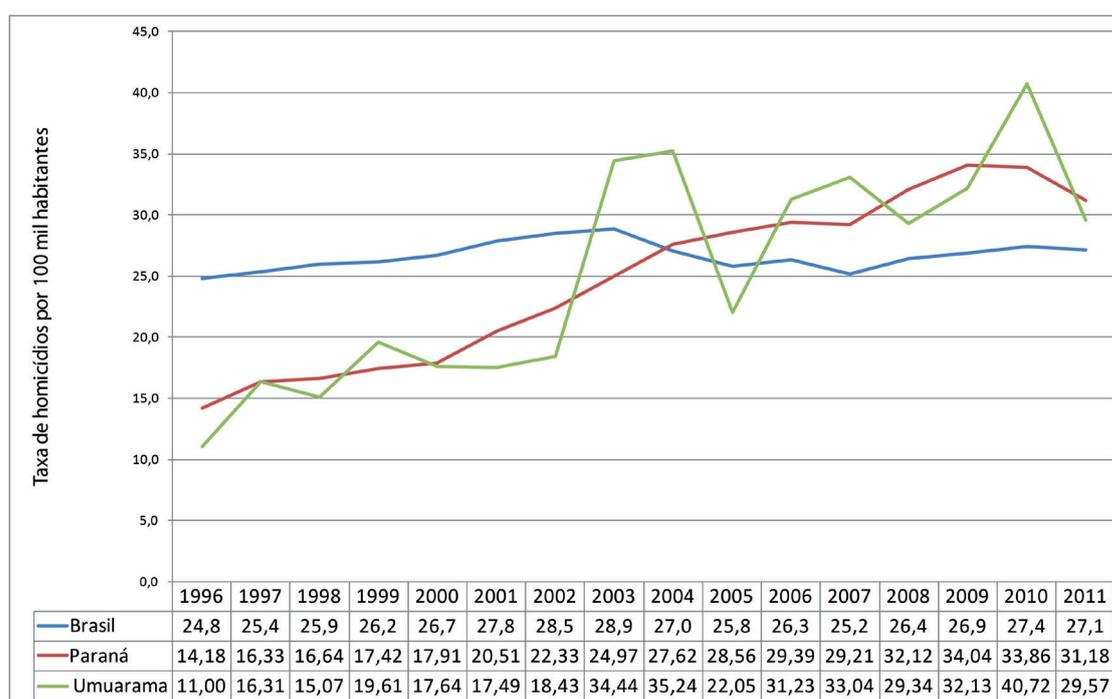
Conhecida como Cidade Universitária por ser a sede da Universidade Paranaense, Umuarama tem na diversidade de suas fontes de renda a sustentação da condição de um dos principais polos em desenvolvimento do Paraná na área da agricultura, pecuária, comércio, educação, esporte, saúde e lazer. Apresenta um dos maiores índices de crescimento imobiliário do Brasil.

Fonte: Prefeitura Municipal de Umuarama

Diagnóstico da Segurança Pública em Umuarama

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	102.184 habitantes
Homicídios (2012):	12
Instituições de segurança:	a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Municipal, a Justiça, o Juizado Especial da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Conselho Municipal de Segurança Pública e a Receita Federal.
Razão:	
População/Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 946 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 14.598 habitantes

Gráfico–Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Paraná e Município de Umuarama, 1996 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

A evolução das taxas de homicídios em Umuarama vem acompanhando a curva ascendente observada com relação ao Estado do Paraná, apresentando pico em alguns anos, quando excede a taxa estadual.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Estadual						
População (estimativa em 2012) = 102.184 habitantes						
Homicídios (2012) = 12						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
Unidades	2 delegacias		1 companhia e 2 postos fixos		**	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	4	Agentes	**
	Agentes	3	Praças	104		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
Computador	25		13		3	
Impressora	25		9		3	
Telefone fixo	15		15		3	
Fax	1		3		1	
Scanner	10		2		3	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1		1	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	1		2		1	
Gravadores	3		-		-	
Máquina Fotográfica	4		5		1	
Filmadora	2		2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	15	4	2	1	2	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-	-	-
Moto	-	-	6	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
	Suficiente		Suficiente		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Estadual	
Celulares corporativos	1		-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		3	
Rádio em viaturas (analógico)	10		-		-	
Rádio portátil (HT)	5		-		3	

Segurança Pública nas Fronteiras

GPS em viaturas	*	7	*	
Equipamentos de interceptação telefônica	1	-	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	
Notebooks	7	3	2	
Arquivos em ficha de papel	-	-	1	
Aparelho de comunicação via satélite	*	*	-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Estadual	
Algemas	40	105	15	
Colete antibalísticos	40	83	15	
Escudos	-	31	-	
Capacetes	-	83	-	
Placa balística	-	-	-	
Outros	-	-	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Estadual	
Tonfa, cassetete ou similar	*	107	*	
Carabina	2	1	1	
Espingarda	-	3	2	
Metralhadora	3	-	-	
Submetralhadora	-	-	-	
Fuzil	-	-	-	
Revólver	-	13	-	
Pistola	30	89	15	
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	
Bomba de efeito moral	*	-	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	*	
Outro	Granadas de efeito moral	-	Taser	-
	Spray de pimenta	-	Espargidores de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Estadual	
	Tipos suficientes/ quantidade insuficiente	Insuficientes	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Estadual	
Tem carceragem?	Sim	Não	*	
Capacidade	64	*	*	
Média de presos/mês	280	*	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Estadual	
	160	*	*	

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	44	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	4	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	

Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente	
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	44
	Coletes antibalísticos	44
	Escudos	-
	Capacetes	-
	Placas balísticas	-
	Outros	-
Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	44
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	Spray de pimenta
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	sim
	Segurança em eventos e comemorações	sim
	Ronda escolar	sim
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	sim
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	sim
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Polícia Civil

Existem no município de Umuarama duas delegacias. No que concerne à gestão de dados, esta instituição utiliza-se de sistemas de administração, tais como o de recursos humanos, de controle de viaturas e de armas, sistema de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo e financeiro. Quanto ao sistema de informação, eles se utilizam de sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, inclusão no Infoseg, além das tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2010.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar – parceira esta que, para o entrevistado, deveria ser incrementada -, o Ministério Público e o Judiciário.

A Polícia Civil deste município participa de um coletivo de gestão de segurança pública, porém este não foi especificado pelo entrevistado e acredita-se que esta participação melhora as condições de sua atuação. Contudo, não participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, bem como não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado nas Operações Sentinela. A Polícia Civil deste município também não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho.

Polícia Militar

No município de Umuarama, há uma Companhia e dois postos fixos da Polícia Militar. Esta instituição emprega sistemas de administração, que são utilizados para gerir o sistema financeiro, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e controle e manutenção de equipamentos.

Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (banco de dados), são produzidas estatísticas desde 2009 e é feita a sua divulgação pública e regular, sendo realizada inclusão no Infoseg. Além do banco de dados, que está integrado a outros sistemas de informação, como o da Polícia Civil ou do Judiciário, utiliza-se também de planilhas e tabelas de papel para o controle dos dados criminais e fichas de papel e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, o representante da instituição entrevistado classificou-a como eficiente. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relativos ao trânsito e ao furto qualificado.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa de coletivo de gestão de segurança, não tendo sido informado qual, e tem participado das Operações Sentinela. Contudo, no ano de 2012, não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). Em Umuarama, a Polícia Militar não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho.

Guarda Municipal

No município de Umuarama, desde 2006, há uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, contudo não existe Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o representante da Guarda Municipal entrevistado não soube responder se há Plano Municipal de Prevenção da Violência.

Há Conselho Municipal de Segurança Pública e também Guarda Municipal, que está em funcionamento desde fevereiro de 1992, e é diretamente subordinada ao prefeito. O atual comandante desta instituição é guarda municipal. As instalações onde se encontra em funcionamento foram cedidas por outra instituição pública. A Guarda Municipal obteve recursos que não os de seu orçamento, originados de outros órgãos do Governo Federal. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é a Polícia Militar, sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente: papel e atribuições da Guarda Municipal; gestão integrada em segurança pública e conhecimento jurídico. Durante este mesmo curso, as técnicas de formação mais enfatizada foram: técnicas de abordagem, e uso legal e progressivo da força.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função e falta de armas de fogo e munição. O entrevistado não conhece qualquer caso de conflito em suas atribuições no município.

As quatro ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: trânsito, abordagem de mendigos, abordagem e encaminhamento de usuários de drogas e álcool e rondas em bosques e escolas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	8	Promotores	7	Conselheiros	5
	Funcionários	61				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, precisando de reformas		Inadequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Umuarama tem uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas: juizado especial criminal, varas criminais e vara de infância e juventude. Também fazem parte desta comarca os municípios de Maria Helena, Perobal e Douradina. Esta sede judiciária dispõe de três carros para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 10 Mb. Estima-se que por volta de 744 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. No que concerne aos sistemas de informação, há banco de dados – integrado a outros sistemas de informação –, mas a

instituição utiliza-se de dados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel em fichários. São produzidas estatísticas e é feita sua divulgação pública e regular. Não há sistemas de administração. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho da Comunidade e considera-se que a participação melhora as condições de sua atuação no município.

Ministério Público

O Ministério Público do município de Umuarama não produz estatísticas criminais e também não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública. Também não participa ou apoia operações de fronteiras, tampouco participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Umuarama são: a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceira com a Polícia Civil.

Juizado da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, um juizado e uma promotoria especializados em infância e juventude, além de uma equipe interprofissional exclusiva. Contudo, não há defensoria pública especializada em infância e juventude. A estimativa é que 225 adolescentes passaram por este juizado no ano de 2012, e 22 adolescentes receberam medida em internação ou semiliberdade; 105 receberam medida em meio aberto. O Projeto Resgate é responsável pela execução da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade (PSC).

Conselho Tutelar

Para o Conselho Tutelar do município de Umuarama, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de segurança pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública iniciou os seus trabalhos no município de Umuarama no ano de 2005. Neste Conselho, não há paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, pois há mais representantes da sociedade civil. As reuniões, que ocorrem mensalmente, são convocadas pelo presidente do Conselho. Há efetiva participação dos órgãos do poder público.

As demandas da comunidade por segurança chegam ao Conselho por meio dos integrantes deste, pela participação direta dos cidadãos e por denúncias anônimas. Os três principais assuntos discutidos são as ocorrências de crimes no Município, as estratégias de policiamento e a avaliação do trabalho da Polícia. Já as três principais preocupações levadas pela comunidade às reuniões são os crimes contra o patrimônio (roubo, furto), os crimes contra a pessoa (lesões, homicídios) e o tráfico de drogas.

A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar se refere à demora em atender às ocorrências criminais. Já as principais queixas dos policiais militares em relação à comunidade são a falta de confiança no policial e o descrédito no trabalho preventivo. O representante entrevistado está mais em desacordo sobre o fato de que a criação do Conselho melhorou significativamente o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Audidores	2
	Analistas	4
	Técnicos	8
	Terceirizados	2
Qualidade das instalações internas	Nova, em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Nova, em boas condições	

Fazem parte da Agência da Secretaria da Receita Federal deste município os municípios de Cruzeiro do Oeste, Maria Helena e Douradina. A Receita Federal de Umuarama dispõe de internet cuja velocidade da conexão é de 1mb. Esta não participa de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública e discorda em que tal participação melhoraria as condições de sua atuação no município. Contudo, no ano de 2012 participou ou apoiou algum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Quanto ao fato de o município de Umuarama estar situado próximo à fronteira ser positivo para seu desenvolvimento econômico, há discordância entre os entrevistados das instituições locais. Os representantes da Receita Federal e da Polícia Militar não concordam, sendo o argumento utilizado pelo primeiro é que se trata de questões de segurança (por Umuarama ser um município de passagem). Já o representante da Justiça considera

positivo, dado o fluxo de pessoas e mercadorias. O representante da Guarda Municipal não soube opinar. Apenas o representante da Justiça se mostrou de acordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Excetuando-se os representantes da Polícia Militar e da Justiça, todos os demais discordaram em que o município de Umuarama possua características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. Quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, apenas o representante da Guarda Municipal posicionou-se em desacordo.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Umuarama, foram assinalados: tráfico de drogas, contrabando, tráfico de armas. Sendo citada também a exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Umuarama

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furtos são os realizados no comércio e em residência, tendo também sido citados os furtos de veículo e de motocicleta. Os roubos percebidos como de maior incidência são a transeuntes, a estabelecimento comercial e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados o falso sorteio/concurso/premiação e os pequenos golpes populares, seguidos de cheque sem fundos e fraude contra o comércio. Quanto às extorsões, a mais incidente é a extorsão simples. A principal situação em que ocorrem lesões corporais dolosas é em situação doméstica, seguida de brigas de bar e decorrentes de conflitos em mercados ilegais ou crime organizado. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acerto de contas entre criminosos (alternativa marcada como principal por todos os entrevistados), em situação doméstica, em conflitos relacionados a mercados ilegais e em crimes passionais. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Umuarama sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade, seguido de estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Umuarama, segundo a percepção dos entrevistados, são furto, roubo e tráfico de drogas.

Vera Cruz do Oeste

O município de Vera Cruz do Oeste foi criado a partir da Lei Estadual nº 7269/79. Encontra-se na Região Oeste do Estado do Paraná a 547,78 km de distância da capital, Curitiba. O município não tem divisões internacionais, apesar de estar localizado próximo à região de fronteira. O acesso a Vera Cruz do Oeste pode ser feito pelas rodovias PR-585 e PR-488.

Mapa – Município de Vera Cruz do Oeste e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412855&search=parana|vera-cruz-do-oeste>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 7269, de 27 de dezembro de 1979.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 327,090 km ²
Fronteiras, divisas e limites: a norte com São Pedro do Iguaçu, na região que abrange de leste a sul com Céu Azul e a oeste com Diamante do Oeste.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 8.973 habitantes
Densidade demográfica: 27,43 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 108.739.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.118,45
IDH-M (2010): 0,699
Gentílico: vera-cruzense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A ocupação da região onde atualmente se encontra Vera Cruz do Oeste deu-se após serem colocados à venda, em 1960, terrenos da antiga gleba Rio Quarto, que estavam antes em litígio. Houve uma corrente migratória vinda do norte do Estado do Paraná. Traçado o loteamento de sua gleba, no ano de 1964, o Sr. Antônio Villas Boas deu início

à cidade. Para evitar a entrada de outros pioneiros na região, foi montado na única via de acesso de então, a atual BR-488, um grande portão de madeira guardado por jagunços, que acabou dando ao lugar o nome de Portão. Muitas famílias, porém, contornando as barreiras, fixaram residências em locais mais distantes. Iniciou-se então o processo de divisão de áreas para colonização, pela empresa Bentem e Banco do Estado do Paraná. Os anos foram passando lentamente e com eles aparecendo moradores de todas as localidades para fixarem residências neste povoado. O povoado de Vera Cruz do Oeste tornou-se distrito de Céu Azul em 1967 e assim permaneceu até se emancipar pela Lei Estadual nº 7.269, de 27 de dezembro de 1979, tornando-se um município.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Vera Cruz do Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 8.871 habitantes
Homicídios (2012): 1
Instituições de segurança: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar.
Razão:
População/Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1.267 habitantes
População/Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 8.871 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 8.871 habitantes				
Homicídios (2012) = 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		1	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		2	
Fax	-		1	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	

Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficiente		Razoável	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	-		-	
GPS e viaturas	*		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		7	
Colete antibalísticos	1		7	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		2	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		7	
Carabina	-		-	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		-	
Pistola	1		-	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	Granadas de efeito moral	-		*
	Spray de pimenta	-		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Tipos suficientes/quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Sim		Não	
Capacidade	8		*	
Média de presos/mês	3		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	12		*	

Polícia Civil

Existe no município de Vera Cruz do Oeste uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro tem conexão à internet, mas o representante entrevistado não soube precisar a velocidade. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza como sistema de administração apenas o sistema de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, eles se utilizam de sistema de registros de ocorrências e de inquéritos e fichas de papel em fichários. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2010, bem como a sua inclusão no Infoseg.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, não deveria ser incrementada nenhuma parceria.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, bem como não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Vera Cruz do Oeste apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, em operações conjuntas com a Polícia Militar. O representante entrevistado não soube informar se no ano de 2012 a Polícia Civil do município participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas afirmou que esta unidade tem participado nas Operações Sentinelas.

Polícia Militar

Há em Vera Cruz do Oeste um destacamento da Polícia Militar em atividade. Nesta unidade, temos como único sistema de administração presente o de controle de estoque. Quanto aos sistemas de informação, são realizados os controles dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel, bem como fichas de papel e fichários de ocorrência. O representante entrevistado assinalou que o banco de dados está integrado ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário, e que não há produção de estatísticas criminais. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 1 Mb. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesão corporal doméstica (Lei Maria da Penha), assalto à mão armada, furtos e problemas de trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e a Prefeitura, porém o representante entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com o Corpo de Bombeiros – que, para o

entrevistado, deveria existir no município. Acredita também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, apesar desta instituição não participar de coletivos de gestão em segurança pública. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira: Nhapecan e Operação estadual. Em Vera Cruz do Oeste, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Instituição de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	10
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Vera Cruz do Oeste. Para o Conselho Tutelar deste município, a principal dificuldade encontrada para sua atuação é a falta de uma casa de apoio ou passagem. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública

Particularidades da Situação de Fronteira

Dos representantes entrevistados em Vera Cruz do Oeste, o entrevistado da Polícia Militar se encontra em total desacordo, e o entrevistado da Polícia Civil mais de acordo, com a assertiva de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município. Também discordam em outros dois pontos: sobre o município apresentar características únicas de criminalidade se comparadas com às de municípios que não estão em faixa de fronteira e sobre a posse de arma de fogo em Vera Cruz do Oeste ser mais frequente do que em outros municípios, estando o entrevistado da

Polícia Militar totalmente de acordo e o da Polícia Civil totalmente em desacordo com ambas as questões. Há consenso sobre a proximidade com a fronteira ser um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os argumentos são de que o trabalho informal sustenta muitas famílias (lojas com produtos do Paraguai, por exemplo) e que o município é rota de escoamento de safras.

Sobre o fluxo de mercadorias, temos que as que mais circulam do Brasil para o país vizinho são: alimentos, vestuários, tecidos e veículos. Do país vizinho para o Brasil, as mercadorias que mais circulam são cigarros, vestuários, tecidos, bebidas, maconha, agroquímicos, inalantes, pistolas, CDs e DVDs. Já as mercadorias mais apreendidas no ano de 2012 foram: cigarros, vestuário, tecidos, CDs e DVDs. Sendo a principal apreensão de drogas a de maconha (o representante da Polícia Militar aponta também a circulação de crack). Os números de ocorrências envolvendo drogas são muito frequentes. Os entrevistados consideram que as transformações recentes na política de fronteiras resultaram em mudanças na rota de entradas de mercadoria (se multiplicaram as rotas transferindo-as para outros municípios e para o meio fluvial. O representante da Polícia Militar também aponta para redução das rotas).

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Vera Cruz do Oeste, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais, sendo destacados também o tráfico de armas, a imigração ilegal e a disputa por terras.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Vera Cruz do Oeste

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, ao comércio e de gado, já os tipos mais frequentes de roubo são a estabelecimento comercial, a transeunte e o roubo de carga. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes financeiras ou comerciais. A extorsão simples é a que tem maior incidência segundo os entrevistados. Os crimes

contra patrimônio mencionados foram: danos ao espaço público e apropriação indébita de objetos, veículos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar; foram citadas também as lesões decorrentes de conflitos de propriedade e nas brigas nas saídas de bailes. Houve consenso sobre a causa mais frequente para os homicídios dolosos ser em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, os representantes entrevistados consideram que os mais frequentes em Vera Cruz do Oeste sejam o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar, foram: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

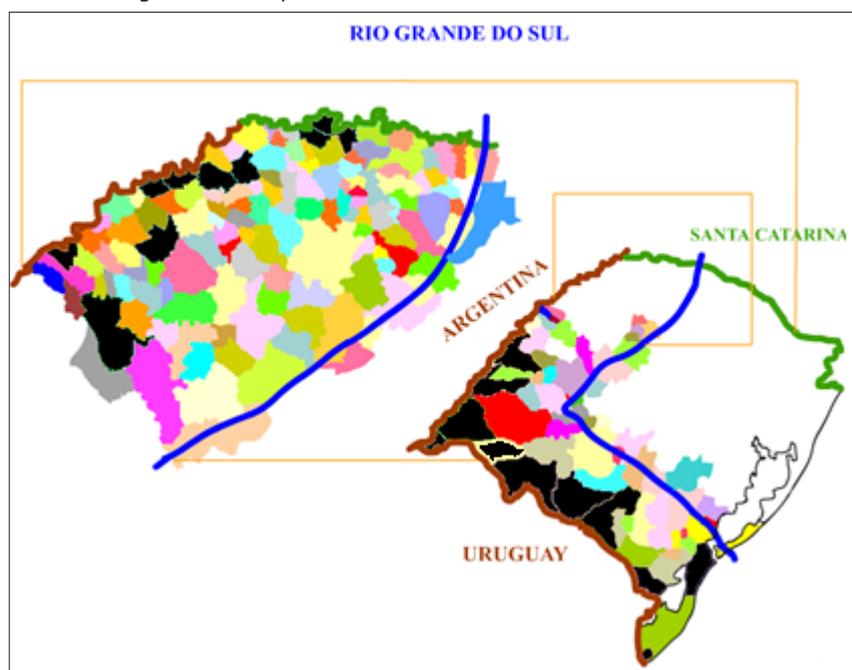
RIO GRANDE DO SUL

RIO GRANDE DO SUL

Introdução

O estado do Rio Grande do Sul está localizado no Sul do Brasil e faz fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Dos 497 municípios que compõem o estado, 197 estão localizados na faixa de fronteira. Para a pesquisa foram contemplados os seguintes municípios: Aceguá, Bagé, Barra do Quaraí, Chuí, Sant'Ana do Livramento, São Borja, Uruguai, Caiçara, Crissiumal, Dom Pedrito, Doutor Maurício Cardoso, Iraí, Itaqui, Jaguarão, Novo Machado, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Três Passos e Vicente Dutra. Os 7 primeiros foram estudados em profundidade por meio da realização de entrevistas e grupos focais com representantes das instituições de segurança pública e da sociedade civil.

Figura 1. Municípios da faixa de Fronteira de Rio Grande do Sul.



Fonte: Cartograma IBGE.

Nota: Em negrito, municípios selecionados para a pesquisa.

O survey foi realizado a partir de questionários aplicados às instituições de segurança pública, justiça e fiscalização (Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Forças de Segurança Federais, Justiça e Receita Federal). Os questionários foram estruturados em um conjunto de perguntas sobre segurança pública local (unidades, infraestrutura, recursos e equipamento e articulações institucionais) e outro conjunto sobre criminalidade local e situação de fronteira (avaliação da criminalidade local, características da situação e fronteira, fluxos de mercadorias e mercados ilegais). Também foram incorporados dados quantitativos produzidos em base aos registros de ocorrências de delegacias e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas em profundidade, grupos focais e registros etnográficos. O objetivo da pesquisa qualitativa foi ampliar o leque de temas abordados (além da estrutura institucional de segurança pública e dos fenômenos da violência e criminalidade, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de mercados ilegais e o fluxo de pessoas e mercadorias) assim como de atores escutados (além dos atores institucionais, foram incorporados diversos atores da sociedade civil).

Tabela Nº 1. Pesquisa de Campo: número de entrevistas e de participantes nos grupos focais por município, Rio Grande do Sul.

	Entrevistas	Grupo focal
Aceguá	6	1
Bagé	6	1
Barra do Quaraí	5	1
Chuí	6	1
Santana do Livramento	6	1
São Borja	6	1
Uruguiana	6	1

Fonte: pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Características gerais da região de fronteira

O Estado do Rio Grande do Sul é o estado mais meridional do Brasil. Dos 1.261 km da fronteira entre o Brasil e a Argentina, 715 km correspondem ao Estado do Rio Grande do Sul. A totalidade da fronteira brasileira com a República Oriental do Uruguai (1.069 km) está em território rio-grandense. Na sua forma de losango, o lado sul-oeste corresponde à faixa de fronteira com o Uruguai e o lado oeste-norte corresponde à faixa de fronteira com a Argentina. O limite internacional que separa o Brasil da Argentina no Rio Grande do Sul segue o curso do Rio Uruguai. O limite internacional que separa o Brasil do Uruguai tem 320 km de fronteira seca e 749 km fluviais e lacustres, entre os quais se destacam o Rio Quaraí, a Lagoa Mirim e o Arroio Chuí.

Dos 497 municípios do estado, 197 estão localizados na Faixa de Fronteira. Desses, dezessete municípios estão localizados na linha de fronteira com a Argentina, dois municípios fazem fronteira com a Argentina e com o Uruguai (Uruguiana e Barra de Quaraí) e dez municípios estão na linha de fronteira com o Uruguai. De acordo com os dados do Censo de 2010, na faixa de fronteira moravam 3.120.084 (29% dos 10.755.799 habitantes do Estado). A população residente nos municípios lindeiros ao limite internacional (651.227 habitantes) representava 20% da população da faixa de fronteira.

A presença de 10 cidades-gêmeas nas fronteiras internacionais do Rio Grande do Sul é uma marca do processo histórico de ocupação do espaço e da importância que as fronteiras tiveram na formação do estado, estabelecendo canais de conexão e integração. São elas: Chuí-Chuy (UY); Jaguarão-Rio Branco (UY); Aceguá-Aceguá (UY);

Sant'Ana do Livramento-Rivera (UY); Quaraí-Artigas (UY); Barra do Quaraí-Bella Unión (UY), Uruguiana-Paso de los Libres (ARG); Itaqui-Alvear (ARG); São Borja-Santo Tomé (ARG) e Porto Xavier-San Javier (ARG). As cidades de Porto Mauá-Alba Posse (ARG) são considerada pelas autoridades rio-grandenses como cidades-gêmeas, e seu reconhecimento nacional está em andamento.

Pelotas é o principal município da faixa de fronteira, com uma população de 328.275 habitantes (Censo 2010), sendo 93 % população urbana. Rio Grande, município vizinho de Pelotas e localizado no litoral atlântico, é o segundo mais populoso da faixa com 197.228 habitantes. No município de Uruguiana (125.435 habitantes), encontra-se a única cidade-gêmea do estado com mais de 100.000 habitantes, sendo a principal cidade da fronteira com a Argentina. Na fronteira com o Uruguai, o município de Bagé tem 116.794 habitantes; contudo, a sede do município fica distante 60 km da fronteira. A principal cidade na linha de fronteira com o Uruguai é Sant'Ana do Livramento, com 82.462 habitantes. Além desses quatro municípios com mais de 100.000 pessoas, em 2010 havia 25 municípios com mais de 25.000 habitantes na faixa de fronteira rio-grandense. Dos 197 municípios da faixa de fronteira, 139 tinham menos de 10.000 habitantes.

O perfil econômico da faixa de fronteira tem variações significativas. Na faixa de fronteira com a Argentina, destacam-se a produção de grãos (soja, milho e trigo); a pecuária (bovina e ovina); as agroindústrias (suínos e aves), couro e calçado; as indústrias de máquinas e implementos agrícolas. Na faixa de fronteira com o Uruguai, destacam-se a pecuária extensiva e o cultivo de arroz, além de polos de vitivinicultura e investimentos em energia eólica que estão em construção. A região de Pelotas tem um dinamismo próprio, com destaque para a produção primária (pêssegos, arroz e leite), agroindústrias e serviços. A cidade de Pelotas é a terceira cidade do estado, constituindo um importante polo universitário. O porto do Rio Grande é o principal porto marítimo do estado, sendo o porto de escoamento das exportações gaúchas e de importância crescente no espaço regional. Destaca-se também a refinaria de petróleo, os segmentos navais, eletroeletrônicos e de tecnologia da informação.

A estabilização e valorização do Real tem eclipsado o comércio de produtos brasileiros que impulsionou o desenvolvimento de várias cidades-gêmeas rio-grandenses. Ainda assim, alguns itens são rentáveis e procurados por compradores argentinos e uruguaios. A implantação dos free-shops na fronteira uruguia tem dinamizado o comércio e consolidado as cidades-gêmeas vizinhas como destino de compradores brasileiros à procura de produtos importados. Com a desvalorização do Peso, as cidades argentinas têm visto seu comércio impulsionado, sendo as bebidas, alimentos, gás, cosméticos e perfumaria os objetos mais procurados.

Mercados ilegais e criminalidade local

De acordo com os operadores de segurança, o contrabando, o descaminho e o abigeato são as principais atividades delitivas transfronteiriças no Rio Grande do Sul. Na região noroeste, na fronteira com a Argentina e Santa Catarina, existem diversos caminhos pelos quais ingressam drogas, bebidas, cigarros, eletroeletrônicos, e armas. Muita dessa mercadoria é proveniente do Paraguai e ingressa via Argentina por Santa Catarina (depois de ingressar no Brasil em Dionísio Cerqueira ou na fronteira seca de Paraná) ou diretamente na fronteira gaúcha com a Argentina. Da Argentina, ingressam ilegalmente bebidas, alimentos, artigos de perfumaria e cosméticos. A entrada de crack pela Argentina estaria crescendo e os fornecedores seriam atores locais (isto é, não seria simplesmente um local de passagem). Também foi assinalado o ingresso de agrotóxicos. Pela fronteira uruguaia ingressam produtos importados dos free-shops, CDs e DVDs, assim como munição e armas. Um dos produtos de destaque da fronteira sul são os agrotóxicos, que têm circulação livre no Uruguai e que são importados de diversos países, mas principalmente da China. Do Brasil circulam cigarros e drogas rumo ao Uruguai.

Os operadores de segurança não identificaram grupos delitivos permanentes e estáveis, ainda que identifiquem redes que operam nesses circuitos ilegais. Quando começam a operar de forma regular, essas redes precisam de tolerâncias recorrentes, o que deriva em articulações com operadores de segurança; algo que pode funcionar por um tempo, mas que termina gerando operações (seja da Polícia Civil, seja da Polícia Federal), que desarticulam a consolidação das redes em estruturas.

O abigeato – o roubo de gado – é um delito presente no Estado do Rio Grande do Sul em sua totalidade (em 2012, 24.618 animais foram roubados de acordo com as 6.945 ocorrências registradas). Na fronteira com o Uruguai, o abigeato adquire uma escala maior, sendo os municípios da faixa alguns dos mais afetados. Ainda que alguns atores assinalaram a existência de compradores de carne produto do abigeato do outro lado da fronteira – a cidade de Rivera seria uma grande compradora –, o principal consumidor é o próprio mercado brasileiro; vinculando-se de forma mais geral aos problemas de abate clandestino, que tem uma grande dimensão no estado.

Em alguns dos municípios analisados, o consumo de drogas – especialmente de crack – é visto como um problema para alguns jovens, geralmente vinculado à prática de outros delitos, como furto e roubo, para poder obter dinheiro que permita sustentar o consumo. A cocaína e a maconha não foram associadas diretamente a essa dinâmica delitiva. Em alguns municípios foi levantado o problema do consumo excessivo de álcool entre os jovens, vinculando-se com atos de violência interpessoal.

Ocorrências vinculadas à Lei Maria da Penha aparecem destacadas em todos os questionários, sendo a violência contra a mulher–e a violência doméstica em geral–um dos principais problemas sublinhados pela maioria dos atores. A posse de armas é comum segundo muitos entrevistados, sendo motivo de flagrantes em muitos municípios.

Situação das instituições de segurança pública

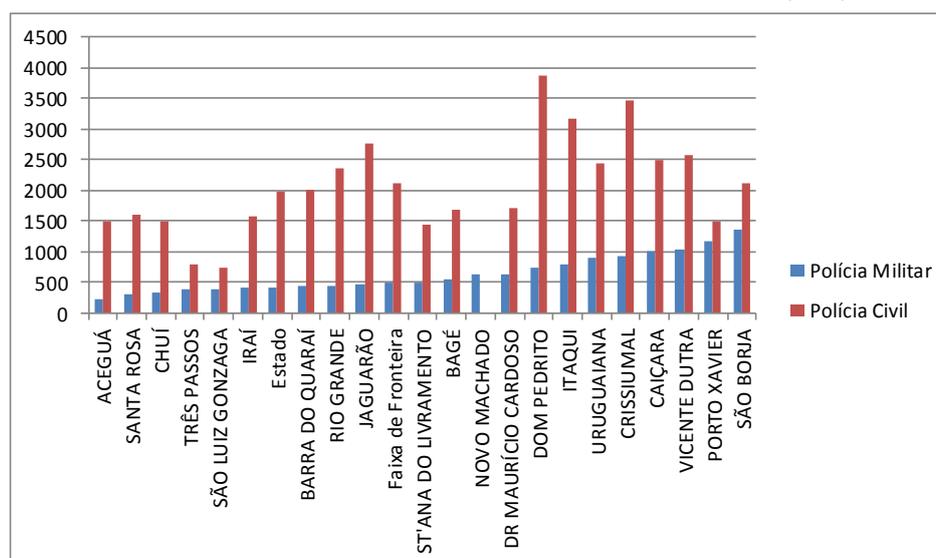
A malha institucional vinculada à segurança na faixa de fronteira de Rio Grande do Sul é densa e abrangente. Contudo, o número de municípios, a densidade demográfica, o número de cidades e localidades – entre elas, 10 cidades-gêmeas –, e a quantidade de caminhos e conexões colocam desafios à sua efetividade.

A presença das Forças Armadas na faixa de fronteira gaúcha reflete a importância que teve essa região nos padrões de ocupação do território e nas hipóteses de conflito do século passado. Existe uma grande concentração de unidades do exército na faixa de fronteira, que incluem unidades de Comando (Uruguaiana, Bagé, Pelotas, Cruz Alta e Santiago) e batalhões, brigadas, pelotões, companhias e destacamentos (Alegrete, Pelotas, São Gabriel, São Borja, Ijuí, Santa Rosa, Uruguaiana, Bagé, Santiago, Cruz Alta, Jaguarão, Santana do Livramento, Rio Grande, Quaraí), além de campos de instrução, depósitos e hospitais. A Marinha tem um Comando Naval em Rio Grande e uma Delegacia da Capitania dos Portos em Uruguaiana. Por sua vez, a Força Aérea Brasileira tem um Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) em Uruguaiana.

A Polícia Federal conta com nove delegacias na região: Bagé, Chuí, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Sant’Ana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana. Por sua vez, a Polícia Rodoviária Federal tem seis Delegacias (Pelotas, Ijuí, Sant’Ana do Livramento, São Borja, Uruguaiana, Sarandi) e 20 postos (incluindo os correspondentes às sedes das delegacias). Na faixa de fronteira rio-grandense, a Receita Federal conta com três delegacias (Pelotas, Santo Ângelo e Uruguaiana), 11 inspetorias (Bagé, Barra de Quaraí, Chuí, Itaqui, Jaguarão, Porto Mauá, Porto Xavier, Quaraí, Sant’Ana do Livramento, São Borja e Três Passos) e uma alfândega (no Porto de Rio Grande); além de recintos alfandegados para processamento de carga (Porto Mauá, Itaqui, Chuí, Porto Xavier, São Borja, Jaguarão, dois em Sant’Ana do Livramento e dois em Uruguaiana).

De acordo com dados da SENASP, em 2012 havia na faixa de fronteira 6.384 policiais militares (1 / 488 habitantes), 1.469 policiais civis (1 / 2.119 habitantes) e 899 bombeiros militares. No quadro a seguir, apresenta-se a razão da população por efetivo policial militar e civil dos municípios pesquisados, incluídas a do Estado e a da Faixa de Fronteira em sua totalidade. As linhas representam quantidade de habitantes por policial.

Gráfico 1. Razão população / efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil dos municípios analisados em comparação com a razão do Estado de Rio Grande do Sul e da Faixa de Fronteira (2012).



Fonte: survey da pesquisa; SENASP, 2013; SENASP, 2014.

No caso da Polícia Militar, o quadro revela uma distribuição menos desproporcionada que aquela encontrada em outros estados fronteiriços. Contudo, é possível observar um perfil diferencial de acordo com a fronteira em questão. Dos 6 municípios com uma razão população / efetivo policial mais desfavorável, quatro deles se encontram na fronteira com a Argentina e dois deles na divisa com Santa Catarina. Sobre a distribuição da Polícia Civil, é de destacar que o município de Dom Pedrito – que apresenta a pior razão população / policial daqueles analisados – é um município com altos índices de abigeato.

É importante frisar que, ainda apresentando uma distribuição policial maior que em outros municípios, em quase todos os municípios analisados foi apontada a necessidade de contar com mais efetivos. A condição de fronteira – com as singularidades de cada uma delas – e os delitos associados – contrabando, descaminho e abigeato – impõem demandas de patrulhamento, investigação e intervenção específicos.

Ainda que exista uma percepção de melhoria na disponibilidade de recursos decorrente da política nacional de fronteiras, ainda foram assinaladas carências específicas. Na maioria dos municípios, as instalações da Polícia Militar foram consideradas como precisando de reformas, e quase metade das delegacias da Polícia Civil foi avaliada dessa forma. Em vários municípios, a disponibilidade de munição foi considerada insuficiente; algo mais acentuado no caso da Polícia Civil. No caso da Polícia Militar, é alto o número de veículos avariados, excedendo em alguns casos o número de veículos em funcionamento. Algo que também sucede com os Bombeiros Militares, até mesmo com veículos de combate a incêndio. No caso dos bombeiros, três demandas foram quase unânimes: equipamentos para produtos perigosos, equipamentos e veículos para incêndios florestais e equipamentos de comunicação.

A alta rotatividade de pessoal nas instituições de segurança federal que atuam nos municípios fronteiriços foi assinalada como um problema. Opções apontadas por alguns entrevistados foram a construção de moradias para os funcionários e o estabelecimento de períodos irrevogáveis de permanência, ainda que curtos.

Atores da sociedade civil e operadores de segurança levantaram a necessidade de formalizar a cooperação internacional entre as forças de segurança e a harmonização legal para atuar de forma unificada.

A estrutura prisional presente na faixa de fronteira rio-grandense está composta por 3 institutos penais, 33 presídios e 4 penitenciárias. De acordo com os dados da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, em 2014, havia 7.643 detentos na estrutura prisional da faixa de fronteira, sendo que a capacidade construída era para 5.869 detentos. Os detentos na faixa de fronteira representavam 28% da massa carcerária do Estado. A maioria dos detentos nas quatro penitenciárias (59,4%) cumpria pena por tráfico de drogas.

O Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul foi instituído em 2011. Está estruturado a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) – seis ao longo da fronteira – cujas áreas de atuação não coincidem plenamente com a faixa de fronteira.

Recomendações

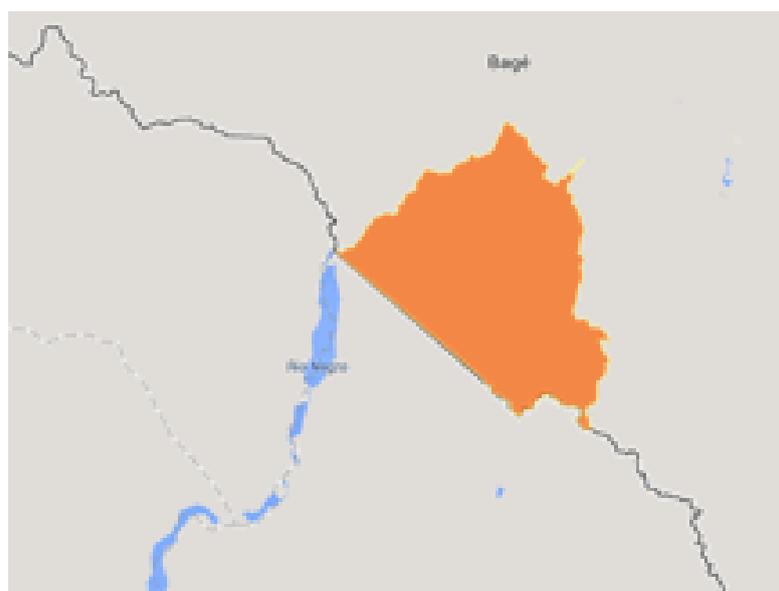
- Melhorar a infraestrutura na qual se desenvolve o trabalho dos operadores de segurança;
- Acompanhar e apoiar a consolidação das estruturas municipais de segurança que estão sendo implantadas nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul;
- Desenvolver políticas de incentivo aos funcionários das instituições de segurança e de fiscalização para escolher trabalhar e se fixar na fronteira (moradias, incentivos no plano de carreira, incentivos econômicos);
- Sistematizar as demandas das unidades do Corpo de Bombeiros, hierarquizá-las e atendê-las de acordo com as principais prioridades;
- Incorporar estratégias de aproveitamento do material avariado aos planos de investimento em novas viaturas e veículos;

- Criar incentivos ao desarmamento na Faixa de Fronteira e desenvolver políticas de desestruturação do mercado irregular de armas;
- Planificar estrategicamente o reforço de instituições de segurança e fiscalização na região de confluência das fronteiras com Argentina e com o Estado de Santa Catarina;
- Realizar um estudo sistemático sobre violência de gênero na faixa de fronteira;
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos, para o enfrentamento da violência de gênero;
- Realizar um estudo sistemático sobre a situação carcerária na faixa de fronteira;
- Colaborar com as autoridades argentinas para o desenvolvimento de mecanismos de controle dos produtos do Paraguai que transitam rumo ao Brasil pelo território argentino;
- Compilar e sistematizar as práticas de cooperação informal entre os diversos atores institucionais existente na fronteira para construir modelos de colaboração e integração possíveis;
- Compilar e analisar os acordos existentes entre o Brasil e o Uruguai e como funcionaram na prática para propor modelos de colaboração e integração possíveis.

Aceguá

O município de Aceguá está situado na fronteira com o Uruguai, separado do município homônimo do país vizinho por uma fronteira seca. Em 1996 emancipou-se do município de Bagé, mas assumiu a sua independência administrativa recentemente, em 2001. O município está dividido em quatro distritos: Aceguá (sede), Rio Negro, Colônia Nova e Minuano. Está localizado a 60 km de distância de sua antiga sede, Bagé, e a 423 km da capital do estado (Porto Alegre). Em Aceguá se encontra o extremo sul da BR-153, cujo extremo norte é a cidade de Marabá (PA), depois de percorrer 4.355 km. A rodovia é a ligação principal do Centro-Oeste e do Meio-Norte do Brasil (Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão) com as demais regiões do país. O município de Aceguá foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura 2. Mapa do Município de Aceguá e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 10766, de 14 de abril de 1996.
Localização: Sul do Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 1.549,383km ²
Fronteiras: ao oeste com Bagé e a República Oriental do Uruguai; ao norte com Bagé; ao leste com Hulha Negra, Candiota e Pedras Altas; ao sul com a República Oriental do Uruguai.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não.
Acesso viário: sim.
População (2010): 4.394 habitantes
Densidade demográfica: 2,84 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 133.996.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 30.495,28
IDH-M (2010): 0,687
Gentílico: aceguaense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A denominação de Aceguá tem origem na língua Guarani que designa “local de descanso”, nome atribuído possivelmente pelo fato de o lugar servir como cemitério da população desta etnia. Originalmente o local também foi habitado por grupos Charruas, Minuanos e Guenoas.

A ocupação de origem europeia se inicia com a fundação da Missão de Santo André do Guenoas em 1683. Posteriormente, como de costume na região, seguiram uma série de conflitos: entre europeus e indígenas após o Tratado de Madrid (1752); entre portugueses e espanhóis (após a revogação do tratado de Madrid (1753); o Uruguai,

o Brasil, a Argentina, por causa das Guerras Cisplatinas (1825-1828), entre forças rio-grandenses e forças federais (Revolução Farroupilha); entre Gaúchos partidários de Gaspar Silveira Martins, Federalistas e partidários de Júlio de Castilhos, Republicanos (1893-1895) e novamente entre gaúchos em 1923.

A sua população é composta por descendentes de portugueses, espanhóis, índios e negros, que formaram “o gaúcho” ou “el gaucho” nos dois lados da fronteira. Posteriormente a região recebeu a colonização alemã, resultante nas comunidades rurais de Colônia Nova, Colônia Médice e Colônia Pioneira, com hábitos e tradições germânicas. Também recebeu a imigração árabe, com costumes e tradições próprias, que passaram a explorar e dinamizar o comércio local.

Devido à situação de Aceguá, fronteira seca com a vizinha da cidade uruguaia também chamada de Aceguá, a cidade é um tradicional ponto de passagens do comércio informal entre os dois países. Desde longo tempo contrabandistas castelhanos e portugueses utilizavam esta rota para idas e vindas de mercadorias buscando obter vantagens comerciais entre um e outro país, situação que permanece até hoje. Como em outros municípios da região, a partir da década de 1970, a produção pecuária bovina em grandes extensões de terra começa a ceder espaço para a lavoura temporária, principalmente dedicada ao cultivo de arroz.

A emancipação de Aceguá deu-se em 16 de abril de 1996, por meio da Lei 10.766. No entanto, só em 1º de janeiro de 2001, é implantado o município com a posse do primeiro prefeito. O censo de 2010 contou 4.394 habitantes distribuídos numa área 1.549,383 Km² (2,84 habitantes por Km²). Dessa população, 24,10% vive no setor urbano e 75,90% no setor rural. A economia local é ainda fortemente marcada pela pecuária bovina (rebanho de 141.126 cabeças) e ovina (rebanho de 56.798 cabeças). Progressivamente a pecuária está dividindo importância com o cultivo de lavouras temporárias e os três produtos que mais se destacam são: soja (8.000 hectares de área plantada), arroz (6.500 hectares de área plantada) e milho (3.000 hectares de área plantada).

Fonte: IBGE, Prefeitura de Aceguá e Radar-rs.

Diagnóstico da Segurança Pública em Aceguá

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 4.465 habitantes.
Homicídios (2012): 0 (zero)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, GGIF, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Razão:
População / efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 1.488 habitantes.
População / efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 235 habitantes.

Tabela 2. Registro de Ocorrências, Município de Aceguá– Período 2009 / 2012.

Aceguá	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Tráfico
2012	0	57	0	0	1	4	0
2011	1	61	0	0	1	2	1
2010	0	57	1	0	0	6	0
2009	0	71	0	4	2	0	1

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Aceguá em 2012 foram de furto de gado, Maria da Penha, infrações de trânsito e furtos diversos.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 3. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Aceguá.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 4.465 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	2	Praças	18
	Peritos	-		
	Legistas	-		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		3	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		1	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		-	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	2		-	
Máquina Fotográfica	2		-	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	4	1

Segurança Pública nas Fronteiras

Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Jamais atende a necessidade		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	-	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	1	-	3	-
Rádio portátil (HT)	-	-	6	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	-	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-	3	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2	-	9	-
Colete antibalísticos	2	-	20	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	40	-
Outros	-	-	2	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	11	-
Carabina	1	-	2	-
Espingarda	1	-	2	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	-	-
Revólver	-	-	-	-
Pistola	2	-	20	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente		Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	6		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Aceguá uma delegacia com um delegado auxiliar e dois agentes. A sede policial possui conexão à internet com velocidade de 100 kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Aceguá utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel (livros). Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2004, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar, não havendo necessidade de se incrementar a parceria com qualquer instituição de acordo com o entrevistado. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Aceguá, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis e colaborativas, com troca de informações. A Polícia Civil de Aceguá apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Ágata e Fronteira Segura. No ano de 2012, não participou do Programa ENAFRON, mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O Pelotão da Brigada Militar de Aceguá conta com um oficial e 18 praças. No quartel, não existe nenhum sistema de administração em uso. Quanto aos sistemas de informação, faz-se o controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O quartel não dispõe de conexão com internet. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relacionados ao furto de gado, Lei Maria da Penha, infrações de trânsito e furtos diversos.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição tem participado da Operação Ágata e de operações de combate ao abigeato. Participa também do coletivo de gestão de segurança pública do Conselho Municipal de Desenvolvimento. Em Aceguá, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho baseado em troca de informações e na realização de missões conjuntas. Esta instituição não participou do Programa ENAFRON em 2012 nem tem participado da Operação Sentinela.

Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF)

Existe no município de Aceguá um Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, coordenado pelo secretário-geral do governo municipal. De acordo com o entrevistado, o município de Aceguá mantém uma relação amigável e colaborativa com o país vizinho, baseada na troca de informações. O GGIF tem funcionado como espaço de articulação entre os órgãos de segurança locais e do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 4. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Aceguá.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
Unidades	Conselho Tutelar	
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

No município de Aceguá, existem um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e um Conselho Tutelar. As principais dificuldades encontradas pelos membros do Conselho Tutelar para sua atuação são o excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. O entrevistado observa que os conselheiros não conseguem apoio para participar em cursos de formação. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 5. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Aceguá.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe A	
Efetivo	Auditores	1
	Técnicos	-
	Terceirizados	5
	Analistas-tributários	4
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

No município de Aceguá, a Receita Federal dispõe de um posto de fiscalização (localizado na BR-153) e de um porto seco. Conta com sete carros oficiais funcionando e um furgão. Muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, cuja velocidade é de 1 mbp/s. O posto de fiscalização constitui um Área de Controle Integrado (Aci-Aceguá), na qual se trabalha com funcionários uruguaios. A Receita Federal tem participado do Comitê Organizador da Copa. O representante institucional entrevistado acredita que essa participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações: Ágata, Fronteira Sul, Sentinela e Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Metade dos operadores de segurança concorda com a afirmativa que as atividades ilícitas dinamizam a economia do município e todos concordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos concordam com que estar próximo à fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente devido à presença de free-shops que também servem para potencializar o turismo local. A posse de arma de fogo em Aceguá é mais frequente do que em outros municípios segundo todos os entrevistados. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Aceguá foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 6: Percepção da incidência de crimes no município de Aceguá.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são a residências, de gado e no comércio. Sobre a percepção de ocorrência de roubos, foram citados o roubo de motocicleta, de carga e de propriedades rurais. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: os pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de

bar e decorrente de conflitos de propriedade. As brigas de bar e as situações domésticas foram também mencionadas como as situações em que mais ocorrem homicídios dolosos, sendo também frequente o homicídio decorrido de conflitos entre vizinhos. Entre os crimes sexuais, os entrevistados consideram que os três mais frequentes em Aceguá são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

O Grupo Focal revelou uma posição ambígua dos participantes com relação à segurança local. No início, os participantes citaram o aumento no consumo de drogas ilícitas e a redução na situação de tranquilidade. Indagados sobre como era a vida em Aceguá, houve praticamente unanimidade com relação à situação de tranquilidade. Nas intervenções, o uso de drogas aparecia associado às pessoas que vêm de fora comprar nos free-shops, principalmente jovens. Contudo, isso não era correlacionado com aumento da criminalidade.

A circulação de mercadoria entre os países é vista como a sustentação do mercado local. Assim, mesmo que incorrendo em certos casos fora da legalidade, essa circulação não é associada ao crime, e sim as práticas comerciais tradicionais. Tal é a importância desta questão que chegou até mesmo a ocorrer uma reunião na câmara de vereadores local solicitando a Brigada Militar mais tolerância com estas atividades e seus protagonistas.

O município foi citado como rota eventual de tráfico de produtos ilegais, como drogas e agrotóxicos. Sobre isso, os integrantes relataram a extrema facilidade de passar pela aduana no local, tanto indo para o Brasil como para o Uruguai. O abigeato foi apontado como um problema no município, porém, até mesmo, levantou-se a suspeita de que, em alguns casos de grandes roubos de gado, poderia haver o forjamento com a finalidade de sonegação de impostos por parte dos proprietários. Vale ressaltar a reiterada citação de problemas domésticos, principalmente violência contra a mulher ou nos núcleos familiares.

Quanto ao trabalho dos policiais, os participantes falaram da pequena demanda de trabalho com relação à criminalidade, destacando os problemas que têm para lidar com o trânsito local, dado o contraste entre as regras e sua aplicação diferencial de um lado e outro da fronteira.

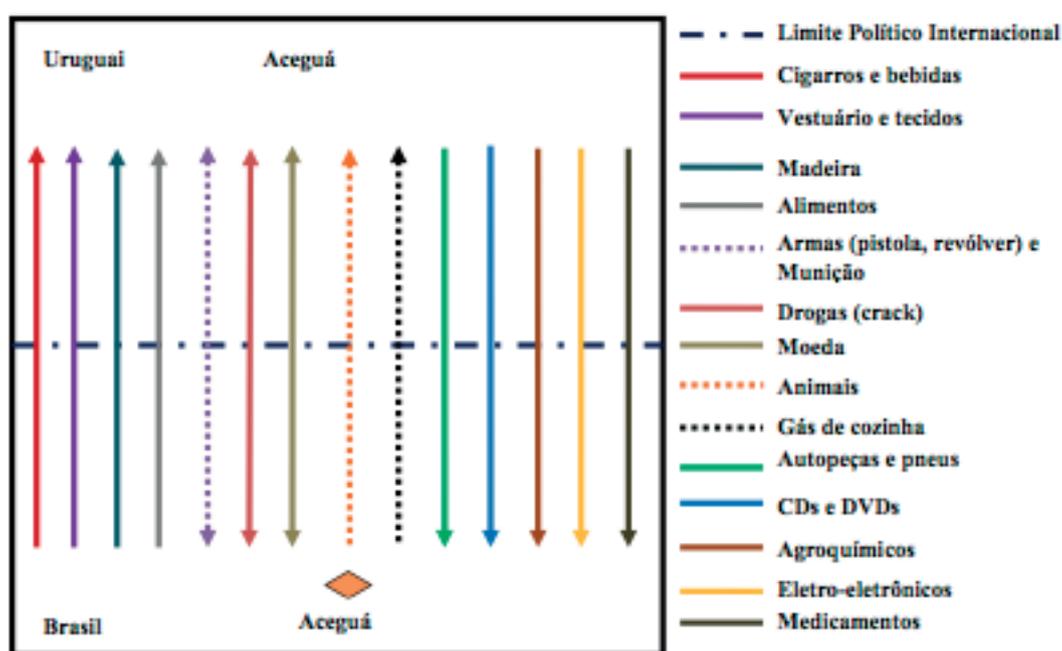
Foram criticadas a falta de harmonização legal e de integração formal entre os órgãos de segurança de cada país. Por sua vez, as operações de fronteira foram caracterizadas como inspiradas mais na publicidade que elas ganham que nos efeitos práticos e permanentes que elas têm.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A cidade brasileira de Aceguá e a cidade uruguaia de Aceguá se encontram separadas pela Avenida Internacional (o início da BR-153 que ingressa em território brasileiro e que continua na (rodovia) Ruta 8 em território uruguaio). Somada a essa configuração, as suas dimensões – 4.394 habitantes do lado brasileiro e 1.511 do lado uruguaio – favorecem um cotidiano vivido entre os dois países: pessoas que moram no Uruguai e trabalham no Brasil (e vice-versa), estudam no Brasil e moram no Uruguai (e vice-versa), frequentam festas aqui e lá e fazem compras aqui e lá, aproveitando a melhor situação em um e outro lugar e em uma e outra época.

O comércio fronteiriço é fundamental para a dinâmica local. Os free-shops do lado uruguaio são visitados por turistas brasileiros, que viajam para fazer as compras em Aceguá. O comércio brasileiro – principalmente de gêneros alimentícios, produtos de vestuário, combustível e principalmente de gás de cozinha – vende principalmente aos compradores uruguaio conhecidos como quileros, os quais estão registrados em um cadastro no lado uruguaio. A eles é permitido introduzir “tudo que couber numa moto”, desde o clássico botijão de gás até sofás. Em função disso, a cidade brasileira conta com armazéns e distribuidoras voltados para o mercado uruguaio.

Figura 3. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Aceguá – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Ilícitos transfronteiriços

Questões relacionadas ao contrabando são relatadas sempre como de pequena monta. O contrabando não é percebido como uma atividade organizada em larga escala, tampouco por quadrilhas organizadas. Este pequeno comércio é percebido como fonte de sustentação do comércio local e, sendo assim, não entendido como ação ilícita, e sim como ação de integração comercial. Do Brasil para o Uruguai vão produtos como alimentos, vestuário, gás de cozinha e combustíveis. Do Uruguai para o Brasil são trazidas bebidas, perfumes e, citado como crime de maior importância, agrotóxicos. Com respeito a esses casos, os grandes volumes de agrotóxicos são atribuídos a pessoas de fora, entanto que a população local transporta pequenos volumes para uso próprio. Nesses casos, o transporte se dá por meio de estradas vicinais buscando evitar a fiscalização. As autuações mais frequentes da Receita Federal são basicamente relacionadas ao turismo de compra em casos em que o valor excede a cota permitida.

As autoridades relataram que existe boa integração entre as forças de segurança de um e outro país. No entanto ressaltaram que esta colaboração é baseada na informalidade. Diante deste quadro, uma das demandas relatadas pelas autoridades de segurança pública (além de aumento de efetivo), é o estabelecimento de acordos internacionais de colaboração e regulamentação que façam que a ação conjunta não dependa apenas da boa vontade dos atores envolvidos.

O município de Aceguá vive uma situação de relativa tranquilidade. O principal crime relatado é o abigeato. Outros delitos menores relacionam-se a brigas entre vizinhos e conflitos familiares. A cidade tem uma grande integração fronteiriça e o comércio local tem sua dinâmica associada à venda de produtos ao país vizinho. Esta integração está na origem do próprio surgimento do município. Nesse sentido, mesmo em casos de incorrer no descaminho, a atividade não é vista como delituosa, e sim comercial. As principais demandas encontradas pela pesquisa são o aumento de efetivo policial (uma vez que, para patrulhar uma área do município, outras ficarão descobertas) e a formalização da cooperação internacional entre as forças de segurança. Esta formalização faz-se necessária uma vez que a atual situação de colaboração informal revela que esta é uma condição fundamental para a segurança pública local. No entanto, sem os demandados acordos internacionais, é sustentada pela boa vontade dos agentes.

Fotos do Município de Aceguá

Prefeitura de Aceguá



Avenida Central, Aceguá



"Quileros" em Aceguá (compradores uruguaios carregando suas motos)



Conselho Tutelar de Aceguá



Corredor binacional – Aceguá



Marcos fronteiros – Aceguá



Bagé

O município de Bagé faz fronteira com o Uruguai, estando sua sede municipal localizada 60 km do limite internacional. Criado como município em 1846, vários municípios vizinhos têm se emancipado de Bagé ao longo do tempo e até recentemente (Dom Pedrito, Lavras do Sul, Hulha Negra, Candiota e Aceguá). Bagé é o principal município da microrregião da Campanha Meridional, com uma população de 116.794 habitantes (2010). O município está dividido nos distritos de Bagé, Joca Tavares, José Otavio, **Palmas** e Piraí. A localidade de Bagé está conectada com Aceguá, na fronteira com o Uruguai, por meio da BR-153 e a RS-473. Fica distante 373 km da capital do estado (Porto Alegre).

Figura 4. Mapa do Município de Bagé e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei provincial nº 65 de 5 de junho de 1846.
Localização: Sudoeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 4.095,534 km ²
Fronteiras: ao norte com Lavras do Sul e com Caçapava do Sul; ao sul com Aceguá e Uruguai; ao leste com Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota; ao oeste com o Uruguai e Dom Pedrito.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não.
Acesso viário: sim.
População (2010): 116.794 habitantes
Densidade demográfica: 28,52 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,56
PIB (2010): R\$ 1.430.888.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.251,59
IDH-M (2010): 0,74
Gentílico: bageense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região do município de Bagé começa a ser habitada por europeus em 1683 quando os missionários jesuítas vindos de Buenos Aires fundam a Redução de São André dos Guenoas, na região onde hoje se localiza o município de Bagé, então pertencente ao domínio espanhol. Em 1752, por meio do Tratado de Madri, iniciaram os primeiros trabalhos de demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha e também os primeiros conflitos relacionados às guerras guaraníticas.

Em 1763, o Tratado de Madri é revogado pela Espanha, que ocupa o território do então chamado “Continente do Rio Grande de São Pedro”. Entre 1776 e 1801, o território é retomado por forças portuguesas. A distribuição de terras em formas de sesmarias a combatentes nesses conflitos caracterizou a distribuição fundiária da região até em seu passado recente, ainda marcado pela presença de grandes latifúndios.

A região foi marcada por sucessões de conflitos: Guerras Cisplatinas (1825-1828), Revolução Farroupilha (1835-1845), guerra contra o Uruguai (conflito que ocorre no contexto das Guerras Cisplatinas), Guerra do Paraguai (1864-1870), Revolução Federalista (1893-1895) e mais tarde a revolução de 1923. Note-se a constante situação de disputas, que chegou até o passado recente e fez com que a região, a partir do tratado de Madri até o embate político de 1923, nunca passasse mais de 50 anos sem algum conflito armado.

O município de Bagé foi criado em 1846. O censo de 2010 contou 116.794 habitantes, 83,71% dos quais vivem no setor urbano e 16,29% no setor rural. A economia local é ainda fortemente marcada pela pecuária bovina (rebanho de 332.603 cabeças) e ovina (rebanho de 122.857 cabeças), paulatinamente dividindo importância com o cultivo de arroz. Bagé figura entre os municípios com maior produção no estado. Destaca-se ainda a criação de cavalos de raça.

Fonte: IBGE e Prefeitura de Bagé.

Diagnóstico da Segurança Pública em Bagé

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 117.090 habitantes
Homicídios (2012): 4 (quatro)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Conselho Municipal de Segurança, Justiça, Conselho Tutelar, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Razão:
População / efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 1.697 habitantes.
População / efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 558 habitantes.

Tabela 7. Registro de Ocorrências, Município de Bagé – Período 2009 / 2012.

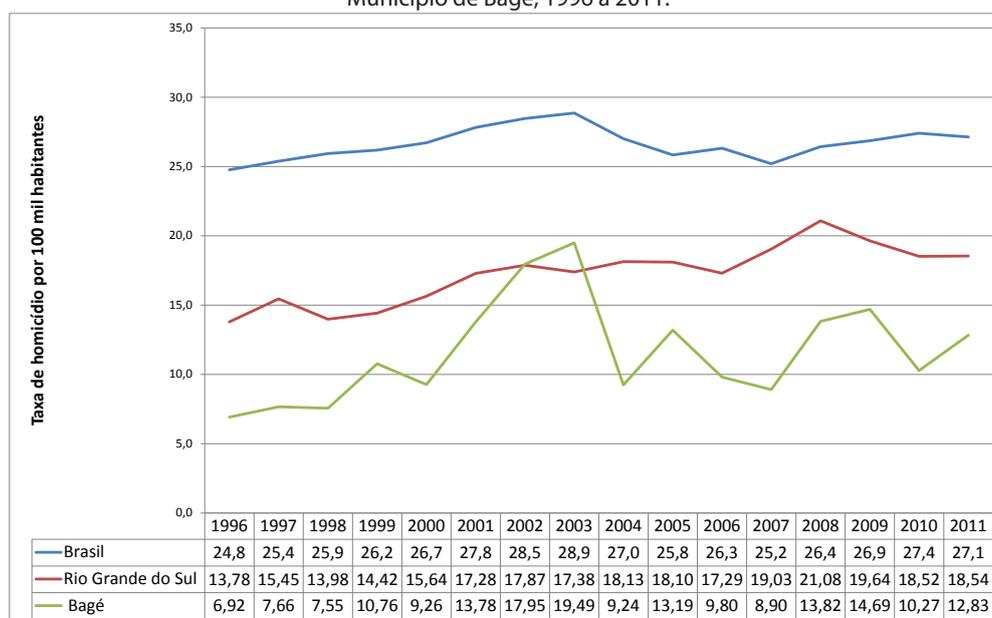
BAGÉ	Homicídio Doloso	Homicídio Doloso de Trânsito	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados à Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	3	1	1.364	74	209	1	4	7	135	0	41	129	90
2011	10	0	1.960	95	246	0	3	5	142	2	48	115	77
2010	7	-	2.286	76	306	1	6	3	129	4	40	113	56
2009	11	-	2.555	89	353	0	8	3	159	0	55	75	51

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: A categoria “Extorsão mediante sequestro” foi excluída do quadro por não apresentar ocorrências para esses anos.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Bagé em 2012 foram vinculados à Lei Maria da Penha.

Gráfico 2. Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Bagé, 1996 a 2011.



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

Instituições de Segurança Pública

Tabela 8. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Bagé.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 117.090 habitantes						
Homicídios (2012): 4						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	5 delegacias		5 batalhões e 1 módulo		1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	10	Delegados	1
	Agentes	65	Praças	200	Agentes	12
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas precisando de reformas	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	15		20		2	
Impressora	12		6		1	
Telefone fixo	2		2		2	
Fax	2		1		-	
Scanner	1		1		-	
Internet	1		1		1	
Estação de rádio analógica	1		1		1	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	-		-		1	
Gravadores	1		-		-	
Máquina Fotográfica	2		1		1	
Filmadora	1		1		-	
Tipos de veículos						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	11	-	6	15	3	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-	-	-
Moto	-	-	5	3	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	6	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Frequentemente atende às necessidades		Raramente atende às necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	3		1		-	
Rádio em viaturas (digital)	4		-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		21		3	
Rádio portátil (HT)	2		8		7	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	-		-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		5		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	12		20		2	

Colete antibalísticos	13	60	11	
Escudos	-	8	-	
Capacetes	-	32	-	
Placa balística	-	15	11	
Outros	-	**	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*	70	*	
Carabina	-	8	1	
Espingarda	-	6	1	
Metralhadora	-	-	-	
Submetralhadora	-	-	-	
Fuzil	-	10	-	
Revólver	12	160	-	
Pistola	6	69	12	
Arma de condutividade elétrica	*	4	*	
Bomba de efeito moral	*	20	*	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	2	
Outro	-	-	Munição anti-motim	*
			Espargidores de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal	
	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal	
Tem carceragem?	Não	Não	*	
Capacidade	*	*	*	
Média de presos/mês	*	*	*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal	
	36	*	*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem cinco delegacias no município de Bagé, que contam com quatro delegados e 65 agentes policiais. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MBps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Bagé utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de protocolo, de controle de viaturas, controle de munição, de armas e de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde o início do estabelecimento da instituição, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Bagé, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis. A Polícia Civil de Bagé apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela, Ágata e Fronteira Sul. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), mas tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O efetivo da Brigada Militar de Bagé está composto por 10 oficiais e 200 praças, distribuídos nos cinco quartéis presentes no Município, além de um módulo da Brigada Militar (posto policial). Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de controle de viaturas, de armas, de munição, de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo e também de financeiro. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; também são usadas fichas de papel e fichários de ocorrências; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007). Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade é de 2 mb/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os referentes à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como Operação Ágata, Fronteira Sul e todas as operações do exército. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Bagé, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

O entrevistado destacou as ações socioeducativas da Brigada Militar, especialmente aquelas feitas com crianças, como a “Brigada Mirim” e as campanhas antidrogas. Destacou como problemas a falta de efetivo.

Tabela 9. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Bagé.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 subgrupamento e 1 seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	22	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	9	2
	Viatura de combate a incêndio	2	1
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios		1º
	Incêndios florestais		5º
	Explosões		6º
	Acidentes de trânsito		4º
	Acidentes ambientais		7º
	Salvamento, busca e resgate		3º
	Outros (fogo em contêiner, orelhão, etc)		2º

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

O efetivo do Corpo de Bombeiro de Bagé está composto por um oficial e 22 praças. Foi considerada suficiente a quantidade de equipamentos de proteção individual; de salvamento e resgate; de armamento e de comunicação. Já a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos não o foi, ressaltando-se a necessidade de binóculos, roupas de aproximação e máscaras para produtos tóxicos. A quantidade de produtos para combate a incêndios florestais também foi considerada insuficiente, e o entrevistado ressaltou a necessidade de batedores e de viaturas com kit de combate a incêndio florestal (bombas costais). Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 3 mbps. A unidade realiza o registro de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios; fogo em container, orelhão, etc.; e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Bagé participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), o que, segundo o entrevistado, modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participou do ENAFRON no ano de 2012 e tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Bagé colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho, mantendo relações amigáveis e colaborativas, com troca de informações e realização de missões conjuntas. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, Polícia Militar, o Ministério Público e as Forças Armadas.

Polícia Rodoviária Federal

O posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal de Bagé conta com um chefe adjunto e 12 policiais; número que varia de acordo às circunstâncias. Não há sistemas de administração em funcionamento. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (que segundo o entrevistado é muito lento); e dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. O banco de dados da unidade está integrado a outro sistema de informação, porém o entrevistado não informou qual. O posto dispõe de internet com velocidade de 100 kbp/s. Atualmente não existem barreiras fixas ou móveis da Polícia Rodoviária Federal em Bagé.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata, Sentinela e Fronteira Blindada. Aproximadamente 3 de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Bagé foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com todas as instituições federais, mas em particular com a Vigilância Sanitária, o IBAMA e a Anvisa.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Bagé foi criado em 23 de fevereiro de 2007, não havendo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são mensalmente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, o tráfico de drogas e o envolvimento de jovens na criminalidade. Tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Bagé recebe demandas da comunidade por meio de outros representantes e lideranças das comunidades, por meio dos integrantes do Conselho e pela participação direta dos cidadãos. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são a demora em atender às ocorrências criminais, o abuso de autoridade e a abordagem truculenta. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações e a falta de confiança no policial. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e avaliação do trabalho da polícia. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que após a criação do Conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 10. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Bagé.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	4	Conselheiros	5
	Funcionários	139				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Nova, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Bagé é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. Os juizados e varas especializadas existentes no município são: juizado especial criminal, vara criminal, vara de execução penal e vara de infância e juventude. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais em funcionamento.

O representante entrevistado não informou se há conexão com a internet na unidade. Estima-se que por volta de 65 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo e sistema de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. Não há produção de estatísticas e o entrevistado não soube responder se o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o juiz entrevistado concorde que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados em Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. Estima-se que 53 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012, 5 deles recebendo medida em internação ou semiliberdade e 48 deles medida em meio aberto. O entrevistado informou que o órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura. Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram: o furto, o tráfico de drogas e o uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Bagé são, segundo o representante entrevistado: falta de recursos humanos; comunicação deficiente com outros órgãos; falta de apoio do poder público municipal e falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Há pelo menos 5 anos que o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Não apoiam ou participam de operações de fronteira nem do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Bagé são o Judiciário Estadual, o IBAMA, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Conselho Tutelar. O entrevistado ressalta que a parceria com a Polícia Civil deveria ser incrementada. O entrevistado salienta que as atuações do Ministério Público em relação aos crimes fronteiriços são de competência do Ministério Público Federal presente em Bagé, portanto o Ministério Público local não teve atuações importantes relacionadas a crimes fronteiriços no ano de 2012. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Bagé. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus-tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 11. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Bagé.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe A	
Efetivo	Auditores	11
	Técnicos	-
	Terceirizados	14
	Analistas-tributários	10
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Bagé dispõe de sete carros oficiais em funcionamento, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A unidade dispõe de conexão à internet cuja velocidade é de 1 mbp/s. A Receita

Federal de Bagé participa do Comitê Organizador Local (coletivo de segurança relacionado à realização da Copa do Mundo). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações Ágata, Fronteira Sul, Fronteira Blindada e Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Os entrevistados (exceto o representante da Receita Federal) concordam com a afirmação de que o fato de estar próximo à fronteira é positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados (exceto o representante do Conselho Municipal de Segurança) concorda que a posse de arma de fogo em Bagé é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Bagé foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, imigração ilegal e crimes ambientais.

Como já mencionado anteriormente, a situação em região de fronteira não é percebida como situação geradora da criminalidade local. Mesmo crimes de contrabando e descaminho ocorrem num contexto tradicional (historicamente comum na região) envolvendo basicamente viveres alimentícios, e seguindo as flutuações binacionais de preços. Como também já registrado anteriormente, o crescente avanço do cultivo agrícola tem aumentado os índices de entrada de insumos agrícolas no Brasil, principalmente agrotóxicos, cuja venda não é permitida no país.

Bagé se destaca pela organização institucional, com resultados efetivos do funcionamento dos órgãos públicos. Possui um dos maiores centros integrados de vigilância dos municípios visitados, composto por câmeras de vigilância que monitoram a área central do município. O centro de vigilância é administrado conjuntamente pela Prefeitura e Brigada Militar. Possui uma estrutura com diversas salas, onde funcionam diferentes programas de segurança municipal. A central de vídeo monitoramento, que funciona dentro da Prefeitura, impressiona por sua eficiência. Os trabalhadores esclareceram que os principais flagrantes são infrações de trânsito, furtos e uso e venda de drogas. Argumentaram que as câmeras amenizam a carência de efetivo da BM e “trazem mais segurança”.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 12. Percepção da incidência de crimes no município de Bagé.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são no comércio, em residência e de gado; já os tipos mais frequentes de roubo são a transeunte, a estabelecimento comercial, e em residência (inclusive propriedades rurais). Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos; o falso sorteio, concurso ou premiação; e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em brigas de bar, em situação doméstica, decorrente de conflitos de propriedade e decorrente de conflitos de mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, em brigas de bar e em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Bagé são o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, o estupro ou abuso sexual de crianças e menores de idade e os atos libidinosos. Os crimes que mais aparecem para julgamento são os que envolvem o tráfico de entorpecentes e o porte ilegal de armas de fogo, e os processos ligados a ambos os crimes frequentemente resultam em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município, porém o representante da Justiça também destacou o atentado ao pudor. Já as situações registradas com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

De modo geral, as opiniões discutidas no grupo focal realizado concordam com o dito pelas autoridades de segurança pública. Um destaque maior foi dado ao consumo e tráfico local de entorpecentes, situação que geraria outro conjunto de ilícitos como roubos e furtos. Com respeito às causas destes problemas, os participantes acreditam que a situação de Bagé não se distingue de outros municípios que, de modo geral, estariam sujeitos aos problemas decorrentes do aumento no consumo de entorpecentes. Alguns participantes assinalaram a necessidade de a polícia focar seu trabalho nos bairros violentos, tal como ocorreu em outras oportunidades com bons resultados. A falta de efetivo policial também foi apontada como estando na base do conjunto dos problemas listados. Por sua vez, a necessidade de uma atuação mais efetiva do exército, como ocorreu durante a operação Ágata, foi apontada como uma possível solução.

Existe também a percepção de que o acordo do MERCOSUL deveria levar a uniformidade em algumas questões legais, como o porte de drogas e armas, em que o estado uruguaio é mais permissivo que o brasileiro, o que leva a que muitas pessoas aproveitem esta diferença legislativa para introduzir mercadorias ilegais no Brasil.

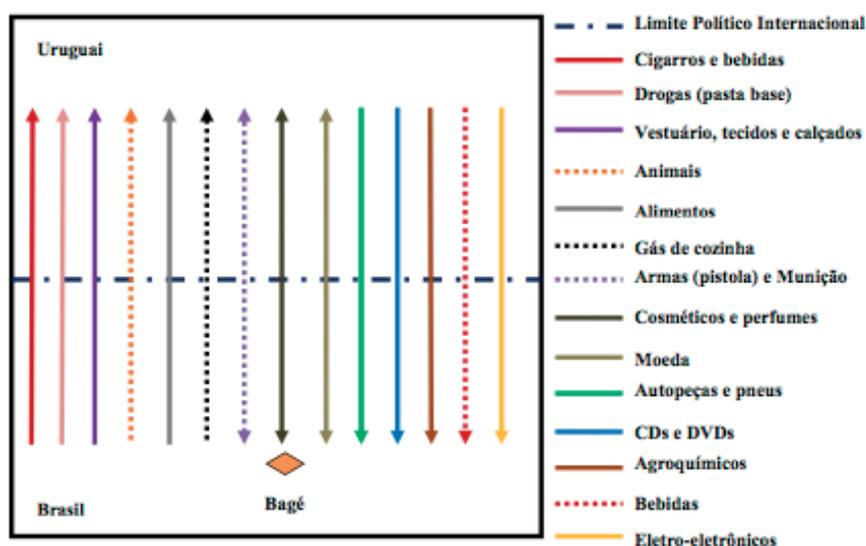
O abigeato é outro crime que preocupa. É sempre citado durante conversas, pois Bagé possui uma produção agropecuária de grandes proporções. As facilidades que proporcionam a fronteira seca e a dificuldade de flagrante neste tipo de crime levam a uma sensação de impunidade entre os produtores rurais e demais pessoas que trabalham no ramo. De acordo com dados da Polícia Civil, no ano de 2012 foram notificados 250 furtos de bovinos e 151 furtos de ovinos no município, sendo o segundo município com maior incidência da região, depois de Dom Pedrito.

A percepção sobre os agentes de segurança pública no município é a de que, mesmo possuindo um baixo efetivo, ao atuarem de maneira organizada e em conjunto com a população, podem ser obtidos bons resultados. A violência contra a mulher também é citada como um crime recorrente: questões culturais de uma sociedade historicamente machista foram identificadas pelos participantes do grupo focal como fatores importantes para que este tipo de violência ocorra.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Se o município de Bagé está localizado sobre a fronteira com o Uruguai, a sede do município localiza-se a 60 km da linha fronteira, sendo Aceguá a cidade que se encontra nesta faixa. Em Bagé, “fronteira” remete diretamente a Aceguá, e o contato Bagé-Aceguá é bastante expressivo. Tanto os turistas brasileiros que compram nos free-shops da cidade uruguaia quanto os diversos fluxos de mercadorias legais e ilegais ingressam por Aceguá e continuam para Bagé via BR-153.

Figura 5. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Bagé – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Na opinião dos habitantes de Bagé a situação de fronteira é vista como uma vantagem, já que enxergam o acesso a produtos importados em free-shops como algo muito positivo e como um privilégio de consumo. Estes também reclamam da ausência de formas de economia mais contemporâneas, como trabalhos corporativos e industriais, porém não lhes atribuem à situação de fronteira a responsabilidade pela ausência destes.

A fronteira de Aceguá é vista como porosa e de fácil introdução de produtos ilegais no Brasil. De acordo com alguns participantes do grupo focal, um aumento na fiscalização seria benéfico à Bagé, dado que a cidade se vê prejudicada por ser uma rota de ilícitos. Algumas pessoas entrevistadas citam a fragilidade econômica da região como justificativa para os jovens atuarem neste tipo de atividade.

Bagé é um centro regional de importância. Possui um aeroporto habilitado a receber voos internacionais, operado pela INFRAERO. Ainda que não tenha voos comerciais regulares, o Aeroporto Internacional Comandante Gustavo Kraemer trabalha diariamente com táxis-aéreos e jatos executivos, além de dois voos com malote bancário. Bagé está se tornando um importante centro universitário, abrigando a sede principal da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), assim como campus da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e da Universidade Estadual de Rio Grande do Sul, e também de universidades particulares.

Existe a percepção que, mesmo havendo um aumento da criminalidade—problemas como drogas, furtos e roubos—, Bagé mantenha níveis aceitáveis de segurança. Tal percepção ocorre de forma comparativa com outros municípios da região sul, pois, mesmo estando em uma região de carências econômicas, os operadores locais consideram que o município apresenta boas condições de trabalho.

Existe a percepção que as operações de fronteira são ineficientes, pois somente inibem as atividades em um curto período de tempo. A ampla divulgação pela mídia local alerta os interessados em qualquer tipo de atividade ilícita, gerando a impressão de que o propósito da operação seja apenas propaganda e satisfação da população. Dentro das operações, alguns agentes relataram que o deslocamento de efetivo policial para as operações de fronteira deixava o município desguarnecido.

Conclui-se que o município de Bagé apresenta relativa tranquilidade no quesito segurança pública dentro do contexto nacional. Percebe-se que a condição de fronteira não impacta negativamente a situação do município neste campo. Registrou-se uma boa integração entre as forças de segurança pública em nível nacional e internacional, mesmo que, em alguns casos, não formalizada. Destaca-se o trabalho dos órgãos de segurança e da prefeitura na área de segurança pública e a integração entre eles. Os ilícitos mais apontados foram o abigeato, pequenos furtos e roubos decorrentes principalmente do consumo de entorpecentes e violência doméstica.

Fotos do Município de Bagé

Polícia Civil



Centro Integrado de Vigilância (Prefeitura)



3º Batalhão Logístico do Exército



Ministério Público



Receita Federal



Conselho Tutelar



Fórum



Barra do Quaraí

O município foi criado por Lei Estadual n.º 10.655, de 28 de dezembro de 1995 com a denominação de Barra de Quaraí, e instalado em 1º de janeiro de 1997. Está localizado na confluência do Rio Uruguai e o Rio Quaraí, que são atravessados em balsas na fronteira com a Argentina, e por meio de uma ponte internacional com o Uruguai. É constituído por 4 distritos: Barra do Quaraí, Francisco Borges, Gutierrez e Passo Cruz. Encontra-se no extremo sul-oeste do Brasil conformando uma tríplice fronteira com as cidades de Bella Unión, no Uruguai, e com Monte Caseros, na Argentina. Existe uma ilha denominada Ilha Brasileira no rio Quaraí, disputada há anos com o Uruguai. Da Barra de Quaraí, entra-se no Brasil por meio da BR-472. A capital do Estado, Porto Alegre, encontra-se a 708 Km.

Figura 6. Mapa do Município de Barra de Quaraí e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 10.655, de 28 de dezembro de 1995
Localização: Oeste do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 1.056,143 km ²
Fronteiras: ao norte com Uruguaiana, ao sul com o Uruguai e a oeste com a Argentina
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 4.012 habitantes
Densidade demográfica: 3,8 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 139.256.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 33.430,27
IDH-M (2010): 0,662
Gentílico: barrense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os registros históricos mais remotos de ocupação da Barra do Quaraí indicam o ano de 1814, em que foi instalada uma Guarda Portuguesa de Fronteira, cujo objetivo era garantir a defesa do território conquistado. Uma das versões é que o nome do município deve-se à sua localização próxima à foz do Rio Quaraí (que deságua no Rio Uruguai), formando o que se chama de barra do rio. A população nativa que ocupava o território corresponde à etnia Charrúa. Segundo o histórico proporcionado pela prefeitura do município, a destruição das reduções jesuíticas liberou espaço que progressivamente foi ocupado pelo gado, que culminou sendo a principal produção local. A esses recursos somou-se a indústria saladeril em 1887. Em 1883 foi criado, pela iniciativa inglesa, o trecho ferroviário da Barra do Quaraí a Uruguiana da “Brazil Great Southern”, que começou a funcionar em 1887. A Ferrovia e o Saladero constituíram a base econômica de toda a região no fim do século 19. A ferrovia permitiu o transporte da produção regional, a exportação e a importação, assim como a comunicação.

Atualmente a principal atividade do município é agropecuária. O uso agropecuário da terra em Barra do Quaraí relaciona-se basicamente ao cultivo do arroz irrigado. Ainda que esteja presente em todo o município, este cultivo realmente domina, no centro-sul, na várzea do Quaraí, portanto, na fronteira com o Uruguai. A cultura do arroz irrigado depende do uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas. Muitos rizicultores do Brasil têm terras tanto na margem direita do rio Quaraí, ou seja, no Brasil, quanto na margem esquerda, ou seja, no Uruguai.

Fonte: IBGE e Site da Prefeitura de Barra do Quaraí

Diagnóstico da Segurança Pública em Barra do Quaraí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	4.032 habitantes
Homicídios (2012):	0 (zero)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Municipal de Segurança Pública, Conselho Tutelar e Receita Federal
Razão:	
População / efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.016 habitantes.
População / efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 448 habitantes.

Tabela 13. Registro de Ocorrências, Município de Barra de Quaraí – Período 2009 / 2012.

BARRA DE QUARAÍ	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	57	2	1	0	1	1	0
2011	78	1	1	1	0	4	0
2010	51	0	2	1	5	3	1
2009	65	1	2	1	14	0	1

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Barra de Quaraí em 2012 foram vinculados à Lei Maria da Penha, apreensão de drogas e armas e abigeato.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 14. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Barra do Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 4.032 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	2		-	
Telefone fixo	3		1	
Fax	2		-	
Scanner	*		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	**		**	
Estação de rádio digital	**		**	
Equipamento de visão noturna	**		**	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	*		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente		Muito frequentemente atende a necessidade	

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	1	-
Rádio em viaturas (digital)	**	**
Rádio em viaturas (analógico)	**	**
Rádio portátil (HT)	**	**
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	1	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	1	9
Colete antibalísticos	1	16
Escudos	**	-
Capacetes	**	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	10
Carabina	-	-
Espingarda	1	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	-
Revólver	1	2
Pistola	1	9
Arma de condutividade elétrica	*	1
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	**	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidade de munição suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	2	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	4	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Barra do Quaraí uma delegacia com um delegado e um agente. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Barra do Quaraí utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de armas e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de informação computadorizado, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg, e são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular, mas o entrevistado não soube dizer desde quando as estatísticas são produzidas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, nenhuma parceria deveria ser incrementada. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança e também de outro coletivo que não foi informado.

Polícia Militar

No Batalhão de Barra do Quaraí, está em uso uma série de sistemas de administração utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos, porém os dados não são computadorizados. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2000), não sendo efetuada a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à Lei Maria da Penha, apreensão de drogas e armas, e abigeato.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a Polícia Ambiental e o Exército Brasileiro. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron), de Conselho Municipal e de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, além de outro coletivo.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Barra do Quaraí foi criado no ano de 2010, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são mensalmente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, tráfico de drogas e contrabando e descaminho. Há efetiva participação dos conselheiros representantes da sociedade civil, e não há efetiva participação de todos os órgãos do Poder Público neste Conselho. O Conselho Municipal de Segurança de Barra do Quaraí recebe demandas da comunidade por meio dos

integrantes do Conselho, pela Polícia, por outros representantes e lideranças da comunidade, pela participação direta dos cidadãos, e ainda de outras maneiras, como pelas escolas, associações, etc. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são a demora em atender às ocorrências criminais e a ineficiência. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial e a falta de cooperação no fornecimento de informações. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 15. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Barra de Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Barra do Quaraí. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 16. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Barra de Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe B	
Efetivo	Audidores	0
	Técnicos	0
	Terceirizados	5
	Analistas-tributários	4
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Barra do Quaraí dispõe de 1 carro oficial funcionando e, muito frequentemente, a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A Receita Federal de Barra do Quaraí participa de um coletivo de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação Fronteira Sul.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. A maioria concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A proximidade da fronteira é um fato positivo para alguns entrevistados, por causa da circulação de pessoas e do comércio que se forma na região. Já para outros entrevistados não há vantagens, pois se trata de um município de renda rural. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Barra do Quaraí é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Barra do Quaraí foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, imigração ilegal, crimes ambientais e exploração sexual infantojuvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 17. Percepção da incidência de crimes no município de Barra do Quaraí.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Justiça	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

De acordo com os representantes das Polícias Civil e Militar, os tipos mais frequentes de furto são o de gado e a residências, tendo sido citados o furto ao comércio e de luz. Os tipos de roubo mais comuns seriam a transeunte, a estabelecimento comercial rural, e a residências, tendo sido citado o abigeato. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes financeiras ou comerciais, tendo sido citada a fraude em telefone móvel. Os principais tipos de

extorsão são mediante posse de foto de situação privada e extorsão simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica, brigas de bar, e aquelas decorrentes de conflitos em mercados ilegais, tendo sido citada briga entre vizinhos. Já em relação às causas assinaladas para os homicídios dolosos a mais citada foi em brigas de bar, além de situação doméstica, brigas de vizinhos e em acertos de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Barra do Quaraí são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infantojuvenil e os atos libidinosos. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: envolvimento com drogas, abigeato e exploração sexual. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono de escola.

Os operadores de segurança que atuam no município descreveram a cidade como muito pacata, destacando apenas a violência contra a mulher e o uso de drogas e furtos, em geral, pouco significativos. Na PM e nos Bombeiros destacou-se a falta de estruturas dos postos, de locais de moradia para os agentes (na PM, alguns militares dormiam no posto quando ficavam na cidade) e de equipamentos. Os operadores locais afirmaram desconhecer ilícitos transfronteiriços relevantes e só após muito conversar admitiam a possibilidade de trânsitos ilegais, ainda que negassem um caráter organizado a tais práticas.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

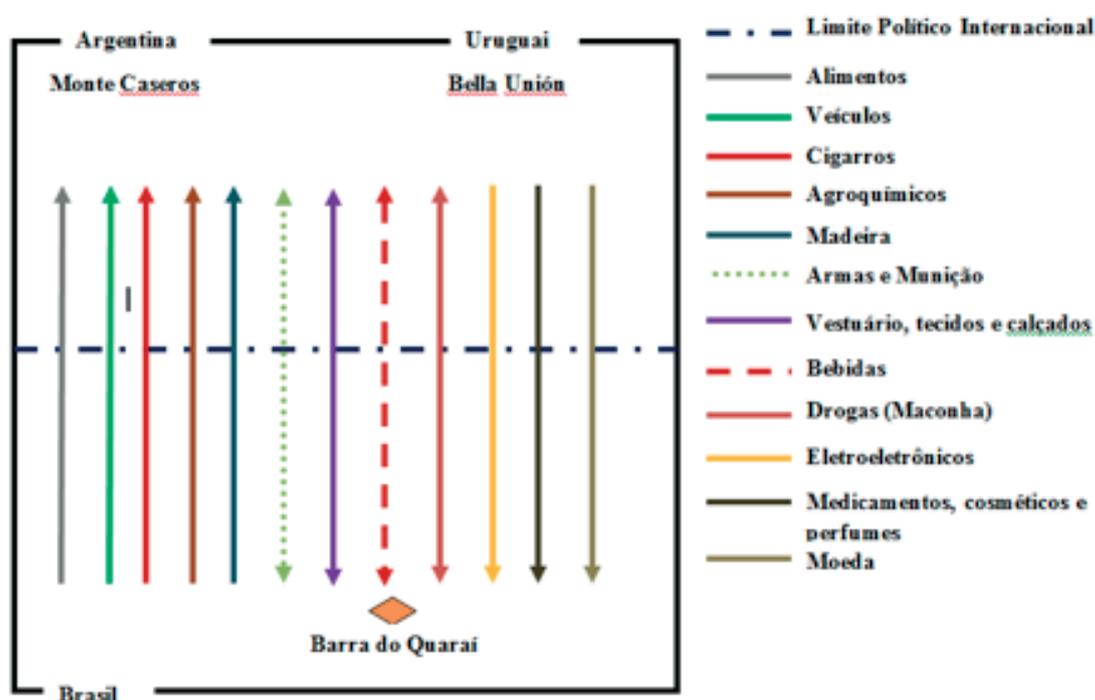
Entrevistados do âmbito educativo levantaram o problema da bebida alcoólica para a população jovem e rural. Associam o hábito à falta de atividades de lazer que leva a um uso precoce. No caso dos trabalhadores rurais, sabe-se de casos em que o trabalho ou as mercadorias são pagas em bebida, a embriaguez, que resulta do uso por disponibilidade, gera situações de violência principalmente doméstica. Falou-se do uso de maconha e cocaína, mas o crack não parece ainda ser um problema visível. Sobre a prostituição alguns entrevistados referiram-se a meninas de Bella Unión que trabalham em Barra do Quaraí. No município, a gravidez de adolescentes e jovens também é frequente.

Quando indagados sobre outros problemas de segurança pública e violência, apontaram as drogas, a violência doméstica e, em alguns casos, a exploração sexual de menores como problemas recorrentes. A Lei Maria da Penha parece ser do conhecimento de todos. Quanto às drogas, o problema parece ser mais o aumento do número de usuários, assim como os de álcool, sem necessariamente formação de “bocas”, gangues ou configurações similares.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de Barra do Quaraí, Monte Caseros (Argentina) e Bella Unión (Uruguai). O comércio local está principalmente voltado para mercadorias como alimentos, bebidas, vestuário e tecidos, calçados, calçados, moeda, cosméticos e perfumes, eletroeletrônicos. As atividades ilegais resultam basicamente do contrabando de alpiste, soja, munição, agroquímicos, combustível, veículos, medicamentos, cigarros, drogas e armas. As apreensões no último ano foram principalmente de eletroeletrônicos, agroquímicos, bebidas, maconha, munição, animais, cosméticos e perfumes. A principal apreensão de drogas é de maconha. As ocorrências envolvendo drogas não são muito frequentes no município.

Figura 7. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Barra de Quaraí – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Devemos ressaltar que os agroquímicos são originados da Argentina, mas segundo os entrevistados muitos deles são provenientes do Uruguai. Eletroeletrônicos provêm da Argentina, que faz de rota do Paraguai até o Brasil. As drogas também passam por um circuito similar e acabam tendo como destino o próprio país e Uruguai, sem necessariamente ter o município como destinatário de consumo.

Percepção da dinâmica urbana

As autoridades e os membros da sociedade civil constantemente flutuam entre definir a cidade como “desguardada, desprotegida, vulnerável” e “segura, tranquila, boa de viver”. O pequeno município de Barra do Quaraí é caracterizado como tranquilo, a

ponto de as pessoas terem por costume deixar casas e carros sem tranca. Turisticamente tem alguns atrativos, como a Ilha Brasileira, o Parque Estadual do Espinhalho, a estância São Pedro e a Festa da Batata-doce. Os entrevistados coincidiram em que o fato de ser tríplice fronteira permite uma troca cultural que ajuda a aprender das experiências dos outros países, além de propiciar uma colaboração efetiva em recursos e serviços. O intercâmbio cultural com a cidade de Bella Unión é relevante, existe um fluxo dinâmico para levar alunos para assistir ao teatro ou fazer aulas de ballet, e a burocracia não impede a circulação. Existe um registro de menores que circulam na fronteira, o que facilita o intercâmbio e a movimentação. Por causa das diferenças existentes entre os municípios, a cidade recebe profissionais que viajam de Uruguiana para desempenharem atividades na área educativa e outras.

Existem investimentos em serviços públicos na cidade, programas de atendimento a crianças e gestantes, que colaboram em muito com a qualidade de vida. Em se tratando de um município pequeno, o conhecimento que os administradores têm das famílias ajuda a fazer um bom trabalho, melhorando a qualidade de vida dos moradores. Mas, na opinião de alguns entrevistados, isso também faz com que as pessoas se conheçam entre si e, ao gerar proximidade com as autoridades políticas, o rigor da lei dilui-se em certa medida, o que favorece algumas práticas ilícitas ou um uso particularizado dos serviços públicos. Entrevistados das instituições de fiscalização afirmaram que evitam aprofundar as relações de amizade com moradores do lugar para se evadir do compadrio. Alguns deles mantêm suas famílias na cidade de Alegrete, pois oferece maiores possibilidades para o estudo e o lazer e viajam sempre que podem.

A vida social com as cidades de fronteira é dinâmica e caracterizada pelas trocas mercantis. As pessoas compram na Argentina alimentos, e lá costumam procurar gás em botijões.

De maneira geral, os entrevistados consideram que a criminalidade é baixa, que as relações cotidianas são muito próximas, e que as relações com os uruguaios e os argentinos são muito fraternas. Existe um convênio assinado com Bella Unión para uso dos sistemas de saúde. Em caso de acidentes ou emergência, o hospital uruguaio socorre as pessoas. Atualmente se paga ao hospital para receber os serviços por meio de convênio. As rotinas internacionais são muito dinâmicas, a circulação é constante, a ponto da maior parte dos moradores dos três países preferir não ter os controles alfandegários.

A mecanização do trabalho rural tem produzido um alto número de pessoas desempregadas, que não está conseguindo se inserir em outras atividades devido aos poucos investimentos para desenvolvimento municipal.

Foi ressaltado que o fato de ser um município tão pequeno, tornam muito evidentes as diferenças políticas, o que leva a disputas e tensões públicas derivadas do uso da informação, da autoridade e das aspirações ao poder.

Os mercados ilegais

No tocante à segurança pública na fronteira, a situação é curiosa: há muitos portos clandestinos de fácil acesso, até mesmo imediatamente ao lado do posto da Receita Federal. Este, por sua vez, só funciona em horário comercial, encerrando suas atividades às 20h. Dessa forma, cargas ilícitas passam pela ponte que liga a cidade a Bella Unión. A baixa fiscalização, até mesmo, faz com que as atividades ilegais não sejam mencionadas como grandes problemas, de início pela população (o próprio prefeito da cidade disse desconhecer a existência de contrabando de armas, por exemplo).

Todos os entrevistados, menos o da Receita Federal e o prefeito, não hesitaram em apontar o contrabando (não formiga) como atividade recorrente, assim como o abigeato. Seu impacto no município, no entanto, não é claro. A forma em que o abigeato ocorre é por meio do rio, passando as reses quando o rio está baixo e também pela ilha. Falou-se do abigeato como um problema importante não apenas para o município de Barra do Quaraí, mas para muitos municípios da região. Em alguns casos, a carne é vendida pessoalmente a menor preço nos domicílios particulares.

Os produtos farmacêuticos que ingressam do Uruguai principalmente costumam ser “sildenafil”, para aumentar a função erétil masculina, e substâncias para aumento da massa muscular, conhecidas como “bombas”. Existem também pequenas vendas de maconha, mas em quantidades pouco significativas. Outros produtos típicos de circulação são agrotóxicos, devido à diferença de preço, carne e peixes. Para os agrotóxicos que têm preços mais baixos nos países vizinhos ou que são proibidos no Brasil, essa proximidade facilita a entrada ilegal destes produtos no país. Existem em Barra do Quaraí e imediações algumas pistas de pouso de aviões agrícolas que revelam a importância da circulação aérea de mercadorias.

Impacto das operações conjuntas no município

Segundo entrevistados da Receita Federal, o trabalho do Núcleo Operacional de Repressão ao Contrabando e Descaminho (NUREP) e da Divisão de Receitas Patrimoniais (DIREP) no município e no estado contribuem para o trabalho específico local, tanto nos postos de fronteira como nas delegacias. O treinamento, que é brindado para as pessoas que trabalham em tais instâncias, é reconhecido como fundamental para o desenvolvimento das tarefas e a articulação com outros agentes de controle.

Alguns afirmaram que os treinamentos são orientados ao reconhecimento de turistas e de não turistas, mas todos coincidiram em que tal distinção só se aprende estando no lugar e observando as pessoas. Coincidiram também em que não é possível fazer uma abordagem para inspeção de todos os veículos que atravessam a fronteira, assim como também se manifestaram em relação ao fato de que, mesmo reconhecendo figuras públicas, quando é momento de revistar, revistam, embora isso possa incomodar a quem exerce o cargo (de deputado, por exemplo). Outro aspecto levantado foi o fato de que o trabalho de controle não necessariamente tem que ser feito suspeitando que todos sejam potencialmente criminosos, e ressaltaram que muito do trabalho que fazem é destinado a orientação turística, de maneira cordial, e que as pessoas sempre agradecem a cortesia.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

A relação entre as forças de segurança dos países vizinhos é muito colaborativa. Houve um caso de pessoas que foram apreendidas do lado argentino em situação de pesca ilegal. Os policiais argentinos levaram os pescadores brasileiros, em um gesto de boa vizinhança, para Barra de Quaraí. Dessa forma, o trabalho de segurança se apresenta como iniciativa comunitária, apesar de não existir redes formalizadas ou conveniadas explicitamente entre as diferentes forças de segurança dos três países. Entrevistados ressaltaram a importância do PRONASCI para o município.

O município de Barra de Quaraí é caracterizado como tranquilo, cujos moradores mantêm trato cordial no cotidiano, e também colaborativo com os moradores das cidades dos países vizinhos, principalmente com a cidade uruguaia de Bella Vista. A criminalidade é caracterizada principalmente pelo abigeato e o contrabando formiga, sobretudo para uso pessoal. Destacou-se a relevância do contrabando de agroquímicos devido à diferença de preços e ao uso na região para produção agrícola. O consumo e comércio de entorpecentes são quase imperceptíveis, e são raros outros tipos de delitos além da violência doméstica. As relações interinstitucionais locais foram caracterizadas como fluentes e colaborativas, até mesmo com os países vizinhos. Apesar de serem reconhecidas algumas práticas ilícitas, não houve mais comentários a respeito da atuação das instituições de segurança, exceto a ênfase na melhora que significaria um aumento de recursos, principalmente humanos.

Fotos do Município de Barra do Quaraí

Receita Federal de Barra do Quaraí



Ponte de Barra do Quaraí



Gabinete de Gestão Integrada de Barra do Quaraí



Brigada Militar de Barra do Quaraí



Caiçara

O município de Caiçara criou-se como distrito por força da Lei Estadual n.º 5.067, de 19 de outubro de 1965, e é constituído de 2 distritos: Caiçara e Ipuçu. Está localizado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, na divisa com Santa Catarina, a 435 km, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre.

Figura 8. Mapa do Município de Caiçara e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 5.067, de 19 de outubro de 1965.
Localização: Norte do Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 189,203 km ²
Fronteiras: ao norte com Vicente Dutra e com o estado de Santa Catarina, ao sul com Frederico Westphalen, Vista Alegre e com Palmitinho e a oeste com Pinheirinho do Vale.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 5.071 habitantes
Densidade demográfica: 26,8 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 62.640.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.352,59
IDH-M (2010): 0,699
Gentílico: caiçarense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A colonização chegou a Caiçara por volta de 1922, encontrando aqui uma densa floresta somente habitada por alguns caboclos. A partir daí, com a chegada de inúmeros imigrantes oriundos de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente da região de Santa Maria, sendo a maioria deles de descendência europeia, houve a ocupação deste território sulista. Por muitos anos antes de se tornar município, Caiçara se chamou Lagoa da Figueira. Ditados populares afirmam que o nome teria por objetivo gratificar um determinado local, formado por abundante sombra e água fresca, oferecidas por uma Lagoa e uma grande Figueira, onde viajantes descansavam quando cortavam esta região com destinos diversos. A certeza de que estas terras já eram habitadas, antes da colonização, por índios, faz o povo acreditar que o sentido do nome possivelmente tenha significado indígena. Registros apontam que os indígenas foram os primeiros a palmilhar o território caiçarense.

Diagnóstico da Segurança Pública em Caiçara

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	4.995 habitantes
Homicídios (2012):	2 (dois)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.497 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 999 habitantes.

Tabela 18. Registro de Ocorrências, Município de Caiçara – Período 2009 / 2012.

CAIÇARA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse
2012	2	36	1	2	0	0	1	1	0
2011	1	25	1	0	0	0	1	3	1
2.010	2	39	2	1	1	0	2	5	1
2.009	0	47	2	3	0	1	3	1	0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Caiçara em 2012 foram embriaguez ao volante, Maria da Penha, e porte de arma.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 19. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Caiçara.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 4.995 habitantes				
Homicídios (2012): 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		1	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		1	
Colete antibalísticos	1		5	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	

Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	1
Carabina	-	1
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	1	-
Pistola	1	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil -	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Caiçara uma delegacia com um delegado e um agente. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 512 KBP/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Caiçara faz o uso de um sistema de administração de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar e, segundo o representante entrevistado, esta parceria deveria ser incrementada. A instituição tem participado nas Operações Sentinelas.

Polícia Militar

A unidade do 37º Batalhão da Polícia Militar sediada em Caiçara conta com 1 oficial e 4 praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010) e faz-se o controle de dados em tabelas e planilhas de papel. No que diz respeito à internet, apesar de haver conexão, o entrevistado não soube informar qual a velocidade. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de embriaguez ao volante, Lei Maria da Penha e porte de arma.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, ambas as parcerias deveriam ser incrementadas. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como a Patrulha Divisão de Fronteira. Esta instituição tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 20. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Caiçara.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Caiçara. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: violência doméstica, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também discorda com a afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Prefeitura, a proximidade da fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, mas o entrevistado da Polícia Civil discorda dessa afirmação. A maioria dos entrevistados discorda que a posse de arma de fogo em Caiçara é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Caiçara foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 21. Percepção da incidência de crimes no município de Caiçara.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais
Polícia Militar	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

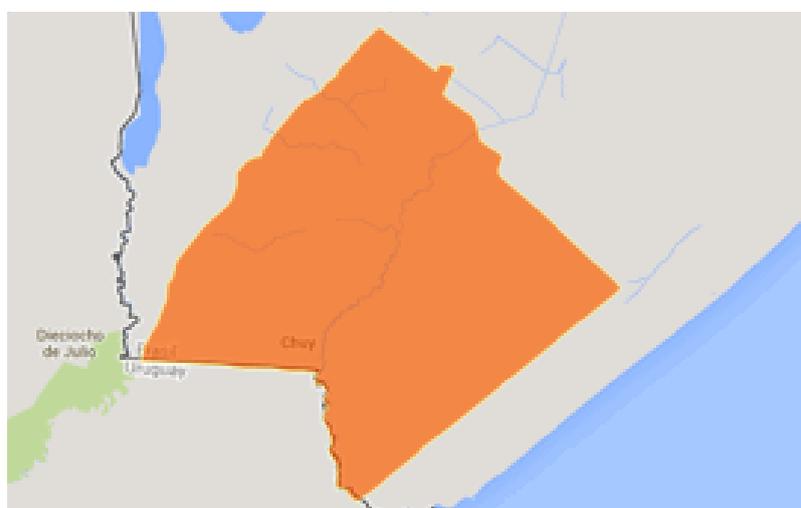
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são de residência, no comércio e de gado. O tipo mais frequente de roubo é em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas a fraude ao comércio, cheque sem fundos e as fraudes no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedades. Já a causa assinalada para as ocorrências de homicídios dolosos foi em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Caiçara são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são violência doméstica, abandono da escola e o envolvimento com o ato infracional.

Chuí

O município de Chuí é o mais meridional do Brasil. Ele está localizado na fronteira com o Uruguai, sendo rodeado no território brasileiro pelo município de Santa Vitória do Palmar, do qual se emancipou em 1995. O Chuí é o principal ponto de circulação terrestre de cargas com o Uruguai. Em 2010 contava com uma população de 5.917 habitantes. O município de Chuí foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura 9. Mapa do Município de Chuí e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 10.666 de 28 de dezembro de 1995.
Localização: Extremo sul de Rio Grande do Sul (Arco Sul).
Área (2010): 202,552 km ²
Fronteiras: na região que se estende de oeste ao leste com Santa Vitória do Palmar e a sul com o Uruguai.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 5.917 habitantes
Densidade demográfica: 29,21 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 161.067.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 27.211,85
IDH-M (2010): 0,706
Gentílico: chuiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Na fronteira com o Uruguai, na margem esquerda do Arroio Chuí, está localizada a cidade mais ao sul do Brasil. Embora tenha sido emancipada do Município de Santa Vitória do Palmar apenas em 1995, sua história tem início nos primórdios da civilização ibérica no continente sul-americano. Suas terras localizam-se no centro da área disputada por Espanha e Portugal nos séculos XVIII e XIX. Portugal queria explorar o comércio do gado espalhado por toda a região platina por jesuítas e autoridades coloniais de Buenos Aires. A Espanha queria manter as disposições do Tratado de Tordesilhas (1494).

Em 1680, os portugueses avançam e fundam a Colônia do Sacramento no Estuário do Prata, defronte de Buenos Aires, o que só intensifica o conflito. Em 1737, fundam Rio Grande na Barra da Laguna dos Patos, de onde pretendem proteger Sacramento e garantir a continuidade do contrabando de gado.

Preparando a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, o desbravador Cristóvão Pereira de Abreu, comerciante de gado e bom conhecedor da região, montou um posto militar avançado às margens do Arroio Chuí. Todo o povoamento futuro destas paragens ocorreu em torno daquele quartel. Na tentativa de diminuir as operações de guerra, após a destruição de Colônia pelos espanhóis em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, assinado no mesmo ano pelas duas metrópoles ibéricas, estabelecia que entre o Taim e o Arroio Chuí as terras não poderiam ser ocupadas por ninguém, seriam os Campos Neutrais. Portugal jamais respeitou este Tratado e foi, aos poucos, concedendo sesmarias aos oficiais de seu exército nos ditos Campos Neutrais. No século XIX, já com as Províncias Espanholas do Prata lutando por emancipação política e a Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, a Banda Oriental do Uruguai é ocupada pelo exército português e transformada em Província Cisplatina

pertencente ao Brasil (1821). Depois de sangrenta guerra nesta região fronteiriça, o Uruguai obteve o reconhecimento de sua independência por parte do Brasil e da Argentina (1828).

A situação das fronteiras permaneceu confusa até o Tratado Definitivo (1851) pelo qual o Uruguai reconheceu a incorporação dos Campos Neutrais (Taim ao Chuí) pelo Império Brasileiro. O trabalho de demarcação por parte do Brasil ficou a cargo do Marechal Soares de Andréa. O povoado do Chuí, originado daquele posto militar de Cristóvão Pereira, foi, ao longo do tempo e dos confrontos militares, destruído e reconstruído muitas vezes. Em 1872, quando a freguesia de Santa Vitória do Palmar foi elevada à categoria de Vila e emancipada do Município de Rio Grande, suas terras ficaram pertencendo ao novo município, criado oficialmente pela Lei nº 945 de 15 de maio de 1874.

Pela situação de fronteira, de limite, e pela proximidade que irmana, o desenvolvimento econômico e cultural do Chuí brasileiro sempre esteve ligado ao Chuy uruguaio. A atividade principal de seu povo é o comércio e este povo é formado por uma mistura de etnias e nacionalidades que, juntos promoveram o crescimento regional durante todo o século XX, sendo por isso, contemplados com a emancipação municipal em 1995.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Chuí

DADOS GERAIS	
População (2012):	6.031 habitantes
Homicídios (2012):	0 (zero)
Instituições de segurança presentes no município:	Polícia Civil, Polícia Militar, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Conselho Tutelar, Receita Federal.
Razão:	
População / efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 1.508 habitantes.
População / efetivo Polícia Militar =	1 policial para 335 habitantes.

Tabela 22. Registro de Ocorrências, Município de Chuí – Período 2009 / 2012.

CHUI	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico
2012	218	9	6	0	10	1	5	4	4
2011	223	6	4	0	15	0	2	7	5
2010	183	8	4	1	9	0	4	4	1
2009	137	9	12	0	12	1	4	8	3

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município do Chuí em 2012 foram de furto e arrombamento a residências.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 23. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Chuí.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 6.031 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura nova e em boas condições		Estrutura antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Estrutura antiga, mas adequada e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		3	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	1		3	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	1		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	1
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	

Rádio em viaturas (analógico)	2	3
Rádio portátil (HT)	1	3
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	1
Arquivos em ficha de papel	1	3
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	4	6
Colete antibalísticos	4	18
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	-	-
Espingarda	2	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	2
Fuzil	-	-
Revólver	-	1
Pistola	4	16
Arma de condutividade elétrica	-	1
Bomba de efeito moral	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	1	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	**	Não
Capacidade	**	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 11	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia do Chuí conta com quatro agentes, porém o delegado responsável é o delegado de Santa Vitória do Palmar. A sede possui conexão à internet com velocidade de 612 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Chuí utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, financeiro, munição, controle de armas e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquiridos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg, havendo divulgação pública e regular, mas o entrevistado não respondeu desde quando as mesmas são produzidas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de comandos binacionais de segurança pública e também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). As relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas e amigáveis, com troca de informações. A Polícia Civil de Chuí apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela, Ágata e Fronteira Sul. Não houve participação na Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

Polícia Militar

A Brigada Militar conta com um Pelotão no Chuí, com um oficial e dezessete praças. O Pelotão do Chuí também atende às ocorrências da localidade de Barra do Chuí, balneário localizado a 10 km do Chuí, pertencente ao município de Santa Vitória do Palmar.

Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente, mas os bancos de dados não estão integrados aos sistemas de informação de outras instituições. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 672 kbp/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e arrombamento de residência.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Rodoviária Estadual, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Patrulhamento Rural e operações de fronteira como Ágata. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Chuí, a Polícia Militar possui uma relação amigável e confiável com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Não há unidade do Corpo de Bombeiros no Chuí. O município é atendido pela unidade localizada em Santa Vitória do Palmar, que conta com uma Seção de bombeiros composta por um oficial e dezesseis praças. Distante quase 23 km do Chuí, a Seção de Bombeiros de Vitória do Palmar tem uma viatura de transporte de pessoas em funcionamento, duas viaturas de combate a incêndio e duas embarcações de pequeno porte com motor. O Corpo de Bombeiros da cidade uruguaia do Chuy presta assistência nos eventos mais urgentes que ocorrem no município.

Gabinete de Gestão Integrada Municipal

O município de Chuí não possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública ou Guarda Municipal. Possui um Gabinete de Gestão Integrada Municipal, criado no ano de 2003, no qual existe paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, não havendo uma participação efetiva dos conselheiros no Gabinete. As reuniões do Gabinete são esporádicas, sendo convocadas pelo seu presidente. As principais preocupações levadas pela comunidade são o crime contra o patrimônio, o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho. O Gabinete recebe demandas da comunidade apenas por meio da polícia. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em relação à comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial e o descrédito no trabalho preventivo. O principal assunto discutido nas reuniões refere-se à segurança no trânsito. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

O município de Chuí faz parte da comarca de Santa Vitória do Palmar. No município do Chuí, o juiz se faz presente uma vez por mês. Santa Vitória do Palmar é uma comarca de entrância intermediária com vara mista que cobre as especialidades de execuções criminais e presídio estadual. As varas especializadas em crimes e infrações compreendem a vara de execução penal e a vara de infância e juventude. Há na comarca de Santa Vitória do Palmar, na qual está incluído o município do Chuí, um Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, mas não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área.

Também, a sede da Promotoria de Justiça que atende ao município do Chuí encontrasse no município de Santa Vitória do Palmar.

Conselho Tutelar

Existe no município de Chuí um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Existem também um Conselho Tutelar composto por 5 membros. A estrutura física do Conselho, assim como as instalações internas deste, foram avaliadas como adequadas. Para o Conselho Tutelar deste município, a principal dificuldade encontrada para sua atuação é no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: abandono da escola, exploração do trabalho infantil e o envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 24. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Chuí.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe C e Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	10
	Técnicos	1
	Terceirizados	30
	Analistas-tributários	11
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

O município do Chuí e o município de Santa Vitória do Palmar correspondem à jurisdição fiscal atendida por uma Inspetoria de Classe C e uma Agência da Secretaria da Receita Federal. Existe um ponto alfandegado terrestre e um porto seco.

A Receita Federal de Chuí dispõe de 7 carros oficiais e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet cuja velocidade é de 2 MB. A Receita Federal de Chuí participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Vale destacar que, de acordo com os outros operadores de segurança do município, o que existe no município é um Gabinete de Gestão Integrada Municipal. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata e da Operação Fronteiras.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que as atividades ilícitas dinamizem a economia do município, mas divergem em relação ao fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão na faixa de fronteira. O entrevistado representante da Polícia Militar não soube dizer se a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pois não soube dizer se as trocas ocorridas nas fronteiras são tão significativas para a economia do município. Para todos os outros entrevistados, é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira. Os entrevistados encontraram-se divididos em relação à afirmação de que a posse de arma de fogo em Chuí é mais frequente do que em outros municípios; metade concordou e a outra discordou. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Chuí, os mais citados foram: contrabando, tráfico de drogas e os crimes ambientais. Também foram citados a exploração sexual infantojuvenil, a imigração ilegal e o tráfico de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 25. Percepção da incidência de crimes no município de Chuí.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto e de roubo são a residências, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto de veículos, de motocicletas e de gado. A Polícia Militar não apontou quais os tipos de roubos mais frequentes, pois afirmou que tais delitos praticamente não ocorrem no município. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, as fraudes financeiras ou comerciais e pequenos golpes populares. A principal situação em que ocorre lesão corporal dolosa é em situação doméstica, sendo também citadas as brigas de bar e lesões decorrentes de conflitos de propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: roubos, brigas de vizinhos, acertos de contas entre criminosos e brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Chuí são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infantojuvenil e o estupro ou

atentado ao pudor de mulheres adultas. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: porte de armas, tráfico de drogas e furto. Contudo, é importante lembrar que esses crimes também incluem os fatos do município de Santa Vitória do Palmar, onde se encontra a sede judicial. Dirigir sem habilitação apareceu como o mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com maior frequência no Conselho Tutelar são abandono da escola, exploração do trabalho infantil e envolvimento com o ato infracional.

Nas entrevistas realizadas, os operadores de segurança destacaram a relativa tranquilidade do município, porém a principal dificuldade assinalada é a falta de pessoal. Há consenso sobre a melhora dos veículos e equipamentos nos últimos anos – algo considerado positivo –, e todos os entrevistados assinalaram que isso torna ainda mais evidente a falta de pessoal.

De acordo com os entrevistados, não operam no Chuí grandes estruturas organizadas dedicadas a atividades delitivas. Há pequenas “quadrilhas” para tráfico local de entorpecentes e outras dedicadas a furtos. Um dos delitos apontados é o arrombamento de casas na localidade balnearia de Barra do Chuí fora de temporada. O abigeato também foi destacado pelos operadores de segurança como um dos delitos presentes no município. Existe uma patrulha rural dentro da Brigada Militar, mas a falta de efetivo dificulta a atuação regular desta. O alvo da Polícia Civil tem se focalizado nos circuitos de distribuição e comercialização da carne produto do abigeato.

A fiscalização da Receita Federal e as operações policiais que procuram conter o contrabando e o descaminho são regulares. Em 2012, as apreensões mensais da Receita Federal estavam na ordem dos R\$ 200.000.

Uma singularidade apontada pelos operadores de segurança do município é a circulação de drogas do Brasil para o Uruguai, circulação que se torna mais significativa no período do verão.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Assim como os operadores de segurança, os atores da sociedade civil destacaram a relativa tranquilidade do município. Contudo, isso não significa que para os entrevistados o Chuí seja um lugar isento de problemas, tais como furtos, roubos e ameaças, assim como abigeato. A principal debilidade apontada pelos atores foi a falta de efetivos policiais atuando no município.

Um dos problemas destacados pelos participantes do Grupo Focal foi a falta de registro das ocorrências decorrente, segundo eles, da falta de efetivos policiais. Durante

a pesquisa, a Polícia Civil operava em um local alugado que recebia a presença de dois policiais alguns dias da semana e em horários restritos. Uma delegacia nova estava em construção. Também foi destacado que a Brigada Militar não contava com efetivos suficientes para atender às ocorrências em qualquer momento do dia.

Quando as ocorrências são registradas, a falta de investigação ou a demora em efetivar-se contribui, por sua vez, para a falta de registro, pois sendo os infratores muitas vezes moradores da própria cidade, o lapso temporal na resolução do caso cria a possibilidade de ameaças e represálias. Segundo os entrevistados, isso gera um círculo vicioso: nas estatísticas, o município do Chuí aparece como um município sem ocorrências, o que leva a manter o número de efetivos no patamar atual, o que reproduz a subnotificação e permite a reprodução de delitos cotidianos que impactam de forma negativa na população. Outro motivo apontado pelos atores para a falta de registro de furtos e roubos é que muitos deles são perpetrados contra turistas que estão de passagem pelo município e que preferem não perder tempo registrando a ocorrência.

No caso da Polícia Civil, foi apontado que a delegacia é atendida por agentes que vêm de Santa Vitória do Palmar e só está aberta por poucas horas. Já no caso da Brigada Militar, a distribuição do pessoal em sistema de plantão faz com que sejam muito poucos os policiais para ter uma presença ostensiva na rua ou para ficar disponíveis de forma permanente e intervir em caso de serem chamados. A falta de intervenção cria a suspeita de cumplicidade com os delitos, ou, pelo menos, como alguns entrevistados o enunciaram, a suspeita de não intervenção derivada da proximidade social dos policiais com os infratores.

De acordo com os participantes do grupo focal, os problemas de violência doméstica são recorrentes. Também destacaram a ocorrência de abigeato, furtos e roubo a residências e comércio.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

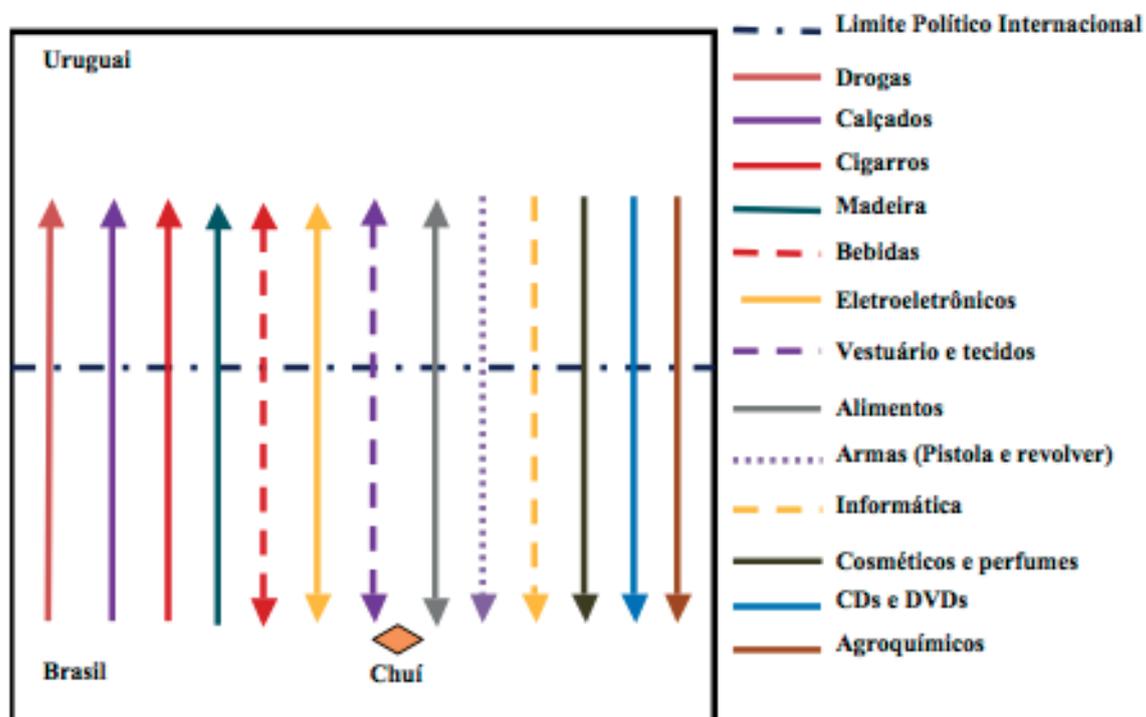
Dois elementos apontados pelos participantes do grupo focal para sublinhar a singularidade do Chuí, que coincidem com o assinalado pelos operadores de segurança, dizem respeito ao fato de ser um município de intenso trânsito e de ter uma modificação demográfica profunda no verão; ambas as condições associadas à situação de fronteira.

O Chuí é o principal local de ingresso e egresso de mercadorias via terrestre ao Uruguai. De acordo com o responsável da Receita Federal, mais de US\$ 100.000.000 passam pelo Chuí mensalmente como importação e exportação. A Rodovia BR-471, que começa no Chuí, adentra no território brasileiro num espaço com poucas alternativas

(entre a Lagoa Mirim e a Lagoa Mangueira) até quase chegar ao porto de Rio Grande, de onde gira para o interior do território gaúcho e se encontra com a cidade de Pelotas. No território uruguaio, o caminho segue pela Ruta 9 (rodovia Interbalneária, do Uruguai) até bem próximo de Montevideu, no Departamento de Canelones. Existem três caminhos alternativos para quem ingressa no Brasil e não quer seguir pela BR-471: o caminho de São Miguel, a estrada João Gomes –uma estrada rural– e pela praia. Estas condições colocam possibilidades de controle bastante efetivas.

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município do Chuí (Brasil) e do Chuy (Uruguay).

Figura 10. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Chuí – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Tal como foi apontado no grupo focal, até alguns anos atrás, quando a taxa de câmbio favorecia os compradores uruguaios, o fluxo de contrabando importante que mobilizava a região era de mercadorias brasileiras em direção ao Uruguai. Contrabando movimentado pelos bagayeros –o equivalente uruguaio dos sacoleiros– e por esquemas maiores de contrabando em Uruguai, que têm fomentado o comércio local no Chuí. Até mesmo alguns comerciantes brasileiros, entre eles autoridades locais, têm se envolvido na provisão direta de mercadorias no lado uruguaio, chegando a ser detidos no país vizinho. A partir da criação dos free-shops no lado uruguaio em 1986, o lado uruguaio passou a fornecer mercadorias importadas aos compradores brasileiros. Esquemas de

descaminho e contrabando, principalmente de perfumes e whiskies, que articulavam empresários uruguaios e comerciantes brasileiros foram desarticulados no Chuí, como a fins de 2009.

Outro elemento para destacar é que o tráfico de drogas, que em outras fronteiras brasileiras ingressam dos países vizinhos, no Chuí/Chuy seguem o sentido contrário: são as drogas provenientes do Brasil que fluem para o Uruguai.

A modificação demográfica que a região sofre no verão merece ser destacada. Muitos veraneantes dos balneários uruguaios, assim como das praias da Barra do Chuí e de Hermenegildo, no litoral gaúcho, abastecem-se no Chuí/Chuy, com o impacto que isso tem para a circulação de pessoas, veículos e mercadorias – lícitas e ilícitas. Tal como foi levantado nas entrevistas, a distribuição de efetivos dos órgãos de segurança deveria contemplar essa população flutuante que impacta na dinâmica da região.

A construção dos parques eólicos de geração elétrica (Minuano e Chuí) e o estabelecimento de free-shops do lado brasileiro depois da aprovação da Lei 12.723/12 (que ainda aguarda sua regulamentação), são esperados com grande expectativa no município.

O processo de municipalização em 2010 do Chuy, em Uruguay, decorrente da “Ley de Descentralización y Participación Ciudadana”, tem criado condições de intervenção estatal no lado uruaio, muito bem-vistas por alguns entrevistados. A mudança na origem política na condução municipal do Chuí, convergente com esse processo de transformação do lado uruaio, tem favorecido o desenvolvimento de políticas integradas entre ambos os municípios.

O município do Chuí é considerado relativamente seguro pelos moradores e sem maiores problemas de segurança pelos operadores de segurança pública. Contudo, alguns problemas de criminalidade local – furtos, abigeato, violência contra a mulher – foram sublinhados como persistentes. A intensa circulação pela fronteira – é a principal conexão com o Uruguai no que se refere ao movimento rodoviário – e a variação demográfica sazonal no verão, foram apontados como duas variáveis que alteram profundamente a dinâmica da região colocando desafios específicos à segurança pública. O contrabando e descaminho das mercadorias adquiridas em Uruguai estão associados a pessoas que vêm de outras cidades. Não foi assinalada a presença de grupos regulares e permanentes dedicados a atividades delitivas. De acordo com os operadores de segurança, diferentemente que em outras fronteiras, a circulação de drogas é desde Brasil ao país vizinho. A principal demanda encontrada foi pelo aumento de efetivos. Existe uma boa integração no nível das autoridades locais e das autoridades nacionais.

Fotos do Município do Chuí

Avenida Central – Chuí / Chuy



Brigada Militar



Farol da Barra do Chuí, Marinha do Brasil



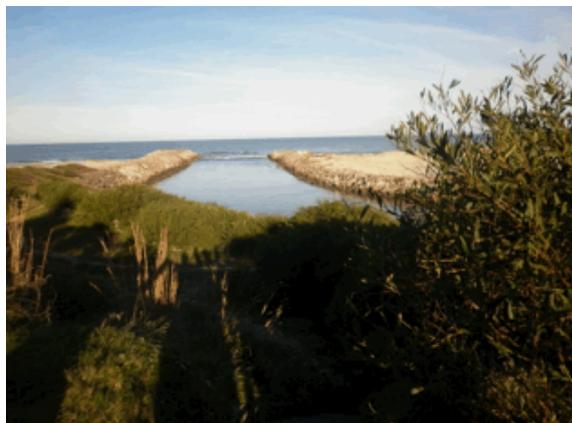
Arroio Chuí



Conselho Tutelar



Consulado brasileiro no Chuy



Crissiumal

Crissiumal foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2553, de 18-12-1954. Está localizado ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e se encontra a 482 km de distância, por estrada, da capital, Porto Alegre. É constituído de 5 distritos: Crissiumal, Esquina Gaúcha, Lajeado Grande, Planalto e Vista Nova. Faz fronteira ao oeste com a cidade El Soberbio da República Argentina.

Figura 11. Mapa do Município de Crissiumal e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 2553, de 18 de dezembro de 1954.
Localização: Noroeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 362,150 km ²
Fronteiras: ao norte com Tiradentes do Sul, ao leste com Três Passos e com Humaitá, ao sul com Horizontina, a sudoeste com Doutor Maurício Cardoso e a oeste com a Argentina (cidade El Soberbio).
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 14.084 habitantes
Densidade demográfica: 38,89 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 197.313.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 14.008,76
IDH-M (2010): 0,712
Gentílico: crissiumalense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Crissiumal, no noroeste do Rio Grande do Sul, é uma das regiões de povoamento mais recente. O município é limitado a noroeste pelo Rio Uruguai, que o separa da Argentina. A Região, no entanto, já era conhecida de há muito tempo; em 1626 penetraram os jesuítas no Rio Grande do Sul, vindos do atual território de Misiones, da Argentina. Eram espanhóis ou descendentes destes, e vinham tomar posse, para Deus e para a Coroa, das terras e almas compreendidas a oeste do meridiano ditado em Tordesilhas. Que toda essa zona foi explorada, não resta dúvida – um mapa bastante correto, do Padre Luiz Ernot, S.J., de 1631, traça toda a bacia dos Rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Além disto, Crissiumal dista aproximadamente 100 quilômetros da antiga redução de São Nicolau. Distância relativamente pequena, sabendo-se que os jesuítas penetraram o Rio Grande do Sul em distância superior a 250 quilômetros daquela redução. Não há testemunha, no entanto, de que os jesuítas tenham efetivamente passado pela localidade, ou que os bandeirantes ou militares portugueses por lá andassem, se bem que tal seja muito provável. Apenas em 1874 iria desmembrar-se Palmeira das Missões de Cruz Alta e Passo Fundo. Sua população era reduzida, e abrangia uma vasta área, de 1,1000 quilômetros quadrados, na qual estava compreendido o atual município de Crissiumal. Aquele território acidentado, inclinado em direção ao Rio Uruguai, coberto de matas virgens, a ninguém tentava – e Crissiumal continuava à margem da civilização. Nem sequer uma picada havia aberta, nem sequer uma estância ou uma lavoura. Mas um fenômeno de migração interna iria alterar essa situação. Chegados ao Brasil, os colonos alemães e italianos receberam pequenos lotes de terras, que raramente atingiam 50 hectares; passados os anos, a concentração populacional era enorme. Em 1924, enquanto que a densidade da população do Estado era de 8 habitantes por quilômetro quadrado, a das zonas coloniais atingia 27. A partir de 1930 deslocam-se os agricultores e suas famílias das velhas colônias em direção de zonas inexploradas, onde iriam fundar novos núcleos. E é o alto Uruguai uma das regiões preferenciais, predominando o elemento teuto. De Estrela, Lajeado, Sobradinho vêm homens decididos a vencer a mata. São derrubadas as árvores, e o fogo destrói o que restou dos troncos, iniciando-se as lavouras. Os primeiros anos da década de 1930 são verdadeiramente os anos em que se iniciam o povoamento e a ocupação de Crissiumal. Os primeiros moradores estabeleceram-se em terras do Governo do Estado, que mais tarde iriam adquirir. Surgiu, assim, uma clareira em meio da mata – Crissiumal – tirando seu nome de uma taquara chamada criciúma, abundante na região. Estradas poeirentas abriram-se na mata, e carroças e caminhões levaram para centros maiores os produtos do novo núcleo colonial. Chegado o ano de 1944, dois núcleos se uniram e venceram no movimento emancipacionista – Três Passos e Crissiumal, que, até mesmo, disputaram o privilégio da elevação a cidade. Saiu vencedor Três Passos, que se constituiu em município, tendo como Distrito Crissiumal. Chegado o Censo de 1950, verificou-se que a sede de Crissiumal possuía maior número de habitantes que a sede do município. Reacendeu-se o movimento emancipacionista, ao mesmo tempo em que

a fisionomia da localidade e a prosperidade atingida tornavam Crissiumal, de fato, uma cidade e município de importância. Assim, feito um plebiscito em 1954, verificou-se que a população desejava mesmo o desmembramento de Três Passos; pela lei estadual nº 2553, de 18 de dezembro de 1954 constituía-se, de direito, em município.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Crissiumal

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	13.919 habitantes
Homicídios (2012):	0 (zero)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar e Justiça.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 3.479 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 927 habitantes.

Tabela 26. Registro de Ocorrências, Município de Crissiumal – Período 2009 / 2012.

CRISSIUMAL	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	0	105	4	5	0	0	15	2	17	2	2
2011	0	114	4	2	1	1	10	1	9	2	4
2010	2	110	5	1	0	0	9	1	16	0	4
2009	1	159	8	4	1	2	8	0	7	4	2

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Crissiumal em 2012 foram descaminho, porte ilegal de armas, uso de drogas, tráfico de armas, Maria da Penha e crimes de trânsito.

Instituições e Segurança Pública

Tabela 27. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Crissiumal.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 13.919 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	3	Praças	14

Segurança Pública nas Fronteiras

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura nova e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura nova, adequada e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		4	
Impressora	3		2	
Telefone fixo	5		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		2	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	1		1	
Máquina Fotográfica	1		2	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		3	
Rádio portátil (HT)	2		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		1	
Arquivos em ficha de papel	5		5	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		5	
Colete antibalísticos	4		-	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		6	
Carabina	-		-	
Espingarda	1		1	

Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	1
Revólver	-	2
Pistola	4	3
Arma de condutividade elétrica	*	1
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	2	*
Média de presos/mês	4	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	45	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

No município de Crissiumal existe 1 (uma) delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 256 KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Crissiumal utiliza sistemas para administrar o estoque e fazer o controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2010, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. A Polícia Civil de Crissiumal apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal como a Operação Fronteira (Forças Armadas).

Polícia Militar

No Batalhão de Crissiumal, estão em uso sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema financeiro, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2006), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg; também são utilizadas planilhas de papel para o controle dos dados criminais. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão

da unidade possui uma velocidade considerada média. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de descaminho, porte ilegal de armas, uso de drogas, tráfico de armas, Lei Maria da Penha e crimes de trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A instituição participa de coletivos de gestão de segurança pública e acredita-se que a participação em coletivos melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como Patrulha de Fronteira, Fronteira Segura e Operação Simultânea (internacional). Em Crissiumal, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em realização de missões conjuntas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 28. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Crissiumal.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	11				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Crissiumal possui uma comarca de entrância inicial com vara única.

Há internet, porém o entrevistado não soube precisar a velocidade. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. As estatísticas são produzidas desde 2003.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude O ato infracional mais frequente no município é o roubo.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Crissiumal, em ordem de importância, segundo o representante entrevistado, são: a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Há pelo menos 5 anos que o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Participam ou apoiam de alguma maneira as operações de fronteira. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Crissiumal são a Polícia Militar, a Polícia Civil, as Forças Armadas e a Polícia Ambiental. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Ambiental. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, os crimes ambientais e o tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Crissiumal. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados da Polícia Militar e da Justiça discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, ao passo que os representantes da Polícia Civil e da Prefeitura concordam. A maioria dos entrevistados concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria dos entrevistados afirmou que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em

Crissiumal é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Crissiumal foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, tráfico de mulheres, imigração ilegal, disputas de terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 29. Percepção da incidência de crimes no município de Crissiumal.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Os tipos mais frequentes de furto são a residências e de gado. Já os tipos mais frequentes de roubo são a transeunte, a estabelecimento comercial e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados as fraudes no comércio, as fraudes em operações ilícitas e os cheques sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar, decorrente de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e decorrente de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos e em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Crissiumal são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: porte de armas, crimes de trânsito e furtos, resultando os últimos dois, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação e jogo do bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, violência doméstica e o abandono da escola.

Dom Pedrito

O município foi criado pela Lei provincial n.º. 815, em 30 de outubro de 1872. Localizado na região sudoeste do Rio Grande do Sul na fronteira com o Uruguai, Dom Pedrito encontra-se a 439 km de distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. O município é formado dos distritos de Dom Pedrito (sede) e Torquato Severo.

Figura 12. Mapa do Município de Dom Pedrito e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei provincial n.º. 815, de 30 de outubro de 1872.
Localização: sudoeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 5.192,095km ²
Fronteiras: ao norte com Rosário do Sul, São Gabriel e com Lavras do Sul, ao leste com Bagé, ao sul com o Uruguai e a oeste com Sant'Ana do Livramento.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 38.898 habitantes
Densidade demográfica: 7,49 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 739.938.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.013,71
IDH-M (2010): 0,708
Gentílico:pedritense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O território que constitui hoje o Município de Dom Pedrito integrava o de Bagé, como 3.º e 4.º distritos de Paz. A região, afeita às lutas definidoras da fronteira sul, entre espanhóis e luso-brasileiros, experimentou ainda os efeitos da Campanha do Prata e da Revolução Farroupilha, tornando-se palco de memoráveis batalhas.

A guerra dos Farrapos, que teve início em 1835 só terminou em 1845, seguindo-se uma fase de progresso. Imbuídos de espírito religioso, os habitantes da povoação solicitaram a criação de uma capela curada, sendo atendidos em 18 de novembro de 1852 de conformidade com a Lei n.º 238. A capela ergueu-se a margem direita do rio Santa Maria, sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio e, desde logo, surgiram as habitações, em maioria ainda cobertas de palha, iniciando-se o núcleo populacional. A 2 de fevereiro de 1854, chegou ao Passo de Dom Pedrito, o Capitão Hermes Ernesto da Fonseca do 1.º Regimento de Artilharia, com a missão de demarcar o local definitivo da povoação e os terrenos destinados aos logradouros públicos.

A região progrediu, tanto economicamente como em população. A 18 de novembro de 1856, foi lançada a pedra fundamental de uma igreja, graças aos donativos dos fiéis e aos esforços de Delfino Jacinto Pereira, Plácido José Xavier, José Joaquim da Silva e outros. Em fins do ano seguinte, deu-se a transferência da imagem de Nossa Senhora do Patrocínio, padroeira da povoação, para o templo localizado no terreno da atual praça General Osório. Mais tarde, em 1899, seria essa igreja demolida, levantando-se novo templo na quadra que se defronta com a Praça e onde se encontra até o presente.

O desenvolvimento do povoado não sofreu solução de continuidade e, após ter sido o território elevado à categoria de freguesia em 1859, sob o orago de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, seus moradores encetaram novas reivindicações pela sua emancipação. Em 1872, ao ser criada a Vila nas proximidades de Passo de Dom Pedrito, recebeu o topônimo atual. Em 1873 instalou-se a Câmara Municipal e finalmente, em 1888, foi a vila de Dom Pedrito elevada à categoria de cidade, pelo seu extraordinário progresso. Na fase da revolução de 1893, as lutas se prolongaram até 1895, após o que entrou o Município em período de prosperidade e paz.

Em 1923, Dom Pedrito é novamente envolvido pelas lutas internas, sendo ocupada a cidade a 14 de abril do mesmo ano pelos insurgentes e, logo após pelas tropas legalistas, prosseguindo à luta com alternativas, até setembro do mesmo ano. Acalmados os ânimos, Dom Pedrito retomou seu ritmo de progresso, tendo como base econômica a pecuária e, mais recentemente, a rizicultura e triticultura. Formação Administrativa: o distrito deve sua criação a Lei provincial n.º 437, de 3 de dezembro de 1859, e o Município, com território desmembrado do de Bagé, à Lei provincial n.º 815, de 30 de outubro de 1872; a instalação

verificou-se a 2 de abril de 1873. Recebeu foros de cidade em 20 de dezembro de 1888, segundo a Lei provincial n.º 1.720. Na divisão administrativa de 1911 figurava com os 5 distritos de Dom Pedrito, São Sebastião, Santa Maria, Ponche Verde e Upacaraí; na de 1920, o de Santa Maria, aparecia com a denominação de Santa Maria e Piraí e surgia o novo distrito de Vacaiquá. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, o número de distritos era de sete; na de 1938, de seis.

Em conformidade com o Decreto estadual n.º 7.643, de 28 de dezembro de 1938, e com o de n.º 7.842, de 30 de junho de 1939, o Município passava a ter somente os distritos de Dom Pedrito e São Sebastião, desdobrando-se o primeiro nas zonas de Dom Pedrito, Caveiras, Vacaiquá, Ponche Verde e Fontoura (ex-Santa Maria Grande). Essas alterações não foram esclarecidas pelos decretos que estabeleceram o quadro territorial vigente em 1939-43, aventando-se a hipótese de que estas se devam ao Decreto n.º 7.199, de 31 de março de 1938. Quanto à alteração toponímica consignada, apenas o Decreto n.º 7.842 a esclarece, citando o nome antigo.

Dá-se o mesmo na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 720, de 29 de dezembro de 1944, para vigorar no quadriênio 1945-48. Nesta, o Distrito sede compreendia 5 subdistritos, com as denominações das antigas zonas; o Distrito de São Sebastião passa a denominar-se Torquato Severo e recebeu parte territorial do Distrito de José Otávio, do Município de Bagé. Segundo os quadros territoriais de 1950 e 1955, e pelos censos de 1960 e 1970, o Município é formado dos distritos de Dom Pedrito (sede) e Torquato Severo. Foi declarado de interesse da segurança nacional pelo Decreto-lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Dom Pedrito

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	38.670 habitantes
Homicídios (2012):	4 (quatro)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça e Corpo de Bombeiros.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 3867 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 730 habitantes.

Tabela 30. Registro de Ocorrências, Município de Dom Pedrito – Período 2009 / 2012.

DOM PEDRITO	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes- Posse	Entorpecentes- Tráfico
2012	4	430	24	23	0	1	2	23	2	41	33	40
2011	1	448	14	30	2	0	1	46	0	31	34	14
2010	8	510	5	38	1	1	1	52	0	31	27	14
2009	1	159	8	4	0	1	2	8	0	7	4	2

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Dom Pedrito em 2012 foram por agressão com lesão corporal e por ameaça.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 31. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Dom Pedrito.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 38.670 habitantes				
Homicídios (2012) = 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 esquadrão, 2 ou 3 guarnições móveis e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	9	Praças	52
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura nova, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga e precisando de reformas		Estrutura nova, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	11		9	
Impressora	9		4	
Telefone fixo	10		1	
Fax	1		1	
Scanner	2		2	
Internet	11		8	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	3		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	7	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		7	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	

Rádio portátil (HT)	4	2
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	1	-
Arquivos em ficha de papel	-	3
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	13	23
Colete antibalísticos	9	39
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	39
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	47
Carabina	3	8
Espingarda	1	6
Metralhadora	-	2
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	4	17
Pistola	9	29
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	15	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	275	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Dom Pedrito uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet, porém a velocidade é considerada lenta e estima-se que menor que 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Dom Pedrito utiliza um sistema de administração, para gerir os recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há acesso aos dados do Infoseg e a divulgação pública e regular de estatísticas.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria entre a

Polícia Militar e as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Esta instituição apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tal como a operação Ágata.

Polícia Militar

No Batalhão de Dom Pedrito, sistemas de informação são utilizados, entre eles, sistemas computadorizados (bancos de dados); georreferenciamento de crimes e produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2000). As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Faz-se também o controle dos dados criminais por meio de tabelas e planilhas em papel. No que diz respeito à internet, a velocidade de conexão da unidade é considerada razoável. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesão corporal e ameaça.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como as operações com a brigada rural. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).

Tabela 32. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Dom Pedrito.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	21	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	4	1
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende às necessidades		
Atividades mais frequentes	Incêndios	1º	
	Incêndios florestais	2º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	5º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	4º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Dom Pedrito, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, de equipamentos de salvamento e resgate, de equipamentos de comunicação e de armamentos foi considerada suficiente. A quantidade de equipamentos para combate a incêndios florestais não o foi, havendo a necessidade de veículos especializados. Esta unidade possui computadores ligados à internet, mas o entrevistado não soube precisar a velocidade. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado informou que esta unidade faz registros de ocorrência no Infoseg e também produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios, incêndios florestais e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Dom Pedrito participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e o Judiciário.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 33. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Dom Pedrito.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juizes	2	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	28				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Dom Pedrito é uma comarca de entrância intermediária com vara mista. São um juizado especial criminal, duas varas criminais, uma vara de execução penal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha.

Há internet e a velocidade é considerada rápida, com algumas oscilações. Estima-se que por volta de 150 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de

dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas pública e regularmente.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca, há Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude. Os órgãos executores na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são o Juizado e a Prefeitura.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Dom Pedrito, em ordem de importância, são, segundo o representante entrevistado: a falta de recursos humanos e a comunicação deficiente com outros órgãos. Há pelo menos 5 anos que o Ministério Público produz estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam de alguma maneira, das operações de fronteira (o entrevistado não soube dizer qual). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Dom Pedrito são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Na opinião do entrevistado a parceria com o Ministério Público deveria ser incrementada, mas ressalta que para que isso aconteça existe a dependência da ampliação de todas as parcerias. Os três principais problemas no município são: o tráfico de drogas, a exploração sexual infantojuvenil, a mineração ilegal e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Dom Pedrito. Para o Conselho Tutelar deste município, a principal dificuldade encontrada para sua atuação é a falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados da Polícia Civil e da Justiça discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e também de que o município apresente características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira, ao passo que os entrevistados da Polícia Militar e da Prefeitura concordam com ambas as informações. Para a maioria dos entrevistados (excetuando-se o representante da Prefeitura), a proximidade da fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados da Polícia Civil e da Justiça concordaram que a posse de arma de fogo em Dom Pedrito é mais frequente do que em outros municípios, os representantes da Polícia Militar e da Prefeitura discordaram. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Dom Pedrito foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, a disputa de terras, a mineração ilegal e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 34. Percepção da incidência de crimes no município de Dom Pedrito.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são de residência, de motocicletas e de gado. Os tipos mais frequentes de roubo são a transeunte, a estabelecimento comercial e de motos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, os pequenos golpes populares e as fraude ao comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos e em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Dom Pedrito são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: crimes contra o patrimônio, crimes sexuais e

os crimes relacionados a drogas, resultando os três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação e jogo do bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, violência doméstica e o abuso sexual ou exploração sexual.

Doutor Maurício Cardoso

O município Doutor Maurício Cardoso constituiu-se em 20 de setembro de 1987. Está localizado ao noroeste do Rio Grande do Sul na fronteira com a Argentina, a uma distância de 503 km, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre.

Figura 13. Mapa do Município de Doutor Maurício Cardoso e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual nº 8455, de 8 de dezembro de 1987
Localização: Norte de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 252,690 km ²
Fronteiras: ao norte com a Argentina, ao leste com Crissiumal, ao sul com Horizontina e com Tucunduva e a sudoeste com Novo Machado
Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 5.313 habitantes.
Densidade demográfica: 21,03 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 98.975.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 18.628,78
IDH-M (2010): 0.706
Gentílico: mauriciense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O município Doutor Maurício Cardoso teve sua essência ainda na década de 1920, quando chegaram os primeiros colonizadores na localidade de Pranchada e mais tarde, em meados de 1947, chegaram até a Vila onde hoje é a sede do município. A colonização teve rápida expansão, em virtude das terras serem férteis e apropriadas para a produção de alimentos, tanto para o consumo próprio como para o mercado consumidor, que absorvia o excedente apesar das dificuldades de transporte da época.

A Esquina Maurício Cardoso, que pertencia inicialmente a Santa Rosa, e, por último, a Horizontina, cresceu e se tornou uma comunidade economicamente forte e bem estruturada.

Despertou as lideranças para a emancipação a partir de 1986, o que viera a ser confirmado em 20 de setembro de 1987.

O município se caracteriza como de clima subtropical, com acesso rodoviário na RS-305 e a 515 Km de distância da Capital. Seus principais pontos turísticos são: Capelinha Santa Luzia; Marco da Colonização Polonesa; Balneário Ilhas do Chafariz e o Balneário Londero. A Capelinha Santa Luzia foi construída em 1938, em Vila Pitanga, como pagamento de uma promessa da família Pandolfo. Distante 3 Km da sede.

Os imigrantes poloneses construíram uma cruz após sua chegada em agradecimento a boa viagem que realizaram. A cruz foi benta em 1940. Sendo este local ponto oficial para rezar e agradecer a boa viagem e a nova terra conquistada.

Localizado nas águas do Rio Uruguai, o Balneário Ilhas do Chafariz são duas ilhotas argentinas, local propício para banho. O Balneário Londero é uma área de lazer, propícia para banho. Distante 14 Km da sede.

Fonte: Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso

Diagnóstico da Segurança Pública em Doutor Maurício Cardoso

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 5.160 habitantes
Homicídios (2012): sem homicídios registrados
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 1.720 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 645 habitantes.

Tabela 35. Registro de Ocorrências, Município de Doutor Maurício Cardoso. Período 2009 / 2012.

DOCTOR MAURICIO CARDOSO	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições
2012	0	30	1	1	0	1	1
2011	1	47	3	1	0	0	1
2010		58	2	2	0	0	2
2009		62	0	3	1	0	0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município Doutor Maurício Cardoso em 2012 foram de embriaguez ao volante, Maria da Penha e contrabando/descaminho.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 36. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Doutor Maurício Cardoso.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 5.160 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	2	Praças	8
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reforma		Antiga mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reforma		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		3	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	2		3	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-

Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	1	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente		Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-	-	-	-
Rádio em viaturas (digital)	1	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	1	-
Rádio portátil (HT)	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	-	-	-	-
Arquivos em ficha de papel	1	-	1	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2	-	3	-
Colete antibalísticos	2	-	6	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	-	-
Placa balística	-	-	6	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	3	-
Carabina	-	-	-	-
Espingarda	-	-	1	-
Metralhadora	-	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	-	-
Revólver	2	-	1	-
Pistola	1	-	8	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos de munição suficientes mas quantidades insuficientes		Tipos e quantidade de munição suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	5		*	
Média de presos/mês	1		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	-		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município Doutor Maurício Cardoso uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 128 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Doutor Maurício Cardoso utiliza sistema de administração apenas para o controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências, de inquéritos e de dados em arquivos de papel, além de outro sistema de consultas integradas. Não há inclusão de dados no Infoseg, e não são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Segundo o entrevistado, o maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar, tendo sido indicado que deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal, a Polícia Federal e as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Doutor Maurício Cardoso, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Doutor Maurício Cardoso apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela e Fronteira Blindada. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Doutor Maurício Cardoso, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; não são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais; há controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel, e fichas de papel e fichários de ocorrências, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 500 kbp/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de embriaguez ao volante, Lei Maria da Penha e contrabando/descaminho.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com todas as instituições, principalmente com a Polícia Federal e a Receita Federal, por ser área de fronteira. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições

de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a Patrulha de Fronteira e a Seção de Inteligência (ligada ao batalhão). Participa também de outro coletivo de gestão de segurança pública. Em Doutor Maurício Cardoso, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com troca de informações com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 37. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Doutor Maurício Cardoso.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Doutor Maurício Cardoso. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e concordam também com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A proximidade com a fronteira foi apontada como um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município por causa do turismo e do comércio com o país vizinho. O representante da Polícia Civil acredita que a posse de arma de fogo em Doutor Maurício Cardoso é mais frequente do que em outros municípios, mas o representante da Polícia Militar discorda. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados como mais frequentes contrabando e tráfico de drogas, além de tráfico de armas, imigração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 38. Percepção da incidência de crimes no município de Doutor Maurício Cardoso.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente	Raramente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio e de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foi mencionado como o mais frequente falso sorteio, concurso ou premiação, além de cheque sem fundos e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar. Entre as causas de homicídios dolosos, a mais frequente assinalada foi em brigas de bar, sendo citado em situação doméstica e conflito legal com a polícia. Entre os crimes sexuais, considera-se que os dois mais frequentes em Doutor Maurício Cardoso são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município, sendo citado também jogo do bicho, caça-níqueis e outros jogos de azar. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

Iraí

O município de Iraí foi criado por decreto Estadual n.º 5.368, em 1º de julho de 1933. Está localizado no noroeste do Rio Grande do Sul, na divisa com o Estado de Santa Catarina, com o qual está conectado por meio da BR-158, que tem uma ponte sobre o Rio Uruguai. A distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre, é de 454 km.

Figura 14. Mapa do Município de Iraí e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Decreto Estadual n.º 5.368, de 01 de julho de 1933.
Localização:
Área (2010): 180,962 km ²
Fronteiras: ao norte com o estado de Santa Catarina, ao leste com Alpestre, a sudeste com Planalto, ao sul com Ametisa do Sul e a oeste com Frederico Westphalen e com Vicente Dutra.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 8.078 habitantes
Densidade demográfica: 44,64 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 88.299.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.930,75
IDH-M (2010): 0,691
Gentílico: iraiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os primitivos habitantes do atual município de Iraí foram os índios da tribo Kaingang. Esses índios já conheciam as propriedades curativas das fontes termais existentes próximo a um arroio, em cujas margens havia inúmeras colmeias. Estes denominavam esta região por Irahya que na língua indígena significa Águas do Mel. Termo que mais tarde seria adotado como nome do município. Em meados de 1893, um grupo de 200 habitantes provenientes do município de Cruz Alta, partidários da Revolução Federalista, cruzaram as terras pertencentes ao então município de Palmeira das Missões, rumo às barrancas do Rio Uruguai, num percurso de 120 km. Em 1911, chegaram os colonizadores dos municípios de Caxias do Sul e Guaporé.

Fonte: Prefeitura Municipal

Diagnóstico da Segurança Pública em Iraí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 7.902 habitantes
Homicídios (2012): 3 (três)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça, Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 policial por 1.580 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial por 416 habitantes.

Tabela 39. Registro de Ocorrências, Município de Iraí – Período 2009 / 2012.

IRAÍ	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	2	66	2	4	0	0	3	0	9	9	3
2011	2	60	3	8	0	0	10	1	7	18	10
2010	2	108	4	7	1	0	9	0	6	3	2
2009		133	4	7	2	1	2	0	5	2	5

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: as categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos (Homicídio Doloso de Trânsito, Latrocínio, Extorsão Mediante Sequestro) foram excluídas do quadro.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Iraí em 2012 foram por perturbação de sossego e lesão corporal.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 40. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Iraí.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 7.902 habitantes				
Homicídios (2012): 3				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condição de reformas		Antigas mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condição de reformas		Antigas mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		2	
Impressora	6		2	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		-	
Scanner	-		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-

Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	2		1	
Celulares corporativos	2		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	3		2	
Rádio portátil (HT)	1		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	Sim		4	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	4		6	
Algemas	4		19	
Colete antibalísticos	4		19	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		19	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	*		12	
Tonfa, cassetete ou similar	*		12	
Carabina	-		-	
Espingarda	1		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	3		-	
Pistola	4		19	
Arma de condutividade elétrica	*		1	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos de munição suficientes mas quantidades insuficientes		Tipos e quantidade de munição suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Não		Não	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	-		-	
Média de presos/mês	-		-	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	9		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Iraí uma delegacia, com um delegado e quatro agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 256kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Iraí utiliza sistemas de administração, tais como de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em tabelas ou listas de papel. Não há inclusão de dados no Infoseg. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o entrevistado, o órgão produz estatísticas há mais de 10 anos.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tendo declarado o entrevistado que a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação. Não há troca de informação entre a Polícia Civil e o país vizinho. A Polícia Civil de Iraí apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tendo declarado o entrevistado que dois anos atrás esta participou de operação com o exército, junto ao posto fiscal. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O efetivo da Brigada Militar em Iraí está composto por um oficial e 18 praças. Na unidade da Polícia Militar de Iraí, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, controle de viaturas e de controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes, assim como planilhas e tabelas em papel, e fichas de papel e fichários de ocorrências, além de fotografias dos principais delinquentes do município. Segundo o entrevistado, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais há mais de 10 anos. Não há inclusão de dados no Infoseg. As estatísticas não são divulgadas regularmente. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o entrevistado informou que a velocidade não chega a 1 MB/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tendo declarado o entrevistado que a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a Operação Ágata e Sentinela. Não há troca de informação entre a Polícia Militar e o país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 41. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Iraí.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	10				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Iraí é uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária não dispõe de nenhum veículo oficial. Há internet com velocidade de 1 MB/s. Estima-se que por volta de 26 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são de distribuição de autos e de controle de armas. O sistema de informação existente é computadorizado (banco de dados) e não está integrado a outro sistema de informação, como do MP ou das delegacias. Não há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais.

O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O juiz desta comarca participa ou apoia operações de fronteira, porém não existe participação efetiva do fórum.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude. A estimativa, no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, é de 10 jovens, e a de adolescentes que receberam medida em internação ou semiliberdade, em 2012, é de 1 jovem. A estimativa daqueles que receberam medida em meio aberto é de 11 jovens. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Juizado. Os três atos infracionais mais frequentes nesse município, no ano de 2012, foram: furto, roubo e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Iraí são, segundo o representante entrevistado, a comunicação deficiente com os outros órgãos e a falta de apoio do poder público municipal. Não há produção de estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, assim como não participam ou apoiam operações de fronteira, não tendo participado da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Iraí são o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Segundo o entrevistado, no ano de 2012, não houve ação significativa do Ministério Público relacionada a crimes fronteiriços. Os principais problemas no município são o tráfico de drogas e o contrabando.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Iraí. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos; abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Com relação à ideia de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município, as opiniões dos entrevistados ficaram divididas entre os que concordam e os que discordam. No caso do município apresentar características únicas de criminalidade se comparado

com municípios que não estão em faixa de fronteira, a maioria concorda que sim. Todos concordam que a proximidade da fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente por estar afastado de municípios com economia mais forte. Com relação à ideia de que a posse de arma de fogo em Iraí é mais frequente do que em outros municípios, as opiniões dos entrevistados ficaram divididas entre os que concordam e os que discordam. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, foram assinalados como principais contrabando e tráfico de drogas, além de tráfico de armas, crimes ambientais e mineração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente é venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 42. Percepção da incidência de crimes no município de Iraí.

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são a residências e de gado, tendo sido citado o de motocicletas. Já o tipo mais frequente de roubo é a estabelecimento comercial, tendo sido citado o roubo a transeunte e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os casos de falso sequestro por telefone e cheque sem fundos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar, tendo sido citado a decorrente de conflitos de propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram em brigas de bar e situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Iraí são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são ameaça e lesões corporais (Lei Maria da Penha), e posse de armas, resultando todos em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos e abandono da escola.

Itaqui

O município foi criado pela Lei provincial n°. 419, em 6 de dezembro de 1858. Encontra-se localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, a 665 km de distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. A cidade de Itaqui está situada defronte da cidade argentina Alvear, com a qual se comunica por meio de balsas pelo Rio Uruguai .

Figura 15. Mapa do Município de Itaqui e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei provincial n°. 419, de 6 de dezembro de 1858
Localização: oeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 3.404,037 km ²
Fronteiras: ao norte com Macambará e com São Borja, ao leste com Manoel Viana, ao sul com Alegrete e com Uruguiana e a oeste com a Argentina
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 38.159 habitantes
Densidade demográfica: 11,21 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 848.926.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 22.242,99
IDH-M (2010): 0,713
Gentílico: itaquiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O território ocupado hoje pelo Município de Itaqui pertenceu, primeiramente, ao das Missões Orientais. Das mais diversas origens foram os elementos que primeiro habitaram aquelas paragens à margem do Rio Uruguai.

Em princípios do século XIX, foi o território conquistado às Missões. Em 1816, André Artigas, filho adotivo do Governador de Montevideu, reuniu na província de Corrientes (Argentina) mais de 1.600 homens, entre índios e soldados, e com alguma artilharia de campanha quis assaltar as Missões Orientais e incorporá-las ao domínio uruguaio onde seu pai era ditador. Realmente o fez, e em setembro de 1821, transpunha o Rio Uruguai na altura onde atualmente se ergue a cidade de Itaqui (naquela época contava apenas 2 ou 3 ranchos de barro).

Fundando estância, desenvolvendo a pecuária, Artigas iniciou o povoamento do território ocupado, chamado então Rincão da Cruz. Mas pouco durou o domínio do filho do ditador oriental logo expulso pelo destacamento do capitão Fabiano Pires de Almeida, que veio acampar na barra do arroio Cambai com o objetivo de guardar aquele território da fronteira contra as possíveis invasões estrangeiras. Mais tarde, os navios de uma flotilha foram ancorar junto ao destacamento do Capitão Pires de Almeida, mas uma grande enchente no Rio Uruguai e seus afluentes obrigou-a a procurar ancoradouro mais seguro, tendo optado por aquele onde hoje se encontra a cidade de Itaqui.

Deslocado o acampamento da barra do Cambaí, com ele foram algumas famílias pobres, tanto brasileiras como estrangeiras, e mais uns 50 homens sob o comando de Fernando Pires (irmão de Fabiano) e Camilo Justiniano Ruas. O novo acampamento deu origem a uma aldeia, marco inicial da atual Itaqui. Como São Borja e Uruguaiana, Itaqui sofreu as consequências da invasão paraguaia em 1865, e também seus filhos atuaram destacadamente nessa campanha.

Em 25 de junho de 1865, as Forças brasileiras da IV Brigada, sob o comando do Coronel Sezefredo Alves Coelho Mesquita, juntamente com a brigada do Coronel Fernando Lima, opuseram séria resistência ao inimigo invasor, dando-lhe combate na estrada de Itaqui. Ao mesmo tempo, a esquadra brasileira do rio da Prata, sob o comando geral do Almirante Tamandaré, com algumas embarcações de pequeno calado, e ordens do Tenente Eduardo Wandenkolk, subia o Uruguai até a vila de Itaqui, onde forçou o bloqueio do exército paraguaio em Uruguaiana.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Itaquí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 37.916 habitantes
Homicídios (2012): 4 (quatro)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Conselho Tutelar, Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 policial por 3.160 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial por 807 habitantes.

Tabela 43. Registro de Ocorrências, Município de Itaquí – Período 2009 / 2012.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

ITAQUI	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecente-Posse	Entorpecente-Tráfego
2012	4	382	9	57	1	3	32	1	29	31	130
2011	4	563	14	73	0	1	32	0	29	39	88
2010	3	617	9	93	1	0	32	0	21	16	16
2009	3	519	11	121	2	0	32	0	31	23	27

Nota: as categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos (Homicídio Doloso de Trânsito, Latrocínio, Extorsão Mediante Sequestro) foram excluídas do quadro.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Itaquí em 2012 foram por entorpecentes.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 44. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Itaquí.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012) = 37.916 habitantes			
Homicídios (2012): 4			
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 quartel
Efetivo	Delegados	1	Oficiais 1
	Agentes	11	Praças 46
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, mas adequadas e em boas condições
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar
Computador	14		7
Impressora	12		6
Telefone fixo	3		2
Fax	2		1
Scanner	2		1
Internet	Com acesso		Com acesso
Estação de rádio analógica	1		-
Estação de rádio digital	**		1
Equipamento de visão noturna	**		-
Aparelho de TV	**		-
Gravadores	**		-

Máquina Fotográfica	**	-		
Filmadora	**	1		
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	4	-	6	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	1	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Ocasionalmente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	4		6	
Rádio portátil (HT)	3		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	1		1	
Arquivos em ficha de papel	1		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	11		10	
Colete antibalísticos	11		35	
Escudos	**		-	
Capacetes	**		-	
Placa balística	**		-	
Outros	**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		40	
Carabina	1		-	
Espingarda	1		5	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		1	
Revólver	1		5	
Pistola	10		44	
Arma de condutividade elétrica	-		1	
Bomba de efeito moral	-		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		-	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Quantidade suficiente, mas tipos insuficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	27		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Itaqui uma delegacia com um delegado e onze agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, o representante entrevistado não respondeu se a sede policial possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Itaqui utiliza sistemas de administração, tais com o de controle e manutenção de equipamentos e o de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2002, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Itaqui, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações, e amigáveis. A Polícia Civil de Itaqui apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Ágata. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), porém não tem participação nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O 2º Batalhão Policial de Área de Fronteira localizado no município de Itaqui conta com um oficial e 46 praças. No Batalhão de Itaqui, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), de controle de dados criminais por meio de planilhas, tabelas de papel e também fichários de ocorrências; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 1998), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o representante entrevistado não soube informar se existe conexão na unidade. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de entorpecentes.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, as Forças Armadas e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Força Nacional e a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em

coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Itaqui, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Tabela 45. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Itaqui.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupo de Combate a Incêndio		
Efetivo	Oficiais	**	
	Praças	5	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	**	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	**	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	**	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Itaqui, a quantidade de equipamentos de proteção individual e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate e de equipamentos para atendimento a produtos perigosos não o foi, sendo especificado que não há equipamentos. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade é suficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 5 megas. A unidade do Corpo de Bombeiros entrevistado faz registros de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os quatro tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; salvamento, busca e resgate e incêndios florestais (fogo em mata).

O Corpo de Bombeiros de Itaqui participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e também não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Itaqui não possui troca de informação ou colaboração com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal e as Forças Armadas.

Guarda Municipal

O município de Itaqui não possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal. Possui um Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira. As relações com os gestores dos países vizinhos são amigáveis e colaborativas, com troca de informações e com a realização de missões conjuntas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 46. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Itaqui.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	16				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Itaqui é uma comarca de entrância inicial com varas mistas e especializadas separadas. São um juizado especial criminal, duas varas criminais, uma vara de execução penal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial por crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária não dispõe de veículos.

O representante entrevistado não soube informar se há internet na sede. Estima-se que por volta de 250 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), porém não há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais. O sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho da Comunidade, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca há Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, porém não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, tampouco soube informar quais são os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Itaqui, em ordem de importância, são, segundo o representante entrevistado: a falta de recursos humanos; a falta de apoio do poder público municipal e o envolvimento de efetivos de segurança pública em atividades ilegais.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Participam de alguma maneira, das operações de fronteira (no plano estritamente processual), tais como a Operação Ágata. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Itaqui são o Judiciário Estadual, as Forças Armadas, a Polícia Militar e a Polícia Civil, sendo que, segundo o entrevistado, as parcerias com as Forças Armadas deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, crimes ambientais e o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Itaqui. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e a falta de clareza em relação à sociedade. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e o abandono de escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 47. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Itaquí.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe B	
Efetivo	Auditores	3
	Técnicos	-
	Terceirizados	1
	Analistas-tributários	3
Qualidade das instalações internas	Antiga e precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Itaquí dispõe de 2 carros, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, com velocidade de conexão de 2 MB/s. A Receita Federal de Itaquí não participa de dois coletivos de segurança pública. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, os representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar concordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira e, também junto com o representante entrevistado da Guarda Municipal, concordam que a proximidade da fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelo comércio de produtos, por meio da exportação e importação por balsas e a proximidade com o MERCOSUL, sendo o município produtor de arroz, o que favorece o intercâmbio. O representante da Justiça não soube informar se é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira, segundo ele, Itaquí e Maçambará estão muito atrelados a duas atividades econômicas, cultivo de arroz e a pecuária, não sabendo o quanto disso é para o mercado interno ou externo. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Itaquí é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Itaquí, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e os crimes ambientais. Foram destacadas pela Polícia Civil as o tráfico de armas, o contrabando e o tráfico de drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos, furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 48. Percepção da incidência de crimes no município de Itaqui.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências e a transeunte, sendo citado também o furto a motocicletas e de gado e o roubo a estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas a extorsão simples, a fraude ao comércio, os pequenos golpes populares, as fraudes em operações ilícitas, o cheque sem fundos e as extorsões mediante roubo ou furto de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também o conflito por propriedades e brigas em escolas. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Itaqui são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: crime doloso, lesão corporal, tráfico, crimes contra o patrimônio e crime contra a liberdade sexual) resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus- tratos e abandonos, abandono da escola e violência doméstica.

Jaguarão

O município de Jaguarão foi criado pela Lei Provincial n°. 322, de 23 de novembro de 1855. Encontra-se no sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. O município está localizado a 384 km de distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. A cidade de Jaguarão está situada defronte da cidade uruguaia de Rio Branco, separada pelo Rio Jaguarão e conectada pela Ponte Internacional Barão de Mauá.

Figura 16. Mapa do Município de Jaguarão e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Provincial n°. 322, de 23 de novembro de 1855.
Localização: sul de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 2.054,382 km ²
Fronteiras: ao norte com Herval e com Arroio Grande e ao sul com o Uruguai
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Não informado
Acesso viário: Sim
População (2010): 27.931 habitantes
Densidade demográfica: 13,6 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,49
PIB (2010): R\$ 427.919.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.314,56
IDH-M (2010): 0.707
Gentílico: jaguarense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Jaguarão foi erigida a partir de um acampamento militar, demarcando o expansionismo dos povoadores portugueses ao sul do novo mundo. O território onde a cidade se encontra era pertencente, inicialmente, segundo o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado no ano 1777, à Coroa Espanhola. Uma tropa comandada pelo Cel. Manoel Marques de Souza, em 1801, logrou arrastar a raia lusitana, estabelecendo combates contra os espanhóis.

Acampados em local de difícil acesso, com dificuldades para o abastecimento e fixação, os soldados dirigiram-se, no início do ano seguinte, em busca de aproximação para com uma via navegável que possibilitasse o contato com Rio Grande. Este foi um fator determinante para a escolha do lugar em que se iniciou a povoação que deu origem ao município jaguarense.

Compunham a Guarda do Serrito e da Lagoa, em média aproximativa, 260 homens. Aos poucos, foram se estabelecendo equilíbrio entre as partes e relações amistosas para com os espanhóis situados na margem oposta. Tratava-se da fase limiar de duas campanhas divididas pela corrente de águas.

Na Guarda do Serrito, em 1802, foi erigida a primeira “Casa da Residência”, com o intuito de abrigar os comandantes locais. Além de transações econômicas incipientes esboçava-se também o princípio de atividades religiosas

Em 1832 foi instituído por ato regencial, em nome de Dom Pedro II, o município de Jaguarão e instalado no ano seguinte, com a formação da câmara de vereadores. Em 1855, Jaguarão foi elevada à cidade.

Fonte: Prefeitura de Jaguarão e IBGE.

Diagnóstico da Segurança Pública em Jaguarão

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	27.605 habitantes
Homicídios (2012):	1 (um)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Receita Federal
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.760 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 468 habitantes.

Tabela 49. Registro de Ocorrências, Município de Jaguarão – Período 2009 / 2012.

JAGUARÃO	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Extorsão Mediante Sequestro	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecente Posse	Entorpecente Tráfico
2012	0	381	27	39	1	0	1	0	26	0	8	17	3
2011	1	440	22	30	0	1	1	0	29	1	10	12	2
2010	1	409	19	22	0	0	0	0	30	0	8	9	1
2009	2	410	20	20	0	0	1	1	34	0	9	9	6

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Jaguarão em 2012 foram de lesão corporal e ameaças.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 50. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Jaguarão.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 27.605 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	4
	Agentes	9	Praças	52
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas precisando de reforma		Antiga mas precisando de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas inadequadas ou precisando de reformas		Antiga mas precisando de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	17		17	
Impressora	6		3	
Telefone fixo	3		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	1		1	
Máquina Fotográfica	1		2	
Filmadora	1		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	4	-	1	8
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	4
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente		Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	4		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	4		1	
Rádio portátil (HT)	4		3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		3	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		12	
Colete antibalísticos	9		77	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	

Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	44
Carabina	1	2
Espingarda	1	6
Metralhadora	6	1
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	4
Revólver	-	31
Pistola	9	34
Arma de condutividade elétrica	*	5
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	4
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidade de munição insuficientes	Polícia Militar Tipos e quantidades de munição suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	7	*
Média de presos/mês	3	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 50	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Jaguarão uma delegacia que conta com um delegado e 9 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 100 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Jaguarão utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque e de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg e são produzidas estatísticas, mas o entrevistado não soube precisar desde quando, tendo declarado que são produzidas mensalmente. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Jaguarão, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações, e amigáveis. A Polícia Civil de Jaguarão apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela, Ágata e Centopeia. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Em Jaguarão está o 3º Batalhão Policial de Área de Fronteira, que conta com 4 oficiais e 52 praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas de georreferenciamento de crimes, controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel e fichas de papel e fichários de ocorrência. O entrevistado declarou que são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, desde 99/2000, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 10 MB/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de lesão corporal e ameaça.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Receita Federal, as Forças Armadas, a Polícia Federal e Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o exército e a Polícia Uruguaia. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Jaguarão, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e realização de missões conjuntas. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Jaguarão foi criado, segundo o entrevistado, por volta de 2011, não existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, o contrabando e o descaminho e o envolvimento de jovens na criminalidade. Tanto os conselheiros representantes da sociedade civil, quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Jaguarão recebe demandas da comunidade por meio dos integrantes do Conselho. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, a principal queixa dos policiais militares em atender às demandas da comunidade é o desconhecimento do trabalho do policial. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado

se mostra mais de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 51. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Jaguarão.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
	Justiça		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial			
Efetivo	Juízes	2	Conselheiros	5
	Funcionários	não sabe		
Qualidade das instalações internas	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Jaguarão é uma comarca de entrância inicial com vara mista. Existe Juizado especial Criminal e Vara de Infância e Juventude. Segundo o entrevistado, não há especializadas cobertas por esta vara, pois todas são generalistas. Existem juizados especiais criminais e vara de infância e juventude, mas não foram informados quantos.

Não há internet. Não há dados sobre a estimativa de mandados expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos e de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), além de relatórios do sistema geral. Há também produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos, mas não são divulgadas publicamente. O sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas participam de atividades extraoficiais na comunidade e no país vizinho, porém o juiz entrevistado está mais de acordo que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado declarou não saber se estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca, não há juizado e promotoria especializados na infância e juventude, assim como não há promotoria especializada, nem defensoria pública especializada, e equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a

estimativa, no que se refere ao número de adolescentes que passaram por este Juizado no ano de 2012, é em média de 20 jovens. A estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade é de 2 jovens, e, em meio aberto, de 15 jovens. O entrevistado informou que os órgãos que executam a medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são a prefeitura e ONGs. Os atos infracionais mais frequentes neste município, no ano de 2012, furto e uso de entorpecentes.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Jaguarão. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado, e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: violência doméstica; abuso sexual ou exploração sexual; abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 52. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Jaguarão.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe A, Alfândega, Posto fiscal, Centro de atendimento ao contribuinte	
Efetivo	Auditores	6
	Técnicos	1
	Terceirizados	10
	Analistas-tributários	12
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Jaguarão dispõe de quatro carros e, muito frequentemente, a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, e a velocidade da conexão é de 1 MB/s. A Receita Federal de Jaguarão não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, tendo declarado o auditor fiscal entrevistado acreditar que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações Ágata, Sentinela e Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A opinião dos entrevistados fica dividida com relação a ideia de que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, e a maioria concorda, com exceção do representante do órgão de Justiça, com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Receita Federal, o fato de estar próximo à fronteira é um fator positivo para o desenvolvimento do município, por causa dos free shops que atraem turistas. Já para o representante do órgão de Justiça é um fator negativo, pois o município está longe da capital. E o procurador do município diz não saber, pois depende do aspecto que se considera. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Jaguarão é mais frequente do que em outros municípios, com exceção do representante do órgão de justiça. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Jaguarão, foram assinalados contrabando, tráfico de drogas, de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 53. Percepção da incidência de crimes no município de Jaguarão.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

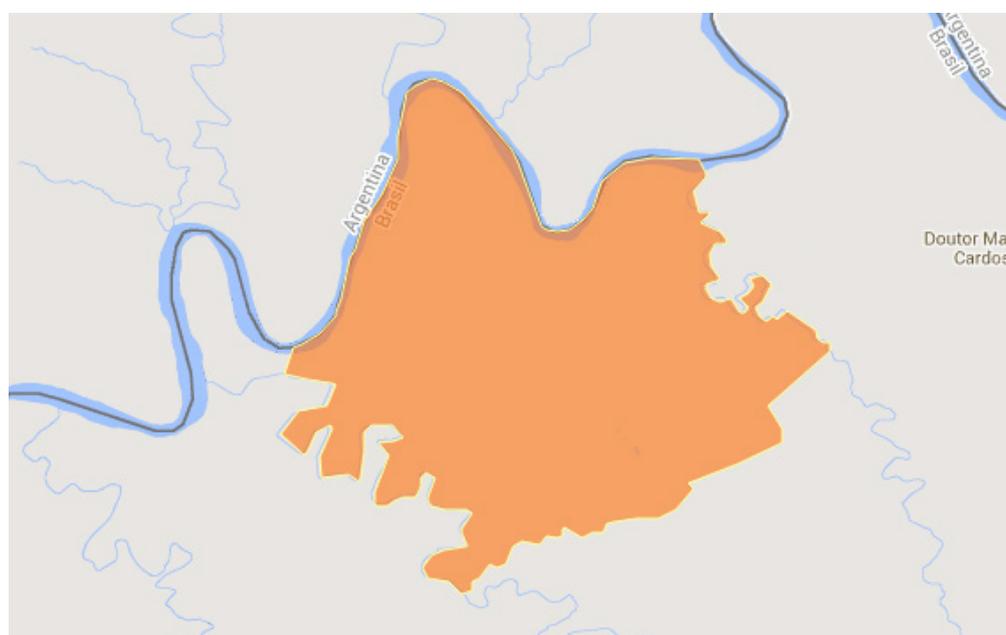
Os tipos mais frequentes de furto são a residências, no comércio e de motocicletas, e de roubo são a residências, ao comércio e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados o falso sorteio, concurso ou premiação, pequenos golpes populares e fraudes no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Já com relação às causas assinaladas para os homicídios dolosos apenas o representante da Polícia Civil assinalou as brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Jaguarão são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são furto, roubo e porte ilegal de arma,

tendo declarado o entrevistado que teoricamente todos resultam em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são: violência doméstica, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Novo Machado

O município Novo Machado foi criado pela Lei estadual nº 9555, de 20 de março de 1992. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do Sul, a 510 km da capital do estado, Porto Alegre. Está constituído pelos distritos de Nova Machado (sede do município) e Prados.

Figura 17. Mapa do Município de Novo Machado e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº 9555, de 20 de março de 1992
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 218,669 km ²
Fronteiras: Argentina e municípios de Doutor Maurício Cardoso, Tucunduva, Tuparendi e Porto Mauá.
Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 3.925 habitantes
Densidade demográfica: 17,95 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 61.180.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.579,40
IDH-M (2010): 0,663
Gentílico: novo-machadense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Novo Machado, município criado pela Lei 9.555 de 20 de março de 1992, com uma área total de 218,325 km², localiza-se ao Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na Região do Alto Uruguai e pertence à região do Grande Santa Rosa. Delimita-se ao Norte, por meio do Rio Uruguai, com a República Argentina, ao Leste com o Município Dr. Maurício Cardoso, ao sul com o município de Tucunduda e a oeste com os municípios Tuparendi e Porto Mauá.

O município apresenta altitude de 230m acima do nível do mar, sendo seu solo caracterizado em 75% de terras onduladas.

Linha Machado, Povoado Machado, Vila Machado e Novo Machado, estas foram as diferentes denominações que recebeu ao longo de sua história. Mesmo por meio de buscas em documentos que remontam à época da colonização, não foi possível definir-se com clareza, as origens ou causas desta denominação. Os próprios imigrantes afirmam que, em meados de 1920, ao adquirirem suas terras, já sabiam que estas se localizavam no município de Santo Ângelo, distrito de Santa Rosa, Localidade de Linha Machado.

Fonte: Prefeitura Novo Machado.

Diagnóstico da Segurança Pública em Novo Machado

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	3.806 habitantes
Homicídios (2012):	1 (um)
Instituições de segurança:	Polícia Militar.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	não há Polícia Civil no município.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 634 habitantes.

Tabela 54. Registro de Ocorrências, Município de Novo Machado – Período 2009 / 2012.

NOVO MACHADO	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Tráfico
2012	1	26	1	0	0	7	0
2011	0	13	1	0	0	1	1
2010	0	14	1	0	0	2	1
2009	0	11	0	2	1	2	0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: as categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Novo Machado em 2012 foram ocorrências vinculadas à Lei Maria da Penha, porte ilegal de armas e contrabando/descaminho.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 55. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Novo Machado.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 3.806 habitantes		
Homicídios (2012) = 1		
Polícia Militar		
Unidades	1 GPM, 1 posto fixo e 1 quartel	
Efetivo	Oficiais	-
	Praças	6
Polícia Militar		
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Polícia Militar		
Percepção da qualidade das instalações internas	Estrutura antiga, precisando de reformas	
Polícia Militar		
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Militar	
Computador	1	
Impressora	1	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	-	
Internet	1	
Estação de rádio analógica	-	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	1	
Filmadora	-	
Polícia Militar		
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	**	**
Moto	**	**
Embarcação sem motor	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	**	**
Avião	**	**
Helicóptero	**	**
Cavalo	**	**
Bicicleta	**	**
Outros	**	**
Polícia Militar		
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende a necessidade	
Polícia Militar		
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Militar	
Celulares corporativos	1	
Rádio em viaturas (digital)	1	
Rádio em viaturas (analógico)	-	
Rádio portátil (HT)	-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	1	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Militar
Algemas	3
Colete antibalísticos	5
Escudos	-
Capacetes	-
Placa balística	5
Outros	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	5
Carabina	-
Espingarda	1
Metralhadora	-
Submetralhadora	-
Fuzil	-
Revólver	-
Pistola	-
Arma de condutividade elétrica	-
Bomba de efeito moral	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*
Outro	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Militar Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não
Capacidade	*
Média de presos/mês	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Militar

Na unidade de Novo Machado, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2003), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Utiliza-se também fichas de papel para o controle de dados criminais. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da rede Copel e a velocidade é de 452 KB/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relacionados à Lei Maria da Penha, contrabando e porte ilegal de armas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, o IBAMA e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento

ou operação de fronteira. O entrevistado não soube dizer se a instituição participou do ENAFRON no ano de 2012. Em Novo Machado, a Polícia Militar possui uma relação conflitante, embora colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e na realização de missões conjuntas.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O entrevistado da Polícia Militar discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira, já a secretaria administrativa de Novo Machado concorda com a primeira afirmação e discorda da segunda. Para o entrevistado da Polícia Militar, a proximidade da fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, enquanto para o da secretaria é um fator negativo. O entrevistado da Polícia Militar concorda que a posse de arma de fogo em Novo Machado é mais frequente do que em outros municípios, o da secretaria discorda. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Novo Machado foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a imigração ilegal e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 56. Percepção da incidência de crimes no município de Novo Machado.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente

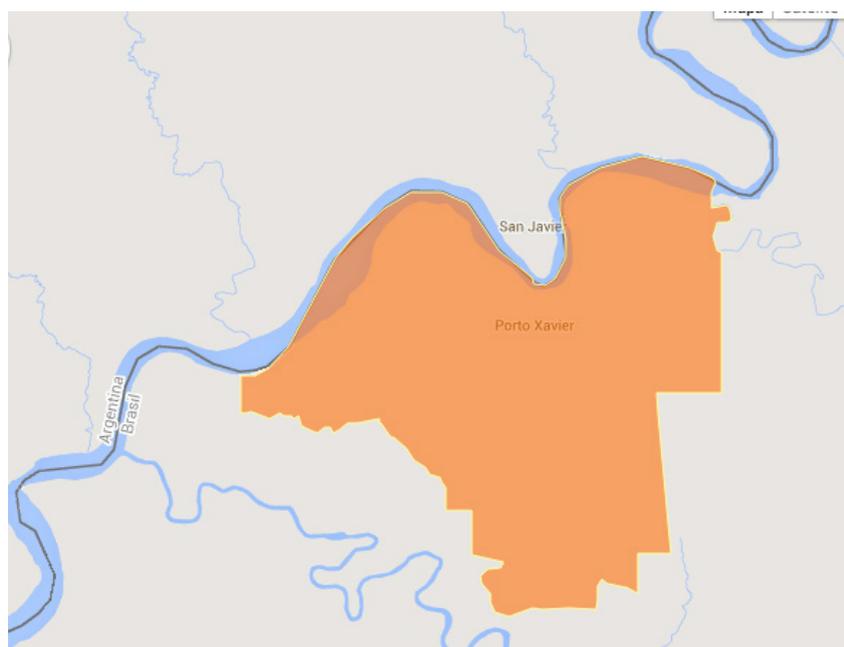
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a transeunte, sendo citado também o furto a residências e o roubo de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados o falso sorteio e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já a causa assinalada para os homicídios dolosos foi a situação doméstica. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Porto Xavier

O município de Porto Xavier foi criado por Lei Estadual de n.º 5.214, em 06 de janeiro de 1965. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do Sul, distante 565 km da capital do estado, Porto Alegre, Localizada na fronteira com a Argentina, a localidade de Porto Xavier encontra-se defronte da cidade argentina de San Javier (província de Misiones) e possui um porto com embarcações para fazer a passagem internacional.

Figura 18. Mapa do Município de Porto Xavier e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 5.214, de 06 de janeiro de 1965.
Localização: Noroeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 280,510 km ²
Fronteiras: ao norte com a Argentina, ao leste com São Paulo das Missões e ao sul com Roque Gonzales.
Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 10.558 habitantes
Densidade demográfica: 37,64 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 180.287.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.072,67
IDH-M (2010): 0.723
Gentílico: porto-xavierense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Seu povoamento deu-se pelo ano de 1870 com o nome inicial de São Francisco Xavier, depois de São Xavier, Cerro Pelado e consolidou-se como Porto Xavier, devido ao porto no Rio Uruguai. A origem do atual território começa com as Reduções Jesuíticas fundadas pelo Padre Roque Gonzales, na primeira metade do século XVII, na Região das Missões. Elevado à categoria de município com a denominação de Porto Xavier, pela Lei Estadual n.º 5.214, de 06-01-1965, desmembrado do município de Cerro Largo. Sede no antigo distrito de Porto Xavier. Constituído do distrito sede em 15-05-1965. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de dois distritos: Porto Xavier e Rincão Comprido. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Fonte: Prefeitura Municipal (2011) em site IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Porto Xavier

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	10.463 habitantes
Homicídios (2012):	1 (um)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Conselho Tutelar, Receita Federal
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 1.495 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.163 habitantes.

Tabela 57. Registro de Ocorrências, Município de Porto Xavier – Período 2009 / 2012.

PORTO XAVIER	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos		
							Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico
2012	1	105	4	4	0	6	20	7	1
2011	1	100	2	9	0	7	17	13	1
2010	0	133	6	4	2	5	8	15	5
2009	0	130	4	2	0	8	15	3	2

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul. As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Porto Xavier em 2012 foram por contrabando, tráfico de drogas e descaminho.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 58. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Porto Xavier.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 10.463 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 pelotão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	6	Praças	9 ou 10
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e precisando de reformas		Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e precisando de reformas		Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	8		2	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		1	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	1	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	1	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente		Muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		1	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	2		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		-	
Arquivos em ficha de papel	4		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	6		4	
Colete antibalísticos	5		6	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	6		-	

Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	9
Carabina	1	-
Espingarda	1	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	1
Revólver	6	-
Pistola	6	16
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	25 cartuchos anti-motim
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	1	*
Média de presos/mês	1	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	20	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Porto Xavier uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 100 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, o sistema de administração utilizado é o de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg, tendo declarado o entrevistado que as estatísticas são produzidas desde sempre, não havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Jaguarão, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações e com realização de missões conjuntas. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na unidade da Polícia Militar de Porto Xavier, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de

viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), além de dados em arquivos de papel. São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2007), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 100 kbp/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram contrabando, tráfico de drogas e descaminho.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, as Forças Armadas e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como a Operação Sentinela. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Porto Xavier, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com a realização de missões conjuntas, com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), em 2012, e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 59. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Porto Xavier.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	9				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Nova e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Porto Xavier é uma comarca de entrância inicial com vara única. São um juizado especial criminal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha.

Há internet, tendo declarado o entrevistado que é limitada. Estima-se que por volta de 17 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. O sistema de administração existente e em uso é o sistema de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas

de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2010 e o sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do grupo de apoio à Polícia Militar, e o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira de forma pontual, não contínua.

Juizado Especial da Infância e Juventude

A estimativa do número de adolescentes que passaram pelo juizado de Porto Xavier, no ano de 2012, é de aproximadamente 25 jovens. A estimativa do número de adolescentes que receberam medida em meio aberto é de aproximadamente quatro jovens. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é a Prefeitura. O entrevistado informou que o ato infracional mais frequente foi o furto.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal participam de coletivo de gestão de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira, tal como Operação Integrada. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Porto Xavier são o Judiciário Estadual, a Polícia Civil e a Polícia Militar, tendo declarado o entrevistado que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e à exploração sexual infantojuvenil. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, os crimes ambientais e o tráfico de armas. O entrevistado afirmou que são produzidas estatísticas de denúncias há muito tempo.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Porto Xavier. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: o abuso sexual ou exploração sexual, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 60. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Porto Xavier.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe A	
Efetivo	Auditores	3
	Técnicos	1
	Terceirizados	2
	Analistas-tributários	6
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Porto Xavier dispõe de 3 carros oficiais, e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, e a velocidade é de 1 G. A Receita Federal de Porto Xavier não participa de coletivos de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação do órgão.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda, também, com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para todos os entrevistados a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, tendo sido citado o comércio de importação e exportação e a presença do porto. A maioria dos entrevistados concorda que a posse de arma de fogo em Porto Xavier é mais frequente do que em outros municípios, tendo o representante da Polícia Civil discordado. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Porto Xavier foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, tendo o representante da Polícia Militar destacado os crimes ambientais e imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tabela 61. Percepção da incidência de crimes no município de Porto Xavier.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio, a transeunte e de gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados as fraudes ao comércio, os pequenos golpes populares, os cheques sem fundos, tendo o representante da justiça destacado os crimes pela internet. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar, decorrente de conflitos em mercados ilegais, decorrentes de conflitos de propriedade, sendo citados também os decorrentes de alcoolismo. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: conflitos de vizinhos, conflitos políticos, conflito legal com a polícia e conflitos relacionados a mercados ilegais, tendo sido citado também aqueles causados pelo alcoolismo. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Porto Xavier são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, a posse ou o porte ilegal de armas e lesão corporal, resultando todos, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação e jogo do bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são abuso sexual ou exploração sexual, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Quaraí

O município de Quaraí foi criado pela Lei Estadual n.º 972, em 08 de abril de 1875. Encontra-se ao oeste do Rio Grande do Sul, distante 598 km da capital do estado, Porto Alegre. Localizada na fronteira com Uruguai, a cidade de Quaraí encontra-se defronte da cidade uruguaia de Artigas, da qual está separada pelo Rio Quaraí e conectada pela Ponte da Concordia. Os acessos rodoviários do município são a BR/RS 377 e a BR-293.

Figura 19. Mapa do Município de Quaraí e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual no 972, 08 de abril de 1875.
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 3.147,632 km ²
Fronteiras: Uruguai
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2010): 23.021 habitantes
Densidade demográfica: 7,31 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,50
PIB (2010):R\$ 289.312.000,00
PIB per capita (2010):R\$ 25.523, 14
IDH-M (2010): 0.704
Gentílico: quaraiense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Em 1814, D. Diego de Souza, 1º Governador da Capitania Geral do Rio Grande, e Luis Teles da Silva, depois Marquês de Alegrete, iniciaram as doações de sesmarias no atual Município de Quaraí. É este o tempo das lutas contra José Gervásio Artigas, o idealizador da independência da Banda Oriental, atual República Oriental do Uruguai. Em nove anos de doações de sesmarias, 42 estancieiros foram os primeiros proprietários dos 3.238 km², que formam a área do município. Entre estes pioneiros encontrava-se o paulista de Sorocaba, comprador de mulas, João Batista de Castilhos, que além da sesmaria recebida comprou outra, que fora concedida a José Joaquim de Melo, e parte deste campo é hoje a cidade de Quaraí.

A estância de João Batista prosperava, era o tempo das guerras de Independência no Prata, iniciadas em 1810, quando os "Saladeiros" desta região entram em decadência, sendo o gado contrabandeado para as "charqueadas" riograndenses. Os proprietários de terra formavam a elite política do Rio Grande do Sul e serão os líderes da Revolução Farroupilha. Quaraí é o berço do último combatente farroupilha e aqui iniciou o derradeiro combate, que estendeu-se até o local denominado Quaró no departamento de Artigas, em dezembro de 1844.

Em 1816, o comandante José de Abreu acampa junto à margem direita do Rio Quaraí e com seus 200 homens impede que as tropas do general Artigas aqui se estabeleçam. E assim tem origem o povoamento urbano. Em 1858 comandava esta Guarnição o Tenente Coronel Simeão Francisco Pereira, quando aqui chegou o engenheiro e matemático, José da Victória Soares Andréa, que integrava a comissão de demarcação dos limites entre Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, e traça a planta para a futura freguesia.

A lei providencial nº 442, de 15 de dezembro de 1859, criava no 2º Distrito de Alegrete, a Freguesia de São João Batista de Quaraí. O 1º Vigário foi o Padre Augusto Martins da Cruz Jobim, apresentado por Carta Imperial de 17 de janeiro de 1858 e, confirmado canonicamente em 25 de março de 1863.

A freguesia de São João Batista do Quaraí é elevada à condição de vila, por Lei nº 972 de 8 de abril de 1875. Esta data assinala a emancipação do 4º Distrito de Alegrete, assim designado desde o ano de 1871. A instalação do poder legislativo registrada em 16 de outubro de 1875 é que realmente transforma Quaraí em vila. O Ato nº 150 de 26 de março do ano de 1890, transforma a vila de São João Batista do Quaraí em cidade.

Fonte: IBGE, Prefeitura Municipal de Quaraí

Diagnóstico da Segurança Pública em Quaraí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa em 2012):	22.873 habitantes
Homicídios (2012):	5
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Taxas:	
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População =	1 policial / 1.906 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População =	1 policial / 693 hab.

Tabela 62. Registro de Ocorrências, Município de Quaraí – Período 2009 / 2012.

Quaraí	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Extorsão Mediante Sequestro	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecente Posse	Entorpecente Tráfico
2012	5	375	24	28	0	0	1	0	46	1	14	10	11
2011	2	382	20	20	1	0	1	0	29	0	21	6	9
2010	1	298	8	19	0	0	2	0	14	0	11	12	3
2009	3	334	12	10	1	0	0	0	17	0	18	13	7

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 63. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012):	22.873 habitantes		
Homicídios (2012):	5		
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	1 delegacia		1 posto fixo
Efetivo	Delegados	1	Oficiais
	Agentes	11	Praças
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Antiga, mas em boas condições		Nova, mas precisando de reforma
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar
	Antiga, mas adequadas e em boas condições		Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas

Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		1	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		-	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	1		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	2	-	7
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	-	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		7	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	2		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	11		11	
Colete antibalísticos	11		30	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		30	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		35	
Carabina	-		6	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		10	
Pistola	11		32	
Arma de condutividade elétrica	*		-	

Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	4	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	Não respondido	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Quaraí uma delegacia com um delegado e 11 agentes. A sede possui conexão à internet com velocidade de 100 kbp/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Quaraí utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição e de armas, de manutenção de equipamentos, de protocolo e financeiro. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georreferenciamento, além da organização de dados, fichas em papel e fichários. Não há inclusão de dados no Infoseg, e o entrevistado não sabe dizer se são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Judiciário. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. As relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis e colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Quaraí apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O entrevistado não soube dizer se, no ano de 2012, a Polícia Civil participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), mas declarou que tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

A Brigada Militar de Quaraí conta com um oficial e 32 praças. Uma série de sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolo, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel. São produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, mas não há inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras

instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade é de 100 kbp/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local no ano de 2012 foram de furto e Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e a Receita Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. De acordo com o entrevistado, a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa de grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Quaraí, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 64. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
	Justiça		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial			
Efetivo	Juízes	1	Conselheiros	5
	Funcionários	12		
Qualidade das instalações internas	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Conselho Tutelar	
	Nova e em boas condições		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Quaraí é uma comarca de entrância inicial, com vara mista, que cobre todas as especialidades. Há internet com velocidade de 5 MB/s. Estima-se que por volta de 31 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de distribuição de autos; de estoque; de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2000 e o sistema de informação está integrado a outros sistemas de informação, do MP e das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, tais como Sentinela, e outras que não soube informar.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Quaraí. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; assim como o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandono; abuso sexual ou exploração sexual; abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 65. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Quaraí.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe C	
	Centro de atendimento ao contribuinte	
Efetivo	Audidores	2
	Técnicos	4
	Terceirizados	14
	Analistas-tributários	4
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Quaraí dispõe de quatro carros oficiais funcionando, sendo que muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, e a velocidade da conexão é 1 MB/s. A Receita Federal de Quaraí participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das Operações Ágata e Fronteira Sul.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, com exceção do representante da Polícia Militar. A situação se repete com relação à ideia de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município para a maioria dos entrevistados, por conta de aspectos comerciais. Para o representante

do órgão de Justiça é um fator negativo, pois o município fica muito dependente da moeda do país vizinho. Os representantes das Polícias Civil e Militar concordam que a posse de arma de fogo em Quaraí é mais frequente do que em outros municípios. Já o representante do órgão de Justiça, discorda. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Quaraí foram assinalados: contrabando; tráfico de drogas; tráfico de armas; imigração ilegal; crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 66. Percepção da incidência de crimes no município de Quaraí.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinasa funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	-	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo são a residência e comercio, e de furto são a residência e gado, sendo citado também o furto a transeunte e em veículos, como por exemplo, de rádio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as financeiras ou comerciais, em operações ilícitas, no comercio, pequenos golpes populares e cheque sem fundos. A principal situação citada em que ocorrem lesões corporais dolosas é em situação doméstica, tendo sido apontado pela Polícia Militar as brigas de bar. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos, em conflito de terra e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Quaraí são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e estupro e atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica; furto; trafico de entorpecentes, sendo este último o que resulta em condenação mais frequentemente. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Rio Grande

O município foi criado por Lei provincial nº 5, de 27 de junho de 1835. Encontra-se ao sudeste de Rio Grande do Sul, localizado a 311 km, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. Dos 497 municípios que compõem o Estado, Rio Grande é o décimo município em termos demográficos, sendo um importante porto marítimo, além de ser referência na atividade petrolífera e industrial.

Figura 20. Mapa do Município de Rio Grande e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei provincial nº 5, de 27 de junho de 1835
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 2.709,522 km ²
Fronteiras: Municípios de Pelotas, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e Capão do Leão
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 197.228 habitantes
Densidade demográfica: 72,79 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,51
PIB (2010): R\$ 7.737.855.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 39.228,07
IDH-M (2010): 0,744
Gentílico: rio-grandino

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Rio Grande era o nome genérico dado as águas que correm desde o estuário do Rio Guaíba até o Oceano Atlântico, por meio da Lagoa dos Patos.

Com as lutas entre espanhóis e portugueses pela posse das terras, em 1737, o local foi escolhido para a construção do Forte de Jesus-Maria-José, tendo sido promovida a vinda de índios catequisados e famílias do Rio de Janeiro e de Laguna. Formou-se, assim, a povoação de Rio Grande de São Pedro. Cessadas as lutas, várias medidas foram tomadas para o reerguimento da antiga Vila que, mais tarde, foi escolhida para Sede Municipal.

Foi elevado à condição de cidade com a denominação de Rio Grande, pela Lei Provincial n.º 5, de 27-06-1835. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de cinco distritos: Rio Grande, Ilha dos Marinheiros, Povo Novo, Quinta e Taim. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Hoje, Rio Grande passa por uma reestruturação da atividade portuária, ampliando-a e modernizando-a, colocando-se como um dos principais portos brasileiros e importante porto do Mercosul. Foi desenvolvido o polo naval, com os estaleiros, culminando na construção de uma plataforma petrolífera, a P-53. Além disso, é importante cidade universitária, centro turístico com a mais bonita praia sulina e importante polo comercial.

Fonte: IBGE e Prefeitura de Rio Grande.

Diagnóstico da Segurança Pública em Rio Grande

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2010):	198.842 habitantes
Homicídios (2012):	28 (vinte e oito)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.367 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 454 habitantes.

Tabela 67. Registro de Ocorrências, Município de Rio Grande – Período 2009 / 2012. Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Extorsão Mediante Sequestro	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecente Posse	Entorpecente Tráfico
2012	27	3.246	178	1.231	3	24	32	0	252	5	100	223	282
2011	27	3.327	170	1.095	1	25	15	0	304	8	88	180	258
2010	15	3.785	184	1.140	1	38	65	1	222	2	89	99	181
2009	18	4.355	190	1.204	0	27	52	0	219	4	106	127	175

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Rio Grande em 2012 foram de tráfico de drogas.

Gráfico 3. Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Rio Grande, 1996 a 2011.



Instituições de Segurança Pública

Tabela 68. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Rio Grande.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 198.942 habitantes				
Homicídios (2012): 28				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	7 delegacias		1 batalhão e 3 companhias	
Efetivo	Delegados	5	Oficiais	20
	Agentes	76	Praças	**
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	80		23	
Impressora	44		8	
Telefone fixo	15		28	
Fax	7		1	
Scanner	7		3	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	7		7	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	7		2	
Gravadores	7		2	

Máquina Fotográfica	7		4	
Filmadora	7		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	24	-	14	12
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	1
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	14	4
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	25	4	
Rádio em viaturas (digital)	24	-		
Rádio em viaturas (analogico)	-	24		
Rádio portátil (HT)	12	-		
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-		
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-		
Notebooks	8	1		
Arquivos em ficha de papel	7	-		
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	75	70	
Colete antibalísticos	75	34		
Escudos	-	30		
Capacetes	-	-		
Placa balística	-	-		
Outros	-	18		
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	132	
Carabina	3	2		
Espingarda	-	21		
Metralhadora	-	2		
Submetralhadora	-	-		
Fuzil	-	1		
Revólver	8	34		
Pistola	70	84		
Arma de condutividade elétrica	*	13		
Bomba de efeito moral	*	10		
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	88		
Outro	-	-		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tem carceragem?	Não	Não	
Capacidade	-	*		
Média de presos/mês	-	*		
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	166		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem no município de Rio Grande sete delegacias que contam com 5 delegados, 3 plantonistas e 76 agentes. A sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 512 KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Rio Grande utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de munição e armas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2000, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Rio Grande, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações, e amigáveis. A Polícia Civil de Rio Grande apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela e Ágata. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Rio Grande, há um Batalhão da Polícia Militar e três Companhias, distribuídas em 9 unidades. No questionário foi informado o número de oficiais (20), mas não o número de praças. Nos dados da SENASP, para o ano de 2012 há 438 policias militares atuando em Rio Grande. Esse foi o valor utilizado para calcular a Razão População / Policia. No Batalhão de Rio Grande, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), de georreferenciamento de crimes, além do controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão da unidade é de 12 MB/s. O flagrante realizado com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de tráfico de drogas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Receita Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e, segundo o representante entrevistado, participa de operações simultâneas. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Rio Grande, a Polícia Militar não possui relações de trocas de informação ou colaboração com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012, porém tem participado das Operações Sentinela.

Tabela 69. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Rio Grande.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	10 grupamentos, 1 subgrupamento e 4 seções		
Efetivo	Oficiais	6	
	Praças	79	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	2	1
	Viatura de combate a incêndio	6	2
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	2	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	1
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende a necessidade		
Atividades mais frequentes	Incêndios	1º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	2º	
	Acidentes ambientais	4º	
	Salvamento, busca e resgate	5º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

De acordo com o questionário aplicado no Corpo de Bombeiros de Rio Grande, a quantidade de equipamentos de proteção individual e de equipamento de salvamento e resgate foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, de equipamentos para o combate a incêndio florestal não o foi, sendo citada a falta de aeronaves e a necessidade de roupas com nível de proteção A. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, necessitando, segundo o entrevistado, de muitos HT's para uso da corporação. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade considerada rápida

pelo representante entrevistado. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg e não produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios, acidente de trânsito e fogo em campo.

O Corpo de Bombeiros de Rio Grande participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e também não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, e nem tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Rio Grande não possui troca de informação ou colaboração com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Receita Federal e as Forças Armadas.

Tabela 70. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Rio Grande.

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	104	
		Em funcionamento	Avariado
Veículos	Viatura até cinco pessoas	2	2
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	2	3
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Alargamas	**	
	Coletes antibalísticos	**	
	Escudos	**	
	Capacetes	**	
	Placas balísticas	**	
	Outros	**	
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	104	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	*	
	Bomba de efeito moral	*	
	Outros	*	

Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	Sim
	Segurança em eventos e comemorações	Sim
	Ronda escolar	-
	Auxílio à Polícia Militar	Sim
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	Sim
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	Sim
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Guarda Municipal

O município de Rio Grande possui uma Guarda Municipal, criada em 05/09/1999, com sede em instalações próprias municipais. É subordinada diretamente ao Prefeito. A formação do atual diretor é na própria Guarda Municipal. O município possui Gabinete de Gestão Integrada Municipal e Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira. A Guarda Municipal obteve outros recursos além daqueles do seu orçamento, do Fundo Municipal de Segurança e também citado pelo representante entrevistado, da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, o papel e atribuições da Guarda Municipal e a gestão de conflitos e eventos cotidianos.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, instalações inadequadas ou insuficientes e indefinição quanto ao seu papel e atribuições. O representante entrevistado afirmou que não conhece casos de conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. Não existem relações com os gestores dos países vizinhos. As quatro ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: dano ao patrimônio, fiscalização do comércio ambulante, segurança de eventos públicos e arrombamento de prédios públicos.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 71. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Rio Grande.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	3	Promotores	7	Conselheiros	15
	Funcionários	45				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reformas		Adequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Rio Grande é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. São um juizado especial criminal, três varas criminais, uma vara de execução penal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária não dispõe veículos.

Há internet e, segundo o representante entrevistado, a velocidade da conexão é considerada rápida. Estima-se que mais de 200 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2010 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca uma equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude e uma promotoria especializada. Porém, não há um juizado especializado na área e uma defensoria pública. O entrevistado disse que a estimativa, no que se refere ao número de adolescentes que passaram por este Juizado no ano de 2012, é de 50 jovens. A

estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto é de 20 jovens. O Juizado, o Conselho Tutelar e uma ONG são os órgãos executores da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: furto, tráfico de drogas e posse de arma de fogo.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Rio Grande são, segundo o representante entrevistado: falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho; a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; comunicação deficiente com outros órgãos; envolvimento de efetivos de segurança pública em atividades ilegais e a falta de cooperação jurídica internacional. Segundo o representante entrevistado, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias e o relatório da corregedoria fica centralizado em Porto Alegre.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. O representante entrevistado não soube informar se os promotores participam de alguma maneira das operações de fronteira e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Rio Grande são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal. Segundo o entrevistado, a parcerias deveriam ser incrementadas com o Ministério Público Federal. O representante entrevistado não respondeu quais as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços no ano de 2012. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, a exploração sexual infantil e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Rio Grande. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender a família e a dificuldade no relacionamento com o poder público. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 72. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Rio Grande.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	26
	Técnicos	1
	Terceirizados	29
	Analistas-tributários	33
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Rio Grande dispõe de oito carros oficiais e duas vans, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, e a velocidade da conexão é de 2 MB/s. A Receita Federal de Rio Grande participa de um coletivo de segurança pública: EES Portos (segundo o entrevistado). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata e Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os representantes da Polícia Civil, da Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. A maioria dos entrevistados concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar, Polícia Civil e Receita Federal, a proximidade da fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente em função do turismo e do porto, sendo explicitado que a economia do município gira em torno desses serviços. Já para as instituições, como a Guarda Municipal e Justiça, a proximidade da fronteira não é um fator positivo. Os entrevistados discordaram que a posse de arma de fogo em Rio Grande é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Rio Grande foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 73. Percepção da incidência de crimes no município de Rio Grande.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto de gado, ao transporte público e de motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples, a fraude ao comércio, o cheque sem fundos, o falso sorteio, concurso ou premiação e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também o conflito por propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos e em situação doméstica. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Rio Grande são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infantojuvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, tráfico e homicídio, resultando o último, frequentemente, em condenação). Caça-níqueis e outros jogos de azar apareceram como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Santa Rosa

O município de Santa Rosa foi constituído por decreto estadual nº 4823, em 1º de julho de 1931. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do Sul a uma distância de 486 km, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre.

Figura 21. Mapa do Município de Santa Rosa e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Decreto estadual nº 4823, de 1º de julho de 1931
Localização: Sul do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 489,798 km ²
Fronteiras: Municípios de Tuparendi, Tucunduva, Três de Maio, Independência, Giruá, Senador Salgado Filho, Ubiretama, Cândido Godói e Santo Cristo.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 68.587 habitantes
Densidade demográfica: 140,03 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 1.574.884.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 22.959,17
IDH-M (2010): 0,769
Gentílico: santa-rosense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região onde está assentado o município de Santa Rosa foi tardiamente incorporada ao Rio Grande do Sul. Habitada por índios do grupo tape, gês guaranizados, em 1626 sofreu a influência de jesuítas espanhóis, que fundaram um cordão de reduções dos bandeirantes paulistas, de 1636 a 1638.

Retornaram os jesuítas em 1682, quando fundam os Sete Povos das Missões Orientais. De 1752 a 1757, tropas espanholas e portuguesas lutaram com o objetivo de expulsar os jesuítas do território à margem esquerda do Uruguai, em cumprimento do Tratado de Madri, assinado a 13 de janeiro de 1750, por representantes dos dois países ibéricos, pelo qual a Colônia do Sacramento era trocada pelas Missões Orientais. Os espanhóis ficaram dominando a região até 1801, ano em que Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto investem contra os castelhanos, contando tão somente com 40 milicianos. A partir de então, o Estado meridional do Brasil teve asseguradas suas fronteiras atuais. A Província das Missões passou sucessivamente pelos termos de Porto Alegre, Rio Pardo, Cruz Alta e Santo Ângelo.

Por Lei provincial nº 835, de 22 de março de 1873, era criado o município de Santo Ângelo. Dividia-se então Santo Ângelo em quatro distritos; em 1876 o primeiro, Santo Ângelo, era desdobrado em dois com esse nome e o outro com o de Santa Rosa. Em 1880 Santo Ângelo perdia a área do seu 5º distrito, São Luís Gonzaga, que se constituiu em município autônomo. O segundo distrito, Santa Rosa, não tinha características de importância demográfica ou econômica até 1915, ano em que é criada uma Colônia com mesmo nome. Vinham elementos alemães e italianos, provenientes das chamadas Colônias Velhas, em consequência das necessidades de desdobramento das famílias e procura de terras novas e ricas para a agricultura.

Obedecendo a um plano governamental previamente estabelecido, o povoamento também fora previsto, sendo criada a sede provisória, denominada “14 de Julho”, que é hoje a cidade e sede do município de Santa Rosa. Quase metade dos povoadores era de origem germânica, seguindo-se em importância os elementos italianos, nacionais e polacos. Os nacionais eram caboclos entrosados e moradores das imediações e municípios vizinhos, que acorreram ao florescente núcleo “14 de Julho”.

O povoado, edificado, a título provisório, na bacia compreendida pelos arroios Pessegueiro e Pessegueirinho, cresceu rapidamente. A agricultura ocupou vastas regiões até então virgens, e a assombrosa fertilidade do solo permitiu inusitadas colheitas. Com o tempo, foram chegando elementos de outras procedências, como russos e japoneses. Surge o movimento emancipacionista. As colônias de Santa Rosa, Boa Vista e Guarani pedem para se constituírem em municípios. A população abrangida dentro desses territórios era de 35.000 habitantes; o comércio e indústria são pujantes.

Pelo Decreto estadual nº 4823, de 1º de julho de 1931, ficava criado o município de Santa Rosa, com sede em 14 de Julho, que também passou a denominar-se Santa Rosa. O novo município prosperou rapidamente. Instalado a 9 de agosto de 1931, foi investido das funções de Prefeito o Dr. Artur Ambros, então Chefe da Comissão de Terras e Colonização local. A 12 de maio de 1940, Santa Rosa era ligada a Santo Ângelo, pela ferrovia, obra a cargo de Dahme, Conceição e Cia. O município de Santa Rosa seria despojado de mais de metade da sua superfície pelo desmembramento desses quatro distritos, porém, em 1954, emanciparam-se, constituindo-se em municípios: Horizontina Três de Maio, e, em 1955, Porto Lucena e Santo Cristo.

Fonte: IBGE; Município de Santa Rosa; Costa, 1922.

Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Rosa

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 69.127 habitantes
Homicídios (2012): 7 (sete)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 1608 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 322 habitantes.

Tabela 74. Registro de Ocorrências, Município de Santa Rosa – Período 2009 / 2012.

SANTA ROSA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico
2012	4	1.037	84	68	5	4	75	1	51	76	68
2011	3	842	75	72	2	2	70	2	31	103	68
2010	8	972	50	64	2	1	91	0	33	72	43
2009	11	1.278	65	97	2	1	73	2	33	66	41

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Santa Rosa em 2012 foram de contrabando de cigarro e furto.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 75. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santa Rosa.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012): 69.127 habitantes			
Homicídios (2012): 7			
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	4 delegacias		4 batalhões
Efetivo	Delegados	3	Oficiais 31
	Agentes	40	Praças 274
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar
Computador	7		Sim
Impressora	5		Sim
Telefone fixo	4		Sim
Fax	1		Sim
Scanner	1		Sim
Internet	Com acesso		Com acesso
Estação de rádio analógica	1		-
Estação de rádio digital	-		-
Equipamento de visão noturna	-		-
Aparelho de TV	1		Sim
Gravadores	-		-
Máquina Fotográfica	2		Sim
Filmadora	-		Sim

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	1	**	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	2	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	3		Sim	
Rádio portátil (HT)	2		Sim	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		Sim	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	20		13	
Colete antibalísticos	12		-	
Escudos	-		20	
Capacetes	-		12	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		40	
Carabina	-		7	
Espingarda	1		27	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	-		2	
Fuzil	-		52	
Revólver	10		38	
Pistola	20		374	
Arma de condutividade elétrica	*		7	
Bomba de efeito moral	*		18	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	*		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Nas quatro delegacias que há no município de Santa Rosa prestam serviço três delegados, entre 40 e 45 agentes, um papiloscopista e dois legistas. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 256KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Santa Rosa utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de armas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos e georreferenciamento. Há inclusão de dados no Infoseg e, há mais de 20 anos, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Centro Regional de Inteligência e também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). A Polícia Civil de Santa Rosa apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela e operações integradas de fronteira.

Polícia Militar

No município de Santa Rosa, estão localizados a 3ª companhia de Polícia Ambiental, o Comando Regional de Polícia Ostensiva e o 4º Batalhão Policial de Área de Fronteira. O questionário foi aplicado neste último e os dados fornecidos pelo entrevistado correspondem ao 4º Batalhão, que abrange 20 municípios. Por esse motivo, o valor utilizado para calcular a razão entre população / polícia foi aquele fornecido pela SENASP. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) de dados em fichas e tabelas de papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2009). Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram por contrabando de cigarros e furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. A unidade participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e comandos binacionais ou trinacionais de segurança, acredita-se que tal participação melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como patrulhas de

fronteira ostensiva e operações de inteligência. Em Santa Rosa, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e operações conjuntas. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Federal

Não colaborou com a pesquisa.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O município de Santa Rosa possui Conselho Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e Plano Municipal de Prevenção a Violência. É subordinada à Secretaria Municipal de Segurança ou Defesa Social. Não há, no Conselho Municipal de Segurança Pública, paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são mensalmente convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, tráfico de drogas e atos infracionais. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Santa Rosa recebe demandas da comunidade por meio de, principalmente, forças policiais, seguido de integrantes do conselho, outros representantes/lideranças das comunidades e por participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a falta de efetivos e equipamentos. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que após a criação do Conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 76. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Santa Rosa.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	5	Promotores	4	Conselheiros	5
	Funcionários	75				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Santa Rosa é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. São um juizado especial criminal, duas varas criminais, uma vara de execução penal e uma vara de infância e juventude.

Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos não são divulgadas publicamente. O sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de Conselho Municipal de Segurança Pública e Gabinete de Gestão Integrada Municipal, porém o juiz entrevistado concorda que tal participação vem produzindo melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, como operações do exército e Sentinela.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Promotoria Especializada na Infância e Juventude. O entrevistado informou que entre 80 e 100 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012, 20 cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 50 em meio aberto. A Prefeitura é o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade.

Ministério Público

Segundo o representante entrevistado, as principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Santa Rosa, em ordem de importância, são: a falta de apoio da população e a falta de recursos materiais. Desde o ano de 2011, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Participam também, de alguma maneira, das operações de fronteira (combatendo o tráfico de drogas). Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Santa Rosa são a Polícia Federal, o Judiciário Estadual e as polícias Civil e Militar. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas e armas e o combate ao contrabando.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar no município de Santa Rosa. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos, violências e abandonos.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 77. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Santa Rosa.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da secretaria	
Efetivo	Audidores	-
	Técnicos	3
	Terceirizados	3
	Analistas-tributários	6
Qualidade das instalações internas	Novas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há internet na unidade, com velocidade de 2 MB/s. O auditor fiscal entrevistado acredita que participar de coletivos de gestão de segurança pública modificaria e melhoraria a atuação deste órgão.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Não houve consenso quanto à afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A proximidade com a fronteira não foi considerada um fator relevante para o desenvolvimento econômico do município; há pouca relação com a cidade argentina vizinha e a produção do município destina-se a outros centros. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Santa Rosa é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Santa Rosa foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, crimes ambientais e a imigração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 78. Percepção da incidência de crimes no município de Santa Rosa.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são a residências, de motocicletas e ao comércio; os roubos mais frequentes são a transeuntes, a residências e de cargas. Com relação às ocorrências de estelionato, fraude ou extorsão, foram mencionados a extorsão simples, os cheques sem fundos e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também o conflito por propriedades. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, situação doméstica e em acertos de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Santa Rosa são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentando violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, contravenção e violência doméstica). Jogo do bicho e dirigir sem habilitação apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município.

Sant'Ana do Livramento

O município de Sant'Ana do Livramento foi criado pela lei provincial nº 1013, de 06 de abril de 1876. Está localizado no sudoeste do Estado de Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, separado pela fronteira seca da cidade uruguaia de Rivera. Conectada ao Estado pela BR-293 e 158, está a 487 km de distância de Porto Alegre. A cidade de Sant'Ana do Livramento é a maior cidade na fronteira com o Uruguai (82.464 habitantes em 2010). Destaca-se na produção pecuária (bovina e ovina), agrícola (arroz e soja) e frutícola (com destaque para a produção de uvas para vinho). Concentra várias universidades e serviços.

Figura 22. Mapa do Município de Sant'Ana do Livramento e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei provincial nº 1013, de 06 de abril de 1876.
Localização: sudoeste de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 6.950,354 km ²
Fronteiras: ao norte com Quaraí e com Rosário do Sul, ao leste com Dom Pedrito e ao sul e oeste com o Uruguai.
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Não
Acesso viário: Sim
População (2010): 82.464 habitantes
Densidade demográfica: 11,86 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,54
PIB (2010): R\$ 1.010.022.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.240,76
IDH-M (2010): 0,727
Gentílico: santanense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Sant'Ana do Livramento

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 81.198 habitantes.
Homicídios (2012): 8 (oito)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Receita Federal, Conselho Municipal de Segurança Pública, Conselho Tutelar.
Razão
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 polícia para 1.473 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 503 habitantes.

Tabela 79. Registro de Ocorrências, Município de Sant'Ana do Livramento – Período 2009 / 2012.

SANTANA DO LIVRAMENTO	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	8	1.167	60	119	2	5	4	121	9	46	37	17
2011	6	1.272	115	122	0	11	2	79	3	53	48	32
2010	8	1.542	229	164	1	13	3	77	2	59	51	15
2009	10	1.576	139	225	1	16	2	73	3	48	48	8

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município Sant'Ana do Livramento de em 2012 foram por furto qualificado e abigeato.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 80. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Sant'Ana do Livramento.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal								
População (estimativa em 2012) = 81.198 habitantes								
Homicídios (2012): 8								
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	5 delegacias		2 batalhões e 6 quartéis		1 delegacia		1 delegacia e 1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	5	Oficiais	10	Delegados	3	Delegados	4
	Agentes	105	Praças	154	Agentes	**	Agentes	**
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, precisando de reformas		Antigas, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	25		10		25		6	
Impressora	7		-		4		2	
Telefone fixo	20		1		10		4	
Fax	5		-		3		1	
Scanner	4		1		5		1	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1		-		1	
Estação de rádio digital	-		-		1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-		-	
Aparelho de TV	4		2		1		2	
Gravadores	4		-		**		-	

Máquina Fotográfica	12		3		**		2	
Filmadora	9		1		**		1	
Tipos de veículos								
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	22	-	23	10	**	**	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-	**	**	-	-
Moto	-	-	5	2	**	**	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	**	**	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	**	**	-	-
Avião	-	-	-	-	**	**	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	**	**	-	-
Cavalo	-	-	35	-	**	**	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	**	**	-	-
Outros	-	-	-	-	**	**	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade		Muito frequentemente atende as necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	4		4		**		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	25		4		**		5	
Rádio portátil (HT)	20		23		**		10	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**		-	
Notebooks	15		4		**		2	
Arquivos em ficha de papel	25		5		**		2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	75		6		**		**	
Colete antibalísticos	70		154		**		**	
Escudos	4		26		**		-	
Capacetes	3		5		**		-	
Placa balística	-		159		**		-	
Outros	-		*		**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		70		*		*	
Carabina	5		14		**		**	
Espingarda	5		14		**		**	
Metralhadora	5		2		**		**	
Submetralhadora	4		-		**		**	
Fuzil	5		36		**		**	
Revólver	-		154		**		**	
Pistola	75		128		**		**	
Arma de condutividade elétrica	*		6		**		**	
Bomba de efeito moral	*		5		**		**	

Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**	**
Outro	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Tipos e quantidade insuficiente	**	Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Não	*
Capacidade	15	*	*	*
Média de presos/mês	20	*	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	200	*	110	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem cinco delegacias da Polícia Civil em Sant'Ana de Livramento, com cinco delegados e 105 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, o entrevistado não informou se a sede policial considerada possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Sant'Ana do Livramento utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de controle e manutenção de equipamentos e de armas, além de um sistema de gestão financeira. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, georeferenciamento, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, há mais de 20 anos, são produzidas estatísticas pelo órgão do município. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Sant'Ana do Livramento, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas e amigáveis, com troca de informações. A Polícia Civil de Sant'Ana do Livramento apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como a Operação Fronteira Segura e a Operação Verão. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O município de Sant'Ana de Livramento é sede do 2º Regimento de Polícia Montada e do 3º Pelotão Ambiental, que contam com um efetivo de quatro oficiais e 154 praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolo, de recursos

humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e munição e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas em papel e fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, segundo o entrevistado, não foi permitida a divulgação de qual seria a velocidade e conexão da unidade. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto qualificado e crime de abigeato.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as forças armadas e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, não sendo essas especificadas pelo representante entrevistado. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Sant'Ana do Livramento, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e realização de missões conjuntas. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Federal

A delegacia da Polícia Federal em Sant'Ana do Livramento foi inaugurada há aproximadamente 30 anos. Nesta unidade, os sistemas de administração em uso são: sistema de estoque, de protocolo, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Nesta delegacia, há conexão com a internet e a velocidade da conexão seria de 1 MB. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: registro de ocorrências, registro de inquéritos e dados em tabelas ou listas de papel. O banco de dados desta unidade está integrado aos sistemas de informação, tais como o sistema do Ministério da Justiça.

Entre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as principais foram o combate ao contrabando e ao descaminho, o combate ao tráfico de drogas, o combate ao tráfico de armas, o combate ao crime ambiental, o combate a crimes financeiros e o combate a crimes previdenciários. A Polícia Federal do município de Sant'Ana do Livramento participa do Gabinete de

Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Comitê de áreas de controle integradas das fronteiras. O entrevistado não soube responder se tal participação modifica e melhora as suas condições de atuação. Esta unidade participou do ENAFRON no ano de 2012. Neste mesmo ano, as unidades da Polícia Federal de Sant'Ana do Livramento participaram das Operações Sentinela, Milano e Salamandra. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) não atua neste município. Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas, a Polícia Militar e a polícia uruguaia. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Militar e a polícia uruguaia. Há também cooperação com as polícias do país vizinho, sendo as relações amigáveis, predominantemente colaborativas baseadas em troca de informações.

Polícia Rodoviária Federal

A Polícia Rodoviária Federal tem uma delegacia e um posto de fiscalização no município de Sant'Ana do Livramento. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos e de controle de estoque. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas e dados em tabelas ou listas de papel. Há a divulgação pública e regular das estatísticas (que são produzidas há quatro anos e seis meses), bem como a integração do banco de dados ao Centro de Pesquisa e dados da Polícia Rodoviária Federal. O posto dispõe de internet com velocidade de conexão lenta, segundo o entrevistado.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata, Sentinela, Salamandra e Fronteira Sul. Quatro de seus policiais, em média, foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Sant'Ana do Livramento foram a Polícia Federal, as Forças Armadas, a Polícia Civil e a Polícia Militar, sendo citado também as parcerias com o Ibama e o DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem). Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas todas as parcerias citadas, e o próprio, atenta para a necessidade de maior troca de informações.

Conselho Municipal de Segurança Pública

Desde 2011, o Município de Sant'Ana do Livramento possui um Conselho Municipal de Segurança Pública. No momento de realização desta pesquisa, estava em processo de formação o Gabinete de Gestão Integrada Municipal. No Conselho, existe paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil participam de forma efetiva no Conselho, enquanto que os dos órgãos do Poder

Público, não. As reuniões são esporadicamente convocadas pelo presidente do Conselho. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a falta de efetivo. Em contrapartida, a principal queixa do policial militar em atender às demandas da comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações. O representante não especificou os principais assuntos discutidos nas reuniões do Conselho, nem se após a criação do Conselho, melhorou o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 81. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Sant'Ana do Livramento.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	40				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas em boas condições		Adequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Sant'Ana do Livramento é uma comarca de entrância inicial com varas especializadas separadas e vara mista. A vara mista cobre as especialidades criminal, tributária, administrativa, previdenciária, civil e agrária.

A sede dispõe de uma camionete de cabine dupla, porém a quantidade de combustível disponível costuma atender muito frequentemente às necessidades desta unidade.

Estima-se que por volta de 15 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de viaturas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e sistema de consulta eletrônica. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos não são divulgadas publicamente. O entrevistado não sabe a série histórica da produção de estatísticas, porém, é de conhecimento que o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado relata que está mais em desacordo de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, participando indiretamente e expedindo mandados.

Ministério Público

O representante entrevistado não especificou quais seriam as principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Sant'Ana do Livramento. O Ministério Público do município não produz estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, porém apoiam de alguma maneira as operações de fronteira. O entrevistado não soube responder se o Ministério Público participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) ou do Plano Estratégico de Fronteiras. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Sant'Ana do Livramento são a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. O entrevistado relata que a parceria das Forças Armadas deveria ser incrementada. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao abigeato com força-tarefa binacional. Os quatro principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas, o tráfico de armas e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Sant'Ana do Livramento. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a dificuldade no relacionamento com o Ministério Público; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 82. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Sant'Ana do Livramento.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
	Auditores	19
Efetivo	Técnicos	2
	Terceirizados	15
	Analistas-tributários	20
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há no município de Sant'Ana do Livramento uma Inspetoria Classe C e uma Agência da Receita Federal. No município também se localiza o Porto Seco de Sant'Ana do Livramento, que é Área de Controle Integrado. A Receita Federal dispõe de 12 carros oficiais, uma moto e um motor home (escritório móvel) funcionando, porém muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A unidade tem também três veículos avariados. Há internet, com velocidade de conexão de 2 MB. A Receita Federal de Sant'Ana do Livramento participa de dois coletivos de segurança pública: Comandos binacionais ou trinacionais de segurança e Área de controle integrado da fronteira. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata, Sentinela, Fronteira Blindada, Fronteira Segura, entre outras.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a maioria dos representantes, a proximidade da fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, alguns dos argumentos utilizados remetem aos poucos recursos existentes no município, a falta de indústrias, comércio, aeroportos, ressaltando os serviços precários. Para alguns entrevistados, como os representantes da Receita Federal e do Conselho Municipal, é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira devido à variação cambial, que hora é Pró-Brasil ou Pró-Uruguaí, permitindo a adaptação da economia municipal e assim dinamizando-a. Os entrevistados discordaram que a posse de arma de fogo em Sant'Ana do Livramento é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Sant'Ana do Livramento foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, a imigração ilegal, as disputas de terra e os crimes ambientais. Foram destacados pelas instituições o tráfico de drogas e armas, o contrabando e as disputas de terra.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 83. Percepção da incidência de crimes no município de Sant'Ana do Livramento.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio, a transeunte, de gado e de veículo. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados a extorsão simples, mediante furto de documentos privados, as fraudes ao comércio, financeiras ou comerciais, os cheques sem fundos, o falso sorteio, concurso ou premiação e as extorsões mediante roubo ou furto de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais e conflitos de propriedade. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acertos de contas entre criminosos, em situação doméstica, conflitos relacionados a mercados ilegais e em conflitos de vizinhos. Entre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Sant'Ana do Livramento são o estupro, abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: o contrabando e descaminho, importação ilegal de agrotóxicos e tráfico de armas e munição, resultando este último, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Denominada publicamente como "Fronteira da Paz", Sant'Ana de Livramento é considerada com uma cidade relativamente segura e com uma relação harmoniosa com a cidade uruguaia de Rivera. A cidade tem uma alta densidade institucional em relação às questões de segurança e fiscalização. Os operadores destacaram o diálogo e a colaboração que existe com as instituições da cidade vizinha. O principal problema assinalado pelos operadores de segurança foi a falta de efetivos.

Os delitos mais recorrentes seriam o furto qualificado no perímetro urbano e o abigeato no espaço rural, onde a malha de caminhos que adentra no território brasileiro também é apontada como rota de contrabando e descaminho. O uso e o comércio de drogas, especialmente entre jovens, foram apontados como um dos problemas em aumento no município, destacando-se o aumento de pasta base e crack. A procura de dinheiro para comprar drogas, por sua vez, é um dos propulsores de furtos e roubos. Contudo, as estatísticas de criminalidade apontam para uma diminuição, no período 2009-2012, dos delitos de furto, furtos de veículos, roubo e roubo de veículos. A prisão e

desarticulação de três grupos locais alguns anos atrás – um dedicado ao furto de veículos, outro dedicado a puxar veículos do outro lado da fronteira e um grupo mais ligado a drogas – foi o responsável pela queda nesses índices. Destaca-se, contudo, o aumento das ocorrências de estelionato no mesmo período.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

No grupo focal e nas entrevistas, Sant’Ana do Livramento apareceu retratada de forma ambivalente, ora uma cidade tranquila e segura, ora uma cidade vulnerável e perigosa. Antes que visões excludentes, os tipos de argumentos mobilizados indicam uma consciência do jogo de perspectivas envolvido na forma de retratar a cidade. Para alguns, o retrato de paz e da tranquilidade é um retrato interessado que esconde determinada economia das transgressões e do poder que favorece alguns atores poderosos do município. Outros participantes relativizaram a dimensão da criminalidade no município, apontando os meios de comunicação – com sua ênfase nos crimes e nas atividades delitivas nas seções policiais da mídia – como responsáveis pela amplificação do retrato negativo da fronteira. A comparação com outras fronteiras ou com grandes centros urbanos ajudou a alguns participantes a sublinhar o caráter relativamente tranquilo do município, “sem sequestros ou assaltos a bancos”, por exemplo.

Independentemente de como era retratada a cidade em relação à segurança, todos os atores coincidiram em sublinhar a profunda inter-relação que existe com a cidade uruguaia de Rivera no que diz respeito às trocas comerciais, sociais ou culturais. Até mesmo alguns entrevistados destacaram que “doble chapa” (uso metafórico derivado da descrição dos carros que tem placa de ambos os países) é uma identidade própria da região de fronteira, nem plenamente brasileiro, nem plenamente uruguaio. Essa característica não coincide com a forma de atuação dos órgãos de segurança, que o fazem seguindo a clivagem nacional. Isso acarreta alguns problemas na forma de aplicação da lei – às vezes aplicada de forma rigorosa, como no caso dos problemas de “controle demasiado” na fiscalização do trânsito irregular de veículos –, e apresenta dificuldades para a perseguição de alguns delitos que supõem a passagem para o outro lado da fronteira.

Ainda sendo considerada pelos próprios habitantes como uma cidade tranquila, problemas como contrabando, tráfico, abigeato, prostituição e violência doméstica foram assinalados com certa frequência durante a pesquisa. Dada a facilidade de circular de um lado a outro da fronteira, o “roubar de um lado e passar para o outro” é o meio privilegiado para a realização de pequenos furtos e roubos. A prática desse tipo de delito utilizando-se de motocicletas – o denominado “moto-assalto” –, imprime maior velocidade ao movimento, dificultando ainda mais a intervenção policial. Para alguns entrevistados, uma integração mais efetiva dos órgãos de segurança pública e de justiça acabariam com as condições que possibilitam a reprodução desse tipo de delito.

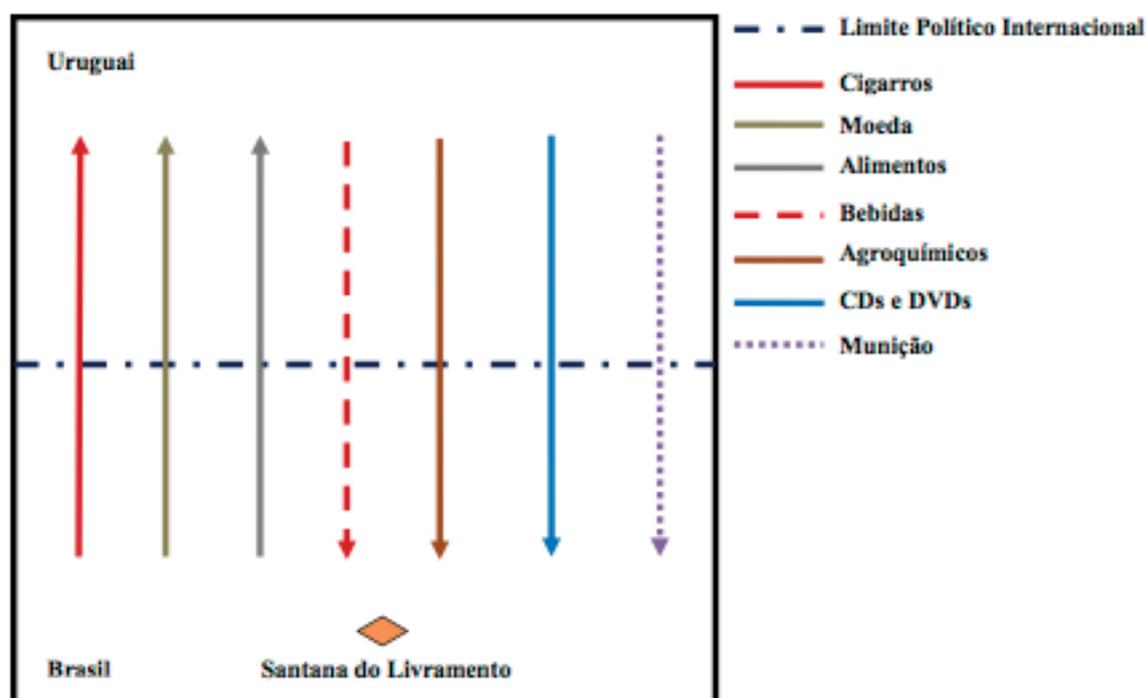
Muito destacada também foi a venda e o uso de drogas que, segundo os participantes, têm efeito direto no aumento dos furtos e roubos na cidade. Os furtos e roubos de carros e motos foram associados a extorsões: grupos binacionais sequestram carros, escondendo os veículos roubados no Uruguai e exigindo recompensas para devolvê-los. Os furtos de gado e falta de policiamento na área rural também foram citados. Outra situação recorrente e discutida foi a violência contra a mulher.

Além da demanda por maior integração do trabalho policial e judicial entre as cidades gêmeas, outros dois elementos referentes às instituições de segurança pública apontados no grupo focal foram a necessidade de um efetivo maior e as dificuldades que a rotatividade dos agentes concursados gera no trabalho das instituições.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de Sant'Ana de Livramento e Rivera (Uruguai).

Figura 23. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Sant'Ana do Livramento – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

O comércio local está principalmente voltado para mercadorias como CDs e DVDs, bebidas, eletroeletrônicos, cosméticos e perfumes, medicamentos, autopeças e pneus (rumo ao Brasil) e alimentos, cigarros, moeda, caça-níqueis (rumo a Uruguai). As atividades ilegais

resultam basicamente do contrabando de agroquímicos, munição e armas rumo ao Brasil e de cigarros – provenientes de Paraguai – e drogas (rumo a Uruguai). Segundo alguns entrevistados, munições e armas – que vêm do Uruguai – são trocadas por drogas provenientes do Brasil.

As mercadorias mais apreendidas pelos órgãos de segurança são agrotóxicos, CDs e DVDs e munição. A droga mais apreendida ou envolvida em ocorrências policiais foi o crack, seguido por maconha e cocaína.

De acordo com alguns operadores de segurança, o maior controle nas rodovias tem interiorizado os caminhos do descaminho e do contrabando na parte rural do município. Por sua vez, um dos operadores assinalou que estaria havendo uma redução do contrabando formiga e um aumento de esquemas delitivos mais articulados.

Seguindo o desfecho de algumas operações, é possível perceber a operação de grandes esquemas de distribuição de mercadorias de free-shop compradas em Riveira em território brasileiro. Esses esquemas de descaminho envolveram empresários de ambos os lados da fronteira e uma logística complexa que incluía a proteção ou a tolerância de operadores de segurança, tal como aconteceu em 2005 e em 2012, com revelado pela Operação Comodoro da Polícia Federal e a Receita federal.

O município de Sant'Ana de Livramento é considerado um município relativamente seguro, caracterizado por uma intensa integração com a vizinha cidade de Rivera. À complementariedade econômica, somam-se laços sociais e culturais que articulam as vidas dos habitantes da região, até mesmo na utilização da infraestrutura do outro lado da fronteira. O abigeato e a violência contra a mulher são duas ocorrências persistentes. Furtos e roubos têm decrescido com a desarticulação de quadrilhas locais.

Apesar de existirem questões pontuais relacionadas a crimes transfronteiriços, tais como o contrabando de agrotóxicos e o descaminho de produtos importados –e, em menor escala, de munição e de armas –, eles não são percebidos pelos agentes de segurança pública como graves ameaças à segurança no município.

Se a demanda por efetivos se coloca para a atuação em todo o município, talvez seja mais urgente nas áreas rurais, tanto para aprimorar o trabalho de prevenção e combate ao abigeato quanto pelo controle das rotas alternativas de contrabando e descaminho. A violência doméstica talvez seja um dos maiores desafios colocados à oferta de segurança da população.

Fotos do Município Sant'Ana do Livramento

Praça Internacional



Placa na base do Obelisco da Praça Internacional



Brigada Militar (2º Regimento de Cavalaria)



Pátio da Brigada Militar



Polícia Rodoviária Federal



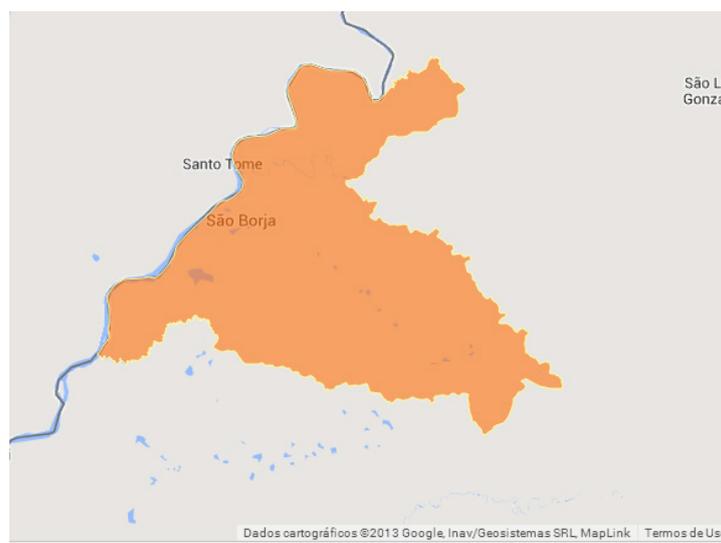
Polícia Rodoviária Federal (visão externa)



São Borja

O município foi criado por Alvará de 13 de outubro de 1817, com a denominação de São Francisco de Borja e instalado a 21 de abril de 1834. Em 12 de dezembro de 1887, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. Está composta de 2 distritos: São Borja (sede) e Rincão do Meio. A cidade tem acesso pelas BRs 472, 287 e 285, estando distante 581 Km da capital do Estado (Porto Alegre). Desde 1997 a Ponte Internacional da Integração liga São Borja com Santo Tomé (Corrientes, Argentina) sobre o Rio Uruguai, que separa ambos os países, permitindo o acesso às rodovias argentinas RN 117 e RN 14.

Figura 24. Mapa do Município de São Borja e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

Dados Gerais
Criação do Município: Alvará de 13 de outubro de 1817.
Localização: Sul Oeste (Arco Sul)
Área (2010): 3.616,019 km ²
Fronteiras: ao norte com Garrucho, Santo Antônio das Missões e com Itacurubi, ao leste com Unistalda e com Manoel Viana, ao sul com Macambará, a sudoeste com Itaqui e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 61.671 habitantes
Densidade demográfica: 17,05 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,55
PIB (2010): R\$ 1.342.380.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 21.769,97
IDH-M (2010): 0,736
Gentílico: são borjense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Originalmente, São Borja foi aldeia de indígenas do grupo tape-guarani que habitavam a redução jesuítica de Santo Tomé Apóstol nas Missões, conhecida como Província do Tapé. O povoado banhado pelo Rio Uruguai foi fundado em 1682 com o retorno jesuítico às Missões Orientais, sendo o mais antigo dos chamados Sete Povos das Missões. A aldeia era estruturada parcialmente em moldes de organização comunitária, que preparavam militarmente os indígenas. O estímulo da arte, principalmente a escultura, era propiciado pelos missionários, sob orientação do padre Tomás Bruno. A pecuária foi centro de atividades, graças à exploração da natureza do terreno.

Em 1750, passou ao domínio português, por força do Tratado de Madri, situação que prevaleceu até 1761, quando voltou à Coroa espanhola. Quarenta anos depois, Borges do Couto, Santos Pedroso e Ribeiro de Almeida, num golpe de audácia, incorporaram toda a área das Missões ao território português. A partir de 1810 foi sede da Comandaria-Geral das Missões, época em que foram feitas diversas concessões de sesmaria (instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção) e, em 1834, de guarnição militar. Em 13 de fevereiro de 1813, era aberto ao trânsito o trecho ferroviário para Itaqui, o município vizinho. Na Guerra da Cisplatina, foi teatro de operações contra as forças uruguaio-argentinas (1816/1827). Durante a guerra com o Paraguai, viu seu território invadido por forças de Solano Lopes (1864). Na Revolução Farroupilha a população local participou ativamente. São Borja declarou extinta a escravidão desde 7 de setembro de 1884. Nos anos de 1923, 1924 e 1930 foi centro de atividades revolucionárias contra o Governo estadual e o Poder central.

Atividades agrícolas e pecuárias constituem a base da economia do município.

Fonte: IBGE e Site da Prefeitura de São Borja

Diagnóstico da Segurança Pública em São Borja

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	61.189 habitantes
Homicídios (2012):	10 (dez)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Municipal de Segurança, GGIM, GGIF, Justiça, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 polícia para 2.110 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 1.360 habitantes.

Tabela 84. Registro de Ocorrências, Município de São Borja – Período 2009 / 2012.

SÃO BORJA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes-Posse	Entorpecentes-Tráfico
2012	8	991	49	151	1	0	33	5	40	43	249
2011	9	977	33	99	2	3	46	5	29	55	122
2010	5	1.088	54	114	1	2	39	1	42	20	15
2009	6	1.032	28	114	4	3	39	0	45	20	22

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: Pelo fato de não apresentarem ocorrências para esses anos, foram excluídas do quadro as categorias: Homicídio Doloso de Trânsito, Latrocínio, e Extorsão Mediante Sequestro.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de São Borja em 2012 foram de tráfico de drogas e ocorrências vinculadas à Lei Maria da Penha.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 85. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São Borja.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 61.689 habitantes						
Homicídios (2012): 10						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	2 delegacias		1 batalhão, 1 companhia, 4 pelotões e 2 Quartéis		1 delegacia e 1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	3	Delegados	1
	Agentes	27	Praças	42	Agentes	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	22		6		5	
Impressora	15		4		3	
Telefone fixo	6		2		2	
Fax	2		1		1	
Scanner	2		2		-	
Internet	1		1		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-		1	
Estação de rádio digital	1		1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	1		3		1	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	2		1		2	
Filmadora	-		1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	7	2	8	6	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-	-	-
Moto	-	-	3	1	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	2	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	6		-		3	

Segurança Pública nas Fronteiras

Rádio em viaturas (digital)	7	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	8	3
Rádio portátil (HT)	2	-	4
GPS em viaturas	*	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-
Notebooks	4	2	2
Arquivos em ficha de papel	3	-	6
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	27	25	19
Colete antibalísticos	27	-	19
Escudos	-	-	-
Capacetes	-	8	-
Placa balística	-	82	-
Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	80	*
Carabina	2	1	1
Espingarda	1	3	-
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	-	3	-
Fuzil	-	-	1
Revólver	12	43	-
Pistola	23	66	17
Arma de condutividade elétrica	*	3	*
Bomba de efeito moral	*	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	4
Outro	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	**	*
Capacidade	20	**	*
Média de presos/mês	25	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	80	*	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem no município de São Borja duas delegacias, com dois delegados e 27 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1MB/s, porém o entrevistado ressalta que a velocidade não é suficiente. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de São Borja utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo e financeiro. Quanto aos sistemas de informação são utilizados sistema de registros de ocorrências, de inquéritos, além da organização de dados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel em fichários. Há inclusão de dados no Infoseg e pelo menos há 3 anos são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, as Forças Armadas e Vigilância Sanitária. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Poder Executivo. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em São Borja, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações e com a realização de missões conjuntas. A Polícia Civil de São Borja não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), mas não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de São Borja estão presentes o 2º Batalhão de Policiamento de Área de Fronteira e o 2º Pelotão Ambiental (pertencente à 3ª Companhia Ambiental), totalizando um efetivo de três oficiais e 42 praças. No Batalhão de São Borja, sistemas de administração são utilizados para gerir os sistemas de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e controle de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2010), porém sua inclusão no Infoseg não é realizada. Também são utilizadas planilhas e tabelas de papel para a realização do controle dos dados criminais e existem fichas e fichários, de papel, de ocorrências. No que diz respeito à internet, apesar de haver conexão, a velocidade da mesma não foi informada. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relativos à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e a Polícia Federal. Na opinião do entrevistado, não há parcerias a serem incrementadas. O entrevistado não acredita que a participação em coletivos de gestão

melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia o grupo de patrulhamento ou operação de fronteira da própria brigada, como operações simultâneas e específicas. Participa também do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em São Borja, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações e na realização de missões conjuntas. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinelas.

Tabela 86. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em São Borja.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	28	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	2	-
	Viatura de combate a incêndio	3	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na 3ª Seção de Combate a Incêndio há um oficial e 28 praças. A quantidade de equipamentos de proteção individual, de salvamento e resgate, de equipamentos para o combate a incêndio florestal e de armamentos foram consideradas suficientes. Já a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos foi considerada insuficiente, ressaltando-se a necessidade de capas de aproximação e equipamentos. A quantidade de equipamentos de comunicação também foi considerada insuficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet com velocidade de 1MBP/S. A instituição faz o registro de ocorrências no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrências mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios; salvamento, busca e resgate e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de São Borja participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira (Ágata), porém não participou da ENAFRON nem do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, também não tem participado das Operações Sentinela nem troca informação ou colabora com órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, a Receita Federal e as Forças Armadas. O entrevistado ressaltou que deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA.

Polícia Rodoviária Federal

No município de São Borja encontram-se a 12ª Delegacia da Polícia Federal e o Posto de São Borja, localizados no km 673 da BR-285, sendo seu efetivo um oficial e 17 agentes. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento, dados em tabelas ou listas de papel e fichas de papel em fichários. Há a divulgação pública e regular das estatísticas (que são produzidas desde 2006), bem como a integração do banco de dados ao Infoseg. O posto dispõe de internet com velocidade de 256 kbp/s.

A Polícia Rodoviária Federal de São Borja participou, no ano de 2012, das operações Ágata e Sentinela. Três de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em São Borja foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal. Em São Borja, há em média uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Secretaria Municipal de Segurança Pública

O município de São Borja possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, criada em dezembro de 2010. Possui também Gabinete de Gestão Integrada Municipal desde que foi assinado o convênio entre o município, o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública em 2009. Também possui Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira. O município troca informações ou colabora com gestores municipais ou provinciais do país vizinho, sendo essas relações amigáveis e colaborativas com a realização de missões conjuntas.

Gabinete de Gestão Integrada

Não existe Conselho Municipal de Segurança Pública em São Borja, mas suas funções são desempenhadas pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal, que foi criado no ano de 2010. Não existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Gabinete são convocadas mensalmente pelo presidente e as principais preocupações levadas pela comunidade às reuniões são em relação ao tráfico de drogas e ao envolvimento de jovens na criminalidade. E tanto os representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Gabinete de São Borja recebe demandas da comunidade por meio de representantes e lideranças da comunidade, por meio dos integrantes do Gabinete, pela polícia, e pela participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, a principal queixa dos policiais militares em relação à comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município e aos problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra totalmente de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 87. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São Borja.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 61.689 habitantes						
Homicídios (2012): 10						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	2 delegacias		1 batalhão, 1 companhia, 4 pelotões e 2 Quartéis		1 delegacia e 1 posto de fiscalização	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	3	Delegados	1
	Agentes	27	Praças	42	Agentes	17
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Computador	22	6	5		
Impressora	15	4	3			
Telefone fixo	6	2	2			
Fax	2	1	1			
Scanner	2	2	-			
Internet	1	1	Com acesso			
Estação de rádio analógica	-	-	1			
Estação de rádio digital	1	1	-			
Equipamento de visão noturna	-	-	-			
Aparelho de TV	1	3	1			
Gravadores	-	-	-			
Máquina Fotográfica	2	1	2			
Filmadora	-	1	-			

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	7	2	8	6	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-	-	-
Moto	-	-	3	1	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	2	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	6		-		3	
Rádio em viaturas (digital)	7		-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		8		3	
Rádio portátil (HT)	2		-		4	
GPS em viaturas	*		-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-	
Notebooks	4		2		2	
Arquivos em ficha de papel	3		-		6	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	27		25		19	
Colete antibalísticos	27		-		19	
Escudos	-		-		-	
Capacetes	-		8		-	
Placa balística	-		82		-	
Outros	-		-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		80		*	
Carabina	2		1		1	
Espingarda	1		3		-	
Metralhadora	-		-		-	
Submetralhadora	-		3		-	
Fuzil	-		-		1	
Revólver	12		43		-	
Pistola	23		66		17	
Arma de condutividade elétrica	*		3		*	
Bomba de efeito moral	*		-		*	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*		4	
Outro	-		-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes		Suficientes		Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Tem carceragem?	Sim		**		*	
Capacidade	20		**		*	
Média de presos/mês	25		**		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	80		*		*	

Justiça

O município de São Borja é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas: um juizado especial criminal, uma vara criminal, uma vara de execução penal, uma vara de infância e juventude e um juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária não dispõe de nenhum veículo oficial em funcionamento.

Há internet, porém o entrevistado não soube informar a velocidade. Estima-se que por volta de 17 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. As estatísticas são divulgadas pública e regularmente. O sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, porém o entrevistado não concorda que tal participação produza melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria especializadas em Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. Estima-se que 70 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012, entre eles estima-se que 10 receberam medida de internação ou semiliberdade e 50 receberam medida em meio aberto. O entrevistado não respondeu qual é o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 são o furto, o roubo e o uso de entorpecentes.

Ministério Público

O Ministério Público conta com quatro promotores em São Borja. Segundo o representante entrevistado, as principais dificuldades enfrentadas, em ordem de importância, são: a falta de recursos humanos, a falta de recursos materiais e a comunicação deficiente com outros órgãos. O entrevistado não soube informar desde quando o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Entretanto participam ou apoiam de alguma maneira as operações de fronteira, embora o entrevistado não tenha informado quais foram esses apoios ou participações.

Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São Borja são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Judiciário Estadual e a Polícia Rodoviária Estadual. Na opinião do entrevistado, a parceria com a Polícia Civil deveria ser incrementada. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram as Operações Navalha e as operações de trabalho preventivo. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, tráfico de armas e o contrabando.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar no município de São Borja. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado; o despreparo do conselheiro; a falta de estrutura para atendimento; a falta de vagas em escolas de educação infantil e a falta de clareza da comunidade no que concerne ao papel do Conselho. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 88. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em São Borja.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria classe A	
Efetivo	Audidores	15
	Técnicos	1
	Terceirizados	10
	Analistas-tributários	17
Qualidade das instalações internas	Antigas e sem condições de reforma	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga e sem condições de reforma	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Existe em São Borja uma Inspetoria Classe A que tem como principal atividade o controle do comércio exterior por meio do Centro Unificado de Fronteira São Borja/Santo Tomé. A Receita Federal de São Borja dispõe de seis carros oficiais funcionando, uma vã para nove passageiros e um caminhão F350 com capacidade de três toneladas. Muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. A unidade dispõe de internet com velocidade de 2 mbp/s. A Receita Federal de São Borja participa de coletivos de segurança pública, entre eles o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e Comandos binacionais e trinacionais de segurança. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das Operações Ágata, Simultânea e Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam também com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a maioria dos entrevistados, não é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira. Os entrevistados (exceto o representante da Secretaria Municipal de Segurança Pública) concordaram que a posse de arma de fogo em São Borja é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São Borja, foram assinalados: o contrabando, o tráfico de drogas, de armas, de crianças, de mulheres e a exploração sexual infantojuvenil e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 89. Percepção da incidência de crimes no município de São Borja.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são a residências e de gado, sendo citado também o furto a veículos e nos comércios. O tipo de roubo considerado mais frequente foi o roubo a transeunte, sendo também citados os roubos de moto, em estabelecimento comercial e em ônibus. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: os cheques sem fundos e a fraude no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e em brigas de rua. Já as causas mais frequentes assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, decorrentes de roubo, em conflitos entre vizinhos, em conflitos de acerto de conta entre criminosos, em conflito legal com a polícia e em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em São Borja são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: a lesão corporal derivada de violência doméstica, o homicídio e a tentativa de furto, sendo que o furto é o crime em que mais resulta condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e o abandono da escola.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

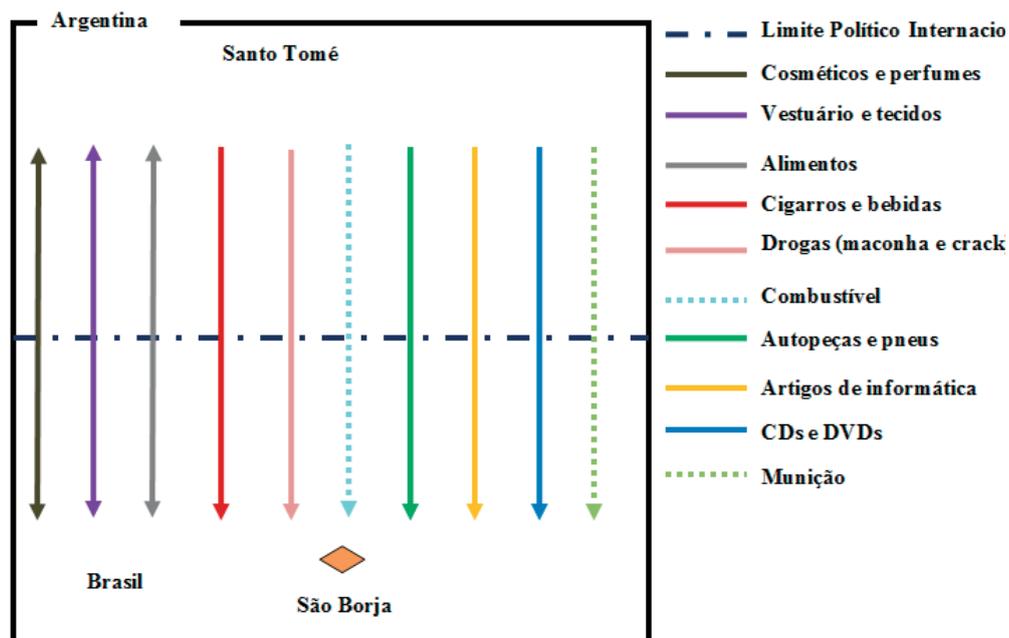
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Os entrevistados afirmaram que há brasileiros que moram em Santo Tomé e estudam lá, que existem vínculos familiares por matrimônios binacionais. Diferentemente de outros municípios de fronteira, que até mesmo tem rios na divisa, São Borja não apresenta uma dinâmica significativa no uso recíproco de serviços de saúde. A dinâmica de trocas cotidiana é basicamente comercial. Alguns produtos alimentícios são comprados no Brasil pelos argentinos, mas é por privilegiar a qualidade, não o preço.

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de São Borja e Santo Tomé (Argentina). O comércio local está principalmente voltado para mercadorias, como alimentos, cosméticos e perfumes, autopeças e pneus, bebidas, vestuário e tecidos. As atividades ilegais resultam basicamente do contrabando de alpiste, soja, cigarros, combustível, agroquímicos, revólver, drogas e armas, artigos de informática, CDs, DVDs, crack e munição. As apreensões em 2012 foram basicamente de cigarros, agroquímicos, bebidas, revolver, munição, CDs DVDs e drogas. A principal apreensão de drogas é de maconha. Os números de ocorrências envolvendo drogas não são muito frequentes.

Contrabando e descaminho, tráfico de munição e importação ilegal de agrotóxicos são os três crimes que mais comparecem para julgamento.

Figura 25. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira São Borja – Uruguai.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições

Alguns participantes do grupo focal descreveram a cidade como tranquila para morar. Os problemas que de maneira geral foram reconhecidos se vinculam principalmente à prática do abigeato e à dificuldade de controlar esse crime que acontece de forma frequente; ao mesmo tempo, foi ressaltado por alguns entrevistados o fato de que o abigeato faz parte das práticas tradicionais e as pessoas o consideram uma especificidade cultural da região, o que faz com que não se denuncie, dessa maneira não são produzidas estatísticas e, em consequência, é impossível dar a ele um tratamento adequado. Afirmaram que o gado roubado é destinado à fabricação de embutidos, sendo que não é fiscalizada a origem da carne nem as condições sanitárias de produção.

De maneira geral, concordam em que tem havido uma diminuição dos crimes de contrabando, por causa dos controles, mas alguns entrevistados assinalaram também a falta de controle do comércio informal e da venda de produtos de contrabando. Ao se referirem aos mercados ilegais, foi afirmado que a população em geral conhece as pessoas que neles estão envolvidas, mas que, por negligência, os delitos dessa natureza não são combatidos. Deriva-se do comentário que existe uma aceitação social desse tipo de práticas, considerando que o papel de tais pessoas na sociedade local tem uma relevância histórica que dificultaria a criminalização de determinado proceder.

Os entrevistados afirmaram que a dinâmica da ponte em termos de importação e exportação tem incidido na cidade gerando emprego, mas também ressaltaram a importância do Rio Uruguai para a vida local, assim como os prejuízos que acarreta a utilização de agroquímicos, que são despejados nos circuitos fluviais, prejudicando a fauna íctica (relativa a peixes) e, em consequência, acarretando problemas para a saúde dos homens que a consomem. Sobre a falta de controle no uso de agrotóxicos também houve acordo, enfatizando que os grandes produtores não são fiscalizados, o que cria uma desigualdade muito clara na aplicação da lei a nível local.

Foi considerado um crescente número de pequenos crimes derivados do uso de crack, que ao não serem denunciados, não recebem atenção preventiva por parte das polícias. Um entrevistado afirmou que aproximadamente 80% dos delitos locais são cometidos por menores de idade, e com a maioria deixam de delinquir, embora em algumas ocasiões possam aliciar menores e continuar no crime. Trabalhadores do Conselho Tutelar afirmaram ter recebido todo o apoio das forças de segurança sempre que precisaram.

Outro aspecto caracterizado como de vulnerabilidade foi a gravidez de meninas muito jovens, que aos 15 anos já têm dois ou mais filhos, e a prostituição de mulheres púberes e adolescentes por própria eleição. Também foi ressaltado o fato de que o homem do lugar é machista e manifesta isso com violência e agressão contra a mulher, o que resulta em índices consideráveis ocorrências enquadradas na Lei Maria da Penha.

Em relação à eficácia das forças de segurança, os entrevistados reconheceram uma falta de efetividade no trabalho do exército e das polícias: do exército, por falta de finalidade do seu trabalho; e, das polícias, por falta de efetivos.

Percepção da dinâmica urbana

O município foi considerado amigável, acolhedor, bom para viver, ressaltando que as relações de vizinhança, pela cooperação interpessoal, diferencia o município das grandes cidades, fazendo com que a amizade seja muito importante em todos os níveis da vida local. As pessoas da cidade costumam diariamente comprar produtos para consumo pessoal em Santo Tomé, e também atravessam a ponte por lazer, visitam o casino que é permitido do lado argentino. Os entrevistados consideram que a cidade tem coisas boas, bares com música à noite, o cais do porto, as universidades, que já permitem que as pessoas não migrem para outros centros urbanos, o que favorece o crescimento local. Os moradores trabalham principalmente no comércio, mas não há fábricas. O município se encontra longe dos principais centros urbanos, e isso não atrai investimentos empresariais que diversificariam o emprego.

Alguns recursos são deficitários, como a medicina, por exemplo. É uma cidade relativamente segura, mas os entrevistados afirmaram que os perigos estão aumentando. Concordaram em que a violência não se diferencia de outras cidades, não é maior por se tratar de fronteira, mas progressivamente vai se incrementando por causa do consumo de crack.

Foi lembrado que antigamente as pessoas iam com mais frequência para a Argentina, mas hoje em dia o são borjense reclama da corrupção dos policiais argentinos, “eles mordem muito”, enfatizaram, referindo-se aos subornos dos agentes.

Os furtos e roubos são algo frequente, mas não são acompanhados de violência. A cidade foi crescendo e, em linhas gerais, o impacto da criação da ponte foi considerado positivo, pois permitiu certo desenvolvimento; embora não gerasse riqueza para a cidade, contribuiu para uma economia secundária que gira em torno do Centro Unificado de Fronteira. Reconheceram-se também investimentos na construção civil, o que em opinião dos entrevistados impactou o desenvolvimento urbano gerando trabalho. A este fenômeno foi associada uma redução significativa dos crimes locais.

O controle na fronteira é integrado com base em território argentino. Os órgãos presentes são ANVISA, Polícia Federal, Receita Federal, Gendarmería Nacional Argentina, SENASA e Aduana Argentina, e trabalham no mesmo espaço. Foi estimado que aproximadamente 8 mil caminhões atravessam a ponte por mês.

Alguns entrevistados afirmaram que, em anos passados, eram apreendidos pneus, mas atualmente nessa fronteira é permitida a importação de até quatro unidades de pneus por ano, se não ultrapassar certo valor.

Quase todos concordaram em que o fato de que determinado tipo de criminalidade passe pela fronteira desvaloriza o município, porque problemas, como armas e tráfico de drogas, não ficam no lugar, mas mancham a reputação local.

Os mercados ilegais

Houve acordo sobre a existência de contrabando e descaminho, como características específicas de todo município de fronteira, principalmente de combustível, de soja e de agrotóxicos provenientes do Uruguai, que eles importam da China. O combustível é passado pelo rio e vendido em casas de forma particular por pessoas de baixa renda. Afirmou-se que o abigeato é um crime que já foi muito mais recorrente alguns anos atrás, mas ainda existe. É realizado por pessoas também de baixa renda, geralmente por redes familiares, que se revoltam quando são realizadas as apreensões, pois consideram que a polícia não tem direito a interromper o “trabalho”. O abigeato se dava no campo por meio de degolamento dos animais, e se tratava de grupos (quadrilhas) que realizavam essas práticas no município e em Santo Tomé, roubando unidades e também cargas de bois. Alguns entrevistados afirmaram que o roubo atualmente é realizado à noite e em lugares distantes das fazendas. Com a frequência dos roubos, muitos fazendeiros abandonaram as terras pelo risco de perdas.

As manufaturas feitas de carne proveniente do abigeato foram referidas como um problema local histórico, que não apresenta um tratamento adequado. Ao mesmo tempo em que esse crime se reduziu nos últimos anos devido ao fato de as vítimas serem geralmente pequenos produtores e estes paulatinamente terem abandonado a criação de animais por causa das perdas. Alguns entrevistados afirmaram que o aumento de beneficiários do Programa Bolsa Família contribuiu com a diminuição dos delitos, embora as pessoas estejam sem trabalhar. Também foram identificados roubos de cavalos de carreira e de equipamentos para cavalos no país vizinho. O produto roubado passa em balsas ou a nado quando o rio está baixo. Foi sugerido que os animais roubados vão em direção a Sant’Ana do Livramento.

Afirmaram que o contrabando é realizado por pessoas da cidade. Um dos operadores de segurança entrevistado reconheceu que o tráfico de drogas também é realizado por grupos locais que colaboram entre eles, atuam de forma independente, mas se ajudam entre si, diferentemente dos “comandos” das grandes cidades que concorrem entre eles com altos graus de violência. Alguns entrevistados frisaram que na cidade é notável o enriquecimento de algumas pessoas, mas não é fácil provar legalmente quem está envolvido nos ilícitos.

Os entrevistados que realizam investigação advertem sobre a violência que caracteriza a cidade, em que as pessoas praticam o homicídio urbano, principalmente nos bares, com o costume de fazer justiça com as próprias mãos, e atribuem as causas do comportamento à falta de educação sobre como resolver conflitos corriqueiros. Tem sido constatado que as armas utilizadas nesse tipo de homicídio em alguns casos são de origem argentina. Também concordam em que a droga que ingressa da Argentina pelo rio acaba sendo usada no âmbito local. Foi enfatizado que os escassos efetivos para controlar a movimentação no rio impedem a prevenção deste tipo de crime.

Também foi ressaltado que o contrabando, principalmente de cigarros de “péssima qualidade” provenientes do Paraguai, segue a rota de ingresso por Iraí e desce em Santiago em comboios de veículos novos, de 2009, 2011, cujos motoristas se comunicam por rádio, e ingressam lotados e também com acomodações de fundo falso. O destino é Alegrete e Livramento. Um dos entrevistados disse que as pessoas que praticam esse tipo de crime, tendo já conhecida a rota, podem migrar para o transporte e comércio de drogas e armas. Não foi reconhecido neste tipo de prática algum princípio de organização criminosa de grande escala, e de maneira geral os entrevistados concordaram em que as pessoas que as desenvolvem o fazem como forma de sustento das famílias. Não é raro que essas famílias combinem atividades legais e ilegais, como foi um caso na cidade de um homem que levava salsicha para a Argentina, em um carro que estava registrado em nome da filha, que era professora. No caso do tráfico de drogas também já ocorreu de se tratar de atividades em que praticamente toda a família terminou no presídio, geralmente isso ocorre em famílias de baixa renda.

Outro detalhe referido a respeito das compras no exterior diz que quando as pessoas vão para Paraguai, a 150 km de São Borja, para fazer compras dentro da cota dos 150 dólares, adquirem várias unidades do mesmo tipo, deixando em evidência que se trata de produtos para revenda e não para uso pessoal, nesses casos a mercadoria é apreendida, mesmo que a compra esteja dentro do valor ao qual a pessoa teria direito.

Foi destacado que “quadrilhas” da Grande Porto Alegre chegam ao município para obter armas e munições e pagam com drogas, hipótese que sustentaria o aumento do consumo de entorpecentes em nível local, e um aumento da violência decorrente da dependência produzida e da necessidade de comprar reiteradamente para uso pessoal.

Entrevistado da Polícia Rodoviária Federal afirmou que os veículos que ingressam lacrados não são abertos pela Receita, e o fato de não possuir scanner não permite verificar as cargas. Isso torna o controle difícil, embora, quando haja suspeitas, as cargas lacradas são abertas pela PRF. As formas de cuidar das cargas ilícitas envolvem “batedores”, que avisam os motoristas para evadirem os controles. Geralmente os veículos são comprados, mas não é trocado o nome do proprietário e, em algumas ocasiões em que o motorista abandona o carro, este é apreendido, não é possível provar a relação da carga com o motorista.

Impacto das operações conjuntas no município

Entrevistados que foram formados e treinados para trabalhar em fronteira em cursos ao norte do país, reconheceram a importância do treinamento para a eficácia das medidas no lugar. Ressaltaram que a geografia local, por ter um rio extenso, exige uma especialização para o controle, em recursos e em equipamentos, que nem todas as polícias têm.

Um entrevistado da Polícia Rodoviária Federal observou um aumento nas apreensões de cigarros, drogas e armas que atribuiu à migração das rotas devido às medidas de controle implementadas no estado do Paraná.

Situação do sistema prisional

Existe no município o Presídio Estadual de São Borja. Foi assinalado que o crime principal pelo qual muitas pessoas se encontram detidas é o transporte de drogas. Foi ressaltada a necessidade de ampliação tanto do albergue quanto do presídio, iniciativa que se concretiza em março de 2014 contando com mão de obra do próprio sistema prisional. Afirmou-se que a implementação do sistema semiaberto para mais casos foi uma medida em parte tomada para reduzir os problemas de superlotação carcerária.

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

A Polícia Civil trabalha na delegacia especializada em furtos, roubos, entorpecentes e capturas, buscando elucidar os crimes locais. Os entrevistados afirmaram que não existe um patrulhamento diário de controle do rio porque a falta de equipamentos e de efetivos para afrontar os crimes locais é generalizada. Se fez referência a que antigamente a polícia argentina tinha um sistema de patrulhamento que ajudava em muito, mas hoje em dia já não existe mais. As câmeras de monitoramento que foram implementadas funcionaram durante um período, mas elas se deterioraram e atualmente não é possível identificar autoria dos crimes em espaços públicos.

De acordo aos relatos oferecidos na pesquisa, existem trocas de informações entre as forças de segurança de ambos os países. Houve reuniões com agentes do Uruguai, do Paraguai e da Argentina, orientados a pensar conjuntamente a prevenção e investigação dos crimes transfronteiriços. Com a colaboração por meio da troca de informações conseguem descobrir rotas de contrabando, de tráfico de drogas. Isso tem proporcionado a apreensão de mercadorias e a prisão de pessoas.

Está sendo criado um banco de dados para turistas sobre declaração de bagagem. A colaboração da PRF e da PF é importante, a Receita recebe informações sobre o contrabando de cigarros, drogas, nomes de pessoas que geralmente fazem parte de grupos familiares.

A fiscalização do rio é deficiente, pois é por onde passam drogas, armas e munições em embarcações de pequeno porte em horários noturnos. É preciso, na opinião dos entrevistados, aumentar e treinar os recursos humanos e fortalecer a tecnologia para poder gerar um sistema de controle articulado entre as diferentes agências.

A relação com a Aduana argentina foi descrita como boa, cordial e colaborativa. Mas, com relação à investigação, houve o reconhecimento de certo grau de dificuldade, pois os sistemas de policiamento e judiciário são diferentes e o fato de não existir um centro para se reunir e realizar trabalhos em conjunto prejudica a eficácia do trabalho integrado na região.

O município de São Borja é considerado seguro pelos moradores, embora ressaltem que houve um crescimento de crimes comuns derivados do uso de drogas por menores de idade. Adverte-se a existência de contrabando e descaminho, principalmente associado a formas de sustento de famílias de baixa renda, mas isso não parece produzir diretamente violência local. O enriquecimento de alguns moradores foi associado a atividades ilícitas que não se podem provar. Foram frisadas as condições deficitárias das forças de segurança no que se refere aos recursos humanos e tecnologia. As instituições presentes de segurança pública, justiça criminal e fiscalização consideradas pela pesquisa apresentam características de cooperação e coesão entre elas. Os entrevistados não fizeram referência descritiva às operações da ENAFRON, mas reconheceram os investimentos em formação de policiais que foram realizados. A cooperação com as instituições internacionais ocorre em termos informais, sendo enfatizada a necessidade de formalizar os encontros para que o rendimento seja maior.

Fotos do Município de São Borja

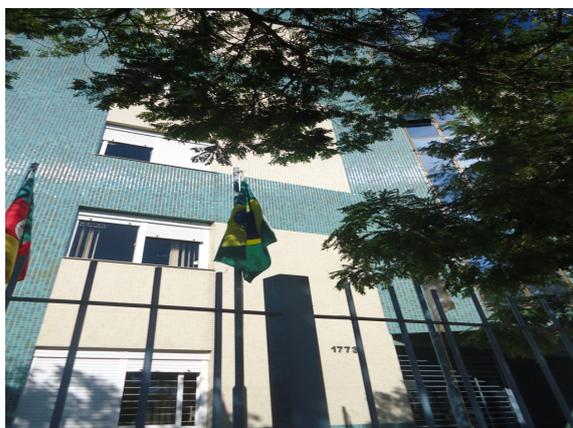
Polícia Civil de São Borja



Receita Federal de São Borja



Fórum de São Borja



Ministério Público de São Borja



São Luiz Gonzaga

O Município de São Luiz Gonzaga constituiu-se pela Lei provincial n°. 1.238, de 3 de junho de 1880. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do Sul, a 495 km de distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre.

Figura 26. Mapa do Município de São Luiz Gonzaga e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei provincial n°. 1.238, de 3 de junho de 1880.
Localização:
Área (2010): 1.295,678 km ²
Fronteiras: ao norte com Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões e com Cerro Largo, ao leste com Caibaté, São Miguel das Missões e com Vitória das Missões, ao sul com São Luiz Gonzaga e a oeste com Dezesseis de Novembro.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 34.556 habitantes
Densidade demográfica: 26,67 hab/km ²

Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 549.028.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.887,14
IDH-M (2010): 0,741
Gentílico: são-luizense
Homicídios (2011): 14,54/100.000 habitantes

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Datam de 1609 e 1627, respectivamente, as primeiras tentativas dos jesuítas para redução dos guaranis e formação de um estado teocrático na margem oriental do Rio Uruguai, em terras hoje pertencentes aos estados Paraná e Rio Grande do Sul. Essas iniciativas se frustraram em decorrência das incursões bandeirantes de 1628 e 1637, principalmente, sob comando de Antônio Raposo Tavares.

Somente em 1682 voltaram os padres à chamada Banda Oriental para fundar reduções, que vieram a constituir os “Sete Povos das Missões” – São Nicolau, São Luiz, São Loureço, Santo Ângelo, São João, São Miguel e São Borja. O “povo” de São Luiz Gonzaga foi criado em 1687, pelo padre Miguel Fernandez, com índios trazidos da redução de Conceição, à margem direita do Uruguai. Pelo Tratado de Madri, de 1750, passou ao domínio de Portugal a região missioneira, porém as povoações entraram em decadência, em virtude da expulsão dos jesuítas do Brasil, por Lei de 3 de setembro de 1759, e do insucesso dos dominicanos franciscanos e mercedários na administração das missões e governo da índiada.

Em 1801, o então governador do Rio Grande do Sul, general Sebastião Xavier da Veiga Cabral, anexou em definitivo ao reino de Portugal os Sete Povos das Missões, após campanha contra os espanhóis e conquista da região por José Borges do Canto e Manoel Santos Pedroso. Apenas em 12 ou 13 de outubro de 1817, por alvará, é que D. João VI criou a vila de São Luiz da Leal Bragança, como sede do Município ou Termo do território conquistado, até os limites das possessões espanholas.

Em 1826, as Missões foram novamente invadidas, desta vez por Frutuoso Rivera, durante a campanha Cisplatina, e São Luiz ficou à mercê de aventureiros. Mais tarde, em 1854, o Rincão dos Povos, que compreendia São Luiz da Leal Bragança, São Loureço e São Nicolau, foi incorporado a Cruz Alta, perdendo, portanto, sua autonomia. Foi nomeado subdelegado do distrito, escrivão de paz e notário João Lopes Lencina, considerado o oráculo da população. Em 1857, foi São Luiz incorporado ao Município de São Borja. Para o progresso da região muito contribuiu o casal Lencina. Sucederam-no o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado, político de projeção nacional, o general José Gomes Portinho, o coronel Sezefredo Coelho de Mesquita e outros.

São Luiz Gonzaga representou importante papel na revolução de 1924, quando a guarnição local do Exército solidarizou-se com o movimento e a cidade foi ponto de concentração de forças revolucionárias. Em 1930, sob o comando do coronel Góis Monteiro, o regimento de cavalaria aí sediado aderiu à revolução deflagrada por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Ainda hoje existem ruínas dos antigos redutos jesuíticos, principalmente em São Lourenço, pelas quais se pode aquilatar o adiantado grau de conhecimentos que possuíam os padres, tanto no que se refere à arquitetura e engenharia quanto a trabalhos artísticos. É flagrante a influência espanhola.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em São Luiz Gonzaga

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	34.235 habitantes
Homicídios (2012):	6 (seis)
Instituições de segurança Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Municipal de Segurança Pública, Justiça, Conselho Tutelar, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.	
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 744 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 398 habitantes.

Tabela 90. Registro de Ocorrências, Município de São Luiz Gonzaga – Período 2009 / 2012.

SAO LUIZ GONZAGA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico
2012	6	702	24	64	4	4	67	6	40	28	39
2011	6	671	15	50	6	2	53	1	48	25	36
2010	11	867	15	80	2	1	51	2	48	45	25
2009	4	1.253	11	107	1	4	62	0	39	25	22

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de São Luiz Gonzaga em 2012 foram por furto qualificado, embriaguez ao volante, furtos simples, roubo, posse ilegal de arma e Lei Maria da Penha.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 91. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São Luiz Gonzaga.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 34.235 habitantes				
Homicídios (2012): 6				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	4		1 batalhão e 2 companhias	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	5
	Agentes	42	Praças	81
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	40		10	
Impressora	10		4	
Telefone fixo	6		6	
Fax	1		1	
Scanner	5		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	2		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		2	
Gravadores	3		-	
Máquina Fotográfica	4		1	
Filmadora	2		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	8	-	8	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	3	1
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	20		1	
Rádio em viaturas (digital)	8		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		7	
Rádio portátil (HT)	6		20	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	

Notebooks	2	9
Arquivos em ficha de papel	**	6
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	44	2
Colete antibalísticos	44	30
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	2
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	122
Carabina	2	2
Espingarda	2	10
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	1
Revólver	40	21
Pistola	40	95
Arma de condutividade elétrica	*	6
Bomba de efeito moral	*	6
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 20	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem no município de São Luiz Gonzaga 4 delegacias com quatro delegados e 42 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de São Luiz Gonzaga utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e munição, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 1961, são produzidas estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, as Forças Armadas e os Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em São Luiz Gonzaga, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de

segurança pública do país vizinho são confiáveis e colaborativas, com troca de informações. A Polícia Civil de São Luiz Gonzaga apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações do Exército. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de São Luiz Gonzaga, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes além de sistema de rastreamento veicular e uso de planilhas de papel e fichários de ocorrências; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2000), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e o entrevistado não soube responder se os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é de velocidade de 512 Kb/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto qualificado, embriaguez ao volante, furto simples, roubo, porte ilegal de armas e Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Ministério Público e as Forças Armadas, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como Operação Ágata, Operação Sentinela e Operação Simultânea. Participa também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em São Luiz Gonzaga, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Tabela 92. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em São Luiz Gonzaga.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	20	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	2	2

Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	2º	
	Explosões	**	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	**	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (interdição de pontos de perigo)	5º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na Seção de Corpo de Bombeiros de São Luiz Gonzaga, a quantidade de equipamentos de proteção individual é considerada insuficiente, pois falta roupa de aproximação de combate a incêndio e aparelho de respiração autônoma. A quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos também é considerada insuficiente, pois não há roupas, oxímetros, etc.; já a quantidade de equipamentos para o combate a incêndio florestal também é insuficiente, pois falta viatura leve com reservatório de água e espuma e bombas costais. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate não foi considerada suficiente, pois faltam desencarcerador e guincho para viatura. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade é insuficiente, faltam uma base de rádio, 3 rádios veiculares e HT's e carregador. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 250 Kb/s. O Corpo de Bombeiros não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios florestais e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de São Luiz Gonzaga participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de Conselhos Municipais de Trânsito. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de São Luiz Gonzaga não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O representante do Conselho Municipal de Segurança Pública de São Luiz Gonzaga não soube dizer quando o Conselho foi criado, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são mensais e convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são crimes contra o

patrimônio (furto e roubo), tráfico de drogas e envolvimento de jovens na criminalidade. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de São Luiz Gonzaga recebe demandas da comunidade por meio da polícia, dos integrantes do Conselho, de outros representantes/lideranças das comunidades e pela participação direta dos cidadãos. A principal queixa da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar é a demora em atender às ocorrências criminais, ineficiência e falta de efetivo. Em contrapartida, a principal queixa dos policiais militares em atender às demandas da comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, problemas no município que podem levar a delitos e falta de estrutura policial. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 93. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São Luiz Gonzaga.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	-	Promotores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	32				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de São Luiz Gonzaga possui uma comarca de entrância intermediária com vara mista, com varas criminais. Esta sede judiciária não dispõe de carros oficiais.

Há internet com velocidade de 512 Kb/s. Estima-se que por volta de 99 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em fichas de papel e fichários. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2003 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de Gabinete de Gestão Integrada Municipal e Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, e o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, porém não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. A estimativa do número de adolescentes que passaram por este Juizado no ano de 2012 foi 52, a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto foi de 90. Os órgãos executores da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são a Prefeitura e ONGs. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de São Luiz Gonzaga, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: a falta de recursos humanos e envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Pelo menos, desde o ano de 2010, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal participam do coletivo de gestão de segurança pública, o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Não participam das operações de fronteira e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São Luiz Gonzaga são o Judiciário Estadual, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas. O entrevistado não soube informar quais foram as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços no ano de 2012. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o contrabando, o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de São Luiz Gonzaga. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração

pública; e a falta de programas voltados para os jovens, principalmente para inserção no mercado de trabalho. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 94. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em São Luiz Gonzaga.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Efetivo	Audidores	-
	Técnicos	-
	Terceirizados	2
	Analistas-tributários	2
Qualidade das instalações internas	Antiga mas em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de São Luiz Gonzaga não dispõe de carros oficiais. Há internet com velocidade de 1 MG/s. A Receita Federal de São Luiz Gonzaga não participa de coletivos de segurança pública. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou de operações em Porto Alegre com Sant'Ana do Livramento.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados das Polícias Civil e Militar discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município. Já os entrevistados da Justiça e Receita Federal concordam. A maioria dos entrevistados concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar e a Justiça, a proximidade da fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em São Luiz Gonzaga é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São Luiz Gonzaga foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 95. Percepção da incidência de crimes no município de São Luiz Gonzaga.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio e a transeunte, sendo citado também o furto de veículos, de motocicletas e de gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: a extorsão simples, os cheques sem fundos, os pequenos golpes populares, as fraudes comerciais e financeiras e as extorsões mediante roubo ou furto de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar; decorrente de conflitos em mercados ilegais e em eventos públicos. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em conflitos de vizinhos, conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em São Luiz Gonzaga sejam: o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infantojuvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, tráfico de drogas e lesão corporal, resultando o tráfico frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação e o Jogo do Bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual.

Três Passos

O município de Três Passos foi criado por decreto-lei Estadual n.º 720, de 29 de dezembro de 1944. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do Sul, a 466 km de distância, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. O município é constituído por seis distritos: Três Passos, Alto Erval Novo, Bela Vista, Floresta, Padre Gonzáles e Santo Antônio.

Figura 27. Mapa do Município de Três Passos e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29 de dezembro de 1944
Localização: Sul de Rio Grande do Sul (Arco Sul)
Área (2010): 268,396 km ²
Fronteiras: Municípios de Esperança do Sul, Derrubadas, Miraguaí, Tenente Portela, Braga, Bom Progresso, Humaitá, Crissiumal e Tiradentes do Sul
Acesso aéreo: Sim
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 23.965 habitantes
Densidade demográfica: 89,29 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 383.475.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 15.996,12
IDH-M (2010): 0,768
Gentílico: três-passense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Conta-se que, por volta de 1860, mandou o Governo Imperial uma comissão de engenheiros e um forte destacamento abrirem a primeira picada com objetivo de nessa área instalar uma colônia militar. Após três anos de trabalho, a larga picada, com 60 Km, atingiu o limite com a Argentina, causando problemas entre este país e o Brasil, até mesmo motivando a paralisação dos trabalhos.

Por volta de 1879, atendendo às reiteradas solicitações de Cel. Diniz Dias Narão de São Jacob, prestigiado chefe político de Cruz Alta, o Governo Imperial resolve fundar uma colônia militar no Alto Uruguai. O primeiro vestígio da formação do município de Três Passos deve ser buscado neste ano de 1879, quando da construção desta Colônia Militar do Alto Uruguai. Nessa época, o Império do Brasil buscava sua afirmação como dono das terras meridionais no mesmo contexto de aquisição definitiva das Missões jesuíticas. Por duas vezes, a colônia sofreu depredações devido a movimentos revolucionários no Estado do Rio Grande do Sul: a primeira foi em 1893, quando a coluna revolucionária chefiada por Aparício Saraiva atravessou em direção à Argentina, acossada pelas forças legais comandadas pelo General Firmino de Paula. A segunda foi na Revolução de 1924, quando a Coluna Prestes a cruzou, vinda de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Distante 35 quilômetros da Colônia no sentido sul, foi construída, em 1882, uma casa de guarda avançada que tinha como incumbência vigiar e proteger a precária estrada. Este local fora escolhido por contar com três córregos de água potável que serviam a homens e animais, recebendo a todos os viajantes com hospitalidade e a generosidade de uma terra profícua e abundante. Chamado inicialmente de Pouso dos Três Passos, é neste local que mais tarde surgiria a cidade. No ano de 1919, chegaram os primeiros colonos

descendentes de alemães, vindos de Chapada e de Tapera. A justificativa da denominação Três Passos provém da existência destas 3 correntes de água transposta no local. Hoje as 3 vertentes, apesar do perímetro urbano, continuam existindo.

Fonte: IBGE, Prefeitura Municipal de Três Passos (2011)

Diagnóstico da Segurança Pública em Três Passos

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	23.861 habitantes
Homicídios (2012):	2 (dois)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Conselho Tutelar e Corpo de Bombeiros.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 795 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 391 habitantes.

Tabela 96. Registro de Ocorrências, Município de Três Passos – Período 2009 / 2012.

TRES PASSOS	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecente Tráfico
2012	1	288	13	13	1	26	1	22	19	16
2011	2	216	8	9	0	43	0	15	20	24
2010	3	320	13	16	0	43	1	14	17	33
2009	0	372	27	13	1	22	0	12	5	9

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Três Passos em 2012 foram por furto simples, furto qualificado e relacionados à Lei Maria da Penha.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 97. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Três Passos.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012):	23.861 habitantes		
Homicídios (2012):	2		
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	2 delegacias		1 batalhão, 1 companhia e 1 posto fixo
Efetivo	Delegados	2	Oficiais
	Agentes	28	Praças
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	13		20	
Impressora	10		20	
Telefone fixo	13		3	
Fax	2		-	
Scanner	-		4	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	1		-	
Máquina Fotográfica	2		2	
Filmadora	-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	3	-	6
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito Frequentemente		Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	4		1	
Rádio em viaturas (digital)	3		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		6	
Rádio portátil (HT)	-		12	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	2		2	
Arquivos em ficha de papel	-		5	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	24		15	
Colete antibalísticos	21		40	
Escudos	-		8	
Capacetes	-		8	
Placa balística	-		4	
Outros	-		8	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		50	
Carabina	1		1	
Espingarda	1		4	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		1	
Revólver	16		10	
Pistola	19		40	

Arma de condutividade elétrica	*	2
Bomba de efeito moral	*	15
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	15
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes	Tipos de munição suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	43	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem no município de Três Passos 2 delegacias com dois delegados e 28 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 512 KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Três Passos utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, organização de dados em tabelas ou listas de papel, além de consultas integradas. Há inclusão de dados no Infoseg, e são produzidas estatísticas, não sabendo o entrevistado precisar desde quando, tendo declarado apenas que são produzidas há muito tempo. Não há divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário, além do Conselho Tutelar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Em Três passos, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações, e amigáveis. A Polícia Civil de Três Passos apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como a operação Ágata e operações simultâneas. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O 7º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Três Passos, tem um efetivo de 5 oficiais e 56 praças. No Batalhão de Três Passos, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de

viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2008), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas não são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 74 KB/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram furto simples, furto qualificado e Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar, nas operações realizadas neste município, são: a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a Patrulha de Fronteira e Sentinela. Participa também do centro Regional de Inteligência. Em Três Passos, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), em 2012, e tem participado das Operações Sentinela.

Tabela 98. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Três Passos.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 seção		
Efetivo	Oficiais		
	Praças	1	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	2	2
	Viatura de combate a incêndio	2	1
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Frequentemente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	3º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	-	
	Outros (atendimento clínico)	2º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Três Passos, a quantidade de equipamentos de proteção individual foi considerada insuficiente, sendo as principais necessidades a baixa quantidade de EPLs e a falta de aparelhos de respiração autônoma. A quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, de equipamentos para o combate a incêndio florestal, de armamento foi considerada insuficiente, tendo declarado o entrevistado que não há esses equipamentos na unidade. A quantidade de equipamentos de comunicação foi considerada insuficiente, tendo declarado o entrevistado que a principal necessidade é a falta de rádios em viaturas. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate foi considerada suficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet, tendo declarado o entrevistado apenas que a conexão é lenta. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado declarou que esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrências mais frequentes são: acidentes de trânsito; remoção em locais de perigo; incêndios; incêndios florestais; acidentes ambientais.

O Corpo de Bombeiros de Três Passos não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal como o 7º BPM. Não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, e não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Três Passos não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e as Forças Armadas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 99. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar em Três Passos.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
	Justiça		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial			
Efetivo	Juízes	2	Conselheiros	5
	Funcionários	Não sabe		
Qualidade das instalações internas	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Conselho Tutelar	
	Nova e em boas condições		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Três Passos é uma comarca de entrância inicial com vara mista, porém as especialidades cobertas pela Segunda Vara são: aspecto criminal, infância e juventude e violência doméstica (Juizado Especial Civil). Existem 2 Juizados Especiais Criminais, 2 Varas Criminais, 1 Vara de Execução Penal, 1 Vara de Infância e Juventude e 1 Juizado Especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Há internet com velocidade de 1

MB/s. Estima-se que por volta de 50 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo; de distribuição de autos; de recursos humanos; de controle e manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em fichas de papel em fichários. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais bem como da produção de feitos não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2003 e o sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Trânsito e de Violência Doméstica e o juiz entrevistado concorda que tal participação modifica e melhora as condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira, tais como a Operação Barão.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca há Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude. Não há defensoria pública especializada, assim como não há equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que a estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado, no ano de 2012, é de 100 jovens. A estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade é de 5 jovens. A estimativa quanto ao número de adolescentes que receberam medida em meio aberto é de 40 jovens. O entrevistado informou que o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é uma ONG. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Três Passos. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria dos entrevistados acredita que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, pois este faz fronteira com uma região com poucos recursos econômicos, e não há fiscalização na região. Já para a Polícia Militar é um fato positivo, pois a região serve de passagem aos centros maiores. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Três Passos é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Três Passos foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infantojuvenil, imigração ilegal, crimes ambientais, tendo o representante da prefeitura destacado o tráfico de crianças e as disputas de terra.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 100. Percepção da incidência de crimes no município de Três Passos.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Raramente	Raramente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio, a transeunte e a motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: cheque sem fundos, falso sorteio, concurso ou premiação, fraudes no comércio e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar, decorrente de conflitos em mercados ilegais e de propriedade. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, em brigas de bar, conflitos por propriedade de algum bem e em acertos de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Três Passos são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infantojuvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: o tráfico, o furto e a receptação e o que resulta mais

frequentemente em condenação é o tráfico). Dirigir sem habilitação, atentado ao pudor e jogo do bicho apareceram como as mais frequentes entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com maior frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Uruguiana

A cidade de Uruguiana criou-se como distrito por força da Lei Provincial n.º 58 em 29 de maio de 1846 e se constituiu em município por Ato Municipal n.º 2, em 30 de outubro de 1892. Está localizada ao sudeste do estado do Rio Grande do Sul, a 652 km da capital do estado, Porto Alegre, pela BR290. Passam pelo município as BR-101 (início da rodovia), BR-116, RS-153, BR-392 em São Sepé, BR-158 em Rosário do Sul. Uruguiana faz fronteira com as cidades Yapeyú e Paso de los Libres na Argentina, da Província de Corrientes, e com Artigas, cidade do Departamento de Artigas em Uruguai. A Ponte Internacional Ferroautomotor Agustín P. Justo–Getúlio Vargas liga Uruguiana com Paso de los Libres sobre o Rio Uruguai, permitindo o acesso às rodovias argentinas RN 117 e RN 14.

Figura 28. Mapa do Município de Uruguiana e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Provincial n.º 898, de 06 de abril de 1874.
Localização: Sudoeste do Brasil (Arco Sul)
Área (2010): 5.715,763 km ²
Fronteiras: Argentina, Uruguai e municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui e Quaraí.
Acesso aéreo: Sim.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim.
População (2010): 125.435 habitantes
Densidade demográfica: 21,95 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,57
PIB (2010): R\$ 2.646.214.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 21.084,19
IDH-M (2010): 0.744
Gentílico: uruguianense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A população nativa era constituída por grupos nômades indígenas da etnia charrua que posteriormente foram colonizados por espanhóis, portugueses e africanos. Na região, as correntes migratórias foram prevalentemente compostas de italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes.

As terras que hoje constituem o município Uruguaiana, no início do século XVI, integravam-se na Capitania de São Paulo, pois a ela estavam subordinadas todas as terras que dali se estendiam para o sul, até o Rio Prata.

Em 1735, quando o brigadeiro José da Silva Pais assumiu o comando da província do Rio Grande de São Pedro, mandou construir uma fortificação na entrada do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Atlântico, o que possibilitou o desligamento dessa província da ingerência paulista em 1738, passou à jurisdição do governo constituído em Santa Catarina, que abrangia os atuais territórios deste estado e do Rio Grande do Sul, porém na dependência da capitania do Rio de Janeiro.

Em 1760, com a nomeação do coronel Inácio Elói de Madureira para o governo do Rio Grande de São Pedro, estas terras foram desligadas da jurisdição de Santa Catarina, passando a formar uma província autônoma no período do Brasil colônia.

A partir de 1835, com a revolução farroupilha (1835-1845), o governo republicano tinha apoderado-se de toda a margem do Ibicuí, daí a necessidade de fundar uma povoação à esquerda do Uruguai, conveniente tanto do ponto de vista militar como fiscal, por ser fronteira. Tal iniciativa deve-se a Domingos José de Almeida. Após uma série de diligências, foi escolhido o local, denominado Capão do Tigre, nas terras de Manoel Joaquim Couto Rico. Quem mais influenciou na escolha do novo local foi o general Davi Canabarro, que era o comandante militar desta fronteira. O novo povoado chamava-se, no início, Sant'Ana do Uruguai, a posterior demarcação das divisas da cidade e o traçado das ruas deve-se a Duque de Caxias e a Domingos José de Almeida. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de 5 distritos: Uruguaiana, João Arregui, Plano Alto, São Marcos e Vertentes.

O município, caracterizado como o terceiro maior do estado em área territorial, acolhe atividades produtivas agrícolas e criação de gado. O Rio Uruguai foi sempre fonte de recursos e a cidade historicamente se caracterizou por ser um lugar estratégico para circulação internacional de mercadorias, ora legais, ora ilegais.

Fonte: Prefeitura Municipal Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Uruguaiana

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	125.209 habitantes
Homicídios (2012):	21 (vinte e um)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Conselho Tutelar, Receita Federal, Conselho Municipal de Segurança Pública, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil =	1 policial para 2.455 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar =	1 policial para 907 habitantes

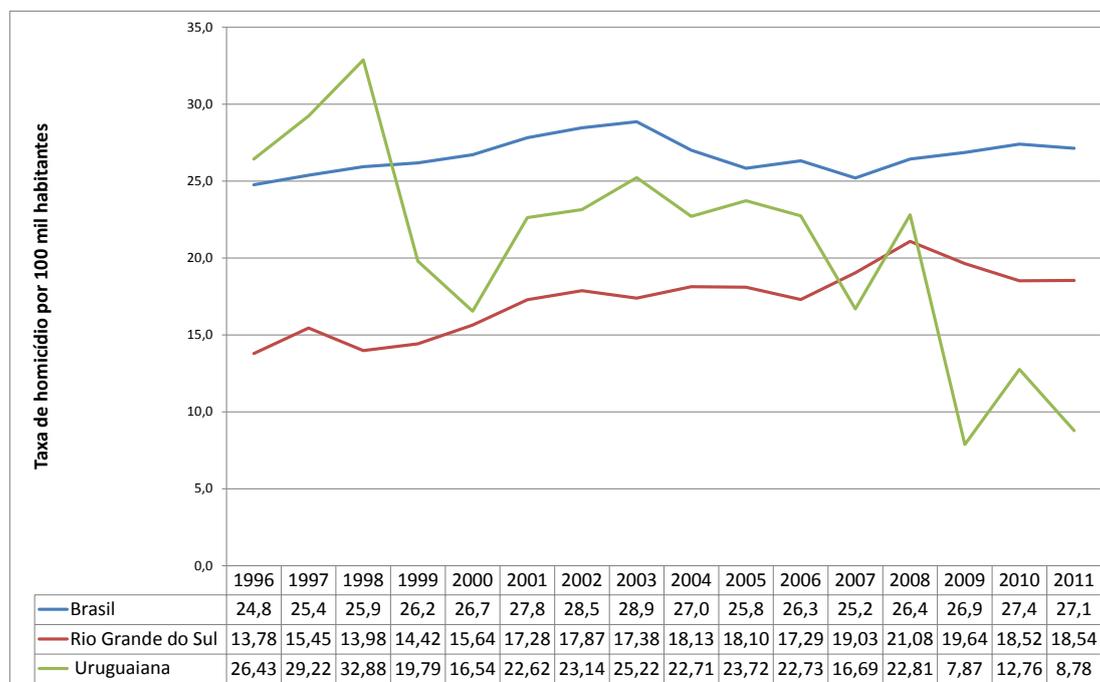
Tabela 101. Registro de Ocorrências, Município de Uruguaiana – Período 2009 / 2012.

URUGUAIANA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Roubo	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecente Tráfico
2012	18	2.205	119	477	2	13	3	192	5	58	119	73
2011	7	1.817	103	505	2	13	7	188	5	75	82	73
2010	11	2.023	111	509	1	11	8	262	3	66	60	115
2009	10	1.922	64	593	0	38	7	129	2	90	53	83

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul. As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubos, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Uruguaiana em 2012 foram tráfico de drogas e relacionados à Lei Maria da Penha.

Gráfico 4. Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Uruguaiana, 1996 a 2011.



Instituições de Segurança Pública

Tabela 102. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Uruguiana.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal						
População (estimativa em 2012): 125.209 habitantes						
Homicídios (2012): 21						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	5 delegacias		3 batalhões ou Companhias, 4 Unidades ou Postos Fixos e 4 quartéis		1 delegacia e 1 postos de fiscalização	
Efetivo	Delegados	5	Oficiais	8	Delegados	1
	Agentes	46	Praças	130	Agentes	21
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura nova, mas precisando de reformas		Antigas e sem condições de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura nova, mas precisando de reformas		Antigas e sem condições de reforma	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	9		25		7	
Impressora	5		10		2	
Telefone fixo	2		8		2	
Fax	1		1		1	
Scanner	1		5		1	
Internet	Com acesso		1		2	
Estação de rádio analógica	1		-		2	
Estação de rádio digital	-		1		-	
Equipamento de visão noturna	-		2		-	
Aparelho de TV	-		9		2	
Gravadores	-		3		-	
Máquina Fotográfica	2		5		4	
Filmadora	1		2		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	10	4	4	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	3	-	-	-
Moto	-	-	5	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	1	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1 boiadeiro para até 3 pessoas	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	1		1		2	
Rádio em viaturas (digital)	-		13		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-		7	

Rádio portátil (HT)	4	8	8
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-
Notebooks	1	2	3
Arquivos em ficha de papel	-	3	2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	13	28	40
Colete antibalísticos	13	143	19
Escudos	-	10	-
Capacetes	-	10	-
Placa balística	-	149	19
Outros	-	21 joelheiras e cotoveleiras	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	120	*
Carabina	1	1	3
Espingarda	-	14	-
Metralhadora	-	-	-
Submetralhadora	-	2	1
Fuzil	2	2	1
Revólver	11	68	-
Pistola	-	96	72
Arma de condutividade elétrica	*	6	*
Bomba de efeito moral	*	10	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	2
Outro	-	bombas anti-motim	*
			*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	*	*
Capacidade	15	*	*
Média de presos/mês	40	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Rodoviária Federal
	35	*	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem no município de Uruguaiana cinco delegacias que contam com 5 delegados e 46 agentes. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Uruguaiana utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e de estoque. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, com inclusão de dados no Infoseg, além da organização de dados e fichas em arquivos de papel. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de coletivo de gestão de segurança pública, como o Consepro (Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública). Em Uruguaiana, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são amigáveis. A Polícia Civil de Uruguaiana apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, que é parte da Operação Verão. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), entretanto, não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

A Polícia Militar está presente no município de Uruguaiana com o Batalhão de Polícia Ambiental, o Batalhão de Aviação e o 1º Batalhão Policial de Área de Fronteira, com um efetivo de oito oficiais e 130 praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (há 10 ou 12 anos), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg e divulgando-as regularmente, além do controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. No que diz respeito à internet, a velocidade é de 512 KB/s. Os flagrantes realizados com mais frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas e Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as duas últimas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, com policiamento na área. Participa também de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança e do Centro Regional de Inteligência. Em Uruguaiana, a Polícia Militar possui uma relação confiável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Tabela 103. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Uruguaiana.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 seção		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	21	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	9	1
	Viatura de combate a incêndio	2	1
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	1	*
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	*
	Motocicleta	1	*
	Embarcações sem motor	1	*
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	*
	Avião	-	*
	Helicóptero	-	*
	Outros	-	*
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	1º	
	Incêndios florestais	-	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	2º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	-	
	Outros (atendimento clínico)	3º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Corpo de Bombeiros

Na Seção de Corpo de Bombeiros de Uruguaiana, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de salvamento e resgate e de armamento em uso foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, para combate a incêndio florestal e de comunicação foi considerada insuficiente. Sendo suas principais necessidades: máscaras, capas, botas e luvas mais adequadas para atendimento a produtos perigosos; e rádios e telefones para equipamentos de comunicação. Esta unidade faz registros de ocorrência no Infoseg e produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios, acidentes de trânsito e salvamento de animais.

O Corpo de Bombeiros de Uruguaiana participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e de Centro Regional de Inteligência. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Uruguaiana troca informação e colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis e baseadas em realização de missões conjuntas. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e as Forças Armadas.

Polícia Rodoviária Federal

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Uruguaiiana, os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de recursos humanos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Os sistemas de informação existentes e em uso são: sistema computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, dados em tabelas ou listas de papel e fichas em fichários. Há a divulgação pública e regular das estatísticas, bem como a integração do banco de dados aos sistemas de consulta integrada, SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), GID (Gestão Integrada de Desenvolvimento), Infoseg e SINIVEM (Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento). O posto dispõe de internet com velocidade de 120 KB/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações Ágata VI, Sentinela, Balada Segura, Fronteira Segura e Fronteira Sul. Vinte policiais, mais o efetivo, foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Uruguaiiana foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil e os Bombeiros. Na opinião do entrevistado, deveriam ser incrementadas todas as parcerias. Em Uruguaiiana há em média uma barreira fixa e uma barreira móvel da Polícia Rodoviária Federal.

Guarda Municipal

O município de Uruguaiiana possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública e Guarda Municipal, criada em 2004, e subordinada à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. O atual comandante da Guarda Municipal é formado como Policial Militar. Possui Gabinete de Gestão Integrada Municipal, mas não possui Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e Plano Municipal de Prevenção à Violência. A Guarda Municipal obteve outros recursos além daqueles do seu orçamento, da SENASP/MJ. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram o conhecimento jurídico, a gestão integrada em segurança pública e nos papéis e atribuições da Guarda Municipal, além de técnicas de abordagem e uso legal e progressivo da força física.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos e materiais, e instalações inadequadas ou insuficientes. A Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As relações com os gestores dos países vizinhos são colaborativas com troca de informações. As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: apoio a outras secretarias (meio-ambiente, saúde, etc.); atendimento de ocorrências com menores na escola e proximidades; ocorrências de danos ao patrimônio; ocorrências de ameaças e segurança em eventos do município.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Uruguaiana foi criado no ano de 2006, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do Conselho são convocadas pelo presidente do Conselho e as principais preocupações tratadas são o crime contra o patrimônio, contra a pessoa, e o tráfico de drogas. E tanto os conselheiros representantes da sociedade civil quanto dos órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho Municipal de Segurança de Uruguaiana recebe demandas da comunidade por meio de outros representantes/lideranças das comunidades, e em ordem de maior para menor frequência por meio dos integrantes do Conselho, pela polícia, pela participação direta dos cidadãos e pela imprensa. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são: a demora em atender às ocorrências criminais e a ineficiência. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, e a falta de cooperação no fornecimento de informações. Os principais assuntos discutidos referem-se à ocorrência de crimes no município, estratégia de policiamento e problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado se mostra de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 104. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Uruguaiana.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária					
Efetivo	Juízes	2	Promotores	4	Conselheiros	6
	Funcionários	83				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Uruguaiana é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas. São duas varas criminais e uma vara de infância e juventude. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais em funcionamento.

Há internet com velocidade de 256 Kbps. Estima-se que por volta de 200 mandados de prisão da vara criminal tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há

sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. As estatísticas são produzidas desde a década de 2000 e o sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, assim como não apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado, Promotoria e Defensoria Pública Especializadas na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que cerca de 200 adolescentes passaram por este Juizado no ano de 2012, cerca de 50 adolescentes cumpriram medida em internação ou semiliberdade, e 150 em meio aberto. A Prefeitura é o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, e os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 foram: furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Uruguaiana segundo o representante entrevistado são, em ordem de importância: falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; falta de recursos humanos; envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais; falta de cooperação jurídica internacional; falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, assim como não participaram do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras, em 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Uruguaiana são o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Sendo que, na opinião do entrevistado, as últimas três parcerias deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas. Os principais problemas no município são: o tráfico de drogas, o contrabando, o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Uruguaiana. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado, e a falta de

entidades para receber crianças e atender famílias. Foi ressaltada ainda a falta de clareza sobre o papel do Conselho por seus usuários. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 105. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Uruguaiana.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	36
	Técnicos	1
	Terceirizados	53
	Analistas-tributários	45
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Uruguaiana dispõe de nove carros oficiais, um caminhão, um caminhão-scanner e duas vans funcionando. Frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, a velocidade da conexão é de 4MG/. A Receita Federal de Uruguaiana participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das Operações Ágata, Sentinela e Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados concordam que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e a maioria deles concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria dos entrevistados também concorda que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, assim como concordam que a posse de arma de fogo em Uruguaiana é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Uruguaiana foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal e crimes ambientais. O fato de os profissionais de segurança ficarem alguns anos na cidade para depois se deslocarem a regiões vistas como menos remotas se mostra como uma desvantagem, uma vez que é necessária alguma experiência em áreas de fronteira para a realização de um trabalho mais efetivo.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 106. Percepção da incidência de crimes no município de Uruguaiana.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

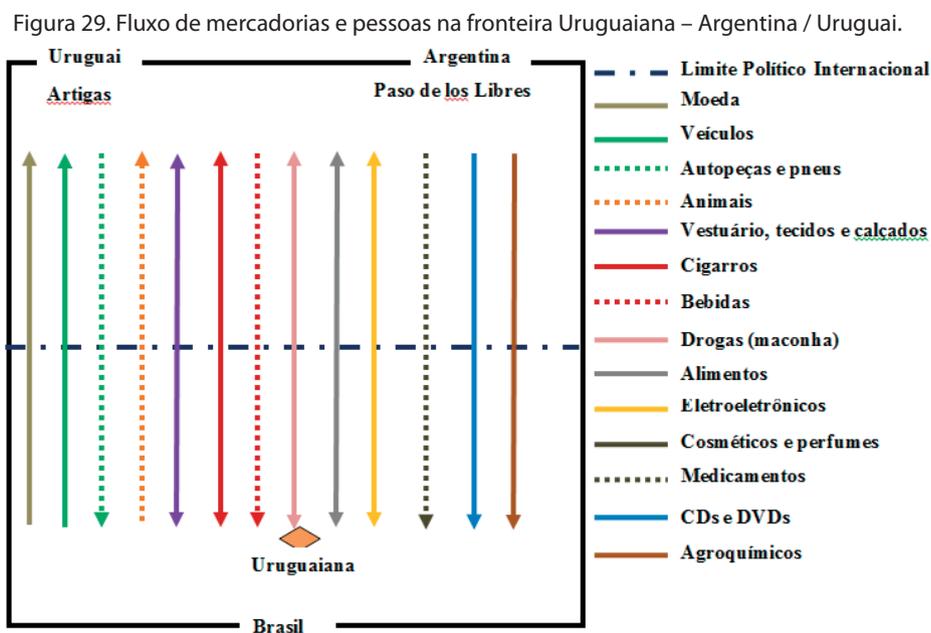
Os tipos mais frequentes de furto são a transeunte, a residências, ao comércio e de gado. Quanto aos roubos, também foram citados ao estabelecimento comercial, a transeunte e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: os pequenos golpes populares, as fraudes no comércio e fraude na internet. A extorsão mediante furto ou roubo de veículo foi também mencionada, além de roubo seguido de morte. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, no trânsito, em brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedade. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, situação doméstica, em conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, são considerados mais frequentes em Uruguaiana o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Alguns participantes do grupo focal descreveram a cidade como relativamente tranquila, caracterizada pelas pequenas trocas comerciais definidas pelos órgãos de segurança e fiscalização como "contrabando". Ressaltaram como problema principal o abigeato, a falta de controle policial sobre esse crime e a frequência de roubos e furtos cometidos por menores de idade que, com frequência, apresentam problemas com o uso de drogas. O fato de não existir um controle rigoroso sobre o roubo de gado, afeta principalmente os pequenos produtores, que terminam tendo que abandonar a criação pela recorrência das perdas. Os problemas enumerados, como o abigeato, o envolvimento com drogas, o pequeno contrabando e os furtos foram, em determinados momentos, ligados à falta de estrutura urbana e um dos participantes até mesmo os relacionou ao caráter agrário da cidade, atrelado a uma estrutura de terras latifundiária e "atrasada".

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura abaixo ilustra as mercadorias que circulam entre o município de Uruguiana e Paso de los Libres (Argentina) e Artigas (Uruguai). O comércio local está principalmente voltado para mercadorias, como alimentos, vestuário e tecidos, calçados, moeda, bebidas, autopeças e pneus, CDs e DVDs, cosméticos e perfumes. As atividades ilegais resultam basicamente do contrabando de alpiste, soja, cigarros, medicamentos, eletroeletrônicos, drogas e armas, agroquímicos, animais e veículos. As apreensões no último ano foram basicamente de eletroeletrônicos, CDs e DVDs, vestuário e tecidos, bebidas, alimentos, autopeças e pneus, agroquímicos, cosméticos e perfumes. A principal apreensão de drogas é de maconha. Os números de ocorrências envolvendo drogas não são muito frequentes. A maioria dos entrevistados considera que a criação das pontes vizinhas diversificou as possibilidades de passagem de mercadoria não só lícita.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Vale ressaltar que os circuitos que percorrem tanto cigarros como drogas e eletroeletrônicos é da Argentina para o Brasil, como rota proveniente do Paraguai, tendo como destino Uruguai, assim como o próprio município e outras cidades do estado. Segundo entrevistados, os agroquímicos provêm em considerável proporção do Uruguai, que é o país que importa em maior quantidade da China. De maneira geral, os entrevistados apreciam a interação e as trocas que a população do município estabelece com os países vizinhos, a Argentina e o Uruguai, e reconhecem a frequência de matrimônios mistos, o que a princípio favorece a integração na vida cotidiana. Identificam as diferenças culturais como enriquecedoras para a dinâmica local. As relações de brasileiros com argentinos foram descritas como menos fluentes que com os uruguaios, ressaltando – segundo os entrevistados – o fato de que a legislação argentina, diferentemente da uruguia, não contempla a possibilidade de binacionalidade.

Trata-se de um município em que não se fazem grandes investimentos. Segundo os entrevistados, o Brasil tem a vantagem de ter uma moeda mais forte, isso favorece os moradores da cidade. Mas o tipo de mercadoria é sazonal e ocorre que, quando determinado produto começa a ser consumido com frequência pelos brasileiros, do lado argentino aumentam o preço e a circulação acaba diminuindo. É comum que pessoas comprem mercadorias lícitas do lado argentino e a passem de “contrabando pequeno” para revender na cidade. Os argentinos costumam também comprar alimentos, roupa e calçado do lado brasileiro, pois em muitos produtos é economicamente conveniente. Do lado argentino, as pessoas gostam de comprar doces, vinhos, gasolina, produtos de limpeza e higiene, carne e laticínios (cuja passagem não é permitida), pelas vantagens do câmbio. O Uruguai é visto como mais conveniente ainda para fazer compras, pois os preços também são favoráveis para os brasileiros.

Percepção da dinâmica urbana

A cidade é caracterizada como tranquila, hospitaleira, sem atrativos turísticos significativos. As diferenças idiomáticas não aparecem como um problema e o aprendizado das línguas é propulsado nos três países. A sociabilidade no interior é tranquila, não existem conflitos cotidianos nem violentos. Apesar de ser uma cidade de tamanho considerável e de se encontrar na fronteira, não apresenta números relevantes no registro de ocorrências policiais. Mas, ao mesmo tempo, foi reconhecido o fato de que os jovens fazem grupos e eventualmente podem desatar conflitos ou acidentes, às vezes por uso de arma de fogo. Alguns entrevistados têm se manifestado a favor da redução da idade de punição, pois consideram que muitos dos crimes locais comuns são cometidos por jovens menores de idade. Os acidentes de trânsito são muito frequentes, principalmente pela falta do uso de capacete.

De modo geral, foram reconhecidas dificuldades formais e legais para a integração mais efetiva das duas cidades fronteiriças, tanto em relação à ação dos órgãos de segurança pública como em relação aos estabelecimentos de educação e saúde presentes nos dois lados, porém algumas iniciativas já eram tomadas para possibilitar esse acesso. Relatou-se uma descontinuidade das iniciativas de integração, citando-se o caso da interrupção do trabalho comunitário com menores por parte de um agente da Polícia Militar. As pessoas da cidade, de forma geral, manifestaram uma ativa vida política em prol da integração com as cidades dos países vizinhos. Cabe mencionar que os dados de criminalidade não são estatisticamente significativos e os relatos sobre a dinâmica urbana pouca ênfase fazem em conflitos dessa natureza.

Um aspecto que foi detectado como problemático é a falta de diversificação de indústrias e empresas para abrigar a população em labores legais. O fato de ter sido criada a Universidade Federal do Pampa foi avaliado como uma oportunidade de qualificação

para a população. Porém, para alguns entrevistados, apresenta-se também como um desafio devido à falta de condições do município para absorver toda a população que se profissionaliza. Outros concordaram que a quantidade de instituições educativas e de lazer ainda não é suficiente, o que desanima aos policiais a ficarem com suas famílias na cidade. Dessa maneira, a fronteira é propensa a receber pessoas jovens, em alguns casos inexperientes, que não têm constituído as próprias famílias e estão começando suas carreiras, o que sempre deixa aberta a possibilidade de que, desde que tenham oportunidade, abandonem o município por centros urbanos maiores.

Em relação à circulação local, ressaltou-se a demora que existe no porto seco para que os caminhões atravessem, devido à burocracia, que faz com que um caminhão possa ficar parado mais de três dias até ser liberado, o que acarreta custos notórios. Vale ressaltar que se trata do maior porto seco da América Latina e do terceiro maior do mundo pelo qual circulam aproximadamente 800 caminhões por dia e não é possível revistar todos. Depois que foram inauguradas as pontes de Itaqui e São Borja, que dinamizaram o trânsito de carga, o porto seco se viu menos sobrecarregado. Isso fez também diminuir a presença de vendedores na área, aumentando o número de pessoas com meios precários de vida. Outra questão de grande importância que adquiriu destaque é a imigração, sobretudo de chineses e africanos. Uruguaiana é considerada um dos pontos mais críticos da entrada de imigrantes ilegais de todo o país. A comunidade local, apesar de não entrar muito em contato com os imigrantes, percebe a convivência lado a lado com os estrangeiros, e manifesta certo receio em relação à insegurança que sua presença possa gerar.

Os mercados ilegais

Houve acordo sobre a existência de contrabando e descaminho, como características específicas de município de fronteira. Alguns entrevistados afirmaram que se sabe da existência de barcos e caminhões que passam com mercadorias de contrabando, tais como drogas, armas, munições, cavalos, remédios e cigarros, polietileno, eletroeletrônicos, pneus, alimentos, tecido, cobre, e que agrotóxicos são levados para os países vizinhos de táxi e por empresas de pecuária e aviação. Devido ao fato de que na Argentina parece ser mais fácil comprar armas, acaba-se tornando um problema para o município, pois os controles do país vizinho são rigorosos para a entrada de brasileiros, mas não tanto para a saída de argentinos em direção ao Brasil.

Alguns entrevistados afirmaram que existe crime organizado, pois há "olheiros", há "batedores" (pessoas que se ocupam de anunciar a presença de controles policiais), principalmente para contrabando e tráfico de drogas e medicamentos. Foi ressaltado que as pessoas que podem estar envolvidas no comércio ilícito dificilmente são objeto de desconfiança, já que não estão comprometidas em ocorrências nem em conflitos. Um entrevistado investigador considerou que a divisão das tarefas dentro do circuito de

ilegalidades é tão minuciosa, que é muito difícil prender a rede em sua totalidade, pois muitas vezes as pessoas que a compõem não se conhecem entre elas. O entrevistado afirmou que existem muitas informações sobre envolvimento de pessoas da cidade com a ilegalidade, devido ao vertiginoso “crescimento” econômico, mas a dificuldade é provar o envolvimento. Existem pessoas denominadas de “laranjas” que trabalham para esse tipo de organização, que já foram identificadas realizando contrabando de combustível. Também afirmaram que existem quadrilhas brasileiras que agem na Argentina roubando cargas, que se iniciaram no município aliciando motoristas.

Também foi mencionado o tráfico de pessoas que, somado aos crimes econômicos e vinculados a entorpecentes, é visto também como condição de criminalidades específicas do município, devido a sua situação de fronteira. Foi afirmado que, para concretizar o deslocamento no tráfico de pessoas, é necessário alguém que as receba e derive para os lugares de destino. O nome dado a quem exerce tal função é “coiote”. Contudo, embora os problemas preocupem, não parecem afetar de forma violenta o dia a dia de seus habitantes.

É frequente que, como a Polícia Rodoviária Federal tem só uma viatura, na hora em que fazem os controles na ponte apareça um aviso de que há algum cavalo solto nos arredores. A viatura se desloca diante do risco de acidente, mas o cavalo não se encontra na pista, e enquanto isso ocorre, as mercadorias ilícitas passam pela fronteira.

Um dos entrevistados se referiu à exploração sexual e ao tráfico de pessoas como relevante na cidade, principalmente pelo fato de ter alta demanda, sobretudo por parte dos motoristas de caminhões que, às vezes, se veem obrigados a passar mais de uma noite no lugar à espera de revistas das cargas.

Impacto das operações conjuntas no município

Segundo entrevistado da Guarda Municipal, a ENAFRON revelou-se uma iniciativa muito interessante que se fez sentir na qualificação do pessoal e no investimento que têm realizado, principalmente em tecnologia. Um entrevistado reconheceu a visibilidade da operação Agatha como uma instância de colaboração interinstitucional, mas assinalou, ao mesmo tempo: como ela é anunciada, as pessoas interrompem suas práticas ilícitas, resultando assim em uma medida de alto custo e pouco resultado em longo prazo. A operação Sentinela que fica aproximadamente uma semana no município ajuda a aplacar os problemas, mas, finalizada a operação, tudo volta a ser como era antes, porque as condições básicas não se resolvem.

Entrevistados da Guarda Municipal ressaltaram a importância dos investimentos em formação e gestão, mas destacaram também as carências em materiais e efetivos. Entrevistado da Polícia Civil reconheceu o déficit em infraestrutura, viaturas e recursos

humanos e materiais, que também se faz evidente na Polícia Federal e em outros órgãos de segurança pública.

Intervenções na orla do Rio Uruguai, resultado de iniciativa conjunta de ONGS e órgãos governamentais, foram citadas como positivas na ampliação do controle sobre os espaços de trânsito.

Situação do sistema prisional

Existe a Penitenciária Modulada Estadual de Uruguaiana. Em 2012 o presídio se encontrava em condições razoáveis sem superlotação e desenvolvendo projetos de melhoria da infraestrutura e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos apenados. É frequente que sejam transferidos presos de unidades prisionais de cidades maiores, muitas vezes pessoas que propiciam situações de conflito. Nestes casos são transferidos para centros prisionais do interior do estado com o propósito de desarticular o poder de mobilização que essas pessoas têm nos lugares em que se encontram detidas. Mas, este tipo de medidas, geralmente expõe os presídios de destino a situações de vulnerabilidade que não são sempre bem-vindas.¹ Atualmente, em 2014, segundo a Superintendência de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, o presídio tem aproximadamente 453 pessoas em cativeiro, somados homens e mulheres, dos quais apenas 5 são estrangeiros, e praticamente a metade se encontra cumprindo pena ou aguardando condenação por tráfico de entorpecentes.²

Relações entre as forças de segurança nacionais e internacionais

Os agentes de segurança trabalham em colaboração para enfrentar os problemas da fronteira. Existe parceria entre os órgãos. A falta de recursos, principalmente de viaturas, às vezes é contemplada pela Receita, que eventualmente doa algum veículo. As instituições se complementam nas tarefas. A patrulha escolar faz ronda nas escolas e isso dá segurança à população, a Guarda Municipal também ajuda muito na prevenção nas escolas, e o programa preventivo das drogas da Polícia Militar (PROERD) tem dado resultados positivos. Existem trocas de informações entre quem faz trabalho ostensivo e investigativo, que ajudam na interceptação de ilícitos. Segundo os entrevistados o SINIVEM é um instrumento com potencial, mas a velocidade da internet local impede o pleno aproveitamento. Um dos entrevistados que fora recentemente empossado afirmou que uma constante em órgãos de segurança do município é a alta rotatividade de pessoal. Reconheceu a falta de equipamentos e de efetivo para um melhor resultado em investigações, porém afirmou que “com o que há” pode-se fazer um trabalho efetivo.

1 Veja-se em matéria de jornal uma situação ocorrida no município que provocou a exoneração do diretor do presídio. <http://jornalcidadeonline.blogspot.com.br/2012/04/susepe-exonera-diretor-da-penitenciaria.html>

2 Para consulta de estatísticas referidas a 2014 da SUSEPE, ver http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1399562130_Penit%20Modulada%20Est%20Uruguaiana.pdf

Concordaram em que os controles são mais rigorosos do lado argentino, e mais tranquilos do lado uruguaio. Existem trocas de informações com os agentes de segurança argentinos, mas de maneira informal e personalizada. Foi ressaltado que houve vezes em que foi solicitada ajuda aos argentinos e eles colaboraram fechando a ponte, por exemplo. Afirmaram que colaboram no controle, e da mesma maneira os bombeiros da Argentina já têm ajudado em problemas de incêndios ocorridos no município.

A Polícia Rodoviária Federal tem que enfrentar problemas cotidianos de acidentes, além dos problemas derivados da circulação ilegal de mercadorias. As condições de trabalho, segundo o entrevistado, são deficitárias devido à falta de pessoal e a alta rotatividade, não apenas da PRF. Embora tenham conseguido algumas melhorias de infraestrutura que, em certo sentido, contribuíram positivamente, os problemas de falta de capitalização do conhecimento gerado na fronteira, sobre a fronteira, não se resolvem. Um dos entrevistados assinalou que a colaboração dos gendarmes argentinos é muito importante para o trabalho de segurança no município, pois quando as pessoas tentam passar para o país vizinho, os controles argentinos as barram e só quando isso ocorre são registrados do lado brasileiro. Foi frisado que os efetivos não são suficientes em nenhuma das instituições de segurança.

Houve acordo na avaliação da polícia argentina como sendo mais rigorosa que a brasileira, mas destacaram que eles exigem documentação e que, no caso de não possuí-la, há lugar para a solicitação de propinas, “todo mundo sabe que com 200 reais se resolve o problema”, afirmaram alguns entrevistados. Comentaram o caso de gendarmes que aceitam propinas para deixar passar carregamentos grandes de calçado comprado em Uruguaiana, que vão ingressando ao longo do dia em quantidades menores, de carro, e que o acerto é feito com a polícia de lá na primeira viagem. Esse tipo de mercadoria tem cidades grandes argentinas como destino.

O município de Uruguaiana é considerado seguro pelos moradores. Os entrevistados reconhecem a existência de contrabando e descaminho, mas afirmam que isso não deriva diretamente em violência local. A situação do irregular e desigual desenvolvimento do município pode propiciar o envolvimento em atividades ilícitas, embora nem sempre em grande escala. Os ilícitos maiores relacionados à evasão impositiva por importação foram reconhecidos abertamente, mas ao mesmo tempo foi explicitado que as condições precárias de investigação policial e judiciária não permitiam desenvolver tarefas de longo alcance. No que se refere à segurança pública, o déficit de recursos humanos é sensível e, quando a isso se soma a precariedade de tecnologia, o trabalho se torna difícil. As instituições presentes de segurança pública, justiça criminal e fiscalização, consideradas pela pesquisa, apresentam características de cooperação e coesão. Os investimentos da ENAFRON foram considerados necessários e positivos, no entanto, um ponto comum de crítica às políticas de segurança nas fronteiras foi a falta de efetivos em todas as instituições.

Fotos do Município de Uruguaiana

Corpo de Bombeiros de Uruguaiana



Ponte Internacional de Uruguaiana



Conselho Tutelar de Uruguaiana



Porto seco de Uruguaiana



Vicente Dutra

Vicente Dutra foi elevado à categoria de município com a denominação de Laranjeiras, pela Lei n.º 5.032, de 17 de setembro de 1965, desmembrado do município de Frederico Westphalen e instalado em 14 de maio de 1963. Encontra-se ao noroeste do Rio Grande do sul, na divisa com o Estado de Santa Catarina, a uma distância de 453 km, por estrada, da capital do estado, Porto Alegre. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968, o município é constituído de 2 distritos: Frederico Westphalen e Laranjeira.

Figura 30. Mapa do Município de Vicente Dutra e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei n.º 5.032, de 17 de setembro de 1965 (com a denominação de Laranjeiras).
Localização: Arco sul
Área (2010): 193,055 km ²
Fronteiras: ao Norte com o estado de Santa Catarina, a Sudeste com Iraí e ao Sul com Frederico Westphalen e Caiçara.
Acesso aéreo: Não
Acesso portuário: Sim
Acesso viário: Sim
População (2010): 5.285 habitantes
Densidade demográfica: 27,38 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 57.946.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.964,21
IDH-M (2010): 0,638
Gentílico: dutrense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Vicente Dutra

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 5.158 habitantes
Homicídios (2012): 4 (quatro)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Justiça.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil = 1 policial para 2579 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar = 1 policial para 1031 habitantes.

Tabela 107. Registro de Ocorrências, Município de Vicente Dutra – Período 2009 / 2012.

VICENTE DUTRA	Homicídio Doloso	Furtos	Furto de Veículo	Rou-bos	Latro-cínio	Extorsão	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecente Posse	Entorpecente Tráfico
2012	3	19	0	2	0	0	2	1	16	3	0
2011	1	28	0	0	1	0	1	0	5	1	0
2010	2	48	4	1	0	0	4	0	11	3	3
2009	0	81	3	5	0	2	5	0	5	2	0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Rio Grande do Sul.

Nota: As categorias que não apresentaram ocorrências para esses anos foram excluídas do quadro. As categorias da SSP são: Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furtos, Furto de Veículo, Roubo, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados a Armas e Munições, Entorpecentes/Posse, Entorpecentes/Tráfico.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Vicente Dutra em 2012 foram porte ilegal de arma e roubo.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 108. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Vicente Dutra.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012):	5.158 habitantes			
Homicídios (2012):	4			
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		-	
Impressora	4		-	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-

Segurança Pública nas Fronteiras

Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	1		1	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	2		-	
Algemas	1		4	
Colete antibalísticos	-		-	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		4	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	*		-	
Tonfa, cassetete ou similar	1		-	
Carabina	-		1	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		-	
Pistola	1		5	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tipos e quantidade suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Não		Não	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	7		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Vicente Dutra uma delegacia, que conta com um agente e um delegado auxiliar. No que se refere à estrutura de comunicação, o entrevistado não respondeu sobre a conexão de internet utilizada na sede policial. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Vicente Dutra utiliza sistemas de administração, tais como de controle de viaturas, de protocolo, e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. Há inclusão de dados no Infoseg e, há mais de 10 anos, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de coletivo de gestão integrada de segurança pública, mas não foi especificado qual. Em Vicente Dutra, as relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas, com troca de informações. A Polícia Civil de Vicente Dutra não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) nem da Operação Sentinela.

Polícia Militar

A unidade da Polícia Militar de Vicente Dutra conta com cinco praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos e controle de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e controle dos dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Não há divulgação regular de estatísticas e os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade de 32 kbp/s (conexão discada). Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de porte ilegal de armas e roubos.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, a Polícia Civil e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a patrulha da fronteira a patrulha índio. Não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Vicente Dutra, a Polícia Militar não possui relação com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 109. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Vicente Dutra.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 5.158 habitantes				
Homicídios (2012): 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova e em boas condições		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		-	
Impressora	4		-	
Telefone fixo	2		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		-	

Colete antibalísticos	1	4
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	4
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	1	-
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	1	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidade suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	7	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Vicente Dutra. Para o Conselho Tutelar deste município, as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparado com municípios que não estão em faixa de fronteira. Já, para a Polícia Militar, a proximidade da fronteira é um fato negativo para o desenvolvimento econômico do município, pois este está regredindo. Para todos os entrevistados, é negativo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira. Os entrevistados

concordaram que a posse de arma de fogo em Vicente Dutra é mais frequente do que em outros municípios. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta, em Vicente Dutra foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas e crimes ambientais. Foram destacadas pela Polícia Militar o contrabando, tráfico de drogas e armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 110. Percepção da incidência de crimes no município de Vicente Dutra.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residências, ao comércio e de gado. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, conflitos de vizinhos e em conflitos de acertos de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Vicente Dutra sejam o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas com mais frequência no Conselho Tutelar são maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 2008. Rio Grande do Sul, seus Municípios e Suas Leis de criação. Porto Alegre: Comissão de Assuntos Municipais.

CAMPOS, Sérgio Flores de. 2009. "Ações integradas: segurança pública em área de fronteira." *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3(4): 152-164.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO. 2003. Relatório Final da CPI das Carnes. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. 2013. O Crack na fronteira brasileira. Brasília: CNM.

COSTA Alfredo R. da (org.). 1922. O Rio Grande do Sul, Liv. do Globo, Barcellos, Bertaso e Cia.

DIETZ, Circe Inês. 2008. Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

DORFMAN, Adriana e Arthur Borba Colen FRANÇA. 2013. "Espaço Segurança pública na fronteira Gaúcha." *Revista Geonorte*, 7(3): 1095-1115.

DORFMAN, Adriana e Carmen J. REKOWSKY. 2011. "Geografia do contrabando de agrotóxico na fronteira gaúcha." *Revista Geográfica de América Central (Online)*, 2(47).

DORFMAN, Adriana. 2009. Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

NÚCLEO REGIONAL DE INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. 2012. Plano de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul-PDIF/RS. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

MÉLO, José Luiz Bica de. 2004. "O 'velho' e o 'novo' da violência rural na fronteira Brasil-Uruguay." *Sociedade e Estado*, 19(1):121-150.

PORTO, Adélia Rosaura; Jaqueline DOS SANTOS; Luís Fernando LINCH e Thaís da Rosa ALVES. 2012. Femicídio: um tema para debate (um raio x dos femicídios nos cinco anos da Lei nº 11.340/06). Porto Alegre: Secretaria da Segurança Pública/RS.

SENASP. 2013. Pesquisa perfil das instituições de segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça–Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SENASP. 2014. Número de efetivos na faixa de fronteira – 2012. (Levantamento Interno). SENASP.

Fontes consultadas

Atlas do desenvolvimento humano/PNUD

<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=191>, (acessado 07/02/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430003&search=rio-grande-do-sul|acegua>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430160&search=rio-grande-do-sul|bage>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430187&search=rio-grande-do-sul|barra-do-quarai> (acessado em 01/410/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430340&search=rio-grande-do-sul|caicara> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430543&search=rio-grande-do-sul|chui> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430600&search=rio-grande-do-sul|crissiumal> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430660&search=rio-grande-do-sul|dom-pedrito> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430673&search=rio-grande-do-sul|doutor-mauricio-cardoso> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431050&search=rio-grande-do-sul|irai> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431100&search=rio-grande-do-sul|jaguarao> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431342&search=rio-grande-do-sul|novo-machado> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431510&search=rio-grande-do-sul|porto-xavier> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431530&search=rio-grande-do-sul|quarai> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430830&search=rio-grande-dosul|santa-rosa> (acessado em 30/09/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431710&search=rio-grande-dosul|Sant'Ana-do-livramento> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=rio-grande-do-sul|sao-borja> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430830&search=rio-grande-dosulsao-luiz-gonzaga> (acessado em 30/09/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432190&search=rio-grande-do-sul|tres-passos> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432240&search=rio-grande-do-sul|uruguaiana> (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432310&search=rio-grande-do-sul|vicente-dutra> (acessado em 01/10/2013).

SANTA CATARINA

SANTA CATARINA

Introdução

Dos 295 municípios que compõem o Estado de Santa Catarina, oitenta e dois deles encontram-se na faixa de fronteira. O relatório apresentado a seguir foi realizado a partir dos resultados obtidos através de um **survey** aplicado em **quinze municípios** (Bandeirante, Chapecó, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tunápolis e Xanxerê) e da **pesquisa de campo** em **quatro** deles (Dionísio Cerqueira, Chapecó, Paraíso e São Miguel do Oeste).

Figura Nº 1. Municípios da faixa de Fronteira de Santa Catarina.



Fonte: Cartograma IBGE.

Nota: Em negrito, municípios selecionados para a pesquisa.

O *survey* foi realizado a partir de questionários aplicados às instituições de segurança pública, justiça e fiscalização (Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Forças de Segurança Federais, Justiça e Receita Federal). Os questionários foram estruturados em um conjunto de perguntas sobre segurança pública local (unidades, infraestrutura, recursos e equipamento e articulações institucionais) e outro conjunto sobre criminalidade local e situação de fronteira (avaliação da criminalidade local, características da situação e fronteira, fluxos de mercadorias e mercados ilegais). Também foram incorporados dados quantitativos produzidos em base aos registros de ocorrências de delegacias e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A *pesquisa de campo* foi realizada a partir de entrevistas em profundidade, grupos focais e registros etnográficos. O objetivo da pesquisa qualitativa foi ampliar o leque de temas abordados (além da estrutura institucional de segurança pública e dos fenômenos da violência e criminalidade, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de mercados ilegais e o fluxo de pessoas e mercadorias) assim como de atores escutados (além dos atores institucionais, foram incorporados diversos atores da sociedade civil).

Tabela Nº 1. Pesquisa de Campo: número de entrevistas e de participantes nos grupos focais por município, Santa Catarina.

	Entrevistas	Grupo focal
Dionísio Cerqueira	4	6 participantes
Chapecó	6	6 participantes
Paraíso	2	8 participantes
São Miguel d'Oeste	5	5 participantes

Fonte: pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Características gerais da região de fronteira

Dos 1261,3 km da fronteira entre o Brasil e a Argentina, 246 km correspondem ao Estado de Santa Catarina. A Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina encontra-se localizada na região oeste do Estado, no extremo oposto do litoral atlântico onde se localiza a cidade capital, Florianópolis. Oitenta e dois municípios se localizam na faixa de fronteira (27,8 % dos 295 municípios do Estado). De acordo com os dados do Censo de 2010, 828.368 habitantes moravam na faixa de fronteira (13,26% dos 6.249.682 habitantes do Estado).

O limite internacional que separa o Brasil da Argentina em Santa Catarina segue o curso do Rio Peperí-Guassú. Sua nascente está na cidade de Dionísio Cerqueira (no Lago Internacional construído a partir da nascente do rio, no Parque Turístico Ambiental de Integração), e sua foz é no Rio Uruguai, no município de Itapiranga, limite com o Estado do Rio Grande do Sul.

Dez municípios da faixa de fronteira estão localizados na linha de fronteira (de norte a sul são eles: Dionísio Cerqueira, Princesa, São José do Cedro, Guaraciaba, Paraíso, Bandeirante, Belmonte, Santa Helena, Tunápolis e Itapiranga), concentrando uma população de 73.503 habitantes (8,87 % dos habitantes da faixa de fronteira). Desses, somente um município é cidade-gêmea, Dionísio Cerqueira, localizada defrente da cidade argentina de Bernardo de Irigoyen e da cidade paranaense de Barracão.

A faixa de fronteira catarinense tem uma densidade demográfica de 39,44 habitantes por km², uma densidade alta em comparação com outras regiões da faixa de fronteira brasileira. Chapecó é o centro regional da faixa de fronteira, com uma população de 183.561 (Censo 2010), sendo 90 % população urbana. Além de Chapecó, o município de Concórdia é o único que tem mais de 50.000 habitantes (66.627 habitantes em 2010). São Miguel do Oeste é a cidade mais importante do extremo oeste, com uma população de 36.295 habitantes. Em 2010, 61 municípios da faixa de fronteira tinham menos de 10.000 habitantes.

A atividade econômica da região está baseada na agricultura, na agroindústria, na produção industrial. A produção de milho, soja e trigo tem um lugar de destaque no Estado, assim como a produção suína e avícola. Empresas de renome, como Sadia, Aurora e Seara, são originárias da região. O extremo oeste se destaca pela fruticultura (laranja, abacaxi e uva) e pela produção leiteira. O setor metalmeccânico é especializado na produção de equipamentos frigoríficos. Também se destaca a produção de madeira, móveis, papel e celulose.

A faixa de fronteira catarinense tem um dinamismo econômico próprio que não é dependente da dinâmica fronteiriça. Além do desenvolvimento da região, essa singularidade está associada à ocupação de ambos os lados do limite internacional. Nem do lado argentino nem do lado brasileiro há localidades na divisa internacional, exceto em Dionísio Cerqueira / Bernardo de Irigoyen (Arg). A maior parte do território argentino que faz fronteira com Santa Catarina é parte do Bosque Modelo San Pedro, uma área de 450.000 ha. que concentra 10 áreas naturais protegidas – entre elas, a Reserva da Biosfera Yabotí (com 253.773 ha. e 170km de fronteira), o Parque Provincial Cruce Caballero, o Parque Provincial El Piñalito e a Reserva Privada Yaguaroundí. Dada a escassa fiscalização, brasileiros cruzam o rio para aproveitar a caça e a madeira, sendo, às vezes, detidos.

Algumas mudanças no lado argentino estão redesenhando o mapa das conexões da fronteira catarinense. Até recentemente, a única via transitável regularmente era a Ruta 14 (ainda que com uma parte sem asfalto até o ano passado), que conecta Bernardo de Irigoyen com as proximidades de Buenos Aires. Em 2008 foi inaugurada a Ruta 101, de Bernardo de Irigoyen às proximidades de Puerto Iguazu, na fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, estabelecendo, para quem vem do sul do Brasil, uma ligação mais direta com o Paraguai via Argentina. Por sua vez, a Ruta Provincial 27 – que conecta a Ruta 14 à fronteira – está sendo asfaltada até o cruzamento com o Brasil na BR-282 (no município de Paraíso). Esta rodovia ligará as cidades de São Pedro (Misiones) e de São Miguel do Oeste e constituirá um dos trechos do corredor bioceânico que ligará o Atlântico ao Pacífico. Atualmente existe uma ponte sobre o Rio Pepirí-Guassu construída em 1994 pela Argentina, mas já foi aprovada em ambos os países a construção de uma ponte para o transporte de cargas internacionais.

Estando a moeda argentina desvalorizada em relação à brasileira, é conveniente para os brasileiros realizar compras em Bernardo de Irigoyen, cidade que tem uma ampla oferta de produtos, além do casino. Bebidas – principalmente vinhos e energizantes – gás, combustível, alimentos, cosméticos e perfumaria são os principais produtos comprados. Pela disponibilidade e preços, alguns produtos industrializados são procurados pelos argentinos no Brasil, como eletrodomésticos, materiais de construção e produtos para o lar.

A situação indígena é preocupante em relação à comunidade guarani de Araçaí, que obteve o reconhecimento da sua terra nos municípios de Saudades e Cunha Porã, mas que ainda espera pela efetivação do reconhecimento enquanto acampam na Terra Indígena Toldo Chimbangue (Chapecó/SC). O governo estadual tem assumido a defesa dos produtores que ocupam a terra em disputa, tentando recolocar os indígenas em outro município.

Mercados ilegais e criminalidade local

Rota de passagem de descaminho e de cigarros, drogas e armas para o Rio Grande do Sul e o litoral catarinense: essa é a caracterização da faixa de fronteira mais divulgada entre os operadores de segurança da região. Diferentemente de outros territórios de passagem, a dinâmica econômica local não depende dessas circulações. Assim, esses circuitos transfronteiriços são vistos como externos. Os problemas da criminalidade local – que na maioria dos municípios são mínimos, mas que em alguns deles são muitos, como em Chapecó – não são pensados intrinsecamente ligados à dinâmica fronteiriça, tais como são em algumas cidades do Paraná ou de Mato Grosso do Sul.

O contrabando e o descaminho são os principais crimes fronteiriços assinalados pelos operadores de segurança. Os pontos de ingresso são Dionísio Cerqueira e as rodovias que vêm do Estado do Paraná. Entre Dionísio Cerqueira e Santo Antônio do Sudoeste (PR), há 25 km de fronteira seca, pelo que parte das mercadorias de contrabando e descaminho que vem da Argentina e do Paraguai ingressa pela fronteira seca em Paraná para ingressar depois em Santa Catarina rumo ao Rio Grande do Sul ou ao litoral. O volume que circula pelo Rio Pepirí-Guassu ou pela ponte em Paraíso é de pouca monta. Nos municípios da divisa, foi assinalado o furto de motos, que são levadas à Argentina, onde circulam sem problemas ou são reduzidas para vender suas peças.

Bebidas (com especial destaque aos energizantes), armas, munição e drogas – maconha, crack e lança-perfume – são os produtos ingressados preferencialmente da Argentina. Do Paraguai – via Argentina –, são cigarros, brinquedos, artigos de informática e eletrônicos, drogas (maconha, cocaína e crack) e armas. De acordo com alguns operadores de segurança, nos últimos anos tem havido um aumento no fluxo de drogas proveniente da Argentina, principalmente de crack.

Ainda que os operadores identifiquem práticas e circuitos regulares, não identificaram grupos estáveis e coesos que operem nos mercados ilegais. Recentemente, no ano passado, foi denunciado algo parecido a isso, na operação Samael, realizada pela Divisão de Investigação Criminal (DIC) de Chapecó, que resultou na desarticulação de uma rede dedicada a diversas atividades delitivas, entre elas o fornecimento de drogas a Chapecó e a outras cidades da região.

Grande parte dos municípios analisados não tem problemas de segurança pública significativos, a não ser a recorrente presença de ocorrências vinculadas à Lei Maria da Penha. O município de Chapecó contrasta radicalmente com este quadro, que teve a maior taxa de homicídio do Estado em 2013 e um alto índice de ocorrências de furtos, roubos e lesões corporais na média estadual.

Ainda que não seja um elemento muito destacado nos questionários e nas entrevistas, surpreende o alto índice de apreensões de armas na região. Na divisão do Estado, da Secretaria de Segurança Pública, a região Oeste (que inclui 11 municípios a mais que os da faixa de fronteira) foi a segunda região do Estado em número de apreensões de armas pelas polícias civil e militar – 20% de todas as armas apreendidas. As apreensões no município de Chapecó em 2012 (421 em total), correspondem a mais de 10% das apreensões no Estado – lembremos que a população do município é menos que 3% da população do Estado (SSP/SC, dados trimestrais 2012).

O crime de estupro apareceu mencionado em todos os municípios. De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública, 16% dos estupros ocorreram na região Oeste (476 casos), apresentando uma distribuição mais disseminada entre todos os municípios. Cabe aclarar que, a partir da Lei 12.015 de 2009, o crime de estupro é descrito como o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

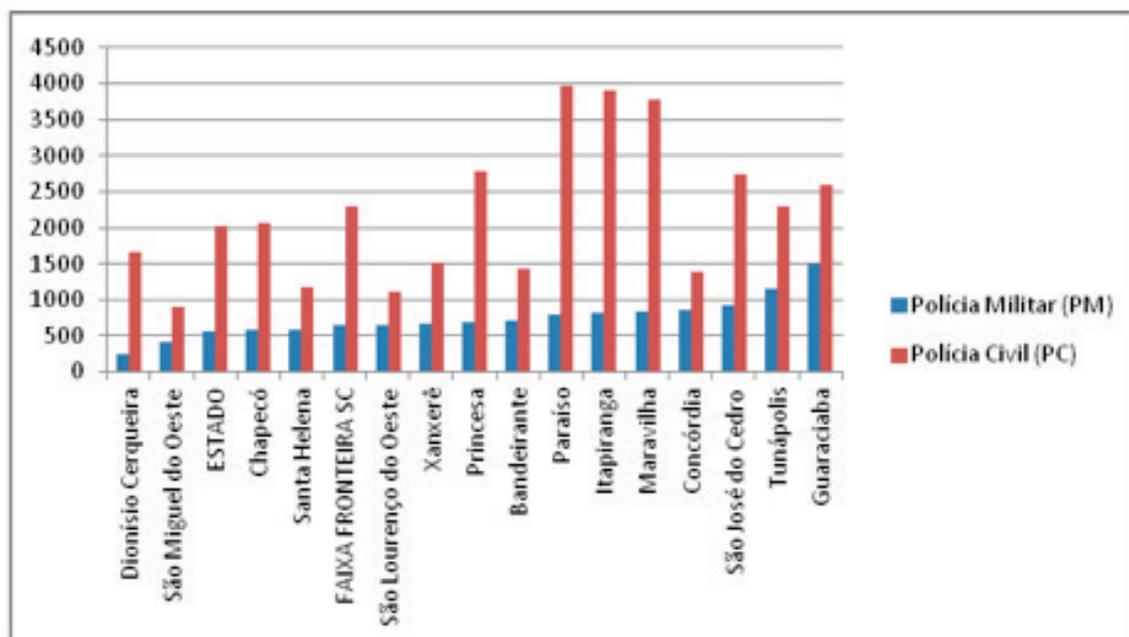
Situação das de segurança pública instituições

Considerada como uma totalidade, a malha institucional vinculada à segurança na faixa de fronteira em Santa Catarina é densa. Contudo, a densidade demográfica, a quantidade de municípios, cidades e localidades e a multiplicidade de conexões não somente tornam desigual a distribuição dessa malha como criam as condições para densidades diferenciais.

O exército está presente com o 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado localizado em São Miguel do Oeste, que tem sido a base de coordenação da Operação Ágata no Estado. A Polícia Federal conta com duas delegacias na região, em Dionísio Cerqueira e em Chapecó. Já a Polícia Rodoviária Federal tem, na cidade de Chapecó, a sede da 8ª Delegacia de Fronteira de Chapecó, que mantém postos nos municípios de Xanxerê, de Maravilha e de Guaraciaba. O município de Concórdia também tem um posto da PRF, subordinado à Delegacia de Joaçaba. Por sua vez, a Receita Federal tem duas Inspetorias na faixa de fronteira – em Dionísio Cerqueira e em São Miguel do Oeste – e Agências da Receita Federal nos municípios de Chapecó, de Concórdia e de Xanxerê.

De acordo com dados da SENASP, em 2012 havia na faixa de fronteira 1.299 policiais militares, 360 policiais civis e 303 bombeiros. No quadro a seguir se apresenta a razão da população por efetivo policial militar e civil dos municípios pesquisados, incluídas a do Estado e a da Faixa de Fronteira em sua totalidade. As linhas representam quantidade de habitantes por policial.

Gráfico Nº 1–Razão população / efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil dos municípios analisados em comparação com a razão do Estado de Santa Catarina e da Faixa de Fronteira.



Fonte: survey da pesquisa; SENASP, 2013; SENASP, 2014.

De acordo com os dados de 2012 levantados na pesquisa, em quase todos os municípios a razão população / Polícia Militar e Polícia Civil era menor que a do Estado (1 PM / 522 habitantes e 1 PC / 2.021 habitantes, Pesquisa do Perfil das Instituições de Segurança Pública). A alta presença policial em Dionísio Cerqueira (1 PM / 252 habitantes) está vinculada ao fato de ser a única cidade- gêmea da fronteira por onde transitam quase a totalidade dos veículos, pessoas e mercadorias que ingressam no Brasil desde a Argentina. Muitos dos municípios que apresentam uma razão bem abaixo da do Estado (Guaraciaba, São José do Cedro, Maravilha, Itapiranga) são cidades com uma população acima de 10.000 habitantes, em que a percepção do crescimento de determinados delitos preocupa à sociedade e torna a demanda por mais efetivos mais urgente.

Além da demanda por efetivos, em quase todos os municípios os operadores de segurança consideraram que a infraestrutura física dos locais de trabalho precisava de reformas. A percepção geral é que há uma melhoria em relação aos recursos e equipamentos disponíveis. Um dos itens assinalados como insuficientes em muitos dos municípios analisados pelas suas polícias foi munição, especialmente no caso das polícias civis. Os bombeiros foram os que apontaram de forma recorrente necessidade de equipamentos específicos que faltam nos quartéis.

A Polícia Militar parece estar bem integrada com sua contraparte argentina. Já os agentes da Polícia Civil e os operadores da justiça têm assinalado a necessidade de aprofundar os mecanismos de integração legais e institucionais para poder realizar um trabalho mais efetivo.

Durante a realização da pesquisa, a estrutura prisional presente na faixa de fronteira estava superlotada e a situação do oeste de Santa Catarina foi assinalada como a mais crítica do Estado. De acordo com os diretores das unidades, em 2013 esta era a situação: a Penitenciária Agrícola de Chapecó (capacidade: 650 / detentos: 1.063 – 11/2013), o Presídio de Chapecó (inaugurado em 2013, capacidade: 352 / detentos: 417–08/2013), o Presídio de Concórdia (capacidade: 130 / detentos: 177 – 11/2013), o Presídio de Xanxerê (capacidade: 74 / detentos: 278 – 10/2013) e a Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste (capacidade: 22 / detentos 72, ameaçada de interdição judicial em 09/2013). Uma nova Unidade Prisional Avançada em São José do Cedro foi inaugurada recentemente e as obras para a ampliação da Penitenciária de Chapecó já estão em andamento. Por sua vez, o Albergado de Chapecó destinado a promover a adaptação do detento em transição ao regime aberto permanece desativado desde 2011.

A instalação do Núcleo de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina em julho de 2013 constitui uma instância privilegiada para abordar de forma integrada os desafios da região.

Recomendações

- Garantir a participação dos atores sociais na definição e na implementação das políticas de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira, em especial, de atores pertencentes aos setores considerados alvo dessas políticas;
- Aumentar o número de efetivos policiais nos municípios com mais de 10.000 habitantes que apresentam índices crescentes de ocorrências policiais e uma percepção compartilhada de aumento da criminalidade (Guaraciaba, São José do Cedro, Maravilha, Itapiranga);
- Planificar estrategicamente a instalação de instituições de segurança e fiscalização no controle do futuro fluxo de veículos, pessoas e mercadorias que transitarão pelo corredor bioceânico;
- Colaborar com as autoridades argentinas para o desenvolvimento de mecanismos de controle dos veículos brasileiros que transitam pela Ruta 101;

- Colaborar com as autoridades argentinas para o controle e monitoramento de motos brasileiras roubadas circulando em território argentino e de peças de motos procedentes de motos roubadas no Brasil sendo comercializadas na Argentina;
- Criar incentivos ao desarmamento na Faixa de Fronteira e desenvolver políticas de desestruturação do mercado irregular de armas;
- Realizar um estudo sistemático sobre estupro e violência de gênero na faixa de fronteira;
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos, para o enfrentamento da violência de gênero;
- Realizar um estudo sistemático sobre a situação carcerária na faixa de fronteira;
- Garantir que os membros da comunidade indígena Guarani de Araçá'i e os produtores que ocupam a área pleiteada para ser demarcada como terra indígena, tenham seus direitos de acesso à terra resguardados;
- Incentivar desde o governo estadual a compreensão mútua e o diálogo entre grupos indígenas e produtores rurais, fomentando programas que ajudem a conhecer a dinâmica contemporânea dos grupos indígenas e a sua presença no Estado;
- Disseminar padrões de respeito aos cidadãos e à diversidade cultural na ocasião da abordagem e revista por policiais;
- Valorizar e estimular os comitês de fronteira binacionais e os GGIFs – Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira;
- Qualificar e publicizar a produção de dados criminais, especialmente sobre apreensão de drogas, armas e outras mercadorias ilícitas, distinguindo as fontes (polícia militar, polícia civil, guardas municipais).

Bandeirante

O município de Bandeirante está localizado no extremo oeste catarinense, na fronteira com a Argentina. Encontra-se a 670 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis. Além de ser um município pequeno em termos demográficos (2.906 habitantes em 2010), o município se emancipou recentemente de São Miguel do Oeste em 1995. Esses aspectos dão conta da baixa densidade institucional presente no município, que conta com uma delegacia de Polícia Civil, um destacamento de Polícia Militar e Conselho Tutelar.

Figura Nº 2. Mapa do Município de Bandeirante e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: a comunidade de Bandeirante se tornou Município por decisão do Governador do Estado Sr. Paulo Afonso Evangelista Vieira em 29 de Setembro de 1995, atendendo o resultado do Plebiscito de 19 de Março de 1995 no qual a maioria expressou seu desejo de Emancipação.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 147,370 km ²
Fronteiras: ao norte com Paraíso, ao leste com São Miguel do Oeste, a sudeste com Descanso, ao sul com Belmonte e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 2.906 habitantes
Densidade demográfica: 19,72 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,4
PIB (2010): R\$ 37.576.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.930,60
IDH-M (2010): 0,672
Gentílico: bandeirantense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A colonização da região onde hoje se localiza o município de Bandeirante começou no início da década de 1940. Descendentes de imigrantes italianos e alemães deixaram o Rio Grande do Sul, especialmente a Serra Gaúcha, e foram pioneiros no Extremo Oeste do Estado, estimulados pela possibilidade de enriquecer extraindo madeira, com destaque para o pinheiro. Os colonizadores vieram por meio da Colonizadora Rui Luchesi e se instalaram, em sua maioria, às margens do Rio das Flores.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da segurança pública no município de Bandeirante

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 2.866 habitantes	
Homicídios (2012): 0 (zero)	
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.	
Razão:	
População / efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 1.433 habitantes	
População / efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 716 habitantes	

Tabela Nº 2. Registro de Ocorrências, Município de Bandeirante – Período 2009 / 2012.

Ocorrências	2009 / 2012
Furto	18
Roubo	-
Estelionato	-
Homicídio	-

Fonte: Polícia Civil – Bandeirante.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Bandeirantes em 2012 foram de furto e de violência doméstica.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 3. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Bandeirante.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimada em 2012) = 2.866 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/precisando de reformas	

Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	**		1	
Impressora	**		1	
Telefone fixo	**		1	
Fax	**		-	
Scanner	**		1	
Internet	**		Com acesso	
Estação de rádio analógica	**		1	
Estação de rádio digital	**		-	
Equipamento de visão noturna	**		-	
Aparelho de TV	**		1	
Gravadores	**		-	
Máquina Fotográfica	**		1	
Filmadora	**		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	1	-	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito Frequentemente atende as necessidades			
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	**		-	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	**		1	
Rádio portátil (HT)	**		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	**		-	
Arquivos em ficha de papel	**		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	**		2	
Colete antibalísticos	**		2	
Escudos	**		-	
Capacetes	**		-	
Placa balística	**		-	
Outros	**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		2	
Carabina	**		-	
Espingarda	**		1	
Metralhadora	**		-	
Submetralhadora	**		-	
Fuzil	**		-	
Revólver	**		2	
Pistola	**		1	

Arma de condutividade elétrica	**	-
Bomba de efeito moral	**	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	**	-
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Sim
Capacidade	*	4
Média de presos/mês	*	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	10	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A Polícia Civil de Bandeirante conta com uma delegacia com um delegado e um policial civil. No que diz respeito à gestão de dados, os sistemas são regionais e estaduais, não existindo uma gestão em âmbito municipal. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou listas de papel e arquivos, e há sistema de registro de ocorrências e de registros de inquéritos, os dados também são incluídos no INFOSEG e existe sistema de georreferenciamento. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2006.

Em Bandeirante, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição também não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores nem dos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

O entrevistado acredita que a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as condições de atuação da instituição. A Polícia Civil deste município participa ou apoia os grupos de patrulhamento ou operações de fronteira, tais como Ágata, Sentinela e Fronteira do Sul, e também participou da ENAFRON.

Para o entrevistado, o fato de o município de Bandeirante estar situado próximo à fronteira influencia positivamente seu desenvolvimento econômico, pela circulação de mercadorias. O entrevistado discorda que as atividades, tais como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas, dinamizariam a economia do município.

Os parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros. Segundo o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA.

Polícia Militar

O destacamento da Polícia Militar de Bandeirante é integrado por quatro praças. Quanto aos sistemas de informação do município de Bandeirante, são utilizados fichas de papel e fichários de ocorrências, sem a inclusão destas no INFOSEG. Os bancos de dados também não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a unidade dispõe de uma conexão com velocidade de 512 Kbps. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e furto.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. O entrevistado não sabe dizer se a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município, nem se a unidade participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras.

Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira nem troca informações ou colabora com órgãos do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 4. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Bandeirante.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	1
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Bandeirante encontra dificuldades no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e carece de entidades para receber crianças e atender famílias. Falta também reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e ações articuladas com outros órgãos do poder ou da administração pública. Outro fator ressaltado pelo entrevistado foi o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: abandono da escola e envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Um dos operadores de segurança entrevistado considerou o fato de o município de Bandeirante estar situado próximo à fronteira como positivo para seu desenvolvimento econômico; enquanto que o outro não soube responder à questão. Ambos concordaram com a afirmativa de que “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios” e discordaram da afirmativa de que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. Sobre a afirmativa de que “o município de Bandeirante possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”, um dos operadores discorda e o outro concorda.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Bandeirante foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e de armas, e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 5: Percepção da incidência de crimes no município de Bandeirante.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Raramente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furto serem o furto de residência e o furto de gado. Também foi ressaltado por um dos entrevistados o furto de veículos. O tipo de roubo percebido como de maior incidência é o roubo a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados pelo delegado os cheques sem fundos e o falso sorteio, concurso ou premiação. Extorsões, segundo os entrevistados, jamais ocorreram. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade. No município não houve homicídios desde o ano de 2010. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes são o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Chapecó

Fundada como colônia militar em 1882, a cidade de Chapecó está localizada no oeste do estado de Santa Catarina, sendo hoje em dia a principal cidade da faixa de fronteira e da região. O Município de Chapecó foi criado em 1917. Ele é formado pela cidade de Chapecó (Distrito Sede) e pelos distritos de Alto da Serra, Marechal Bormann, Gôio-en e Figueira. A cidade de Chapecó encontra-se a 550 km da capital, Florianópolis. O Aeroporto Municipal Serafim Ennos Bertaso tem voos regulares para cidades do sul, sudeste e centro-oeste. Em 2010 a população era de 183.530 habitantes. Chapecó foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura Nº 3. Mapa do Município de Chapecó e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Pela Lei Estadual nº 1147, no dia 25 de agosto de 1917. Mudou de denominação em varias ocasiões (Xanxerê, Rui Barbosa, Passo dos Índios) e a partir do decreto-lei estadual nº 86, de 31 de março de 1938, mantém a denominação de Chapecó.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (IBGE, 2010): 626,060 km ²
Fronteiras: ao leste, com os municípios de Seara, de Xaxim, de Arvoredo, e de Paial; ao norte, com os municípios de Coronel Freitas e de Cordilheira Alta; ao oeste, como os municípios de Guatambú, de Planalto Alegre e de Nova Itaberaba; e ao sul, com o Estado do Rio Grande do Sul.
Acesso aéreo: Sim.
Acesso portuário: Sim.
Acesso rodoviário: Sim.
População (IBGE, 2010): 183.530 habitantes
Densidade demográfica: 293,15 hab/km ²
Índice Gini (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010): 0,48
PIB (IBGE, 2010): R\$ 4.149.295,00
PIB per capita (IBGE, 2010): R\$ 22.604,45
IDH-M (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010): 0,79
Taxa de Homicídios (DATASUS, 2011): 30,05 homicídios/100 mil habitantes
Gentílico: chapecoense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Segundo alguns autores, 164 bandeirantes que demandavam o Rio Grande do Sul teriam atravessando o território de Chapecó, depois de sérias lutas com os índios. O bandeirante Zacarias Dias Côrtes, em 1720, parece ter chegado até o Rio Chapecó, a esse tempo denominado Inhanguera. Outro personagem que, em 1836, pervagou Campos de Palmas à procura de um parente, de nome José de Sá Souto Maior, teria sido o sargento-mor, ou major, José de Andrade Pereira.

Em 1775 e, mais tarde, 1777, para a execução do Tratado de Madri – celebrado entre Portugal e Espanha – comissões mistas desses países localizaram o Peperi-Guaçú, afluente da margem direita do Rio Uruguai, o atual Rio Chapecó. Prosseguindo a exploração chegou à cabeceira do Rio Jangada, afluente do Iguaçu, que, juntamente com o anterior, estabeleceriam a divisa entre as terras litigadas.

Adotada pela corte de Espanha, essa opinião não foi, contudo, aceita por Portugal. Mais tarde, a República Argentina e o Brasil também participaram do litígio que, só em 1894, foi finalmente decidido a favor do Brasil, em juízo arbitral do governo norte-americano.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Chapecó, pela lei estadual nº 1.147, de 25 de agosto de 1917. Em divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, o município é constituído de 5 distritos: Chapecó, Alto da Serra, Figueira, Gôio-en, Marechal Bormann. Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2003.

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Chapecó.

Diagnóstico da Segurança Pública em Chapecó

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	189.052 habitantes
Homicídios (2012):	45 (quarenta e cinco)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, Receita Federal, Corpo de Bombeiros e Conselho Tutelar.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil:	1 policial civil para 2.055 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar:	1 policial militar para 580 habitantes

Tabela Nº 6. Ocorrências, Município de Chapecó – Período 2008 / 2012.

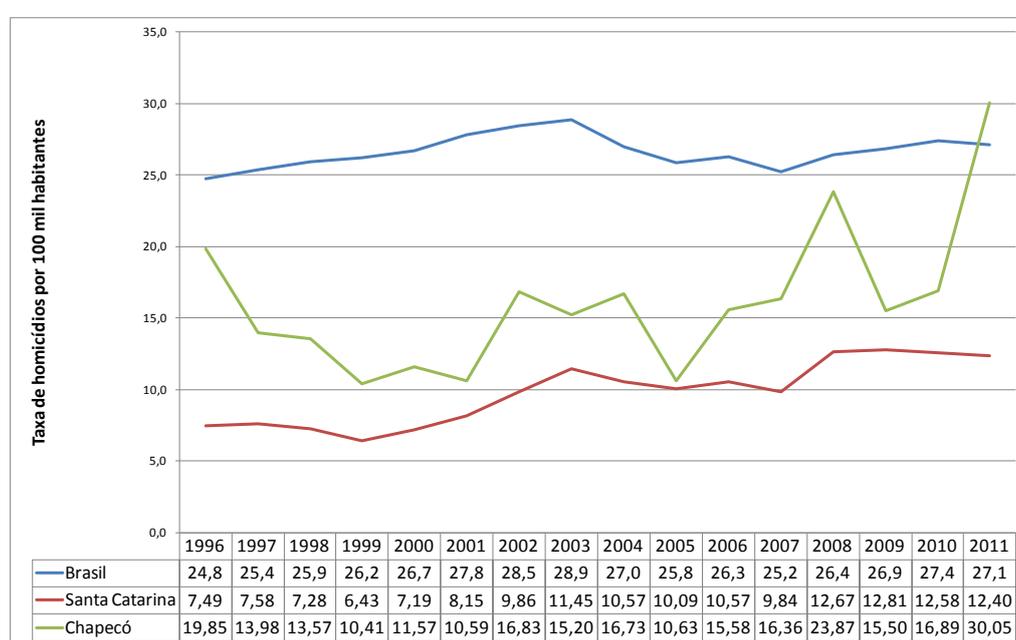
	2008	2009	2010	2011	2012
Furto	4.037	3.670	3.800	3.446 (4.215)	3.198 (3.882)
Roubo	325	323	510	541 (612)	448 (571)
Estupro				(82)	(85)
Lesão corporal (todas)				(2.501)	(2.407)
Homicídio doloso	35	22	28	42 (47)	42 (43)
Posse de drogas			84	149	198
Tráfico de drogas			49	95	138

Fontes: Dados sobre posse e tráfico de drogas: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina. Dados de furto, roubo e homicídio doloso: 12º NINTFRON – Núcleo de Inteligência de Fronteira de Chapecó, SC. Entre parêntese, dados da Polícia Civil sobre violência e criminalidade por trimestre, disponíveis na SSP.

Nota: Os valores apresentados da SSP correspondem à soma dos trimestres. No caso da categoria Furto, é o agregado das categorias de furto a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros. No caso da categoria Roubo, é o agregado das categorias de roubo a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros furtos.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Chapecó em 2012 foram: **violência doméstica, lesão corporal, furto, roubo, tráfico de drogas.**

Gráfico Nº 2. Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado de Santa Catarina e Município de Chapecó, 1996 a 2011.



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

De acordo com os últimos dados acumulados em 2013, Chapecó é o município com a maior taxa de homicídios do Estado de Santa Catarina. O pico que apresenta o quadro corresponde a 2011, quando a taxa chegou aos 30,05 homicídios por 100.000 habitantes. Na seção "Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil e outros atores institucionais" apresentamos os elementos que surgiram nas entrevistas, no grupo focal e nos questionários que fornecem ferramentas para interpretar esse quadro. A tentativa de estabelecer uma ligação entre a alta taxa de homicídios e os crimes transfronteiriços não ficou comprovada com o material disponível. O crescimento sustentado de Chapecó, a consolidação de áreas periféricas na cidade e sua reprodução como periferias e, a proliferação de políticas de segurança baseadas no controle e na repressão ao longo da primeira década do milênio, parecem apontar para dinâmicas similares às grandes regiões metropolitanas brasileiras antes do que para as especificidades próprias da fronteira.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 7. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Chapecó.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal								
População (estimativa em 2012) = 189.052 habitantes								
Homicídios (2012) = 45								
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Unidades	7 delegacia		1 batalhão 6 postos fixos e 1 quartel		1 delegacia		1 delegacia	
Efetivo	Delegados	9	Oficiais	9	Delegados	**	Delegados	1
	Agentes	83	Praças	317	Agentes	**	Agentes	34
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Novas e em boas condições		Antigas, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Novas, adequadas e em boas condições		Antigas, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga, mas em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Computador	45		37		Sim		8	
Impressora	15		10		Sim		4	
Telefone fixo	15		3		Sim		7	
Fax	2		3		Sim		-	
Scanner	4		2		Sim		4	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1		-		4	
Estação de rádio digital	-		-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-		-	
Aparelho de TV	1		6		Sim		-	
Gravadores	-		-		-		1	
Palmtops	*		-				*	
Máquina Fotográfica	1		10		-		4	
Filmadora	-		5		-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	6	2	36	5	Sim		14	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	5	2	-		1	-
Moto	4	-	41	1	Sim		2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-		-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	Sim		-	-
Avião	-	-	-	-	-		-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-		-	-
Cavalo	-	-	20	-	-		-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-		-	-
Outros	-	-	-	-	-		-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Atende às necessidades muito frequentemente		Atende às necessidades frequentemente		**		*	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	22		3		-		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		20		-		-	
Rádio portátil (HT)	8		99		-		10	
GPS em viaturas	*		82				*	
Equipamentos de interceptação telefônica	1		-		-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		-		-	

Notebooks	4	4	Sim	4
Arquivos em ficha de papel	-	8	Sim	-
Aparelho de comunicação via satélite	*	*	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Algemas	50	137	Sim	15
Colete antibalísticos	60	164	Sim	34
Escudos	-	34	-	-
Capacetes	-	53	-	-
Placa balística	-	164	-	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	180	**	*
Carabina	-	8	**	-
Espingarda	-	65	**	3
Metralhadora	-	8	**	-
Submetralhadora	-	-	**	-
Fuzil	-	26	**	1
Revólver	2	95	**	-
Pistola	10	201	**	36
Arma de condutividade elétrica	*	15	**	-
Bomba de efeito moral	*	70	**	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**	-
Outro	-	*	**	-
	-		**	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	Suficientes	Tipos suficientes, mas em quantidades insuficientes	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Não	Não	Sim	*
Capacidade	-	*	4	*
Média de presos/mês	-	*	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
	500	*	30	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 8. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Chapecó.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Batalhão		
Efetivo	Oficiais	5	
	Não-militares	20	
	Praças	63	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	7	-
	Viatura de combate a incêndio	4	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	2	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	3	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	6	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		

Atividades mais frequentes	Incêndios	4º
	Incêndios florestais	5º
	Explosões	7º
	Acidentes de trânsito	2º
	Acidentes ambientais	6º
	Salvamento, busca e resgate	3º
	Outros (atendimento clínico)	1º

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem em Chapecó sete delegacias da Polícia Civil, que contam com nove delegados e 83 agentes. A delegacia de Chapecó onde foi aplicado o questionário, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet com velocidade de 10MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de viaturas e armas; além de sistemas de gestão de recursos humanos e protocolo. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou listas de papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e inquéritos e um sistema de registro de estatísticas gerais da região de fronteira; com inclusão dos dados no INFOSEG. Portanto, o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com os Bombeiros.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFron) e do Centro Regional de Inteligência; e estas participações vêm modificando e melhorando as condições de sua atuação. Em Chapecó, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho, tampouco tem tido contato ou apoio de membros do Ministério das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Civil de Chapecó apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, além de ter participado da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) e nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Chapecó faz parte da 4ª Região de Polícia Militar/Fronteira, cidade onde está localizado seu quartel. Também é sede do 2º Batalhão da Polícia Militar, cuja circunscrição abarca 41 municípios da região. Em sua totalidade, existem seis unidades da Polícia Militar na cidade de Chapecó, contando com nove oficiais em atividade e 317 praças. Nesta instituição são utilizados sistemas de administração digitais para gerir o sistema de protocolo, recursos humanos, controle de viaturas, armas, munição e manutenção de equipamentos. No que

diz respeito à Internet, a velocidade da conexão é de 2 MB/s. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e produção de estatísticas criminais por meio do *Sistema Business Intelligence*, que está em fase de aprimoramento, além da divulgação regular e pública de tais estatísticas e o georreferenciamento de crimes. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furto, roubo, tráfico de drogas e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são as Polícias Civil e Federal, o Ministério Público e o Judiciário, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser intensificada a parceria com a Polícia Federal, a Polícia Civil, além de incrementada a parceria com o IBAMA. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar de Chapecó participa de grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, como Ágata, Sentinela e operações locais. Também participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron), além do Núcleo Integrado de Inteligência de Fronteira (NIIF), assim como participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Chapecó conta com um batalhão do Corpo de Bombeiros no qual atuam cinco oficiais e 63 praças. No município, também atuam 20 bombeiros não militares. Na unidade do Corpo de Bombeiros de Chapecó, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, faltariam coturnos, máscaras de gás, capacetes de busca terrestre e de busca colapsada. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também foi considerada insuficiente, sendo necessário equipamento de escora, mobilização de veículos, almofadas pneumáticas, proteção de coluna, hastes metálicas, veículo guincho, plataforma de resgate, protetores de quebra vidro e protetores de *airbag*. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente, faltam roupas para vários níveis de proteção (acesso- contenção- penetração) e kit de contenção de vazamento. A quantidade de equipamentos para combate a incêndio florestal também é insuficiente; as principais necessidades são: kit PICAP, ferramental apropriado (SAPA) e produtos químicos (supressantes), viatura apropriada, EPI's de incêndio florestal e mochila costal.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente, as necessidades principais são: Hts individuais e fones de ouvido. Quanto à internet, a conexão é de 6MB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, nem produz estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: atendimentos pré-hospitalar, resgate veicular e incêndios.

O Corpo de Bombeiros de Chapecó participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, participou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, tem participado das Operações Sentinela, mas não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Prefeitura, a Polícia Civil e o Ministério Público. O entrevistado acredita que deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal.

Polícia Federal

O questionário foi entregue em branco porque esta instituição recusou-se a respondê-lo.

Polícia Rodoviária Federal

A delegacia da Polícia Rodoviária de Chapecó conta com 34 agentes. Os sistemas de administração existentes e em uso nesta unidade são de protocolo e controle de viaturas. Os sistemas de informação existentes e em uso são Banco de Dados, produção de informações estatísticas, desde 2006, de ocorrências e divulgação pública e regular destas, além de georreferenciamento. Além dos sistemas informatizados, também há a sistematização dos dados em tabelas ou listas de papel e fichários, havendo integração do banco de dados ao SISCON, SISP e DETRAN.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou no ano de 2012 das operações Ágata, Sentinela, Fronteira Sul e de operações locais. Quinze de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Chapecó foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA.

Tabela Nº 9. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Chapecó.

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	38	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	4	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	1	-
	Moto	8	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente		

Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	38
	Coletes antibalísticos	38
	Escudos	-
	Capacetes	-
	Placas balísticas	-
	Outros	-
Guarda atua armada	Sim	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	38
	Carabina	-
	Espingarda	-
	Metralhadora	-
	Submetralhadora	-
	Fuzil	-
	Revólver	-
	Pistola	38
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	Spray de pimenta
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º
	Segurança em eventos e comemorações	3º
	Ronda escolar	2º
	Auxílio à Polícia Militar	5º
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	4º
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Guarda Municipal

O município de Chapecó possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal e Guarda Municipal. A criação da GM foi sancionada em 2010 e começou a funcionar em agosto de 2011. O comandante da Guarda Municipal é guarda municipal. A GM está subordinada à Secretaria de Defesa do Cidadão, cujo secretário foi comandante da PM do Estado e pós-graduado em Segurança Pública e Recursos Humanos. Os recursos da GM foram aqueles do orçamento. Os últimos cursos ministrados para os guardas municipais enfatizaram os papéis e atribuições da Guarda Municipal, a gestão integrada em segurança pública e o conhecimento jurídico. As duas técnicas de procedimentos mais enfatizadas foram técnicas de abordagem e manejo e uso de armas de fogo.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, instalações inadequadas ou insuficientes e indefinição quanto ao seu papel e atribuições. O órgão de segurança pública com que mais conflita em suas atribuições no

município é a Polícia Militar, conflitos que costumam ser resolvidos. As ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: auxílio à comunidade, perturbação do sossego público e brigas em escolas.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Chapecó foi criado no ano de 2010, existindo paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões trimestrais do Conselho são convocadas pelo presidente do Conselho. Os conselheiros representantes da sociedade civil e os daqueles órgãos do poder público participam de forma efetiva. O Conselho recebe demandas por meio dos integrantes do Conselho. Os três principais assuntos discutidos são as ocorrências de crimes no Município, os problemas no município que podem levar a delitos e avaliação do trabalho de polícia. As três principais preocupações levadas pela comunidade às reuniões são Crimes contra a pessoa (lesões e homicídios), tráfico de drogas e envolvimento de jovens na criminalidade. As principais queixas da comunidade em relação ao trabalho da Polícia Militar são: abordagem truculenta, discriminação na abordagem e demora em atender às ocorrências criminais. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender às demandas da comunidade são o desconhecimento do trabalho do policial, a falta de cooperação no fornecimento de informações e a falta de confiança no policial. O entrevistado se mostra totalmente de acordo com a afirmação de que, após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 10. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Chapecó.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial						2	
Efetivo	Juízes	5	Promotores	5	Defensores	3	Conselheiros	10
	Funcionários	360						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Chapecó é uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas, Criminal e Civil, além de um Juizado Especial Criminal e Vara da infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de

combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet, com velocidade de 16GB/s. Estima-se que 287 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Quanto aos sistemas de administração estão em uso sistemas de estoque, controle de viaturas e armas, protocolo, manutenção de equipamentos e de distribuição de autos. Há, quanto aos sistemas de informação, bancos de dados, produção de estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos; estando esses integrados a outros sistemas de informação (do MP e delegacias) e havendo divulgação pública e regular das estatísticas. As estatísticas são produzidas desde 1997. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivos de gestão de segurança pública, como o Conselho Municipal de Segurança e do GGIF, porém o juiz entrevistado discorda parcialmente de que tal participação venha melhorando as condições de atuação do juizado. Estes juízes também participam ou apoiam operações de fronteira, tais como Comitê da ENAFRON e das ações de fronteira.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Chapecó são, em ordem de importância, a falta de recursos humanos, de articulação com outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal, a comunicação deficiente com os outros órgãos, o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais e a falta de recursos materiais. Desde 1980 o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias com relação à violência contra a mulher e para os relatórios internos da instituição.

Os promotores que atuam na área criminal participam do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron), entretanto, o entrevistado não soube informar se há participação em alguma operação de fronteira ou se houve na ENAFRON, no ano de 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Chapecó são a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. Para o promotor entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

O entrevistado não considerou haver dificuldades na atuação do Conselho Tutelar no município de Chapecó. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são a violência doméstica e o abandono da escola.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela Nº 11. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Chapecó.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da secretaria da receita federal	
Efetivo	Audidores	8
	Analiastas-tributários	7
	Técnicos	-
	Terceirizados	10
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas e em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Chapecó dispõe de um carro oficial funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Há internet, com velocidade de 2MB/s.

A Receita Federal de Chapecó não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação intitulada Fronteira Blindada, além de ter realizado operações na fronteira local.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Segundo maioria dos atores institucionais locais, o fato de o município de Chapecó estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico; pois à medida que há um alto fluxo de pessoas que passam pela região, o mercado local se beneficia. Os que discordam alegam que o município tem uma economia própria, sem relação com o país vizinho.

A maioria concordou com as três afirmativas abaixo:

1. "apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município";
2. "o município do Chapecó possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira";
3. "a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios".

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Chapecó, foram assinalados unanimemente: Contrabando e tráfico de drogas e armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 12: Percepção da incidência de crimes no município de Chapecó.

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Os tipos mais frequentes de furtos são em residência, no comércio e de veículos. Quanto aos roubos, são os a estabelecimentos comerciais, a transeunte e de veículos.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples e mediante furto ou roubo de veículo. Quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas destacaram-se as ocorridas em situação doméstica, brigas de bar e as decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos, em ordem de frequência, segundo os entrevistados, foram os acertos de contas entre criminosos, os conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e em situação doméstica.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Chapecó decorrem do estupro ou abuso sexual de menores de idade e do estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Dirigir sem habilitação foi considerada a mais frequente entre outras ocorrências.

Percepção da criminalidade local, ilícitos transfronteiriços e avaliação das instituições: sociedade civil e outros atores institucionais

Um dos elementos apontados pelos entrevistados para caracterizar a criminalidade local foi a incidência de drogas – especialmente de crack, entre os jovens dos bairros periféricos – e a violência empregada em roubos e nos conflitos entre eles. Muitos dos entrevistados declararam sentir medo ao andar na cidade, especialmente à noite. Contudo, o medo na cidade está diferencialmente distribuído, sendo a área central reconhecida como uma área policiada e monitorada – destaca-se o alto número de câmeras de videomonitoramento presentes na região – em tanto que áreas periféricas da cidade são consideradas como mais desprotegidas e perigosas.

Durante a pesquisa, a mídia apontava para Chapecó como o município do Estado de Santa Catarina com a maior taxa de homicídios no ano de 2013, informação que foi objeto de diversas interpretações as quais permitiram caracterizar melhor os entendimentos locais sobre a criminalidade do município e da região.

Tanto os atores cíveis como os membros dos órgãos de segurança entrevistados apontam os jovens como o segmento mais preponderante e vulnerável nos atos de violência no município. Nas palavras de um entrevistado, “90% dos homicídios é jovem matando jovem”. Por sua vez, segundo alguns entrevistados, o problema está nos “bolsões de pobreza”, bairros periféricos onde se concentra o maior número de incidentes, tais como os bairros São Pedro, Bom Pastor, Palmital ou o distrito de Marechal Bormann; entre outros. Espaços referidos por um influente dirigente de Chapecó como “nichos de ladrões”.

De acordo com um dos operadores de segurança entrevistado, o consumo e o tráfico de drogas é o principal motor da criminalidade na região, porém as pessoas que não têm envolvimento com o crime não têm motivo de preocupação, pois a chance de um cidadão se ver envolvido em um homicídio é mínima. Neste entendimento, aqueles que se vêem envolvidos em homicídios pertencem ao que o entrevistado denomina “grupos de risco”, que seguindo a sua descrição seriam usuários de drogas, habitantes das periferias e/ou homossexuais.

Quase todos os entrevistados coincidiram em afirmar que, em termos de crimes transfronteiriços, Chapecó é mais uma região de passagem, tanto de tráficos diversos, quanto do contrabando e do descaminho, seja de cigarro e drogas do Paraguai, seja de armas, munição e lança-perfume da Argentina em trânsito para o Rio Grande do Sul, para o litoral catarinense ou para outros estados. Segundo alguns entrevistados, essa condição de trânsito afeta a criminalidade local a partir das substâncias ou das armas que ficam na cidade e que alimentam os seus circuitos.

Sobre o grau de organização desses grupos, a maior parte dos entrevistados assinala que não são grupos estruturados e organizados. Tem muito adolescente que acarreta drogas em transportes coletivos, enviado por algum adulto responsável pelo negócio. Atualmente, também estão sendo contratadas senhoras de idade ou famílias para ingressar mercadorias no transporte coletivo. Na definição de um dos policiais, não se trata de traficantes, mas de ‘mulas’ – pessoas encarregadas simplesmente do transporte. No transporte de cigarro, segundo um dos policiais entrevistados, há quadrilhas especializadas com “batedores” com rádio, telefone, rotas e horários próprios. Essa organicidade deriva do caráter rentável e lucrativo do cigarro e do fato de ser um ilícito que não choca tanto a sociedade como o tráfico de drogas. Por sua vez, o descaminho e o contrabando em grande escala têm diminuído, tendo aumentado o transporte em veículos menores (o denominado ‘formiguinha’). Em 2012 foi desarticulada uma grande quadrilha de desmanche de carros roubados cuja sede estava em Chapecó, articulando uma rede de fornecimento de carros e entrega de peças em Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Uma das entrevistadas, que trabalha no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, assinalou que existem dois grupos em disputa em Chapecó, o PCVP (*sic*) e o PCC. Segundo ela, basta olhar as pichações nas paredes de Chapecó. Contudo, o conhecimento desses grupos surgiu do diálogo com o marido, que é agente penitenciário, e da forma de apresentação dos adolescentes com os quais trabalha no CREAS. Surpreende a falta de referência ao PGC (Primeiro Grupo Catarinense), coletivo considerado responsável pelos atentados em várias cidades catarinenses em 2012 e 2013, entre elas Chapecó.

Dois elementos mencionados por uma entrevistada merecem destaque. Por um lado, a importância de uma considerável população flutuante em Chapecó, i.e., pessoas residentes em outros municípios que chegam diariamente para trabalhar, estudar, comprar ou utilizar alguns serviços. Por outro lado, o tráfico de influências entre setores do poder local e regional que, em diversos momentos da história da cidade, traduziram-se em homicídios. O assassinato de um vereador em novembro de 2011 parece apontar para esse tipo de dinâmicas.

Vários entrevistados da sociedade civil destacaram a falta de consulta aos atores cívicos e, em particular, às comunidades mais afetadas pela violência na hora de implementar políticas de segurança para a cidade. Esta caracterização coincide com a descrição da bibliografia especializada sobre a implementação na cidade de diversas políticas de segurança (Programa Tolerância Zero em 2006; proposta de instalação de câmeras de monitoramento eletrônico em 2004 efetivada a partir de 2009; criação da Polícia Comunitária e dos Conselhos Comunitários de Segurança, etc.).

Entre os membros dos órgãos de segurança e dos setores dirigentes da cidade, há um consenso a respeito da falta de efetivos policiais no município. Ainda, reconhecendo a melhoria no que se refere a equipamentos e infraestrutura providenciada pelo governo federal e pelos diferentes fundos estaduais e municipais, é unânime a reivindicação de mais efetivos por todos os entrevistados das diferentes instituições de segurança. Um deles apresentou os números: se em 1996, com uma população de 160.000, a cidade de Chapecó contava com 480 policiais militares; hoje, com uma população de quase 200.000 habitantes, tem 320 efetivos.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

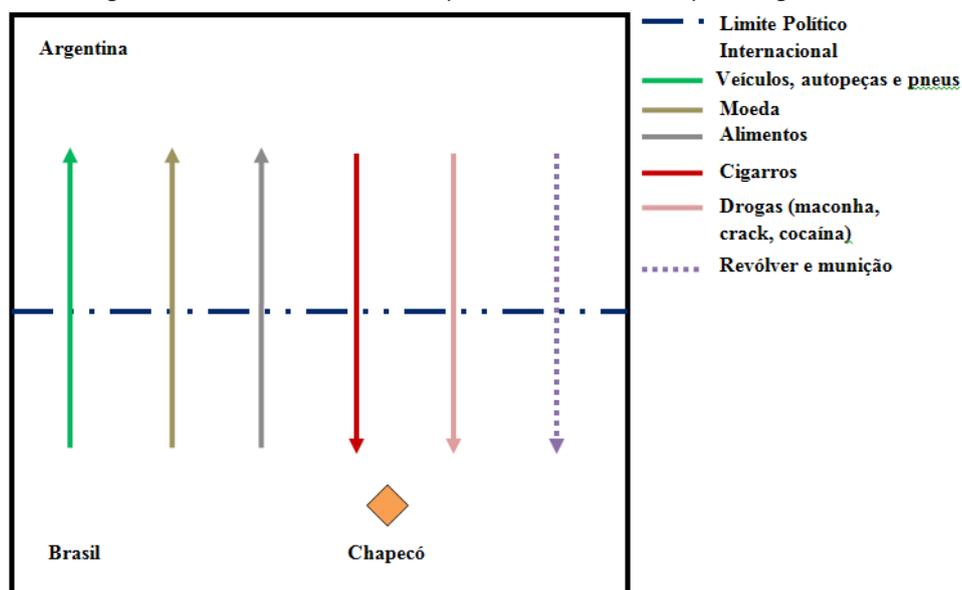
Demográfica e economicamente, Chapecó é a cidade mais importante da região do oeste catarinense, concentrando agroindústrias, indústrias metal-mecânicas e uma diversidade de estabelecimentos de diversos segmentos e porte. Também é um importante polo educativo, contando com várias unidades de ensino superior. Localizada, aproximadamente, a 140 km da linha de fronteira, a cidade de Chapecó é o nó de interligação entre várias rodovias que atravessam o oeste catarinense conectando o Paraná, o Rio Grande do Sul, o litoral de Santa Catarina, a Argentina e o Paraguai. O aeroporto municipal de Chapecó é o principal aeroporto da região.

Neste sentido, Chapecó não depende das interligações fronteiriças nem em termos econômicos nem sociais. Contudo, a localização e a importância regional que ela tem, tornam Chapecó um local significativo para os fluxos que atravessam e constituem a região.

A partir da inauguração da rodovia nacional argentina 101 (Ruta Nacional 101) em 2008, que liga Bernardo de Irigoyen ao Parque Nacional de Iguazú em território argentino, o trânsito do Paraguai (Ciudad del Este) ao Brasil, via Argentina, ficou bem mais direto. Como um dos entrevistados colocara: "O Paraguai é nosso vizinho, se for por Argentina em linha reta é menos de 200 km. Se fizer o trajeto pelo território brasileiro, tem que ir até Cascavel para contornar o Parque Nacional do Iguazu. Por dentro é mais pertinho." Isso tem intensificado os trânsitos que atravessam o oeste de Santa Catarina.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são vestuário e tecidos, alimentos, veículos e moeda, sendo também mencionados a madeira e os calçados. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam cigarro, eletroeletrônicos e artigos de informática, sendo também citados autopeças e pneus, CDs e DVDs, bebidas, maconha e moeda.

Figura Nº 4. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Chapecó–Argentina



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram cigarro, artigos de informática e maconha, sendo também mencionados autopeças e pneus, CDs e DVDs, bebidas, cocaína, crack, revólver e munição. Tomando este mesmo ano por referência, houve consenso quanto às ocorrências envolvendo drogas, variando apenas entre muito e frequentemente. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram maconha, crack e cocaína, variando apenas a ordem entre si, e seguidos de pasta base, inalantes e sintéticos, respectivamente.

Neste município, há três barreiras da Polícia Rodoviária Federal, além das barreiras móveis da Polícia Militar. Exceto o auditor fiscal da Receita Federal, o restante dos entrevistados considera que as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam provocado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas. Tais mudanças acontecem a partir da multiplicação das rotas, na transferência para outros municípios e na busca de outras vias terrestres alternativas.

Uma situação que pode se transformar em um problema de magnitude na região de fronteira catarinense é a situação da Terra Indígena Guarani do Araçá'i, declarada terra indígena pela portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça. A Terra do Araçá'i, 2.721 hectares nos municípios de Saudades e de Cunha Porã, foi questionada pelo Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade, que representa os proprietários atuais e que tem o apoio dos municípios locais. A tentativa de assentar os indígenas no município de Bandeirante, na linha de fronteira com a Argentina por parte do Estado de Santa Catarina, está colocando em tensão diferentes instâncias de governo, assim como prolongando a estadia dos guaranis na aldeia kaingang de Toldo Chimbangué, em Chapecó.

Os problemas de segurança pública de Chapecó – alto índice de homicídios e número significativo de ocorrências em relação ao Estado de Santa Catarina – estão associados aos processos de urbanização, crescimento e periferação antes que a dinâmicas fronteiriças em sentido estrito. Os fluxos associados à fronteira que atravessam o município – decorrentes de sua localização estratégica e da importância regional que a cidade tem – podem amplificar os problemas, mas não são responsáveis por estes. A descrição dos operadores de segurança e dos atores da sociedade civil parece coincidir com as análises acadêmicas já realizadas: os problemas de segurança pública estão desigualmente distribuídos na cidade, sendo os seus principais protagonistas os jovens dos bairros periféricos, tendo o consumo de drogas e os delitos associados a elas como as principais engrenagens.

No que se refere aos fluxos transfronteiriços, Chapecó é visto como local de passagem, e não como nó de articulação ou de distribuição de mercadorias ilegais ou de contrabando ou descaminho. De acordo com os operadores de segurança entrevistados, não operam no município coletivos criminais consolidados e estáveis e as referências a eles parecem estar associadas à mobilização de estereótipos para impor temor por parte de jovens infratores ou como quadro estereotipado de leitura de alguns operadores de segurança.

Políticas de segurança ativas para reduzir os problemas de segurança pública do município têm sido implementadas há mais de uma década. Uma das demandas recorrentes dos operadores de segurança é o aumento de efetivos policiais. Alguns atores civis entrevistados têm destacado a necessidade de incorporar as populações periféricas no desenho das políticas de segurança, não como alvo das políticas, mas como participantes.

Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Chapecó

Polícia Civil



Polícia Militar



Polícia Rodoviária Federal



Corpo de Bombeiros



Conselho Tutelar



Receita Federal



Vista da chegada em Chapecó



Vista de Chapecó para o Rio Uruguai



Concórdia

Concórdia é o segundo município da faixa de fronteira catarinense em termos demográficos – atrás de Chapecó – com 68.621 habitantes, tendo uma economia dinâmica, baseada na produção agropecuária e na agroindústria. A maior parte do município localiza-se fora da faixa de fronteira, estando bem distante da divisa internacional. Encontra-se a 459 km de distância pela estrada 282 da capital do estado, Florianópolis. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Concórdia, pela Lei Estadual n.º 635, de 12 de julho de 1934, desmembrado de Cruzeiro. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 6 distritos: Concórdia, Engenho Velho, Planalto, Presidente Kennedy, Santo Antônio e Tamanduá.

Figura Nº 5. Mapa do Município de Concórdia e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 635, de 12 de julho de 1934.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco sul)
Área (2010): 799,879 km ²
Fronteiras: ao sul com o estado do Rio Grande do Sul e a oeste com Itá, Arabutã e com Ipumirim.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 68.621 habitantes
Densidade demográfica: 85,79 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 1.812.825.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 26.415,63
IDH-M (2010): 0,8
Gentílico: concordense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE.

Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O atual município e áreas próximas foram habitados pelos índios Tupis-Guaranis, que, desde o século XVIII, foram desaparecendo da região. Fixados em zonas fronteiriças com o Estado do Rio Grande do Sul, ramificando-se pelo interior de Concórdia e toda a região do antigo Contestado, a população nativa marcou significativamente sua presença no Oeste Catarinense.

A colonização de Concórdia teve seu início definitivo no ano de 1925, mostrando a existência de pequenos agrupamentos indígenas que viviam longe dos brancos, em pequenas aldeias. A construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, pela “Brasil Railway Co.,” iniciando em 1908 e concluído em 1910, foi preponderante para o povoamento do Meio Oeste Catarinense. Objetivando promover a colonização dessas terras, a Brazil Railway Co. constituiu uma empresa subsidiária, a Brazil Development and Colonization Company, com sede em Portland, nos Estados Unidos, autorizada a funcionar no Brasil, a partir de 13 de março de 1912. Nessa mesma época, chegam os primeiros imigrantes e fundam uma pequena vila no local onde já residia o caudilho José Fabrício das Neves, considerado o pioneiro da colonização.

Em 1925, a colônia conhecida até então pelo nome de Queimados, passa a ser chamada de Colônia Concórdia, por iniciativa da Sociedade Territorial Mosele, Eberle & Ahrons Ltda. O progresso que acelerava a sua marcha fez com que a população de Concórdia aspirasse a sua autonomia administrativa. Assim, a 12 de julho de 1934, atendendo às justas pretensões desse povo, o Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal do Estado, assinou o Decreto nº 635, que criou o Município de Concórdia, instalado solenemente no dia 29 de julho de 1934, com a presença do Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça.

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Concórdia.

Diagnóstico da Segurança Pública em Concórdia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 69.462 habitantes
Homicídios (2012): 2 (dois)
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Receita Federal, Corpo de Bombeiros, e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para 1.389 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para 868 habitantes

Tabela Nº 13. Ocorrências, Município de Concórdia – 2011 / 2012.

	2011	2012
Furto	1.099	1.279
Roubo	60	39
Estupro	22	24
Lesão corporal (todas)	560	563
Homicídio doloso	4	3
Posse de drogas	21	51
Tráfico de drogas	17	35

Fontes: Dados sobre posse e tráfico de drogas: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina. Dados de furto, roubo, lesão, estupro e homicídio doloso: Polícia Civil, SSP.

Nota: Os valores apresentados correspondem à soma dos trimestres. No caso da categoria Furto, é o agregado das categorias de furto a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros. No caso da categoria Roubo, é o agregado das categorias de roubo a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Concórdia em 2012 foram de **lesão danosa em situação doméstica** (Lei Maria da Penha).

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 14. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Concórdia.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 69.462 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	4 delegacias		1 batalhão	
Efetivo	Delegados	9	Oficiais	6
	Agentes	41	Praças	74
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	24		22	
Impressora	6		2	
Telefone fixo	4		25	
Fax	6		1	
Scanner	6		3	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	1		10	
Filmadora	-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	10	-	20	1

Viatura para mais de cinco pessoas	2	-	-	-
Moto	1	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	4		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		12	
Rádio portátil (HT)	-		18	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		5	
Arquivos em ficha de papel	-		7	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	25		15	
Colete antibalísticos	18		20	
Escudos	-		20	
Capacetes	-		20	
Placa balística	-		20	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		50	
Carabina	-		4	
Espingarda	5		21	
Metralhadora	-		2	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		13	
Revólver	6		27	
Pistola	28		34	
Arma de condutividade elétrica	*		3	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	3		-	
Outro	Rifle	38	*	
	Spray de pimenta	Estoque		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	*		*	
Média de presos/mês	*		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	170		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 15: Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Concordia.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar		
População (estimativa em 2012) = 69.462 habitantes		
Homicídios (2012) = 2		
	Polícia Civil	Polícia Militar
Unidades	4 delegacias	1 batalhão

Efetivo	Delegados	9	Oficiais	6
	Agentes	41	Praças	74
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	24		22	
Impressora	6		2	
Telefone fixo	4		25	
Fax	6		1	
Scanner	6		3	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	1		10	
Filmadora	-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	10	-	20
Viatura para mais de cinco pessoas	2	-	-	-
Moto	1	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	4		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		12	
Rádio portátil (HT)	-		18	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		5	
Arquivos em ficha de papel	-		7	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	25		15	
Colete antibalísticos	18		20	
Escudos	-		20	
Capacetes	-		20	
Placa balística	-		20	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		50	
Carabina	-		4	

Espingarda	5	21
Metralhadora	-	2
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	13
Revólver	6	27
Pistola	28	34
Arma de condutividade elétrica	*	3
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	3	-
Outro	Rifle	38
	Spray de pimenta	Estoque
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	170	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Polícia Civil

Existem quatro delegacias no município de Concórdia: a Delegacia Regional; a Delegacia da Comarca, a Delegacia da Mulher e a Diretoria de Investigação Criminal. A Delegacia Regional abrange oito municípios: Concórdia, Seara, Arvoredo, Xavantina, Itá, Paial, Ipumirim e Arabutã. O efetivo da Polícia Civil no município está composto por nove delegados e 41 agentes. Os principais parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos e os dados são incluídos no INFOSEG. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, nem aos bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2009 – as estatísticas são anuais e os dados são lançados mensalmente.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron). A Polícia Civil de Concórdia apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e, embora esteja à disposição, não participa de nenhuma no momento. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON).

Para o entrevistado, o fato de o município de Concórdia estar situado próximo à fronteira não influencia seu desenvolvimento econômico, entretanto concorda que as atividades, tais como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas, dinamizam a economia do município.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Concórdia é constituído de seis oficiais e 74 praças. No Batalhão de Concórdia, está em uso uma série de sistemas de administração. Computadores são utilizados para gerir recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e também o controle por meio de planilhas e tabelas de papel, efetuando-se a inclusão das informações no INFOSEG. Desde 2012 são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, que são divulgadas de forma regular e pública. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade possui velocidade de 1Mbps. Os boletins de ocorrência e a natureza das ocorrências são analisados, digitalizados e enviados mensalmente ao ENAFRON. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à lei Maria da Penha, e os de lesão danosa em situação doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O representante entrevistado não soube responder se a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Esta instituição participou do Programa ENAFRON em 2012, entretanto o representante não sabe se a instituição tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

O Pelotão do Corpo de Bombeiros de Concórdia conta com um oficial e seis praças. Na unidade de Corpo de Bombeiro de Concórdia, a quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade é considerada suficiente. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

O Corpo de Bombeiros de Concórdia não participa de nenhum coletivo de gestão. Esta unidade também não participa ou apoia qualquer grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 nem mesmo participou das Operações Sentinela. Não há troca de informação nem colaboração com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário, sendo desejável o incremento de parcerias com a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 16: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e do Conselho Tutelar em Concorórdia.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
	Justiça		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final (3ª e/ou 4ª entrância)		1 unidade	
Efetivo	Juízes	1	Conselheiros	5
	Funcionários	60		
Qualidade das instalações internas	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Concorórdia possui varas especializadas separadas, Criminal e de Execução Penal. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades muito frequentemente. Há internet, e a velocidade é de 1Mbps. Estima-se que por volta de 80 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há informações sobre a existência de sistemas de administração e, tampouco sistemas de informação em uso nesta comarca. As estatísticas são produzidas desde 1998. O juiz que atua na área criminal desta comarca participa do Conselho da Comunidade (coletivo de gestão de segurança pública) e o entrevistado concorda que tal participação melhora as condições de atuação do juizado. O juiz não participa ou apoia operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude e equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude. Não há Defensoria Pública exclusiva especializada em infância e juventude. Não foi respondido quantos adolescentes passaram por este juizado nem quantos cumpriram medida em internação ou semiliberdade, ou quantos receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Concorórdia ressalta que, devido ao excesso de demanda, é dificultado o atendimento adequado. Falta também clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, o reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e a clareza do papel das polícias em relação aos adolescentes. Também foi levantada a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Entre os direitos violados registrados,

os tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica, abuso sexual ou exploração sexual e o envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela Nº 17: Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal em Concórdia.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Audidores	-
	Analistas	3
	Técnicos	-
	Terceirizados	1
Qualidade das instalações internas	Nova e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas adequadas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Concórdia não dispõe de veículos oficiais. A principal necessidade desta instituição é de funcionários. Há internet na unidade, porém a velocidade não foi informada.

A Receita Federal do município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, entretanto no ano de 2012 participou da operação intitulada Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a maioria dos atores institucionais locais, o fato de o município de Concórdia estar situado próximo à fronteira é considerado negativo para seu o desenvolvimento econômico. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. "o município possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira";
2. "a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios".

E discordaram da afirmativa de que "apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município";

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Concórdia, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto, venda de drogas e propinas a funcionários públicos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 18: Percepção da incidência de crimes no município de Concórdia.

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser de veículos e de residências, a maioria ressaltou também o furto no comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência, a transeunte e de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos; o falso sorteio, concurso ou premiação; pequenos golpes populares e fraudes financeiras ou comerciais. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica; conflitos de terra; conflitos por propriedade de algum bem; conflito de vizinhos e em brigas de bar. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Concórdia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município, segundo a percepção do entrevistado, são furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Dionísio Cerqueira

O município de Dionísio Cerqueira está localizado no extremo noroeste do Estado de Santa Catarina, na fronteira com a Argentina e na divisa com o Estado de Paraná. A cidade de Dionísio Cerqueira se encontra com a cidade de Barracão no Estado de Paraná e a cidade argentina de Bernardo de Irigoyen. Encontra-se a 716 km da capital do estado, Florianópolis, por estrada. A população em 2010 era de 14.811 habitantes. Dionísio Cerqueira foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura Nº 6. Mapa do Município de Dionísio Cerqueira e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº 133, de 30-12-1953.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 379,189 km ²
Fronteiras: ao norte com o estado do Paraná, ao leste com Palma Sola e com Guarujá do Sul, ao sul com Princesa e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 14.811 habitantes
Densidade demográfica: 39,06 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): 271.242.000 R\$
PIB per capita (2010): 18.325,90 R\$
IDH-M (2010): 0,706
Gentílico: cerqueirense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A primeira exploração científica a penetrar no vale de Peperiguaçu, foi composta de oficiais portugueses e espanhóis, por volta de 1759 e 1760, integrada pelo Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, comissário português Francisco de Arguedos, comissário espanhol Capitão Veiga de Andrade, astrônomo português Alferes de Navio D. Pacheco de Cristo, Alferes de Navio D. Francisco Milau y Maraval, Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura e o Cirurgião Bartolomeu da Silva.

Dionísio Cerqueira, como todo o planalto remoto de Santa Catarina, fazia parte da região denominada “ex-Contestado”, na célebre questão de limites com o Paraná, resolvida em 1916, pelo acordo realizado no governo do Presidente da República, Wenceslau Braz.

Em 1917, era criado o Distrito de Barracão, na localidade de Dionísio Cerqueira. Somente em 1938, voltava o Distrito a tomar a denominação de Dionísio Cerqueira.

Formação Administrativa: Distrito criado com a denominação de Barracão, por lei municipal nº 2, de 22/12/1917, subordinado ao município de Chapecó.

Fonte: IBGE e Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Diagnóstico da Segurança Pública em Dionísio Cerqueira

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 14.896 habitantes
Homicídios (2012): 2 (dois)
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Militar, Polícia Civil, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar, Receita Federal, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 1.655 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 252 habitantes

Tabela Nº 19. Ocorrências envolvendo drogas, Município de Dionísio Cerqueira.

	2010	2011	2012
Posse de drogas	3	4	2
Trafico de drogas	1	2	3

Fonte: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina

Nota: Os dados discriminados por tipo de ocorrência disponíveis na SSP apresentam dados agregados para a região Oeste, exceto para os municípios de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste. Por este motivo, decidimos apresentar os dados disponíveis sobre posse e tráfico de drogas, produzidos pela fonte citada e tomando como base os boletins de ocorrência envolvendo esses delitos.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Dionísio Cerqueira em 2012 foram de **perturbação do sossego**.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 20: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Dionísio Cerqueira.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 14.896 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 Unidade ou Posto Fixo	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	2
	Agentes	5	Praças	57
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas e precisando de reformas		Antigas e sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	

Computador	10		13	
Impressora	2		5	
Telefone fixo	2		2	
Fax	2		1	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	1		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	3		2	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	5	-	9
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	3		3
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		3	
Arquivos em ficha de papel	-		5	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	7		40
Colete antibalísticos	7		17	
Escudos	-		6	
Capacetes	-		6	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*		22
Carabina	1		3	
Espingarda	-		17	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	-		30	
Pistola	7		22	
Arma de condutividade elétrica	*		4	
Bomba de efeito moral	*		-	

Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	*
	Spray de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes e insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	-	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	36	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Tabela Nº 21: Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros em Dionísio Cerqueira.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento		
Efetivo	Oficiais	-	
	Praças	13	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Dionísio Cerqueira conta com dois delegados e cinco agentes. Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar – cuja parceria o entrevistado acredita que deveria ser incrementada -, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município participa do programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) e considera que a participação melhora as condições de sua atuação. Também apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, e tem participado nas Operações Sentinela.

Em Dionísio Cerqueira, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e baseadas em troca de informações. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de viaturas. Quanto ao sistema de informação, são utilizados sistemas de registro de ocorrência e de inquéritos e é realizada a inclusão destas no Infoseg. Contudo, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2007.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar que atua em Dionísio Cerqueira está composto por dois oficiais e 51 praças. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil – parceria que segundo o entrevistado deveria ser incrementada –, o Ministério Público, a Receita Federal e a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tampouco de quaisquer coletivos de gestão de segurança pública. Participou do Programa ENAFRON em 2012 e tem participado das Operações Sentinelas.

Em Dionísio Cerqueira, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgão de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. No entanto, não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores ou adidos da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, não se efetuando, entretanto, a inclusão destas no Infoseg. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, sendo necessários o equipamento de combate à incêndio e o equipamento de proteção respiratória. Já a

quantidade de equipamento de salvamento e resgate foi considerada suficiente. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade foi tida como insuficiente e as principais necessidades apontadas são as roupas de proteção nível A e B e um sistema de descontaminação. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: bombas costais e o equipamento transportável de combate a incêndios florestais.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades principais são: a instalação de uma repetidora e a substituição dos rádios atuais. Esta unidade possui computadores ligados à internet, cuja velocidade de conexão é de 256 Kbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

O Corpo de Bombeiros de Dionísio Cerqueira não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Porém, para o entrevistado, a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia qualquer grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, nem sequer tem participado das Operações Sentinela. Tampouco troca informações ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho.

Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, sendo desejável o incremento de parcerias com as Polícias Civil e Militar e a criação de uma central de atendimento integrada entre as cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 22: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial						2	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	-	Conselheiros	10
	Funcionários	33						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas e precisando de reformas		Adequadas		*		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Dionísio Cerqueira é uma comarca de entrância inicial de Vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet cuja velocidade é de 256 Kbps. Estima-se que por volta de 36 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012.

Nesta instituição, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de distribuição de autos, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. Além do banco de dados computadorizado, utiliza-se fichas de papel em fichários e dados organizados em tabelas ou listas de papel. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. As estatísticas são produzidas desde 1997.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado concorda com a ideia de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. No entanto, estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há no município de Dionísio Cerqueira um juizado especializado e uma equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude, mas não há promotoria com essa especialização, nem tampouco uma defensoria pública.

A estimativa é que 30 adolescentes passaram por este juizado no ano de 2012, bem como 5 adolescentes em média receberam medida em internação ou semiliberdade nesse mesmo ano. Estima-se que 15 adolescentes receberam medida em meio aberto também tomando esse mesmo ano por referência. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Conselho Tutelar.

Conselho Tutelar

Há em Dionísio Cerqueira um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar.

Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com ato infracional. O Conselho Tutelar do município de Dionísio Cerqueira encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo, carece de reconhecimento pelo poder público, além de falta de ação articulada com outros órgãos do poder e da administração pública.

Ministério Público

O Ministério Público que atua no município de Dionísio Cerqueira não possui uma sede própria.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, no entanto participam das operações de fronteira da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e não participaram do Programa ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Dionísio Cerqueira são: o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil. Para o promotor entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram as condenações por tráfico de drogas.

As três mais importantes dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Dionísio Cerqueira são, segundo o promotor entrevistado, falta de recursos humanos, de materiais e a falta de cooperação jurídica internacional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela Nº 23: Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal em Dionísio Cerqueira.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 14.896 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 Unidade ou Posto Fixo	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	2
	Agentes	5	Praças	57
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antiga e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas e precisando de reformas		Antigas e sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	10		13	
Impressora	2		5	
Telefone fixo	2		2	
Fax	2		1	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	1		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		1	
Máquina Fotográfica	3		2	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	5	-	9
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	1	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-

Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		3	
Arquivos em ficha de papel	-		5	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Alargamas	7		40	
Colete antibalísticos	7		17	
Escudos	-		6	
Capacetes	-		6	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		22	
Carabina	1		3	
Espingarda	-		17	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	-		30	
Pistola	7		22	
Arma de condutividade elétrica	*		4	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	Granadas de efeito moral	*	Laser -4	
	Spray de pimenta	*		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes e insuficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Não	
Capacidade	-		*	
Média de presos/mês	-		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	36		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Dionísio Cerqueira dispõe de quatro carros oficiais funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Os recursos de que a unidade dispõe são considerados suficientes, também há internet, com velocidade de 2 MB/segundo.

A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão.

No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações Ágata e Fronteira-Sul.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a maioria dos atores institucionais locais entrevistados, o fato de o município de Dionísio Cerqueira estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Os que discordam, acreditam que é o comércio da Argentina que é favorecido, e não o comércio local.

Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Dionísio Cerqueira possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
3. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Dionísio Cerqueira, foram assinalados: o tráfico de drogas e armas, contrabando e exploração sexual infantojuvenil, crimes ambientais, tráfico de armas, imigração ilegal e tráfico de crianças.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 24: Percepção da incidência de crimes no município de Dionísio Cerqueira.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furtos serem de residência, de motocicleta, de veículo, de gado e ao comércio. Quanto aos roubos, foram percebidos como de maior incidência os estabelecimentos comerciais, a residências, a transeuntes e o de veículos.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, fraudes no comércio, e pequenos golpes populares. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples e mediante furto ou roubo de veículos.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: lesões corporais dolosas em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as duas principais causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, situação doméstica, seguidos de acertos de contas entre criminosos, conflitos entre vizinhos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Dionísio Cerqueira são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infantojuvenil e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Dionísio Cerqueira seriam, na opinião entrevistado, furto, uso de entorpecentes e porte de arma de fogo.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil e outros atores institucionais

Ainda que parte das dinâmicas da criminalidade local esteja vinculada à situação fronteira, para a maioria dos entrevistados a situação local estaria dentro dos "padrões normais" de criminalidade – tal como fora formulado no Grupo Focal. Isto é, fora questões específicas que descreveremos adiante, a cidade não é percebida como um local perigoso ou um reduto sem lei. Como forma de tornar visível o caráter relativamente seguro desta fronteira, tanto funcionários de segurança quanto membros da sociedade civil comparam a situação local com a fronteira do Paraguai, considerada como muito mais perigosa e com delitos transfronteiriços inscritos em outras escalas que aquelas percebidas em Dionísio Cerqueira.

A percepção dos atores civis é de uma cidade que se torna cada vez mais complexa, porém que não é experimentada como sendo insegura. Os operadores de segurança, por sua vez apontaram uma série de delitos e situações em que a situação de fronteira se entrecruza com delitos locais. Destacam-se:

1. o furto de veículos, principalmente de motos, para ser revendidos no lado argentino, onde aparentemente circulam sem documentos,
2. o tráfico de drogas, principalmente de maconha e lança-perfume, para venda local e para revenda a municípios próximos, como Pato Branco e Chapecó,
3. o descaminho de mercadorias para revenda, em especial bebidas provenientes da Argentina (destaca-se o energético Red Bull, além de bebidas alcoólicas),
4. a prostituição, alimentada por mulheres locais e de municípios vizinhos – por vezes, menores de idade – que são recrutadas por empresários locais para trabalhar nas boates. O grande volume de caminhões em circulação entre o Brasil e a Argentina somado ao tempo necessário dos controles fronteiriços, garante uma intensa presença masculina em trânsito.

Sobre a situação das instituições de segurança, quase todos os entrevistados levantaram a falta de efetivos como o principal problema na atuação das instituições de segurança da região.

Assim como no dia a dia os entraves burocráticos para a livre circulação da população de fronteira são levantados como um motivo de dificuldade para o cotidiano dos atores da região, os operadores de segurança – especialmente da Polícia Civil e da Justiça – questionam a falta de integração legal e institucional para atuar de forma mais efetiva nas situações que envolvem o outro lado da fronteira internacional. No trabalho cotidiano da polícia militar há uma integração maior com as polícias do Estado de Paraná e da Argentina.

Anteriormente, o trabalho da Receita Federal seguia as jurisdições estaduais, sendo necessário esperar o deslocamento de fiscais de Cascavel para intervir nas apreensões ou nos processos que ocorriam na cidade paranaense de Barracão. Desde 2001, tanto a Receita Federal quanto a Polícia Federal, sediadas em Dionísio Cerqueira, atuam na cidade vizinha.

Cabe destacar que, no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), que articula as prefeituras de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão e Bom Jesus do Sul (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), foi implementado o Programa Nacional de Segurança e Cidadania. No dia 24 de setembro 2013, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada Intermunicipal (GGI-I) para a área que abrange municípios do Brasil e da

Argentina. Alguns dos entrevistados se mostraram otimistas com as possibilidades abertas nesse fórum; outros são mais reticentes.

Vários dos entrevistados dos órgãos de segurança questionaram a eficácia das operações Ágata e Sentinela na sua concepção de eventos pontuais. Sem operações regulares e contínuas, o impacto que as operações têm na fronteira se dilui depois que chegam a seu fim. A falta de efetivos torna particularmente difícil a contenção dos fluxos de tráfico e contrabando que se seguem às operações.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

As cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão, e Bernardo de Irigoyen conformam um conglomerado urbano único, em uma fronteira seca. Elas somam uma população de aproximadamente 36.500 habitantes. Dionísio Cerqueira é a cidade mais populosa com 14.801 habitantes, a cidade de Bernardo de Irigoyen tem aproximadamente 12.000 habitantes, enquanto a cidade de Barracão tem 9.737 habitantes.

De acordo com os entrevistados, existe uma relação muito fluida entre os três municípios, tanto em nível comercial como na utilização de serviços e nos circuitos de diversão. Existem muitos matrimônios cruzados e há residentes argentinos no lado brasileiro e vice-versa, muitos deles sem os documentos legais para fazê-lo. As variações cambiais hoje em dia favorecem o comércio de Bernardo de Irigoyen, onde os residentes brasileiros compram bebidas, alimentos, gás, combustível e cosméticos, entre outros. Pela disponibilidade de produtos, os argentinos compram eletrodomésticos e materiais de construção. Tal como fora mencionado no grupo focal, são mercados complementares antes que concorrentes.

A inter-relação com Barracão (PR), assim como com Bernardo de Irigoyen (ARG) e o município Bom Jesus do Sul, no Paraná, viu-se fortalecida a partir da criação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF) em 2009. Em parceria com a SEBRAE, o CIF vem liderando um programa de Desenvolvimento Regional que visa implementar ações integradas em quatro eixos: educação, turismo, agroecologia e produtos locais.

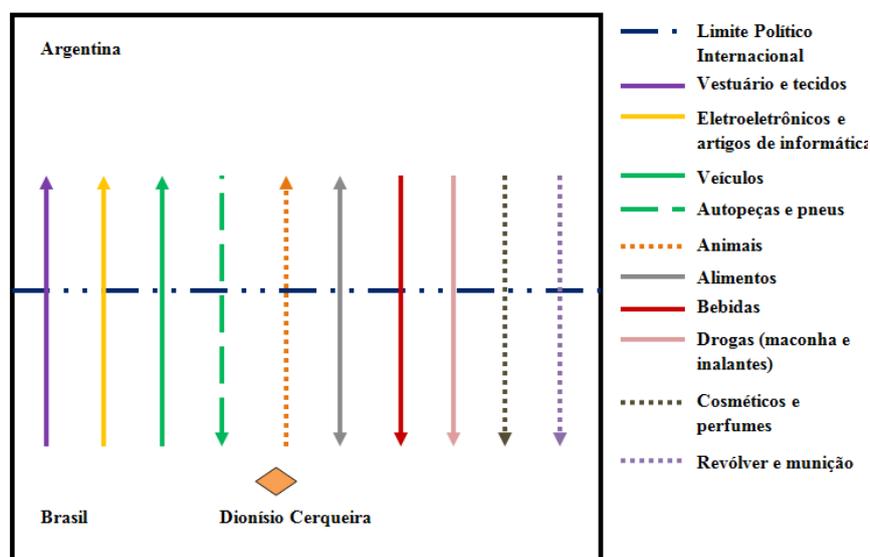
Existe uma integração de serviços entre os municípios brasileiros. O fornecimento de eletricidade é da Copel, a companhia de eletricidade paranaense. Já o DDD de Barracão é o de Santa Catarina, pois o serviço telefônico é deste Estado, da mesma forma que o serviço de água. Sendo a cidade mais importante, os serviços públicos de Dionísio Cerqueira são utilizados pelos outros habitantes da região, criando-se tensão em algumas circunstâncias. Por sua vez, existe uma intensa circulação entre ambas as cidades, principalmente para visitar restaurantes, bares e casas de baile. O cassino de Bernardo de Irigoyen é frequentado pelos brasileiros da região.

As cidades trigêmeas têm uma localização especial nas vias que conectam ambos os países. A rodovia argentina Nº 14 (Ruta Nacional 14), que une os estados argentinos de Entre Rios, Corrientes e Misiones, é a principal via de tráfego entre o Brasil e a Argentina. Iniciando seu trajeto a 127 km da cidade de Buenos Aires, a RN 14 termina na cidade de Bernardo de Irigoyen onde empalma com a BR-280, que vai de Dionísio Cerqueira à costa atlântica catarinense (São Francisco do Sul) e com a BR-163, que integra o sul ao centro-oeste e o norte de Brasil (de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, a Santarém, no Pará).

No ano de 2012, 17.356 caminhões passaram pelo Terminal Aduaneiro de Fronteira em Dionísio Cerqueira, de acordo com a Receita Federal, configurando um trânsito significativo que atravessa a região. De acordo com o entrevistado da Receita Federal, existem caminhões de empresas que procuram driblar a fiscalização passando por espaços não alfandegados. Também há empresas que trazem parte da carga de forma legal e parte ilegal, valendo-se da documentação da carga legal para acobertar aquela que entrou clandestinamente. Quando consegue ingressar no Brasil, essa mercadoria abastece os mercados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Além do trânsito entre o Brasil e a Argentina, existe um trânsito cada vez mais fluido entre o Paraguai – via Ciudad del Este – e as cidades trigêmeas. Cigarros e eletrônicos são as principais mercadorias que procedem de lá, além de outras mercadorias ilegais. A percepção da proximidade com o Paraguai – apesar dos 200 km que a separam por meio da Argentina – é expressada de forma explícita pelo Superintendente da Polícia Federal do Estado de Santa Catarina, quem em uma entrevista pública respondeu à pergunta sobre as coisas que mais preocupavam à PF catarinense, “Nós damos muita atenção ao controle migratório via terrestre, em Dionísio Cerqueira, onde temos fronteira com a Argentina e o Paraguai.”

Figura Nº 7. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Dionísio Cerqueira – Argentina.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os alimentos, vestuário e tecido e veículos. No entanto, foi também mencionada a circulação de eletroeletrônicos, informática, animais, bebidas e moeda. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam bebidas, autopeças e pneus, maconha, cosméticos, perfumes e alimentos. Também foram citados inalantes, revólver, munição, moeda e lança-perfume

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram bebidas e cigarros. Também foram mencionados autopeças e pneus, maconha, revólver, veículos, inalantes, pistola, eletroeletrônicos, artigos de informática e cosméticos e perfumes. Tomando esse mesmo ano por referência, à exceção do oficial da Polícia Civil, que disse terem sido ocasionais as ocorrências envolvendo drogas, todos os demais concordaram que estas eram muito frequentes ou, no mínimo, frequentes. As drogas apontadas como as mais comercializadas foram maconha, crack, cocaína e inalantes, seguidos de pasta base e sintéticos.

Neste município, não existem barreiras fixas ou móveis. Segundo os entrevistados, não teriam havido mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas decorrentes das transformações recentes nas políticas de fronteiras, à exceção – significativamente – do representante da Receita Federal. Para o Inspetor, as mudanças ocorreram, sobretudo, na multiplicação das rotas, na transferência destas para outros municípios e o deslocamento para o meio fluvial.

Ilícitos transfronteiriços

Segundo um dos entrevistados, os conflitos por terras que outrora caracterizaram ambos os lados da fronteira deram lugar aos fluxos e tráficos diversos com todas as dinâmicas associadas a eles. Além do intenso fluxo de caminhões entre o Brasil e a Argentina, existe um intenso fluxo de carros e ônibus, que fazem o trajeto Dionísio Cerqueira–Ciudad del Este, no Paraguai, por meio da Ruta Nacional 101, que une Bernardo de Irigoyen e Puerto Iguazú, na Argentina. A existência de rotas de tráfico de drogas e armas, de contrabando e descaminho é reconhecida por vários dos entrevistados, inserindo os delitos que também aparecem localmente, em outras redes e outras escalas. De acordo com informações da Polícia Militar local, a criação do Batalhão da Polícia de Fronteira do Estado de Paraná (24 Batalhão de Polícia Militar) em 2012, para o combate de crimes no Lago de Itaipu e na região da Tríplice Fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, tem produzido uma modificação das rotas do tráfico e do contrabando, observando-se um crescimento delas no oeste de Santa Catarina, particularmente por meio de Dionísio Cerqueira. Fato esse que pode vir a alterar as dinâmicas locais a partir de uma presença maior de redes mais abrangentes na região. O principal destino apontado para essas mercadorias ilícitas é o mercado do Rio Grande do Sul e, em menor medida, o litoral catarinense.

Por sua vez, as redes de cooptação de mulheres para o exercício da prostituição em outras regiões do estado, tal como aquela que foi revelada a partir da Operação Messalina realizada pela Polícia Federal em 2009, parecem mostrar uma articulação maior de atores externos com atores locais de Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen. As pessoas dedicadas ao recrutamento das argentinas e brasileiras da região da fronteira para trabalhar sob engano em prostituição nas cidades de Ituporanga e Rio do Sul eram das cidades fronteiriças.

Apesar da circulação intensa pela fronteira e de problemas específicos derivados dessa circulação, o município de Dionísio Cerqueira é percebido pelos seus habitantes e pelos operadores de segurança como um município relativamente seguro. Há várias dinâmicas ilegais ligadas à situação fronteiriça – roubo de motos e venda no lado argentino, tráfico de drogas, descaminho – ou práticas que podem alimentar ilegalidades diversas, como a prostituição que atende ao alto número de motoristas de caminhões. Contudo, tanto a escala desses problemas como as respostas institucionais parecem mantê-los sob controle. As respostas das instituições de segurança e de fiscalização (a integração das aduanas e o aprimoramento das condições do recinto alfandegário), assim como as articulações institucionais (o consórcio fronteiriço que articula o município de Santa Catarina, do Paraná e da Argentina), entre outras medidas, influenciam diretamente nessa percepção.

Dionísio Cerqueira é o único ponto alfandegado de fronteira do Estado de Santa Catarina. As importações e exportações que transitam por terra pelo Estado o fazem necessariamente por este município. A rodovia que liga a vizinha cidade argentina de Bernardo de Irigoyen à Puerto Iguazú, na fronteira com Paraguai – inaugurada em 2008 –, tem adensado os fluxos que circulam pela região, transformando Dionísio Cerqueira na porta de entrada das mercadorias – legais e ilegais – provenientes do Paraguai. Ainda a intensificação dos controles fronteiriços no Estado de Paraná tem favorecido a migração das rotas ilegais para o oeste catarinense. Todas estas questões constituem um desafio para o futuro.

Se em algumas áreas a integração do trabalho institucional tem avançado, nas áreas da investigação policial e judicial essa integração ainda precisa ser implementada.

Fotos das Instituições e do Município de Dionísio Cerqueira

Polícia Militar



Fórum



Aduana de Caminhões



Aduana de Dionísio Cerqueira



Chegando à Aduana em Bernardo Irigoyen - Argentina



Fronteira Santa Catarina – Paraná
Dionísio Cerqueira (lado direito da rua) e
Barracão (lado esquerdo da rua)



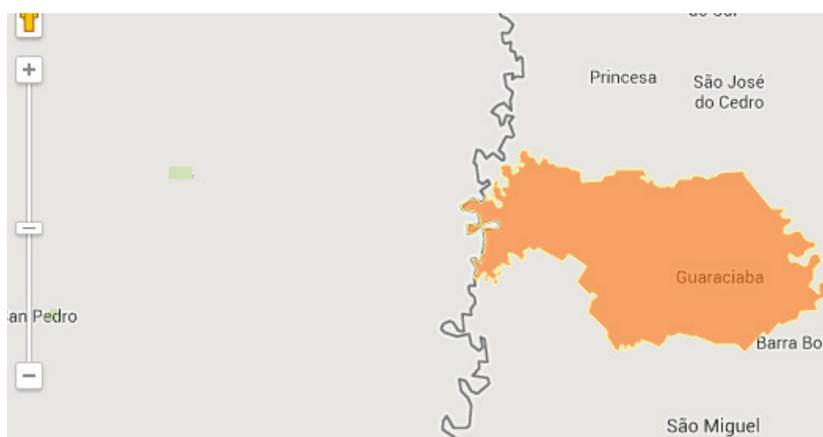
Vista de Dionísio Cerqueira para Argentina



Guaraciaba

O município de Guaraciaba se encontra localizado no extremo oeste catarinense, na fronteira com a Argentina. O município se emancipou de São Miguel do Oeste em 1961 e conta com uma população de 10.498 habitantes (2010). Encontra-se a 670 km da capital do estado, Florianópolis, pela estrada 282. No Município existem uma delegacia da Polícia Civil, um batalhão da Polícia Militar, um destacamento do Corpo de Bombeiros e um Conselho Tutelar.

Figura Nº 8. Mapa do Município de Guaraciaba e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 733 de 20 de julho de 1961.
Localização: Oeste de Santa Catarina
Área (2010): 330,374 km ²
Fronteiras: ao norte com São José do Cedro, ao leste com Anchieta, a sudeste com Barra Bonita, ao sul com São Miguel do Oeste e com Paraíso e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 10.498 habitantes
Densidade demográfica: 31,78 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,47
PIB (2010): R\$ 143.409.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.660,58
IDH-M (2010): 0,751
Gentílico: guaraciabense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O início da história do município de Guaraciaba recua-se a registros históricos e atos administrativos anteriores ao descobrimento do Brasil, fundamentado no Tratado de Tordesilhas em 1494. Com a criação de Chapecó, pela lei nº 1147, no ano de 1917,

deu-se início os desmembramentos, incluindo Guaraciaba. Encontra-se a 670 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis.

Foi na década de 1940 que se iniciou a colonização das terras que hoje pertencem a Guaraciaba. Em 02 de setembro de 1945, o Padre Aurélio Canzi celebrou a primeira missa na nova localidade, dando-lhe o nome de Guaraciaba, que na língua Tupi-Guarani significa Raio de Luz. Pela Lei nº 733 de 20 de julho de 1961, foi criado o município de Guaraciaba, desmembrando-se de São Miguel do Oeste, juntamente com o território que hoje é Anchieta. A instalação oficial do município ocorreu em 1º de outubro de 1961. A colonização de Guaraciaba foi realizada predominantemente por alemães e italianos.

O município conta com 40 comunidades: Laranjeira, Sede Ouro Verde, Vinte e Quatro, São Vicente, Mirim, Welter, Perondi, São Luiz, Liso Baixo, Liso Alto, Indiozinho, Barra do Traíra, São Domingos, Encantado, Cordilheira, Daltro Filho, Guataparé Baixo, Santo Antônio, Jataí, Salete, São João, Póca, Santa Bárbara, Sanga Bonita, Ferreira, Sede Flores, Tigre, São Roque, Três Sangas, Aparecida, Olímpio, São Valentim, Flores da Cunha, Índio, Barra do Guaraciaba, Caravágio, Pelegrini, Guataparema, Castelo Branco e Guataparé Alto.

Fonte: IBGE.

Diagnóstico da Segurança Pública em Guaraciaba

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 10.417 habitantes
Homicídios (2012): 1 (um)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 2.604 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 1.488 habitantes

Os dados discriminados por tipo de ocorrência disponíveis na SSP apresentam dados agregados para a região Oeste, exceto para os municípios de Chapecó, de Concórdia e de São Miguel do Oeste. Por esse motivo, os dados do município de Guaraciaba não são apresentados de forma detalhada.

De acordo com a informação levantada na pesquisa, dos dez flagrantes instaurados pela Polícia Civil em 2012, sete foram por violência doméstica e três por receptação. De acordo com os dados da SSP de Santa Catarina, o município de Guaraciaba não teve ocorrências envolvendo posse ou tráfico de drogas em 2010, 2011 e 2012, exceto uma ocorrência por posse em 2012. De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Guaraciaba em 2012 foram da Lei Maria da Penha.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 25: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Guaraciaba.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 10.417 habitantes				
Homicídios (2012) = 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	3	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga e sem condições de reforma		Antigas mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reforma		Antigas mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		3	
Impressora	4		2	
Telefone fixo	4		2	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Palmtop	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Atende às necessidades frequentemente		Atende às necessidades frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		2	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	1		1	
GPS em viaturas	*		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	4		-	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	1	10
Colete antibalísticos	2	4
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	5
Carabina	-	-
Espingarda	1	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	13
Pistola	3	4
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	-	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	7	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil conta com um delegado e três policiais. Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Rodoviária Federal – parceria que, segundo o entrevistado, deveria ser intensificada –, a Polícia Militar e os Bombeiros. Além desses, o entrevistado recomendou incrementar a parceria com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município apoia os grupos Ágata e Fronteira Sul de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON), destacando que o excesso de centralização do programa está prejudicando sua funcionalidade. Tem participado nas Operações Sentinela.

No que diz respeito à gestão de dados, não há sistemas de administração. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel, fichas de papel em fichários. Há também sistema de registro de ocorrências e inquéritos, sendo

realizada inclusão no Infoseg, além de georreferenciamento de crimes. Assim, o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, e a bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 1980.

A conexão com a internet tem velocidade de 250KB/s.

Quanto à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, em uma escala de importância de maior para a menor, foram ordenados os seguintes temas a abordar: identificação de fraudes veiculares; operação de inteligência; busca veicular; metodologia de crime ambiental e troca de informações.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar do município de Guaraciaba é de sete praças. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e a Polícia Federal.

A Polícia Militar deste município tem participado das Operações Sentinela, mas não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e não participou do Programa ENAFRON em 2012.

Nesta instituição, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos e controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados e controle de informações criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. O órgão não produz estatísticas criminais.

No tocante à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, os temas mais importantes a abordar seriam: busca veicular; identificação de fraudes veiculares; identificação de drogas; metodologia de crime ambiental e troca de informações.

Corpo de Bombeiros

O Grupamento do Corpo de Bombeiros de Guaraciaba tem oito praças. No município também atuam 35 bombeiros não militares. Na unidade do Corpo de Bombeiros, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso nessa unidade não é considerada suficiente; faltam EPI e EPR. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate é considerada suficiente. A quantidade de equipamento para atendimento a

produtos perigosos em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades são líquido proporcionador de espuma e kit completo de contenção. A quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal existente nesta unidade também não é suficiente e as principais necessidades são: EPI e kit PICAP.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, falta repetidora para melhorar o sinal em toda a área de atendimento. A conexão de internet é de 256 kb/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito, salvamento, busca e resgate, e incêndios.

O Corpo de Bombeiros não participa de coletivos de gestão de segurança pública e, para o entrevistado, essa participação modificaria e melhoraria as condições de atuação do corpo de bombeiros no município. Participou da operação AGATA de patrulhamento de fronteira e do programa ENAFRON no ano de 2012. Tem participado das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são as Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, além da prefeitura.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 26: Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar em Guaraciaba.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento		
Efetivo	Oficiais	-	
	Não-militares	35	
	Praças	8	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	3º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	5º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	6º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	7º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: abandono da escola e maus- tratos e abandonos. O Conselho Tutelar do município de Guaraciaba encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública e na falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Falta também reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para o representante da Polícia Militar, a proximidade da fronteira é positiva para o desenvolvimento econômico do município, pois aumenta o fluxo de pessoas, gerando comércio e investimentos. Todos os entrevistados discordaram que atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas, embora ilegais, operassem no sentido de dinamizar a economia do município. Os entrevistados foram consensuais também ao discordarem quanto a uma possível relação entre a situação de fronteira e a dinâmica da criminalidade, embora não tenha havido consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nos municípios de fronteira que nos demais.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município de Guaraciaba foram assinalados como os principais: o contrabando e os crimes ambientais, sendo mencionada também a ocorrência de tráfico de drogas e armas.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira, agroquímicos e animais. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam cigarros, eletroeletrônicos, peças de informática, bebidas, maconha, cocaína, pistolas, alimentos e cosméticos. As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram cigarros, informática, bebidas, alimentos e cosméticos. Tomando este mesmo ano por referência, a incidência de venda de drogas foi considerada frequente, pela Polícia Civil; a Polícia Militar avaliou esta como rara. A droga apontada como mais comercializada foi a maconha, seguida por cocaína e inalantes.

Os entrevistados da Polícia Civil e Militar divergem no que tange às transformações recentes nas políticas de fronteiras: o primeiro considera que teria proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, multiplicando-as e causando o deslocamento destas para outros municípios, já o segundo não acredita terem ocorrido mudanças.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar e da Justiça entrevistados, observa-se que, no município de Guaraciaba, o único crime mais frequente parece ser a venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela Nº 27: Percepção da incidência de crimes no município de Guaraciaba.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Foi consensual que os tipos mais frequentes de furto são os praticados em residências e o de veículos, sendo citado também pela Polícia Militar o furto no comércio. Quanto aos roubos, segundo as polícias Civil e Militar, os de veículos são os mais frequentes; porém a Polícia Civil ainda citou roubo a residências.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi comum a todos os órgãos a menção aos pequenos golpes populares, tendo a Polícia Civil acrescentado os falsos sorteios e a Polícia Militar as fraudes no comércio. Para ambos, os tipos de extorsão mais comuns são extorsões simples.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação de violência doméstica e brigas de bar. A Polícia Militar citou lesão dolosa decorrente de conflito de propriedade e a Polícia Civil acrescenta lesão dolosa decorrente de acidentes de trânsito. As três causas mais frequentes assinaladas para os homicídios dolosos foram: latrocínio, brigas de bar e situação doméstica. Vale ressaltar que não houve homicídios em 2012. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no município de Guaraciaba são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre as outras ocorrências.

Itapiranga

O município de Itapiranga está localizado na fronteira com a Argentina e na divisa com o Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o Rio Uruguai, Itapiranga é a última localidade catarinense na rodovia BR-163, e se encontra a 699 km por estrada da capital do estado, Florianópolis. Defronte dela, está a cidade Barra do Guarita, do Rio Grande do Sul. A travessia pelo rio é por meio de barcas. O município de Itapiranga se emancipou em 1953, tendo uma população de 15.409 habitantes em 2010.

Figura Nº 9. Mapa do Município de Itapiranga e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 282,704km ²
Fronteiras: ao norte com Tunápolis, ao leste com São João do Oeste, ao sul com o estado do Rio Grande do Sul e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: Não.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 15.409 habitantes
Densidade demográfica: 54,51 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 505.145.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 32.737,86
IDH-M (2010): 0,775
Gentílico: itapiranguense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os dirigentes da Sociedade União Popular (VOLKSVEREIN), com sede em Porto Alegre, durante a realização do Congresso Católico em fevereiro de 1926, em Novo Hamburgo, deliberaram fundar um núcleo que seria colonizado exclusivamente por católicos. Com a finalidade de fazer os estudos preliminares para conseguir a gleba necessária à implementação do núcleo, foi organizada uma comissão, sob a chefia do Reverendo Padre João Batista Rick. Na impossibilidade de conseguir terras suficientes no Estado, vieram a se instalar em Santa Catarina entre os rios Macuco e Peperi-Guaçu, às margens do rio Uruguai, por meio de entendimentos realizados com a Colonizadora Chapecó-Peperi Ltda.

Dada a carência de estradas, os desbravadores rio-grandenses, chefiados pelo missionário católico Padre Max von Lassberg, desceram o rio da Várzea em embarcações rústicas e, em seguida, navegaram pelo Rio Uruguai, percorrendo uma distância de mais ou menos 150 km, até aportarem no local onde surgiram a Colônia de Porto Novo (mais tarde de Itapiranga), em 10 de abril de 1926. No dia seguinte, domingo, foi celebrado o primeiro ofício religioso pelo Padre Max von Lassberg já em terras da futura Itapiranga. Em meados de 1929, Porto Novo recebeu a visita do então governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Adolfo Konder. Foi aventada pela primeira vez a hipótese de ser Porto Novo elevado à categoria de distrito, discutindo-se também qual a designação que receberia. Por sugestão do próprio governador, foi adotado o nome da linha (conjunto de lotes coloniais) mais próxima à povoação de Porto Novo, chamada “Linha Itapiranga”. Nessa ocasião, foi mudado o nome da povoação para Itapiranga (ita = pedra + piranga = vermelha).

O município de Itapiranga foi criado em 14 de fevereiro de 1954. A cultura alemã predomina. A primeira Oktoberfest no Brasil foi realizada em 1978, na comunidade de Linha Presidente Becker, fato que tem tornado conhecido o município como Berço Nacional da Oktoberfest. A base da economia é a agropecuária, com cultivo de milho, fumo, feijão e criação de aves, suínos e gado de leite. Também existem várias pequenas, médias e grandes indústrias instaladas no município. Ainda, está em franco desenvolvimento o turismo, com destaque para o Rio Uruguai, que margeia o perímetro urbano e rural do município, além das áreas de lazer da barra do Macaco e Marco do Peperi, entre outros locais muito visitados pela população e visitantes.

Fonte: IBGE e Município de Itapiranga

Diagnóstico da Segurança Pública em Itapiranga

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	15.623 habitantes
Homicídios (2012):	2 (dois)
Instituições de segurança presentes no município:	Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil:	1 policial civil para cada 3.906 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar:	1 policial militar para cada 822 habitantes

Tabela Nº 28. Ocorrências, Município de Itapiranga – Período 2011 / 2012.

	2011	2012
Furto	7	7
Roubo	1	0
Estelionato	0	0
Homicídio	0	0

Fonte: Polícia Civil – Itapiranga.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Itapiranga em 2012 foram por causa de perturbação do sossego por som automotivo. Ainda foi destacado que muitas ocorrências de estupro e abuso de menores chegam ao Conselho Tutelar, mas não são registradas na polícia.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 29: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Itapiranga.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 15.623 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	3	Praças	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reforma	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	9		5	
Impressora	6		2	
Telefone fixo	5		6	
Fax	2		1	
Scanner	2		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Palmtops	*		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	8	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Atende às necessidades muito frequentemente		Atende às necessidades frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	

Rádio em viaturas (analógico)	1	3	
Rádio portátil (HT)	2	5	
GPS em viaturas	*	3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	
Notebooks	-	1	
Arquivos em ficha de papel	-	2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	
Algemas	4	6	
Colete antibalísticos	4	6	
Escudos	-	-	
Capacetes	-	-	
Placa balística	-	-	
Outros	-	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	13	
Carabina	1	1	
Espingarda	1	2	
Metralhadora	-	-	
Submetralhadora	-	-	
Fuzil	-	-	
Revólver	-	8	
Pistola	4	12	
Arma de condutividade elétrica	-	-	
Bomba de efeito moral	*	-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	
Outro	Granadas de efeito moral	-	*
	Spray de pimenta	-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim	Sim	
Capacidade	12	12	
Média de presos/mês	16	17	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	
	18	*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 30: Recursos Humanos do Corpo de Bombeiros em Itapiranga.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento		
Efetivo	Oficiais	-	
	Não militares	38	
	Praças	11	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	2	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	3	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		

Atividades mais frequentes	Incêndios	3º
	Incêndios florestais	4º
	Explosões	-
	Acidentes de trânsito	1º
	Acidentes ambientais	5º
	Salvamento, busca e resgate	2º
	Outros (atendimento clínico)	-

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil do município de Itapiranga conta com um delegado e três agentes. Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas em Itapiranga são a Polícia Militar, o Ministério Público, as Forças Armadas e a Polícia Federal. Segundo o policial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, há sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos, os dados são incluídos no INFOSEG e há também registro de dados em tabelas ou listas de papel. O sistema está integrado ao Ministério Público ou Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde, aproximadamente, o ano de 2009.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas concorda que a participação traria modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. Também participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações na fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON), porém não tem participado nas Operações Sentinela.

A carceragem da delegacia tinha capacidade para 12 detentos e mensalmente passavam por ela, em média, 16 pessoas.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Itapiranga está composto por um oficial e 18 praças, pertencentes ao 2º Pelotão da 1ª Companhia do 11º Batalhão da Polícia Militar. Na sede da Polícia Militar, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir recursos humanos, estoque, financeiro, protocolo, controle de viaturas, controle de armas, controle de munição e controle de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 2012, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG, divulgando-as pública e regularmente, também em mídias sociais. É preciso ressaltar que existe sistema de georreferenciamento de crimes. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é considerada muito lenta e acredita-se que a causa seja o compartilhamento da rede com

outros órgãos do estado. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação de sossego por som automotivo.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário e, na opinião do entrevistado, essas parcerias são consideradas adequadas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia algum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. A Polícia Militar de Itapiranga não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa ENAFRON em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

O Grupamento do Corpo de Bombeiros de Itapiranga conta com 11 praças e 38 bombeiros não militares, porém sete destes últimos são cedidos pela Prefeitura e 31 deles são bombeiros comunitários. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, e as principais necessidades, consideradas pelo entrevistado, são de equipamentos de proteção respiratória, proteção química, de combate a incêndio e de resgate. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não o foi, sendo necessária uma embarcação de maior potência e equipamento de mergulho autônomo. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente, ressaltando-se a necessidade de roupa de proteção química nível A, detectores de gás e kit de isolamento e contenção. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: EPI e kit de combate a incêndio florestal com viatura especializada específica (4x4).

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não foi considerada suficiente e a necessidade principal apontada foi a de repetidores com sinal digital. Esta unidade possui computadores ligados à internet de velocidade de 1Mbps, mas não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

O Corpo de Bombeiros de Itapiranga participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, participou do ENAFRON ou do Plano

Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, porém não tem participado das Operações Sentinela. Também não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, as Forças Armadas (Marinha e Exército) e a Polícia Ambiental, sendo desejável o incremento da parceria com as forças armadas, com a ressalva de que se respeite o trabalho integrado e a característica do evento.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 31: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Itapiranga.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial				1	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	14				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas precisando de reforma		Adequadas		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Itapiranga é uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro de até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade frequentemente. Há internet com velocidade de 2Mbps. Estima-se que por volta de 40 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Há diversos sistemas de administração usados para gerir estoque, controle de viaturas, controle e manutenção de equipamentos, protocolo, distribuição de autos e financeiro. O sistema de informação é computadorizado e há produção e divulgação pública e regular de estatística, porém não está integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde a implementação do sistema. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora concorde com a ideia de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O juiz participa ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

O representante do Ministério Público entrevistado diz não haver dificuldades enfrentadas pela instituição no município de Itapiranga. O Ministério Público deste município não produz estatísticas. O promotor que atua na área criminal não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e não sabe da participação da instituição nas operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público

em operações realizadas em Itapiranga são: o Judiciário estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, dada a falta de efetivo e não existem crimes específicos relacionados à fronteira.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Itapiranga encontra dificuldades devido à falta de clareza do papel da instituição em relação aos outros órgãos de segurança pública, também carece de entidades para receber crianças e atender famílias, falta de um bom relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e ressalta o despreparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo a maioria dos atores institucionais locais, o fato de o município de Itapiranga estar situado próximo à fronteira é considerado negativo para seu desenvolvimento econômico. Houve consenso quanto à discordância a respeito de que, “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”; também houve consenso, embora de concordância, a respeito de que “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”. A maioria concorda que “o município de Itapiranga possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Itapiranga, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 32: Percepção da incidência de crimes no município de Itapiranga.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, sendo destacado também o furto de motocicletas, de veículos e no comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, o falso sorteio, concurso ou premiação, os pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em brigas de bar, situação doméstica, decorrentes de conflitos de propriedade e em situação de trânsito. Os homicídios muito raramente ocorrem e, as ocorrências registradas em 2012 pelo Datasus, foram devido a conflito de vizinhos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Itapiranga são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os relativos a atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu, entre a maioria, como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município, sendo também ressaltado o atentado ao pudor. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município, segundo a percepção do entrevistado, são furto e uso de entorpecentes.

Maravilha

O município de Maravilha se encontra localizado a mais de 50 km da fronteira com a Argentina. A BR-282, que une Florianópolis com Paraíso, na fronteira com a Argentina, atravessa o município, encontrando-se a 613 km da capital do estado, Florianópolis, por estrada. Maravilha ganhou o estatuto de município em 1958. Em 2010 contava com uma população de 22.101 habitantes.

Figura Nº 10. Mapa do Município de Maravilha e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº. 348, de 21 de junho de 1958.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 171,284 km ²
Fronteiras: ao norte com São Miguel da Boa Vista e com Tigrinhos, a nordeste com Bom Jesus do Oeste, ao leste com Modelo, ao sul com Cunha Porã e com Iraceminha e a oeste com Flor do Sertão.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim
População (2010): 22.101 habitantes
Densidade demográfica: 129,03 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,45
PIB (2010): R\$ 386.644.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.492,03
IDH-M (2010): 0,781
Gentílico: maravilhense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto):IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M):Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A colonização do município de Maravilha teve início em 1951, com os primeiros teuto-brasileiros oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. O município foi projetado e colonizado pela Companhia Territorial Sul Brasil. Em 1956, Maravilha foi elevado à categoria de distrito, passando a município em 1958. Segundo a história popular, alguns caçadores ao verem, do alto do morro, a beleza das copas dos pinheirais, teriam exclamado: “que maravilha”, dando origem ao nome do município.

A história de Maravilha pode ser dividida em quatro períodos sob o prisma desenvolvimentista. O primeiro período ficou entre os anos de 1950 e 1960, as principais atividades econômicas da época eram a agropecuária de subsistência, as madeireiras e as mobiliárias. Os principais produtos agropecuários da época eram: milho, feijão, fumo, trigo, arroz e suínos. O segundo período aconteceu entre os anos 1960 e 1980, a produção agrícola aumentou com o cultivo de novos produtos, como a soja, com isso houve a instalação de uma extratora de óleo: a Civema. O progresso ocorreu em 1970, quando duas grandes rodovias federais foram abertas: BR 282 e 158. Entre as indústrias podem se destacar a fábrica de fogões da Metalúrgica Maravilha e a produção de móveis e esquadrias. No comércio, destacaram-se os alemães Alexandre Kasper e Alexandre Dondoerfer e o italiano Reimundo Gottardo. O terceiro período ficou entre os anos 1980 e 1995. Essa fase foi de industrialização, houve a tentativa da instalação do frigorífico de suínos Frimasa (Frigorífico Maravilha S.A). A construção estava quase concluída quando muitas pessoas faliram e ele virou ruínas. Em agosto de 1988, iniciou-se a produção do Frigorífico de Aves da Coopercentral (Aurora). No setor primário que estava baseado na produção de grãos entra uma nova fase: a produção de aves em escala industrial. Com a industrialização, surgiram outras empresas, como as de metalurgia, equipamentos para

avicultura, transporte, móveis, recapagem de pneus, oficinas mecânicas e autopeças, além de prestadoras de serviços. Em 1981 também se instalou em Maravilha a Tabacos Brasileiros S. A, depois a Universal Leaf Tabacos. O quarto período ocorre a partir de 1995. Nesse período pode-se citar a criação da Amerios, a instalação do Campus aproximado da Universidade do Oeste de Santa Catarina da Unoesc SMO e a 23ª Coordenadoria Regional de Educação. Diversas empresas foram destaque como a Avioeste, Realce, Folle Produtos Siderúrgicos e atualmente a Laticínios Bela Vista.

Fonte: IBGE e Município de Maravilha.

Diagnóstico da Segurança Pública em Maravilha

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 22.642 habitantes	
Homicídios (2012): 4 (quatro)	
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar	
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 3.774 habitantes	
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 839 habitantes	

Tabela Nº 33. Ocorrências, Município de Maravilha, 2012.

Furto	22
Roubo	15
Estelionato	2
Homicídio	1

Fonte: Polícia Civil – Maravilha.

Tabela Nº 34. Ocorrências envolvendo drogas, Município de Maravilha, 2010-2012.

Fonte: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina.

	2010	2011	2012
Posse de drogas	5	6	3
Tráfico de drogas	10	6	9

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Maravilha em 2012 foram, em ordem de importância: furto, lei Maria da Penha e roubo.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 35: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Maravilha.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 22.642 habitantes				
Homicídios (2012): 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 unidade ou posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	26

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Estrutura antiga e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Estrutura antiga e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	10		6	
Impressora	3		4	
Telefone fixo	2		2	
Fax	2		1	
Scanner	2		2	
Internet	Com acesso		com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	6	-	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	1
Moto	1	-	-	1
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	6		5	
Rádio portátil (HT)	8		10	
Sistema de monitoramento por satélite	*		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	**		40	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		10	
Colete antibalísticos	5		25	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		15	
Carabina	1		-	
Espingarda	1		4	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	

Revólver	-	2
Pistola	5	23
Arma de condutividade elétrica	*	3
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	*
	Spray de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	3	*
Média de presos/mês	10	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	100	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 36: Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros em Maravilha.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros				
Unidades	1 Cia			
Efetivo	Oficiais	1		
	Bombeiros não-militares	6		
	Praças	12		
		Em funcionamento		Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1		-
	Viatura de combate a incêndio	1		-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1		-
	Viatura com escada ou plataforma	-		-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2		-
	Motocicleta	1		-
	Embarcações sem motor	1		-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1		-
	Avião	-		-
	Helicóptero	-		-
	Outros	Viatura de transporte de materiais	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente			
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º		
	Incêndios florestais	5º		
	Explosões	6º		
	Acidentes de trânsito	2º		
	Acidentes ambientais	7º		
	Salvamento, busca e resgate	3º		
	Outros (atendimento clínico)	Ações preventivas e vistorias	1º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Maravilha conta com um delegado e cinco agentes. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza um sistema de controle de viaturas. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel, fichas de papel e fichários e há sistema de registro de ocorrências e inquéritos com inclusão no INFOSEG. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, nem com os bancos de dados nacionais. Não há produção de estatísticas criminais. A conexão com Internet é de 512 kbps.

Os parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o entrevistado, deveria ser intensificada a parceria com a própria Polícia Civil da região.

Em Maravilha, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição também não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores nem dos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar no município de Maravilha está composto por um oficial e 26 praças. Nesta instituição, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de controle de armas, viaturas e munição. Quanto aos sistemas de informação, há fichas de papel e fichários de ocorrência, além de produção de estatísticas de ocorrências criminais e administrativas. A conexão fornecida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado é de 512 kbps, mas também é utilizada uma conexão particular de 2 Mb.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: o Ministério Público, o Judiciário, a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. A Polícia Militar deste município participou da operação Fronteira Sul de patrulhamento de fronteira, e também da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) em 2012.

Em Maravilha, a Polícia Militar não troca informação com nenhum órgão de segurança pública do país vizinho. Não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Corpo de Bombeiros

Na companhia do Corpo de Bombeiros presente no município há um oficial, doze praças e seis bombeiros não militares. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso nesta unidade não é considerada suficiente. As principais necessidades são: material para combate a incêndio, produtos químicos e proteção respiratória. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate é considerada suficiente. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades são: roupa de nível A e IPR. A quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal existente nesta unidade também não é suficiente e as principais necessidades são: bomba costal, viatura 4x4 e tanque móvel de água para viatura pequena.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, falta repetidora. A conexão de internet da unidade é de 1GB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências, por meio do sistema estadual.

Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: ações preventivas e vistorias, acidentes de trânsito e salvamento e busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros não participa de coletivos de gestão de segurança pública e, para o entrevistado, uma possível participação não modificaria nem melhoraria as condições de atuação do corpo de bombeiros no município. Participou do grupo de patrulhamento Ágata de operação de fronteira e não participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012. Tampouco tem participado das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são as Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal e o Ministério Público. Foi apontada como desejável a intensificação da parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 37: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Maravilha.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial							
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Defensores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	43						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas, adequadas e em boas condições		Adequadas		*		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Maravilha é uma comarca de entrância inicial de Vara Mista do qual os municípios de São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Flor do Sertão e Iraceminha também fazem parte. Esta sede judiciária dispõe de um carro com capacidade para até cinco pessoas e a quantidade de combustível disponível sempre atende às necessidades da unidade. Há internet com velocidade de 2MB/s.

Estima-se que 13 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Nesta instituição, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque e controle de armas e munição. Além de sistemas

de distribuição de autos e de gestão financeira. A comarca conta também com Banco de Dados integrado aos demais sistemas de informação, mas também faz uso de tabelas ou listas de papel. Produz-se informações estatísticas de inquéritos, processos criminais e de produção de feitos desde 1996.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes também não participaram ou apoiaram, em 2012, operações de fronteira.

Ministério Público

Desde o ano de 1990, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Maravilha são: a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Judiciário Estadual e os Bombeiros. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi o combate ao contrabando. A única dificuldade enfrentada pelo Ministério Público do município de Maravilha é a falta de recursos humanos.

Conselho Tutelar

Entre os direitos violados registrados, os dois tipos mais comuns, em ordem crescente, são: abandono da escola e envolvimento com ato infracional. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldade no salário pago, relativo a 20 horas de trabalho. A carga horária de trabalho no Conselho é de 40 horas semanais.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Percepção sobre as particularidades da situação de fronteira

Todos os representantes entrevistados discordam quanto à influência da fronteira na economia do município de Maravilha. Alegam que, por se tratar de uma zona de mata sem habitação urbana, não há interação com o lado argentino.

Em relação à afirmação de que atividades ilegais dinamizam a economia, a maioria discorda. Além disso, com exceção do representante da Justiça, todos discordam que o município de Maravilha possua características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. O mesmo ocorre quanto à percepção da posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios (enquanto os entrevistados das Polícias Militar e Civil concordam, o entrevistado da Justiça discorda).

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Maravilha foram assinalados como sendo os principais: o tráfico de drogas e armas e o contrabando, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais.

Com base na opinião dos entrevistados, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, autopeças e pneus, e moeda. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias são cigarros e maconha, seguidas por máquinas de caça-níqueis, artigos de informática, revólveres, munição e pasta base.

As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram o cigarro, máquina de caça-níquel, maconha, revólver e munição. Tomando este mesmo ano por referência, todos disseram terem sido frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram maconha, crack e cocaína.

Neste município não há barreiras móveis (blitz) da Polícia Militar. O representante desta instituição considera que as transformações recentes nas políticas de fronteiras proporcionaram mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas; multiplicando-as e as transferindo para outros municípios.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar e da Justiça entrevistados, entende-se que, no município de Maravilha, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela Nº 38: Percepção da incidência de crimes no município de Maravilha
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser no comércio e a residências. Quanto aos roubos, todos destacam o roubo a transeunte, a estabelecimento comercial e a residências.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e os falsos sorteios, concursos ou premiações. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples, extorsão mediante furto ou roubo de veículo e falso sequestro por telefone.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica, brigas de bar e decorrentes de conflitos de propriedade. Já a única causa assinalada unanimemente para os homicídios dolosos foi situação doméstica. Entrevistado da Polícia Civil também destacou o conflito de vizinho e brigas de bar; o da Polícia Militar, o acerto de contas entre criminosos; e o da Justiça, os conflitos políticos.

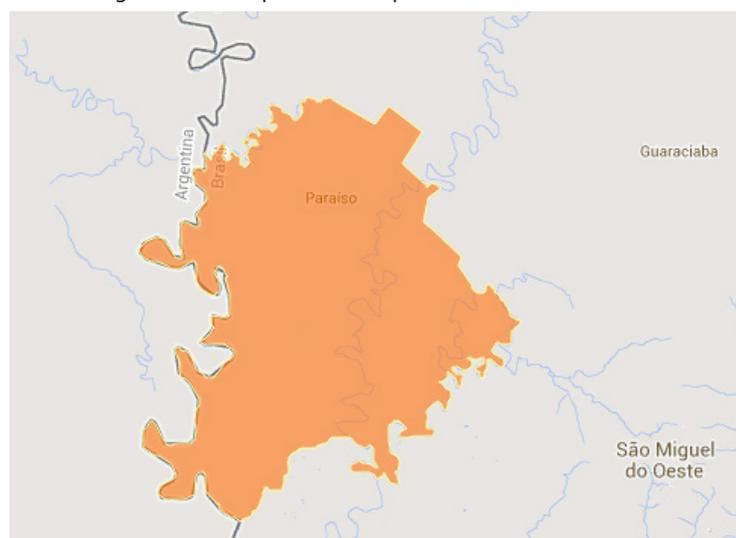
Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Maravilha é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Também foi citado estupro ou atentado violento ao pudor, atos libidinosos e exploração sexual infantojuvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências.

Paraíso

O município de Paraíso está localizado na fronteira com a Argentina e encontra-se a 679 km da capital do estado, Florianópolis. A BR-282, que vem de Florianópolis, termina no município, na ponte sobre o Rio Peperi-Guassú. Quando se terminar o asfaltamento do lado argentino e se completar a ponte internacional sobre o rio, o município se transformará em um importante ponto de circulação de cargas e passageiros. O município se emancipou de São Miguel do Oeste em 1992. Em 2010 contava com uma população de 4.080 habitantes. Paraíso foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura Nº 11. Mapa do Município de Paraíso e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: pela Lei nº 8.532 de 09 de janeiro de 1992.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 181.243 km ²
Fronteiras: ao norte com Guaraciaba, ao leste com São Miguel do Oeste, ao sul com Bandeirante e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 4.080 habitantes
Densidade demográfica: 22,51 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 49.861.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.220,92
IDH-M (2010): 0,7
Gentílico: paraisense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Paraíso

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 3.972 habitantes
Homicídios (2012): 0 (zero)
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 3.972 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 794 habitantes

Tabela Nº 39. Ocorrências, Município de Paraíso 2010 / 2012.

	2010	2011	2012
Furto	56	38	37
Roubo	3	2	0
Estelionato	1	0	0
Homicídio	0	0	0

Fonte: Polícia Civil – Paraíso

O município de Paraíso não teve ocorrências envolvendo posse ou tráfico de drogas em 2010, 2011 e 2012, de acordo com os dados da SSP de Santa Catarina. O último homicídio ocorreu em 2003.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Paraíso em 2012 foram vinculados à Lei Maria da Penha e a embriaguez.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 40: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Paraíso.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 3.972 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Novas, mas inadequadas/precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		2	
Impressora	1		2	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		2	
Filmadora	-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Muito frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	-		10	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		3	
Colete antibalísticos	-		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	

Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	2
Carabina	1	-
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	4
Pistola	1	2
Arma de condutividade elétrica	-	-
Bomba de efeito moral	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	*	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Sim
Capacidade	*	4
Média de presos/mês	*	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	4	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil conta com um agente. O delegado titular da delegacia está em São Miguel do Oeste. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro possui conexão à internet com velocidade de 256 Kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração. Quanto ao sistema de informação, há apenas registro de ocorrências e de inquéritos, não integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, nem com os bancos de dados nacionais. Também não há produção de estatísticas criminais.

A maior parceria da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é com a Polícia Militar. Segundo o entrevistado da Polícia Civil, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA, com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de segurança e o entrevistado não soube responder se a participação em coletivos melhoraria as condições de atuação da instituição. Em Paraíso, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil de Paraíso também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, nem participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) ou tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O destacamento da Polícia Militar de Paraíso conta com cinco praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema financeiro, recursos humanos, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 2012, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, porém sem a inclusão destas no INFOSEG. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 1 Gbps. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relativos à Maria da Penha e os vinculados à embriaguez.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município e a instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, mas não participa de nenhum coletivo de gestão. Em Paraíso, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 41. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Paraíso.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
Unidades	Conselho Tutelar
Efetivo	Conselheiros 8
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar Adequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Paraíso encontra dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o entrevistado ressalta também que falta reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público, há falta de ações articuladas com outros órgãos do poder ou da administração pública, e afirma ser necessária também uma maior clareza do papel do Conselho para pais e escolas, assim como também é importante a realização de cursos preparatórios.

Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns, em ordem de maior para menor frequência, são: abandono da escola, envolvimento com o ato infracional, maus-tratos e abandono.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, a localização do município de Paraíso próximo à fronteira não é positivo para o seu desenvolvimento econômico pelo fato de não haver caminho nem cidade no país vizinho. Da mesma maneira, ambos os entrevistados discordaram da afirmativa de que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”. O representante da Polícia Civil concorda com a afirmativa de que “o município de Paraíso possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira” e que “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”. Por sua vez, o policial militar discorda dessas afirmativas.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira em Paraíso apresenta, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas e crimes ambientais (sendo estes dois últimos, assinalados por um dos entrevistados).

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 42: Percepção da incidência de crimes no município de Paraíso.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser de gado, porém sendo também ressaltado o furto no comércio e o furto em residência. O roubo percebido como de maior incidência, embora raramente ocorra, é a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, o falso sorteio, concurso ou premiação, e os pequenos golpes populares. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Não houve homicídios no

município no ano de 2010. Entre os crimes sexuais, o representante da Polícia Civil citou como mais frequente o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil e outros atores institucionais

Nas entrevistas e no grupo focal, aparece a descrição de um pequeno município sem maiores problemas. Em relação à criminalidade local, foram assinalados alguns casos de roubo de motos que ficou comprovado o envolvimento de argentinos, mas essa situação não é frequente e não impacta no nível de segurança do município de maneira geral. Assim como em outros municípios fronteiriços, foi apontado que o roubo de motos do lado brasileiro acontece, pois do lado argentino, pelo menos na região de fronteira, há pouca fiscalização. Existe uma atividade fraca de contrabando que não influencia no cotidiano das pessoas. As práticas ilegais são incipientes. O intercâmbio comercial legal é baixo e não impacta economicamente o município.

De acordo com os participantes do grupo focal, há muitos brasileiros residentes na localidade argentina de São Pedro, a localidade de importância mais próxima, onde é muito comum ouvir e falar português. Muitas brasileiras casadas na Argentina voltam com seus filhos a Paraíso, apresentando problemas pela falta de documentação, especialmente na hora de frequentar a escola.

Alguns brasileiros ingressam nas matas do lado argentino para caçar, tendo, às vezes, problemas com a fiscalização e com a polícia argentina, dado que caçar é proibido, mesmo com fins não comerciais.

Não existe consenso sobre a ligação asfáltica, em construção, entre o Brasil e a Argentina no local ser boa ou ruim para o município. As autoridades locais do lado brasileiro e argentino têm se preocupado com o fato no sentido de aumentar o policiamento e construir uma aduana para fazer fiscalização.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A sede do município se encontra a sete quilômetros da fronteira com a Argentina. Ainda que não exista um povoado do lado argentino, em 1994 foi construída a ponte Comandante Rosales, onde termina a BR-282, que vem de Florianópolis.

Segundo relatos dos moradores e outras fontes, a ponte foi construída pela dedicação e pelas gestões do intendente da cidade argentina de São Pedro, distante

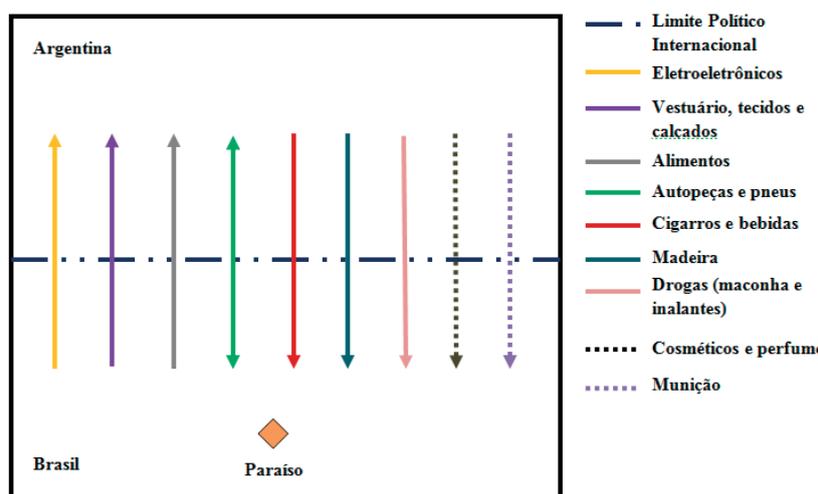
a 50 km do local, e conectado na época por um caminho de terra em não muito boas condições. A inauguração da ponte trouxe consigo medidas de controle, tais como a implantação de um posto de fiscalização da Gendarmeria Nacional, para controlar a passagem de uma média de 30 pessoas por mês. Para chegar ao lado argentino, até recentemente, era preciso percorrer 34 km até chegar ao pequeno povoado de Cruce Caballero (400 habitantes) e andar 14 km até chegar à cidade de San Pedro (17.000 habitantes). Com a vantagem de câmbio, uma loja de alimentos e bebidas se estabeleceu do lado argentino, perto da ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu. Botijão de gás e carne foram apostadas como duas mercadorias convenientes de serem compradas do lado argentino.

Atualmente, o governo argentino está terminando o asfalto que unirá a ponte à *Ruta Nacional 14*, o que estabelecerá uma conexão direta entre a Argentina e o Brasil, conexão que, por meio de diversas rodovias, ligará a costa pacífica chilena e a costa atlântica brasileira, estabelecendo assim um corredor interoceânico. Contudo, para habilitar a passagem de cargas deve ser construída uma ponte internacional. Existe um acordo entre os dois governos, assinado em 2011, que, em junho deste ano foi ratificado pelo Senado brasileiro, pelo qual começaram os estudos para a realização das obras.

Do lado brasileiro, a falta de emprego é uma das questões assinaladas como problemáticas, mas há uma expectativa muito grande em relação à concreção do corredor interoceânico.

Figura Nº 12. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Paraíso–Argentina

Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).



Até a década de 1990, a conexão com a Argentina na altura do município Paraíso era quase inexistente dada a distância dos centros povoados e da falta de caminhos que permitissem o trânsito regular. A partir da inauguração da ponte no Rio Pepirí-Guassu em 1994, o trânsito começou a ser um pouco mais regular. Contudo, a circulação mudará efetivamente quando o caminho asfaltado do lado argentino ser completado.

Paraíso é um município pequeno e tranquilo. A estrutura de segurança pública reflete a dimensão do município, sua emancipação relativamente recente e seu relativo afastamento dos circuitos fronteiriços. Os problemas de segurança pública local – alguns furtos, violência doméstica, pequenos delitos ambientais – refletem esse dimensão. A concreção do corredor interoceânico inaugurará um novo tempo para o município, tanto que se refere a possibilidades quanto aos problemas que deverá enfrentar.

Fotos das Instituições e do Município de Paraíso

Conselho Tutelar



Placa de construção do corredor Bi-Oceânico lado argentino



Corredor Bi-Oceânico em construção – lado brasileiro com estrada já asfaltada



Vista Aérea de Paraíso



Placa de construção do corredor Bi-Oceânico lado brasileiro



Vista de Paraíso



Princesa

O município de Princesa está localizado na fronteira com a Argentina, mas a sede do município se encontra distante bastantes quilômetros da divisa. Conectado por rodovia local com São José do Cedro, o município se emancipou deste em 1995. Em 2010 tinha uma população de 2.758 habitantes. Encontra-se a 688 km da capital do estado, Florianópolis.

Figura Nº 13. Mapa do Município de Princesa e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei nº. 9.923 de 29 de setembro de 1995.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 86,153 km ²
Fronteiras: ao norte com Dionísio Cerqueira, ao nordeste com Guarujá do Sul, na região que se estende de leste ao sul com São José do Cedro e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 2.758 habitantes
Densidade demográfica: 32,01 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,42
PIB (2010): R\$ 35.904.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13,018.22
IDH-M (2010): 0,706
Gentílico: princesense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A Colonizadora Imobiliária Princesa Ltda., com sede em Santo Cristo, RS, foi a responsável pela venda das terras, por meio de um de seus sócios, o procurador Roberto Zeno Rockenbach, que veio a residir em Princesa. A Imobiliária Princesa Ltda. adquiriu suas terras da Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda., com sede em Caxias do Sul,

RS. Os primeiros colonizadores que ali chegaram atraídos pela abundância de madeira de boa qualidade e terras férteis a custos reduzidos, chegavam a São José do Cedro, onde ficaram alojados alguns meses até que se abriam as estradas até Princesa. Depois das estradas abertas, faziam as mudanças de carroça até Princesa, o que ainda demorava dias. Sendo seus fundadores na maioria de origem alemã e italiana, e ainda muitos mestiços. A comunidade progredia significativamente, com a extração da madeira e sua comercialização.

Em 1958, a comunidade foi elevada à categoria de Distrito, denominado Princesa. Passada a euforia dos bons negócios com madeira e aos consequentes desmatamentos, a população do distrito passou a viver essencialmente da policultura, com a cultura de milho, arroz, feijão, batata-doce, trigo, fumo e outros. Formando-se a partir daí, uma estrutura fundiária, composta na sua totalidade de pequenas propriedades. Com a policultura, desenvolvia-se, até mesmo a pecuária, com criação de suínos, bovinos, caprinos e aves.

Depois do voto afirmativo pela emancipação no plebiscito realizado em 1995, a Lei nº 9.923 de 29 de setembro de 1995 criou o Município de Princesa. Hoje, o Município de Princesa, assim como os demais da região, tem como uma das principais atividades econômicas a agricultura e pecuária, principalmente de leite. As 385 famílias de agricultores do município trabalham basicamente com lavouras de milho, fumo, soja e produtos para o autoabastecimento familiar, como mandioca, feijão, arroz, batatinha, frutas, entre outros. Além da produção de grãos e alimentos, também é bastante significativa e importante a produção de leite, em Princesa.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Princesa

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 2.780 habitantes
Homicídios (2012): 0 (zero)
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 2.780 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 695 habitantes

De acordo com os dados da SSP de Santa Catarina, o município de Princesa não teve ocorrências envolvendo posse ou tráfico de drogas em 2010, 2011 e 2012, exceto em 2012 quando foram registradas duas ocorrências por posse de drogas.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Paraíso em 2012 foram vinculados à Lei Maria da Penha.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 43: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Princesa.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 2.780 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga, precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Palmtops	*		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Atende às necessidades muito frequentemente		Atende às necessidades muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	1		1	
GPS em viaturas	*		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		2	
Colete antibalísticos	1		4	
Escudos	-		-	

Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	4
Carabina	-	-
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	4
Pistola	1	4
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas em quantidades insuficientes	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	15	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Princesa conta com um agente. No que se refere à estrutura de comunicação, a Polícia Civil de Princesa possui conexão à internet com velocidade de 256 Kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, protocolo, financeiro, estoque, controle de viaturas, controle de munição, controle de armas e controle e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, também é realizada a inclusão destes no INFOSEG e a divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação também está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2008.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron) e do Centro Regional de Inteligência e acredita que esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Em Princesa, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira,

participando de operações simultâneas ou integradas que partem do ENAFRON ou do Estado. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Princesa está composto por quatro agentes. Apesar de existir conexão com a internet, o entrevistado não soube informar a velocidade. Não há nenhum sistema de administração. Quanto ao sistema de informação, usa-se fichas de papel e fichários de ocorrências e o entrevistado não soube responder se existe integração a outro sistema de informação (por exemplo, da Polícia Civil ou do Judiciário). Não há produção de estatísticas por parte da Polícia Militar. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relativos à Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, os Bombeiros, o Ministério Público, o IBAMA e o Corpo de Bombeiros, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Princesa, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa ENAFRON em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 44. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Princesa.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades	1	
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Princesa destaca que a principal dificuldade encontrada pelo órgão é devido à falta de preparo dos conselheiros. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: abandono da escola e o envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Princesa estar situado próximo à fronteira é considerado negativo para seu o desenvolvimento econômico. Da mesma maneira, a maioria discordou das seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e o tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “o município de Princesa possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;

Quanto à afirmação de que a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, o representante da Polícia Civil está de acordo, ao passo que o da Polícia Militar discorda.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Princesa, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente é a venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 45: Percepção da incidência de crimes no município de Princesa.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e furto no comércio. O entrevistado da Polícia Civil também ressaltou o furto de gado e, o da Polícia Militar, o furto de motocicleta. Os roubos percebidos como de maior incidência – ressaltados apenas pelo entrevistado da Polícia Militar – são a estabelecimentos comerciais e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os cheques sem fundos, os pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. Extorsões, segundo os entrevistados, jamais ou raramente ocorrem. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrentes de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para

os homicídios dolosos foram: situação doméstica, brigas de bar e conflitos de vizinhos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Princesa são o estupro ou abuso sexual de menores de idade (o entrevistado da Polícia Civil faz questão de ressaltar que são muitas as ocorrências desse tipo), o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e os atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município.

Santa Helena

O município de Santa Helena se encontra na fronteira com a Argentina. A sede do município, distante da fronteira com a Argentina, conecta-se pela rodovia SC-496 com Belmonte, ao norte, e Tunápolis, ao sul. Santa Helena se emancipou como município em 1992. Em 2010 tinha uma população de 2.382 habitantes. A cidade se encontra a 908 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis.

Figura Nº 14. Mapa do Município de Santa Helena e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Nº. 8.526, de 09 de janeiro 1992.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 81,695 km ²
Fronteiras: ao norte com Belmonte, ao leste com Descanso, ao sul com Iporã do Oeste e com Tunápolis e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim
População (2010): 2.382 habitantes
Densidade demográfica: 29,16 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,38
PIB (2010): R\$ 32.117.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.483,13
IDH-M (2010): 0,727
Gentílico: santaelenese

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto):IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M):Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Seguindo os padrões das demais cidades do extremo oeste do estado de Santa Catarina, Santa Helena foi colonizada por gaúchos descendentes de imigrantes italianos e alemães que esperavam enriquecer com a extração de madeira. Os colonizadores chegaram em 1943. Em setembro de 1962, foi fundado o distrito de Santa Helena, pertencente a Descanso. A emancipação só ocorreu com a Lei nº 8.526, de 09 de janeiro 1992.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Helena

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	2.351 habitantes
Homicídios (2012):	0 (zero)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil:	1 policial civil para cada 1.175 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar:	1 policial militar para cada 588 habitantes

Tabela Nº 46. Ocorrências, Município de Santa Helena, 2012.

Ocorrência	Quantidade
Furto	3
Roubo	0
Estelionato	0
Homicídio	0

Fonte: Polícia Civil – Santa Helena

De acordo com a Polícia Civil de Santa Helena, o último homicídio no município foi em 2004, em briga de bar. Em 2003 também houve um homicídio, em situação doméstica. De acordo com os dados da SSP de Santa Catarina, o município de Santa Helena não teve ocorrências envolvendo posse ou tráfico de drogas em 2010, 2011 e 2012.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Santa Helena em 2012 foram por perturbação do sossego por som automotivo.

Tabela Nº 47. Ocorrências envolvendo drogas, Município de Santa Helena, 2010-2012.

Ocorrência	2010	2011	2012
Posse de drogas	0	0	1
Tráfico de drogas	0	0	0

Fonte: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 48: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santa Helena.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 2.351 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Unidade ou Posto Fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura nova, mas precisando de reformas		Estrutura nova e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Adequadas e em boas condições		Novas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	1		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Monitoramento por satélite	*		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		3	
Colete antibalísticos	-		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	

Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	5
Carabina	-	-
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	1	4
Pistola	1	1
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	*
	Spray de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	3	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Santa Helena conta com um delegado e um agente. Os dois peritos e os dois legistas que atendem ao município não residem lá e atendem a 27 municípios da região. A conexão com Internet é de 520 Kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de controle de: armas; munição e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos; com inclusão no INFOSEG. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com os bancos de dados nacionais. Não há produção de estatísticas criminais, sendo estas feitas pelo estado somente.

Os parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município, são as Polícias Militar e Ambiental e o Conselho Tutelar. Segundo o entrevistado, não há necessidade de novas parcerias.

A Polícia Civil deste município não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Mas, no ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON). Em Santa Helena, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição também não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores nem dos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Santa Helena está composto por quatro praças. A conexão com Internet é de 256 Kbps. Nesta instituição, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, se faz uso de: fichas de papel e fichários de ocorrência, banco de dados e georreferenciamento de crimes; com inclusão dos dados no INFOSEG, além de um sistema de informações voltado para as mídias sociais. Produzem-se estatísticas criminais desde 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são: o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Civil e as Forças Armadas. Segundo o entrevistado, não há necessidade de novas parcerias. A Polícia Militar deste município participou da operação AGATA de patrulhamento de fronteira, além das operações Sentinela e do Programa ENAFRON em 2012.

Em Santa Helena, a Polícia Militar não troca informação com nenhum órgão de segurança pública do país vizinho. Não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 49. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Santa Helena.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar		
	Conselho Tutelar	
Unidades		
Efetivo	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar	
	Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município encontra dificuldade em diversos quesitos, como: falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; dificuldade no relacionamento com o poder executivo; falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: maus-tratos e abandonos, violência doméstica e abuso ou exploração sexual.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Percepção sobre as particularidades da situação de fronteira

Todos os representantes entrevistados discordam quanto à influência da fronteira na economia do município de Santa Helena. Alegam que, por se tratar de uma zona de mata sem habitação urbana, não há interação com o lado argentino; além das infraestruturas rodoviária, ferroviária e portuária serem precárias.

Em relação à afirmação de que atividades ilegais dinamizam a economia, ambos discordam. Entretanto, com relação ao município possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, o entrevistado da Polícia Civil discorda totalmente, já o da Polícia Militar concorda parcialmente. O mesmo ocorre quanto à percepção sobre a posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios (a Polícia Civil discorda, e a Polícia Militar concorda).

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Santa Helena, foram assinalados como os principais: o tráfico de drogas e os furtos de motos.

Com base na opinião dos entrevistados, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira, moeda e animais. Já do país vizinho para o Brasil as principais mercadorias são cigarros e bebidas, seguidas por artigos de informática, agroquímicos, pistola, crack e cosméticos.

As mercadorias citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram: cigarro, maconha, crack, cocaína, autopeças e bebidas. Tomando este mesmo ano por referência, as ocorrências envolvendo drogas foram consideradas ocasionais ou inexistentes. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados na região, em ordem de maior para o menor volume, foram maconha, cocaína e crack.

Neste município, há uma barreira móvel (blitz) da Polícia Militar. Os representantes destas instituições não souberam opinar quanto às transformações recentes nas políticas de fronteiras e suas consequências.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos entrevistados das polícias Civil e Militar e da Justiça, entende-se que, no município de Santa Helena, os crimes mais frequentes, ainda assim ocasionais, parecem ser furto e roubo. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela Nº 50: Percepção da incidência de crimes no município de Santa Helena

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente	Jamais
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser a residências, seguido por furtos de motocicletas. Quanto aos roubos, todos destacam o roubo a residências.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e os falsos sorteios. O tipo de extorsão citado foi extorsão simples.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, também foi citado conflitos no trânsito. Vale ressaltar que não houve homicídios no ano de 2011; um dos entrevistados citou um caso de homicídio decorrente de situação doméstica em 2003 e dois consequentes de brigas de bar em 2004.

Entre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Santa Helena é o estupro ou abuso sexual de menores de idade.

Atentado ao pudor apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências.

São José do Cedro

O município de São José do Cedro está localizado na fronteira com a Argentina. A sede do município se encontra sobre a BR-163, distante 33 km de Dionísio Cerqueira. Obteve o estatuto de município em 1958 e, em 2010, contava com uma população de 13.684 habitantes. O município se encontra a 689 km de distância, por estrada, da capital do estado, Florianópolis.

Figura Nº 15. Mapa do Município de São José do Cedro e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 348, de 21 de junho de 1958.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 281,029 km ²
Fronteiras: ao norte com Princesa e com Guarujá do Sul, ao leste com Palma Sola, ao sul com Guaraciaba e Anchieta e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 13.684 habitantes
Densidade demográfica: 48,69 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 266.599.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.499,61
IDH-M (2010): 0,731
Gentílico: cedrense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O Município de São José do Cedro iniciou sua colonização em 1950 com o arribo de vinte e um agricultores oriundos da região dos Sete Povos das Missões, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Distrito criado com a denominação de Cedro, pela lei municipal nº 80, de 12-12-1957, subordinado ao município de Dionísio Cerqueira. Elevado à categoria de município com a denominação de São José do Cedro, pela lei estadual nº 348, de 21-06-1958, desmembrado de Dionísio Cerqueira. Pela lei estadual nº 9923, de 29-09-1995, desmembra do município de São José do Cedro o distrito de Princesa, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 15-7-1997, o município é constituído de 3 distritos: São José do Cedro, Mariflor e Padre Réus.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em São José do Cedro

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 13.685 habitantes
Homicídios (2012): 0 (zero)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Razão:
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 2.737 habitantes
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 912 habitantes

Tabela Nº 51. Registro de Ocorrências, Município de São José do Cedro, 2010 / 2012.

	2010	2011	2012
Furto	112	122	113
Roubo	18	5	5
Homicídio	1	4	0
Posse de drogas	3	4	2
Tráfico de drogas	1	2	3

Fontes: Dados de furto e roubo: Polícia Civil – Paraíso. Dados de homicídio, posse e tráfico de drogas, SSP, SC.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de São José do Cedro em 2012 foram vinculados à Lei Maria da Penha e a embriaguez ao volante.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 52: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São José do Cedro.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 13.685 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 Posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	14
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova, mas precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		3	
Impressora	4		2	
Telefone fixo	2		2	
Fax	2		1	
Scanner	4		2	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Palmtops	*		-	
Máquina Fotográfica	2		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Atende às necessidades muito frequentemente		Atende às necessidades frequentemente	

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	3	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	2
Rádio portátil (HT)	-	4
GPS em viaturas	*	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	1	1
Arquivos em ficha de papel	20	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	5	14
Colete antibalísticos	6	6
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	9
Carabina	-	-
Espingarda	2	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	6
Pistola	5	9
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas em quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	**	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	50	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 53. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em São José do Cedro.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento		
Efetivo	Oficiais	-	
	Não militares	41	
	Praças	8	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	3	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	-	-	

Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	2º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	4º	
	Outros (atendimento clínico)	1º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de São José do Cedro conta com um delegado e quatro policiais civis. A conexão com a Internet é de 256 KB/s. Nesta delegacia, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel, fichas de papel em fichários. Há sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos, sendo realizada inclusão no INFOSEG. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, e com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2008.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e do Centro Regional de Inteligência; tal participação vem melhorando as condições de atuação da instituição. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) e nas Operações Sentinela; além de participar de operações simultâneas ou integradas da secretaria do Estado. Em São José do Cedro, a Polícia Civil troca informações com os órgãos de segurança pública da Argentina, de forma colaborativa e amigável; mas não recebe apoio de membros do Ministério de Relações Exteriores.

Quanto à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, foram ordenados os seguintes temas a abordar: identificação de fraudes veiculares; operação de inteligência; busca veicular; identificação de drogas; bombas e explosivos.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar no município de São José do Cedro está composto por um oficial e 14 praças. A conexão com a Internet é de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Militar utiliza sistemas de administração de controle de viaturas, de

protocolo e sistema financeiro. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado banco de dados, produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (com divulgação pública e regular) e controle de dados criminais por meio de fichas de papel e fichários de ocorrência. Não há inclusão no INFOSEG, mas o sistema de informações está integrado ao de outras Instituições, por exemplo, a Polícia Civil e o Judiciário. O órgão produz estatísticas criminais desde 2012.

Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos à Lei Maria da Penha e a direção de veículos sob efeito de bebida alcoólica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal e os Bombeiros, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com IBAMA. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas acredita que tal participação melhoraria as condições de atuação da instituição; também não participou nas Operações Sentinela. Entretanto, participou do Programa ENAFRON em 2012.

No tocante à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, os temas mais importantes a abordar foram: identificação de fraudes veiculares; geografia das fronteiras; operação de inteligência; identificação de drogas e troca de informações.

Corpo de Bombeiros

O grupamento do Corpo de Bombeiros do município de São José do Cedro está composto por oito praças e 41 bombeiros não militares. Na unidade de Corpo de Bombeiros de São José do Cedro, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada suficiente. Assim também foi considerada a quantidade de equipamento de salvamento e resgate, de equipamento para atendimento a produtos perigosos e de equipamento para combate a incêndio florestal.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente, a necessidade principal é adquirir rádios mais atualizados. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de conexão de 2GB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: ações preventivas, vistorias e análise de projetos; acidentes de trânsito (carro e caminhão) e incêndios florestais.

O Corpo de Bombeiros de São José do Cedro participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF); e para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão

modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem das Operações Sentinela; mas participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são as Polícias Militar e Civil, o Ministério público e o Judiciário; sendo desejável o incremento de parcerias com o Ministério Público.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 54: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São José do Cedro.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial				1	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	29				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reforma		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga e sem condições de reforma		Inadequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de São José do Cedro é uma comarca de entrância inicial de vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível sempre atende às necessidades desta unidade. Há internet, com velocidade de 4 GB/s. Estima-se que por volta de 80 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Sistemas de administração e computadores são usados para gerir os sistemas de recursos humanos, estoque, controle de armas, manutenção de equipamentos, protocolo e de distribuição de autos. Há também sistema de informação computadorizado, produção e divulgação pública e regular de estatística e fichas de papel em fichários; mas não há integração dos dados com os sistemas de outras instituições de segurança. As estatísticas são produzidas desde 1998. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o entrevistado discorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Este juiz também não participa ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

As cinco principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de São José do Cedro são, respectivamente, a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho; a falta de cooperação jurídica internacional, a comunicação deficiente com outros órgãos, a falta de articulação com outros órgãos de segurança pública e justiça criminal e a falta de recursos humanos. O promotor que atua na área

criminal não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São José do Cedro são: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de São José do Cedro encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública. Entre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, em ordem de maior para menor frequência, são: abandono da escola, violência doméstica e maus-tratos e abandonos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para os representantes locais de instituições em foco, o fato de o município de São José do Cedro estar situado próximo à fronteira não interfere no seu desenvolvimento econômico. Todos concordam que o município tem dinâmica interna própria, não dependendo economicamente da Argentina. A maioria dos entrevistados discordou da afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Também não houve consenso entre os operadores quanto à afirmativa de que a posse de arma é mais frequente ali do que em outros municípios; e todos discordaram quanto ao município possuir características únicas de criminalidade por estar na faixa de fronteira. Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São José do Cedro, foram assinalados como sendo os principais: contrabando; tráfico de drogas e armas e crime ambiental.

Com base na observação da realidade local, referente ao ano de 2012, o representante da Polícia Civil afirmou ser frequente a incidência de venda de drogas no município; os representantes da Polícia Militar e Justiça a classificaram como ocasional. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, respectivamente, foram: maconha, crack, cocaína e sintéticos. Os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar estimam que existam por volta de cinco pontos de venda de drogas em São José do Cedro; além de uma oficina de desmanche de carros e dois pontos de armazenamento de mercadorias contrabandeadas. Atualmente, há uma barreira fixa da PM no município. Segundo eles, as transformações recentes nas políticas de fronteira não afetaram ou acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas, ainda assim, na opinião de alguns, são apenas ocasionais. A tabela abaixo mostra a resposta de cada instituição.

Tabela Nº 55: Percepção da incidência de crimes no município em São José do Cedro.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Não há um consenso quanto aos tipos mais frequentes de furtos; foram destacados os furtos a residências, no comércio e de motocicletas e veículos. O mesmo ocorreu em relação aos roubos; foram citados Roubo a estabelecimento comercial, à instituição financeira, a transeuntes e de veículos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados, unanimemente, os pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. O crime de extorsão foi mencionado apenas por operadores da Polícia Militar, que destacou a ocorrência de extorsão simples. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. Já as principais causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, as situações domésticas e conflitos em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, os mais frequentes em São José do Cedro são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município foram os furtos.

São Lourenço do Oeste

O município de São Lourenço do Oeste está localizado na divisa com o Estado de Paraná, distante 77 km da fronteira com a Argentina. Encontra-se a 606 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis. Em 2010, contava com uma população de 21.792 habitantes. Além da atividade agropecuária, é um município caracterizado pela presença industrial, com empresas de destaque na área de biscoitos e massas, assim como no ramo metal mecânico e de vestuário.

Figura Nº 16. Mapa do Município de São Lourenço do Oeste e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº. 348, de 21 de junho de 1958.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco sul)
Área (2010): 360,479 km ²
Fronteiras: ao norte com o estado do Paraná, ao leste com Jupiá e com Novo Horizonte, ao sul com Formosa do Sul e com Irati e a oeste com Saltinho e com São Bernadino.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 21.792 habitantes
Densidade demográfica: 60,45 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,46
PIB (2010): R\$ 554.896.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 25.457,45
IDH-M (2010): 0,749
Gentílico: lourencense ou lourenciano

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Os primeiros imigrantes, a maioria de origem italiana e alemã, instalaram-se no Município em 1948, vindos de diversas partes do Estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. O primeiro nome desta localidade foi Catanduva, devido a um tipo de vegetação com o mesmo nome.

A efetiva colonização ocorreu na década de 1950. Ocasão em que pertencia a Chapecó e cuja denominação mudou-se para Bracatinga. Essa colonização foi efetuada pela Empresa Colonizadora Saudades Ltda., com sede em Chapecó, tendo instalado a primeira indústria da região, uma serraria.

Em 1951, a localidade passou à categoria de distrito e recebeu o nome de São Lourenço. Quando foi criado o Município, em 1958, passou a denominar-se São Lourenço do Oeste.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em São Lourenço do Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	22.062 habitantes
Homicídios (2012):	4 (quatro)
Instituições de segurança presentes no município:	Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Conselho Municipal de Segurança, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar.
Razão:	
População por efetivo da Polícia Civil:	1 policial civil para cada 1.103 habitantes
População por efetivo da Polícia Militar:	1 policial militar para cada 649 habitantes

Tabela Nº 56. Registro de ocorrências, Município de São Lourenço do Oeste, 2010 / 2012.

	2010	2011	2012
Homicídio	3	3	4
Posse de drogas	7	5	9
Tráfico de drogas	3	5	8

Fonte: Secretaria de Segurança Pública, Santa Catarina.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de São Miguel do Oeste em 2012 foram por porte ilegal de armas e munição, Lei Maria da Penha, infrações de trânsito e entorpecentes.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 57: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São Lourenço do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 22.062 habitantes				
Homicídios (2012) = 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	2 delegacias		1 batalhão e 1 Unidade ou Posto Fixo	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	1
	Agentes	18	Praças	33
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, mas em boas condições		Antigas e precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas, mas em boas condições		Antigas e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	30		8	
Impressora	8		5	
Telefone fixo	18		8	
Fax	2		1	
Scanner	7		1	
Internet	2		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	

Estação de rádio digital	-	-	-	-
Equipamento de visão noturna	-	-	-	-
Aparelho de TV	1	-	1	-
Gravadores	-	-	-	-
Máquina Fotográfica	5	-	2	-
Filmadora	1	-	-	-
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	10	1	5	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	1	*	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	15		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	5		5	
Rádio portátil (HT)	5		6	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		1	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	20		6	
Colete antibalísticos	18		8	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		4	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		15	
Carabina	1		-	
Espingarda	4		2	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	6		-	
Pistola	27		14	
Arma de condutividade elétrica	*		2	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	Granadas de efeito moral	*	*	
	Spray de pimenta	*		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Tipo suficiente e quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	**		**	
Capacidade	**		**	
Média de presos/mês	**		**	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	35		*	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 58. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em São Lourenço do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Pelotão independente		
Efetivo	Oficiais	1	
	Bombeiros não-militares	5	
	Praças	11	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	2	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Raramente atende às necessidades		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	4º	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	7º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

No município de São Lourenço do Oeste existem duas delegacias, que contam com dois delegados, 18 agentes, um perito e um legista. No que se refere à estrutura de comunicação, a delegacia possui conexão à internet com velocidade de 512 Kbps a 1 Mbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, financeiro, de protocolo, de estoque, controle de munição, controle de armas, controle de manutenção de equipamento e controle de viaturas. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências, registro de inquéritos e sistema de georreferenciamento. A inclusão no INFOSEG também é realizada. Mesmo com o sistema computadorizado, ainda há o uso de tabelas ou listas de papel e fichas de papel em fichários. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI-Fron) e o entrevistado acredita que esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Em São Lourenço do Oeste, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando de operações integradas com as Forças Armadas. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de São Lourenço do Oeste está composto por um oficial e 33 praças. Sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 2010, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, divulgando-se estas pública e regularmente, porém sem a inclusão destas no INFOSEG. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 250 Kbps. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de fichas de papel e fichário de ocorrências. O entrevistado não soube informar se os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de porte ilegal de armas e munição, os relativos à Lei Maria da Penha, os relativos ao trânsito e os ligados ao uso ou posse de entorpecentes.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município e a instituição participa do Núcleo de Integração de Fronteira. Em São Lourenço do Oeste, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade do Corpo de Bombeiros de São Lourenço do Oeste a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, destacando o entrevistado a necessidade de calçados, vestimenta, capacete e equipamento de proteção respiratória (EPR). A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também foi

considerada insuficiente, destacando a necessidade de material para salvamento em altura. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade foi tida como insuficiente, sendo necessária roupa de proteção classe A. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: kit pickup, abafadores, pontas costais e equipamento de proteção individual (EPI).

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nesta unidade não é suficiente e a necessidade principal são rádios móveis. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências, gerenciadas pelo estado de Santa Catarina. A unidade dispõe de conexão com a internet com velocidade de 500 Kbps.

O entrevistado não soube responder se a participação em coletivo de gestão modifica ou melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira – em cooperação com o Exército -, participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela nem troca informações ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário, sendo desejável o incremento da parceria com o Ministério Público.

Conselho Municipal de Segurança Pública

O Conselho Municipal de Segurança Pública atua neste município desde 2005, com paridade entre o número de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões são mensais, convocadas pelo presidente do Conselho e conta com efetiva participação dos conselheiros representantes da sociedade civil, bem como com a efetiva participação de todos os órgãos do Poder Público. As demandas da comunidade chegam ao Conselho pela Polícia.

Os três principais assuntos discutidos nas reuniões são: ocorrências de crimes no município, problemas no município que podem levar a delitos e avaliação do trabalho da polícia. As três preocupações levadas pela comunidade às reuniões do Conselho são: crimes contra o patrimônio (furto e roubo), tráfico de drogas e envolvimento de jovens na criminalidade. As principais queixas da comunidade com relação ao trabalho da Polícia Militar são: a demora em atender às ocorrências criminais e a deficiência de veículos e de recursos humanos. De outro lado, a principal queixa dos policiais em relação à comunidade é a falta de cooperação no fornecimento de informações.

O representante se mostrou totalmente de acordo com a afirmativa que “após a criação do Conselho, o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente”.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 59: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São Lourenço do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial							
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	18						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga e sem condições de reforma		Inadequadas		*		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antiga e sem condições de reforma		Inadequadas		*		Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Justiça

O município de São Lourenço do Oeste é uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade muito frequentemente. Há internet e a conexão tem velocidade de 4 Gbps. Não foi informada pelo entrevistado a quantidade de mandados de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração utilizados no fórum são relativos à: estoque, controle de armas, controle e manutenção de equipamentos, protocolo e distribuição de autos. Há também sistema de informação computadorizado, produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, e produção e divulgação pública e regular de estatística, estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 1999. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança, e o juiz entrevistado concorda que tal participação produz melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não soube dizer se os juízes desta comarca participam ou apoiam alguma operação de fronteira.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de São Lourenço do Oeste são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos materiais, a falta de recursos humanos, a falta de segurança no trabalho e a comunicação deficiente com outros órgãos. O entrevistado não soube responder desde quando são produzidas estatísticas, e ressaltou que a informação deveria ser obtida com a corregedoria do órgão, visto

que esta possui todos os dados e relatórios mensais. Os promotores que atuam na área criminal participam do Conselho Municipal e do Conselho de Segurança da Comunidade (CONSEG). Porém não participaram do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas no município são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Estadual. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi relativa ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de São Lourenço do Oeste encontra dificuldade devido à falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Entre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns, são: maus-tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e o abandono da escola.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, nem promotoria especializada em infância e juventude ou defensoria especializada em infância e juventude, nem mesmo uma equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude. Em 2012, cerca de 28 adolescentes passaram por esse juizado de São Lourenço do Oeste e aproximadamente seis deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 28 receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a o representante local do Conselho de Segurança Municipal, o fato de o município de São Lourenço do Oeste estar situado próximo à fronteira interfere positivamente no seu desenvolvimento econômico, já na opinião do entrevistado da Polícia Civil este fato tem uma influência negativa e o representante da Polícia Militar não soube responder a essa questão. Todos os entrevistados discordaram de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Também houve consenso entre os operadores quanto à afirmativa de que o município possui características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. Em relação à afirmativa de a posse de arma ser ali mais frequente do que em outros municípios, os entrevistados do Conselho Municipal de Segurança e o da Polícia Militar concordaram e o entrevistado da Polícia Civil discordou. Entre os

problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São Lourenço do Oeste foram, assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas e crimes ambientais.

Os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar afirmaram existir uma barreira fixa ou móvel no município. Segundo eles, as transformações recentes nas políticas de fronteira não afetaram ou acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas.

Tabela Nº 60: Percepção da incidência de crimes no município de São Lourenço do Oeste.
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Raramente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente

Na percepção dos entrevistados os tipos mais frequentes de furtos são a transeunte, em residência, ao comércio, de veículos e de gado. Os tipos de roubos mais comuns, segundo os entrevistados, são: a transeunte, a estabelecimento comercial, de veículos, em residência e à instituição financeira. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, as fraudes no comércio, o falso sorteio, concurso ou premiação, as fraudes financeiras ou comerciais e os cheques sem fundos. O crime de extorsão mais frequente é a extorsão simples. Há consenso quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica, decorrente de conflitos de propriedade e relativas a brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, as situações domésticas, em conflitos por propriedade ou algum bem e conflitos em acerto de contas entre criminosos. Entre os crimes sexuais, os mais frequentes em São Lourenço do Oeste são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infantojuvenil, os atos libidinosos e os estupros ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu de maneira unânime como a mais frequente entre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade o município foram furto, roubo e uso de entorpecentes.

São Miguel do Oeste

São Miguel do Oeste é a principal cidade dos municípios localizados na linha de fronteira ou próximos a ela, sendo considerada como a capital do extremo-oeste catarinense. Obteve sua emancipação do município de Chapecó em 1953 (sendo instalado em 1954) e, até 1995, fazia fronteira com a Argentina, ano em que o município de Bandeirante se emancipou, completando a emancipação dos distritos do município que faziam fronteira com a Argentina (Guaraciaba, em 1961, e Paraíso, em 1992). Encontra-se a 655 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis. Hoje em dia é um importante polo agroindustrial, com uma produção agrícola e pecuária de destaque, contando com indústrias metal-mecânicas, de transportes, de moveis e de software. O município é atravessado pela BR-163, rodovia que corre paralelamente à fronteira com a Argentina. São Miguel do Oeste foi um dos municípios analisados a partir de pesquisa qualitativa.

Figura Nº 17. Mapa do Município de São Miguel do Oeste e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº. 133, de 30 de dezembro de 1953 e instalado no 15-02-1954
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco sul)
Área (2010): 234,055 km ²
Fronteiras: ao norte com Guaraciaba, ao leste com Barra Bonita e com Romelândia, a sudeste com Flor do Sertão, ao sul com Descanso e a oeste com Bandeirante e com Paraíso.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: não.
Acesso viário: sim.
População (2010): 36.306 habitantes
Densidade demográfica: 155,12 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,5
PIB (2010): R\$ 636.569.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 17.538,74
IDH-M (2010): 0,801
Gentílico: miguel-oestino

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A criação do município de São Miguel do Oeste foi resultado do envolvimento de todos os habitantes da Vila Oeste, dos líderes comunitários e dos homens públicos que estenderam a mão, empenhando-se na busca de soluções. A reivindicação e a conquista da emancipação político-administrativa não foi um capricho de líderes da época. Era necessidade imperiosa, questão de sobrevivência. A região recebia diariamente caravanas de colonos procedentes do Rio Grande do Sul, mas não oferecia as mínimas condições para uma vida confortável. Em 1952, o deputado estadual Lenoir Vargas Ferreira, por solicitação de São Miguel do Oeste, propôs emenda à Constituição Catarinense possibilitando que municípios que distassem até 90 km da fronteira poderiam se emancipar, independentemente do número de moradores do distrito e sem necessidade de comprovação de renda. Com a aprovação, em 1953, modificou-se a concepção dos municípios originais. Era a porta que se abria para o desmembramento territorial de Chapecó. A Lei Nº 133, da Assembleia Legislativa, traduzia-se como o fato político mais importante dos últimos 13 anos: a emancipação político-administrativa de São Miguel do Oeste. A instalação oficial do município de São Miguel do Oeste, em 15 de fevereiro de 1954, foi simples se comparada às comemorações da instalação do distrito.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em São Miguel do Oeste

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 36.908 habitantes	
Homicídios (2012): 4 (quatro)	
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar, e Corpo de Bombeiros, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal.	
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 900 habitantes	
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 410 habitantes	

Tabela Nº 61. Registro de ocorrências, Município de São Miguel do Oeste, Período 2011 / 2012.

	2011	2012
Furto	709	673
Roubo	33	23
Estupro	22	23
Lesão corporal (todas)	538	622
Homicídio doloso	3	4
Posse de drogas	25	75
Tráfico de drogas	9	29

Fontes: Dados sobre posse e tráfico de drogas: Núcleo de Geoprocessamento e Estatística da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina. Dados de furto, roubo, lesão, estupro e homicídio doloso: Polícia Civil, SSP.

Nota: Os valores apresentados correspondem à soma dos trimestres. No caso da categoria Furto, é o agregado das categorias de furto a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros. No caso da categoria Roubo, é o agregado das categorias de roubo a banco, a residências, a estabelecimento comercial, de veículo e outros.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de São Miguel do Oeste em 2012 foram: **furto, violência física e embriaguez ao volante.**

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 62: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São Miguel do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 36.908 habitantes				
Homicídios (2012) = 4				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	5 delegacias		1 batalhão, 1 Cia, 1 posto fixo e 2 quartéis	
Efetivo	Delegados	7	Oficiais	11
	Agentes	34	Praças	79
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas, adequadas e em boas condições		Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	97		31	
Impressora	16		12	
Telefone fixo	16		20	
Fax	5		3	
Scanner	7		8	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	3		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	10		-	
Aparelho de TV	5		3	
Gravadores	5		-	
Palmtops	*		8	
Máquina Fotográfica	10		5	
Filmadora	4		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	14	-	20	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	3	-
Moto	1	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Atende às necessidades muito frequentemente		Atende às necessidades muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	20		3	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	8		20	
Rádio portátil (HT)	8		45	
GPS em viaturas	*		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	1		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	

Notebooks	5	7
Arquivos em ficha de papel	**	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	25	11
Colete antibalísticos	16	102
Escudos	-	18
Capacetes	10	22
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	48
Carabina	1	7
Espingarda	3	34
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	2
Fuzil	1	17
Revólver	-	27
Pistola	33	92
Arma de condutividade elétrica	*	9
Bomba de efeito moral	*	70
Instrumento de menor potencial ofensivo	1	*
Outro	Granadas de efeito moral	-
	Spray de pimenta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas em quantidades insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	-	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela Nº 63. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em São Miguel do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Batalhão		
Efetivo	Oficiais	6	
	Não-militares	19	
	Praças	35	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	5	-
	Viatura de combate a incêndio	2	1
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	2	-
	Motocicleta	-	1
	Embarcações sem motor	-	1
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
Outros	2	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existem cinco delegacias em funcionamento em São Miguel do Oeste que contam com 7 delegados, 34 policiais civis, dois peritos e dois legistas. No que se refere à estrutura de comunicação, a conexão à internet de que dispõe varia de 512 Kbps a 1 Gbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos, protocolo, controle de viaturas e de controle de armas. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, a inclusão no INFOSEG também é realizada e há divulgação pública e regular das estatísticas. A instituição dispõe também de sistema de georreferenciamento. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2009.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron) e do Centro Regional de Inteligência, e acredita que esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. Em São Miguel do Oeste, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e amigáveis. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando da Câmara Temática, por meio do núcleo temático de inteligência de fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar no município de São Miguel do Oeste está composto por 11 oficiais e 79 praças. Sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema recursos humanos, protocolo, estoque, controle de viaturas, controle de armas, controle de munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 1994, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, porém sem a inclusão destas no INFOSEG. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas de papel. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade tem velocidade de 2 Mbps. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições, como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência física, furto e aqueles relativos ao trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, os Bombeiros, a Polícia Federal e as Forças Armadas, porém, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município e a instituição participa da Câmara Temática do programa ENAFRON. Esta instituição participa e apoia grupos de patrulhamentos ou operações de fronteira. Em São Miguel do Oeste, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou do Programa ENAFRON em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

O Batalhão do Corpo de Bombeiros de São Miguel do Oeste conta com seis oficiais, 35 praças e 19 bombeiros não militares. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente, sendo ressaltada a necessidade de equipamento para proteção respiratória, roupa de proteção individual (EPI) e equipamento de proteção para produtos perigosos (EPP). A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também foi considerada insuficiente, sendo necessários; equipamento de GPS, embarcações, coletes salva-vidas, equipamento de mergulho e boia (*life belt*). A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nesta unidade foi tida como insuficiente e, segundo o entrevistado, a necessidade da unidade é o kit completo, composto de detector de gases, roupa de proteção nível A, EPR, bacia de contenção e piscina de descontaminação. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: kit pick-up, bombas costais e batedores.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, a necessidade principal é uma unidade móvel de comunicação com antena e material necessário para instalação. Esta unidade possui computadores ligados à internet com velocidade de 1 Gbps, mas não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

O Corpo de Bombeiros de São Miguel do Oeste participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações de fronteira, porém não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, mas tem participado das Operações Sentinela. Com os órgãos equivalentes do país vizinho, não há troca de informações ou colaboração. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e as Forças Armadas. O entrevistado ressaltou que deveria ser incrementada a relação com a Polícia Rodoviária Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 64: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São Miguel do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária				1	
Efetivo	Juizes	3	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	44				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga mas precisando de reformas		Inadequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas, mas adequadas e em boas condições		Inadequadas		Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de São Miguel do Oeste é uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, Criminal e Civil. Esta sede judiciária dispõe de um carro e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade muito frequentemente. A unidade não dispõe de internet e não foi informada a estimativa de mandados de prisão expedidos em 2012. Quanto aos sistemas de administração, nesta comarca estão em uso os de controle e manutenção de equipamentos, de protocolo e de distribuição de autos. Há também sistema de informação computadorizado e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, mas o entrevistado não sabe se o banco de dados está integrado a demais sistemas de informação. Não foi informado desde quando as estatísticas são produzidas. Os juizes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o juiz entrevistado discorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juizes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude e uma equipe interprofissional especializada em infância e juventude. Não há Defensoria Pública. Em 2012, cerca de 115 adolescentes passaram por este juizado – neste número não foram levados em consideração a quantidade de medidas protetivas, pois o entrevistado não as soube estimar, visto que são muitas -, porém aproximadamente quatro deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 101 receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Ministério Público

Não foram apontadas dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de São Miguel do Oeste. Desde o ano de 2001, a instituição vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira. O entrevistado não soube responder se a instituição participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São Miguel do Oeste são: a Polícia Federal, o IBAMA, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA e com a Polícia Federal. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi o combate ao tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de São Miguel do Oeste encontra dificuldades devido à falta de preparo dos conselheiros, a falta de clareza do papel do Conselho pela sociedade em geral, devido à falta de infraestrutura interna, falta de equipamentos e de um carro. Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: maus-tratos e abandono, abandono da escola e o envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela Nº 65: Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal em São Miguel do Oeste.

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe C e Centro de atendimento ao contribuinte	
Efetivo	Audidores	-
	Analistas-tributários	3
	Técnicos	2
	Terceirizados	2
Qualidade das instalações internas	Antigas, mas adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Inspetoria da Receita Federal de São Miguel do Oeste é a sede que tem jurisdição sobre outros 21 municípios da região. Dispõe de um carro oficial funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender às necessidades da unidade. Dispõe também de recursos suficientes para atender às suas necessidades. Há internet, porém o entrevistado não soube responder qual a velocidade.

A Receita Federal do município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o auditor fiscal entrevistado acredite que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou de nenhuma operação ou grupo de patrulhamento de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de São Miguel do Oeste estar situado próximo à fronteira é considerado negativo para seu desenvolvimento econômico. Da mesma maneira, todos discordaram com as seguintes afirmativas:

1. “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
2. “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

E a maioria concordou com a afirmativa de que “o município de São Miguel do Oeste possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em São Miguel do Oeste, foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela Nº 66: Percepção da incidência de crimes no município de São Miguel do Oeste.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, a transeunte, a residências e de veículo. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, os cheques sem fundos e o falso sorteio, concurso ou premiação. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em brigas de bar, situação doméstica, decorrente de conflitos de

propriedade e brigas de rua. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, situação doméstica, conflitos entre vizinhos e em acertos de conta entre criminosos. Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no município são o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e o estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre as outras ocorrências comuns no município. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em São Miguel do Oeste, segundo a percepção dos entrevistados, são furto, roubo e uso de entorpecentes.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil e outros atores institucionais

Tanto os atores civis como os operadores de segurança pública consideram São Miguel Oeste como um município seguro e sem grandes problemas de criminalidade. Os principais problemas apontados são os furtos, especialmente de motocicletas, que são levadas à Argentina para serem trocadas por outras mercadorias e às situações que envolvem consumo e tráfico de drogas. Apesar de se reconhecer que o consumo de drogas tem aumentado na cidade, não configura um problema fora de controle. Entrevistado do conselho tutelar assinalava que entre a juventude é mais grave o álcool, algo aceito e tolerado pelos adultos.

Foi ressaltado que andar armado é uma questão cultural na região, o que é um perigo quando as pessoas se envolvem em brigas. De acordo com um dos policiais entrevistados, a resolução dos homicídios é alta precisamente por ser tratar de crimes passionais ou de brigas entre conhecidos.

Um dos elementos apontados por operadores de segurança para assinalar o grau de controle da cidade foi a falta de camelôs. Operam, sim, vendedores de CDs e DVDs “piratas” que circulam com as mercadorias oferecendo-as, o que os torna mais vulneráveis à ação policial.

Em relação às instituições de segurança, o principal problema apontado pelos operadores de segurança é a falta de efetivos. Todos reconhecem que às áreas de fronteira passaram a receber mais atenção, especialmente do governo federal, recebendo material e equipamento. Contudo, isso torna mais evidente a falta de efetivos. Tal como um dos entrevistados o expressara: “Não adianta comprar 100 caminhonetes se não houver ninguém para dirigir.” Sobre a política de fornecimento de equipamentos, um dos entrevistados criticou a falta de consulta em relação a alguns equipamentos recebidos. Por exemplo, viaturas, porque é quase impossível encontrar peças de reposição na região ou kits de investigação para unidades que não têm investigação.

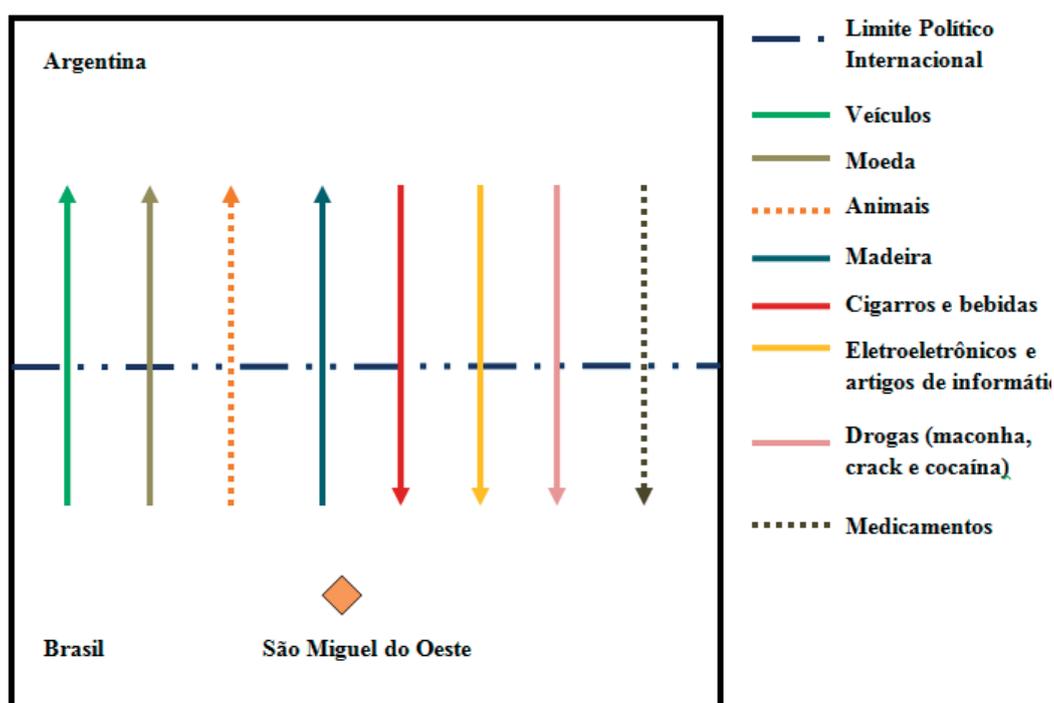
Segundo um dos entrevistados, as polícias do extremo oeste catarinense são consideradas como uma das mais honestas do Estado. Em cidades pequenas onde todos se conhecem, o perfil do policial é de morador local pelo que existe uma cobrança pessoalizada em torno dele. Nesses locais, não se consegue dissociar a imagem da pessoa da do profissional, então ele tem um comprometimento maior.

De acordo com membros da sociedade civil, a polícia deveria ter uma atitude mais educativa e menos repressiva com os adolescentes envolvidos em pequenas infrações. Um dos próprios operadores de segurança reconheceu a falta de critério existente ao prender o pequeno transportador de drogas sabendo que a circulação no atacado é o verdadeiro problema.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

Os fluxos de mercadorias vindas da Argentina e do Paraguai ocorrem por meio da BR-163. Tanto o que vai rumo ao Rio Grande do Sul, quanto aquilo que é comprado e consumido localmente, vem de Dionísio Cerqueira. A BR-282, que termina em Paraíso, não tem uma contrapartida asfaltada do lado argentino. A previsão era que no fim de 2013 o asfalto estivesse pronto e que, com a construção de uma ponte internacional, o fluxo de mercadorias fosse equiparável àquele de Dionísio Cerqueira. Isto é visto com uma grande expectativa e com certa preocupação.

Figura Nº 18. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira São Miguel d'Oeste – Argentina.



Fonte: Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Todos os entrevistados assinalaram que existe um fluxo comercial bastante fluido entre brasileiros e argentinos, assim como uma relação estreita a partir de visitas, festas e entretenimentos. Os brasileiros costumam cruzar para a Argentina com frequência para jogar no cassino.

Ilícitos transfronteiriços

São Miguel do Oeste é um território de passagem de mercadorias lícitas e ilícitas que vem da Argentina e do Paraguai (via Argentina). De acordo com os operadores de segurança, o contrabando e o descaminho são os principais crimes fronteiriços. Armas e drogas (crack, principalmente) vêm da Argentina, e drogas (maconha, cocaína e crack) e cigarros do Paraguai. De acordo com alguns operadores de segurança, até uns anos atrás, a droga que ingressava na região vinha exclusivamente do Paraguai. Os entrevistados afirmaram o incremento nos últimos três anos, de droga proveniente da Argentina, especialmente de crack.

De acordo com alguns entrevistados, o perfil daqueles que transportam drogas é bastante recorrente: jovem, masculino, transportando em carro, não necessariamente desempregado, mas querendo fazer um dinheiro a mais de forma rápida. A reação quando são detidos revela esse perfil: eles não reagem e se entregam. Algo que contrasta com os que transportam cigarro, que muitas vezes se dedicam regularmente à atividade, reagindo com armas ou utilizando o veículo para investir contra os policiais.

Não há redes instaladas na cidade que controlem os tráficos ilícitos. O que pode existir são redes de apoio para facilitar a circulação, tal como foi revelado na Operação Loki, da Polícia Federal para combater o contrabando de cigarros de uma rede que operava no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul ingressando cigarros do Paraguai. Na operação, um policial de São Miguel do Oeste foi preso. Ele prestava serviço no posto de Saltinho, sobre a rodovia estadual SC-160.

O furto de motocicletas, mencionado por vários entrevistados, alimenta circuitos de troca de mercadorias. As motos são levadas para Argentina e trocadas por outras mercadorias, como drogas – maconha e crack –, armas ou outras mercadorias como bebidas, cosméticos ou cigarro. Em nenhuma entrevista foi mencionada a utilização de essas motos por argentinos, como foi assinalado em Dionísio Cerqueira. O destino que alguns entrevistados apontaram foi o desmanche dos veículos para posterior revenda de peças.

Além das redes que movem mercadorias entre estados, existe o pequeno 'formiguinha' que se abastasse do lado argentino e revende as mercadorias no comércio da cidade. Com a facilidade de acesso à Argentina, contudo, as possibilidades de crescer são relativas. Foi assinalado que muitos dos que ficam ou ficaram ricos com atividades

ilícitas, por meio da importação de mercadorias, da sonegação fiscal, ou de alguma atividade empresarial mascarada, são mais difíceis de serem detectados.

Foram assinalados também delitos ambientais, especificamente a exploração de madeira do lado argentino e a sua venda no Brasil.

Apesar de sua dimensão, da sua importância econômica e da sua localização, São Miguel do Oeste apresenta problemas de criminalidade sob o controle das instituições de segurança local, não estando associados esses problemas a dinâmicas transfronteiriças, e sim a dinâmicas internas da própria cidade. Furtos e eventos envolvendo drogas são as principais ocorrências, mas também foram destacados crimes ambientais, além do contrabando e descaminho em trânsito pelo município. O local de ingresso das mercadorias vindas do exterior é por meio de Dionísio Cerqueira, mas se espera que, quando o asfaltamento da rodovia que liga a Argentina ao município de Paraíso terminar, a poucos quilômetros de distância de São Miguel do Oeste, esse movimento se desloque em parte para lá. Se hoje uma das demandas dos operadores de segurança é maior efetivo, no contexto do Corredor Bioceânico essa demanda é vista como imprescindível. Além do número, alguns atores destacaram a necessidade de uma preparação específica para lidar com essa modificação profunda dos fluxos de pessoas e mercadorias.

Algumas tendências que foram destacadas e que merecem ser sublinhadas são o crescimento do fluxo de drogas vindas da Argentina – especialmente crack –, o roubo de motocicletas para serem vendidas ou trocadas por outras mercadorias no lado argentino (geralmente para desmanche e venda de peças), a utilização do território argentino por parte de brasileiros que cometeram delitos deste lado da fronteira, e o roubo de madeiras do lado argentino por brasileiros.

Segundo os entrevistados, as relações com os argentinos do outro lado da divisa são boas, estando caracterizadas pela fraternidade, a colaboração, e a complementariedade – especialmente em termos comerciais.

Fotos das Instituições e do Município de São Miguel do Oeste

Polícia Civil



Polícia Militar



Corpo de Bombeiros



Fórum de São Miguel do Oeste



Corpo de Bombeiros



Igreja de São Miguel do Arcanjo



Universidade do Oeste de Santa Catarina



Tunápolis

O município de Tunápolis faz fronteira com a Argentina, estando o limite internacional localizado no Rio Pepirí-Guaçu, a vários quilômetros da sede municipal. O município é composto por Linhas ou Comunidades: São Pedro, Pitangueira, Fátima, São Jorge, São José, Bonita, Raigão Alta, Raigão Baixa, Sete Tombos e Canaleta. A sede municipal é atravessada pela SC-493, que se liga à BR-282 em São Miguel do Oeste, rodovia que leva a Chapecó e a Florianópolis, encontrando-se a 679km, por estrada, da capital do estado. As comunidades do interior estão interligadas por estradas, perfazendo um total de 295 km de estradas de rodagens. Em 2010, o município tinha 4.633 habitantes.

Figura Nº 19. Mapa do Município de Tunápolis e Fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº. 7583, de 26 de abril de 1989.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 133,228 km ²
Fronteiras: ao norte com Santa Helena, ao leste com Iporã do Oeste, a sudeste com São João do Oeste, ao sul com Itapiranga e a oeste com a Argentina.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim
População (2010): 4.633 habitantes
Densidade demográfica: 34,77 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 64.196.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 13.856,31
IDH-M (2010): 0,752
Gentílico: tunapolitano

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Tunas começou a sua história na década de 1950 quando se fixaram as primeiras famílias de imigrantes alemães, vindas do vizinho Estado do Rio Grande do Sul, e cuja fundação oficial deu-se em 20 de Setembro de 1951, quando foi rezada a primeira missa pelo Pe. Schneider. O nome “tunas” surgiu em função de vasta vegetação de cactos existentes no local do primeiro acampamento dos imigrantes. O nome destes cactos é Tuna. O projeto de colonização desta região coube à Sociedade União Popular, do Rio Grande do Sul, também conhecida como Volksverein, sendo seu principal representante para a região de Porto Novo (Itapiranga), o Sr. Egon Berger. A principal exigência da Sociedade Colonizadora para vender terras na região era que a pessoa interessada na compra de terras fosse de origem alemã e da religião católica. Em 1987 começou o movimento de emancipação do distrito de Tunas, onde foi eleita e empossada a comissão emancipadora do distrito de Tunas, tendo a sua presidência o Sr. Bertilo Wiggers. Em 19 de setembro de 1988 foi realizado o plebiscito cujo resultado aprovou com 95% dos eleitores a emancipação do distrito. Em 26 de abril de 1989, sob a Lei nº 7.583/89, foi criado o município de Tunas. Em 04 de setembro de 1989 foi realizado novo plebiscito para mudança do nome passando de Tunas para Tunápolis, pela Lei nº 7.649/89.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Tunápolis

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012): 4.612 habitantes	
Homicídios (2012): 0 (zero)	
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.	
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil: 1 policial civil para cada 2.306 habitantes	
População / Efetivo da Polícia Militar: 1 policial militar para cada 1.153 habitantes	

Tabela Nº 66. Registro de ocorrências, Município de Tunápolis, 2012. Polícia Civil–Tunápolis

Furto	8
Roubo	0
Estelionato	0
Homicídio	0

O município de Tunápolis não teve ocorrências envolvendo posse ou tráfico de drogas em 2010, 2011 e 2012, de acordo com os dados da SSP de Santa Catarina. O último homicídio foi em 2004.

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Tunápolis em 2012 foram por perturbação do sossego por som automotivo.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 67: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Tunápolis.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 4.612 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		2	
Colete antibalísticos	1		2	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	

Tonfa, cassetete ou similar	*	4
Carabina	1	-
Espingarda	6	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	7
Pistola	1	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	Granadas de efeito moral	*
	Spray de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	7	*

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Tunápolis conta com um delegado e um agente. A conexão com a internet é de 256KB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza nenhum tipo de sistema de administração. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel. Há também sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos, sendo realizada inclusão no INFOSEG. Logo, o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário, assim como aos bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2009, aproximadamente.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, as Forças Armadas e a Polícia Federal, porém, na opinião do entrevistado, essas parcerias deveriam ser intensificadas.

A Polícia Civil deste município não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e não tem participado nas Operações Sentinela. Mas, no ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON). A Polícia Civil de Tunápolis troca informações com órgãos de segurança do país vizinho; havendo uma relação colaborativa e amigável; mas não recebe apoio do ministério de relações exteriores ou de adidos da Polícia Federal lotados na embaixada do país vizinho.

Quanto à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, foram ordenados os seguintes temas a abordar: geografia das fronteiras; operação de inteligência; identificação de drogas; troca de informações e treinamento de controle migratório e documentos de viagem.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar de Tunápolis está composto por um oficial e quatro praças. Nesta instituição, sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, se faz uso de: fichas de papel e fichários de ocorrência, banco de dados e georreferenciamento de crimes; com inclusão dos dados no INFOSEG, além de um sistema de informações voltado para as mídias sociais. Produzem-se estatísticas criminais desde 2012.

Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de perturbação do sossego por som automotivo.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas; parcerias estas, consideradas suficientes.

A Polícia Militar deste município participa do conselho de comunidade de gestão de segurança pública, e isso vem melhorando as condições de atuação da instituição no município. Participa também das operações AGATA e Sentinela, assim como do Programa ENAFRON.

No tocante à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, os temas mais importantes a abordar foram: geografia das fronteiras; operação de inteligência; atuação em áreas indígenas; troca de informações e treinamento de controle migratório e documentos de viagem.

Instituições de Representação da Sociedade Civil

Tabela Nº 68. Recursos humanos e materiais do Conselho Tutelar em Tunápolis.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
Unidades	Conselho Tutelar
Efetivo	Conselheiros 4
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar **
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar **

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Conselho Tutelar

Entre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns são: abandono da escola e envolvimento com o ato infracional. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldade no despreparo dos conselheiros e na falta de estrutura física para o bom atendimento.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública e de Representação da Sociedade Civil

Percepção sobre as particularidades da situação de fronteira

Todos os representantes entrevistados discordam quanto à influência da fronteira na economia do município de Tunápolis. Justificam essa posição afirmando que as infraestruturas rodoviária, ferroviária e portuária são precárias.

Em relação à afirmação de que atividades ilegais dinamizam a economia, ambos discordam. Entretanto, com relação ao município possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, a Polícia Civil discorda totalmente, já a Polícia Militar concorda parcialmente. Já quanto à percepção de que a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, ambos concordam.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Tunápolis foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas, o contrabando e os crimes ambientais.

Com base na opinião dos entrevistados, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos, madeira, moeda e animais. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias são cigarros e bebidas, seguidas por pistola, autopeças, madeira e cosméticos.

As mercadorias citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram: cigarro, maconha, madeira, autopeças e bebidas. Tomando este mesmo ano por referência, as ocorrências envolvendo drogas foram consideradas ocasionais ou raras. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados na região foram, respectivamente, maconha e cocaína.

Neste município, há uma barreira móvel (blitz) da Polícia Militar. O representante da Polícia Civil não acredita que as recentes transformações na política de fronteira tenham causado mudança nas rotas de entrada de mercadorias ilícitas; o representante da Polícia Militar não soube opinar.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar e da Justiça entrevistados, entende-se que, no município de Tunápolis, o crime mais frequente, ainda assim ocasional, parece ser furto. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela Nº 69: Percepção da incidência de crimes no município de Tunápolis.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Raramente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser a residências, seguido por furtos ao comércio e de veículos. Quanto aos roubos, os mais frequentes são a transeuntes e a residências.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos cheques sem fundos, as fraudes no comércio e os falsos sorteios. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples e mediante telefonema (falso sequestro).

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, também foi citado conflitos no trânsito. Quanto aos homicídios, vale ressaltar que nenhum ocorreu no ano de 2011.

Entre os crimes sexuais, consideram-se os mais comuns atos libidinosos e o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente entre outras ocorrências.

Xanxerê

O município de Xanxerê está localizado a mais de 130 km da fronteira com a Argentina. Situado ao noroeste de Chapecó, o município é atravessado pela BR-282 e pela BR-480 e encontra-se a 508 km, por estrada, da capital do estado, Florianópolis. Com categoria de município desde 1954, Xanxerê registrou uma população de 44.128 habitantes no último Censo de 2010.

Figura Nº 20: Mapa do Município de Xanxerê e fronteiras.



Fonte: IBGE Cidades.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, instalado no 27 fevereiro de 1954.
Localização: Oeste de Santa Catarina (Arco Sul)
Área (2010): 377,764 km ²
Fronteiras: Ao norte com Ipuauçu e Bom Jesus, ao leste com Faxinal dos Guedes, ao sul com Xavantina e Arvoredo e a oeste com Xaxim e Lajedo Grande.
Acesso aéreo: Sim.
Acesso portuário: Não informado.
Acesso viário: Sim
População (2010): 44.128 habitantes
Densidade demográfica: 116,81hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): R\$ 969.228.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 21.976,97
IDH-M (2010): 0,775

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A região compreendida entre os rios Iguauçu e Uruguai era, até 1839, habitada unicamente por indígenas sem contato. No ano de 1838, segundo a tradição, a cidade de Guarapuava e as fazendas de suas redondezas foram saqueadas por índios que, além de trucidarem homens brancos, levaram consigo joias, dinheiro e várias moças. Nasceu daí uma expedição, cuja finalidade era a de reaver os bens roubados e as moças raptadas. Fez parte dessa expedição um moço, vindo de Minas Gerais, de nome José Raymundo Fortes, que, mais tarde, tornou-se um dos primeiros moradores da região. No ano de 1839, com as notícias da existência de grandes extensões de campo, trazidas pelos expedicionários, um grupo de fazendeiros resolveu explorar o sertão situado ao sul, a fim de estabelecer fazendas de criações. O Presidente da Província de São Paulo, tendo conhecimento desses fatos, comunicou-os à Assembleia Provincial, como conquista de território até então a ninguém pertencente, mas o Presidente da Província de Santa Catarina protestou, sob o fundamento de que ditas terras pertenciam a essa Província. Curitiba, tendo sido elevada à categoria de Província do Paraná, no ano de 1853, adotou a pretensão paulista e prosseguiu na discussão contra Santa Catarina. O Governo Imperial brasileiro criou a colônia militar de Chapecó, também chamada de Xanxerê, em terras da margem esquerda do Rio Chapecó, pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. A Argentina reclamou então contra a criação dessas colônias militares alegando que as terras estavam em litígio, o que retardou a instalação da referida colônia até 14 de março de 1882.

Após a proclamação da República, em 1889, os Estados do Paraná e de Santa Catarina continuaram sustentando os seus respectivos pontos de vista sobre as terras. A intervenção amistosa do então presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, em 1916,

conseguiu solucionar a questão por acordo. E, entre outros municípios do território contestado, passou para o Estado de Santa Catarina, pela Lei estadual nº 1.147, de 24 de agosto de 1917, o então Município de Chapecó, tendo por sua sede, conforme estabelecia a mencionada Lei, a povoação de Passo Bormann, e sua instalação se realizou em 15 de novembro de 1917. Entre seus distritos, figurava o de Xanxerê. O Município de Xanxerê, desmembrado do de Chapecó, surgiu em 1953.

Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Xanxerê

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (2012):	45.140
Homicídios (2012):	0 (zero)
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Receita Federal, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Razão:	
População / Efetivo da Polícia Civil:	1 policial civil para cada 1.505 habitantes.
População / Efetivo da Polícia Militar:	1 policial militar para cada 674 habitantes.

Tabela Nº 70. Registro de ocorrências, Município de Xanxerê – 2010 / 2012.

	2010	2011	2012
Homicídio doloso	1	4	1
Posse de drogas	10	18	37
Tráfico de drogas	20	20	14

Fonte: SSP-SC

De acordo com a resposta ao questionário aplicado na pesquisa, os flagrantes mais frequentes atendidos pela Polícia Militar no município de Xanxerê em 2012 foram por furto, uso de entorpecente e perturbação do sossego.

Instituições de Segurança Pública

Tabela Nº 71: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Xanxerê.

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 4.612 habitantes				
Homicídios (2012) = 0				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas precisando de reformas		Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	

Fax	1		1	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		1	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	1		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		2	
Colete antibalísticos	1		2	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		4	
Carabina	1		-	
Espingarda	6		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	-		7	
Pistola	1		-	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		-	
Outro	Granadas de efeito moral	*	*	
	Spray de pimenta	*		
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Insuficientes		Suficientes	

Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	Não
Capacidade	*	*
Média de presos/mês	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 7	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Tabela Nº 72. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Xanxerê.

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Cia		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	25	
	Não-militares	60	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	4	2
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente	**	
Atividades mais frequentes	Incêndios	2º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	5º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	6º	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Polícia Civil

A delegacia da Polícia Civil de Xanxerê conta com quatro delegados, 26 agentes e dois peritos. A conexão com a internet é de 2 MB/s. Nesta instituição, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, financeiro, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista de papel e fichas de papel em fichários. Há sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos, sendo realizada inclusão no INFOSEG. Assim, o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2008, aproximadamente.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são o Judiciário – parceria que, segundo o entrevistado, deveria ser incrementada –, as polícias Militar e Rodoviária Federal e o Ministério Público.

A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e tal participação vem melhorando as condições de atuação da entidade. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Programa ENAFRON) e nas Operações Sentinela; além de ter participado das Operações Ágata.

Quanto à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, em uma escala de importância de maior para a menor, foram ordenados os seguintes temas a abordar: identificação de fraudes veiculares; geografia das fronteiras; operação de inteligência; troca de informações e treinamento de controle migratório e documentos de viagem.

Polícia Militar

O efetivo da Polícia Militar no município de Xanxerê está composto por dois oficiais e 65 praças. Nesta instituição, sistemas de administração são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e sistema financeiro. Quanto aos sistemas de informação, é utilizada produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (apreensões, auxílios, etc.); controle de dados criminais por meio de planilhas e tabelas em papel; georreferenciamento de crimes e banco de dados; com inclusão das estatísticas no INFOSEG. O órgão produz estatísticas criminais desde 2011.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas, porém, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Militar deste município participa do núcleo de inteligência de gestão de segurança pública; e acredita que tal participação vem melhorando as condições de atuação da instituição. Participou do Programa ENAFRON em 2012, mas não das Operações Sentinela.

Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram uso de entorpecentes; furto e perturbação de sossego.

No tocante à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, os temas mais importantes a abordar seriam: busca veicular; identificação de fraudes veiculares; operação de inteligência; identificação de drogas e troca de informações.

Corpo de Bombeiros

A companhia do Corpo de Bombeiros de Xanxerê conta com dois oficiais, 25 praças e 60 bombeiros não militares. A quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada insuficiente: faltam caminhões de combate a incêndio, 20 EPIs

(equipamento de proteção individual) e 5 EPRs (equipamento de proteção respiratória). A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não o foi, sendo necessários 20 EPIs e 5 EPRS. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos também não foi tida como suficiente, não existindo nada para atendimento a produtos perigosos. A única quantidade de equipamento considerada suficiente foi para combate a incêndio florestal.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades principais são: um repetidor e cinco rádios portáteis. A conexão com a internet é de 5 MB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; acidentes de trabalho; incêndios residenciais.

Esta unidade participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Defesa Civil -parceria que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada -, o Ministério Público e o Judiciário.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Xanxerê é uma comarca de entrância final que abrange também os municípios de Bom Jesus e Faxinal dos Guedes. Por motivos logísticos, o questionário não foi aplicado. No Fórum de Xanxerê, trabalham 35 funcionários. Existe um juizado da infância e juventude.

De acordo com a descrição da Juíza Diretora do Fórum de Xanxerê, a Comarca tem três Varas: “uma concentra todos os processos criminais; a outra Vara cumula família, infância e juventude, atos infracionais, sucessões e metade do cível puro (ações de cobrança e indenizatórias, execuções e outros); e uma terceira Vara que cumula Fazenda Pública, Justiça delegada e a outra metade do Cível puro. Defendemos a ideia de quanto mais especializada é a matéria, mais se consegue fazer a questão jurisdicional mais eficaz”.

O Ministério Público conta com um Promotor de Justiça Titular e três promotores colaboradores. Além de dois assistentes de promotoria de justiça e dois estagiários de direito.

Conselho Tutelar

Por motivos logísticos, o questionário não foi aplicado. De acordo com declarações públicas, o Conselho Tutelar de Xanxerê recebe uma denúncia semanal de violência ou abuso sexual a criança ou adolescente.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela Nº 73: Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal em Xanxerê.

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	
Efetivo	Conselheiros 4
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar **
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar **

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Xanxerê está presente com uma agência de atendimento, mas o tipo de inserção institucional não está vinculado à fiscalização alfandegária ou fronteiriça. Por esse motivo, o funcionário não respondeu a uma grande parte das questões colocadas pelos pesquisadores.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para todos os entrevistados, a proximidade da fronteira não é positiva para o desenvolvimento econômico do município; a economia local estaria fundamentalmente voltada para a agropecuária e as exportações saem pelo porto litorâneo, não havendo relação direta do desenvolvimento da cidade com a condição fronteiriça. Todos os entrevistados discordaram que atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas, embora ilegais, operassem visando dinamizar a economia do município; discordam também quanto Xanxerê possuir características únicas de criminalidade por estar em faixa de fronteira. Entretanto, os entrevistados não foram consensuais quanto à afirmação de que a posse de armas de fogo é comparativamente mais frequente nos municípios de fronteira que nos demais.

Entre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município, foram assinalados como sendo os principais: o tráfico de drogas e armas e o contrabando.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são veículos; autopeças e pneus; animais; cigarros; eletroeletrônicos; artigos de informática; bebidas; cosméticos e perfumes. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam: cigarros, artigos de informática; CDs e DVDs; bebidas; maconha; crack; revólver; cosméticos e perfumes. As mercadorias mais citadas entre as principais apreendidas em 2012 foram o crack, cigarros, eletroeletrônicos, artigos de informática e CDs e DVDs.

Tomando este mesmo ano por referência, todos concordaram que a circulação de drogas era frequente. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, maconha e cocaína.

O entrevistado da Polícia Civil estimou que, em 2012, havia seis pontos de venda de drogas ilícitas e três pontos de armazenamento de mercadorias contrabandeadas. Neste município, há uma barreira fixa da Polícia Rodoviária Federal. Os entrevistados da Polícia Civil e Militar divergem no que tange às transformações recentes nas políticas de fronteiras: o primeiro não acredita ter ocorrido mudanças; já o segundo considera que teria proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo o deslocamento destas para outros municípios.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar entrevistados, observa-se que, no município de Xanxerê, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela Nº 74: Percepção da incidência de crimes no município de Xanxerê.

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Foi consensual que os tipos mais frequentes de furto são os praticados em residências e o de veículos, sendo citado também o furto de motocicletas e de gado. Quanto aos roubos, também foi consensual que os mais comuns são a transeunte e a estabelecimentos comerciais; também foram citados o roubo a residências e de veículos.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi comum a ambos os órgãos a menção aos pequenos golpes populares e as fraudes no comércio. Para os entrevistados, os tipos de extorsão mais comuns são extorsão simples e extorsão mediante simulação de situação de sequestro.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação de violência doméstica e brigas de bar. A Polícia Civil também citou casos decorrentes de conflito de propriedade e a Polícia Militar lesão dolosa decorrente de mercados ilegais ou crime organizado. As três causas mais frequentes assinaladas para os homicídios dolosos foram: situação doméstica, brigas de bar e conflito entre vizinhos.

Entre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no município de Xanxerê são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infantojuvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente entre as outras ocorrências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Camila Sissa. 2011. "Às margens da cidade: experiências e cotidiano nas periferias de Chapecó (SC)." Trabalho apresentado no *III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior*. Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

BENETTI, Larissa; Eliandra SOLIVO; Andréia DEMARCO e Irma Salete BONAMIGO. "Violência e gênero no Oeste Catarinense." Trabalho apresentado no *III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior*. Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

BONAMIGO, Irme Salete; Karin BRUXEL; Daiana Cristina SEBENELLO; Marcia Regina FAVARETTO; Ana Maria ZANCHET e Franciane BORTOLI. 2009. "Dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade." In: *Psico*, 40(3):392-399. Porto Alegre: PUCRS.

BONAMIGO, Irme Salete e Luiz Carlos CHAVES (org.). 2013. *Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais*. Chapecó (SC): Argos.

FERRARI, Maristela. 2011. *Interações transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FUJITA, Camila. 2013. "Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense." In: *Geo UERJ*, Ano 15, 24(1): 312-338.

GRASSIOLI, Maiane Spessatto. 2011. *A (des)centralização nos municípios de abrangência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste: possibilidades e impedimentos*. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

IPEC. 2012. *Gran Atlas de Misiones*. Posadas: Instituto Provincial de Estadísticas y Censos.

SENASP. 2013. Pesquisa perfil das instituições de segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça–Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SENASP. 2014. *Número de efetivos na faixa de fronteira – 2012*. (Levantamento Interno). SENASP.

TOMMASINO, Kimiye. 2001. "Os sentidos da territorialização dos Kaingang nas cidades." Trabalho apresentado na *IX Reunião de Antropologia do Mercosul*. Curitiba: Universidade

Federal de Paraná.

TOMMASINO, Kimiye. 2013. "Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani de Araçáí (volume I – Laudo Antropológico)." *Espaço Ameríndio*, 7(2): 277-556. Porto Alegre.

TUMELERO, Michele Rodrigues. 2010. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma "nova" Chapecó-SC (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado em Historia. Programa de Pós-Graduação em Historia. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina.

ANEXO

Encontros técnicos e atores dos Órgãos Federais e dos Estados de Fronteira que participaram das discussões e apoio na execução do Projeto

Secretários de Segurança Pública dos Estados de Fronteira

Alexandre Bustamante dos Santos (Mato Grosso)
Paulo Roberto Vital de Menezes (Amazonas)
Marcos Roberto Marques da Silva (Amapá - 2011-2014)
Wantuir Francisco Brasil Jacini (Mato Grosso do Sul)
Cid Marcus Vasques (Paraná - 2012-2014)
Marcelo Nascimento Bessa (Rondônia - 2010-2014)
Francisco Sá Cavalcante (Roraima - 2012 -2014)
Airton Aloisio Michels (Rio Grande do Sul)
César Augusto Grubba (Santa Catarina)
Ildor Reni Graebner (Acre)
Luiz Fernandes Rocha (Pará)

Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal

Maria Alice Nascimento Souza

Diretor-Geral da Polícia Federal

Leandro Daiello Coimbra

Interlocutores da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, Secretários Executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Coordenadores das Câmaras Temáticas de Fronteiras

Participantes

Alberto da Paixão Nascimento (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre)
Almir Lopes de Souza (Secretário Executivo do GGI-E no Estado do Acre)
André Luiz Glanert (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Rondônia)
Ary Renato Oliveira da Silva (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amazonas)
Átila Wanderley da Silva (Secretário Executivo do GGI-E no Estado de Mato Grosso)
Bernardo Trojan Neto (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul)
Carlos Roberto Sant'ana da Rosa (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Rio Grande do Sul)
Cleaci Gertrudes de Andrade (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira do Amazonas)

Eneas Soares de Freitas (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado de Rondônia)
Erich Wagner Osternack (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná)
Geraldo Garcia Orti (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso do Sul)
Henua Patrícia Lima Andrade (Secretária Executiva do GGI-E de Roraima)
Jimmy Santana de Carvalho segundo (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Roraima)
Jorge Cajango (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado do Pará)
José Paulo Matias dos Santos (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá)
José Roberto Pereira Damasceno (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará)
Jurandir Pereira Rebouças (Coordenador da Câmara Temática do Estado de Roraima)
Márcio Skovronski (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Paraná)
Marcos Roberto Weber Hübner (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso)
Moisés Dionísio da Silva - Inspetor e interlocutor da Polícia Rodoviária Federal
Luciano Walfredo Pinho (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Santa Catarina)
Ronaldo Nazareno da Silva Coelho (Secretário Estadual do GGI-E no Estado do Amapá)
Tatiana Klein Samuel (Coordenadora da Câmara Temática de Fronteira do Estado de Santa Catarina)
Valter Godoy Rojas (Secretário Executivo do GGIF no Estado do Mato Grosso do Sul)

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais Ocasão: I Encontro Técnico da Pesquisa, Brasília – DF, 23 de fevereiro de 2012

Participantes

Virgina Toniatti – Embaixadora e Assessora Internacional/MJ
João Luiz Pereira Pinto – Embaixador Diretor do DAS – I MRE
Everton Lucero – Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais - MRE
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO / SENASP
Alexandre Augusto Aragon – Diretor do DFNSP / SENASP
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa / SENASP
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON / SENASP
Marcelo Barros de Oliveira – Coordenador Geral de Inteligência da SENASP
Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da PF/MJ
Luis Felipe de Barros de Oliveira – Receita Federal / MF
Waltoedson Dourado de Arruda - Receita Federal / MF
Rodney Portilho – Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ
Lorena de Oliveira Lopes – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
José Alberto Maciel Costa – Departamento de Polícia Federal / MJ
Rafael Gomes França – Ministério da Integração Nacional
Suzana Lena Lins Góis – Ministério da Integração Nacional
Danniel Gobbi Franga da Silva – Presidência da República

Thiago Gehre Galvão – Presidência da República
José Carlos Martins da Cunha – Agência Brasileira de Inteligência
Edgar Ribeiro Dias – Agência Brasileira de Inteligência
João Paulo de Freitas Lamas – Agência Brasileira de Inteligência
Thomás Simões Sottili – Fundação Nacional do Índio
Victor Martins Pimenta – Secretaria Executiva do Ministério da Justiça
Arnaldo José Alves Silveira – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Fagundes – Coordenação Geral de Inteligência da SENASP
Alexandre Herculano – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Flávio Sapha – Ministério das Relações Exteriores
Marcelo Berdet – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Patricia Moellman – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Hernany Bueno – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Gileno Euzébio da Silva – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodrigo Quintino – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodolfo Farah Valente Filho – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais e Estaduais

Ocasão: II Encontro Técnico da Pesquisa, Ministério da Justiça, Brasília – DF, 01 de março de 2013

Participantes

Isabel Seixas de Figueiredo – Diretora do DEPAID
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa do DEPAID
Cristiane Torisu – Coordenadora de Pesquisa do DEPAID
Raphael Carvalho – Secretaria Executiva do MJ
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON
Lia Osório Machado – Coordenadora do Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Michel Misse – Coordenador do NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steimann – Pesquisadora Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Felipe Zilli – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fernando Rabossi – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edivaldo Fortunato Pereira – Equipe técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Cléverson Luis Müller – Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Patrícia Moellmann - Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Antonio Ricardo de Alcântara Lima - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
Cejana Brasil Cirilo Passos – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ
Edison Benedito da Silva Filho – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
Joana Akiyo Nemoto – Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa

de Fronteira

Marcelo Giavoni - Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

Maria Lais do Socorro Chaves Costa – Receita Federal

Mariana Siqueira de Carvalho – Secretaria Nacional de Justiça/MJ

Rodrigo Fracalossi de Moraes - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

Severino Moreira as Silva – Departamento de Polícia Federal

Stênio Pires Benevides – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Aline Yamamoto – Secretaria de Políticas para Mulheres – Presidência da República

Fernando H. Lima Martins – Departamento Penitenciário Nacional

Márcio Gimene – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Lucicléia S. e Silva – Secretaria Nacional de Justiça / MJ

André Sousa de Sena - Secretaria Executiva Adjunta / MJ

Alberto da Paixão Nascimento – Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre

Sérgio de Jesus Braga – Secretaria de Segurança Pública do Acre

José Paulo Matias dos Santos - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá

Marcos Roberto Fonseca Magalhães – Secretaria de Segurança Pública do Amapá

José Almir Cavalcante Rodrigues – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

José Camilo da Silva – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

Marcos Roberto Webner Hübner - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso

Tatiana Eloá Pilger – Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso

Geraldo Garcia Orti - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso do Sul

Francisco Duarte de Almeida – Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso do Sul

José Roberto Pereira Damasceno - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará

Brenno Moraes Miranda – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Erich Wagner Osternack - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná

Bernardo Trojan Neto - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul

Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa – Secretário Executivo do GGIF do Rio Grande do Sul

Enéas Soares de Freitas – Coordenador da Câmara Temática de Fronteira de Rondônia

Antônio Vicente Cocco Cargnin – Secretário Executivo do GGIE de Rondônia

Jimmy S. de Carvalho Segundo - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná

Henua Patrícia Lima Andrade – Secretária Executiva do GGIE de Roraima

Luciano Walfredo Pinho – Interlocutor Substituto da ENAFRON no Estado de Santa Catarina

Davi Novelo – Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

Coordenadores Regionais da Pesquisa

Ocasão: IX Encontro Técnico da ENFRON – Chapecó, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste – SC, 26 a 28 de novembro de 2013

Participantes

Cintia Liara Engel - Coordenadora de Pesquisa do DEPAID

Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON – Cap PMGO

Michel Misse – Coordenador-Geral da Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (NECVU-UFRJ)

Rebeca Steiman– Pesquisadora do Grupo Retis - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Felipe Zilli – NECVU/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fernando Rabossi- NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brigida Renoldi - NECVU/UFRJ e CONISET

Daniel Hirata – NECVU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lício Caetano do Rego Monteiro – RETIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Naldson Ramos da Costa – Universidade Federal de Mato Grosso

Jânia Perla Diógenes de Aquino - Universidade Federal do Ceará

Wilson José Barp – Universidade Federal do Pará

Raquel Wiggers – Universidade Federal do Amazonas

Adriana Dorffman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fontes consultadas:

Atlas do desenvolvimento humano/PNUD

http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533:seguranca-em-numeros&catid=92&Itemid=241, (acessado em 05/02/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420208&search=santa-catarina|bandeirante>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420420&search=santa-catarina|chapeco>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420430&search=santa-catarina|concordia>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420500&search=santa-catarina|dionisio-cerqueira>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420640&search=santa-catarina|guaraciaba>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420840&search=santa-catarina|itapiranga>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421050&search=santa-catarina|maravilha>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421223&search=santa-catarina|paraíso>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421415&search=santa-catarina|princesa>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421050&search=santa-catarina|santahelena>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421670&search=santa-catarina|sao-jose-do-cedro>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421690&search=santa-catarina>

catarina|sao-lourenco-do-oeste, (acessado em 01/09/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421720&search=santa-catarina|sao-miguel-do-oeste>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421875&search=santa-catarina|tunapolis>, (acessado em 01/10/2013).

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421950&search=santa-catarina|xanxere>, (acessado em 01/10/2013).

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

